

SOBRE O AUTOR

Cid de Castro Dias, filho de Manoel da Silva Dias e Ester de Castro Dias, nasceu em 25/01/1942, na cidade de São Raimundo Nonato (Piauí), tendo ali cursado o 1º grau no Ginásio Dom Inocêncio. Em Salvador (BA), cursaria o 2º grau escolar (antigo Científico).

Graduando-se em Engenharia Civil, no ano de 1968, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, fixa residência em Teresina, onde ingressa no serviço público nos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Funcionário de carreira daquela Secretaria, hoje aposentado, exerceu ali os cargos de engenheiro fiscal das obras do Estádio Albertão; Sub-Secretário de Obras Públicas, em duas administrações; Diretor da Divisão de Conservação e Coordenador de Obras Especiais.

Trabalhou na Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí - EMOPPI - tendo desempenhado as funções de Gerente de Acompanhamento de Obras e Assessor Técnico-Econômico.

Professor do CEFET/PI, membro da Academia de Ciências do Piauí, agraciado com as comendas do Mérito Conselheiro Saraiva da Prefeitura Municipal de Teresina e do Mérito Renascença do Governo do Estado do Piauí.

Foi titular da Secretaria Extraordinária de Projetos Estruturantes, Prefeitura de Teresina em 2002 e Diretor-Presidente da Empresa Teresinense de Processamento de Dados PRODATER em 2002.

Escritor, autor de várias obras ligadas à historiografia piauiense, tais como: "**Os Caminhos do Rio Parnaíba**" onde enfoca a exploração dos recursos naturais do Estado do Piauí sob a ótica de um desenvolvimento sustentável; "**Piauí - Projetos Estruturantes**", livro sobre as grandes obras do Estado: UFPI, pólos de saúde, de educação, obras hídricas, sistema viário, Metrô de Teresina, Albertão e outras.

Como ambientalista tem-se destacado ao proferir palestras sob o tema da exploração dos recursos naturais do Estado do Piauí dentro do contexto de um desenvolvimento sustentável. Um batalhador pelas causas do rio Parnaíba, com especial atenção para a conclusão das eclusas da Barragem de Boa Esperança e a volta da navegação do rio.

E-mail: cidcastrodias@uol.com.br

Apoio:



Cid de Castro Dias

PIAUHY
das origens à nova Capital

Cid de Castro Dias



PIAUHY
das origens à nova Capital

Desbravamento, Colonização, Casa da Torre, Domingos Jorge Velho, Afonso Mafrense, Batalha do Jenipapo, Balaiada, Palmares, Mandu Ladino, Oeiras, Visconde da Parnaíba, Saraiva e Mudança da Capital

FICHA TÉCNICA

Copyright © 2008 - Cid de Castro Dias

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em computador ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos, mecânicos por fotocópia, gravação ou outros, sem permissão expressa e escrita do titular dos direitos autorais.

Título:

PIAUHY das origens à nova Capital

Autor:

Cid de Castro Dias

Projeto Gráfico:

Sérgio Ferreira

Capa/Contracapa:

Geraldo Souza Câncio Jr

Impressão:

Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda.

1ª edição: Julho/2008

Apoio:



Agradecimentos

Agradeço àqueles que me incentivaram e apoiaram na concretização deste trabalho:

Paulo Rubens de Souza Fontenelle (Advogado);

Wilson Nunes Martins;

Jesus Elias Tajra Filho;

Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante;

Hugo Lenes Menezes (Professor CEFET);

William Palha Dias, Luciano Nunes;

Anchieta Mendes; Carlos Rubem;

Raimundo de Castro Dias; Juselino de Castro Dias;

Heitor Castelo Branco Filho; Rossini Dias de Souza;

José Nunes Mendes de Carvalho;

José Agostinho Neto (BNB);

José Borges de S. Araújo (CREA);

Geraldo Souza Câncio Jr. ;

Juscelino Reis;

Sandra Maria da Costa (Advogada);

Josino Ribeiro Neto (Advogado);

Toni Rodrigues (Jornalista);

Médicos: Antônio Adib Tajra; Pascoal Pinheiro Correia;

Isânio Vasconcelos Mesquita; Edgar Pereira e Telmo Mesquita;

Professoras: Maria Dias Fernandes; Maria Paixão;

A meus familiares.

Prefácio

A ENGENHARIA DA MEMÓRIA SOCIAL

Herculano Moraes

Concentrar num só volume todas as informações básicas e essenciais à compreensão dos períodos e episódios que compõem o vasto universo historiográfico do Piauí não é apenas tarefa estafante, mas uma proeza e tanto para um engenheiro que descobriu sua vocação para a pesquisa e vem construindo uma obra invejável de resgate da memória piauiense.

Cid de Castro Dias é pesquisador nato, vocacionado para a descoberta de fatos ainda não inteiramente decodificados e que são revelados à luz da exatidão, pois ancorados em fontes primárias incontestáveis o “Piauí - das origens à nova Capital” restaura a trajetória dos conquistadores, traça o roteiro que começa na primeira expedição chefiada por Gaspar de Lemos, que explorou o litoral brasileiro na companhia de Américo Vespúcio, patrono da América.

O novo narrativo, além da sequência lógica, incorpora fatos pouco conhecidos, interpreta situações, dá o tom de um estilo firme na busca do que poderemos classificar de “verdade histórica”.

Qualquer pesquisador que se aventure a expor e narrar a história do Piauí não obterá bons resultados, se não vasculhar as páginas amareladas e empoeiradas de inúmeras publicações, documentos maltratados pelo tempo e pela falta de uma política de preservação documental, como, por exemplo, a microfilmagem dessas peças.

O trabalho de investigação documental, baseado em publicações do domínio público, tem o risco de reproduzir erros cometidos pelos antecessores.

Quando o pesquisador se arrisca a localizar as fontes originais, cotejar datas, identificar a procedência, sua interpretação fica muito bem próxima da verdade histórica, dando ao documento a necessária credibilidade.

Cid de Castro Dias não quis apenas elaborar um livro de história oficial, avançou na decodificação das engrenagens da memória documental, interpretando, comentando, mergulhando na essência e na compreensão do espírito da história. O que o leitor verá nestas páginas não é apenas a narrativa linear de uma história regional nem a interpretação fantasiosa de episódios, nem a cópia de outras leituras, nem versões simplificadas com objetivos comerciais. Cid de Castro Dias mergulha na alma dos acontecimentos.

Os tecidos da história vão sendo recompostos. Na guerra impiedosa contra os gentios, na carta em que o Visconde vomita indignação contra a discriminação a que vinha sendo submetido, denunciando ladroagens e crimes; o soberano poder do Visconde demonstrando força pessoal ao proteger nossas fronteiras do retorno das hostes favoráveis a Fidié, e a carreira brilhante de dois notáveis - Saraiva e Franklin Dória, figuras influentes no Império.

No coração desses episódios outros se projetam. O combate de José Dias, a crueldade de João do Rego Castelo Branco, o 19 de Outubro, a marcha de Fidié, a resistência de Oeiras, os camponeses enfrentando as tropas bem armadas do comandante portugueses.

Como reunir todo o esplendor desta bela narrativa neste exíguo espaço?

Cid de Castro Dias, como um "pen drive" de alta resolução, insere aqui quatro séculos de história, revelando o espírito determinado de um engenheiro que, ao descobrir sua vocação para a história, constrói um dos mais firmes edifícios da memória histórica e social do nosso povo, este livro: "Piauí - das origens à nova Capital".

Herculano Moraes é escritor.

Titular da Academia Piauiense Letras.

Presidente da Academia de Ciências do Piauí.

Sumário

Apresentação.....	11
Os primeiros contatos com o Brasil	15
AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE O PIAUÍ	18
O POVOAMENTO DO PIAUÍ.....	21
DOMINGOS AFONSO MAFRENSE "SERTÃO"	27
Trajetória dos d'Ávila.....	29
A SAGA DOS D'ÁVILA	34
A LENDA DE MORIBECA.....	36
O NOVO HERDEIRO.....	40
FRANCISCO DIAS DE ÁVILA - O PEQUENO GRANDE HOMEM -	44
Domingos Jorge Velho.....	51
A GUERRA DOS PALMARES.....	57
ZUMBI - O NOVO LÍDER	71
OS BANDEIRANTES NA GUERRA	74
RENDIÇÃO DOS PALMARES.....	77
DOMINGOS JORGE VELHO LUTA POR SEUS DIREITOS	82
Quem realmente descobriu o Piauí e quando	85
DE ONDE TERIA PARTIDO DOMINGOS JORGE VELHO PARA COMBATER NOS PALMARES	92
QUANDO E POR ONDE DOMINGOS AFONSO MAFRENSE ADENTROU AS TERRAS DO PIAUÍ	94
PODERIA TER HAVIDO UM ENCONTRO ENTRE DOMINGOS JORGE VELHO E DOMINGOS AFONSO MAFRENSE.....	104
A Colonização do Piauí	107
INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DA MOCHA (OEIRAS).....	117
PADRE TOMÉ DE CARVALHO	119
POR QUE FAZENDA CABROBÓ?.....	120
Período Anárquico	123
Capitania do Piauí	129
ADMINISTRAÇÃO DAS FAZENDAS	130
OUTRAS VERSÕES SOBRE O MARQUÊS DE POMBAL E OS JESUÍTAS.....	136

O SEGUNDO GOVERNADOR	137
JUNTA ADMINISTRATIVA	138
JOÃO DE AMORIM PEREIRA	138
A guerra contra os índios	143
MANDU LADINO.....	143
GUEGUÊS E ACOROÁS	148
OS PIMENTEIRAS.....	153
O Brasil às véspera da proclamação da Independência.....	157
O FICO	161
A luta da Independência e seus reflexos no Piauí.....	163
LEVANTE EM PARNAIBA E OEIRAS	163
A BATALHA DO JENIPAPO	173
A CAPITAL SOB O DOMÍNIO DO MEDO.....	181
O CERCO A CAXIAS MATÕES E BREJO SOB O COMANDO DOS PATRIOTAS.....	184
A JUNTA MILITAR REFORÇA O CERCO A CAXIAS	186
A QUEDA DE CARNAUBEIRA	188
A RENDIÇÃO	189
APÓS A RENDIÇÃO.....	191
A administração da província depois da Independência.....	195
ÚLTIMO PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO DE SOUSA MARTINS	198
O visconde da Parnaíba.....	201
O DECLÍNIO DE NÉ DE SOUSA (O VISCONDE DA PARNAIBA)	209
OEIRAS SITIADA	212
DOIS ILUSTRES PIAUIENSES CONTEMPORÂNEOS DO VISCONDE DA PARNAIBA.....	216
PADRE MARCOS	216
SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA.....	219
A Balaiada.....	223
MANUEL CLEMENTINO DE SOUSA MARTINS	232
CLEMENTINO DE SOUSA MARTINS X LÍVIO CASTELO BRANCO	234
PROSSEGUE A GUERRA.....	237
CORONEL MORAIS CID ASSUME O COMANDO DAS ARMAS	240
O ATAQUE AOS BALAIOS EM CURIMATÁ E EGITO	244

CONTINUA A LUTA EM FRECHEIRAS - DISTRITO DE PARNAIBA	246
A COLUNA OESTE SEGUE EM DIREÇÃO A PARNAGUÁ.....	249
O MOVIMENTO CARAIBANO	251
LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA – O DUQUE DE CAXIAS.....	257

Governos do Piauí no Segundo Reinado..... 259

JOSÉ ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS	259
TOMÁS JOAQUIM PEREIRA VALENTE	260
ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS	260
MARCOS ANTÔNIO DE MACEDO	261
ANSELMO FRANCISCO PERETTI	261
INÁCIO FRANCISCO SILVEIRA DA MOTA.....	261

José Antônio Saraiva - Mudança da Capital 263

SARAIVA VISITA A VILA DO POTI.....	266
PRIMEIROS PRÉDIOS.....	275
SARAIVA – O ESTADISTA	276

Resumo cronológico da história do Piauí(1676-1850)..... 295

Anexos 302

ANEXO 01 - Testamento de Domingos Afonso Sertão	303
ANEXO 02 - Condições e Capítulos que o Governador João da Cunha Souto Maior concede ao Coronel Domingos Jorge Velho	312
ANEXO 03 - Carta do Governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro dando conta de se ter conseguido a morte do Zumbi	315
ANEXO 04 - Cópia de uma certidão pedida por Domingos Jorge (sobrinho de Julião Afonso Serra e Domingos Afonso).....	316
ANEXO 05- Sesmaria de 1705, conferida pelo Governador de Pernambuco a D. Jerônima Cardim Fróis.....	317
ANEXO 06 - Carta autógrafo de Domingos Jorge Velho	319
ANEXO 07 - Quinze referências documentais da viagem de Domingos Jorge Velho, de São Paulo para os Palmares	321
ANEXO 08 - Sesmaria de 1716.....	323
ANEXO 09 - Rol das fazendas e dos moradores do Piauí - Ano de 1697.....	324
ANEXO 10 - Denúncias contra Domingos Afonso Sertão.....	333
ANEXO 11 - Fábrica de Lacticínios.....	335
ANEXO 12 - Questionamento sobre o litoral piauiense	337

ANEXO 13 - Paradeiro de Lívio Castelo Branco	344
ANEXO 14 - Descrição de Oeiras (1772) Antônio José de Moraes Durão	349
ANEXO 15 - Ofício de Saraiva ao Visconde de Monte Alegre	351
ANEXO 16 - Transcrição do ofício de Saraiva a Francisco G. Martins	359
ANEXO 17 - Teresina (hoje)	361
ANEXO 18 - Cartas de D. Pedro II ao Conselheiro Saraiva	366
ANEXO 19 - Testamento do Conselheiro Saraiva	379
ANEXO 20 - O Piauí no Parlamento Imperial	381
ANEXO 21 - Emblema e Hino do Estado do Piauí	387
ANEXO 22 - Governadores do Piauí	391
Referências Bibliográficas	397

Apresentação

Neste trabalho, abordamos fatos relevantes da história do Piauí, muitos dos quais não suficientemente divulgados e, por isso mesmo, de conhecimento bastante restrito entre os piauienses.

O acesso às fontes primárias nem sempre é facilmente obtido pelos interessados. Na sua grande maioria as obras dedicadas ao assunto estão com suas edições esgotadas. Garimpar referências que digam respeito a registros dispersos, checar dados relacionados com cada episódio, aferir datas, nomes e confiabilidade da pesquisa, eis o cerne da nossa preocupação.

O livro poderia ter sido escrito de forma romaneada como a princípio o idealizamos. Não o foi porque a narração enfocada desta maneira sempre deixaria dúvidas quanto à fidelidade histórica. Optamos por descrever os fatos conforme a sua realidade, segundo o relato colhido junto àqueles que os vivenciaram ou foram seus protagonistas e que deixaram registro para a posteridade em documentos oficiais que respaldam a veracidade dos acontecimentos trazidos a lume.

O desbravamento do Brasil e, em especial, das terras do Piauí, deixa-nos perplexos diante da brutalidade perpetrada contra os índios, os naturais habitantes da terra, que, esbulhados de seus domínios, foram escravizados e aculturados de forma quase sempre muito perversa.

No período da colonização, encontramos outra página triste da nossa história: a desumana exploração dos vaqueiros, homens simples, corajosos e humildes, que, na linha de frente, isolados do mundo, cuidavam dos currais de gado. Não se lhes deram condição de acesso a terra; impunham-se-lhes, incondicionalmente, cega obediência às ordens do capataz.

As terras que àquela época eram doadas através de cartas de sesmarias ficavam somente ao alcance dos ricos senhores sediados nas distantes capitais da Bahia ou Pernambuco. Imperava a influência do mando no poder: imensas propriedades eram cedidas sem nenhum critério; grandes extensões de terras reservadas unicamente para especulação e que ficariam sob o domínio das mesmas famílias por seguidas gerações. Sem métodos mais apropriados ou técnica mais apurada, tornou-se freqüente constatar, nas demarcações, cartas de sesmarias sobrepostas a outras terras já concedidas anteriormente.

Nosso estudo enfoca os acontecimentos que vão desde o desbravamento e colonização até a transferência da capital, de Oeiras para Teresina. Na seqüência cronológica, serão abordados: a presença dos D'Ávila no Piauí; a trajetória dos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense; a Guerra dos Palmares; a influência de Pe. Miguel de Carvalho (Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras); a polêmica sobre o descobrimento do Piauí; Mandu Ladino (a guerra contra os gentios); a Batalha do Jenipapo; a Balaiada; a saga do Visconde da Parnaíba; a biografia do Conselheiro Saraiva e a mudança da Capital. Em anexo, encontram-se as transcrições de vinte e dois documentos históricos da mais alta significação, que poderão constituir importante fonte de consulta.

Dois personagens se destacaram sobremaneira na vida da província: Manoel de Sousa Martins - o Visconde da Parnaíba e José Antônio Saraiva - o Conselheiro Saraiva.

Manoel de Sousa Martins governou a província por mais de vinte anos, tendo enfrentado a guerra contra Fidié e a Balaiada;

José Antônio Saraiva, baiano de nascimento, aqui tem seu nome ligado à fundação de Teresina. Sua figura, no entanto, se agiganta, quando nos aprofundamos na sua biografia. Vamos encontrá-lo como um dos mais destacados estadistas do país e conselheiro particular de Dom Pedro II. Gozando do respeito do Imperador, foi por ele nomeado Ministro da Marinha, da Guerra, da Fazenda e da Justiça. As trinta e oito cartas que lhe dirigiu Dom Pedro II (também transcritas em anexo) atestam a confiança e estreita amizade entre ambos.

Do depoimento do Dep. Álvaro Vale, sobre a pessoa de José Antônio Saraiva, destacamos: *"Será o grande estadista liberal nos últimos decênios do Império. Se não estivesse à frente dos gabinetes ou da oposição, estaria influenciando o seu comportamento. (...) Na vida pública, nada*

infunde mais respeito, a médio e longo prazos, que a coerência. Talvez aí um dos segredos de Saraiva. Honradez pessoal é pré-condição para qualquer pessoa que viva em sociedade e não se inclui entre os requisitos específicos para a vida pública. Saraiva, um homem rico, sem filhos ou parentes próximos, sem amantes e sem validos, nunca foi discutido em sua vida pessoal." (in Perfis Parlamentares).

Quando Ministro da Marinha, antevendo um inevitável enfrentamento com o Paraguai, Saraiva adquiriu diversos barcos e canhoneiras, equipando a armada para as futuras batalhas. À época, foi muito criticado, porém, iniciada a refrega e principalmente após a vitória brasileira, recebeu efusivos elogios por ter antecipado acertadas providências.

Pesquisas apontam que a população, de um modo geral, acumula poucos conhecimentos sobre a história do Piauí, uma vez que os currículos escolares sempre deram ênfase ao aprofundamento do estudo sobre a história do Brasil e da história geral. É fundamental estimular o acesso ao conhecimento de nossa história.

Com estas considerações, estamos apresentando este trabalho como uma contribuição ao estudo e divulgação da história do Piauí.

Teresina (PI), julho de 2008.

Engº Cid de Castro Dias

Os primeiros contatos com o Brasil

Na época do descobrimento, o interesse maior de Portugal estava voltado para o comércio de especiarias com as Índias. Daí não se preocupar logo em povoar e colonizar a nova terra. As expedições empreendidas, nos primeiros trinta anos, eram apenas para reconhecer o litoral, investigar se havia minas de pedras preciosas e afugentar os franceses que contrabandeavam o pau-brasil e tentavam se estabelecer no litoral.

A 1ª expedição (1501-1502), chefiada por Gaspar de Lemos, tendo em sua companhia o célebre navegante Américo Vespúcio, exploraria o litoral brasileiro dando nome a diversos pontos geográficos.

A 2ª expedição (1503-1504), que contava, também, com a presença de Américo Vespúcio, estabeleceu-se em Cabo Frio, fundando uma feitoria, para manter um posto de troca com os índios. Nessa expedição vieram alguns comerciantes, entre eles Fernando de Noronha, com a finalidade de extrair os produtos da terra.

A costa brasileira continuava sendo visitada por espanhóis, holandeses e principalmente por franceses que contrabandeavam o pau-brasil. Tentando expulsar os estrangeiros, em 1516, Dom Manoel organiza uma expedição militar comandada por Cristóvão Jacques, que fundaria uma feitoria em Itamaracá.

Já que não era possível continuar defendendo e fiscalizando com navios o imenso litoral, o governo português resolveu povoar a terra e desenvolver a lavoura, ocupando a nova colônia.

Com essa finalidade, em 1530, empreende expedição, comandada pelo Capitão-mor Martim Afonso de Souza, conduzindo soldados, colonos e degredados.

Aportando em Pernambuco, aprisionou navios franceses que transportavam pau-brasil. Logo em seguida, parte para o reconhecimento da costa brasileira, enviando Diogo Leite para o Norte, para explorar o Maranhão, enquanto ele seguiria para o Sul, passando pela Bahia de Todos os Santos, Rio de Janeiro, indo até o Rio da Prata. Em 1532 fundaria a vila de São Vicente, a primeira da América portuguesa, iniciando a plantação de cana e a produção de açúcar.

A crise no comércio com o Oriente leva Portugal a investir no Brasil. Para colonizar rapidamente o litoral, em 1534, a Coroa portuguesa lança mão do sistema de Capitânicas Hereditárias, visando atrair investimentos privados, seguindo o modelo que fora desenvolvido nas ilhas dos Açores e Madeira.

Os donatários receberiam grandes extensões de terra, ficando encarregados de promover o povoamento e proceder as explorações econômicas, exercendo os comandos militares e de justiça. As capitânicas eram hereditárias e inalienáveis, podendo, contudo, ser concedidas sesmarias.

“El rei D. João III ... ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras por pessoas que se lhe oferecessem para as povoarem e conquistarem à custa de sua fazenda, e dando a cada um cinqüenta léguas por costa com todo o sertão, para que eles fossem não só senhores mas capitães delas, pelo que se chamam e se distinguem por capitânicas.” (in Frei Vicente do Salvador- História do Brasil).

Tanto pelo conflito com as tribos indígenas, como pelo desinteresse demonstrado por alguns donatários que, sequer vieram conhecer suas propriedades, ao que parece, essa experiência de colonização não obteve êxito. Apenas as Capitânicas de Pernambuco e São Vicente conseguiram desempenho satisfatório mercê da cultura da cana-de-açúcar.

As terras que hoje constituem o Estado do Piauí pertenciam à Capitania de Antônio Cardoso de Barros (19/11/1535), sendo que a costa piauiense estava dentro da abrangência das Capitânicas de João de

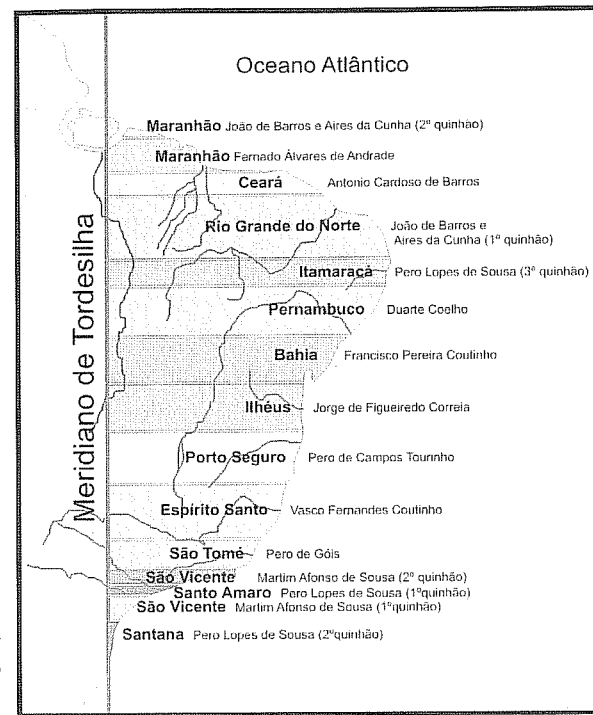
Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade. *“Presume-se que a extensão dessa donataria estivesse compreendida no litoral situado entre a baía de São José, no Maranhão e o rio Camucim.”* (in Eugênio Porto- Roteiro do Piauí).

Sobre Antônio Cardoso de Barros, donatário da Capitania do Piauí, pouco se sabe. Não procedeu a exploração ou colonização de sua donataria.

Alguns historiadores se reportam às ruínas de pedra e cal encontradas em Tutóia, como vestígio de sua frustrada tentativa de colonização. Sabe-se, contudo, positivamente, que ele posteriormente veio para o Brasil em 1549, na companhia do Governador-Geral Tomé de Sousa.

Em 1553, Aires da Cunha, com recursos somados dos três donatários, organiza uma armada composta de dez navios e novecentos homens, para conhecerem e explorarem as potencialidades das terras que lhes pertenciam. A nau capitânia soçobrou nas proximidades da costa maranhense, perecendo Aires da Cunha. As demais desembarcaram na ilha de São Luis, (Maranhão). Após três anos pesquisando o interior, sem encontrar ouro nem prata, os expedicionários resolvem regressar a Portugal, tendo perdido, na viagem, mais três embarcações que, desgarradas, foram dar nas Antilhas.

Decorridos quinze anos do insucesso de Aires da Cunha, os filhos de João de Barros voltam ao Brasil para uma nova tentativa de se apossar da terra. Em luta constante com os gentios, não conseguem nenhum progresso. À custa de muito esforço, João de Barros consegue recuperar



os filhos. Pobre e sem condições de manter a Capitania, renuncia aos direitos de donatário.

Devido ao insucesso do sistema de capitanias, a Coroa portuguesa decidiu, em 1548, criar o Governo-Geral, uma tentativa de centralizar o poder.

Tomé de Sousa foi nomeado o primeiro Governador Geral do Brasil, chegando a Salvador, em março de 1549, tendo como um de seus auxiliares, Antônio Cardoso de Barros, na qualidade de primeiro provedor-mor da fazenda real.

Após seis anos no Brasil, Antônio Cardoso de Barros, ao voltar à Europa, morreria no naufrágio que também vitimou o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, devorados pelos índios caetés que habitavam a região, na foz do rio Coruripe.

AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE O PIAUÍ

No século XVI, velejaram ao longo da costa piauiense Vicente Yáñez Pinzón e Diogo Lepe (1.500), Gonçalo Coelho (1.501), Diogo Leite (1.531), Aires da Cunha (1.536), Luís de Melo (1.554).

O primeiro registro da presença de estrangeiros em solo piauiense se deu em 1571, quando Nicolau de Rezende e seus companheiros de expedição, sobreviventes de um naufrágio ocorrido no Delta do Parnaíba, foram acolhidos pelos índios *tremembés*, que habitavam a região. Os naufragos não voltaram à civilização. Aqui permaneceram constituindo família com as nativas, passando, então, a ser considerados como os primeiros descobridores do Piauí. Entretanto, o efetivo povoamento do território só viria acontecer ao longo do século XVII, com as primeiras bandeiras chefiadas por Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense.

Em 1587, Gabriel Soares de Sousa, no seu “Tratado Descritivo do Brasil”, menciona e situa o rio Grande dos Tapuias (Parnaíba), informando que “nele entram navios da costa e têm boa colheita”.

Desde a ocupação dos franceses, as comunicações entre o Maranhão e o Ceará (de São Luís à Ibiapaba) se processavam tanto pelo litoral, quanto por terra, percorrendo os viajantes um trajeto margeando o litoral, que mais tarde seria território do Piauí.

No ano de 1603, Pero Coelho de Sousa, dando combate aos franceses e índios da serra do Ibiapaba que a eles se aliaram, pretendendo alcançar São Luís do Maranhão, marcha pelo futuro território do Piauí até alcançar as margens do rio Punaré (Parnaíba). Em virtude da indisciplina e recusa de seus subordinados em prosseguir a viagem, fora obrigado a retornar ao Ceará.

Em 1613, Martin Soares Moreno visitou as barras do rio Pará (Parnaíba), estabelecendo relações amistosas com os índios *tremembés* que dominavam o delta. Em Tutóia, no Maranhão, encontrou ruínas de construção, que alguns historiadores atribuem à tentativa de colonização por parte do donatário Antônio Cardoso de Barros, mas, sem nenhuma comprovação.

Expulsos os franceses, em 1616, Baltazar Álvares Pestana percorreu o litoral piauiense, quando se deslocou do Maranhão com destino a Pernambuco, com o objetivo de adquirir armas e munições para aquela capitania.

Partindo de ordem do Governador do Maranhão, uma série de violências foi praticada contra os gentios, provocando imediata reação dos índios, que passaram a dificultar a passagem de brancos pelo território piauiense.

André Vidal de Negreiros enviaria o chefe tabajara Muririba para negociar com os *tremembés*, os quais pacificou, possibilitando as ligações por terra entre o Maranhão e o Ceará.

Em 1658, ao terminar seu governo no Maranhão, André Vidal de Negreiros fora nomeado para assumir a capitania de Pernambuco. Escoltado por soldados e índios, atravessa o território piauiense em direção à serra da Ibiapaba no trajeto que o levaria a Pernambuco.

Chega a vez dos jesuítas Padres Pedrosa e Antônio Ribeiro percorrerem as terras piauienses no rumo da Ibiapaba, percurso que logo seria seguido por padre Antônio Vieira, designado superior da Missão.

Segundo a descrição do padre Antônio Vieira (1660) “O rio Parnaíba sai ao mar entre o Maranhão e o Ceará, por oito ou nove bocas, que vulgarmente se cuida são rios diferentes, os quais todos eu vi e passei. Pela maior boca sai também a maior corrente do rio, que é largo de um tiro de mosquete, e mui profundo, e entra pelo mar, com tal ímpeto, que em uma das viagens que fiz por aquela costa, estando duas léguas ao mar sobre ferro, batia no costado do navio com notável força e ruído de que depois conheci a causa. Donde venha este rio, não há notícia certa,

mas pelas que me tinham dado no Pará os índios tupinambás, tenho conjectura, que nasce de uma lagoa, onde naquele tempo havia muitos índios de língua geral. (...)

“Eu, quando fiz esta jornada, fui a pé pela praia, levando cinquenta índios e uma canoa para passar os rios; esta canoa em umas partes se levava às costas com varais, em outras rodando sobre eles pela areia, e quando era forçado ir pelo mar, sempre ia alagada; mas dado que as duas canoinhas possam navegar as quarenta léguas de costa, que há do Maranhão ao rio (o que não se deve fazer, senão no inverno, em que se acalmam as ventanias)...”.

Em 1676, o Governador Pedro César de Menezes nomeia uma comitiva, sob a chefia do Capitão Afonso Rui, acompanhado dos padres Luigi Consalvi e Antônio Ribeiro, para explorarem o rio Paraguaçu (Parnaíba), inclusive com a missão de fazerem levantamento e mapa das terras visitadas.

Também em 1679, Vital Maciel Parente dirige uma expedição idêntica, a qual teria percorrido o rio Parnaíba até a cachoeira de Araçás, próximo à atual cidade de Palmeiras, regressando em virtude dos obstáculos encontrados.

Vale salientar as barbaridades cometidas por essa expedição contra os índios *tremembés*, que habitavam a foz do rio Parnaíba, conforme carta do Governador do Maranhão, ao príncipe regente *“tendo feito marchar de São Luís uma expedição composta de 30 canoas e uma barca grande, com 140 soldados e 470 índios, sob o comando de Vital Maciel Parente, surpreenderam os teremembés descuidados, e foi tal o furor dos assaltantes que não perdoaram o sexo nem a idade. Os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores; e de uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 inocentes! Depois desta matança, seguiu a tropa pelo rio Paraguaçu acima, passantes de duzentas léguas, voltando depois a São Luís, durando a jornada não menos de quatro meses”.*

O fato é que nesse período, o Piauí servia apenas como corredor de passagem entre as capitanias do Maranhão e Ceará. Não havia colonização sistemática na área litorânea.

Entretanto, desde 1662, os paulistas chefiados por Domingos Jorge Velho, vindos com suas bandeiras das margens do rio São Francisco, já se encontravam colonizando o interior piauiense, assentados nas margens dos rios Poti e Parnaíba.

O POVOAMENTO DO PIAUÍ

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, quase dois séculos haviam-se passado, sem que as terras do Piauí fossem desbravadas. Aqui permanecia o paraíso selvagem de várias tribos, entre elas, os *pimenteiras*, os *gurgueias*, *acroás*, *tremembés*, que habitavam imperturbados a margem direita do Punaré, (rio Parnaíba), vivendo da caça e da pesca, grande fronteira indefinida entre as capitanias de Pernambuco e do Maranhão. A colonização não se iniciara antes porque os portugueses estavam muito envolvidos em lutas na faixa litorânea, tentando expulsar os franceses do Maranhão e os holandeses de Pernambuco; só após, é que os bandeirantes, os sertanistas, empreendem jornadas, tocando suas boiadas para as pastagens deste sertão nordestino.

Diferentemente dos outros estados, nossa colonização começou do interior para o litoral e está diretamente relacionada com interesses da iniciativa privada, tendo à frente o bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, e os d'Ávila, da Casa da Torre, na Bahia.

Garcia d'Ávila chegou ao Brasil com Tomé de Souza que, aqui, aportara em 1549 com uma frota de 600 homens de arma e 400 degradados, enviados por D. João III, rei de Portugal, para reconstruir a cidade de Salvador, situada na baía de Todos os Santos, onde fora a capitania de Francisco Pereira Coutinho, destroçada pelos *aimorés*, tendo como objetivo estabelecer a sede do Governo Geral do Brasil.

Garcia d'Ávila, um jovem andaluz, com a idade de 21 anos, protegido de Tomé de Souza e dotado de grande ambição, trabalhara por algum tempo como almoxarife, quando, acumulando algumas economias, decide estabelecer-se com seu próprio negócio. Compra algumas vacas vindas de Cabo Verde, matrizes, de seu futuro rebanho, e, dispondo de alguns escravos e índios domesticados, instala sua fazenda na colina de Tutuapara, litoral da Bahia.

Iniciava-se aí um império especializado na criação de gado e comercialização de seus derivados. O negócio florescia, o rebanho se multiplicava, exigindo sempre novas pastagens. Seus vaqueiros invadem os sertões baianos, instalando novos currais. Contratam-se sertanistas, homens armados, índios flecheiros e gradativamente vão implantando novas fazendas, ultrapassam o rio Itapicuru baiano e chegam ao vale do

São Francisco, não sem muitas e renhidas lutas para expulsar das terras os índios *tupinambás*, *caetés* e *cariris*.

Por cinco gerações, os d'Ávila foram ampliando seus domínios e instalando suas fazendas e currais sertão adentro. Com suas bandeiras ultrapassaram fronteiras e penetraram o solo piauiense, tendo à frente Francisco Dias de Ávila.

Ao atingir os vales do Canindé e Gurguéia, e alcançar o rio Parnaíba, os d'Ávila já haviam conquistado mais de 300 léguas em terras.

As bandeiras se assemelhavam a uma verdadeira cidade ambulante. Como seguiam para uma viagem rumo ao desconhecido, com o propósito de estabelecer novas fazendas de criação, ampliar o domínio das sesmarias, onde enfrentariam sol, chuva, animais selvagens, índios hostis, teriam de contar com toda uma estrutura de apoio, pois nem sabiam quanto tempo duraria a aventura, ou mesmo, se voltariam com vida

Vejamos como poderia ser descrito uma dessas bandeiras:

"Primeiro surgem os vaqueiros, tocando o rebanho que se espriam pela campina. Depois começaram a apontar os cavaleiros, guerreiros brancos, de chapelões de abas largas, calções de couro, gibões de sola acolchoados de algodão, calçados de sólidas botas, espadas à cinta, armas de fogo penduradas aos ombros, esporas portuguesas. Depois desfilavam os índios mansos e os mamelucos - arcabuzeiros, flecheiros, caçadores, escudeiros. Depois os negros, despenseiros e tropeiros. Alguns carregavam apenas suas armas - arcos, flecha, lança de madeira, bordunas, tacapes - atentos a qualquer incursão do inimigo. Outros carregavam nos ombros as canastras, as bruacas, os alforjes, os bornais, os jacás. A carga mais pesada vinha amontoada em carros de boi, tocados pelos carreiros.

Seguiam-se os profissionais. O barbeiro-cirurgião com seus instrumentos - navalha, lancetas, tesoura de barbear, ferros de arrancar dentes. O herbanário, com suas cabaças cheias de ervas secas e raízes medicinais. O ferreiro, com suas tenazes e bigorna. O mestre armeiro. Os seleiros. O escriba, com suas penas, tinteiro, papel e livro de registros. Os religiosos, com suas cruzeiras e hissopes. E, finalmente, as mulheres - cozinheiras, lavadeiras, costureiras, enfermeiras, protegidas na retaguarda por uma guarda montada." (in Renato Castelo Branco - A Conquista dos Sertões de Dentro).

O andamento da bandeira, geralmente acompanhando o curso dos rios, era lento e definido pelo ritmo da boiada. Havia as paradas

obrigatórias para descanso dos homens e alimentação da boiada. O transporte dos mantimentos era feito em lombo de cavalos, burros, jumentos, carros de boi que, sob o peso de suas cargas, deslocava-se, vagarosamente, seguindo as picadas improvisadas que se iam abrindo.

"Eram milhares de cabeças, diariamente reforçadas pelo milagre da reprodução. Vacas chifrudas, outras mochas, meladas, castanhas, negras, malhadas, pequenos bezerros recém-nascidos, ainda trôpegos, vacilantes, carregados nas carroças, touros vigorosos, chifres rígidos e curtos, poderosos marruás, novilhas, garrotes, marchavam morosamente, em seu passo tardo, erguendo nuvens de poeira:.

Era um oceano de dorsos luzidios, avançando avassaladoramente sobre os campos, as chapadas, os brejos, as caatingas, esmagando arbustos, desbordando o matagal, mugindo em longos mugidos pastorais.

Em volta do rebanho, à frente, atrás, nos flancos, envolvidos entre a floresta de chifres, os vaqueiros acompanhavam, orientavam, acalmavam os animais com seus tristes e saudosos aboios.

Não tinham descanso. Amansavam bezerros, dominavam touros, curavam bicheiras, protegiam os rebanhos contra as onças, as cobras, os morcegos, as varejeiras. Ou contra os índios que tentavam isolar e desviar alguma rês ou mesmo uma ponta de gado." (in Renato Castelo Branco- obra citada).

Nas paradas em locais selecionados, onde houvesse pastagem para o gado e proteção contra o ataque de índios, descansava-se e dormia-se em redes ou esteiras estendidas ao chão. Tiravam a sela dos animais de montaria e davam-lhes uma folga para pastar. Homens eram enviados para a caça, abatendo veados, caititus, cutias, paca, jacu, e tudo que pudesse representar fonte de alimento, trazendo, também, o precioso mel encontrado em abundância. No cardápio contavam com o leite das vacas e carne provida do abate das reses, aquelas que já não acompanhavam o andamento da manada.

Uma vida dura e sem conforto. Dia e noite seguiam viagem sem rumo definido, marchando ao compasso do rebanho. Ameaças constantes de feras, cobras venenosas, escorpiões, o desconforto dos carrapatos, dos mosquitos, do calor, da chuva, da febre terçã, sezão, maleita - aliava-se a isso - a solidão da floresta, trazendo nostalgia e suaves recordações de entes queridos.

A atividade da criação de gado era estimulada e de suma importância dentro da estrutura econômica do país. Eram os rebanhos

criados no sertão que serviam para abastecer a população litorânea que se dedicava à agricultura, especialmente a canavieira. Além de suprir o mercado interno, exportavam-se derivados: charque, couro, chifres e outros. O boi era a alma das bandeiras. Se o objetivo era escolher novas pastagens para multiplicação dos rebanhos, ele contribuía não só como elemento reprodutor, mas, e principalmente porque se autotransportava, podendo sua carne e seu leite estar disponível a qualquer momento, para consumo. De seu couro fabricavam-se todas as coisas; este era a matéria prima mais à mão e duradoura.

“De couro eram as portas das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o moçó ou alforje para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagens, a bainha da faca, as broacas e os surrões, a roupa para entrar no mato, os banguês para cortumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

De couro a sela da alimária, o chicote, o chapéu, os laços de prender a rês.

“Também de Couro era a mobília (cadeiras de encosto, tamboretas), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús guarda-roupas, arabescados de pregaria dourada” (in José Camillo Filho - Pequena História do Piauí).

Nessa marcha lenta, mas contínua, em alguns lugares vão deixando núcleos permanentes, onde fazem roçados e plantios e facilitam matrizes para reprodução, prevendo necessidades futuras.

Continuam viajando até que, cansados, exaustos, resolvem fundar um arraial, um ponto de apoio fortificado, para garantir o domínio das terras já conquistadas.

O local escolhido deveria gozar, além de vantagens estratégicas, de boas pastagens, de solo fértil e água em abundância. Abre-se na mata uma clareira, cortam-se árvores para construção da paliçada de pau-a-pique, cerca protetora que circundará o perímetro do acampamento, constroem-se ranchos improvisados, cobertos de palhas, os quais, futuramente, serão substituídos pelas construções mais sólidas.

Dividem-se os trabalhos em equipes, umas providenciando curral para gado, chiqueiro para cabras e porcos, outras preparando roçados

para plantio de milho, mandioca e feijão.

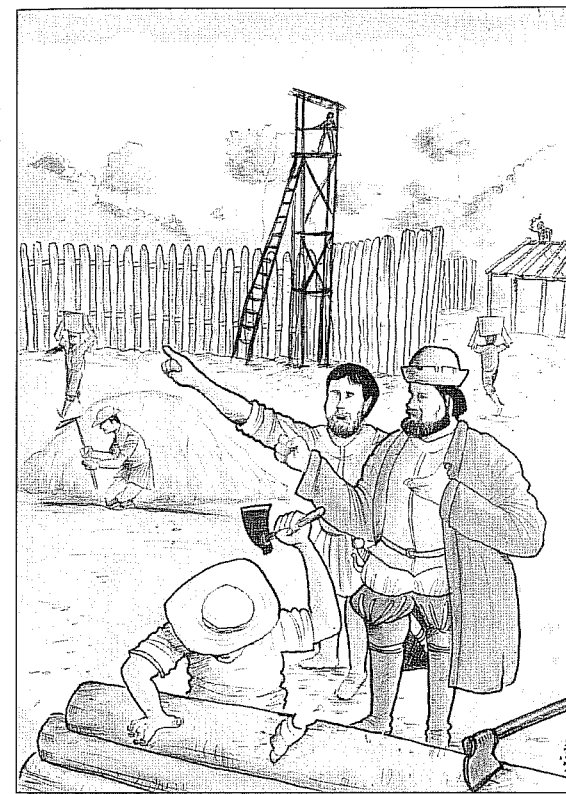
Nos galpões improvisados são acomodados os mantimentos, guardados em jacás contendo farinha, rapadura, milho, carne seca e cabaças de mel. Os dormitórios são toscos, com leitos de palha, esteiras, couros de boi ou redes de embira. Em galpões, com guarda permanente, serão armazenados as munições, as espingardas, mosquetões, bacamartes, espadas, facas, machados, enxós, serrotes e foices.

Os religiosos erguem um cruzeiro no centro do arraial, e improvisam um altar para o culto da santa missa.

Os artífices, ferreiro e armeiros providenciam forjas para desenvolver seus trabalhos. As cozinheiras providenciam refeições, em vários braseiros, distribuídos na periferia do acampamento, para a árdua missão de fornecer alimento para tanta gente.

Caçadores partem para a caça de animais, coleta de frutos, mel, ervas e raízes, e, sobretudo para investigar a presença de índios nas imediações.

Consolidada a estrutura física do arraial, são enviados frentistas, patrulhas que se embrenham nas matas, distanciando-se mais e mais, trazendo informações sobre as novas pastagens, sobre os rios e riachos, serras, flora, fauna, e sobre a indiada. Voltam encantados com variedades das frutas silvestres como buriti, pequi, bacuri, jenipapo, guabiraba, murici, puçá e a diversidade de palmeiras como babaçu e, principalmente, a carnaubeira, que fornece um saboroso palmito. Com



sua excelente madeira podem ser confeccionadas cercas, mourões para os currais, estacas e vigamentos de casas. De suas palhas, fabricam-se coberturas, paredes, esteiras, cestas, cofos, abanos, chapéus, cordas e de sua cera, velas para clarear as noites escuras. Por suas tantas utilidades foi cognominada pelos sertanistas como a "Árvore da vida".

Os exploradores trazem notícias de rios e vales férteis. A bandeira, por não se acomodar, parte para a conquista dessas novas pradarias, ampliando seus domínios, deixando em sua rota novas fazendas, currais, núcleos habitados que se tornarão futuras vilas e cidades.

Corriam notícias, quando ultrapassadas as serras fronteiriças ao rio São Francisco, rumo ao sertão de dentro, no Piagohy dos indígenas, de que eram abundantes os vales férteis e campinas muito próprias para criação de gado.

A ocupação desses domínios exigiria guerra constante contra os índios. Muitos foram os enfrentamentos com as tribos que habitavam a região, entre elas os *pimenteiras*, os *guegês*, os *acoroás*, os *jaicós*, os *piaucus*, os *caratins*, os *sucurus*.

Em terras piauienses desbravam os vales do Canindé, Piauí e Gurguéia

Batizam de "Dois Irmãos" a serra que separa os estados do Piauí, Bahia e Pernambuco, uma homenagem aos irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra.



DOMINGOS AFONSO MAFRENSE "SERTÃO"

Domingos Afonso chega ao Brasil em 1670, originário de Portugal, onde nascera na freguesia de São Domingos da Tanga da Fé, perto de Mafra, daí o chamarem de Mafrense e, por viver, permanentemente, embrenhado nas matas, preferia a alcunha de "Sertão".

De porte hercúleo, cheio de energia, tornar-se-ia aguerrido sertanista.

Aqui, instala-se como foreiro dos senhores da Casa da Torre da Bahia, na fazenda Sobrado, situada à margem esquerda do São Francisco, próximo às nascentes do rio Piauí, na lagoa do Caracol. Em virtude da rebelião dos índios *galaches* e *quasquais* que sitiaram sua fazenda, recebe reforço comandado por Francisco Dias de Ávila, quando dominam e exterminam os gentios.

Como grandes aventureiros eles se juntam numa bandeira, para estender seus domínios até o Sertão de Dentro do Piauí, terras nunca dantes exploradas. Acompanharam-nos nessa empreitada Julião Afonso Serra, seu irmão e os senhores da Casa da Torre, Francisco Dias e Bernardo Pereira Gago.

Domingos Sertão tornar-se-ia senhor de muitas fazendas instaladas entre os rios Piauí, Canindé e Gurguéia. Eram léguas e léguas de pasto, incontáveis rebanhos, distribuídos entre as fazendas Olho d'Água, Mucambo, Jenipapo, Serrinha, Tranqueira, Brejinho, Guaribas, Salina, Poções, Buriti, Cajazeiras, Cachoeira, Gameleira, totalizando 39 fazendas, onde, uma delas veio a ser a sede da cidade de Oeiras, Capital da Província.

Na velhice, retorna a Salvador, reconcilia-se com a Igreja, e com a consciência em paz, arrependido por seu passado turbulento e exterminador de índios, torna-se irmão leigo da Companhia de Jesus e Tesoureiro Geral do Estado.

No testamento, feito a 12 de maio de 1711, três meses antes de falecer em 20 de agosto de 1711, deixa sua imensa fortuna aos Jesuítas do Colégio da Bahia, "para dotações de donzelas, vestimento de viúvas e órfãos, e esmola aos pobres.(....)"

"Declaro que sou natural de São Domingos da Tanga da Fé, termo de Torres-Vedras do arcebispado de Lisboa filho legítimo de Julião Afonso e de sua mulher Jerônima Francisca, já defuntos; e nunca fui casado, nem tenho quem haja de ser meus herdeiros; portanto instituo a minha alma única herdeira do remanescente dos meus bens, satisfeitos os meus legados e mais disposições conteúdas e declaradas neste meu testamento e assim antes desta verba como depois dela (....)"

"Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e considerável despesa com adjutório de sócios, e sem eles defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras ou parte delas, etc.". (Anexo nº 01 - Testamento de Domingos Afonso Sertão).

Uma riqueza avaliada em 145 léguas de extensão por 75 de largura, 498 escravos, 1.010 cavalos, 1.860 bestas, 11.906 bezerros, 908 poldros e mais de 40 mil cabeças de gado. (in Renato Castelo Branco - A Conquista dos Sertões de Dentro)

Trajetória dos d'Ávila

Tomé de Sousa desembarca na Baía de Todos os Santos em 29 de março de 1549, e dá início à construção da futura cidade de Salvador. Um trabalho hercúleo que envolve a todos, desde o governador, sacerdotes e cavaleiros, funcionários, soldados e degredados. Abrigados em improvisadas palhoças, iniciam-se a construção dos prédios públicos, obras simples de pau-a-pique, uma paupérrima igreja. Em 22 de julho daquele mesmo ano, já estavam edificadas, além da paliçada de proteção, *"duas casas, uma para audiência e Câmara nesta cidade de Salvador e a outra na ribeira onde se recolheu o sal" "e um armazém com uma única fechadura.."*.

As missas, assistidas pelos colonos e selvagens convertidos, eram celebradas pelo padre Manuel da Nóbrega.

Garcia d'Ávila, com a idade de 21 anos, responsável pelo almoxarifado, tudo anota, despacha os pedidos, fiscaliza a entrada e saída de material, enfim, desenvolve suas funções com competência, bem ao agrado do Governador.

Como grande aliado na execução dos trabalhos, Tomé de Sousa contou com a ajuda de Diogo Álvares, o "Caramuru", e, dos índios mansos que obedeciam ao seu comando.

Sobrevivente do naufrágio de 1509 na foz do rio Vermelho, Diogo Álvares casara com a índia Paraguaçu, de quem tinha três filhas casadas e netos.

Alguns incidentes aconteceram, como era de se esperar. Os homens que aqui desembarcaram, quase todos solteiros, logo começaram a incursionar pelas redondezas à procura das índias para relacionamento, inclusive entre tribos belicosas. Revoltados e enciumados, os índios se vingam, assassinando quatro portugueses. O Governador consegue prender dois dos matadores e parte para uma selvagem revanche. A título de intimidar aos demais, com um terrível e imorredouro exemplo, faz amarrá-los na boca de canhões e põe fogo às peças de artilharia. Essa morte cruel repercutiu em todas as tribos, apavorando os selvagens.

Com a fixação do branco consolidando seus domínios, os índios recuam cada vez mais para o interior. Os espaços vão ficando livres para plantio dos canaviais e criação de gado. Começa a chegar de Cabo Verde o gado leiteiro, que se adaptaria bem ao clima da região, e surgem, assim, as primeiras sementes dos rebanhos que se alastrariam pelo sertão adentro.

Garcia d'Ávila, em 6 de dezembro de 1550, adquire por 4\$000 suas primeiras vacas. Comprou escravos e agregou índios para administrar seu primeiro curral em Itapagipe. Recebe mudas de cana-de-açúcar e continua a importar mais gado, ampliando seus currais. E esse progresso foi tanto que, em 1552, dois anos após, já vendia "dois bois maninhos para os carros de sua alteza". Já senhor de engenho e mais de duzentas cabeças de gado, muitos porcos, cabras e éguas, Garcia d'Ávila precisa de mais espaço para multiplicação de seus rebanhos. Requer ao Governador duas léguas de terra no litoral de Itapoã, próximo da cidade de Salvador. Garcia d'Ávila queria se estender ainda mais, litoral acima, e a oportunidade chegou por intermédio do Governador Geral.

"Com efeito, nos primórdios de sua administração, Tomé de Sousa, preocupado com o problema da segurança da cidade do Salvador, encarregara d'Ávila, seu valido, de erguer um baluarte para a vigilância da costa, cumprindo as instruções de D. João III, cujo Regimento determinava o desbravamento das regiões desconhecidas, a contar de duas léguas além da Povoação do Pereira até Tatuapara e a entrada de Peraxuim, bem como obrigava aos favorecidos com a doação de terras a construção de "uma torre ou casa forte" junto aos engenhos de açúcar e plantações. Em novembro de 1549, cerca de sete meses após chegar à Bahia, Garcia d'Ávila formou uma tropa, da qual portugueses e índios mansos participaram, e adentrou o sertão, e levou Domingos Fernandes Quaresma, João Homem, Antônio Jacomo, Pedro Lopes e

Sebastião Vasques como bandeiras, desbravando antes a linha do litoral, a partir de uma légua além do Rio Vermelho. Encontrou oito aldeias de índios às margens do Pojuca, em direção ao norte, até uma légua adiante da enseada de Tatuapara que configurava um porto com bastante profundidade, na embocadura de um riacho, em que caravelões podiam entrar com preamar, ao sopé de uma colina, da qual qualquer navio que demandasse a Bahia se podia divisar. Melhor ancoradouro naquela região não havia, porque logo após o areal da praia uma cadeia de arrecifes de coral bloqueava praticamente todo o resto do litoral, desde o rio Real, chamado Itanhy pelos índios, até a baía de Todos os Santos. E lá as naus francesas, que não mais ousavam chegar à Ponta do Padrão (Farol da Barra) continuavam a introduzir-se nos rios Real e S. Francisco e desciam até à proximidade da cidade de Salvador, ancorando na enseada de Tatuapara, onde negociavam com os índios de Miranguaba e, através do vale do rio Joanes e do estuário Matoim, estabeleciam contacto com as tribos do Recôncavo. Necessário tornava-se, portanto, ocupar aquela região de importância estratégica, tanto para a conquista do norte da capitania da Bahia, pela costa e pelo centro, como coibir o escambo de pau-brasil, algodão, pimenta e outras mercadorias entre os tupinambás e os franceses, que durante muito tempo Caramuru intermediara. Com efeito, Garcia d'Ávila, após subjugar em janeiro de 1550 as tribos ali existentes, escolheu para instalar sua base de operações, cerca de 2 km ao norte da foz do rio Pojuca, um cerro isolado, que se alevantava 50 metros o nível do mar, ao lado de um pequeno porto protegido pelos arrecifes, e de onde se podia descortinar todo o quadrante de acesso de embarcações vindas do norte. Estas vantagens geográficas e estratégicas determinaram-lhe a decisão. E ali, em taipa e madeira, rebocadas com cal de marisco, por dentro e por fora, tal como o mestre de obras Luís Dias recomendara, ele ergueu um baluarte, que teria a função de casa de residência e, ao mesmo tempo, atalaia fortificada, servindo para conter os índios bravios, bem como de posto de vigia do litoral para reprimir os estrangeiros, que lá freqüentavam.

Cercou em estacadas e denominou-o Torre de São Pedro de Rates, nome de uma freguesia medieval, nas cercanias de Póvoa de Varzim, ao norte de Portugal, entre o Minho e o Douro, onde o pai de Tomé de Souza fora prior e provavelmente o próprio Garcia d'Ávila nascera e se criara.." *"..Essa Torre estava situada a 13 a 14 léguas ao norte de Salvador.."* (in Luiz Alberto Moniz Bandeira – O Feudo- Civilização Brasileira 2.000 – págs 92/93).

Do alto da colina de Tutuapara, (em tupi significa “tatu-bola”), Garcia d’Ávila construiu seu baluarte de pau-a-pique e solicita ao Governador novas sesmarias.

Na administração de Duarte da Costa (1555), a ocupação da terra começa a oferecer resistência. Muitos índios, associados a caboclos e negros, rebelaram-se e atacaram engenhos e fazendas, entre elas currais de d’Ávila, em Itapoã. A resposta armada foi fulminante, destruindo os grupos rebeldes. Livre de perturbações, os rebanhos se multiplicam e Garcia d’Ávila prossegue instalando novos currais entre Jacuípe e Pojuca. Já poderia considerar-se um homem rico, gozando de conforto em suas propriedades e possuindo a melhor casa de Salvador, depois da do bispado.

De sua união com uma índia de nome cristão Francisca Rodrigues, nascera em 1553 a filha Isabel de Ávila, a quem muito amava.

Para continuar seu sangue através de herdeiros diretos, Garcia d’Ávila contrai matrimônio com Mecia Rodrigues, uma moça de origem judaica.

Doadada pelo rei, em 11 de dezembro de 1560, fora-lhe transferida a sesmaria de seis léguas, que abrangia do Pojuca litoral acima, até as proximidades da foz do Real (rio que separa os Estados da Bahia e Sergipe). Grande parte da costa norte da Bahia estava assim em poder de Garcia d’Ávila

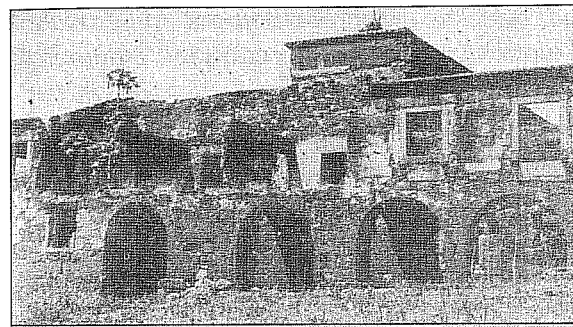
Sua filha Isabel de Ávila, o maior dote do país, com 19 anos de idade, casa-se, em 1573, com Gil Vicente de Vasconcelos. Receberam do pai casa e fazenda nas terras de Itapoã.

A TORRE

Enriquecido, Garcia d’Ávila substitui as precárias construções de pau-a-pique de Tutuapara por um castelo fortificado, com a frente debruçada sobre o mar e nos fundos, uma fachada em arcos, voltada para o sertão. Um fortim a espiar do alto a navegação costeira, e ponto de apoio para a conquista da terra com a contínua marcha de seus rebanhos.

A Torre, nome com que ficou conhecida a mansão, compunha-se de “moradias, muros de defesa, capela e um baluarte vigilante,

onde ardiam, em circunstâncias especiais, fogos sinaleiros”. A casa fortaleza fora construída com pedras vindas da ilha de Boipeba, com cal de mariscos e azeite de peixe; produzira-se uma argamassa das mais duradouras, empregada na elevação da obra.



Ruínas da Casa da Torre- foto de 1945- D.P.H.A.N
(História da Casa da Torre-Pedro Calmon)

Essa sólida construção estava preparada para resistir a possíveis ataques de piratas vindo do mar ou índios rebeldes pelo lado do sertão. Seu corpo central, em dois pavimentos, era flanqueado por duas alas em ângulo reto. A fachada para o mar, em acabamento simples, contrastava com a do lado da terra, aberta em arcos à semelhança das casas nobres dos engenhos. Quartos, corredores, subsolo e galerias se interligavam. As espessas paredes foram edificadas com um cimento indestrutível.

Garcia d’Ávila, que fazia parte do governo de Salvador, como vereador mais antigo, residia em seu castelo.

Conforme a descrição de Gabriel Soares de 1584, citada (in Pedro Calmon- História da Casa da Torre):

“Tutuapara é uma enseada onde se mete um riacho deste nome, em a qual entram caravelões da costa com preamar; nesta enseada têm os navios muito boa abrigada o surgidouro, de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia d’Avila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade de Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora mui ornada, toda de abobada, em a qual tem um capelão que lhe ministra os Sacramentos. Este Garcia d’Ávila tem toda sua fazenda em criações de vacas e éguas e terá alguns 10 currais por esta terra adiante”

Também escreveria o padre Cardim:

“Aquela noite fomos ter à casa de um homem rico que esperava o padre visitador: é nesta Bahia o segundo em riquezas por ter sete ou oito léguas de terra por costa, em a qual se acha o melhor âmbar que por cá

há, e só em um ano colheu oito mil cruzados dele, sem lhe custar nada. Tem tanto gado que lhe não sabe o número”.

A SAGA DOS D'ÁVILA

Do casamento com Mecia Rodrigues, Garcia d'Ávila não tivera filhos.

Do relacionamento com suas escravas nasceram vários filhos, entre eles João Homem Moço, a quem muito prezou, bandeirante como ele, que se destacara na conquista de Sergipe, mas que morreu cedo, antes dos trinta anos.

Sua filha Isabel de Ávila, fruto da união com a índia Francisca Rodrigues enviuvava sem deixar descendentes; o marido Gil Vicente fora vítima de uma emboscada dos índios Tupinambás.

Em segundas núpcias, Isabel casa-se com o sertanista Diogo Dias, neto de Diogo Álvares “Caramuru” e Catarina Paraguaçu, o casal mais antigo do país. Da condição de naufrago em 1509 nas praias de Salvador, “Caramuru” passa pelo entrelaçamento familiar a liderar imensa tribo guerreira, tornando-se, na época, o homem mais respeitado do Brasil. Sua família se enobrecia com o casamento de suas filhas de sangue índio, com jovens fidalgos. Garcia d'Ávila recebe com aprovação e alegria o casamento da filha.

Desse casamento nasce o neto e herdeiro **Francisco Dias de Ávila**. A Casa da Torre passa a ter um sucessor legítimo.

Francisco Dias de Ávila, cercado do carinho da família, cresce vigoroso, sua estatura é alta, a cor morena, denunciando sua ascendência cabocla.

Fica órfão prematuramente, quando, em 28 de outubro de 1593, morre sua mãe e, quatro anos depois, o pai.

Herda do avô todo o império, quando, em 1609, com mais de 80 anos e ainda lúcido, Garcia d'Ávila faz seu testamento, relacionando com precisão seu patrimônio, citado (in Pedro Calmon- História da Casa da Torre):

“as vacas que tinha no Itapicuru, os rebanhos soltos no Jacuípe, os currais de Sergipe, as fazendas estendidas de Itapoã ao São Francisco, as novas datas, que Cristóvão de Barros lhe dera, a sua extensão, a natureza

do solo, os escravos, os índios forros, os agregado, e não sofreria que lhe mutilassem o vasto domínio. Este tinha a unidade de uma existência, a coesão de uma vontade. Legava-o ao neto. Para que alçasse o mesmo pendão, empunhasse a mesma espada, devassasse aquele mundo vigiasse aquele mar...”

Muito jovem para administrar os bens da família, seu avô, ainda em vida, nomeia Manuel Pereira Gago para assessorá-lo como procurador. Homem rico, honesto e experiente, Pereira Gago, rendeiro da Casa da Torre, amigo da família, tratou de Francisco Dias de Ávila como se fora um filho. Prossegue, requerendo novas sesmarias, ampliando o patrimônio para o vale do Subauma, rio que deságua no oceano nos limites de suas propriedades.

Para contentamento das duas famílias, em 1621, Francisco Dias de Ávila casa com Maria Pereira, filha dileta do casal Manuel Pereira Gago, seu tutor, e Catarina Fogaça. A família Pereira Gago tinha um filho Antônio Pereira que se ordenara padre e que foi morar na Torre, ocupando as funções de capelão.”

A associação entre Francisco Dias de Ávila e Antônio Pereira iria ampliar os domínios da Casa da Torre além dos confins do rio São Francisco. O padre, o cérebro pensante, com uma visão ambiciosa desmedida, tem, em seu cunhado, um homem de energia e determinação, o instrumento para ocupação de todo o Nordeste com suas fazendas e currais. Nomeado pelo governador da Bahia capitão-de-gente entre os rios Jacuípe e Real, na costa norte da Bahia, com a experiência adquirida nesses domínios, Francisco Dias de Ávila estava preparado para os vãos mais altos, que seriam traçados pelo padre.

Em expedições promovidas para encontrar as fabulosas minas de prata, segredo de Belchior Dias Moréia, partem os dois, secundados por suas boiadas que, a passagem, vão povoando, semeando currais pelos altiplanos de Jacobina e Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina. Ultrapassam o rio Itapicuru baiano e alcançam o médio São Francisco. A tática era essa: mesmo não encontrando as tão sonhadas minas, a viagem não se faria em vão. O domínio da terra se consolidaria com a fixação dos rebanhos, e, posteriormente, far-se-ia o pedido da posse com as sesmarias.

A LENDA DE MORIBECA

Ao morrer, Belchior Dias Moreia, tio de Francisco Dias de Ávila, deixara-lhe uma particular missão, que era administrar as terras de suas sesmarias situadas em Sergipe, nas margens do rio Real, herança que passara para seu filho Roberto Dias. Existia uma lenda de que Belchior Dias, apelidado “Moribeca”, com suas bandeiras, chefiando índios da tribo de sua avó Catarina Paraguassu, encontrara montanhas de prata no coração da Bahia, para as bandas das serras de Jacobina e Pedra Furada. Essa expedição iniciada em 1593, envolta em densa sombra de mistério, durou 8 anos, reaparecendo em 1601, quando os parentes já o julgavam morto. Comprovadamente, encontraram apenas ametistas roxas e algumas jazidas de nitrato de potássio no rio Salitre. Contudo, corriam boatos que também haviam descoberto preciosas minas de prata.

Em 1604, Belchior Dias viaja à Espanha para oferecer ao rei o segredo da localização das minas, em troca de vantagens e honrarias, afirmando que haveria de *“dar neste sertão do Brasil tanto ouro e tanta prata como ferro em Bilbao”*. Apesar das amostras que apresentara, não obteve aprovação do projeto, talvez por não o levarem a sério, ou, em razão das condições impostas.

Continuou por muitos anos insistindo junto à Corte, para formar uma parceria na exploração das minas, de cujo segredo era ele detentor.

Somente em 1617, já com a idade de 61 anos, na época em que D. Luiz de Souza assume o Governo Geral do Brasil, consegue, do rei D. Felipe II, a aprovação de seu projeto, tendo-lhe sido prometido *“o foro de fidalgo e do título de administrador das minas, e nas terras que pretende todo favor”*.

Belchior Dias achava que seu preço valia mais, e exigia um morgadio de 30 léguas, com autoridade quase soberana, similar a uma capitania hereditária, com seus privilégios e prerrogativas. Queria, também, a isenção da justiça ordinária, 3.000\$000 cruzados de renda das minas e o hábito de Cristo para ele e seus descendentes.

Finalmente, no começo de abril de 1619, foi marcado um encontro com o Governador para revelar a localização das minas de prata. O local foi em Alagoas do Sul, próximo a Porto Calvo, contando com as presenças de Manuel Magalhães, capitão das Alagoas e de João Mendes, capitão-mor de Sergipe. Ficou acordado que o Moribeca revelaria, até 24 de junho, o segredo da mina.

Alegando que não lhe foram atendidas todas as reivindicações, em 26 de abril, Belchior Dias solicita, por intermédio do capitão João Mendes, que seja levada a D. Luiz de Souza uma proposta de revisão do contrato, onde exigia as pretensões anteriores e outras mais, nomeando Manuel Pereira Gago e Francisco de Barros como seus procuradores.

O Governador, já sem paciência, convoca-o para um novo encontro na localidade de São Cristóvão, com a presença de Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro e Fernão Gil um perito de minas, que estavam de passagem pela Bahia. Belchior comparece acompanhado de seu influente sobrinho Francisco Dias d’Ávila, dono da Casa da Torre.

Enfim, tendo à frente Belchior Dias, uma comitiva formada pelo governador do Rio, Martim de Sá, seu filho Salvador Correia de Sá, Fernão Gil, e outros, partem para o sertão. Ao atingir a serra de Itabaiana, são apresentadas amostras de minérios com grande concentração de malacacheta que, à primeira vista, deu aos peritos, a impressão da presença de prata. Procedidos a vários ensaios, constatou-se apenas a presença de escórias de ferro, nada com valor comercial.

Sob forte pressão, Belchior Dias teria dito que estavam com os pés em cima da jazida, mas que só revelaria o local exato, depois de receber o contrato assinado que lhe fora prometido. Martim de Sá alegava que só passaria a documentação depois da identificação prometida. O impasse acontecera, porque Belchior fora avisado por um pajem de D. Luiz de Souza, o qual ele prestara algum favor, que ouvira das autoridades confabulações para enganá-lo, depois de revelado o segredo. A postura de Moribeca foi tomada como desacato, motivo pelo qual ao regressar a São Cristóvão, onde D. Luiz de Souza aguardava a expedição, foi logo preso, lavrando-se um novo auto, pela acusação de que tentara enganar sua majestade. Conduzido para a Bahia, foi condenado a pagar 9.000 cruzados pelo ressarcimento das despesas. Cumprindo pena no calabouço da Câmara de Vereadores de Salvador, depois de dois anos de maus tratos, resolve revelar o segredo, mas foi contido pela família que, indignada, preferia pagar os 9.000 cruzados, a nada mostrar.

Libertado, Moribeca volta a suas terras em Sergipe e, desgostoso, morre aos 65 anos de idade, deixando para seu filho Robério Dias suas fazendas na margem do rio Real.

O mutismo do bandeirante contribuiu para as especulações em torno da lenda. Uns acreditavam que ele teria desenhado um mapa na

parede de uma serra. Outros entendiam que não passava mesmo de lenda, pois nenhuma amostra do minério de prata fora apresentada.

O roteiro das minas, - Moribeca teria passado ao padre Antônio Pereira e a Francisco Dias de Ávila, - é tanto que em 1621 ofereceram-se ao rei Felipe IV da Espanha “para descobrir o segredo de algumas minas de prata, ouro, pedras e mais minerais”, que possivelmente estariam dentro dos limites das futuras sesmarias, nas serras de Jacobina e nascentes do rio Salitre.

Em 21 de abril de 1624, recebe do rei um alvará com poderes para devassar os sertões, dando-lhe autoridade especial, sem sujeitá-lo à gerência dos governadores. Uma prova de que o rei tomara conhecimento e suspeitava de que Moribeca, não revelara o local das minas, despistando sempre os governadores, pelo fato de neles não confiar.

A expedição exploratória das minas teria de esperar mais tempo, pois Francisco Dias fora chamado para lutar contra os holandeses que ameaçavam Salvador, então, a capital do Brasil.

Realmente, nesse mesmo mês de abril de 1624, os holandeses com a supremacia da guerra atacam e tomam a cidade. A Casa da Torre teve importante papel nessa guerra. Do alto da Torre, vigias, cumprindo sua missão, deram sinais da aproximação da armada. Uma pena que esses sinais não tenham sido captados nem em Itapoã, nem Rio Vermelho. Como resultado, a cidade foi atacada de surpresa e cai sob o domínio do invasor. As forças da costa brasileira se unem e partem para o contra-ataque. Francisco Dias de Ávila participa ativamente dos combates com seus índios guerreiros, comandando-os pessoalmente. Sob forte pressão da esquadra, comandada por Fradique de Toledo, a cidade é reconquistada.

Expulsos os holandeses e com o prestígio em alta, Francisco de Ávila volta a priorizar as atividades interrompidas na busca das minas de prata, ouro e salitre que o rei autorizara a explorar.

Com um plano de ação bem elaborado, solicita diretamente ao novo governador Diogo Luiz de Oliveira permissão para adentrar pelo sertão, requerendo, também, o domínio sobre as minas e as terras “desde o rio São Francisco até o rio da Cachoeira, de rio a rio (...), as serras todas de Jacobina e a serra de Loiseimbá, e destas ditas serras para o sertão 100 léguas, e daí para a costa do mar outras cem léguas.” Em 5 de janeiro de 1627, o governador autoriza que se faça o registro das terras em nome

da Casa da Torre, incorporando-se, assim, mais 200 léguas quadradas ao seu patrimônio.

No ano seguinte (1628), Francisco Dias e Antônio Pereira partem de Tatuapara numa comitiva de trinta pessoas, entre elas especialistas na identificação de metais, e (fato curioso): um jovem mulato pernambucano de nome Domingos Fernandes Calabar, que, posteriormente, ficaria conhecido como o maior traidor do Brasil, quando se alia aos holandeses no tempo da ocupação. Ninguém acreditaria que, quatro anos depois, Calabar traísse os portugueses, aderindo aos holandeses, guiando-os em ataques mortíferos. O triste resultado foi seu enforcamento e esquartejamento.

Após seis semanas de jornada, percorrendo mais de 100 léguas, sempre em direção ao norte, acharam apenas salitre, mas, em compensação, atingiram as distantes margens do São Francisco, dilatando as fronteiras da Casa da Torre. Não voltaram decepcionados, o ramo de seus negócios sempre fora o gado. Estavam tão vibrantes como se tivessem encontrado ouro. O homem pioneiro marchando na frente, o gado no rastro, fazendo a ocupação. Das margens do Pojuca, os rebanhos atingiram o distante São Francisco.

Em consequência dessa expedição, solicitaram e vieram a receber em 1632 novas sesmarias, “vinte léguas de terra pelo São Francisco, acima da banda do sul, rumo direito, e mais dez léguas para o sertão, concedidas dentro de Sergipe d’el Rei pelo capitão-mor Paulo Barbosa. Segundo Pedro Calmon, essas sesmarias eram concedidas com facilidade “mais por prudência e cortesia que pela importância das concessões”.

Em 1630, os holandeses ocupam Pernambuco, desviando, novamente, as atenções para a defesa do litoral, o que obriga o sertanista Francisco Dias de Ávila, a regressar ao seu baluarte, localizado estrategicamente a 14 léguas de Salvador.

Providências são tomadas para sincronizar os sinais luminosos entre a Torre e as guarnições de Itapoã e Rio Vermelho, para avisar antecipadamente a aproximação de esquadras inimigas. Francisco Dias de Ávila reúne sob seu comando 500 homens, entre índios, mamelucos, escravos africanos, índios guerreiros e dá todo apoio logístico às tropas de defesa que, sob o comando do conde Bugnuolo, aquartelaram, nas proximidades de Tatuapara, fornecendo mantimento à tropa.

Em 16 de abril de 1638, a esquadra inimiga, composta de 30 naus, 3.600 europeus e 1.000 indígenas, passa ao largo da Casa da Torre rumo a Salvador, querendo repetir a invasão de 1624.

Dessa vez a cidade não é conquistada. Os comandantes militares prepararam brilhantemente a defesa. Após um cerco de dez dias, e renhida luta, o comandante batavo teve de se retirar, com pesadas baixas, amargando o dissabor da derrota.

A Casa da Torre pagou caro pela guerra, somente para abastecer as tropas de defesa, aquarteladas próximo a Tatuapara, segundo o escritor Luiz Alberto Moniz, foram consumidos cinco currais de gado, “sem que Francisco Dias de Ávila recebesse um real sequer como pagamento”. Prossegue *“demorando-se ali Bugnuolo, abateram-se 5.000 reses e tangeram-se 8.000 para o consumo futuro da soldadesca, fora 3.000 mortas pelos os holandeses, que transportaram muitas outras para a margem sul do São Francisco.”*

O NOVO HERDEIRO

Francisco Dias de Ávila sobreviveu pouco às alegrias da vitória. Faleceu em 1640.

Assume o comando da família seu filho **Garcia de Ávila**, nascido em 1622 e que recebera o nome do bisavô. Em 1641, com apenas 19 anos de idade recebe o posto de capitão das ordenanças, título concedido como recompensa pelo valoroso apoio que seu pai prestara ao conde Bugnuolo, quando do cerco à cidade de Salvador. Em 8 de junho de 1642, casa-se com sua tia Leonor Pereira, um casamento de inteira conveniência da família, pois evitava-se, assim, que o domínio territorial, adquirido em três gerações, viesse a fragmentar-se. Padre Antônio Pereira abençoa o enlace do sobrinho com a tia, podendo, desse modo, arquitetar novos planos para expansão dos domínios, continuando a Casa da Torre unificada e na mesma família. A exemplo de seu cunhado Francisco Dias, agora seu sobrinho Garcia de Ávila, também, aceitaria docilmente sua orientação nos rumos e metas a serem traçadas.

O Padre, um inveterado e ambicioso sertanista de batina, gostava mesmo era das aventuras da criação de gado. Enquanto outros ricos se contentavam com a atividade açucareira, nos limites do litoral, ele se sentia à vontade, impelindo seus currais sertão adentro. *“conquistou mais terras que os reis Afonsos. Sua passada era larga como a de César. Seu olhar cobiçoso como o de Alexandre. Num de seus currais caberia um reino todo” “a fronteira de seus domínios estava na pata de seu cavalo”*

Riquíssimo, Garcia de Ávila e Padre Antônio Pereira nada mais necessitariam, mas o apetite de terras era insaciável.

Conseguem do governo de Sergipe, sesmarias que abrangem o território que vai da extrema de Jacobina até a foz do Real, rio que limita Sergipe com a Bahia.

A procura das minas de prata ficaria interrompida, pois, no ano de 1650, Ávila recebe carta do Governador solicitando seu retorno a Tatuapara. O inimigo holandês, que ocupava Pernambuco e grande parte do Nordeste brasileiro, volta a rondar ameaçando a capitania. Novamente os fachos na Casa da Torre, a exemplo de 1624 e 1638, estavam prontos para enviar mensagens cifradas de alerta. A Torre constituía um importante ponto estratégico, entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, por ser o único porto existente na cadeia de recifes que margeia o litoral norte da Bahia. Com os holandeses, já ocupando a ilha de Itaparica e bloqueando a entrada da Bahia de Todos os Santos, Tatuapara passou a ser uma parada obrigatória para embarcações que rumavam àquele porto, principalmente as que faziam a linha costeira. Dali recebiam instruções, de como alcançar com segurança, o porto da Capital. Foi dessa fortaleza que as tropas luso-brasileiras partiram para atacar os holandeses entrincheirados no rio Real, em Sergipe. Felizmente não houve enfrentamento na capital baiana, os holandeses foram batidos ainda em Pernambuco.

Restaurado o domínio português sobre o Nordeste, aumentou ainda mais o prestígio político da Casa da Torre, mercê de sua valiosa colaboração. Arquitetado pelo Padre Antônio Pereira, os dividendos seriam cobrados em novas extensões de terras para expansão dos rebanhos.

Em 22 de abril de 1651, o governador-geral do Brasil João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Maior, ainda durante a guerra com os holandeses, concede sesmaria de todas as terras nas margens do “Velho Chico” (rio São Francisco), *“entre a primeira cachoeira e a última aldeia dos Carariguaçus”*, e daquela cachoeira até as terras povoadas nos limites da capitania de Sergipe com a Bahia.

Um mês depois foram outorgadas novas sesmarias na confrontação de Sergipe com a Bahia, e terras acima ao Itapicuru, que estivessem devolutas.

Em 28 abril de abril de 1654, quando os holandeses estavam se retirando do Nordeste, o Padre Antônio Pereira recebe sesmarias de todas as terras na barra do rio Salitre, confluência com o São Francisco, e mais 20 léguas pelo mesmo rio São Francisco acima e para a banda sul.

Fica claro que a preocupação do Padre Antônio Pereira e do capitão Garcia d'Ávila *"era, sobretudo, assegurar a posse e a propriedade das terras e localizar as minas de prata que seu tio-avô Belchior Dias Moréia, dizia ter descoberto, o que então poderia tentar, uma vez expulsos os holandeses"*. (in Luiz Alberto Moniz - O Feudo.)

As divergências sobre a possível localização das minas continuavam. Barleaus, em 1640, ao levantar o mapa geográfico de Sergipe, localizou-as nas proximidades do rio das Pedras, no contorno da serra do Cajueiro. As amostras encontradas em 1619 por Belchior Dias na serra de Itabaiana, comentava-se, eram apenas um despiste, para enganar o Governador Martin de Sá, pois as minas deveriam estar noutro local, na serra da Jacobina, conforme ele teria revelado ao Padre Antônio Pereira e Francisco Dias de Ávila.

De posse das sesmarias onde poderiam estar as supostas minas, a Casa da Torre reinicia novas pesquisas, quando, em 1655, convoca os irmãos João Lourenço e Manuel Calhelha para procederem a novas buscas, na serra de Jacobina, região por eles percorrida anteriormente. Mais desencontros, quando velhos índios da região informaram que a legítima serra de Jacobina era a serra de Sapocai, distante dali mais de 30 léguas.

A ambição de encontrar as minas de prata impulsionava ainda mais entrada pelos sertões. Com o domínio dos holandeses sobre o Atlântico Sul, passando a ocupar o Nordeste brasileiro e Angola na África, o tráfico de escravos negro fora afetado, motivando os bandeirantes a intensificar a captura de índios, quer para suas lavouras como também para venda em outras capitanias, ou, até mesmo, para exportação.

Expulsos de suas terras e ameaçados de cativo, só restaria aos índios a revolta, quando revidam, atacando as bases da colonização, ou seja, os currais, as vilas, as aldeias, os engenhos e as plantações

A pretexto de combater os índios rebeldes que atacavam em todo interior do Brasil e, apoiado pelo próprio governo, muitas bandeiras foram formadas para combater a "guerra justa", uma vez que, desde 1570, através de Carta Régia, estava proibida a escravidão dos índios, a

não ser em legítima defesa, para refreá-los. Sob esta tênue linha, do que é lícito ou ilícito, muitas tribos foram dizimadas.

No interior baiano, a expulsão dos índios da serra da Jacobina e suas imediações era de interesse da Casa da Torre, para prosseguir, sem empecilho a procura das minas, objetivo que nunca abandonara.

Terminada a guerra contra os holandeses, Garcia d'Ávila solicita em 1655 ao Governador Geral, D. Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia, permissão para deixar o posto de capitão das ordenanças que ocupava na Torre de Tatuapara, a fim de embrenhar-se no sertão para prestar assistência as suas fazendas.

Acompanhado do Padre Antônio Pereira, parte em expedição e tendo desbravado mais terras, solicita em 1657, ao governo de Sergipe, 10 léguas de terra para cada um, totalizando 50 léguas no sertão do rio São Francisco.

Padre Antônio Pereira, o cérebro da política da Casa da Torre, em 1659, volta a solicitar e obtém em seu próprio nome, *"mais 20 léguas de terra, dez para um lado e dez para outro, ao sul do rio São Francisco, a começar do rio Salitre, com o que incorporou à Casa da Torre a nascente do Itapicuru e as serras de Eigipe-Iba e Jacobina, onde se supunha que as minas de prata se localizavam."* (in O Feudo - obra citada).

Segundo o Historiador Luiz Alberto Moniz, autor de *"O Feudo, págs. 158/159"*, essa sesmaria, por seus vastos domínios, alcançava pela margem direita Sento Sé e pela margem esquerda, Carinhanha, penetrando o Piauí, Ceará e Maranhão.

Segundo o autor, *"De fato, o capitão Garcia d'Ávila e seu filho Francisco, ainda menino, entraram no território do Piauí e Canindé e alcançaram as lides do Maranhão por volta de 1662 ou 1663"*

Garcia d'Ávila demonstrava satisfação com o casamento. D. Leonor Pereira dera-lhe dois filhos varões, garantia de que a Casa da Torre se projetaria ainda mais alto. O mais velho recebeu o nome de **Francisco Dias de Ávila**, o mesmo nome do avô, e o segundo foi batizado como **Bernardo Pereira Gago**. Nasce também uma filha que recebe o nome da avó, Catarina Fogaça.

Padre Antônio Pereira continuaria a preparar os sobrinhos para as labutas do sertão, dentro de seu plano insaciável de poder.

FRANCISCO DIAS DE ÁVILA - O PEQUENO GRANDE HOMEM -

Nascido em 1648, Francisco Dias de Ávila, o 2º com esse nome, de estatura pequena, corpo franzino, revelaria, ainda precoce, o caráter de um lutador. Inteligente e determinado, não era por falta de atributos físicos que se intimidaria em assumir a liderança da Casa da Torre. Seu irmão Bernardo Pereira Gago, apesar de robusta constituição, talhada para o enfrentamento nas duras lides do sertão, por natureza acomodado, não apresentava a mesma disposição para os negócios, estando fadado a gravitar em torno das decisões do irmão.

Desde cedo, Francisco Dias de Ávila acompanhava o pai Garcia de Ávila e seu tio, o padre Pereira, nas incursões pelo interior, fiscalizando os currais. Chegaram a terras distantes, alcançando as margens do São Francisco. Sua personalidade se formara percorrendo aqueles sertões, assimilando no dia-a-dia os ensinamentos de como administrar aquelas sesmarias, que se estendiam das luxuriantes florestas da mata atlântica, às caatingas e agrestes do Nordeste.

No Piauí, aqui esteve com seu pai, provavelmente em 1672/73, antes do descobrimento da capitania, (in *Pedro Calmon-obra citada*, Pg 71, *Patente de 2 de Abril de 1691, Anais do Arquivo Público e Museu da Bahia*):

“muito apto nas entradas dos sertões do Piagohy, onde acompanhou seu pai, o mestre de campo Garcia de Ávila, quando foi este bater em guerra justa os bárbaros, já porque pelo roteiro que tem é conhecedor dos confins do Maranhão, até onde naquela jornada chegou o dito pai...”

Francisco Dias também casou em família. Desposou sua sobrinha Leonor Fogaça, filha de Catarina Fogaça. Antes de morrer, seu pai vivia atormentado pela disputa que travava com o sargento-mor Antônio Guedes de Brito, membro de uma das influentes famílias da Bahia. Ele que se considerava senhor absoluto de todas as terras de Jeremoabo em linha reta para o norte, foi surpreendido, com uma sesmaria doada aos Britos, dentro de seus domínios.

Depois de muitas batalhas jurídicas, travadas para definir as escrituras, e tudo já renunciando um conflito maior, resolveram entrar em entendimento, ficando acertado dividir as terras de Jacobina e do nordeste. De uma linha demarcatória partindo do Rio Real, rumo ao poente até as nascentes do Itapicuru, donde daí partiria para o São

Francisco, ficaria com a Torre, e a parte do sul em direção a Minas Gerais ficaria com o Guedes.

Francisco Dias herda o imenso domínio, e como todo bandeirante, abrigava-se em seus trajes de campo, com um chapéu de abas largas, botas de cano alto, gibão de sola, acolchoados de algodão. *“Gibões de sola acolchoados de algodão, leves e cômodos à prova de seta e dardo, que D. Gonçalves Xavier de Louzarda já usara na nova Granada”.* (in *Pedro Calmon - obra citada*).

No seu caso, um homem de pequeno porte, dava a primeira vista, uma impressão desconcertante de um pigmeu, mas por detrás daquela aparente fragilidade se escondia um gigante cheio de astúcia.

Em 1660, quando foi nomeado capitão-mor de índios mansos, já percorria os sertões, em companhia de Agostinho Pereira, irmão do grande bandeirante Gaspar Rodrigues Adorno.

Francisco Dias vinha atuando dentro dos limites conquistados, quando chegam notícias de que um homem, das fazendas do padre Antônio Pereira, vindo de Sento Sé, nas margens do São Francisco, levava em 17 de janeiro de 1672 ao Governador Antônio Corrêa de Moraes notícias da descoberta das tão procuradas minas. O Governador se convence e autorizou a investigação das serras de prata.

Essa notícia mudava a localização das supostas minas, que se acreditavam estar no planalto de Jacobina, segundo a lenda do “Moribeca”. Mudaria, também, a atitude dos Ávila que, estabelecidos no baixo e médio São Francisco, começariam a subir o rio, abrindo novas fronteiras.

O padre Antônio Pereira convence Francisco Dias a antecipar-se ao governador, partindo, imediatamente, à procura das minas. Fugindo ao tradicional caminho que levava ao rio São Francisco pela rota de Jeremoabo, muito mais à direita na direção da cachoeira do São Francisco, afastando-se para oeste, subindo o rio Itapicuru até suas nascentes, caminho por eles já conhecidos. Daí, contornadas as serras vizinhas, alcança os formadores do rio Salitre, e seguem por este até a sua foz, no rio São Francisco, local onde seu avô estabelecera acampamento, próximo onde é hoje a cidade de Juazeiro da Bahia.

Ao chegar, foram surpreendidos com as notícias alarmantes de que os índios *guaisquais* e *galaches* estavam em pé de guerra, assaltando fazendas, dizimando o gado, destruindo o patrimônio da Casa da Torre. Era uma insubordinação geral que se estendia de Pernambuco ao

Ceará. Entre Sento Sé e Rio Verde na margem do São Francisco, onde os acontecimentos eram mais graves, tinham assassinado vaqueiros, queimado casas, dispersado o gado. Domingos Afonso Sertão que arrendava da Casa da Torre a fazenda Sobrado, localizada à margem esquerda do São Francisco, quarenta léguas acima de Juazeiro, próxima à foz do Rio Verde, reagira aos ataques com bravura, mas, diante da superioridade dos indígenas, apelava a Francisco Dias para socorrê-lo e aos demais curraleiros das vizinhanças.

O importante naquele momento não era a procura das minas, mas refrear os selvagens. Estes, esbulhados de suas terras, estavam dispostos a uma luta sem trégua para expulsar o colono invasor.

Cada vez mais acossados e empurrados para fora de seus domínios, massacrados e escravizados, os índios reagem como podem, com suas armas primitivas. Essa luta nunca arrefeceu. Além da expulsão do gentio, trazendo tranqüilidade as fazendas, os capturados seriam escravizados, aumentando o contingente da mão-de-obra. Os escravos negros, vindos da África são poucos e caros, devendo ser adquiridos no litoral, diferentemente, dos índios que estão ao alcance da mão, bastando subjugar-los, já que estão no próprio local de trabalho.

Os poucos escravos negros existentes são direcionados para os serviços domésticos, por se adaptarem melhor a essas atividades, enquanto os índios, por sua índole, tornam-se excelentes vaqueiros, amam a vida livre do campo e passam a ser peças importantes no manejo da manada. Quando dirigidos e preparados para guerrear, mostram-se corajosos, valentes, chegando mesmo a lutar contra suas próprias tribos, e, em face da aculturação, perdem sua primitiva identidade. Uma tática sempre explorada pelo branco, que ainda insuflava rivalidade entre as tribos, para aniquilá-los mais ainda e comprar, por preço vil, os prisioneiros de guerra.

Francisco Dias regressa a Salvador, reúne o maior efetivo para a guerra, composta de agregados brancos, pretos, mamelucos, índios flecheiros, muitas armas e munições.

Para comandar a tropa, que iria sob seu comando como capitão-mor, obteve do Governador patente de oficial para os irmãos Domingos e Francisco Rodrigues de Carvalho e, também, para os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, além da patente para Bernardo Pereira Gago.

Domingos Rodrigues de Carvalho, experiente sertanista, ordenança do distrito da Torre, sua segunda pessoa, recebera a patente de sargento-mor. Contou, por outro lado, com a adesão dos índios *rodela*s, comandados por Francisco Rodelas, capitão da aldeia situada na margem do São Francisco.

A guerra seria cruenta. A ordem era aniquilar o gentio. Pela margem direita do São Francisco, entre o rio Salitre e Sento Sé, a expedição destroçava a resistência indígena, forçando-os a debandar rio acima. Perseguidos, impiedosamente, recuam até o Rio Verde, última fronteira alcançada pela Torre em 1672. Nesse ponto, o São Francisco que mantinha a direção Oeste inflete para o sul, na direção do rio Grande, seu afluente pela margem esquerda.

Fica a dúvida. Continuar a perseguição, ir além do desconhecido ou voltar para os limites já conquistados? Aí é que se agiganta a figura de Francisco Dias de Ávila, o pequeno grande homem. A decisão tomada foi continuar rio a cima, sem dar sossego aos índios. Margeando o São Francisco, ora pelo mato ou em canoas, alcançou o rio Grande e seu afluente rio Preto que nasce nos limites da serra da Tabatinga, divisa com o Piauí.

Corriam notícias de que ultrapassadas as serras fronteiriças, no rumo ao Piagohy dos indígenas, eram abundantes os vales férteis, próprios para criação de gado.

Francisco Dias não pensou duas vezes, ao invés de subir mais ainda o São Francisco à procura das lendárias minas, preferiu mudar o rumo, subindo a serra da Tabatinga, na direção das nascentes do rio Gurguéia. Desceu pelo vale fértil do rio, não encontrou o “el dourado” perseguido, mas deparou-se com aquilo que mais prezava: excelentes pastagens pra expansão de seus rebanhos.

Como prêmio por ter expulsado os gentios do território baiano, recebe em 24 de dezembro de 1675 a patente de coronel das companhias de ordenança.

Em 1676, os Gurguéias remanescentes, reagrupados, voltam a atacar outra vez os currais matando 85 pessoas e dispersando os rebanhos.

Os índios foram combatidos no vale do Pajeú, em Pernambuco, por Domingos Rodrigues de Carvalho, que os repele matando e aprisionando muitos deles.

Francisco Dias de Ávila, parte à frente de 120 homens a cavalo,

numa nova expedição para debelar os insurgentes. Recebe apoio do Padre Martins de Nantes, que administrava uma aldeia na ilha de Aracapá, acima do aldeamento dos rodela. *“Aracapá fica a 29 léguas abaixo de Juazeiro e já na região das cachoeiras; dista da cachoeira da Rodelas outras 29 léguas”* (in Pedro Calmon - obra citada).

Em 1 de junho de 1676, sob o comando de Domingos Rodrigues de Carvalho, com 60 escopeteiros, 300 arcos, surpreendem o gentio na embocadura do rio Salitre. Os índios reagiram como puderam, com flechas, tacapes, azagaias, mas são vencidos pela superioridade técnica das armas inimigas, deixando, no campo de batalha, 50 mortos. Diante de tanta força, os índios fogem em debandada, atiram-se a nado no São Francisco para alcançar sua margem esquerda, e sem arcos e flechas, que haviam perdido na fuga, tentam refugiar-se num brejo próximo, quando são cercados pelo sargento-mor Domingos Rodrigues. Propondo que se entregassem passivamente, sob a promessa de que suas vidas seriam poupadas, os índios se rendem. Amarrados dois dias, são cruelmente degolados, enquanto as mulheres e filhos seriam escravizados. Uma chacina das mais vergonhosas, pois além de brutal, descumprira-se um acordo de honra.

Muitas foram as sesmarias adquiridas em terras do Piauí por Francisco Dias e seu irmão Bernardo Gago: 10 léguas de terra em quadra nas margens do Gurguéia (12 de outubro de 1676). Outra, entre o Paraim e o Gurguéia, pelo vale do Tranqueira (13 de outubro de 1684) e uma outra ao cumprimento do rio Parnaíba (29 de dezembro de 1686), em favor de sua família, de Bernardo Pereira e dos irmãos Domingos e Julião Afonso.

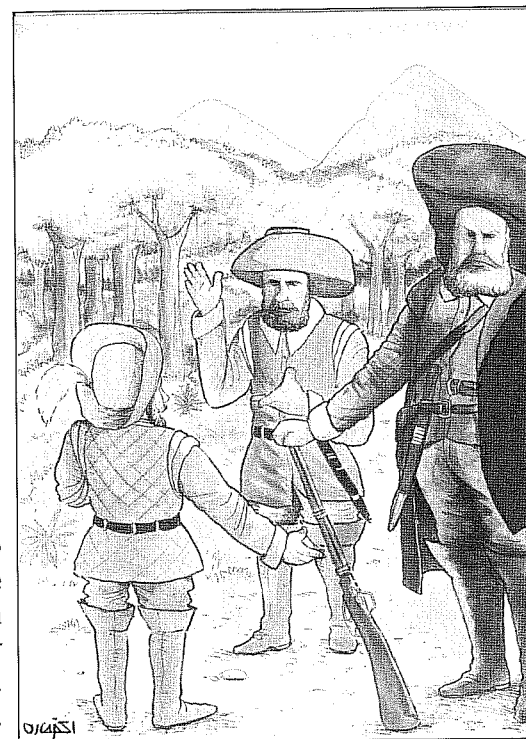
A luta parecia infinda. Novas rebeliões indígenas promovidas pelos guaisquais, tribo que se julgava totalmente destrocada nos combates anteriores, ressurgem atacando no vale do Pajeu. Os Amoipiras também infernizavam os curraleiros da margem do São Francisco.

Em carta de 18 de outubro de 1677, o Governador solicita a Francisco de Ávila para que volte a castigar os insurgentes, autorizando uma “guerra justa”, isso queria dizer que dava ao vencedor o direito à “terra e à vida” dos vencidos.

Na opinião de Pedro Calmon - absorvido nessas lutas, o “pequeno” Dias de Ávila esquadrinhou o vale do São Francisco até 1680, quando, nessa época, possivelmente tenha se encontrado com Domingos Jorge Velho e sua bandeira

Em documento, onde os oficiais de Domingos Jorge Velho solicitam sesmarias no Piauí, está redigido: *“... que o dito gentio intentavam contra as outras povoações dos brancos dando por este meio lograr a que entrassem a povoar todo o Piauí e Canindé em companhia da Casa da Torre de Garcia d’Ávila e defendendo as fronteiras do Maranhão....”*. (1704)

Pedro Calmon, (in História da Casa da Torre) afirma que o encontro aconteceu provavelmente em 1679 ou 1680, quando a Casa da Torre entrou a povoar o Piauí. Afirma, também, que entre 1674 e 1675, não aparece em nenhum documento como nome do paulista. *“Seguiu-se à invasão do Piauí (1675) um período de escaramuças e observações (1676-1677)”*



Em 1678 estava em seu engenho em Jacuipe.

Até que enfim Francisco Dias se lembra de que é solteiro e precisa casar para deixar um herdeiro na família. As coisas já estavam arranjadas para que casasse com sua sobrinha Leonor Pereira Marinho, filha de Catarina Fogaça. Estes casamentos incestuosos já eram praxe, seu pai havia casado com uma tia. De seu casamento nasceu o filho, herdeiro universal, Garcia de Ávila Pereira.

Recebe novas patentes, em 3 de setembro de 1683 foi agraciado com o título de coronel do Termo entre Catinga Grande do alto Itapicuru e o alto São Francisco. O coronel Dias de Ávila passa a dominar meio nordeste.

Em dezembro de 1686, fora nomeado pelo Governador Geral do Brasil para o mais alto posto da colônia, o de Coronel das Ordenanças da Bahia, o que o obrigava a residir em Salvador. O cargo impunha deveres de nobreza. Ao mesmo tempo recebia a opa de Ministro da Ordem

Terceira de São Francisco e, logo depois, o balandrau de Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Desde 1688 repercutia na Capital a revolta dos *cariris*, índios rebeldes que assolavam os sertões do nordeste. Domingos Jorge Velho estava combatendo os *Janduins* no Rio Grande do Norte e Matias Cardoso as tribos do Ceará.

Francisco Dias de Ávila mais uma vez é convocado para a luta, devendo combater os *janduins*, auxiliado pelos *tamaquins*, seus inimigos tradicionais, na região das Piranhas, no extremo oeste da Paraíba, próximo às fronteiras com o Ceará. Nem chegou a participar das lutas, pois os índios já haviam sido desbaratados pelos sertanistas paulistas. Dessas aventuras, resultou a solicitação de novas sesmarias em Piancó (PB) e no vale do Jaguaribe (CE), aumentando para leste seus currais do Piauí.

O homem é inquebrantável. Na sua vida não há repouso. Em 1691, é incumbido, novamente, de marchar contra os índios confederados nos rios Itapecuru e Mearim, no Maranhão.

Depois de dois anos de guerra no Maranhão, volta à casa da Torre. Pesam sobre seu corpo franzino 30 anos de guerras, de sacrifícios e privações.

O bandeirante, com a idade de 45 anos, sente-se exausto. Foram tantos os combates, tanta viagens na inclemência dos sertões. Sempre que tentou voltar para o aconchego da família, era convocado pelo governador para novas entradas.

Não o mataram os índios, e sim as doenças adquiridas pelas matas do sertão.

"Ao morrer, seu patrimônio contabilizava, 80 léguas do São Francisco para o norte e 260 por ele acima à mão direita indo para o sul .." (André João Antonil - Cultura e Opulência do Brasil - Pág 186, Lisboa 1711. (in Pedro Calmon.), ou seja: 480 quilômetros do rio São Francisco, rumo norte, adentrando o Piauí e demais estados nordestinos e 1.560 na direção sul, em território baiano.

No Piauí, Francisco Dias de Ávila deixa as terras e fazendas sob a administração de Domingos Sertão, as quais posteriormente, seriam divididas meio a meio com sua viúva Leonor Pereira Marinho.

Seu filho Garcia de Ávila Pereira, o terceiro com este nome, tetraneto do fundador, não tem o espírito de conquista de seus antepassados. Rico, sedentário, dono de 600 escravos, acomoda-se como senhor de engenho, delegando a terceiros a administração de seus distantes currais.

Domingos Jorge Velho

Nasceu na Vila Santana de Parnaíba (SP), em 1641, e, à frente de sua bandeira, atinge o sertão baiano, chegando às margens do rio São Francisco, na fronteira de Pernambuco e Bahia. Ampliando seus caminhos, atravessa as serras fronteiriças e, já em solo piauiense, prossegue sua jornada até as margens do rio Poti (1662/1663).

Entre os historiadores, há uma dúvida se ele conheceu ou manteve contato com os bandeirantes baianos, Francisco d'Ávila ou Domingos Mafrense. Uns são de opinião de que Domingos Jorge Velho aqui chegou 10 ou 12 anos antes deles e outros, que tiveram um encontro, onde ficou acertado que não entrariam em choque, pois eram imensas as terras, devendo os d'Ávila ficar entre os rios Gurguéia e Canindé e ele, no vale do Poti, até sua confluência com o Parnaíba.

Sebastião da Rocha Pita (in História da América Portuguesa) chega a narrar um suposto encontro entre Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, no Piauí: *"Viram-se ambos, e dando-se um a outro notícia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que haviam de prosseguir; e dividindo-se para diferentes partes, foi cada um pela sua parte conquistando todo aquele país, cuja circunferência dilatadíssima compreende grande número de léguas"*.

No vale do Poti, Jorge Velho ampliava seus domínios, fazia planos, preava, escravizava e trucidava índios.

No ano de 1687, após um quarto de século em luta contra o gentio do nordeste, foi convidado por Souto Maior, Governador de Pernambuco, para comandar a guerra contra o quilombo dos Palmares. Como ele mesmo diz em carta autógrafa dirigida a el rei, (in Ernesto Ennes-As Guerras Nos Palmares), já estava há dezesseis anos radicados no Piauí, quando parte com seus guerreiros, deixando suas propriedades, que haviam sido conquistadas a sangue e suor. *"descei o Piauí onde eu estava aposentado (...) me fiz largar a mim e a eles o domicílio que a poder de uma porfiada e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana de mais de dezesseis anos nós tínhamos conquistado, povoado, lavrado e plantado com nossas criações, e tudo deixamos para vir servir a V. Maj."*

Comandando uma tropa de 150 guerreiros brancos e 800 e tantos índios, que considerava "os melhores do mundo", parte para combater na serra da Barriga, em Alagoas, os negros da "República dos Palmares. Antes, porém, de chegar a seu destino, recebe instruções do governador geral do Brasil, Matias da Cunha, para debelar os índios *cariris* que estavam em pé de guerra, provocando pânico na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

"Sei que está Vossa Mercê com a sua gente de caminho para Palmares, e porque ora me chegou um aviso do capitão-mor da Câmara e Capitania do Rio Grande, e juntamente carta do Governador de Pernambuco em que me dá conta do mau sucesso que teve o Coronel Antônio de Albuquerque na entrada que fez aos bárbaros pela destruição antecedente que haviam feito aos moradores brancos, escravos e currais, pelejando, um dia inteiro, até não poder mais resistir, e é evidente o perigo em que fica a mesma Capitania a que devo acudir por todos os meios possíveis; e o mais pronto é marchar Vossa Mercê daí com todas as forças que tiver sobre aquele bárbaro, e fazer-lhe todo o dano que puder, porque nisto faz Vossa Mercê mais importante serviço a Sua Majestade que na jornada dos Palmares de que Vossa Mercê se suspenda, e assim lh'ó ordeno. E eu fico dispondo novos socorros para marcharem com a mesma brevidade pelo sertão ao mesmo intento. Espero que não só terão todas as glórias de degolarem os bárbaros, mas a utilidade dos que aprisionarem porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem cativos todos os Bárbaros que nela se aprisionassem na forma do regimento de Sua Majestade de 1611. Pelo que Vossa Mercê seja o primeiro assim no partir como em dar conta do poder que leva."

A respeito dessa nova missão, assim se expressou Jorge Velho.

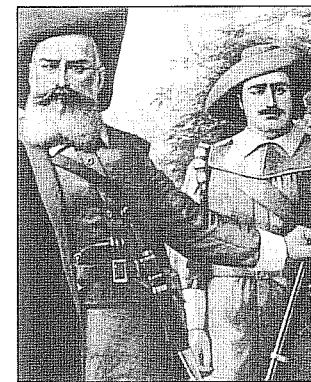
"por-me ao caminho de ao redor de 600 léguas desta costa de Pernambuco, por mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo, chegado eu abaixo, me mandou o Governador Geral que então era Matias da Cunha, torcer caminho e fosse acudir a Capitania do Rio Grande que a infestava no Açú e Piranhas, o Tapuia levantado Janduim, ao que obedeci logo, e dei graças a Deus nessa guerra o que V. Maj. não se devia ocultar e nela perdi muitos servos meus de guerra que aquela desta qualidade são os melhores, em toda orbe."

Segundo consta (in Décio Freitas- Palmares A Guerra Dos Escravos), esta penosa marcha de seiscentas léguas percorridas até Pernambuco custou o sacrifício de 396 pessoas, das quais 196 morreram de fome ou doença e 200 desertaram. Quando, finalmente, em novembro de 1688, exausta e faminta a caravana se aproxima de Pernambuco, recebe ordem de torcer caminho e dirigir-se às pressas para Rio Grande do Norte.

Essa revolta indígena, denominada "rebelião dos bárbaros", foi uma resposta dos índios *cariris*, à tirania com que os conquistadores os tratavam. Acossados pelos sertanistas, boiadeiros, curraleiros, senhores de engenho que, além de escravizá-los para trabalhos forçados, expulsava-os de suas terras, dizimando-os, reagiram culminando com a "Confederação dos Cariris". Agrupando-se reagiram às agressões, incendiando fazendas, destruindo os rebanhos, matando os vaqueiros e posseiros que caíam em suas mãos. Uma luta comparada à Confederação dos Tamoios que, no século XVI, reuniram tribos do Rio de Janeiro e São Vicente para resistir ao invasor. Por mais de 20 anos, a luta se alastraria pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, onde os índios recebiam adesão de outras tribos e dos quilombolas.

As feições de Domingos Jorge Velho conhecidas são as retratadas pelo pintor Benedito Calixto, num quadro de 1903, onde realça seu físico avantajado, como se fora um patriarca bíblico: longas barbas brancas, vestido como se estivesse em plena selva, com chapelão de abas largas, botas altas, facão pendente na cintura, bacamarte à mão, feições desafiantes no olhar.

Na luta contra os negros e índios mostrou tamanha crueldade que atraiu a ira da Igreja. O



Domingos Jorge Velho e seu imediato Antonio Fernandes de Abreu

Bispo de Pernambuco chegou a dizer *“este homem é um dos maiores selvagens em que tenho topado”* e mais *“das barbaridades, costumes, e vícios desse mestre de campo poderiam decorrer grandes escândalos capazes de provocar a ira divina”*, continua o Bispo *“metido pelas matas à caça de índios e índias, estas para o exercício de suas torpezas e aqueles para o granjeio de seus interesses.”.. “quando se avistou comigo trouxe consigo Lingoa (tradutor) porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete Índias Concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais”* (in Ernesto Ennes - obra citada).

O contrato formalizado com o Governador João da Cunha de Souto Maior para chefiar as tropas que iriam combater os palmarinos foi motivo de longas negociações intermediadas pelos seus representantes Cristóvão de Mendonça, Frei André de Anunciação e o Capitão Belchior Dias Barbosa.

Hélio Viana, em sua História do Brasil, assim resume o contrato feito entre Domingos Jorge Velho e o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, depois de ouvido o Conselho Ultramarino: *“Estabeleceram-se, minuciosamente, as condições para a sua empresa, decidindo-se que os quilombolas aprisionados seriam vendidos para Capitânicas do Sul e até Buenos Aires. Povoações seriam fundadas na região conquistada aos negros, nela não sendo permitida a permanência dos ex-fugitivos. Para eliminar uma das causas da longa manutenção dos quilombos, foi o contratado autorizado a prender todas as pessoas que protegessem ou de algum modo auxiliassem os quilombolas. Fornecer-lhe-ia o Governador armas, munições e abastecimento, sendo garantidas aos vencedores a quinta parte das presas e respectivos produtos de venda, resgates de escravos recuperados por seus senhores, concessão de sesmarias nas terras conquistadas, quatro hábitos nas três Ordens Militares do Reino para seus principais capitães, etc.”*

O contrato, assinado em 1687, só foi efetivado em 1690, por terem sido as forças de Jorge Velho desviadas para a guerra contra os bárbaros. Coube assim ao novo governador de Pernambuco, marquês de Montebelo, ratificar, em 1691, os termos do contrato com Domingos Jorge Velho, exceto quanto aos hábitos das Ordens Militares e ao quinto dos negros capturados, cláusulas confirmadas em 1695 por el-rei”

Os cariris iniciaram a guerra em 1687, quando o governador da Paraíba, João Fernandes Vieira, prendeu e deportou para Portugal dois

filhos de um cacique da tribo *janduim*. A reação foi fulminante. Os indígenas mataram 100 colonos e exterminaram perto de 30 mil cabeças de gado. No ano seguinte, mais mortes e dizimação de rebanhos.

O Governador Geral Matias da Cunha decreta que a guerra contra os bárbaros era justa e devia ser ofensiva.

Os encontros tomam proporções alarmantes, obrigando o Senado da Câmara de Natal solicitar socorro ao capitão-general de Pernambuco *“com toda brevidade pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos índios tapuios que, no sertão de Assú, já tem morto perto de cem pessoas, escalando os moradores e destruindo o gado”*

O governo se arma, manda tropas para frente de batalha, mesmo em desvantagem, a indiada reage, e já se encontra a cinco léguas de Natal, quando, então, em desespero, pedem socorro às tropas de Domingos Jorge Velho, desviando-o, temporariamente, de prosseguir para os Palmares. Solicita também apoio de outros bandeirantes paulistas, entre eles Mathias Cardoso, senhor de muitas fazendas às margens do São Francisco, experiente nas lutas, tendo participado das famosas expedições de Fernão Dias Pais e Rodrigo Castelo Branco, caçadores de esmeraldas.

O Governador Geral retira o comando de todos os chefes da campanha nordestina, subordinando-os à chefia desses dois paulistas.

Mathias Cardoso se instala no vale do Jaguaribe, no Ceará, com a missão de *“atacar as aldeias, queimá-las, destruí-las, até que os bárbaros fossem debelados”*.

Domingos Jorge Velho cumpre sua missão vencendo e subjugando os índios *janduis* no Rio Grande do Norte, quando, então, deixa esse campo de luta e parte em 1690 para a guerra dos Palmares, seu objetivo final, deixando o comando geral da guerra com Mathias Cardoso.

As forças de repressão não fariam prisioneiros. Índio algum, quer seja homem, mulher, velho ou criança escapava da matança. Por haver degolado 260 tapuias, Domingos Jorge Velho chegou a ser felicitado pelo Arcebispo da Bahia, que ocupava interinamente o cargo de Governador Geral.

Em carta dirigida pelo Governador Geral do Brasil ao Governador de Pernambuco, fica patente o sucesso alcançado por Domingos Jorge Velho na luta contra a tribo rebelde dos cariris.

“Pelo singular valor e felicidade do dito Capitão-mor [referia-

se a Jorge Velho], lhe envio Patente de Governador da sua gente (de que mando formar um Regimento) com o soldo, e preeminências de Mestre de Campo, e a um Sargento-maior e quatro Capitães, patentes com o mesmo soldo, e honras que tocam aos de infantaria paga, como me pediram; para mais os empenhar na gloria de que aquela gente é mui ambiciosa, segurando-lhes a eficácia com que Vossa Senhoria os há de socorrer, e creio eu do antigo valor dos Pernambucanos que à vista deste valor se corram de o haver perdido, e se animem a excedê-los na destruição dos Bárbaros."

"Respeitando eu o grande valor e experiência do gentio, prudência militar e mais qualidades que concorrem no dito Capitão-mor [Jorge Velho] além da modéstia com que sem falar em sua pessoa procura a honra de seus oficiais e considerando o notável serviço que fez S. Majestade em deixar por ordem minha a empresa dos Mocambos dos Palmares para a qual se abalou por terra da Vila de São Paulo com o número de gente branca e de índios que entendeu ser bastante, a conquistá-los, havendo resistido varias vezes aos soldados, de Pernambuco tolerando nas jornadas em que gastou quase dez meses de grandes esterilidades e falta de sustento e águas, no que mostrou melhor a constância com que os venceu até chegar às vizinhanças dos ditos Palmares,

"E sem reparar nos interesses da dita empresa marchou logo que recebeu o meu aviso para a guerra dos Bárbaros Janduis, e outras nações confederadas que com diversas mortes, roubos e insolências tinham reduzido aquela Capitania a perigo de seus moradores desamparada, sem lho impedirem os consideráveis socorros com que lhe mandei acudir de Pernambuco e das mais Capitânicas do Norte ao terror do inumerável poder dos Bárbaros mais licenciosos, em aquela ineficácia das nossas armas, chegando nestes termos, o dito cap. mor e penetrando lá com a sua gente o interior da campanha queimou as principais aldeias e degolou toda a nação que nelas estava passando a investir as outras que unidas o esperavam, pelejou com elas quatro dias e quatro noites, sempre em fogo vivo, por trazerem muitas armas desta qualidade, além dos sem .números de arcos e setas fazendo nela tanto estrago que os obrigou a retirar, a ele não os seguiu por falta de pólvora e bala, mandando-os buscar a Pernambuco, e pediu-me o socorresse para continuar a guerra até de todo a acabar a extinguir os Bárbaros."

E terminava dizendo que "É o dito capitão mor digno de toda a honra e das mercês que espera da grandeza de sua Majestade, a quem dou conta de seu grande merecimento e valor".

A GUERRA DOS PALMARES

Em 1534, o rei de Portugal doara a Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, veterano das guerras no Oriente, imenso território que abrangia 60 léguas de testada do litoral nordestino, com profundidade para o interior, até o meridiano das Tordesilhas.

Entendia o rei que, ao dividir o território em capitânicas, facilitaria o povoamento e a defesa da colônia. Uma imitação do clássico sistema feudal europeu. Aos donatários eram dados poderes quase soberanos. Contudo, a Carta Régia, com suas instruções, determinava que na colônia vigorasse um sistema nos moldes da sociedade portuguesa de então, estratificada entre fidalgos, artesões e servos. Havia uma distinção: o papel dos servos ficaria reservado aos autóctones e não aos camponeses portugueses. Esse foi o grande erro do monarca, pois, como se verificou mais tarde, os índios não se adaptariam a esse papel. No início houve um relacionamento pacífico com os donatários, quando ajudavam no devassamento do território e trabalharam nas lavouras. Com o passar do tempo, compreenderam que a ocupação dos forasteiros, representava a perda de suas terras, suas liberdades e suas ancestrais tradições. Explodiram rebeliões e muita luta foi travada na esperança de sujeitar os indígenas. A situação do donatário se tornou crítica, quando os índios se aliaram aos corsários franceses que, nas incursões, sempre souberam cativar os silvícolas, atraindo-os para suas empreitadas, deixando o donatário praticamente isolado no litoral.

Duarte Coelho, sem mão-de-obra, apela para que sejam enviados camponeses portugueses para o Brasil. Nisso foi prontamente atendido, uma vez que em Portugal era grande a miséria popular devido às más colheitas e às pestes avassaladoras. Muitos camponeses aderiram ao chamado de imigração para trabalhar em terras brasileiras. Aqui chegando, os camponeses sofrem amarga decepção, não sendo atendidos em duas de suas principais reivindicações: terra para trabalhar e liberdade pessoal. Foram tratados de forma dura e impiedosa, preferindo voltar às difíceis condições de sua terra natal a viver numa tirânica colônia.

Estava, então, aberto o caminho para a escravatura. As demais colônias portuguesas, Madeira, Açores e São Tomé, vinham obtendo bons resultados nos canaviais, com a mão-de-obra escrava, vinda da África, o que, por sua vez, poderia ser uma solução para o Brasil.

Com a vinda do trabalho negro, as Capitanias de Pernambuco e Bahia ganharam impulso. Ampliaram-se os canaviais e a produção de açúcar bate recorde. Em fins de 1600, estas duas capitanias eram consideradas as maiores produtoras no mercado mundial. Isso foi possível mercê ao tráfico de escravos, que chegou à média anual de 5.000 negros.

Estava, assim, instalado o sistema escravagista brasileiro, o mais sólido e duradouro das Américas.

Quanto à sublevação de escravos, a primeira de que se tem notícia, aconteceu num engenho de açúcar, localizado no extremo sul da Capitania de Pernambuco. Mais de 40 negros armados de facão, foices e paus dominaram os capatazes e feitores e tomaram o engenho. Mas, o que fazer da liberdade conquistada? Se ficassem no engenho seriam atacados e mortos. Se fugissem para as redondezas, poderiam ficar livres por algum tempo, mas também seriam caçados por rastreadores experientes e recapturados. Os castigos advindos seriam cruéis e mortíferos, e já haviam presenciado cenas dantescas.

A solução desesperadora, então vislumbrada, seria embrenhar-se nas terras altas dos Palmares, uma região inóspita e selvagem, uma imensa selva virgem que começava no rio São Francisco e se estendia paralelamente ao litoral até o sertão do Cabo de Santo Agostinho. Ainda porque estariam longe da área povoada da Capitania que, do litoral rumo ao interior, não atingia vinte ou trinta léguas sertão adentro.

Um documento do século XXVII, citado (in Décio Freitas -Palmares A Guerra Dos Escravos), assim descreve a região:

“um sítio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, com tal espessura e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos e árvores rasteiras serve de impedir os passos e intrincar os troncos”. Sabia-se que naquelas hostis e incógnitas paragens se ocultava um mundo animal de onças, chacais, serpentes e mosquitos, toda uma ameaça mortal para o homem. Como todas as florestas tropicais, era falazmente dadivosa. A sua mesma exuberância como que esmagava e oprimia a vida. O clima versátil oscilava entre frios rigorosos e estiagens implacáveis. Os próprios autóctones haviam sempre evitado a região.”

Não se tinha notícia de alguém que tivesse penetrado aquela região, no entanto a fuga para a floresta era a única esperança. Puseram-se a caminho, e, por muitos dias de marcha, alcançaram a floresta fechada, onde abriram picadas até que se instalassem no topo da Serra da Barriga,

hoje território de Alagoas. Construíram para habitar toscas cabanas de palhas, que passaram a ser chamadas de mocambos.

Assim, nasceu o primeiro núcleo da futura república dos Palmares que, durante muito tempo, resistiria às investidas dos senhores de escravos.

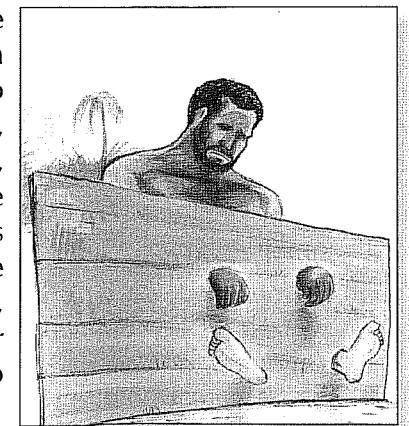
No Brasil, a escravidão tomou a forma mais desumana. O escravo passou a ser uma propriedade do amo, sem nenhum direito, sem identidade, podendo ser vendido, alugado, penhorado ou morto e mais “..o fruto do ventre da escrava pertence ao senhor desta, tão legalmente como a cria de qualquer animal de seu domínio.”

Não havia qualquer limitação na carga horária de trabalho, estendendo-se da manhã à noite, com quinze ou mais horas diárias, trabalhando aos domingos e feriados.

Devido aos rigores do trabalho, aos maus tratos, a subalimentação, o termo médio de vida dos escravos que trabalhavam nos engenhos não excedia cinco anos. Parte dessa mão-de-obra tinha de ser substituída todos os anos. Considerando-se a média de trinta anos, um escravo já estava fisicamente liquidado ou incapacitado para o trabalho.

Aos negros que tinham aptidão e aprendiam uma profissão especializada, como a de carpinteiro, ferreiro, pedreiro, oleiro, vaqueiro, barqueiro etc, chamavam-se de “ladinos” e recebiam melhor tratamento ou um pequeno salário. Já aqueles que trabalhavam pesado, com enxada e foice nos canaviais eram chamados de “boçais”, valendo quatro vezes menos que um ladino. Os boçais compreendiam 75% da população escrava e entre eles é que estava latente o grito da revolta.

Os abomináveis castigos e tormentos infligidos aos escravos tinham como objetivo o bom funcionamento do empreendimento econômico, como também prevenir insurreições, difundindo o terror entre aqueles que ousassem rebelar-se. Não que os senhores dos escravos fossem permanentemente sádicos, era o sistema que se desumanizara, e usava procedimentos tão vis para forçar o indivíduo a trabalhar e submeter-se ao cativeiro.



Conforme relatos da época. (in Décio Freitas):

"Para começar, se o escravo recém-chegado dava mostra de excessiva rebeldia, era submetido àquilo que o 'padre Antônio Vieira denominou de "doce inferno": agrilhado pelos pés no trabalho das caldeiras acesas sete ou oito meses ao ano, vinte e quatro horas ao dia. Este primeiro tratamento de choque tinha êxito em domar muito dos mais impulsivos e recalcitrantes. Depois as torturas se graduavam segundo o comportamento do escravo na vida diária.

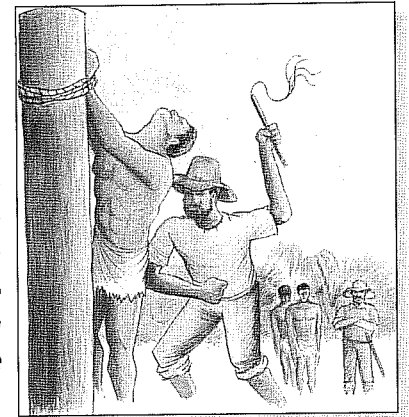
Nos casos de falta leve colocavam-no no tronco: pés, mãos e pescoço imobilizados durante dias, semanas e até meses entre dois pedaços de madeira retangular. Ou então, numa variante deste suplício, prendiam-lhe os pés e as mãos com um pequeno instrumento de ferro que o constrangia a uma posição incômoda de conseqüências não raro deformantes. Na reincidência, metiam-no no cepo, grande tala de madeira suspenso sobre a cabeça e preso ao tornozelo por uma corrente.

Outra tortura consistia na aplicação à cara de uma máscara de folha de flandres dotada de pequenos orifícios para respirar e fechada na nuca a cadeado. Extraíam-se confissões ao escravo comprimindo-lhe os polegares com "anjinhos", dois anéis de ferro cujo diâmetro ia descendo à medida que era torcido um parafuso. Tudo isso terminava no pelourinho. (...)

Pierre Moreau, um borguinhão que viveu em Recife a serviço dos holandeses, conta-nos num livro publicado em Paris em 1651 como era que os amos pernambucanos usavam do pelourinho contra os seus escravos. O feitor mandava atar o cativo a um tronco ou a uma coluna de pedra e açoita-la na presença dos demais por um dos negros mais robustos. Um segundo escravo contava os açoites: vinte cinquenta e mais açoites nas costas, no peito, nos pés, na cabeça, de sorte que o sangue espirrava por todas as partes do corpo. Aos primeiros açoites a pele se desprendia do corpo. Mesmo assim, ao supliciado era defesa queixar-se sob pena de ver dobrado o castigo. Findo este, derramava-se vinagre, água salgada ou pimenta sobre o corpo em carne viva e o negro era encerrado numa enxovia.

João Fernandes Vieira, o líder da guerra contra os holandeses, determinou em 1633, num regimento para uso dos seus feitores, que o escravo "depois de bem açoitado, o mandará picar com navalha ou faca que corte bem, e dar-lhe-á com sal, sumo de limão e urina, e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baiona

dentro de casa com o mesmo açoite, com a proibição de lhes bater com pau, pedra ou tijolo".(...) Se depois de tudo ainda parecia apto para o trabalho, era colocado completamente nu junto às caldeiras, onde recebia no corpo as fagulhas e às vezes o chamusco das labaredas, cujas horríveis queimaduras provocavam quase sempre a morte. Se depois dos açoites ficava em muito mau estado, deixavam-no morrer lentamente ou matavam-no caridosamente. Morto, os companheiros arremessavam-lhe o cadáver ao rio ou ao mar."



Além desses tormentos rotineiros e regulares, há relatos de sadismo puro:

"a castração, a destruição de dentes a marteladas, a amputação de seios, o vazamento de olhos, a marca na cara com ferro em brasa, a queimadura com lacre ardente. Registram-se casos de escravos emparedados vivos, afogados, estrangulados.

Em Pernambuco houve casos de escravos arremessados vivos às caldeiras ou passados na moenda. Amputavam-se os seios às negras que não pariam com a esperada freqüência nos criatórios mantidos por certos senhores. Os feitores davam coices nas barrigas das negras grávidas ou desfechavam pauladas nas cabeças dos homens, coisa censurada pelo padre Antonil porque podia acarretar a morte do escravo "que vale muito dinheiro". Sabemos por uma correspondência régia que certos amos picavam os nervos dos pés de seus escravos a fim de deixá-las roxos e assim impossibilitados de fugir".

Vivendo num mundo sem perspectiva, açoitados por tão infamantes castigos, onde muitos morriam no ato do suplício, outros se suicidavam e a fuga a qualquer preço valia ser tentada. Consumada a fuga, o mais importante seria evitar a captura, passando a sobreviver na luta contra a natureza.

Descoberta a região dos palmares como refúgio seguro, iniciou-se o êxodo dos fugitivos negros. Sabiam que a sobrevivência dependia do agrupamento entre eles. Os primeiros núcleos habitados foram apelidados de quilombos.

Para formarem uma comunidade organizada econômica e socialmente, fazia-se necessária a presença de maior número de mulheres. Essas eram poucas; o tráfico dava preferência ao escravo masculino, mão de obra exigida pela lavoura. Isso os obrigou a descer até os canaviais e engenhos para raptarem, não só as negras, mas também as índias, mulatas e até mesmo brancas.

O número dos escravos que fugia espontaneamente para os quilombos era diminuto, insuficiente para repelir as diversas investidas de destruição, promovidas pelos senhores de engenho. Isso os obrigou também a promover seqüestro de escravos masculinos, para sua defesa e suas guerras. Uns paradoxos, aqueles que pregavam a liberdade passariam a escravizar irmãos da mesma raça. Consta que só adquiriam a liberdade, quando participavam de alguma incursão ou já estivessem integrados aos afazeres da comunidade.

No princípio viveram precariamente da caça, da pesca e frutos silvestres. Como conseqüências lógicas do isolamento, sem condição de produzir os artefatos mínimos exigidos, promoviam incursões para adquirir ferramentas de trabalho, pólvora e munições. Por vingança, arrasavam os engenhos, incendiavam as plantações e matavam os que se opunham a suas depredações.

Com o aumento da população, desenvolveram agriculturas nos vales férteis, plantando milho, feijão, mandioca, batata, banana, legumes e cana-de-açúcar. A palmeira nativa, tão importante no cotidiano da população, fornecia da polpa de seus frutos, óleo comestível, farinha, prestando-se, também, à fabricação de óleo para iluminação. De suas folhas faziam-se utensílios domésticos, abrigos e cobertura das palhoças.

A sociedade começa a ficar complexa e autônoma quando passa a dispor de artesões, diversificando a atividade produtiva, passando a contar com braços especializados nas suas diversas modalidades. Das forjas são fabricados instrumentos de trabalho, armas brancas, armas de fogo, chumbo, assim como dedicam-se à recuperação de armas danificadas.

O pânico começa a se espalhar pela província quando se percebe que os quilombolas poderiam viver isolados, por muito tempo, com autonomia própria, multiplicando, fortalecendo-se, promovendo investidas cada vez mais audaciosas.

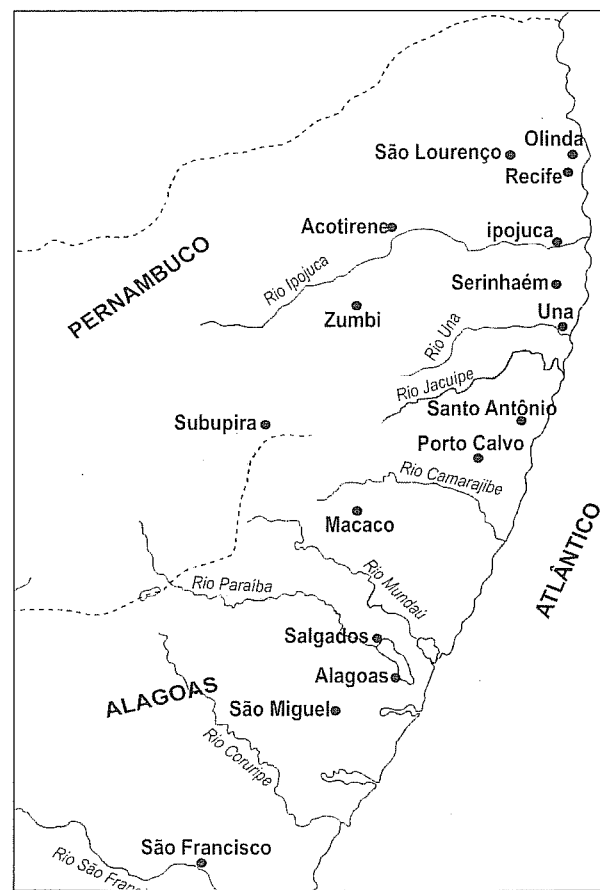
Os principais quilombos estavam nas serras próximas às mais ricas povoações.

Para se conhecer melhor a história da república negra, é necessário conhecer-se a geografia da região. As principais povoações estavam ao sul de Pernambuco, onde se situa hoje Alagoas, seleiro que alimentava a Capitania de Pernambuco, que só dava preferência à agricultura canavieira. Do futuro Estado de Alagoas iam o gado, a farinha, o feijão, o azeite e o pescado.

A produção convergia para três principais povoações e daí seguia para Recife e Olinda. Eram elas, Porto Calvo, distante 80 léguas de Olinda, que, com seu movimentado porto, tornara-se o maior centro comercial da região, às margens do rio Manguaba, a 25 quilômetros na foz do Oceano Atlântico. Mais ao sul, distante 28 quilômetros da atual cidade de Maceió, situava-se Maria Madalena da Alagoa do Sul, ou, simplesmente, Alagoas. Já nas vizinhanças do rio São Francisco erguia-se Penedo, com um porto bem movimentado.

Assim, qualquer perturbação na área refletia no abastecimento da Capitania. E os quilombolas sabiam disso e tiravam proveito, isolando estradas, danificando plantações, depredando tudo por onde passavam.

Antes do fim do século XVI, o padre Pero Lopes já alertava as autoridades da Capitania, que deveriam ficar atentas, pois insubordinações como essas foram a causa da expulsão dos portugueses de São Tomé, onde negros, rebeldes, queimaram as plantações e destruíram os engenhos de cana daquela ilha.



O problema toma maiores proporções, criando intranqüilidade, quando, em 1602, Diego Botelho, terceiro governador geral do Brasil, resolve promover uma expedição composta de oficiais, senhores de engenhos, índios, mulatos e brancos, com a finalidade de aprisioná-los para revenda como escravos.

Igual a tantas outras expedições que aproximadamente por um século foram enviadas contra os quilombos, essa retornou cantando completa vitória sobre os amotinados. O rei chegou a escrever a Botelho agradecendo *“o castigo que destes aos negros da Guiné levantados.”* Diferentemente do propalado, a deserção dos negros continua e formam-se novos agrupamentos, principalmente em Alagoas e Pernambuco.

Com a invasão dos holandeses, muitos dos engenhos foram abandonados, o que proporcionou maior número de negros fugitivos que se aquartelaram na serra da Barriga, no quilombo dos Palmares. Em 1644, com uma população de mais de vinte mil almas, distribuídas na vila principal e em outros agrupamentos menores; em seguida assaltam as propriedades vizinhas, espalham pânico na região e se tornam uma ameaça, o que levou Maurício de Nassau a organizar uma poderosa expedição para aniquilá-los, sob a chefia do Capitão Rodolfo Bara, composta de 300 soldados, 100 mulatos e 700 índios com arcos e flechas. Um efetivo das maiores proporções, haja vista que os holandeses haviam conquistado o Rio Grande do Norte com 800 homens, o Maranhão com 1.100 e a Paraíba com 1.500. Pouco se sabe sobre esta expedição comandada pelo capitão Rodolfo Baro. Notícias vagas dizem apenas que, depois de alguns meses retornara, tendo matado 100 negros e capturado 31.

Mais uma vez, proclamam ter desbaratado os Palmares Grandes.

Pura ilusão. Um ano depois, os holandeses promovem uma nova expedição tendo à frente Jürgens Reijmbuch. A estratégia dos negros era sempre a mesma. Avisados com antecedência por sua rede de espionagem, que estavam na iminência de um ataque, abandonavam o quilombo e se refugiavam na mata. Daí, adotando a tática da guerrilha, combatia o inimigo que se aventurasse a persegui-los nesse emaranhado de trilhas que eles conheciam muito bem. Escondidos na mata, em terreno montanhoso, atacavam de surpresa, causando pesadas baixas aos expedicionários que se deslocavam, vagarosamente, com sua bagagem e mantimentos em fila indiana, trafegando caminhos íngremes e estreitos.

Em seu diário, Jürgens assim registrou: (in Renato Castelo Branco-Domingos Jorge Velho):

“Ao amanhecer do dia 22 chegamos à porta ocidental de Palmares, que era dupla e cercada de duas ordens de paliçadas com grossas travessas entre ambas; arrombamo-la, e encontramos do lado interior um fosso cheio de estrepes em que caíram ambos os nossos cornetas; não ouvimos ruído algum senão o produzido por dois negros, um dos quais prendemos juntamente com a mulher e o filho, os quais disseram que desde 5 ou 6 dias ali havia apenas pouca gente, porquanto a maioria estava nas suas plantações e armando mundês nos matos; ainda mataram os nossos brasileiros dois ou três negros no pântano vizinho; disseram ainda os negros pegados que o seu rei sabia da nossa chegada, por ter sido avisado das Alagoas; um dos nossos cornetas, enraivecido por ter caído nos estrepes cortou a cabeça a uma negra... O rei com quase toda a sua gente havia fugido para o sertão...”

Como da vez anterior, os holandeses incendiaram o quilombo, mas, os negros voltaram e o reconstituíram. Como descreve Alfredo Brandão (in Renato Castelo Branco -Domingos Jorge Velho):

“Esse Palmares que os holandeses supunham ter aniquilado foi pouco a pouco se reconstituindo e mais tarde, em 1675, com a denominação de Cerca Real do Macaco, aparece como capital do quilombo, no ponto onde se acha hoje a cidade da União, nas fraldas da serra da Barriga, à margem do rio Mandaú. O local conservou o nome “Macaco” até 1831, quando a povoação ali existente foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Imperatriz .”

Com a expulsão dos holandeses do Brasil, os governadores da colônia prosseguem a luta contra os palmares. Restaurado o governo de Pernambuco, entre os anos de 1654 e 1656, mais de 23 entradas foram realizadas.

A luta prossegue, tendo algumas expedições conseguido êxito parcial. Os negros continuam com a estratégia de ora negociar, ora atacar, desaparecendo ou ressurgindo. Apesar das pesadas baixas, quando são perseguidos e aprisionados para venda no mercado escravo nas praças da Bahia e Recife, os negros reagem, novos fugitivos engrossam a população dos mocambos. Gradativamente a colônia negra vai crescendo, novas aldeias vão surgindo, passam a organizar-se de forma hierárquica, elegem chefes comunitários que, por sua vez, elegem como líder o *“Grande Chefe”*, cujos súditos tributam-lhe toda submissão.

Renato Castelo Branco transcreve Décio Freitas (in Palmares A Guerra dos Escravos):

“O que fora no começo do século um simples refúgio de escravos era agora um conjunto de populosas e florescentes comunidades espalhadas por um território de selva virgem que ocupava de norte a sul um vão de aproximadamente trezentos e cinquenta quilômetros. Quase todas essas comunidades ficavam em lugares montanhosos e iminentes às principais vilas e povoações da capitania - Porto Calvo, Alagoas, São Miguel, Una, Ipojuca e Serinhaém.

“Conhecemos o nome e a localização de onze povoações palmarinas. Macaco, sobre a serra da Barriga, num ponto a sudoeste da atual cidade alagoana de União dos Palmares, era a maior e mais importante. Possuía 1.500 casas e uma população de cerca de oito mil habitantes. Estrategicamente era quase inexpugnável e por isso veio a se converter na capital da república negra. Seguiu-se Amaro, 54 quilômetros a noroeste de Serinhaém, com uma extensão de seis quilômetros, mil casas e uma população avaliada em cinco mil habitantes. Nas cabeceiras do rio Satuba e imediações da serra da Juçara, numa distância de 36 quilômetros de Macaco, erguia-se Subupira. Media 6 quilômetros de extensão e se situava na distância de três montes. Entre os ribeiros Paraibinha e Jundiá, perto do lugar onde mais tarde existiu o aldeamento do Limoeiro, ficava a povoação de Osenga, 20 quilômetros a oeste de Macaco. Zumbi situava-se 96 quilômetros a noroeste de Porto Calvo. Acotirene estava 30 quilômetros ao norte de Zumbi e 180 quilômetros a noroeste de Porto Calvo. Havia duas povoações contíguas chamadas Tabocas e Acotirene a leste de Zumbi. Danbrabunga se erguia a 84 quilômetros de Tabocas, no lugar onde depois existiu o povoado de Sabalangá, no caminho da serra Dois Irmãos, atual município de Viçosa. A noroeste de Alagoas, 150 quilômetros, na serra do Cafuxi, ficava Andalaquituche. Nas redondezas da atual cidade de Garanhuns estavam as povoações de Alto Magano e Curiva.”

No ano de 1672, o governador da Província Fernão de Souza Coutinho é pressionado pelo Governador Geral para organizar uma expedição contra os Palmares. Alega falta de efetivo, tendo dificuldade de alistar voluntários. Solicita, então, que lhe sejam enviados os paulistas que estavam combatendo os índios na Bahia. Pedido negado, pois os paulistas ainda permaneceriam muito tempo na Bahia, recomendando que tomasse outras iniciativas e acelerasse os preparativos. Solicitado, recebe permissão para anistiar os delinquentes que tomassem parte na campanha. Houve uma adesão imediata de mais de seiscentos condenados.

O comando da expedição foi entregue ao veterano Antônio Jácome

Bezerra. Para o ataque o comandante dividiu as tropas em três colunas. Uma investiria pelo lado de Alagoas, comandada pelos capitães Antônio da Silva e Gonçalo Moreira; a outra, pelo lado do rio São Francisco, comandada pelo sargento-mor Vicente Martins Bezerra, e a sua, sem rota especificada, mas acertado que se encontrariam no meio dos Palmares, onde seria edificado um fortim. Informado com antecedência, os palmarinos evacuaram a população e também dividiram suas tropas, uma parte distrairia a coluna de Vicente Martins na encosta da serra e o restante, posicionado no alto da serra, ficaria à espera de Antônio da Silva e Gonçalo Moreira. Quando as duas colunas inimigas já se encontravam bastante adiantadas na subida da serra, os palmarinos atacaram de surpresa. O pânico foi geral, debandada serra abaixo, com abandono de armas e munições. Tomando a iniciativa do ataque, os palmarinos investem contra Jácome Bezerra, forçando-o a recuar até as proximidades de Porto Calvo. Essa brilhante vitória militar esteve ao comando de um jovem negro chamado Zumbi.

Em 1675, o Governador tenta organizar nova expedição com a ajuda dos paulistas. (in Décio Freitas- obra citada):

“escreveu a Furtado de Mendonça pedindo o concurso dos paulistas chefiados pelo lendário Estêvão Baião Ribeiro Parente, a esse tempo na Bahia em guerra aos índios, recebeu uma resposta que ilustra sugestivamente a enorme superioridade tática dos palmarinos sobre os indígenas. Os paulistas declinaram do convite, pois segundo eles uma coisa era lutar contra os índios que, a despeito da flagrante inferioridade de armas, se arremessavam cega e frontalmente ao ataque, jamais recuando ou se fortificando, e, coisa diferente e muito mais seria enfrentar negros geralmente fortificados e bastante bem armados. Os índios usavam de uma tática manifestamente suicida que permitia a um punhado de mamelucos liquidá-los rapidamente aos milhares, mas os negros se mostravam tão hábeis que já haviam derrotado alguns dos melhores cabos de guerra de Pernambuco. E, finalmente, se na luta contra os índios eles, paulistas, se sentiam no seu elemento, na guerra aos negros se aventurariam numa empresa de que não tinham qualquer experiência.”

As vilas de Sarinhaém, Porto Calvo, Penedo e Alagoas, as mais castigadas, unem-se e oferecem ao Governador trezentos homens para o combate, distribuídos entre brancos, índios e mulatos. A nova expedição foi comandada pelo sargento-mor e senhor-de-engenho Manoel Lopes Galvão. O primeiro embate se deu quando depararam com uma povoação

fortificada de estacas de pau a pique. Os sitiados fogem em debandada, muitos perdem a vida e mais de sessenta aprisionados. Ateiam-se fogo nas malocas e ergue-se um arraial, ficando, ali, as tropas estacionadas por cinco meses, sem descobrir indício dos fugitivos ou quaisquer outras malocas. Em 1676 souberam de uma concentração a 150 quilômetros dali, onde travaram sangrento combate, fazendo grande número de prisioneiros, saindo ferido, desse embate, o próprio Zumbi, que recebera um tiro na perna, deixando-lhe coxo para sempre. Em seguida, Galvão retorna a Porto Calvo.

A reação dos palmarinos não se fez esperar. Descem da serra e, de forma violenta, atacam, levando pânico às principais povoações, queimando engenhos, canaviais. As povoações de Porto Calvo, Alagoas, Ipojuca, São Miguel e Serinhaém são as mais atingidas.

Depois da expedição de Manoel Lopes, e a onda de ataques revanchista que a ela se seguiu, ficou, entre muitos, a incerteza: se valia continuar a luta pelas armas ou negociar a paz com os quilombolas. O mesmo sentimento dividia os palmarinos, uns achando que mais dias ou menos dias seriam exterminados. Poderia levar vantagem por certo tempo, como vinha acontecendo, mas sabiam que por detrás da Capitania estava o reino de Portugal, um dos maiores impérios da época. Chegaria a hora em que a Coroa portuguesa tudo faria para destravar os empecilhos que retardava o desenvolvimento da Capitania.

Em 1676 prevaleceram os argumentos dos partidários da guerra, convencendo o Governador Pedro de Almeida, que armasse nova expedição, ficando o seu comando a cargo de Fernão Carrilho, um experimentado capitão destruidor de mocambos no sertão baiano e Sergipe e quem melhor resultado obteve na guerra contra os insurretos, como se verá adiante.

Além do suporte material custeado pelo Governador, e a patente que lhe seria conferida de *“Capitão-Mor da Guerra dos Palmares”*, Carrilho buscou apoio dos grandes senhores de engenho para consolidar a estrutura da expedição.

(in Décio Freitas-obra citada):

“A 3 de fevereiro estava reunido na câmara de Porto Calvo com os representantes das principais vilas do sul pernambucano: o capitão-mor de Porto Calvo, Sibaldo Lins, o capitão-mor de Alagoas, João da Fonseca, o capitão-mor de Penedo. Clemente da Rocha Barbosa, os juizes Domingos da Costa Cortes e Julião de Oliveira; os vereadores

João de Castro Filgueiras e João Leitão de Vasconcelos, o procurador do conselho da câmara, João Pereira da Cunha, e muitos “homens bons” de Porto Calvo. Deliberou-se que a expedição marcharia em agosto com 100 armas de fogo e 200 arcos fornecidos pelas três vilas. Orçou-se o custo em 700 mil réis, que seriam rateados: 350 mil réis para Porto Calvo, 200 mil réis para Penedo e 150 mil réis para Alagoas. Determinou-se uma contribuição especial para atender às despesas mensais com o suprimento de víveres: 40 mil réis para Porto Calvo, 35 mil réis para Penedo e 25 mil réis para Alagoas.

Regulou-se minuciosamente a forma de pagamento dos serviços de Carrilho. Receberia 12 mil réis por cada negro recapturado que pertencesse a moradores das vilas coligadas. As “crias” destes negros seriam pagas pelo seu “justo valor”. Seriam igualmente devidos os 12 mil réis quando os negros se entregassem espontaneamente a seus amos; mas as “crias” destes negros somente seriam pagas se contassem mais de três anos de idade. Os demais prisioneiros ficariam a Carrilho por inteiro. Essas disposições se solenizaram em notas do tabelião público de Porto Calvo.”

Por falta de cumprimento das cláusulas acordadas, enquanto os fundos não chegaram a ser arrecadados, a expedição não se realizou.

O ano se passara em delongas e, somente em agosto de 1677, o Governador retoma a iniciativa, conseguindo a contribuição de 2.000 cruzados da Câmara de Olinda e 500 mil réis de Porto Calvo. Daí é que se inicia a marcha, com um número de 185 homens, efetivo bem menor que os 500 prometidos.

Por esse tempo, Ganga-Zumba fora eleito Grande Chefe dos Palmares e liderava a nação negra.

“tem palácio, casas de sua família, é assistido por guardas e oficiais que costumam ter as casas reais. É tratado com todos os respeitos de rei e com todas as honras de senhor. Os que chegam à sua presença põem de joelhos no chão em sinal de seu reconhecimento e protestação de sua excelência; falam-lhe por majestade, obedecem-lhe por admiração. Habita a sua cidade real, que se chama Macaco...”

A estratégia de Carrilho era inicialmente atingir Acotirene, povoação a 30 léguas de Porto Calvo, onde se supunha vivia a mãe de Ganga Zumba. Apesar de surpreendidos pelo ataque, os palmerinos conseguem fugir sofrendo poucas baixas, deixando para trás dez aprisionados. Não foi encontrada a mãe de Ganga Zumba.

Após um descanso de cinco dias, guiado pelos prisioneiros, dirige-se para Subupira, onde afirmavam estar Ganga-Zumba, seu irmão Ganga-Zona, e outros líderes. Ao chegar a Subupira encontram-na abandonada e incendiada. Nessa praça Carrilho resolve erigir um arraial fortificado a que denominou de “Arraial do Bom Jesus e a Cruz”. Comunica os fatos ocorridos ao Governador, solicita novo suprimento de tropas e mantimentos para prosseguimento da devassa.

Alguns contratemplos ocorreram, 50 homens de seu destacamento desertaram, fugindo da pressão da luta. A tranquilidade aconteceu quando recebe os reforços solicitados

Com uma coluna de 50 homens vai à caça do inimigo e, num confronto sangrento, extermina importantes líderes palmarinos entre eles, João Gaspar, João Tapuia e Ambrósio. Dentre os 56 prisioneiros estava o chefe Ganga-Muissa. Presente ao combate, Ganga-Zumba consegue escapar ileso.

Animados com o sucesso obtido, promovem uma nova incursão, tendo, depois de 22 dias, alcançado o povoado de Amaro onde Ganga-Zumba se refugiara. Mais uma vitória nessa praça, onde se fizera grande número prisioneiros, entre eles filhos, sobrinhos e netos de Ganga-Zumba. Atingido por uma flecha numa das pernas, Ganga-Zumba escapou por pouco, deixando para trás sua espada e uma pistola dourada.

Com a notícia do ferimento de Ganga-Zumba e enfraquecimento dos inimigos, animaram-se na captura dos escravos, que lhes renderia bom dinheiro, promovendo várias entradas, quando apreenderam mais de 200 negros.

Em 29 de janeiro de 1678, Fernão de Carrilho retorna a Porto Calvo, onde é recebido com festa, faz a partilha dos prisioneiros e proclama ter destruído Palmares. O Governador sabia que não era bem assim. Bastando dizer que com o trunfo na mão, que era a captura dos filhos e parentes Ganga-Zumba, manda uma proposta de rendição, garantindo-lhe a liberdade, terras e outros direitos. Se não, voltaria outra vez sobre Palmares, destruindo-o totalmente.

Ganga-Zumba aceita a rendição, e, em 18 de junho de 1678, manda uma comitiva de quinze pessoas, entre as quais três de seus filhos, para assinar os termos pactuados.

“Notável foi o alvoroço que causou à vista daqueles bárbaros. Porque entraram com seus arcos e flechas, e uma arma de fogo, cobertas

as partes naturais, uns com panos, outros com peles, com as barbas uns trançadas, outros corridas, outros raspadas, corpulentos e valorosos todos. A cavalo vinha o filho do rei mais velho, porque vinha feridoda guerra passada. Todos se foram prostrar aos pés de Dom Pedro de Almeida, e lhe bateram as palmas em sinal do seu rendimento, e em protestação da sua vitória. Aí lhe pediram a paz com os brancos”.

Quatro meses depois, Ganga-Zumba foi pessoalmente a Recife para selar o tratado de paz. Com uma comitiva de 40 pessoas, entre elas um irmão e um sobrinho, foram recebidos pelo Governador com pompa e solenidade. Em sinal da nova amizade, o Governador adotou dois de seus filhos, dando-lhes o sobrenome Souza Castro.

Com o acordo de convivência pacífica assinado, Ganga-Zumba se retira de Palmares e com muitos seguidores vai morar em Cucaú, numa região fértil a 32 quilômetros de Sarinhaém.

Quando as coisas pareciam serenadas, o guerreiro Zumbi se rebela contra o acordo, e se proclama o Grande Chefe, assume o governo e se torna o símbolo de uma nova resistência, reiniciando a guerra contra as autoridades constituídas e os senhores de engenho.

ZUMBI - O NOVO LÍDER

Após a expulsão dos holandeses, no ano de 1655 o governador de Pernambuco, Francisco Barreto, promoveu a primeira expedição sobre os Palmares, comandada por Brás da Rocha Cardoso que, entre os prisioneiros de uma pequena povoação, estava uma criança do sexo masculino com poucos dias de vida. O recém-nascido foi dado de presente ao padre português Antônio Melo, vigário de Porto Calvo. O padre batizou-o com o nome de Francisco, ensinou-o a ler e escrever e com a idade de 10 anos o fez coroinha.

Diz o padre, que Francisco demonstrava inteligência acima da dos brancos de sua idade e conhecia o latim e o português a contento. Sua decepção foi grande quando, com a idade de 15 anos, seu protegido foge para a companhia dos negros, amotinados nos Palmares. Dizem que mais tarde, já Chefe dos Palmarinos, às escondidas, visitou, por três vezes, o padre, levando-lhe presentes, por saber da pobreza em que se encontrava. Esses rumores, naturalmente, trouxeram desconforto nas relações da população para com o padre.

As notícias oficiais propalavam que, em Palmares, ficara tão poucos negros e tão dispersos. Qualquer tropa de vinte ou trinta soldados seria suficiente para desbaratá-los. Aqueles que foram contemplados pelo governo, recebendo lotes de terra nos domínios de palmares, perceberam que não era bem assim. Havia surgido um novo líder, combatente indômito, que passaria à história com o nome de Zumbi.

Consolidada sua posição em Palmares, Zumbi tentava minar a liderança de Ganga-Zumba na povoação de Cucaú. O campo era propício, os negros sentiam-se agredidos, quando os senhores de engenho rodearam a área com patrulhas armadas, alegando insegurança perante os novos e indesejáveis vizinhos. Contribuíam, ainda, o fato de ter havido várias invasões ao assentamento, alegando captura de negros fugidos das fazendas vizinhas. Ganga-Zumba protestava, alegando as cláusulas da liberdade compactuada.

Nesse clima, crescia o número de adeptos de Zumbi. Muitos regressavam furtivamente para palmares, contrabandeavam-se armas, munições, forneciam preciosas informações aos rebelados. Chegou-se a suspeitar de uma trama para assassinar Ganga-Zumba.

O Governador, tentando por as coisas em ordem, autoriza a Ganga-Zumba, irmão de Ganga-Zumba, a dialogar com Zumbi, propondo-lhe a deposição das armas e sua retirada de Palmares. Em troca, teria a liberdade de viver com os seus familiares e seus homens de confiança onde bem entendessem. Mais de um mês de negociação, nenhum entendimento.

Por falta de acordo, o governo parte para submissão pela força das armas. Organiza-se uma expedição sob o comando de João de Freitas Cunha, rico latifundiário, contemplado com cinquenta léguas de terra na região dos Palmares. Logo parte para a guerra comandando 200 homens. O resultado foi um verdadeiro fiasco. Depois de pouco tempo, assolados por um inverno rigoroso, e sob os ataques de guerrilha comandados por Zumbi, retorna a Alagoas deixando no campo de batalha armas e munições.

Em 1680 novas forças foram enviadas, mas também sem sucesso.

No acampamento de Cucaú, os partidários de Zumbi continuam conspirando. Segundo a visão do governo *“estavam conjurados para se retirarem outra vez levando escravos dos moradores daquela vizinhança, além de darem avisos e levarem mantimentos e munições para defesa dos outros postos”*.

Os conspiradores, antevendo ser descobertos, precipitam os acontecimentos envenenando Ganga-Zumba e assassinando seus homens de confiança, exceto Ganga-Zumba que consegue escapar e organizar resistência, tornando a luta entre as duas facções uma verdadeira carnificina. João Mulato, Canango, Amaro e Gaspar, os chefes do motim, são capturados e degolados. As atrocidades só terminam com intervenção do Governo. Estava destruída Cucaú, a tentativa anti-Palmares tentada pelas autoridades da colônia.

Como resposta a esses acontecimentos, recrudescem os ataques palmarinos ao litoral. Em colunas-volantes de quarenta ou cinquenta homens atacam, queimando canaviais, apreendendo escravos, armas e munições.

É preciso repelir essas tropelias.

O novo Governador João de Souza assume, anunciando guerra cruenta, não admitindo qualquer negociação de paz. Fernão Carrilho, convocado para o comando de uma nova força expedicionária, aceita a incumbência, mesmo porque tem interesse em tomar posse de seu lote de 20 léguas que ganhara na região de Palmares. Pragmático e conhecedor da realidade, procura na sua última conversa com o governador, dissuadi-lo dos seus propósitos de guerra, aconselhando a negociar com Zumbi. Foi duramente repreendido por Sua Excelência.

Em julho de 1683, parte Carrilho para Palmares à frente de 300 homens e, pela sua demora em travar os primeiros combates, chegam notícias desencontradas, levando suspeita ao governador de que ele poderia estar negociando com os palmarinos. Enfurecido, o Governador entrega o comando para Freitas Cunha que, ao chegar prende Carrilho e o remete a Olinda.

Freitas Cunha ataca em várias frentes, e sempre repellido, prossegue a luta até 1684, quando, então, abandona palmares, sem a vitória esperada.

Em 19 de fevereiro de 1685 assume o governo João da Cunha Souto Maior, com ordens expressas de negociar um tratado de paz. Houve imediata reação dos senhores de engenho, embora cansados com a revolta dos negros, sabiam que o Chefe Zumbi era um especialista na arte de alongar negociações. O governador despacha um emissário a Macaco, discute propostas e contrapropostas. Quando estas são aceitas, apresentam-se novas exigências. O tempo vai passando nesse leva-e-traz. Irritados, os senhores de engenho pressionam o Governador, e este suspende as negociações.

“Estando para lhes dar perdão em nome de V. M. para que eles viessem viver quietos a esta capitania, chegam-me queixas das câmaras e povos circunvizinhos das tiranias que lhes estão fazendo, saqueando-lhes as suas casas, levando-lhes os seus escravos cativos. Suspendi a execução do perdão e me resolvi a mandar castigá-los com demonstração exemplar”

Carrilho, tendo sido posto em liberdade, é chamado mais uma vez para chefiar a missão. O Governador, prometendo aos voluntários que se apresentassem para participação no botim, destinaria uma cota dos escravos apreendidos, consegue recrutar mais de 600 homens, entre soldados, índios e mamelucos. Carrilho parte em 10 de janeiro de 1687 e, em trinta dias de marcha, alcança as primeiras povoações palmarinas. Após longos enfrentamentos, queima de malocas, e sem a tão sonhada vitória final, retorna da batalha, alegando a chegada do inverno.

OS BANDEIRANTES NA GUERRA

A destruição dos palmares torna-se uma questão prioritária para a Coroa Portuguesa. Passa a ser agora uma cruzada. Depois de sucessivos fracassos das expedições locais, apela-se para os bandeirantes paulistas que já haviam mostrado sua arte de guerra no extermínio de selvagens, limpando os campos para penetração do homem branco. A reputação dos paulistas era tanta, que os senhores de engenho não vislumbravam outra solução, a não ser essa capitaneada por esses indômitos e sanguinolentos conquistadores. Atarefados e em missões similares em outras capitanias, muitos recusaram o convite. Finalmente, responde ao chamado Domingos Jorge Velho, bandeirante do ramo paulista que, por mais de 25 anos, vivia nos sertões nordestinos a aprisionar e matar índios. Nessa época em que fora chamado para lutar contra Palmares, tudo indica, estava residindo no território que é hoje o Estado do Piauí.

Para a adesão de Jorge Velho, as negociações se arrastariam lentamente. O governador Souto Maior, ao receber uma carta do bandeirante dirigida ao seu antecessor João de Souza, manda um emissário contatá-lo, ficando, então, acertado que seguiriam para Olinda para discutir os termos do contrato, três procuradores de Jorge Velho, com poderes para definir o acordo final. Eram eles o carmelita descalço André da Anunciação, o capitão Belchior Dias Barbosa e o futuro sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais. Enfim, a 3 de março de 1687, o protocolo é assinado, devendo o paulista *“Conquistar, destruir e extinguir*

totalmente os negros levantados dos palmares, com sua gente e oficiais que o acompanham.”

Entre as muitas cláusulas, ficava acertado que, a partir da assinatura do contrato, nem o governador nem o bandeirante poderiam perdoar qualquer negro dos Palmares. Dentre os negros capturados, os senhores de engenho pagariam a Jorge Velho oito mil reais “per capita”, quer seja para readquirir seus escravos fugitivos ou para compra de novos, ficando os demais pertencentes ao bandeirante.

Também foi concedido indulto amplo *“O senhor Governador e Ouvidor-Geral concede amplo perdão nos seus crimes que tiverem cometidos”*.

Essa cláusula é importante, pois o próprio bandeirante e muito de seus homens, pelas muitas atrocidades praticadas ao longo dos anos, não passariam impunes pelo crivo da justiça. (**Anexo nº 02-** Condições e Capítulos do Contrato).

Jorge Velho não foi pessoalmente a Olinda parlamentar com o governador. Preferiu delegar a emissários poderes para discutir as cláusulas do contrato. Mesmo depois de jugular os Janduins no Açu (Rio Grande Norte) e ao se dirigir aos Palmares, esquivou-se do convite formulado pelo Governador *“que ao passar para o sul, quanto mais perto estivesse de Olinda, quisesse dar-lhe entrevista, não só pelo gosto de o conhecer como para conferenciarem acerca das melhores disposições de guerra.”*(in Odilon Nunes citando Rocha Pombo-História do Brasil)

Talvez, aquele homem rude, que fugira do contato com o mundo civilizado por mais de um quarto de século, não se sentisse à vontade no ambiente requintado da Corte. De tanto viver isolado entre os selvagens, já assimilara os costumes e falava um português com muita mistura do tupi-guarani. Como diria o Bispo de Pernambuco, para se comunicar com ele foi necessário um intérprete, e continuou *“ Trata-se de um dos maiores selvagens com quem tenho topado”*. Na opinião do Conselho Ultramarino, *“ os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares”*

Em junho de 1690, assume o Governo de Pernambuco Antônio Felix Machado da Silva, marquês de Montebelo. Este usou de imediato toda pressão para deslocar o bandeirante para seguir para Palmares. A câmara do Rio Grande se opunha, alegando que precisava dele para concluir a devassa dos janduins; no entanto, a população rural concordava com o governador, porque estava farta do roubo de gado promovida por ele, a

título de alimentar mais de dois mil homens, famintos e glutões. Por essa época, intensificaram-se as hostilidades entre negros e os moradores de Pernambuco e Alagoas, o que obrigou o marquês a lembrar à câmara do Rio Grande que Domingos Jorge Velho fora contratado especialmente para combater os palmarinos, e que os moradores desses estados eram tão súditos de sua majestade quanto eles. O fato é que o Governador Geral intervém e decide-se pela partida do bandeirante.

Era julho de 1691 e Jorge Velho se desculpa alegando não poder partir, devido ao transbordamento dos rios e a necessidade urgente de reprimir uma rebelião iniciada pelos índios que ele havia subjugados e incorporados à expedição. Desafiando o paulista, os índios não aceitavam deixar suas terras para ir lutar contra os Palmares. Esse ato de rebeldia custou caro. O bandeirante mostra, mais uma vez, sua ferocidade. A título de dialogar leva os índios para uma cilada, e conforme suas próprias palavras “ *eu os mandei levar todos ao cutelo, donde não escapou nenhum*”(in Décio Freitas-obra citada).

Somente em fins de outubro parte para Pernambuco, levando mais de seis mil cabeças de gado subtraídas da região, tendo vendido parte desse gado, quando da passagem pela Paraíba. Realmente, sem um expediente como esse, era difícil manter em marcha um contingente tão numeroso.

Já, em solo pernambucano, estaciona em Santas Antão, proximidades de Recife, onde pretende fazer seu arraial. Temendo possíveis conflitos com a população local, as autoridades o aconselham a se estabelecer mais distante, na localidade Tapirabeté. Daí, manda seu sargento-mor Cristóvão Mendonça buscar, junto ao Governo, tudo aquilo estabelecido no contrato: dinheiro, armas, munições, e novos reforços, para, então, marchar sobre Palmares. A demora no atendimento das exigências e outras alegadas pelo bandeirante, como seja o alagamento dos rios, deixou-o imobilizado praticamente um ano em Tapirabeté.

Finalmente, chegam os reforços solicitados e Domingos Jorge Velho parte para a campanha, quando, após 12 dias de marcha, já se encontra nas mediações de Macacos, onde estrategicamente constrói um arraial para apoio das operações. Estão sob seu comando, seiscentos soldados e, como ajudante, Domingos João de Carvalho. Acompanham-no seu irmão Antônio Cubas como sargento-mor e seus dois filhos, Alexandre Jorge e Domingos Coelho, como alferes. Completam as forças o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arraes e os bandeirantes André Furtado de

Mendonça, João Paes de Mendonça, Pascoal Leite de Mendonça, Brás Gonçalves e João de Matos.(in Renato Castelo Branco-obra citada).

Novos reforços são incorporados, quando, 60 senhores de engenho de Alagoas e 120 de Porto Calvo se engajam na campanha, tendo à frente seus índios guerreiros e mamelucos.

O início do ataque, no entanto, partiu dos palmarinos. Estes, aproveitando a folga dos soldados que estavam caçando e colhendo frutos, atiraram-se sobre eles, surpreendendo-os num feroz corpo-a-corpo. Ouve debandada das tropas de Alagoas e Porto Calvo, enquanto os paulistas se refugiavam no arraial. Foram salvos, porque chegaram reforços comandados por Manoel Navarro, vindo de Recife.

Domingos Jorge Velho recebe novos contingentes, recompõe a tropa e parte para atacar Macacos, dividindo seus guerreiros em três colunas, uma pela linha de frente e as outras duas pelos flancos. A luta é renhida e, por duas vezes, são repelidos, tendo pesadas baixas. A ofensiva passa agora a ser dos palmarinos, que deixam suas paliçadas e perseguem as forças de Jorge Velho até seu arraial.

Uma decepção para o bandeirante. Humilhado, deixa o comando a cargo de Navarro e vai se estabelecer no riacho Paratagi, onde permanece por dez meses.

RENDIÇÃO DOS PALMARES

Em 1893 assume o governo de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, com ordem expressas do rei para destruir Palmares. São ratificados os termos do contrato com Domingos Jorge Velho, mobiliza-se o apóio da população, dos senhores-de-engenho e até do próprio clero para luta final.

Jorge Velho, sempre tendo estado associado a atos de barbárie cometidos contra os índios, desta vez se supera. Ao tentar inutilmente convencer os índios da aldeia Paratagi a reforçar suas tropas, resolve puni-los de forma infame. Convida-os amigavelmente para sua festa de despedida, quando, então, os índios comparecem desarmados e, após rituais, danças, bebedeiras, cansadas e desprevenidos, mais de 200 guerreiros são massacrados a golpes de espada.

A guerra dos Palmares se tornaria daí para frente uma cruzada contra os negros.

(in Renato C. Branco - Domingos Jorge Velho):

“começam a chegar a Porto Calvo os comboios de mantimentos e o material bélico da Bahia. Em dezembro chegam os grandes efetivos: 3.000 homens recrutados em Olinda e Recife, comandados pelo capitão Bartolomeu Simões da Fonseca; 2.000 de Alagoas e Porto Calvo, sob as ordens do sargento-mor Sebastião Dias Mineli, mais um corpo de elite, sob o comando do capitão-mor Barros Pimentel. De Penedo e São Miguel chegaram 1.500 homens. Os irmãos Bernardo e Antônio Vieira de Melo se apresentaram à frente de 300 homens e uma boiada. Da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte vieram mais 800 homens. Eram ao todo mais de nove mil homens - brancos afidalgados, mamelucos abronzeados, mulatos beçudos, índios, pernambucanos, paulistas, baianos, piauienses, reunidos no maior contingente militar até então organizado na colônia.”

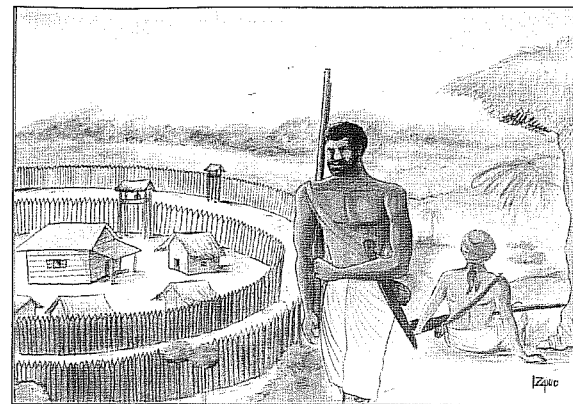
Sob o comando de Jorge Velho, em janeiro de 1694, essa imensa força militar chega a Macacos, onde se ergue o estratégico fortim Nossa Senhora das Brotas, as portas do Cerco Real. Onze mil guerreiros negros, prontos para a luta, acompanhavam os passos do inimigo. A região era montanhosa, escarpada, de difícil acesso, com vales férteis onde os quilombolas faziam suas plantações, o que lhes proporcionou resistir por muito tempo ao invasor.

A tática da guerra foi iniciar o ataque pelos mocambos que circundavam Macacos. Os negros fugiam abandonando suas casas; refugiavam-se nas matas e, de tocaia, reagiam como podiam, num combate de guerrilha.

A ordem era aprisionar o maior número de negros que, no mercado, estavam avaliados em 3 mil reis. Pressionado de todos os lados, os negros abandonam suas palhoças e plantações e procuram abrigo dentro do Cerco Real.

Jorge Velho autoriza o ataque contra Macaco, investe contra a bem construída fortaleza erguida na cumeeira da serra *“eram sólidas e, aparentemente inexpugnáveis. Consistiam em uma triplíce cerca de madeira e de pedras que circundavam a praça numa extensão de aproximadamente cinco quilômetros e meio (...) na parte de fora haviam sido escavados largos e profundos fossos dissimulados por vegetação e crivados*

de ‘estrepes”, puas pontiagudas de ferro que chegavam à altura ora das virilhas, ora da garganta de um homem. A área semeada de estrepes se estendia por considerável distancia longe das fortificações, mas ainda assim bastaria que um homem assomasse na sua extremidade para logo se constituir em alvo fácil dos atiradores e arqueiros palmarinos” (in Décio Freitas - obra citada.)



Diante da inexpugnável cidadela, Fernando Bernardo Vieira de Melo teve a brilhante idéia de construir contracerca para proteção de seus homens e que facilitasse a aproximação do ataque. Construída em duas noites, sempre sob o ataque das tropas inimigas, a paliçada deu ânimo aos sitiados que resolveram partir para a ofensiva.

Para o ataque em 23 de janeiro, Jorge Velho divide as tropas em três colunas: a do centro, sob o comando de Sebastião Dias Mineli, a da direita com Vieira de Melo e a da esquerda, por ele próprio.

A investida foi um desastre. Quando os homens não caíam nos fossos cheios de estrepes, eram alvejados por balas ou flechas.

Em fevereiro, o próprio governador Caetano de Melo vai pessoalmente ao palco da guerra, levando reforços e chegam seis canhões conduzidos por duzentos homens.

Devido ao pequeno alcance de fogo dos canhões, era preciso posicioná-los perto do alvo. Foi quando alguém teve a idéia de construir uma segunda cerca, que se estenderia obliquamente desde a contracerca até as fortificações. A construção se realizou da noite de 4 para 5 de fevereiro e, na escuridão da noite, pode-se deslocar os canhões, sem ser percebidos, até um ponto onde as fortificações eram menos vigiadas, nos limites de um despenhadeiro. Por pura sorte, a sentinela estava dormindo, e quando Zumbi, inspecionando as forças observou a proximidade dos canhões, percebeu a gravidade da situação. Desesperado, manda executar o sentinela e parte imediatamente para a ofensiva, tentando romper as linhas inimigas num trecho onde a contracerca não havia fechado

o bloqueio junto ao despenhadeiro, numa tentativa de surpreender o inimigo pela retaguarda. Na escuridão da noite, guiados por Zumbi, a coluna inicia a passagem pelo estreito corredor, quando é percebida por uma sentinela que dá o alarme. Percebido a tempo, Vieira de Melo ordena um ataque fulminante, com suas armas e canhões. Segue-se um feroz combate à beira do abismo. Rompe-se a Cerca Real, e num combate corpo a corpo, os sitiados vão invadindo a cidadela.

Os negros reagem desesperadamente. Sabiam que a derrota significava a volta à escravidão, aos trabalhos forçados, aos troncos, às chicotadas, nos pelourinhos. Encurralados, entre o abismo e o inimigo, lutam bravamente; muitos se jogam no despenhadeiro numa tentativa de fuga, ou mesmo, de suicídio, para não se entregarem vivos ao invasor. A matança continua noite adentro, conforme relato do Governador Melo de Castro " tantos eram os feridos que o sangue que iam derramando servia de guia a nossas tropas."

A caçada é impiedosa. Somente 519 guerreiros foram feitos prisioneiros, sendo os restantes totalmente trucidados. Por razões óbvias, foram poupadas as crianças menores de 7 anos e as mulheres, futuras geradoras de novos escravos. (in Renato Castelo Branco-obra citada).

Ao fim do dia 6 de fevereiro, Macaco ardia em chamas, tudo estava acabado. A notícia da morte de Zumbi provocou desânimo na república negra, a resistência se esfacela o que permitiu a Jorge Velho tomar, sem dificuldades, outras cidades.

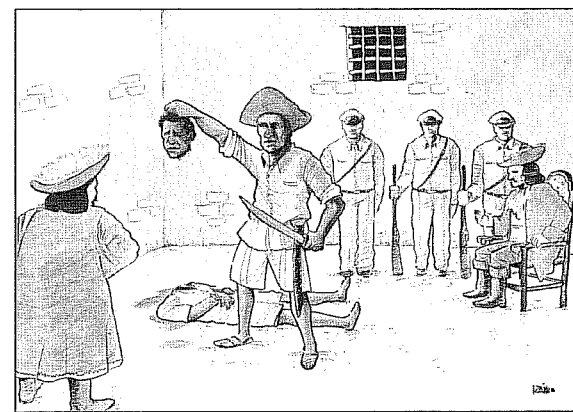
Vieira de Melo volta a Olinda onde é recebido como herói. Jorge Velho, que poderia tê-lo acompanhado, dividindo os louros da vitória, mais uma vez se esquivou de receber homenagem na cidade grande, preferindo permanecer limpando a área, com suas tropas, aprisionando os fugitivos, para venda no mercado escravo.

Apesar das notícias espalhadas de que Zumbi morreria jogando-se no despenhadeiro num ato heróico, preferindo a morte a se entregar, isso não correspondia à verdade. Sob sua direção, os remanescentes tentam reagrupar-se para a última resistência. No entanto, a reação durou pouco, traído por um dos seus, de nome Antônio Soares, que, sob tortura e promessas de anistia, veio a revelar o esconderijo do chefe a uma coluna de paulistas comandada por André Furtado de Mendonça.

Tudo se passa de forma covarde num desfecho muito rápido. Ao chegar sorrateiramente, em 20 de novembro de 1695, ao esconderijo onde Zumbi estava entocado com apenas cinco seguidores, Antônio Soares chama por Zumbi que, ao reconhecê-lo, vai confiantemente ao seu encontro. No ato recebe deste uma punhalada no estômago, sendo, em seguida, atacado pela tropa de paulistas. Apesar de mortalmente ferido luta bravamente, segundo o Governador Melo de Castro em carta ao rei "Zumbi pelejou valorosa e desesperadamente, matando um, ferindo alguns e, não querendo render-se nem aos companheiros, foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo."

Ao comunicar tão importante notícia ao rei, o Governador chega a dizer que a vitória, por sua importância, poderia ser comparada à expulsão dos holandeses do Brasil.

O corpo de Zumbi foi levado para Porto Calvo. O laudo cadavérico constatou naquele pequeno e magro cadáver quinze ferimentos de bala, inúmeros ferimentos de arma branca. Tivera sua mão direita decepada e um olho arrancado. Depois de morto fora castrado, e o pênis enfiado na boca.



Após o reconhecimento oficial de que se tratava de Zumbi, o corpo foi levado ao pátio da Câmara onde um escravo o decapitou. A cabeça, salgada, foi enviada para Recife, onde o Governador Melo e Castro a expôs, ficando espetada em lugar público até a decomposição, segundo ele, para atemorizar os negros que o julgavam imortal. (**Anexo nº 03** - Carta do Governador de Pernambuco comunicando a morte de Zumbi).

Diferentemente do que se supõe, a guerra dos palmares não terminou em 1695; ainda se estenderia até 1697, quando, então, o restante dos quilombos e das malocas foi exterminado.

As terras quilombolas, como prêmio, foram divididas entre os comandantes inimigos.

DOMINGOS JORGE VELHO LUTA POR SEUS DIREITOS

Não há registro da data de seu falecimento. Sabe-se que foi curto o período em que sobreviveu ao fim da guerra. Sexagenário, casa com Jerônima Cardim Fróis, e documentos datados de 1704 já comprovam o seu falecimento.

Nos seus últimos anos de vida, travou uma intensa batalha jurídica para fazer valer os termos do contrato assinado com o governo de Pernambuco, que lhe assegurava muitos títulos e patentes, quando terminada a guerra dos Palmares. Por sua forte personalidade, arranjava vários inimigos, inclusive a igreja e o próprio governador Melo e Castro, com quem se desentendera. Outros governos se sucederam sem que fossem reconhecidos seus direitos. O velho bandeirante resolve apelar diretamente ao rei de Portugal.

Segundo Renato Castelo Branco (in Domingos Jorge Velho):

"Ele e seus homens, declara, haviam sacrificado sua vida tranqüila no Piauí - suas fazendas, suas terras, seus rebanhos, suas lavouras - expondo sua vida e a de seus escravos, enfrentando indizíveis misérias e sofrimentos para maior aplauso das armas portuguesas, a honra de Deus e a satisfação de el-rei. Mas nada lhes fora dado em compensação: nem terra, nem soldo, nem fardas.

Havia mais de dez anos servia à coroa, acrescenta, e agora se via na iminência do desamparo. E advertia, finalmente, que se suas pretensões não fossem atendidas, os paulistas não continuariam a sua assistência àquela área, onde ainda existiam tantos focos de rebelião.

Mas não eram apenas os seus próprios direitos que Jorge Velho defendia. Eram também os direitos dos seus homens, com os quais tinha um dever de lealdade.

Depois de protestar contra "a injusta ambição de um bacharel cujos serviços eram muito inferiores aos daqueles a quem pretendia espoliar", pleiteava honrarias para seus oficiais e uma área de 1.060 léguas quadradas (maior que o estado de Alagoas) para ser dada em sesmarias aos combatentes de Palmares.

E não esquecia também de seus índios, para quem pleiteava, anualmente, um machado, uma cavadeira, uma foice e uma enxada de dois cruzados, além de cinco varas de pano de estopa com que pudessem cobrir suas torpezas. E sentenciava - merecem muito mais!

Finalmente, após muita luta e apelos a el-rei, Jorge Velho consegue o reconhecimento de seus direitos. E o Conselho Ultramarinho lhe concede 36 léguas quadradas, em sítio de sua escolha. Para seu sargento-mor foram concedidas 16 léguas quadradas. Para os capitães, 9. Alferes, 4. Sargentos e cabos-soldados, 1.

Eram ao todo 400 léguas quadradas, ainda assim bem menos do que as 1.060 pleiteadas pelo bandeirante.

Também foi ele autorizado a fundar uma vila, antiga pretensão sua, ainda que longe do litoral, como era seu desejo.

Para evitar as discórdias que grassavam a essa altura entre os paulistas, decidiu-se separá-los em dois arraiais. Jorge Velho ficaria no centro do distrito de Palmares, com a gente de cinco capitães. O resto ficaria com seu sargento-mor Cristóvão de Mendonça junto a Porto Calvo.

Assim surgiu a vila de Jorge Velho arraial de Nossa Senhora das Brotas futura cidade de Atalaia às margens do rio Paraíba afluente do Mandaú".

No Piauí, entre outros acontecimentos, sua lembrança ficará associada ao nome do rio Parnaíba.

"Inicialmente denominado Rio Grande dos Tapuias (Gabriel Soares), o rio Parnaíba irá receber diversas outras denominações: Rio Pará, como chamou em 1614 Diogo de Campos Moreno. Rio Paraoagu, atribuição que lhe teria feito, em 1626, Bento Maciel Parente. Rio Punaré (Frei Vicente do Salvador), rio Paraguaçu (Padre Antônio Vieira), rio das Garças, rio Parnamirim (apud R. Batista de Aragão, História do Ceará, I vol. pago 150) e, afinal, rio Parnaíba". (in Camillo Filho - Pequena História do Piauí).

Dessas denominações, Parnaíba foi o nome que vingou, uma homenagem do Bandeirante a sua terra natal, Santana de Parnaíba, situado em território paulista.

Quem realmente descobriu o Piauí e quando

A questão da prioridade do povoamento do Piauí tem gerado muitas discussões, e, nesta batalha de prioridades, destacam-se Domingos Jorge Velho, vitorioso dos Palmares e Domingos Afonso Sertão, rendeiro da poderosa Casa da Torre e grande criador de gado.

O nome de Domingos Jorge Velho só aparece ligado à história do Piauí em 1730, quando Rocha Pitta publica a “História da América Portuguesa”, descrevendo os acontecimentos como obra de ambos, e que Domingos Sertão, o “Mafrense”, ao penetrar em solo piauiense, aqui já o encontrou, quando então estabeleceram um ajuste amigável para divisão dos territórios.

Eis o que diz Rocha Pitta:

“Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras, que havíamos penetrado nos sertões de nossa América; porque no ano de 1671 descobriram os sítios do Piagui, grandíssima porção de terra, que está em altura de 10º do N. além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco, no continente daquela província e não mui distante à do Maranhão. Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para dar, pois corre só havendo chuva, e no verão fica cortado em vários poços. O mesmo pouco cabedal, e propriedade se acha em mais seis riachos que regam aquele país, os quais são o Canindé, o Itaim, São Victor, Poti, Longa e Piracuruca; porém todos por diversas partes concorrem a enriquecer o rio Parnaíba, que com eles chega opulento ao mar na costa do Maranhão.”

Um dos primeiros que penetraram aquele terreno foi o capitão Domingos Affonso Sertão apelido que tomou em agradecimento das riquezas, que lhe deram os sertões do Brasil, e por empresa das conquistas que neles fizera, passando de uma fortuna humilde em que vivera na Bahia, à estimação que costumam dar os grandes cabedais. Possuía já uma fazenda de gado, chamada Sobrado na outra parte do Rio de S. Francisco, distrito de Pernambuco na entrada da travessia, que vai para o Piauí, e mandando dali exploradores indagar e penetrar a terra, lhe trouxeram as notícias, que desejava, para as conquistas que pretendia, resolução, que executou com valor e felicidade, convidando para esta empresa algumas pessoas, que pôde ajuntar, todos alentados, destros e práticos na forma da peleja daqueles bárbaros.

Entrou por aquelas terras até ali não penetradas dos Portugueses, e só habitadas dos gentios com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos gentios, e fazendo retirar aos outros para o interior dos sertões. Nesse descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um cabo de paulistas, poderoso em arcos, que desejando novas conquistas, saíra das províncias do sul, de S. Paulo, pátria sua, com numeroso troço de seus gentios domésticos a descobrir terras ainda não penetradas, e atravessando varias regiões chegara a aquela parte pouco tempo antes que o capitão Domingos Affonso a entrasse. Viram-se ambos, e dando-se um a outro notícia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que haviam de prosseguir, e dividindo se por diferentes partes, foi cada um pela sua parte conquistando todo aquele país, cuja circunferência dilatadíssima compreende grande número de léguas...”

Neste documento, Rocha Pitta fixa a data do descobrimento do Piauí em 1671, dando prioridade ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

Por que a credibilidade do autor? Primeiro, porque foi contemporâneo de Domingos Afonso Mafrense, inclusive vereadores em Salvador, na mesma época, onde tudo faz crer, muito conversaram sobre a conquista dos sertões. O historiador, sentado ao lado do protagonista, rico sesmeiro, dono de mais de 30 fazendas no Piauí, conquistador daquelas terras após batalhas sangrentas contra os gentios, era a história viva, claro que não desperdiçaria essa oportunidade ímpar para ouvi-lo.

“Sendo provedor da Misericórdia da Bahia, o coronel Francisco Dias de Ávila, Domingos Afonso Sertão foi expulso da irmandade, por

não ter aceitado a nomeação de tesoureiro, que fora unânime. Isto em 6 de julho de 1690”(...)” Mas foi tesoureiro geral em 1692 e vereador da Bahia 1697”. (in Pedro Calmon-Pág 82- História da Casa da Torre- Documentos Históricos XXVII 255).

A partir daí, muitos autores que o sucederam, quer brasileiros ou estrangeiros, passam a adotar a presença de Jorge Velho em solo piauiense, ancorado nessa versão. Citemos alguns (in Carlos Eugênio Porto- Roteiro do Piauí):

Loreto Couto em sua publicação “Desagravos do Brasil” pg. 168, assim escreveu: “no ano de 1671 se descobriu grandíssima Província do Piagui, que está na altura de dez graus ao Norte além do rio São Francisco, no continente de Pernambuco, e não muito distante do Maranhão. Tomou o nome de um rio assim chamado. É regada dos rios Canindé e Itaim, São Vitor, Putí, Longazes e Piracuruca, que todos por diversas partes concorrem a enriquecer o rio Parnaíba, que com eles opulento sai ao mar na costa do Maranhão. Hum dos primeiros que entraram por aquelas dilatadas terras foi Domingos Affonso Sertão, neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, natural da cidade de São Paulo, que desejando novas conquistas saíra da sua pátria em numeroso troço de Índios domésticos a descobrir terras ainda não penetradas, e atravessando varias regiões entrou nesta, e com Domingos Afonso perseguiu a empresa, cada hum por sua parte conquistaram todo aquele país, cuja circunferência compreende grande numero de léguas”. Segue a mesma linha de Rocha Pitta

O general Abreu e Lima em sua “Synopse da História do Brasil” também dá o ano de 1671 como o do descobrimento, apoiando, também, tese da precedência do bandeirante paulista.

Southey em (“História do Brasil”-1862- pags. 304-305) assim descreve o encontro entre dois os bandeirantes:

“Foi topar com uma tropa de paulistas capitaneada por Domingo Jorge e seguida dos auxiliares de costume. Alegre encontro foi esse. Comunicaram-se os dois bandos um ao outro suas aventuras e descobertas: chegava para ambos a terra, e eles separam-se seguindo diferentes rumos a completar a conquista do país e limpa-lo de selvagens.”

Milliet de Saint-Adolphe, autor dos mais conceituados, admite que Domingos Afonso encontrou-se em terras piauienses com Domingos Jorge Velho.

Na versão de Celso Mariz “..há documentos que provam a moradia de Domingos Jorge Velho, família e acomodados nas vertentes do Parnaíba, Piauí, em 1622” acrescentando “ quem escreve sobre as viagens de Domingos Jorge e dos mandatários da Casa da Torre fala nos sertões da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, como se, naquele tempo, já existisse as divisas de hoje”. (in *Apanhados Históricos da Parayba* 1922-pg 49).

De todos esses documentos apresentados, conclui-se que, antes de Mafrense penetrar em solo piauiense, Domingos Jorge Velho já habitava por essas paragens.

Mesmo apoiado por tão ilustres seguidores, outros historiadores discordaram de Rocha Pitta, quanto à participação de Domingos Jorge Velho no desbravamento do Piauí.

Varnhagen foi um que discordou. “É menos exato que nesse descobrimento tivesse parte o paulista Domingos Jorge”-(in *Tratado Descritivo do Brasil* de 1851)

Outro que polemizou, apresentando argumentos contra a presença do paulista Domingos Jorge Velho, foi José Martins Pereira de Alencastre, que, no Piauí, exerceu os cargos de procurador fiscal da Tesouraria Geral e Professor do Liceu, de 1851 a 1855, contemporâneo, portanto, de Saraiva. Em seu trabalho “Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí ” publicado em 1857 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tomo XX. “Não sabemos o fundamento com que atribuem os historiadores ao Paulista Domingos Jorge Velho as honras da descoberta do Piauí; e sendo verdade como é, que o indivíduo por nome Domingos Jorge que um importante papel representou nas coisas do Piauí, era sobrinho de Julião Afonso, é justo que duvidemos do Paulista Domingos Jorge e lhe neguemos as honras de descobridor”.

Pereira de Alencastre, além de negar que Domingos Jorge seja o pioneiro do descobrimento, vai mais longe, ao supor que ele sequer tenha acostado ao Piauí.

Há, evidentemente, duas individualidades com o mesmo nome (Domingos Jorge). Alencastre, para chegar à conclusão, baseia-se numa certidão do Conselho Ultramarino, datada de 17 de setembro de 1745, sobre concessões de sesmarias. Segundo ele, o Domingos Jorge, citado no documento, refere-se ao sobrinho de Julião Affonso, (irmão de Maffrense), que tem o mesmo nome do paulista. (**Anexo nº 04** - Certidão pedida por Domingos Jorge (sobrinho de Julião Afonso Serra e Domingos Afonso).

Quanto à data do descobrimento, Alencastre se fixa em 1674: “Quanto a época da descoberta do Piauí, escolhamos a mais moderna, ou a mais próxima da data das concessões das sesmarias, porque não é razoável que descobrindo Domingos Afonso o Piauí em 1671, como o quer Rocha Pitta, só viesse a requerer terras em 1676 tendo ele tanto interesse, como devia ter, em tirar logo proveito de suas conquistas. Assim pois, preferimos o ano de 1674, apoiado em Ayres de Casal, Warden, Fortia, Constâncio e Ferdinand Denis e outros, que também preferem essa data”.

Diante de tantas informações desencontradas perpetuando-se, seria mais racional analisar os fatos obedecendo a uma ordem cronológica, considerando que novos documentos surgiram com o passar do tempo, e que não estavam disponíveis para os historiadores mais antigos.

Dentre esses novos documentos, sobressaem os exibidos por Francisco Augusto Pereira da Costa, em 1909, quando publicou “*Cronologia Histórica do Estado do Piauí*”, dando a prioridade da descoberta a Domingos Jorge Velho, baseada numa carta de sesmaria do governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, datada de 3 de janeiro de 1705, concedendo terras piauienses às margens dos rio Poti e Parnaíba a D. Jeronyma Cardim Fróes, viúva de Jorge Velho e alguns de seus oficiais. Segundo o documento, Domingos Jorge Velho marchou do Piauí para guerra dos Palmares em 1687, com sua gente, deixando todas as fazendas e lavouras situadas as margens dos rios Potingh e Parnaíba, onde “tiveram seus domínios cerca de vinte e quatro ou vinte e cinco anos, topando bandeiras ao gentio para onde as ocasiões pediam, defendendo assim ... que o dito gentio intentavam contra as outras povoações dos brancos dando por este meio lugar a que entrassem a povoar, como com efeito entrou e povooou todo o Piauí e Canindé em companhia da Casa da Torre de Garcia D´Ávila e defendendo as fronteiras do Maranhão...” (**Anexo nº 05**).

Pela data citada, pode-se concluir que as primeiras incursões do bandeirante paulista se deram pelos anos de 1662 ou 1663, considerando os vinte e quatro ou vinte e cinco anos de permanência até seguir para Palmares em 1687.

Mesmo ancorado nesse documento, as datas 1662/1663, têm gerado polêmica.

Com a publicação em 1938 do livro “*As Guerras nos Palmares*”, Ernesto Ennes apresenta novas revelações sobre Domingos Jorge Velho, a respeito de sua presença no Piauí e nas Guerras dos Palmares.

Em carta autógrafa, dirigida ao rei, escrita do outeiro da Barriga, em 15 de julho de 1694, Domingos Jorge Velho foi bem mais modesto quanto ao tempo de permanência no Piauí. *"Na certeza de que V. Maj. não ignora um contrato que comigo da parte de V. Maj. fez o Governador João da Cunha de Souto Maior que foi deste Pernambuco no ano de 1687, não me farei tedioso com largar narração das circunstância" (...) "me fizeram largar a mim e a eles o domicílio que a poder de uma porfiada e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana de mais de dezesseis anos nós tínhamos conquistado, povoado, lavrado, plantado, com nossas criações" (...) "eu desci do Piauí aonde eu estava aposentado..". (Anexo nº 06).*

Considerando a data de 1687 quando partiu para Palmares, esses dezesseis anos, recuariam a chegada do bandeirante em terras piauiense para o ano de 1671..

Para conciliar as datas díspares, fornecidas pelo próprio bandeirante, e por sua esposa, quando esta afirma na sesmaria de 1705, que a ocupação em solo piauiense se dera por 24 ou 25 anos, poderia, na realidade, estar se referindo ao cômputo total de anos da bandeira, podendo ter-se gasto 8 ou 9 anos, percorrendo os sertões nordestinos, até sua fixação por 16 anos em terras piauienses. Como se tratava de um pedido de sesmaria, qualquer vantagem a mais que viesse reforçar a petição ajudaria, como no caso, maior tempo de domínio da área pleiteada.

A polêmica prossegue, quando, no ano de 1946, o historiador e jornalista Barbosa Lima Sobrinho publica o livro *"Devassamento do Piauí"*.

Posteriormente, Barbosa Lima Sobrinho edita novo trabalho *"História de uma sesmaria e suas aventuras"*, sempre defendendo a mesma tese de que o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho nunca estivera no Piauí, tendo-se deslocado diretamente de São Paulo para o teatro da guerra dos Palmares, segundo ele são *"15 documentos, atestando e certificando a vinda DIRETA de São Paulo para Palmares" (...) "A documentação é tão numerosa e insistente, que se não pode deixar de ver na sua repetição, uma peça fundamental, a ajustar ao "puzzle" da explicação histórica"*. (Anexo nº 07).

Essa nova abordagem, desbancando Domingos Jorge Velho do seu pedestal, insinuado até que nem por essas terras pisara, mexeu com os brios de muitos escritores piauienses entre eles Monsenhor Chaves, e o respeitadíssimo mestre Odilon Nunes que vai à réplica em *"Devassamento*

e Conquista do Piauí", obra escrita no ano de 1960. Também escreve *"Um desafio da Historiografia do Brasil"*, abordando o mesmo tema.

Barbosa Lima Sobrinho em *"História de uma sesmaria e suas aventuras"*, apresenta sua tese, baseado na sesmaria de 1705, argumentando que a mesma não foi pedida nem outorgada no Piauí e sim na região do antigo Palmares.

Na realidade a polêmica se estende, porque existe a sesmaria de 1716, solicitada e concedida em terras alagoanas, onde muitos rios têm nomes parecidos com os empregados na região piauiense.

Diz o pedido da sesmaria de 1705, requerido pela viúva de Jorge Velho *"..lhes faça mercê mandar-lhes passar a dita carta de sesmaria desde a nasença do dito rio Potingh ou Camarões até onde se mete naquele do Parnaíba, com três léguas de largura, de uma e outra banda dele, e da sua barra, que aquele do Parnaíba abaixo, na mesma largura da banda de cá"*. Caracterizada a localização em terras piauienses.

Já a sesmaria de 1716, diz: *"nas cabeceiras das terras de Diogo Soares, no tabuleiro da Lagoa do Sul, regado dos rios, nas nasenças do rio Putirig, ou dos Camarões, até onde se mete nos rios da Paraíba Grande, Pequena, Satuba e Mandaú, fazendo frente ao longo daquele tabuleiro ou campina, onde chamam Borda da Mata, tendo ditas 6 léguas de terra principio onde se acabam 2.400 braças craveiras de dez palmos craveiros cada braça, e da Cruz que chamam das Almas para o sudoeste, e no fim delas ao longo da dita campina, atravessando pelos ditos rumos três léguas ao sudoeste e três ao noroeste e no extremo de umas e outras, pelo travessão do sertão, pelo noroeste, as outras seis léguas de terra a uma e outra banda do dito rio Putirig ou dos Camarões e as outras três léguas da sua barra para aquele rio da Paraíba abaixo, na mesma largura de cá, até que pelo dito rio Paraíba abaixo topem as terras despovoadas"* (Anexo nº 08).

Esta sesmaria foi realmente concedida à viúva do bandeirante paulista em terras alagoanas.

A dúvida poderia ser assim esclarecida: Domingos Jorge Velho, ao firmar contrato com o Governo pernambucano, para jugular os Palmares, condicionou em suas cláusulas dois pedidos de sesmarias.

No item 6 *"Que o Sr. Governador dará aos conquistadores referidos sesmarias nas mesmas terras dos Palmares, que estiverem livres para poderem povoar"*

No item 11 *“Que as sesmarias que pretendem no rio dos Camarões; e Parnaíba lhe promete dar o Sr. Governador assim; e da maneira que quiserem.”*

Nesta cláusula, a garantia requerida pelo bandeirante de que não faltaria proteção às suas terras e propriedades, conquistadas a duras penas no Piauí.

No ano de 1705, findo o conflito dos Palmares, falecido o esposo Domingos Jorge Velho, a viúva, D. Jeronyma Cardim Fróes, solicita o cumprimento do estabelecido no item 11 do contrato, ou seja, a sesmaria em terras piauienses.

Não tendo, naquele ano de 1705, conseguido a sesmaria de Alagoas, D. Jeronyma volta a solicitar em 1716, que se expedisse a documentação da terra de Alagoas, *“pois dela estava empossado, com seu arraial povoado por soldados e índios, com igreja, prédios e culturas, que o elevou a vila denominada Atalaia...”*

Então, não há por que confundir, julgando que a sesmaria de 1705 seja a mesma de 1716, esta concedida em território alagoano.

DE ONDE TERIA PARTIDO DOMINGOS JORGE VELHO PARA COMBATER NOS PALMARES

Na linha polêmica adotada por Barbosa Lima Sobrinho, foi levantada a hipótese de que Jorge Velho teria ido combater nos Palmares, partindo diretamente de São Paulo, baseado em 15 documentos oficiais que, assim, o atestam. Isso realmente por ser fato verdadeiro, mas generalizar, afirmando que o bandeirante nunca estivera no Piauí, é ir longe demais. São vários os documentos que o comprovam, inclusive a carta autógrafa do próprio Jorge Velho.

Várias são as teses de esclarecimento da questão. Uma, de que o bandeirante, nos dez meses que levou entre assinar o contrato com o Governador de Pernambuco, e seu deslocamento para os Palmares, poderia ter-se deslocado do Piauí até sua terra natal, São Paulo, para contratar gente capacitada para o enfrentamento da guerra, inclusive seus familiares. Daí os diversos documentos com refências à sua vinda diretamente de São Paulo.

Essa tese tem muitos argumentos a favor, vindo justificar um ponto controverso, quando o bandeirante atesta *“ fiz em largar tudo e por-me*

a caminho de ao redor de 600 léguas desta costa de Pernambuco por o mais áspero caminho. Agreste, e faminto sertão do mundo chegado eu abaixo, me mandou o Governador Geral que então era Matias da Cunha, torcer caminho e fosse acudir a capitania do Rio Grande..”

Considerando as 600 léguas, ou seja, 3.600 quilômetros, chegar-se-ia a um percurso muito mais compatível entre São Paulo e Pernambuco, via rio São Francisco, do que diretamente do Piauí para Pernambuco. Outro ponto que corrobora com os argumentos é que o governador mandou torcer caminho, fazendo sentido para quem, margeando o São Francisco e já chegando a Pernambuco, foi autorizado a se deslocar, praticamente a 90º graus, para se dirigir ao Rio Grande Norte.

Ainda a favor, terminada a guerra, as famílias dos capitães e oficiais do regimento dos paulistas vieram, de navio, de São Paulo, para fixar residências nas novas sesmarias conseguidas em Palmares. Como se justificar então que durante 25 anos percorrendo o nordeste, Jorge Velho não tenha visitado, em nenhum momento, seus familiares em São Paulo? Deve ter havido outras visitas e não somente esta visando preparar-se para o enfrentamento da guerra nos Palmares.

Depois de analisar a farta documentação existente sobre o assunto, fica bastante claro que o pioneiro, no devassamento do Piauí, foi Domingos Jorge Velho, tese corroborada pelos pesquisadores mais modernos como Monsenhor Chaves, Odilon Nunes e Pe. Cláudio Melo. Com competência e esclarecimentos chegaram a essa conclusão.

No entanto, quanto ao ponto de partida do bandeirante para Palmares, tudo leva a acreditar que ele realmente se deslocou de São Paulo, diretamente para Alagoas. Isso não tira nenhum mérito do Bandeirante. O fato é que ele poderia estar provisoriamente fora do Piauí, quando partiu para a guerra

Dentre os 15 documentos históricos oficiais que atestam a vinda de Domingos Jorge Velho diretamente de São Paulo, citados em *“O devassamento do Piauí”* por Barbosa Lima Sobrinho, transcreveremos, por amostragem, os de nºs IV e XI, apenas para exibir a clareza dessas peças.

IV- *“Porquanto o Coronel Antônio Cubas me enviou a representar que viera da Vila de São Paulo pelo sertão, com o Governador Domingos Jorge Velho, á conquista dos Palmares, trazendo consigo cem homens de armas aos mocambos...”*, etc. Patente do posto de coronel de toda a gente de armas e da mais que se agregar na guerra dos bárbaros, provido em

Antônio Cubas. Em 22 de março de 1689. Borges de Barros, bandeirantes e sertanistas baianos.

Vale salientar que Antônio Cubas era irmão de Jorge Velho, dando, portanto, mais credibilidade a esse documento.

XI - *"Ficando somente em pé o Regimento de Vossa Mercê com todos os Cabos e gente que consigo trouxe para a empresa dos Palmares (a que Vossa Mercê veio por terra de São Paulo) isento da sua jurisdição e livre para poder segui-la..."* Carta que se escreveu ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, em 10 de Março de 1690. Do Governador Geral, Frei Manuel da Resurreição. Documentos históricos, vol. X; pág. 399.

QUANDO E POR ONDE DOMINGOS AFONSO MAFRENSE ADENTROU AS TERRAS DO PIAUÍ

Domingos Afonso Mafrense ou Sertão como ele preferia, português de nascimento, chegou ao Brasil em 1670 e, logo depois, já estava estabelecido em pleno sertão, como arrendatário das propriedades dos d'Ávila, ricos senhores da Casa da Torre que viviam no litoral da Bahia. A fazenda Sobrado, a qual ele viria administrar, estava localizada à margem esquerda do rio São Francisco, muito próxima às nascentes do rio Piauí, separada a poucas léguas, pelo divisor da serra dos Dois Irmãos.

Segundo o historiador Rocha Pitta, seu contemporâneo e vereador na cidade de Salvador, assim escreveu em 1730, a seu respeito, (livro VI da *"História da América Portuguesa"*), estabelecendo o ano de 1671 para a descoberta:

"no ano de 1671 descobriram os sítios do Piagui, grandíssima porção de terra," (...) *Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para dar, pois corre só havendo chuva, e no verão fica cortado em vários poços."* (...) *"Um dos primeiros que penetraram aquele terreno, foi o capitão Domingos Affonso Sertão"* (...) *"Possuía já uma fazenda de gado, chamada Sobrado na outra parte do Rio de S. Francisco, distrito de Pernambuco na entrada da travessia, que vai para o Piauí, e mandando dali exploradores indagar e penetrar a terra, lhe trouxeram as notícias, que desejava, para as conquistas que pretendia, resolução, que executou com valor e felicidade, convidando para esta empresa algumas pessoas, que pôde ajuntar, todos alentados, destros e práticos na forma da peleja daqueles bárbaros."*

Entrou por aquelas terras até ali não penetradas dos Portugueses, e só habitadas dos gentios com os quais teve muitas batalhas (...). Nesse descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um cabo de paulistas, poderoso em arcos, que desejando novas conquistas, saíra das províncias do sul, de S. Paulo pátria sua, com numeroso troço de seus gentios domésticos a descobrir terras ainda não penetradas, e atravessando varias regiões chegara a aquela parte pouco tempo antes que o capitão Domingos Affonso a entrasse."

Ao analisar o documento fica claro que Domingos Afonso Sertão foi *"um dos primeiros"* a penetrar o vale do Piauí, quando da fazenda Sobrado *"na entrada da travessia, que vai para o Piauí,"* *"mandou exploradores a indagar e penetrar a terra"* e que *"entrou por aquelas terras até ali não penetradas por portugueses"*, prosseguindo *"neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge"*.

A conclusão a que se chega deste texto é de que Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, foram os primeiros a adentrar o Piauí, sendo que, Mafrense iniciara a jornada pelo vale do rio Piauí.

Autores de peso como Milliet de Saint-Adolphe, também vêm fortalecer essa corrente, quando escreve: (*in Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil. Paris 1854, pág 298*).

"Em 1674, Domingos Affonso Maffrense que residia na margem septentrional do rio de S. Francisco, determinou de ir assentar morada nos campos que demoravam para a banda do norte com o pressuposto de fazer ali algumas fazendas para reparti-las com a família, e também para se arrear da vizinhança dos índios, que todos os anos vinham estragar aquelas que estavam situadas perto do rio. Juntou-se com alguns europeus seus visinhos e fazendo caminho para o septentrião transpôs a Serra dos Dois Irmãos, e encontrou-se com o Paulista Domingos Jorge que arruinava em companhia dos seus as terras por onde passava castigando os naturais que topava. Juntaram os dois capitães a gente que levavam para prosseguirem naquela execrável montaria, até que afinal tornou-se o Paulista para sua província com sua gente e quantos índios havia capturado. "E fixou o companheiro na posse pacífica das terras de que ambos juntos haviam morto e expulsado os verdadeiros possuidores".

Em ambos documentos, fica patente que, para atingir o Piauí, transpuseram a serra dos Dois Irmãos. Ao localizar a fazenda Sobrado nos mapas da época, percebe-se que estava situada muito próxima às nascentes do rio Piauí. Era só andar aproximadamente 20 léguas para

alcançar o divisor de águas, na serra do Caracol. Partindo das fazendas localizadas em Remanso (BA), estar-se-ia a 6 léguas, ou 36 quilômetros da serra dos Dois Irmãos. Seria natural que bandeirantes arrojados como esses, não se intimidariam em explorar as redondezas para descobrir o potencial de suas circunvizinhanças.

Segundo a versão de J. Capistrano de Abreu em “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” 1930, Pág 82)).

“O governador geral do Brasil, o governador de Pernambuco, o capitão-mor de Sergipe concederam todas as terras requeridas. (pelos D’Ávila). Pelo lado direito do São Francisco até o rio do Salitre, por léguas sem conta na margem esquerda logo acima do trecho encachoeirado, a casa da Torre chamou a si territórios mais vastos que grandes reinos.

Nas proximidades destas terras morava Domingos Affonso, por antonomásia Sertão. A procura de campos novos, ou no encalço dos índios, adiantou-se tanto que passou das águas do S. Francisco para as do Parnahiba. Encontrou-se no rio Piauí, e este nome estendeu-se posteriormente à capitania e ao estado.

No território assim descoberto o gado multiplicou-se de modo maravilhoso. Domingos Affonso fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas; e com acréscimos tanto proliferaram as célebres fazendas nacionais, confiscadas pela vesania pombalina, que mais de século e meio de incúria e malversação não conseguiram extinguir de todo, tal a sua vitalidade inicial”.

Nessa linha, Capistrano de Abreu induz que a exploração tenha começado pelo rio Piauí, nome este que talvez tenha inspirado a denominação do próprio “Estado”.

Segundo Pedro Calmon (in A História da Casa da Torre) - Em janeiro de 1672, o Governador da Bahia tem notícias de que além de Sento Sé, nas bandas do São Francisco, estariam as lendárias minas de pratas. Francisco Dias de Ávila, gananciosamente, antecipa-se ao Governador na procura das minas, dirigindo-se ao médio São Francisco, via rio Salitre, um dos afluentes que desemboca próximo a atual cidade de Juazeiro. Ao chegar a suas fazendas, soube da revolta geral dos gentios *quaisquais* e galaches que estavam a assaltar os currais rio acima, principalmente entre Sento Sé e o rio Verde, nas proximidades de Pilão Arcado, onde estava situada a fazenda Sobrado dirigida por Domingos Afonso Sertão, e que já sofrera acirradas investidas dos rebeldes.

Para combater os insurgentes, precisava armar-se à altura: então, volta a Salvador, reúne amigos, parentes, reagrupa uma bandeira, formada por 100 homens brancos, índios flecheiros, pretos, mamelucos, todos prontos para guerra definitiva contra a indiada. Para isso, precisa da cobertura oficial para seu “staff”. Em julho de 1674, Francisco Dias de Ávila obtém patentes militares, para si, a de capitão-mor da entrada às aldeias dos Gurguas (Gurguéias), recebendo Domingos Rodrigues de Carvalho a patente de sargento-mor, (o segundo na hierarquia), Domingos Afonso Sertão o posto de capitão de infantaria da ordenança e para alferes Manoel Gonçalves. Seguem também como oficiais Francisco Rodrigues de Carvalho (irmão de Domingos Rodrigues), Julião Afonso Serra (irmão de Mafrense) e mais Bernardo Pereira Gago, este seu irmão.

A guerra seria impiedosa, a ordem era aniquilar totalmente os gentios. A expedição combateu sem trégua, entre o rio Salitre e Sento Sé, forçando os rebeldes a debandarem rio acima, até a foz do rio Verde, última fronteira, até então, povoada pelos Ávilas. Ora por terra ou viajando em canoas, a expedição prossegue São Francisco acima, além dos limites já conhecidos, até alcançar o Rio Grande, importante afluente pela margem esquerda, que desemboca na cidade da Barra. Neste percurso de guerra, haviam margeado mais de 300 quilômetros de São Francisco. A bandeira não satisfeita prossegue no encalço dos indígenas subindo o Rio Grande, alcança o rio Preto, e, então, transpõe o divisor de águas com o Piauí, atingindo as nascentes do Gurguéia, daí descendo por este rio na direção do Parnaíba.

Assim escreveu Odilon Nunes:

“Em 1674 Francisco Dias de Ávila, tendo como imediato Domingos Rodrigues de Carvalho, à frente de poderosa tropa, busca o rio Salitre. Sua força topa com o gentio rebelde, põe-no a correr pelo São Francisco destroça-o em escaramuças continuas em que, por vezes, tem que enfrentar canoeiros que se batem apoiados em parceiros de terra, passa por Sento Sé, o rio Verde, leva tudo de vencido, transpõe o rio Grande (Parnaíba).

“Na campanha, comandava Domingos Afonso Sertão um troço dos combatentes da Casa da Torre. Nessa ocasião, talvez tenham penetrado no Piauí, nos sertões de Parnaguá os expedicionários dos Ávila, pois os mananciais do rio Grande distam poucos quilômetros dos mananciais que fluem para o rio que viria a receber o nome dos Gurguéias” (Pesquisas para a História do Piauí (1º vol. - pág. 71).

Pereira da Costa, em (Cronologia Histórica do Estado do Piauí- Pág 44) ao abordar o assunto, atesta que o Piauí já era conhecido antes de 1674, quando essa bandeira penetrou o Piauí, pelas nascentes do Gurguéia.

“..o território do Piauí já era conhecido em 1674, tanto assim que se mandava fazer uma entrada às aldeias dos gurguaes, gurguas, ou gurguéa, hoje Gurguéia; que essa entrada foi de caráter oficial, pela nomeação de capitão-mor da expedição conferida a Francisco Dias de Ávila; que Domingos Afonso, que então já tinha o apelido de Sertão, naturalmente pelas suas explorações sertanejas nos extremos de Pernambuco ribeirinhos: de São Francisco onde situara algumas fazendas de gado.

O que se apura de todos estes fatos, portanto, é que Domingos Afonso Sertão, homem de caráter e de largas empresas, rico fazendeiro em Pernambuco, com residência na sua principal fazenda do Sobrado, à margem esquerda do rio São Francisco, prosseguiu, por si, nos descobrimentos, ora com a coadjuvação de sócios na empresa, ora sem ela, o que ele próprio confessa no seu testamento celebrado na cidade da Bahia em 12 de maio de 1711, nestes termos:

“Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas..”

“A primeira fazenda que Domingos Afonso situou nas terras do Piauí foi a denominada Poções de Baixo, no rio Canindé; e expurgada a região por sucessivas bandeiras, foi logo povoada de sertanejos pernambucanos e baianos.”

Pereira da Costa deixa então explícito que a primeira fazenda implantada por Domingos Afonso em terras piauienses foi no rio Canindé.

É difícil acreditar que, com inúmeras fazendas de gado instaladas em toda margem do São Francisco, da foz ao médio curso, passando por Juazeiro, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, povoações confrontantes com a serra dos Dois Irmãos, distantes poucos quilômetros das nascentes rios Piauí e Canindé, vales ricos em pastagens próprias para a atividade pecuária, tenham eles se contido por muitos anos sem povoá-los.

Segundo Pedro Calmon, em 1651, os Ávila já possuíam terras entre a cachoeira do São Francisco e a aldeia de Carariguapu. Em 1658 e 1659, conseguem novas sesmarias ao longo do curso médio. Contabilizando mais de 100 léguas de margens do São Francisco, demarcadas da foz, na direção das nascentes, naturalmente que suas fazendas já se confrontavam com a serra dos Dois Irmãos.

“O sertão dos rodela assim ocupados chamavam a colonização para o alto São Francisco” (na direção a seu afluente, o rio Grande).

Por que esperariam chegar ao distante ano de 1674 para adentrar ao Piauí, seguindo um longo e sinuoso percurso, de Cabrobó, margeando o rio São Francisco, passar ao rio Preto, alcançar o divisor de águas na serra das Mangabeiras e daí descer o rio Paraim até atingir o Gurguéia, num trajeto tão extenso que circunscreveria as bacias do Canindé e Piauí, rios que nascem na serra dos Dois Irmãos.

Considerando a guerra contra os gurguéias, Francisco Dias de Ávila recebe em 1675 a patente de coronel das companhias de ordenança, e, em 1676, volta a lutar contra os gurguéias, remanescentes que se reagruparam e voltaram a atacar no lado de Pernambuco. O desfecho foi o massacre já conhecido, quando, em 1 de junho de 1676, degolaram mais de 400 índios na foz do rio Salitre.

Em 12 de outubro de 1676, recebe, em conjunto com Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, dez léguas de terra em quadra, para cada um, nas margens do rio Gurguéia, doadas pelo governador de Pernambuco.

Registra Odilon Nunes a respeito: *Os Gueguês, quando escoraçados do S. Francisco, fogem em rumo do poente, abrindo caminho aos prepostos dos Ávila que os perseguiam. Transmitem, então, seu nome a um dos mais notáveis afluentes do Parnaíba.*

A Casa da Torre, gananciosa por terra, em 1676, poucos meses após o desbaratamento e morticínio daqueles índios, requer as primeiras sesmarias no rio Gurguéia.

Mas concessões de sesmarias não equivale a povoamento. Este começou talvez, pelo vale do Canindé que foi descoberto, segundo Rocha Pitta, em 1671, através de seu afluente Piauí. O Pe. Carvalho também informa que o riacho Piauí, afluente daquele rio, foi o primeiro povoado de todo este sertão no ano de 1682, em que se descobriu e dele tomou o nome.

Os d'Ávila requereriam sesmária nessa região, alguns anos depois dessa data."

Na opinião do escritor contemporâneo Pe. Cláudio Melo *"Descrição do Sertão do Piauí"*: *"é sem dúvida um dos mais importantes documentos de consulta para os estudiosos da História do Piauí" (...) é indispensável para muitos que queiram escrever a história da terra onde nasceram"*.

A *"Descrição do Sertão do Piauí"* é o primeiro documento a registrar a história de nosso povoamento. Trata-se de um relatório enviado pelo Pe. Miguel de Carvalho ao bispo de Pernambuco, informando sobre a nova freguesia do Mocha que ele havia instalado, e suas andanças pelo Piauí durante quatro anos, iniciada no ano 1694.

Faz o primeiro recenseamento demográfico e econômico do Piauí. Descreve os rios e riachos, as fazendas, suas localizações, as distâncias entre elas, narra a vida dos primeiros habitantes.

Quando se reporta ao rio Gurguéia, assinala que é caudaloso e sempre perene, tendo encontrado sete fazendas ao longo de seu curso, totalizando uma rarefeita população de 13 pessoas, distribuídas nelas. A primeira fazenda, em seu curso superior, chamava-se Serra Vermelha e a última, na barra do Parnaíba, Sítio Real.

É surpreendente que um documento, escrito 20 anos após a entrada de Mafrense e Dias de Ávila pelas nascentes do Gurguéia, não faça nenhuma referência a Parnaguá, como núcleo habitado. Na época já estavam instaladas quarenta fazendas de gado nas margens do Piauí e Gurguéia

Diz o autor que se deslocou de Oeiras para fundar a igreja da Barra (BA) na margem do São Francisco, foz do rio Grande, percorrendo o trajeto pelo interior do Piauí que margeava o rio Gurguéia até suas nascentes. Acompanhado do Pe. Felipe Bourel e de 42 pessoas, fala da riqueza natural às margens do Gurguéia a fertilidade do solo, a riqueza da flora e da fauna, quando foram, no percurso, alimentados somente com aquilo que a natureza lhes proporcionava.

Conclui o Padre em seu relatório *"pois a quatro anos ando sempre de viagem, em contínua lide, visitando estes moradores, sem me fixar rio, riacho, fazenda ou parte nomeada neste papel que não tenha visto ou andado.."*

Esse mesmo sacerdote escreve em outra parte do relatório, quando se refere ao rio Piauí *"o riacho Piauí corre de sul para o norte. Entra no*

Canindé. Foi o primeiro povoado de todo este sertão, no ano de 1682, em que se descobriu e dele tomou o nome."

Mais um importante testemunho que aponta o início do povoamento dando-se pelo vale do Piauí e Canindé.

Tendo chegado ao Brasil em 1670, tudo leva a crer que Domingos Afonso Mafrense já estivesse administrando a fazenda Sobrado (margem esquerda do São Francisco) no ano de 1671, como afirmam vários historiadores. Para um arrojado e ambicioso bandeirante como ele, que vivia do arrendamento de terras alheias, seria bastante previsível ter ido além das terras dos d'Ávila, objetivando instalar, fora desses domínios, suas próprias fazendas e currais. Os muitos relatos sobre o assunto levam a essa possibilidade, isto é, ocupação das terras piauienses, antes de 1674, data oficial de uma primeira entrada em solo piauiense.

Inúmeros são os documentos que apontam o encontro com Domingos Jorge Velho, em 1671, em terras piauienses. Então, antes de 1674, poderia já o devassamento ter iniciado pelas bacias dos rios Piauí e Canindé, conseqüência da pequena distância, que separa do São Francisco.

Embora exista um registro oficial da entrada ao Piauí, pela bandeira comandada por Francisco Dias de Ávila, que penetrou em 1674 as nascentes do Gurguéia em perseguição aos índios, este fato não caracteriza a ocupação da terra, e sim uma incursão de guerra.

Mesmo requerendo, de imediato, a sesmária das terras visitadas, isso não traduz que outras áreas do Piauí, em pontos mais afastados, não estivessem sendo ocupadas.

Segundo o Pe. Miguel de Carvalho em *"Descrição do Sertão do Piauí"*, ao descrever em 1697 os limites da Capitania, vistos de Oeiras:

"Para a parte do sul, confina esta povoação com o rio de São Francisco, para o qual tem dois caminhos com distância igual de 40 léguas cada um, por entre matos desertos, em que se não acha água no tempo da seca. O primeiro que se abriu se segue por um riacho chamado Piauí, do qual tomou nome esta povoação, por ser o primeiro que se povoou, e vai sair no rio de São Francisco a uma fazenda chamada o Sobrado, 10 léguas acima do Sento Sé ..."

O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindé e vai sair na cachoeira do rio São Francisco..."

Conclui o Padre: “o riacho Piauí corre de sul para norte. Entra no Canindé. Foi o primeiro povoado de todo este sertão, no ano de 1682, em que se descobriu e dele tomou o nome”.

Sobre o assunto, Odilon Nunes (in Estudos de História do Piauí) comentou:

“Nenhum caminho do Parnaíba ao S. Francisco, pelo Gurguéia. Presumimos que tem errado os que afirmam que a penetração colonizadora do Piauí começou por esse rio. Seus currais lhe vieram do Canindé, através do Moicatá e Itaueira, pela estrada indicada pelo cronista em que apoiamos. Seu curso superior estava ainda abandonado e de sua confluência com o Parnaíba, onde estava Sítio Real até Serra Vermelha, estendiam-se todas as fazendas num percurso de apenas 32 léguas. Se em 1694, o Pe. Miguel de Carvalho foi a Parnaguá, já não registrou em 1697 Parnaguá como fazenda.”

O historiador Pedro Calmon, (in História da Casa da Torre cita Martius em “Através da Bahia” 2ª edição-1928- pág. 273).

A “estrada velha”, que comunica o Piauí com a Bahia, “começava perto do lugarejo de nome Sobrado, sobe o rio (São Francisco) e segue o curso do rio Piauí, que atinge, conforme suas direções, ora em sua nascente, ora mais abaixo”.

A fazenda Sobrado também foi bem localizada por Pedro Calmon, situando-a quarenta léguas acima de Juazeiro.

Segundo o prof. Basilio de Magalhães, dois grandes feitos, inscreveu Domingos Jorge Velho em nossos anais: a ocupação do Piauí e a conquista de Palmares, a primeira de 1671 a 1674, em combinação com Domingas Affonso, fazendeiro à margem do S. Francisco.

Alguns autores contemporâneos, defendendo a tese de que a primeira penetração em solo piauiense teria acontecido pelo vale do Gurguéia, tomaram por base os escritos de Agenor Augusto de Miranda, engenheiro chefe do distrito telegráfico, que esteve trabalhando no Piauí de 1914 a 1920, e em 1938 publicou o livro “Estudos Piauienses”. Segundo ele, Mafrense “veio povoar o Piauí, descendo pelo Gurguéia ao Parnaíba”.

Agenor Miranda levanta a tese de que o povoamento do Piauí “realizou-se lentamente em três direções convergentes para o rio Parnaíba na sua parte média, e que fica entre as fozes dos Gurguéia e Poti.”

Sobre a primeira corrente atribuída a Baltazar Álvares, esta teria acontecido no ano de 1616, vindo do Maranhão, rumo ao nascente, alcançando o Piauí, porém, sem continuidade, pois a invasão francesa em território maranhense os fizera retornar.

“A segunda corrente invasora seguiu o caminho do vale do Gurguéia e deu-se antes da entrada de Mafrense. Em 1662 ou 63 o paulista Domingos Jorge Velho veio estabelecer-se na confluência do Poti com o Parnaíba.

A terceira corrente invasora, finalmente penetrou no Estado a partir de 1674, embora pareça que a penetração pela serra de Araripe seja mais remota.

O fato é que os baianos e pernambucanos, invadindo os sertões de Cabrobó, avançando sempre para o noroeste brasileiro, deviam ter penetrado logo no território que mais tarde constituiria a freguesia do Mocha, sob a influência da corrente dirigida por Mafrense.

Já era conhecido o Piauí quando, de fato Mafrense veio a povoá-lo. Mafrense é o povoador do Piauí.”

Ao analisar o texto acima, verifica-se que o autor baseou-se no pedido de sesmaria de 1705, solicitação feita por Jerônima Fróes, viúva do bandeirante Domingos Jorge Velho, para afirmar sua presença pioneira em solo piauiense, a partir de 1662 ou 1663.

“A segunda corrente invasora seguiu o caminho do Gurguéia e deu-se antes da entrada de Mafrense”. Fica difícil acompanhar o raciocínio de Miranda, uma vez que o próprio Mafrense fez parte da corrente invasora do Gurguéia.

No último texto *“Já era conhecido o Piauí quando, de fato Mafrense veio a povoá-lo. Mafrense é o povoador do Piauí”.* Não há coerência nessa tese, pois o próprio autor reconhece, que desde 1662 ou 63, (portando, doze anos antes), o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho já estaria estabelecido na confluência do Poti com o Parnaíba, quando se deu a entrada pelo Gurguéia, em 1674. Ao bandeirante paulista, caberia sim, a primazia pelo início do povoamento. Há de se concluir que a presença duradoura, por mais de 12 anos, de Domingos Jorge Velho em território piauiense já caracteriza o início do povoamento. Sua carta autógrafa de 15 de julho de 1694, (**Anexo 06**), é documento suficientemente esclarecedor da questão. *“...me fizeram largar a mim e a eles o domicilio que a poder de uma porfiada e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de*

carne humana de mais de dezesseis anos nós tínhamos conquistado, povoado, lavrado e plantado, com nossas criações e tudo deixamos para virmos servir a V. Maj. na guerra para que o dito governador nos chamou..”

A entrada pelo Gurguéia foi uma ação de guerra praticada contra os índios gurguéias, que vinham atacando os currais e fazendas situados nas margens do rio São Francisco e seus afluentes. O autor não apresentou nenhum novo documento primário, que viesse atestar cabalmente o início do povoamento do Piauí pelo vale do Gurguéia. Contudo, a tese defendida por vários autores, de que o povoamento do Piauí acontecera por sua fronteira Sul, pelos vales dos rios Piauí e Canindé, continua, ainda, bastante defensável.

“MAFRENSE, Domingos Afonso (Sertão). Sertanista português. Domingos Afonso Mafrense, conhecido também como Domingos Afonso Sertão, interna-se no agreste piauiense, à frente de sua expedição exploradora, auxiliado por seu irmão Julião e dos companheiros Francisco d’Ávila e Bernardo Pereira Gago, atingindo o Piauí pelas cabeceiras do rio Piauí, onde situou as primeiras fazendas. Atravessou a serra da Tabatinga e ali desceu na contra-encosta pelos vales do Piauí e Canindé, em cuja reunião fundou suas fazendas que, mais tarde seriam as famosas Fazendas Nacionais (região que corresponde hoje aos municípios de Picos, Oeiras, Jaicós e Simplicio Mendes). Em 1684, era considerado o maior proprietário de terras no território piauiense...” (in Gonçalves, Wilson Carvalho-Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado, pág 236).

Diante da farta documentação apresentada por tantos autores de renome, somos levados a acreditar que o desbravamento e povoamento do Piauí iniciou-se pelos vales dos rios Piauí, Canindé e seus afluentes.

PODERIA TER HAVIDO UM ENCONTRO ENTRE DOMINGOS JORGE VELHO E DOMINGOS AFONSO MAFRENSE

Para melhor compreender essa linha de raciocínio, tomem-se como base três períodos, que servirão de âncora para a premissa.

O primeiro período compreendido entre os anos de 1671 a 1674, quando Domingos Afonso Mafrense teria adentrado pelo rio Piauí e se encontrado com Domingos Jorge Velho é compatível com a sesmaria de 1705, solicitada por sua viúva, que retrocede a presença do bandeirante

em solo piauiense, de 1662/1663 a 1687, quando, neste último ano, teria então partido para Palmares.

As datas não conflitam, visto que Mafrense chegara ao Brasil em 1670 e desde logo integrara-se aos trabalhando para a Casa da Torre, nas margens do São Francisco. Da parte de Jorge Velho, também compatível, considerando-se sua carta autógrafa, datada de 1687, quando afirma ter estado no Piauí desde 1671

O segundo intervalo de tempo seria o de 1674 a 1676, quando Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Mafrense partem para combater os gurguéias. Se retornaram por outro caminho, que não tenha sido o da ida, ou seja, pelo interior do sertão, atingindo os vales já conhecidos dos rios Piauí e Canindé, poderiam ter-se encontrado com Jorge Velho que, em suas constantes incursões, estaria por essas paragens, não tão distantes do seu domicílio no vale do Poti.

No terceiro caso, período de 1676 em diante, quando, provavelmente, se aceleraram as instalações de currais em terras piauienses pelos vales do Piauí e Canindé, o encontro com o bandeirante paulista, também factível, poderia ter acontecido, considerando-se a data de carta autógrafa, onde estivera no Piauí por dezesseis anos, de 1671, até 1687, tese defendida pelo historiador Pedro Calmon.

As terras do *sertão de dentro*, como eram conhecidas, adquirem identidade e passam a se chamar Piauí, numa referência ao rio que nasce na serra dos Dois Irmãos, divisor das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Piauí. O maciço tangencia o rio São Francisco, nas imediações de Juazeiro, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, chegando a alguns pontos distar menos de 6 léguas, ou sejam, 36 quilômetros daquele rio.

Serra dos Dois Irmãos é nome que está ligado aos irmãos Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, bandeirantes pioneiros, que partem de suas fazendas localizadas nas vizinhanças do São Francisco, ultrapassam o divisor de águas e instalam os primeiros currais nas margens dos rios Piauí e Canindé.

Eugênio Porto, em “Roteiro do Piauí” enumera mais autores que apoiaram a versão clássica De Rocha Pita: Aires de Casal, “Corografia Brasília”, t. II, pg. 179; Antonino Freire, “Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão”, pg. XXVI; João Ribeiro, “História do Brasil”, pgs. 207-208; Irineu Joffly, “Notas para a História da Parahyba”, pg. 35; Benjamin Batista, “O Piauí”, pg. 6; Rodolfo Garcia, in “História Geral”, Borges de Barros, “Bandeirantes e sertanistas baianos”, pgs. 134-135; Spix e Martius, “Viagens no Brasil”, Rio, 1938, 2.º vol., pg. 443.

A Colonização do Piauí

Para melhor pesquisar os primórdios do povoamento e colonização, faz-se necessário conhecer a “Descrição do Sertão do Piauí”, documento histórico que registra a presença dos primeiros currais em solo piauiense.

Trata-se de um relatório enviado pelo Pe. Miguel de Carvalho ao bispo de Pernambuco, informando sobre a nova freguesia da Mocha, que ele havia instalado, e suas andanças pelo Piauí durante quatro anos, iniciadas no ano 1694.

Sacerdote português, servindo na Diocese de Pernambuco, na Freguesia de Nossa Senhora do Cabrobó, no sertão das Rodelas, margem esquerda do rio São Francisco, cujo território ia até as ribeiras do Tocantins, incluindo o Piauí.

O padre visitou todo o rebanho, percorrendo as fazendas de um extremo ao outro e, consciente das distâncias imensas e da rápida multiplicação dos currais, convenceu-se de ter chegado a hora do desdobramento da freguesia. Em seu relatório, pedia a criação de duas novas paróquias, a de S. Francisco, na Barra do rio Grande (Bahia) e de Nossa Senhora da Vitória, no centro sul do Piauí.

Recebida a autorização, voltou em 1696 ao sertão piauiense e baiano, com o fim de instalar as freguesias.

Cumprida a missão em nosso território, em 2/3/1697 enviou ao Bispo, além das atas da escolha do local, uma minuciosa descrição da

nova freguesia. São as primeiras páginas de nossa história e de nossa geografia. Faz o primeiro recenseamento demográfico e econômico. Descreve as fazendas, suas localizações, as distâncias entre elas, narra a vida dos primeiros habitantes, como se alimentavam, como se vestiam, como trabalhavam.. Fala do comércio incipiente. Descreve a terra com suas pastagens nativas, seus frutos silvestres, os rios, riachos, afluentes e lagoas, além de relacionar o nome das tribos conhecidas.

Por sua relevância para a história do Piauí, aqui alguns trechos do relatório de Pe. Miguel de Carvalho, sobre suas viagens pelo sertão do Piauí de 1694 a 1697.

Descrição do Sertão do Piauí - documento remetido ao Ilmo. e Revmo. Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco.

I - Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Mais lagoas e olhos d'água tem, em que moram algumas pessoas que, por todas as de sacramento, fazem o número de 605, em que entra um arraial de Paulistas, com muitos tapuias cristãos, o qual governa o Capitão Francisco Dias Siqueira. Com os que não são de sacramento, chega o número de todas as pessoas, de uma a outra qualidade, batizados que ficam à obediência da nova Igreja (conforme o rol dos confessados). Os nomes e paragens das fazendas se acham no rol abaixo, com a distância de léguas que há de umas às outras, e nomes dos homens que nelas estão por arrendamento.

II- De todas estas terras são Senhores, Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias. Têm nelas algumas fazendas de gados seus, os mais arrendam a quem lhe quer meter gados, pagando-lhe dez reis de foro, por cada sítio e, desta sorte, estão introduzidos donatários das terras, sendo só sesmeiros, para as povoarem com gados seus, em tanto que até as Igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do título de sua.

III - Forma de povoação e distrito da nova Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, de novo levantada no sertão do Piauí, por ordem do Ilmo. e Revmo. Sr. Dom Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco.

Esta povoação do Piauí, situada em 3 graus para a parte do sul, no meio do sertão que se acha entre o rio de São Francisco e a costa do mar que corre do Ceará para o Maranhão, da qual distará, pelo caminho sabido, 80 léguas.

IV - Confina, pela parte do nascente, com os sertões desertos que correm para Pernambuco, pelos quais se não tem descoberto caminho, nem se vadeam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitavam, e só se tem chegado, pela parte desta povoação, a avistar uma serra chamada o Araripe, que dizem ser muito alta e que na superfície tem de plano 50 léguas. De uma e outra parte, está rodeada de várias nações de Tapuias bravos. Para o poente confina com os matos desertos que correm para as Índias de Espanha, pelos quais não há caminho, nem se sabe de seu fim. Por eles (a) dentro, têm chegado algumas tropas de paulistas (a) avistar grandes rios, entre os quais contam o do Grão Pará. Parnaíba, Gurguéia, Paraim, que todos correm para o norte. E na mesma altura acharam o Rio Grande e o Rio Preto, grandes e caudalosos, que correm para o sul e se metem no rio de São Francisco, 500 léguas ao sertão, acima de sua barra, junto do qual estes dois rios povoados com fazendas de gados, com muitos moradores, entre os quais se vai, de presente, fazer uma nova Matriz por ordem também do Ilmo e Revmo. Bispo de Pernambuco, a qual ficará distando desta do Piauí 220 léguas, pelo caminho sabido.

Estes rios estão ao sertão povoados de muitos Tapuias bravos, valentes e guerreiros, entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si Rei, e chamando a seus distritos reinos, como são os Rodeleiros que se contam com sete reinos e são tão guerreiros que até agora não foram ofendidos, nem de entre eles se tem apanhado língua, sendo muitas vezes acometidos por grandes tropas de paulistas. Pelejam com rodela muito grandes, feitas de um pau chamado craíba, as quais na batalha levam uns e outros. Ao reparo delas pelejam com arco e flecha, lanças e cachaporras.

Para a parte do norte, confina esta povoação com a costa do mar, correndo do Ceará para o Maranhão, para a qual tem dois caminhos abertos ambos no ano 95; um vai ao Maranhão e outro a serra da Guapaba (Ibiapaba), a qual tem ido moradores e, em companhia de alguns, vieram os Padres da Companhia de Jesus, que nela assistem, fazer missão a esta povoação em o mês de dezembro próximo passado de 96, e se recolheram à serra em janeiro de 97. Distará esta Serra das últimas fazendas dos Alongazes, que pertencem a esta Freguesia, 20 léguas.

Para o Maranhão há também caminho seguido que, dizem, terá 90 léguas. E já com princípio de comércio de redes, pano de algodão e cuias, que nesta povoação trocam por vacas, com a intenção de as levarem para as terras do Maranhão. Junto com os homens deste negócio

e outros moradores desta povoação, veio da dita praça o Doutor Manuel Nunes Colares para o Desembargo da Relação da Bahia, em o mês de janeiro deste ano de 1697 e, no caminho, toparam com os tapuias bravos chamados Aroatizes e Guanares, com os quais ajustaram pazes que, sendo firmes, será em grande utilidade do comércio, por ficar o caminho sem impedimento.

Para a parte do sul, confina esta povoação com o rio de São Francisco, para o qual tem dois caminhos com distância igual de 40 léguas cada um, por entre matos desertos, em que se não acha água no tempo da seca. O primeiro que se abriu se segue por um riacho chamado Piauí, do qual tomou nome esta povoação, por ser o primeiro que se povoou, e vai sair no rio de São Francisco a uma fazenda chamada o Sobrado, 10 léguas acima do Santo Sé e 100 da Matriz da Conceição e 200 da vila de Penedo. Estas 40 léguas se contam para o Rio de São Francisco, da última fazenda desta povoação, chamada o Taboleiro Alto, da qual à nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória se contam 60 léguas, povoadas com fazendas de gados pelo mesmo riacho do Piauí abaixo, com que fica a nova Igreja distando do rio de São Francisco 100 léguas; da antiga Matriz da Conceição, 200; da vila de Penedo 300; da praça de Pernambuco quase de 400 e para a Bahia serão 300 léguas.

O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindé e vai sair na cachoeira do rio de São Francisco, chamada de Domingos Afonso; tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos, porém com menos matos, e o caminho com menos pedras.

V - Dentro em si é esta povoação redonda em tal forma que, fazendo peão na nova Igreja, fica com igual distância para as mais remotas fazendas que ficam para todas as partes dentro de 60 léguas, formando a Freguesia uma cruz de nascente a poente, de norte a sul, com 120 léguas de comprido e outras 120 de largo.

Compõem-se de fazendas de gados sem mais moradores; estão situadas em vários riachos, distantes umas das outras ordinariamente mais de duas léguas; em cada uma vive um homem com um negro e, em algumas, se acham mais negros e também mais brancos, mas no comum se acha um homem branco só. Vivem estes moradores de arrendamento destas fazendas de gados. De 4 cabeças que criam lhe toca uma, ao depois de pagos os dízimos São obrigados, quando fazem partilhas, a entregarem ao senhor da fazenda tantas cabeças, como acharam nela quando entraram, e o mais se parte ao quarto. Comem estes homens só

carne de vaca com lacticínios e algum mel que tiram pelos paus. A carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se coza. Bebem água de poços e lagoas, sempre turba e muito salitrada. Os ares são muito grossos e pouco sadios. Desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias.

(Rol das fazendas e dos moradores) – (Anexo nº 09).

Pelo relato, o sertão do Piauí tinha apenas quatro rios correntes: Itaim Açu (Poti), São Vitor, Gurguéia e Parnaíba. Os demais são chamados riachos em número de 20, e riachinhos em número de 5.

A população correspondia a 605 pessoas de sacramento, isto é, aquelas batizadas, na fé católica.

É bom observar que o missionário descreveu apenas o sertão do Piauí que estava ao alcance da freguesia, ou seja, 60 léguas para os pontos cardeais, partindo da sede paroquial. Ele deixa claro que tinha conhecimento de outras povoações, quando cita fazendas além das terras do alongazes e quando relata que seguiu para o Parnaguá.

Os limites da prelazia alcançavam do extremo Sul do Piauí a Bitorocara (região Norte), região de Campo Maior.

Segundo o missionário, o sul do Piauí deveria ficar subordinado à freguesia de São Francisco da Barra do Rio Grande, em território baiano, hoje a cidade da Barra, é tanto que logo que assumiu a nova paróquia, seu irmão, o Pe. Inocêncio de Carvalho desobrigou na região de Parnaguá.

Segundo Padre Cláudio Melo (*in Fé e Religião*, pág 84-1991), o próprio Pe. Inocêncio nos deixou a seguinte, até agora inédita, informação:

“Sendo eu mandado pelo Reverendo Vigário da Vara, Miguel de Carvalho, desobrigar os moradores dos confins do Rio de São Francisco e os da Lagoa do Parnaguá, Rio Grande e Rio Preto, em o ano de 1697, por todos aqueles sertões, me acompanhou o Sargento Mor Bernardo de Carvalho, com cavalos, gente, armas e munições, à sua custa, assegurando-me dos riscos dos muitos gentios bravos que há por aqueles desertos, em os quais nos vimos muitas vezes com evidentes perigos e muito principalmente na travessia deserta que corta o Rio Preto para a Lagoa do Parnaguá, pela qual não houve morador algum que me quisesse acompanhar, por medo dos gentios Acroazes, que nela têm feito muitas mortes. E só o dito Sargento Mar, com sua gente, me acompanhou até a dita Lagoa, onde desobriguei a todos os moradores dela. E não o

fizera se, com o seu zelo e valor, não me animara a passar por entre aqueles bárbaros. E não foram menores os incômodos e trabalhos que padecemos em as passagens de muitos e caudalosos rios que, por não terem embarcações, passamos nadando, sempre faltos de todo o necessário para a vida, que muitas vezes vimos oprimida de grandes fomes e tormentos, quase superiores às nossas forças, as quais moléstias o dito Sargento Mor padeceu sempre com grande valor e constância, só pelo amor de Deus, que o moveu a fazer aquelas penosas viagens. em que gastou mais de um ano ausente de sua casa e fazenda, e nas quais tem perdas consideráveis pela ausência que voluntariamente fez, sem outro algum negócio mais que o zelo de que aqueles moradores fossem remediados com os Sacramentos e doutrina de que tanto precisavam”.

Na época, o Sargento-Mor Bernardo de Carvalho estava na Barra do Rio Grande, pois acompanhara a comitiva do Pe. Miguel de Carvalho, na travessia pelo sertão de Parnaguá.

“Certifico que o Sargento Mor Bernardo de Carvalho me assistiu e me ajudou a fundar a nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, que fiz em o ano de 1697. E depois de acabada, querendo eu passar para o Rio Grande, a fundar também uma outra nova Matriz, e, tendo dificuldades grandes na viagem, por ser obrigado a fazê-lo por travessias desertas adonde há muitos gentios brabos, o dito Sargento Mor se ofereceu para me acompanhar, e, com efeito, o fez com gente, cavalos, armas e munições à sua custa. E ao depois de andarmos por aqueles sertões muitas léguas em que padecemos muitos trabalhos e nos vemos em muitos riscos, chegamos ao dito sertão do Rio do Grande, adonde, determinado o lugar da Igreja, com grande cuidado e zelo, se aplicou o dito Sargento Mor à dita feitura dela, concorrendo para isso com gente, fazenda e com a sua própria pessoa em tanto que para dar ânimo aos moradores. Na falta de oficiais, que quase não há naquelas partes para semelhantes fábricas, com as próprias mãos trabalhou muitas vezes na obra e, com tal fervor convocou a todos para ela que, em poucos dias nos achamos com uma Igreja perfeita e melhor do que podíamos esperar se fizesse naquele lugar devendo-se a bondade de sua perfeição à diligência do dito Sargento Mor”.

Já o norte, pela proximidade da serra do Ibiapaba, permaneceria sob os cuidados dos Jesuítas, que ali desobrigavam.

Na conclusão do relatório, o incansável padre faz referência às pastagens nas margens dos formosos rios Parnaíba e Gurgéia, e às

dificuldades que os curraleiros encontravam em se fixarem, devido à agressividade dos tapuias bravos que ali residiam.

Este rio da Parnaíba é muito grande. Corre do sul para o norte; é todo capaz de se navegar, da barra que faz no mar até 200 léguas ao sertão, que se tem descobertas, quase todas capazes de criar gado, e não estão povoadas por causa do muito gentio bravo que, na beira dele habita. Alguns moradores meteram lá gados, e se retiraram com medo; e os que moram nas fazendas acima ditas, andam sempre em contínua guerra, e muitos perderam as vidas às mãos daqueles bárbaros, por cuja causa se não tem aumentado muito esta povoação pelas beiras daqueles formoso rios Parnaíba e Gurguéia, os quais são abundantes de pastos e de várias frutas como são mangas, jenipapos, araticum e outras muitas agrestes de que usam os gentios e os brancos em necessidade. Especialmente notei a fertilidade daquela terra, em o ano de 1694 quando desta povoação atravessei para o Parnaguá, pela beira do rio Gurguéia, com o Pe. Felipe Bourel, da Companhia de Jesus, porque, levando em nossa companhia 42 pessoas sem provimento de matalotagens, achamos tanta abundância de mel, peixe, caças e frutas que não experimentamos falta alguma, 16 dias que caminhamos pela beira do rio; apartados, porém, dele e padecemos 5 de grande fome e, sem dúvida, morreríamos, se a Providência Divina nos não socorrera por um modo que, sendo natural, pareceu prodigioso, e foi que, caminhando por entre umas serras junto do rio Corimataim, achamos um riacho que em distância de uma légua tinha pelas beiras grande quantidade de ananases criados pela natureza, tão deliciosos no cheiro e no gosto, como os que se acham nas praças; só tinham diferença em serem todos brancos e mais pequenos. Até chegarmos à povoada, nos serviram de regalo e matalotagem. Esta abundância faz com que naquela terra habitem muitos tapuias, os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil. O rol de seus nomes mando a Vossa Ilustríssima junto com este papel, o qual serve só de notícia do distrito da nova Freguesia de Nossa Senhora da Vitória que o seu grande zelo me mandou fundar entre os miseráveis moradores que vivem nestes sertões.

Se não fui tão claro como seja necessário para o conhecimento que vossa Ilustríssima deseja ter destes desertos, será por falta de termos para explicar-me, e não de ciência dos distritos, pois há 4 anos que ando sempre de viagens, em continua lide, visitando estes moradores, sem me fixar rio, riacho, fazenda ou parte nomeada neste papel que não tenha visto e andado. E de presente foco de viagem para o Rio Grande a fundar a Igreja do Seráfico São Francisco que Vossa Ilustríssima me mandou que

distará 220 léguas. Fundada que seja, remeterei a Vossa Ilustríssima a descrição do seu distrito, pedindo sempre a Nosso Senhor que guarde a Vossa Ilustríssima com a vida e saúde que para remédio e consolação de seus súditos é necessário.

Piauí, 2 de março de 1697

De Vossa Ilustríssima o mais obediente e humilde súdito

Pe. Miguel de Carvalho

Segundo Odilon Nunes, fica patente que a ocupação do solo piauiense se processou de forma silenciosa através da proliferação de currais nas margens do Rio Parnaíba, seus afluentes e subafluentes, sem a ajuda do poder central da Colônia. Ao longo dos rios Canindé, Itaueira, Gurguéia, Longá e Poti e seus tributários, fixaram-se as fazendas de criação de gado promovidas pelos bandeirantes e seus vaqueiros, capitaneados por Domingos Jorge Velho e os D'ávila da Casa da Torre, que com suas bandeiras, empreendimentos de cunho particular, investiram capital de risco para enfrentar os sertões selvagens, implantar currais e, só depois de muitos anos de muita labuta, se bem sucedidos, poderiam ser recompensados pelo rendimento de suas fazendas, ou mesmo contemplados com sesmarias. Sem o amparo ou o estímulo do poder público, nossas fronteiras foram delimitadas não só pelos marcos geográficos, mas pelo trabalho desses pioneiros.

Padre Miguel de Carvalho, em sua "Descrição", datada de 1697, notícia que o povoamento do Piauí começou em 1682. Sendo assim, em apenas 15 anos, aqueles vaqueiros, em tempo recorde, fizeram milagres de realizações: transpuseram o chapadão da Serra dos Dois Irmãos, que separa o Piauí de Pernambuco e Bahia, e trouxeram, de tão longe, das margens do São Francisco, as primeiras boiadas, e em tão curto espaço de tempo fundaram 129 fazendas, distribuídas ao longo dos rios e riachos, distantes umas das outras, em terras desconhecidas, enfrentando adversidades, numa proeza que não encontra similar na colonização do Brasil.

Quando se vem ter notícia, o Piauí já estava desbravado, conquistado, numa proeza silenciosa.

Para a ampliação dos currais, bastava um novilho reprodutor e três novilhas, e assim estava lançada uma nova semente nesse processo de desbravamento e ocupação do solo. Viviam os vaqueiros frugalmente,

alimentando-se de forma primitiva, de mel, leite, da pesca e da caça, e sem vasilhames para o preparo dos alimentos, comiam quase sempre a carne de animais silvestres, moqueada, ou assada em espetos de pau. Carne de vaca só posteriormente, quando o rebanho assim o permitisse.

Esses primitivos vaqueiros levavam uma vida de solidão, morando afastado um dos outros por muitas léguas, sempre sobre a ameaça de índios belicosos. O que lhes atraía, era a vida agreste em contato com a natureza, e seus rendimentos que correspondiam a um quarto dos bezerros nascidos.

Não havia moeda.

Na época em que o Pe. Miguel de Carvalho escreveu sua "Descrição", o Piauí já mantinha relações com o Ceará, através dos caminhos da Serra do Ibiapaba, onde os cearenses traziam sal e outras mercadorias que eram permutadas por gado, matrizes de seus futuros rebanhos. Também mantínhamos um incipiente comércio com os moradores do Maranhão, que traziam redes, panelas, cuias, que trocavam por vacas, para povoarem a margem esquerda do Parnaíba.

"Em dezembro de 1696, em companhia de alguns moradores do Piauí, de Ibiapaba, vieram os padres jesuítas Ascenso Gago e Manuel Pedroso, ambos paulistas, penetrando no Piauí numa extensão de cerca de cinquenta léguas. Recolheram-se à Ibiapaba em janeiro de 1697, depois de uma desobriga de dezoito dias em que se fizeram centenas de confissões e comunhões". (in Odilon - Estudos de História do Piauí, vol. 03).

Em referência às comunicações com o sul, rumo à Bahia, cita dois caminhos com igual distância de 40 léguas, entre matos desertos, onde não se acha água na época da seca. O primeiro segue pelo curso do rio Piauí, até a última fazenda Tabuleiro Alto e daí atinge o São Francisco na fazenda Sobrado, dez léguas acima de Sento Sé. Já o segundo percurso se abriu da cabeceira do Canindé e vai sair na cachoeira do rio São Francisco, chamada de Domingos Afonso; "tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos, porém com menos matos, e o caminho com menos pedras".

Os mais notáveis afluentes e subafluentes da bacia do Parnaíba estavam desbravados e, ao longo de suas margens, estendia-se um cordão de fazendas. Apenas o Uruçuí e o Alto Parnaíba permaneciam indevassados.

As 129 fazendas relacionadas estavam assim distribuídas: 20 fazendas no leito do rio Canindé, rio que nasce na serra dos Dois Irmãos

e desemboca no Parnaíba. Em seus afluentes, pela margem direita, foram contabilizados: 7 no riacho Itaim, 6 no riacho Guaribas, 1 no riachinho do Frade, 1 no riachinho da serra Talhada, 1 no riachinho Corrente e 1 no riachinho Mocambo.

Pela margem esquerda: 1 no riachinho Buriti, 5 no riacho Tranqueira.

Observa o Padre que entre o riachinho Buriti e o riacho Tranqueira *"se acha o Brejo da Mocha, aonde está fundada a nova Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Tem um olho d'água que corre todo ano em distância de uma légua, até se meter no Canindé. No meio dele está a Igreja em um lugar vistoso, com boa terra para plantar, distante da fazenda mais chegada uma légua."*

Pela margem esquerda do Canindé, 20 fazendas no riacho Piauí e 4 no riacho Moicatá.

Foram encontradas 4 fazendas no vale do riacho Itaueira, e 5 no riacho das Guaribas, e 7 no Gurguéia, rios que levam suas águas para o Parnaíba.

Nas margens do Itaim Açu (rio Poti), 9 fazendas. Em seus tributários: 2 no riacho do Cais, 03 no riacho Cabeça do Tapuio, 2 no riacho Canabrava, 4 no riacho São Nicolau, 1 no riacho Vitória, 1 no riacho Negro (Serra Negra), 4 no Rio São Vitor, 2 no riacho Santa Catarina, 4 no riacho São Vicente, 3 no riacho Berlingas e 1 no riachinho Santo Antônio.

No leito do Maratamhaim (Maratauam), riacho que corre de sul para o norte e deságua no Parnaíba, 4 fazendas. Nos afluentes: 2 no riacho das Cobras, e 3 no Bitorocara.

Não havia agricultura nem mesmo a de subsistência, pois a alimentação se resumia invariavelmente à caça, peixe, mel, frutos, leite e derivados. Raramente no cardápio se incluía carne de gado.

Somente no brejo, onde estava situado o Arraial dos Paulistas, encontrou plantação organizada *"tem algumas plantas de farinha, de arroz, milho, feijões e frutas, como bananas, batatas, que tudo se dá com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra e a incúria dos moradores que por sua preguiça não tem frutos de que vivam"*.

Esses primeiros currais floresceram rapidamente, propiciando que o Piauí viesse a se tornar, em pouco tempo, o grande abastecedor de gado para os Estados de Goiás, Ceará e Bahia

INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DA MOCHA (OEIRAS)

Na residência de Antônio Soares Touguia, na fazenda Tranqueira, situada nas margens do riacho com esse mesmo nome, afluente do Canindé, o Pe. Miguel de Carvalho, em obediência à Pastoral de D. Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, reúne, a 11 de fevereiro de 1697, o maior número de moradores das vizinhanças para eleger, de forma democrática, o local onde deveria ser fundada a Matriz de Nossa Senhora da Vitória.

Lida a Pastoral e consultado os presentes:

"assentaram, votaram e determinaram que se fizesse a igreja no brejo chamado a Mocha, por ser a parte mais conveniente dos moradores de toda povoação, ficando no meio dela com iguais distâncias e caminhos para todos os riachos e partes povoadas" e concordaram mais, que "para o lugar da igreja e casas do Rev. Cura, o tabuleiro que se acha pegado à Passagem do Jatobá para o Canindé, e para as roças e passais do Ver. Cura e Igreja, consignaram os moradores, todo o Brejo do sobretudo riacho da Mocha"

Esteve presente a essa reunião Francisco Dias de Siqueira, comandante do Arraial dos Paulistas, provavelmente o mais antigo morador e o homem mais poderoso das redondezas (in Odilon Nunes). Não compareceu a essa nem às demais solenidades Domingos Afonso Serra, sobrinho de Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, mesmo residindo na fazenda Tranqueira. Tudo leva a crer que esse seu ato seria uma forma velada de manifestar contra a iniciativa, pois um ano depois ele se desentende com o Vigário e destrói os ranchos que foram levantados em volta da construção da Igreja.

A Casa da Torre sempre se mostrou hostil à implantação de iniciativas política ou religiosa em seus domínios. É tanto que, 28 anos atrás, Garcia d'Ávila já destruíra residências e Igrejas em Itapecuru e Jeremoabo no sertão da Bahia.

Feita a reunião, logo se iniciou a construção do templo, que seria Matriz.

"apareceram todos os moradores desse Sertão do Piauí, Canindé e demais partes do distrito da Nova Freguesia de N. S. da Vitória", quando declararam que "se obrigavam a fazer, conservar, e paramentar de ornamentos, e todo o mais necessário" e "se obrigavam todos a pagarem aos Revs. Curas as porções ordinárias que até agora pagavam aos da

Matriz da Conceição do Rodela, a saber, cada morador, dois mil réis e os senhores de fazenda, pela parte de seus negros e fábricas, dez tostões”.

A pequena e rústica capela ficara pronta, dezoito dias depois, em 2 de março de 1697, quando houve a solenidade da benção e posse do primeiro Cura, o Padre Tomé de Carvalho.

“a Capela consta de vinte e quatro palmos de comprimento e doze de largura, feita com decência possível de taipa, e coberta de Pindoba” e “assim benzeu o Rev. Vigário um adro que de redor da capela consignou com marcos de pedra para sepultura de defuntos e donde se há de fazer a nova Igreja a que tem cem passos de comprido, e sessenta de largo” “deu também Rev. Vigário da Vara posse ao novo Cura o Rev. Licenciado Tomé de Carvalho e Silva, da Nova Capela, com todas as cerimônias costumadas de fechar e abrir portas, consertar altar, abrir e fechar missal, estender e dobrar corporais, dobrar e desdobrar ornamentos e ultimamente lendo publicamente ao Povo a Provisão que trazia do Ilustríssimo e Reverendíssimo Bispo de Pernambuco.”

Estava assim instalada a paróquia de Nossa Senhora da Vitória, conforme instruções da Pastoral Diocesana.

O que era previsível aconteceu. Edificada a Igreja em terras da Mocha, sem o consentimento oficial de seu proprietário Julião Afonso Serra, um ano depois, seu sobrinho Domingos Afonso Serra, administrador da fazenda, entra em atrito com o vigário, e de forma prepotente destrói os ranchos que se construíram em volta da Igreja. Os ânimos só se acalmam com a vinda do próprio Bispo de Pernambuco, que diplomaticamente intermediou a questão, conseguindo a escritura da terra em 1704. Daí para frente, o padre Tomé e Julião Serra se tornariam bons amigos. (Anexo nº 10)

Essa povoação formada em volta da Igreja, vinte anos depois, passaria, em 26 de dezembro de 1717, a ser a Vila da Mocha, a primeira do Piauí. Posteriormente, em 19 de junho de 1761, é elevada aos foros de cidade e capital da Capitania.

Em 13 de novembro, desse ano de 1761, João Pereira Caldas, (primeiro governador) impunha à capitania o nome de São José do Piauí

“para que no futuro fique indelével a memória dos contínuos benefícios com que a inata piedade e paternal providência de el-rei nosso Senhor está perenemente favorecendo esta capitania, porque deste modo compreenderão, mais facilmente, os vindouros que o redentor deste país foi el-rei D. José, o primeiro nosso Senhor.

No mesmo decreto, mudava-se o nome de “Vila da Mocha”, para “Oeiras do Piauí”. (in Eugênio Porto - Roteiro do Piauí).

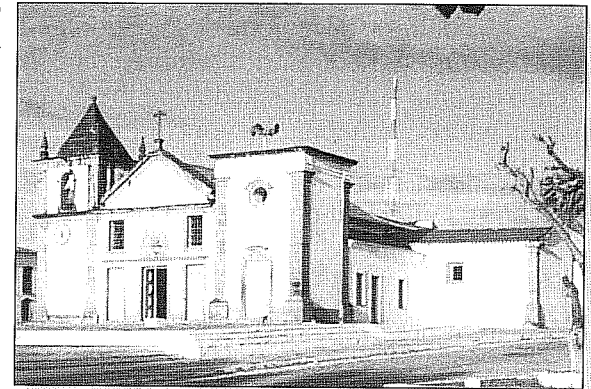
PADRE TOMÉ DE CARVALHO

Trinta e um anos depois, quando João Maia da Gama, Governador do Maranhão, passou pelo Piauí, encontrou ainda como vigário da paróquia Pe. Tomé de Carvalho e assim escreveu em seu “Diário de Viagem”:

“o Vigário Tomé de Carvalho, o primeiro fundador de toda esta Freguesia e da Igreja de Nossa Senhora da Vitória e primeiro fundador desta Vila e descobridor destes sertões, que, para defender aquela primeira Igreja que fundou, convocou alguns povoadores e companheiros para defenderem a Igreja e se foram para ali ajuntando e estabelecendo, sendo várias vezes acometido dos tapuias que, por vezes, quiseram queimar a Igreja, e a defender com muitos perigos e trabalhos e dispêndio, e assim se estabeleceu esta povoação, e daqui começou o dito Padre a pacificar tapuias e a reduzi-los a paz e a descobrimentos de terras, com os primeiros povoadores e descobridores daqueles sertões.

Ao depois fundou novamente a Igreja de pedra e saibro, e a ornou e paramentou com muito zelo com vasos e castiçais de prata e varas de pália, tudo devido ao seu grande zelo..” (...) “Fez levantar alguns Curatos e Igrejas pela ditas Capitania, por não poder acudir a tudo e remediar a falta de Sacramentos... e certamente é um dos vassalos que mais tem servido a Deus e a V. Majestade, é digno de credor de todo o prêmio, honra e mercê que V. Majestade for servido fazê-lo...

Padre Tomé de Carvalho, um jovem sacerdote português, assumiu o comando espiritual da recém fundada paróquia de Nossa Senhora da Vitória em 1697 e ali permaneceria por 39 anos ininterruptos, dedicado exclusivamente ao seu rebanho, que se achava espalhado num vasto território.



Igreja de Nossa Senhora da Vitória

O zeloso paroco foi um grande missionário. Logo nos primeiros anos, percorreu os mais longínquos rincões da Paróquia, doutrinando, celebrando missa, batizando e, sobretudo, efetuando casamentos, regularizando muitas uniões informais, pois, ao tempo em que assumiu a paróquia, somente dois casais tinham a bênção matrimonial. (in Descrição do Sertão do Piauí - Pe. Miguel de Carvalho).

Ao contrário da maioria dos sacerdotes de seu tempo, não acumulou riquezas. Os bens adquiridos sempre colocou a serviço da igreja, como é o caso de uma fazenda de gado que lhe fora doada em Piracuruca, a qual passou para o patrimônio de um Hospício que iria se construir em Oeiras.

Padre Tomé foi um grande construtor de Igrejas. A Catedral de Oeiras, sua principal obra, foi fruto de doações que ele persistentemente arrecadou. Embora funcionando desde 1728, só foi inaugurada oficialmente em 1733.

Entre outras, edificou a Capela de Nossa Senhora das Mercês em Jaicós, a Capela de Santo Antônio do Gurguéia, a Igreja de Santo Antônio do Surubim, em Campo Maior.

O padre se destacou, não somente pelo zelo espiritual, mas também pela luta em benefício da comunidade. Teve importante papel na criação e instalação da Vila da Mocha e da Ouvidoria. Quando da visita do Ouvidor do Maranhão Eusébio Capelly, a Oeiras, sob a liderança do pároco, a comunidade enviou pedido ao Governador, solicitando sua intervenção, junto ao Rei, em favor da criação da Vila da Mocha. A resposta não tardaria a chegar. Em 30 de junho de 1712, o Rei ordena ao dito Ouvidor que “passe ao Piauí e estabeleça a tal Vila e Senado da Câmara”. Contudo, a instalação só se efetuariá em 26 de dezembro de 1717, quando, na ocasião, foi celebrada na Igreja de Nossa Senhora de Vitória a missa de ação de graças, oficiada pelo próprio vigário.

O grande “Apóstolo do Piauí” faleceu em setembro de 1735, e seus restos mortais repousam na Catedral de Oeiras.

POR QUE FAZENDA CABROBÓ?

Muitos autores afirmam que a sede da Vila de Oeiras, instalada às margens do brejo da Mocha, estava encravada em terras da fazenda Cabrobó, de propriedade de Domingos Afonso Mafrense.

Curioso é que o Padre Miguel de Carvalho, em sua “Descrição do

Sertão do Piauí” (1697), em nenhum momento se refere a essa propriedade. Das 129 fazendas listadas nenhuma com o nome de Cabrobó. E percebe-se que ele foi minucioso.

Ao descrever as fazendas encontradas nas margens dos riachos que deságuam pela margem esquerda do Canindé, assim se reportou:

“Riachinho do Buriti - Corre de sul para o norte. Entra no Canindé.

Este riachinho é o primeiro que, da parte do sul, entra no Canindé, junto de sua cabeceira. Tem uma só fazenda de águas; está nela um negro escravo do Capitão Domingos Afonso Sertão, senhor da fazenda. Este negro se chama Francisco; é casado com uma índia, de quem tem 5 filhos. É negro de conta e sem branco a dar conta da fazenda a seu senhor.

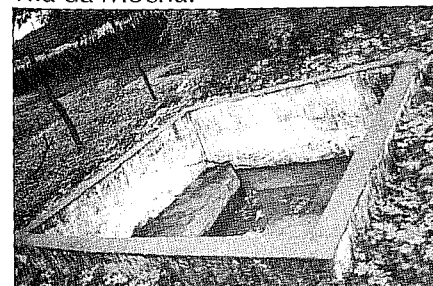
Riacho da Tranqueira - Corre do nascente ao poente até entrar no Canindé.

Após citar as quatro primeiras fazendas, às margens desse riacho, Saco, Lagoa-Grande, Tranqueira, Sussuapara, reportou-se sobre a quinta:

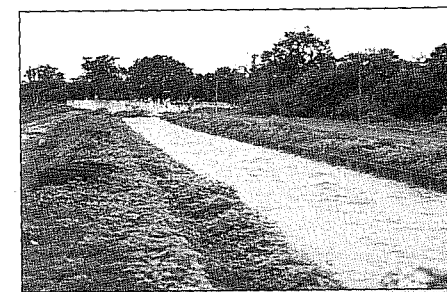
“A quinta e última fazenda está na barra, chama-se Salinas; está nela Inácio Gomes com 4 negros, e o dono da fazenda o Alferes Silvestre da Costa Gomes de Abreu, com uma negra e uma índia.

Entre este riacho (Tranqueira) e o riachinho do Buriti, se acha o Brejo da Mocha, adonde está fundada a nova Igreja de nossa Senhora da Vitória. Tem um olho d’água que corre todo ano em distância de uma légua, até se meter no Canindé. No meio dele está a Igreja em lugar vistoso, com boa terra para plantar, distante da fazenda mais chegada uma légua”.

Também, no rol de fazendas dos jesuítas, nenhuma referência à fazenda Cabrobó, na qual muitos autores afirmam que estava situada a vila da Mocha.



Brejo da Mocha - olho d’água (hoje)



Riacho da Mocha Ao fundo, ponte construída por Zacarias de Góis

Pereira da Costa, em sua ("Cronologia Histórica do Piauí", pág 82, Artenova. 1974), assim se reportou, quando faz referência ao ano 1717:

"Dezembro 26 - Instalação da vila da Mocha depois cidade de Oeiras, na forma da C. R. de 30 de junho de 1712.

Por esse tempo mandou o governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, muitas famílias para a povoação e pouco tempo depois 300 degredados portugueses, para o desenvolvimento da sua população.

A área territorial que hoje compreende a cidade de Oeiras e cercanias, segundo algumas opiniões, está compreendida na sesmaria de terras que foi concedida a Julião Afonso Serra em 1676, o qual estabeleceu ali um arraial de índios domésticos para a defesa de suas fazendas e lavouras, infestadas pelas correrias dos índios bárbaros que habitavam o norte; e segundo outros, foi uma das fazendas estabelecidas por Mafrense das mais importantes, conhecida pelo nome de Cabrobó, onde residiu ele por muito tempo.

Seja como for, o pequeno arraial de índios, ou fazenda Cabrobó, que tomou depois o nome de Mocha, do riacho que ali corre, e posteriormente formou um povoado com capela filial da freguesia de Cabrobó do bispado e capitania de Pernambuco, foi elevado ao predicamento de paróquia em 1696 com a invocação de Nossa Senhora da Vitória, sendo o seu território desmembrado daquela mesma freguesia de Cabrobó, a qual pertencia."

Acredita-se ser um equívoco que vem se perpetuando, porque Padre Miguel de Carvalho, que viera da paróquia de Cabrobó, situada em Pernambuco, e de tanto esse nome aparecer associado à sua pessoa e à fundação da Paróquia da Mocha, talvez, tenha induzido a essa denominação de "fazenda Cabrobó."

Período Anárquico

Domingos Afonso Mafrense dá plena assistência a suas terras e nelas as fazendas prosperam, constituindo-se em núcleos propulsores do povoamento. A época da proliferação dos currais vem a ser o mais admirável capítulo da história piauiense.

A notícia da descoberta do sertão de dentro, com seus vales férteis, próprios para criação de gado, logo atrai a cobiça de outros potentados que também aforam terras no Piauí. Provindos das províncias vizinhas da Bahia, Pernambuco, Ceará, muitos colonos se estabelecem como curraleiros, capatazes, como capangas dos senhores da terra, ou, até mesmo, apossando-se das terras ainda não ocupadas.

Conforme Pereira da Costa: *"Supondo Domingos Afonso e seus sócios que na qualidade de descobridores eram os únicos senhores da vasta região do Piauí, arbitrariamente entre si partilharam as terras.*

Correndo pela Bahia a nova da descoberta de Domingos Afonso, não houve quem não quisesse possuir terras próprias, ou para cultivar, ou para criar, e por isso já, em 1684, era crescidíssimo o número das sesmarias, dadas por diversos governadores de Pernambuco; porém dadas sem prudência e sem as condições que as leis exigiam.

Também os peticionários, ignorantes da topografia dos terrenos, pediam por sesmarias aqueles que a outros tinham já sido concedidos e por ocasião das demarcação, surgiam pleitos e contestações.

Os primeiros povoadores cuidaram logo de fazer transportar para as suas novas terras a maior parte dos gados que possuíam na margem do rio de São Francisco. Em poucos anos, eram eles senhores de ricas fazendas, que, em belíssimas posições situadas e em gordos terrenos, rapidamente multiplicaram os gados e não podiam deixar de prosperar.

Sabemos que as primeiras fazendas foram plantadas nas margens do Canindé, Piauí e Gurguéia.

Aqueles que não tinham posses bastantes para requerer sesmarias arrendavam aos sesmeiros lotes de terras suficientes para pastagem de seus pequenos rebanhos e lavoura de primeira necessidade.

Foi tão crescida a emigração das províncias limítrofes, que já em 1700 quase 100 léguas se achavam povoadas e em muitas partes formados núcleos de povoação”

Não havendo autoridade político-administrativa que mantivesse a ordem e a paz pública, reinava a mais completa anarquia nos sertões piauienses. Preponderava a força, através da qual os ricos e poderosos impunham a lei no sertão.

Os índios, os primitivos habitantes, viam com ódio os usurpadores de suas terras e lutavam por sua defesa. Os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Oeiras) sustentariam guerra contra várias tribos *tapuias*. O Piauí se tornara um corredor de passagem para os índios, que, acossados em seus redutos, demandavam ao norte e centro-oeste brasileiro. Os colonizadores tiveram de enfrentar as tropelias das tribos *acroás*, *macroás*, *rodeleiros*, *anapurus*, *crateús*, com atos de barbarismos de parte a parte.

Os Governadores pouco faziam em favor dos moradores, que viviam entregues aos seus próprios recursos, enfrentando os autóctones.

A par da luta contra os gentios, junta-se o conflito entre posseiros e sesmeiros, e suas disputas judiciais em torno da propriedade da terra. Os sesmeiros, vivendo faustosamente nas capitais da Bahia e Pernambuco, delegam a prepotentes capatazes a administração das fazendas, onde atos de violências são praticados contra indefesos rendeiros e colonos. Era tanta a prepotência que culminou com a destruição das primeiras casas da paróquia, comandadas por Domingos Afonso Serra, administrador da Casa da Torre.

Como bem escreveu Carlos Eugênio Porto:

“..esses pioneiros eram apenas hóspedes das terras que desbravaram e defendiam das sortidas do gentio. Evidentemente, tal situação não

poderia durar. A primeira reação manifestara-se num conflito de jurisdição entre os governos de Pernambuco e do Maranhão. Aos posseiros do Piauí seria obviamente desvantajosa a dependência do Governo Geral, na Bahia, ou do governo de Pernambuco, em torno dos quais gravitava uma bem organizada multidão de bajuladores, com preferência na partição das sesmarias. Por mais bem intencionados que fossem esses governos, nada de realmente útil poderiam fazer em benefício desses posseiros, cujos nomes mal conheciam. O julgamento tinha que ser feito à vista do que alegavam os requerimentos, redigidos de maneira capciosa de modo a perturbar a imparcialidade do julgador. Que possibilidades levaria um obscuro ocupante de terras tão distantes, disputando direitos com os aristocratas da Casa da Torre, ou potentados da estirpe de Domingos Afonso? Vale, por isso, interpretar com prudência o que está escrito nos documentos oficiais, onde nem sempre os elogios assentam de fato na pessoa que os recebeu”.

As arbitrariedades passam então a ser combatidas, inclusive pela igreja, na pessoa do Padre Manoel de Carvalho, que faz denúncia junto à Corte.

Após tantas reclamações, o governo cede em favor dos posseiros e, através da Carta Régia de dezembro de 1695, limita em quatro léguas de comprido e uma de largo, a parte cada proprietário.

Outra Carta Régia de 1699 estabelece que os possuidores de terras no Piauí, que não as cultivassem pessoalmente ou através de terceiros, perderiam seus direitos.

Para complicar ainda mais a confusa situação, Lourenço da Rocha Marinho, um poderoso inimigo de Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias de Ávila, motivado por desentendimento sobre algumas terras que possuíam em comum, desencadeia uma rede de intrigas contra eles, culminando, em 1701, na transferência do domínio da capitania de Pernambuco para o Maranhão.

Não conseguindo ganhar a questão nos foros de Pernambuco, pois ali existiam documentos comprobatórios dos direitos da sesmaria em nome de Mafrense, esperava ser bem sucedido por outras vias, em outra Capitania.

Mesmo com a anexação do Piauí ao Maranhão, os conflitos não são contornados, pois grande parte do território piauiense ainda se encontraria na dependência de Pernambuco.

Nova Carta Régia, de 3 de março de 1702, determina que todos os sesmeiros demarcassem suas terras num prazo de dois anos, sob pena de ficarem devolutas.

As coisas se complicam ainda mais quando a luta passa para a esfera do judiciário.

Os arrendatários que não queriam pagar seus tributos travavam conflitos com os proprietários, alegando que as terras não foram demarcadas conforme exigências da Carta Régia de 3 de março de 1702, e encontram abrigo em *"juizes venais, como foram os primeiros que vieram a decidir dessas questões de propriedade territorial, em vez de atenuá-las, pelo contrário, as complicaram, vindo a lucrar com elas"*. (In Pereira de Alencastre-Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí).

Numa inspiração estranha e com um ato polêmico, o Ouvidor do Maranhão, Antônio José da Fonseca, declara, em 1714, devolutas todas as terras do Piauí. Uma decisão que conseguiu desagradar a todos e, após muitos incidentes e desentendimentos, culminou na revogação desse Édito em 11 de janeiro de 1715, trazendo tranqüilidade aos proprietários.

A Carta Régia de 31 de março de 1730 estabelece os limites do Piauí e Pernambuco.

Os sesmeiros ainda conseguiram adiar as decisões por muito tempo.

Provisões de 11 e 23 abril e 2 de agosto de 1753 ordenavam cessar, abolir e anular todas as datas, ordens e sentenças relativas aos dissídios em que estavam envolvidos os antigos e os novos possuidores das terras.

Finalmente, em 20 de outubro de 1753, provisão do Conselho Ultramarino enviada ao governo de Pernambuco decide a questão favor dos posseiros.

"Para evitar as opressões e prejuízos que se me tem representado haverem padecido os moradores do Piauí, sertão da Bahia, e dessa capitania de Pernambuco, por ocasião de contendias e litígios que lhes moveram os chamados sesmeiros de um excessivo número de léguas de terra de sesmaria que nulamente possuem por se não cumprir o fim para que se concederam, e foram dadas naqueles distritos a Francisco Dias de Ávila, Francisco Barbosa Cam, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Souza Fagundes, Antônio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco, experimentando os ditos moradores grandes vexações nas execuções das sentenças contra eles alcançadas para a expulsão das suas fazendas, cobranças de rendas, e foros das ditas terras, sobre o que mandei tirar as informações necessárias, e os ditos sesmeiros me fizeram suas representações, em que foram ouvidos, e responderam

por procuradores de minha Fazenda e Coroa. Fui servido por Resoluções de 11 de abril e 2 de agosto deste presente ano, tomadas em consultas do meu Conselho Ultramarino anular, abolir e cassar todas as datas, ordens e sentenças que têm havido nesta matéria para cessarem os fundamentos das demandas que pode haver por umas e outras partes, concedendo aos mesmos sesmeiros por nova graça todas as terras que eles têm cultivado por si, seus feitores ou criados, ainda que estas se achem de presente arrendadas a outros colonos, nas quais se não devem incluir as que outras pessoas entraram a rotear, e cultivar, ainda que fosse a título de aforamento ou arrendamento por não serem dadas as sesmarias senão para os sesmeiros as cultivarem e não para as repartirem e darem a outras que as conquistem, roteiem e entrem a fabricar, o que só é permitido aos capitães donatários e não aos sesmeiros, aos quais hei por bem que, destas terras que lhes concedo pelas terem cultivado e das que pedirem de sesmaria, estando aos distritos das suas primeiras datas, e achando-se ainda incultas e despovoadas, se lhes passem cartas de sesmaria, em que se devem por as cláusulas com que ao presente se passam, declarando as léguas que compreendem, e as suas confrontações e limites; com declaração que cada uma das cartas não há de ser mais que de uma data de três léguas de terra de comprimento e uma de largo, e não serão contíguas umas às outras, porque deve mediar entre elas ao menos uma légua de terra, e as três léguas da data serão continuadas, e não interceptadas com nenhum pretexto porque lhes é lícito escolher as terras capazes de cultura de que lhes passe carta sem incluírem maior extensão que as três léguas com o motivo de entrar nelas terras incultas, tudo na forma de repetidas ordens que há para si evitarem as fraudes na extensão das fazendas e as perturbações e contendias que há, quando, se não acautelam nas cartas estas cláusulas. Para averiguar os sítios de que se hão de passar as cartas, tenho nomeado ao Desembargador Manuel Sarmento, ouvidor atual do Maranhão...

...examinando o mesmo Desembargador pessoalmente, os ditos sítios ouvindo as partes, breve e sumariamente, sem figura de juízo, determinar as terras que os sesmeiros têm cultivado, por se acharem ainda incultas, nas quais devem eles ter preferência: como também examine as que se acham cultivadas e povoadas por outras pessoas à sua custa, porque nelas terão os seus cultores e povoadores preferência, pedindo de sesmaria, ainda que lhes fossem dadas de aforamento, ou arrendamento, e de tudo formará autos e requerimento e a custa das partes, e os deixará aos Provedores da Fazenda dos Distritos a que pertencerem as terras, as quais a farão medir e demarcar cada uma das datas separadamente, para com os autos da medição e demarcação, se pedirem as cartas que

eu lhes concederei, requerendo-as o sesmeiro dentro em três anos, do dia em que o Ministro fizer o exame da terra, e quando os Procuradores não possam fazer todas as medições e demarcações se lhes concederão pelo meu Conselho Ultramarino Provisões de Tombo para os Ministros que o devem fazer dentro do referido tempo, e passando ele se poderão dar as terras a quem as pedir, não se tendo medido e demarcado, para se evitarem as contendas que costumam haver sobre as..”.

O cumprimento dessa nova ordem gerou polêmica principalmente para pôr em prática pontos controvertidos, por exemplo, como se provar que a terra fora cultivada pelo sesmeiro ou outra pessoa, passados mais de 70 anos.

A fim de resolver as pendências, foi designado em 1755 o Ouvidor-Geral do Pará, João da Cruz Diniz Pinheiro, com amplos poderes, acompanhado de um agrimensor para efetuar as demarcações.

Vale salientar que algumas sesmarias foram demarcadas por ordens especiais, como as Cartas Régias de 13 de agosto de 1741, que demarcou as terras de Domingos Afonso Sertão, a de 6 de outubro do mesmo ano, que demarcou as do Coronel Francisco Dias de Ávila. Também em 1741 foram delimitadas as sesmarias de Domingos Jorge.

Na época, outro fator de discórdia e intranquilidade foram as campanhas contra os religiosos, desencadeadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde Oeiras, marquês de Pombal, que culminou com a expulsão dos jesuítas do território piauiense. Tudo teve início com desentendimento entre o Ouvidor do Piauí, Bel. José Marques da Fonseca e o Superior dos Jesuítas no Piauí, Pe. Manoel Gonzaga, em consequência da demarcação das terras herdadas pelos jesuítas, de Domingos Afonso Mafrense. O triste desfecho foi a excomunhão do magistrado e a prisão e condenação do padre, que veio a morrer no cárcere, em Portugal.

A população crescia rapidamente, porém, a justiça era pessimamente administrada. Pelas longas distâncias, a ação do governo geral chegava muito tardiamente ao Piauí. Era preciso uma administração autônoma.

Em meio a esse clima conturbado de desordem e insegurança, o Piauí foi elevado à capitania em 1758.

A nova capitania ficaria subordinada à do Maranhão que, na época, era administrada por Bernardo Pereira de Berredo. Vale salientar que, antes de ser elevado à condição de Capitania, o Piauí estivera subordinados a Pernambuco, Bahia e Maranhão.

Capitania do Piauí

A autonomia do governo piauiense se efetivaria em julho de 1758, tendo seu primeiro Governador, João Pereira Caldas, assumido as rédeas da administração somente em 20 de setembro de 1759.

Como governo autônomo, desvinculado do Maranhão, a primeira organização político-administrativa a ser implantada no Piauí recaiu sobre os ombros do Governador.

Da estrutura precária que encontrou, seu dinâmico governo logo instituiu mudanças fundamentais na máquina administrativa, reestruturando órgãos e criando outros, como as Secretarias de Governo, Provedoria Real e Almoxarifado.

Realiza em 1762 o primeiro recenseamento da Capitania, constatando uma população de 13.000 habitantes. Oeiras, então sede do governo, tinha uma população de 3.615 habitantes, sendo 2.066 livres e 1.549 escravos.

Organizou o serviço das Forças Regulares, elevando o seu quadro para 2.174 militares, sendo 600 cavaleiros e 1.574 infantaria. Percorreu os domínios da província, instalando as Vilas de São João da Parnaíba, Valença, Jerumenha, Campo Maior, Marvão e Parnaíba.

Combateu os índios *acoroás*, *gueguês* e *timbiras*, entre outros.

Para melhor entender esse episódio, faça-se um retrospecto:

Como assinala Pereira da Costa:

Odilon Nunes diz:

No apogeu, o Colégio da Bahia, era praticamente uma Universidade, pois ali funcionavam quatro faculdades superiores, com graus acadêmicos.

Sob a nova administração dos padres, as fazendas prosperam, o legado se amplia com a aquisição de novas propriedades: Guaribas, Matos, Salinas, Cachoeira, Pobre, Itaueira, São Romão e Água Verde. O latifúndio passa a contabilizar 39 fazendas, além de 50 sítios arrendados de particulares.

130 | PIAUHY das origens à nova Capital

Cid de Castro Dias

Muitas dessas fazendas vieram a ser doadas a particulares que tinham empobrecidos no serviço do Estado, ou que, junto à Corte, tinham influência para adquiri-las. Como exemplo, a fazenda Água Verde foi doada ao capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco. São Romão, ao tenente-coronel João do Rego Castelo Branco. Salinas de Itauera, ao capitão Luís Miguel dos Anjos. Salinas do Canindé, ao ajudante Caetano de Cêa Figueiredo. Riacho dos Bois, ao capitão Antônio José de Queiroz. Tatu, ao tenente Manoel Pacheco Paiva.

Leia-se, na descrição de Eugênio Porto, o relato do apogeu e decadência das fazendas Mafrensinas, mais tarde conhecidas como "Fazendas Nacionais":

(...) Encarregando-se da expulsão dos padres e do seqüestro dos seus bens, o Governador João Pereira levou a efeito meticoloso arrolamento dessas fazendas, dividindo-as em três departamentos ou inspeções, sob os nomes de Nazaré, Canindé e Piauí, nomeando administradores para cada uma delas, além de designar muitos vaqueiros para serviços auxiliares.

(..) Em 1811, o ouvidor-geral, Luís de Oliveira, inventariou essas inspeções, encontrando 35 fazendas, servidas por 498 escravos, englobando 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.760 cabeças de gado.

Em 1852, tem lugar um novo inventário, revelando que essas fazendas ocupavam uma área de 145 léguas de extensão, por 75 de largura, contendo 773 escravos, 49.264 cabeças de gado vacum e 11.906 bezerros, 3.598 cavalos e 908 potros.

Alguns anos depois, todas as fazendas da inspeção do Canindé passaram a integrar o dote da princesa Januária, irmã do Imperador, e seus negócios administrados por procuradores nomeados pelo conde de Áquila.

Nova mutilação seria imposta àquele patrimônio com a criação da Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara, em 1873, quando foram desmembradas mais cinco fazendas da inspeção de Nazaré.

As fazendas restantes ocupavam uma área de 75 léguas de extensão, por 51 de fundo, e eram constituídas pelas fazendas Serra, Cajazeiras, Mucambo, Gameleira, Cachoeira, Brejinho, Salinas, Espinhos, Canavieiras, Fazenda Grande, Caché, Boqueirão, Julião, Lagoa de São João, Gameleira, Tranqueira, Catarém, Jenipapo e Mucambo.

Previsão de 20 de junho de 1809 e lei de 28 de outubro de 1877 determinavam a venda das fazendas (já chamadas "nacionais"), sendo ambas, porém, tornadas sem efeito.

Finalmente, em 16 de novembro de 1878, essas fazendas, incluídas nas inspeções do Piauí e Nazaré, exceção das que compunham a Colônia de São Pedro, foram arrematadas pelo major Políbio Rodrigues Fernandes, pelo espaço de nove anos, pela quantia de doze contos anuais, sendo o contrato violentamente combatido pela representação federal do Piauí. Graças a esse arrendamento, Políbio entrava na posse de todas as fazendas e retiros, com as suas 19.508 cabeças de gado de espécies diversas, produzindo anualmente 4.630 crias e representando um valor de Cr\$ 492.225,00.

Assumindo a sua administração em princípios de 1879, Políbio seria assassinado em junho do mesmo ano, na Fazenda Tanque, por um morador revoltado, ao ser expulso da fazenda. Parece que, relacionado a esse fato, o Governo Imperial mandou vender novamente as fazendas em hasta pública, dinheiro à vista. Pela terceira vez, entretanto, essa transação não se realizaria. Já em 14 de setembro de 1822, o deputado Padre Domingos da Conceição apresentava, às Côrtes, projeto no qual considerava que, "havendo na Província do Piauí trinta e três fazendas de gado vacum e cavalar, com setecentos escravos, com grave prejuízo da agricultura e felicidade daqueles povos: proponho que se diga ao Governo que faça vender em hasta pública os mencionados bens, precedendo editais nas praças da Bahia, Pernambuco e Maranhão". . .

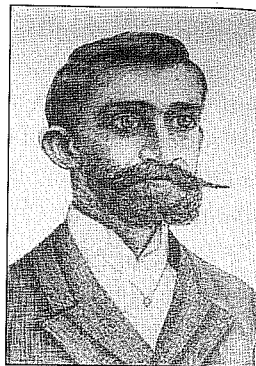
Nesse projeto, que não foi aprovado, o padre-deputado pedia se reservasse apenas a Fazenda Tranqueira para servir de patrimônio ao estabelecimento de "uma botica e hospital", na cidade de Oeiras.

O rico patrimônio legado por Mafrense entrava em declínio. O boi do Piauí estava encontrando séria concorrência pela entrada, no mercado, do gado do Ceará e do Maranhão. Essa crise vinha se processando lentamente sob as vistas dos próprios administradores que, em realidade, nada fizeram para detê-la.

A verdade histórica força o cotejo entre o valor das administrações dessas fazendas, o que importa em realçar uma profunda incapacidade dos governos. É inegável que Mafrense embora na simples posição de sesmeiro, que aqui vinha apenas arrecadar impostos, impôs férrea disciplina aos seus negócios, tendo conseguido dilatar consideravelmente os seus bens. A administração jesuítica assinalou uma fase de grande prosperidade dessas fazendas, cujo número foi grandemente aumentado, além da incorporação de muitos sítios. O comando oficial marca nitidamente a desorganização e a falência dos bens que poderiam ter

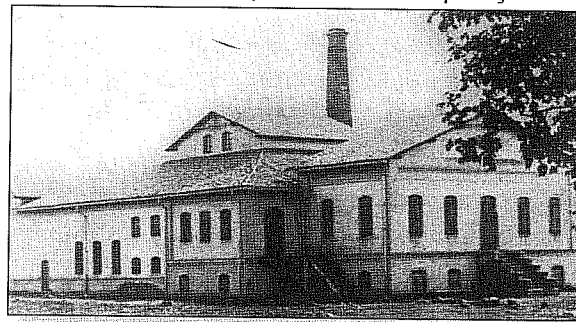
prolongado, por muitos anos mais, uma pecuária tão auspiciosamente fixada. Todavia, algum esforço se fez no sentido de superar essa crise.

(...) Em 26 de abril de 1889, é celebrado no Tesouro Nacional um contrato de arrendamento das “fazendas nacionais”, sendo contratante o engenheiro Antônio José de Sampaio.



Engenheiro Sampaio

O preço do arrendamento era de vinte contos anuais, pelo prazo de nove anos. Eram cláusulas mais significativas desse contrato as seguintes: o arrendatário obrigava-se a “fundar nas ditas fazendas um ou mais núcleos coloniais, formados de nacionais e estrangeiros, sendo metade pelo menos de estrangeiros, mantendo a sua custa o estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara, com o fim de acolher libertos menores e dar-lhes instruções primária, artística, industrial e zootécnica, estabelecimento hoje convertido em escola zootécnica, ficando a seu cargo as despesas com a aquisição do



Fábrica de laticínios

peçoal idôneo para esse fim, cessando todo e qualquer encargo por parte do governo, quanto a este estabelecimento; criar e manter à sua custa uma estação meteorológica; desenvolver em grande escala a criação do gado lanífero e introduzir nas ditas fazendas tipos especiais das melhores raças de gado vacum, lanífero, cavalar e muar para o melhoramento dos existentes; montar em tempo o maquinismo necessário para o fabrico do queijo, manteiga, leite condensado e outros produtos pelos processos modernos e aperfeiçoados, mandar vir da Europa, às suas expensas, pessoal habilitado para o preparo de produtos laticínios; montar um estabelecimento para abater gado e preparar carne seca e mais produtos congêneres, logo que as fazendas tenham suficiente quantidade de gado e que convenha explorar semelhante indústria; contratar pessoal preciso para bem preparar a carne; desenvolver a lavoura de cereais, e com especialidade, a plantação de cacau e cultura do bicho da seda”.

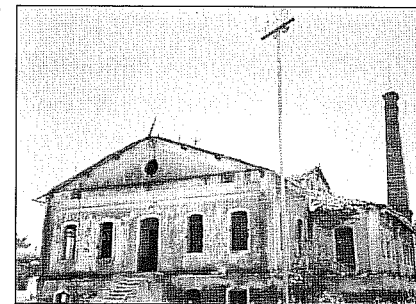
Por sua vez, o governo obrigava-se a “vender as ditas fazendas ao arrendatário, no fim do seu contrato, ou antes mesmo, contanto que tenha cumprido as suas condições, pela quantia de quatrocentos contos; a fornecer ao arrendatário 500 famílias de imigrantes; a entrega das fazendas será feita logo que se apresentar o arrendatário, solicitando da Tesouraria da Fazenda, que deverá mandar proceder a contagem do gado de diversas espécies existentes nas fazendas e organizar os respectivos inventários”.

Em 1889, unicamente as fazendas contidas na inspeção do Canindé possuíam gado avaliado em 19.565 cabeças (vacum), estando o cavalar calculado em 8.745.

As fazendas que integravam as inspeções do Piauí e Nazaré estavam reduzidas às terras, tendo se vendido todo o gado. O Ministério da Agricultura administrava as fazendas Serrinha, Algodões, Olho d'Água, Matos, Guaribas e Rio Branco, desmembradas da inspeção de Nazaré para constituírem o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara.

Pouco depois, entrava Sampaio na posse das fazendas que arrendara. Como todo visionário, não se apercebeu da onda de rancor que o seu contrato suscitara entre pessoas interessadas nos lucros das fazendas, desencadeando uma série de manobras políticas no sentido de destinar ao fracasso o seu ousado empreendimento no Piauí.

A obra de Sampaio deixou no Estado um rastro quase lendário. Engenheiro de grande capacidade, mas sonhador sem contato com as tremendas realidades da terra nem com a desmedida ambição humana, começou por trazer para o Piauí uma grande leva de colonos italianos, além do Dr. Modrack, um especialista em agricultura, de origem alemã. Esses colonos, que não tinham, em sua maioria, experiência em laticínios, não conseguiram aclimação no Piauí.



Ruínas da fábrica de laticínios

Somente um homem da fibra de Sampaio conseguiria, dentro do quadro profundamente adverso do Estado, o levantamento de uma indústria das proporções que logrou realizar no Piauí. A hostilidade subestimada do clima deu-lhe a primeira decepção.

O elemento estrangeiro mobilizado sob tantas esperanças foi apenas uma ruínosa fonte de despesas.

Acosado pelas dívidas, para cuja cobertura a política inimiga impedia o levantamento de créditos, Sampaio abandonou a tarefa. A maquinaria de alto preço que ele trouxera, com o maior dos sacrifícios, para revolucionar uma rotina com mais de dois séculos de decantação, foi relegada à inatividade e ao abandono.

Posteriormente, essas fazendas têm sido alternadamente administradas pelo governo, ou arrendadas a particulares sujeitos à fiscalização oficial. Da pecuária, quase nada mais resta". (in Roteiro do Piauí). (Anexo nº 11)

OUTRAS VERSÕES SOBRE O MARQUÊS DE POMBAL E OS JESUÍTAS

Há opiniões de que a presença dos jesuítas no Piauí visara apenas à administração de seu rico empreendimento, ou seja, o gerenciamento das fazendas mafrensinas, no que, do ponto de vista estritamente empresarial, mostraram muita competência.

No entanto, não houve preocupação em investir parte dos rendimentos auferidos na própria Capitania nem ação evangelizadora.

Ocupados na administração de tão grande herança, abrangendo mais de 30 fazendas, na época avaliada em 230.000 cruzados, não tiveram no Piauí nenhuma Paróquia, Colégio ou Missão.

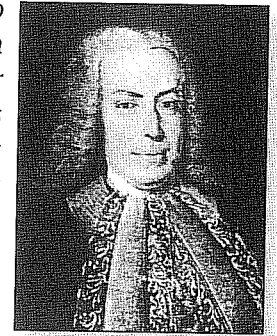
É tanto que, solicitado por Padre Tomé de Carvalho, vigário da Paróquia de Oeiras, para colaborar na administração de um Hospício (em sentido antigo, uma escola com internato), esquivaram-se, alegando falta de padres, deixando de abraçar tão nobre causa.

Embora tenha Domingos Afonso Mafrense declarado em testamento que não tivera herdeiros, quando aqui chegaram os jesuítas, corria uma pendência judicial, onde dois filhos bastardos de Domingos Afonso lutavam na justiça para herdar um quinhão do tão imenso patrimônio. Insensíveis e de posse do testamento, levantaram suspeita de favorecimento da justiça do Piauí, conseguindo levar a decisão para os foros do Maranhão, onde conseguiram ganho de causa.

Entretanto, uma coisa ficou patente. Mostraram-se obstinados na defesa de seu patrimônio. Questionaram até 1730 para ter a posse completa de todas as fazendas e retiros de gados. Foram muitas as disputas travadas na justiça, entre elas, o conflito de demarcação de terras.

Conforme Pereira de Alencastre (in Anais do Instituto Histórico tomo 4- pág 278):

"Os jesuítas, tanto mais detestáveis quanto obravam toda a sorte de arbítrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos na Capitania, gozando de grandes privilégios que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negócios, punham em antagonismo o povo com a autoridade e indispunham os índios, sobre quem tinham muito poder e mando, contra os povoadores (") senhores e não administradores da grande fortuna de Domingos Afonso, da qual estavam de posse desde 1711 e ninguém ousava contrariá-los".



Marquês de Pombal

Tornara-se imensa a riqueza dos jesuítas, principalmente no Piauí, Maranhão e Pará.

Segundo Pe. Cláudio Melo, em seu livro "Fé e Religião," o Marquês de Pombal viu nesse rico patrimônio a solução para a crise por que passava o reino de Portugal. Consta que simulou o atentado ao rei D. José, responsabilizando alguns nobres seus desafetos e aos jesuítas, particularmente ao Padre Malagrida, tendo, assim, o pretexto para expulsar a Companhia de Jesus dos domínios portugueses e confiscar-lhe os bens. Nesse sentido, em maio de 1759, fora promulgado Decreto, promovendo a expulsão e seqüestro dos bens na Capitania do Piauí.

O SEGUNDO GOVERNADOR

Em 1768, Pereira Caldas é substituído por Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, também militar, como seu antecessor, mas não se revelaria um bom administrador. Seu governo se estenderia até o ano de 1775.

De relevante, implantou o serviço de correios entre a Capital e as vilas piauienses, o que fez com sucesso.

Auxiliado por João do Rego Castelo Branco, sonhava encontrar minas de ouro, tendo promovido expedições nesse sentido, oportunidade em que promoveu uma injusta guerra aos gentios e, alegando sua catequese, fundou os aldeamentos São João do Sende e São Gonçalo do Amarante.

Decretada a divisão dos Estados do Maranhão e Pará, que passaram a ter governos distintos, o Piauí perde novamente sua autonomia, voltando a ser incorporado ao Maranhão.

JUNTA ADMINISTRATIVA

De 1775 a 1797, num espaço de 22 anos consecutivos, a administração passa a ser exercida interinamente por uma junta trina, constituída pelo Ouvidor Geral, pela mais alta patente militar e pelo vereador mais idoso da Câmara de Oeiras.

Nesse interregno, no ano de 1789, ainda chegou a ser nomeado um governador, Francisco de Eça Castro, mas que nem assumiu o cargo, pois faleceu de impaludismo, em meio à viagem a Oeiras.

A primeira junta foi constituída pelo Dr. Antônio José de Morais Durão (Ouvidor), pelo tenente coronel João do Rego Castelo Branco e Domingos Bezerra de Macedo (vereador mais antigo).

JOÃO DE AMORIM PEREIRA

Esse quadro perdurou até 12 de dezembro de 1797, quando, então, assume o governo o sargento-mor João de Amorim Pereira, que governaria de forma austera e zelosa.

Na sua administração, foi incentivada a produção agro-pastoril, com destaque para as culturas de algodão, fumo e cana-de-açúcar. Foram feitas pesquisas sobre o potencial dos minérios em solo piauiense. Foi um dos primeiros governantes a sugerir a mudança da Capital de Oeiras para a vila do Poti, ou vila de Parnaíba. Seu governo foi marcado, sobretudo, pela luta contra a corrupção. Íntegro, combateu as oligarquias viciadas, tendo sido por elas perseguido. É tanto que teve de se deslocar ao Maranhão para se defender de acusações que lhe foram assacadas por proprietários piauienses. Depois de se defender das acusações injustas e finalmente inocentado, o cargo lhe foi restituído. Ao voltar para assumir o governo, houve um fato interessante: seu substituto, D. Francisco Diogo

de Morais, num ato de desafio, recusou-se a entregar-lhe o cargo. Não lhe restou alternativa, senão subjugar o insubordinado e remetê-lo preso para o Maranhão.

Outro fato inusitado aconteceu quando um vereador de Parnaíba lhe enviou, como presente, um par de esporas de ouro, o que o deixou indignado. Uma afronta a sua dignidade, pois não estava acostumado, como alguns de seus antecessores, a ser bajulado, e, nem querendo ficar devendo qualquer favor, mandou devolver imediatamente o mimo, tomando de imediato medidas duras para servir de exemplo.

Em ofício enviado, em de 19 de setembro de 1798, ao presidente da Câmara de Parnaíba, Caetano da Silva Lopes:

"Logo que vmc. receber esta minha ordem, fará avisar aos vereadores e mais oficiais desta Câmara para que se ajuntem no dia e hora que lhe determinar na casa da mesma Câmara, e quando estiverem juntos, vmc. entregará ao vereador Joaquim Barroso de Veras as fivelas de ouro que vão nesse embrulho, que deve vmc. abrir, para que se veja e realize a sua entrega e repreenderá, severa e asperamente, ao temerário e atrevido arrojo que ele teve de fazer-me semelhante presente atacando por um modo tão escandaloso a minha independência, a minha honra e inteireza, devendo fazer um termo de entrega em que o mesmo se assine, e que remeterá para esta Secretaria deixando no mesmo Senado por cópia nos livros de registro para que todo o tempo conste do atentado daquele e do meu procedimento, e finalizando que seja o ato vmc. deixará preso à minha ordem, até eu não mandar o contrário, ao mesmo Joaquim Barroso de Veras, na casa da mesma Câmara, e não tendo esta comodidade para ele estar preso, fará buscar uma casa que sirva para esse fim; avisando ao depois a mesma Câmara para que nomeem outro vereador que deva substituir o seu lugar."

O governo seguinte, administrado de 1803 a 1805, por Pedro José Serra de Menezes, seria marcado pela incompetência, sem nenhum marco relevante, a não ser o retorno da audácia dos proprietários.

De 1805 a 1806, a Capitania seria administrada interinamente por Luís Antônio Sarmiento da Maia.

Assume então Carlos César Burlamaqui, que governaria de 1806 a 1810. "Segundo Camilo Filho (in Pequena História do Piauí) "...realizou admirável obra de governo. Assumiu o comando da administração pouco antes da transmigração da família real portuguesa para o Brasil, em 21 de janeiro de 1806.

Abriu estradas, iniciou estudos e levantamento sobre a navegabilidade do rio Parnaíba (os quais confiou, depois, a Simplicio Dias da Silva) e reprimiu as tropelias dos indígenas, principalmente dos pimenteiras.

Foi, no entanto, destituído do cargo à ordem do Governador do Maranhão, Dom José Tomaz de Menezes que, inclusive, mandou recolhê-lo preso à Fortaleza de Alcântara. A Corte, porém, mandou soltá-lo e embarcar para o Rio de Janeiro. Determinou ainda que se substituísse imediatamente o governador interino, que fora nomeado Dr. Francisco da Costa Rebelo, pela JUNTA prevista no Alvará de 12.12.1770. Mandou a Corte, finalmente, que fossem punidos os que haviam concorrido para a prisão de Burlamaqui, inclusive, o Desembargador José da Mota Azevedo, que presidira inquérito contra o governador piauiense.

Tais incidentes vão provocar o fim da jurisdição do Maranhão sobre o Piauí, consubstanciado no Decreto de 26.09.1811 e Carta Régia de 10 de outubro do citado ano”.

O interino Francisco da Costa foi substituído por uma JUNTA TRInA, que se estenderia de 1811 a 1814. Nesse intervalo, a Junta esteve composta pelos Ouvidores Luiz José de Oliveira e João da Silva Furtado. Como patentes militares, Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar, João Leite Pereira Castelo Branco. Como vereadores, Severino Coelho Rodrigues, Miguel Pereira de Araújo, João Gomes Caminha e Francisco Manoel da Cunha.

Transcrição da Carta Régia de 10 de Outubro de 1811, que desvinculou a Capitania do Piauí da Capitania do Maranhão.

“Tendo chegado a minha real presença o conhecimento da extensão, aumento da agricultura, população e prosperidade do comércio dessa Capitania da longitude e distância em que está da do Maranhão; e verificando-se que por este e outros motivos não se têm conseguido os proveitos que eram de esperar de ser sujeito e subalterno esse governo ao da referida capitania, antes e muito pelo contrário só tem resultado desta dependência embaraços e prejuízos da minha Real Fazenda, pela distância em que está a Junta de Arrecadação e Administração dela, porfias e conflitos de jurisdição, e muitos procedimentos ilegais e despóticos, contrários ao bem do meu real serviço, e à prosperidade dos meus fiéis vassalos habitantes dessa capitania; considerando que, fazendo-se independente não só se remediarão estes males, mas também crescerá, e se aumentará o comércio, com a criação de uma junta de

Fazenda, cessarão os prejuízos que têm havido, e que os outros ramos do meu real serviço se administrarão com mais proveito do bem público, acabando-se as disputas, emulações e conflitos entre os governadores, ficando os dessa capitania mais livres para obrarem o que entenderem, ser útil ao bem do Estado, e só responsáveis pelo que lhe for danoso: sou servido isentar essa capitania totalmente da do Maranhão, para que se fique entendendo que os governadores e capitães gerais do Maranhão, podendo até conceder sesmarias na forma das minhas reais ordens, e dando conta de tudo que praticarem diretamente pelas Secretarias de Estado competentes. O que vos participo, para que vós hajais em todas as cousas do governo nesta conformidade.”

A Junta também teve problemas, conforme Camillo Filho: “a Junta Trina Governativa, cuja figura central era o Ouvidor Luiz José de Oliveira, depois Barão de Monte Santo, o primeiro senador eleito pelo Piauí, e que, àquela época, chegou a ser aprisionado e remetido para a Bahia, de ordem dos dois outros companheiros de Junta Governativa.

A Coroa respondeu inabilitando perpetuamente os companheiros de Luiz Oliveira, que foram também presos: João Leite Pereira Castelo Branco e João Gomes Caminha (1813).”

Em 9 de janeiro de 1814, assume Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que, de imediato, procurou restabelecer a tranquilidade em toda Província, tendo organizado a Companhia de Tropas de Linhas, a qual seria comandada por José Joaquim de Lima e Silva, futuro Barão de Magé, herói da guerra da independência da Bahia, e várias vezes deputado pelo Piauí, tio do não menos famoso Duque de Caxias.

Entremeando pleitos a Dom João VI, consegue instalar a Alfândega de Parnaíba, dando oportunidade para o incremento das exportações.

Ao terminar seu governo em 1819, passa as rédeas do poder ao coronel José Ribeiro de Carvalho, que administraria até 1821, tendo sido este o último governante do período colonial.

A guerra contra os índios

MANDU LADINO

Em território piauiense, os índios não se subordinaram pacificamente ao invasor. Mesmo em condições inferiores, lutaram aguerridamente na defesa de suas terras contra os intrusos que devastavam suas tribos, aprisionavam os homens para o trabalho forçado, abusavam das mulheres, ocupavam os vales mais férteis, abundantes de caça e forçavam os a se deslocarem para outras regiões em busca da sobrevivência.

O primeiro levante geral dos *tapuias* aconteceu no ano de 1712, liderados pelo índio Mandu Ladino.

Em 1708, Antônio da Cunha Souto Maior, supõe-se, parente do governador de Pernambuco, com esse mesmo sobrenome, foi convidado pelo governo do Maranhão, ao qual o Piauí estava subordinado, para chefiar a Campanha anti-indígena, com a patente de primeiro Mestre de Campo do Piauí, quando, então, criou o primeiro corpo militar do Norte. Deveria combater os índios de corso (nômades) que, rebelados, perturbavam ambas as margens do rio Parnaíba, com maior concentração de ataques na matas da Manga do Iguará, povoação maranhense.

Ele que, desde 1697, morava na fazenda Craíbas, na foz do Canindé, conforme registra em “Descrição do Sertão do Piauí” Padre Miguel de Carvalho, montou o acampamento de sua tropa nas terras do coronel Bernardo de Carvalho e Aguiar, em Bitorocara (Campo Maior).

Acompanhado de seu irmão, Pedro da Cunha Souto Maior, instala, ali, seu Arraial, convidando o cel. Bernardo de Carvalho para se juntar a ele como imediato da Campanha, o que o obrigou a se desvincular hierarquicamente de Pernambuco, para o Maranhão.

Segundo Monsenhor Chaves (in Obras Completas):

“De 1712 para 1713 houve o levante geral de todos os tapuias do norte. Desta vez os selvagens obedeciam à orientação de um índio perigoso, que se chamava Manu-Ladino. Não era um bárbaro na expressão da palavra: havia sido educado pelos padres da Companhia de Jesus. Inteligente, astuto e vingativo, Manu-Ladino mobilizou as tribos rebeladas, dividindo-as em guerrilhas, e passou a hostilizar os brancos do lado do Maranhão. Tais foram as suas tropelias que o governo resolveu intervir. Despachou contra ele uma expedição sob o comando do Mestre de Campo Antônio da Cunha Souto Maior. Ardiloso como era, Madu-Ladino armou uma cilada aos brancos expedicionários, e a executou com admirável precisão. Por intermédio de seus lugares-tenentes, logo depois de iniciada a luta, conseguiu entrar em negociações com os índios da expedição, sublevando-os. E num dia determinado, os índios rebelados mataram a traição, o cabo Thomás do Vale e todos os soldados que o acompanhavam. Escapou apenas um para dar a notícia do massacre ao Mestre de Campo, que ficara no arraial”.

Na luta contra os indígenas, com resultados infrutíferos, Souto Maior, sempre mostrando violência e arbitrariedades, provocou desentendimentos, inclusive com seu irmão, já nomeado Capitão-Mor e os índios que lhe eram fiéis. O resultado foi uma rebelião dentro do acampamento, que culminou com a sua morte e de grande parte de sua infantaria, e tudo indica com a conivência de Pedro da Cunha Souto Maior.

Fazendeiros das povoações vizinhas, sem estrutura para conter os ataques dos silvícolas, que se intensificaram com a morte do Mestre-de-Campo, solicitam a imediata nomeação de Bernardo de Carvalho para o posto.

Assumindo o comando, o coronel Bernardo de Carvalho tratou imediatamente de reorganizar a tropa, recrutando, nas fazendas vizinhas, voluntários para os quadros.

“Partiu logo sobre o gentio rebelado com uma grande tropa feita à sua custa, a qual ele assistiu com muita pólvora, chumbo, armas, escravos e cavalos”.

A 20 de setembro de 1712, parte na perseguição dos índios que haviam promovido a rebelião, e que resultara na morte de Souto Maior. Após 12 dias de marcha na direção do Ceará chegam ao riacho Corrente.

Ali, recebe notícias de um ataque na fazenda Lages, nas proximidades de Piracuruca, com mais de 14 mortes, saques e outros danos. A notícia o faz mudar a direção, partindo no encalço dos assaltantes, cuja trilha foi facilmente localizada. Na ribeira chamada Hiós, a tropa se divide para o ataque. Parcialmente cercados, os índios alertados por um disparo acidental, conseguem fugir em debandada, deixando para trás parte da bagagem, 200 rezes, alguns cavalos e um saldo de 10 mortos e vários feridos.

Perseguidos na fuga, depois de cinco dias são localizados nas proximidades do rio Longá onde novo embate acontece, passando o local da refrega a se chamar “Batalha”.

Prosseguindo a marcha, a coluna comandada por Bernardo de Carvalho chega à Missão de Ibiapaba, onde pede apoio ao Superior, Pe. Ascenso Gago, este seu amigo.

Refeito das canseiras, partem em direção aos anacês, os responsáveis pela morte de Souto Maior. Acosados, os índios partem em fuga, deixam tudo para trás e se embrenham nas profundezas da serra. Não houve combate de arma, mas foram apreendidos 300 cabeças de gado, cavalos e éguas que haviam sido roubados, depois devolvidos aos seus donos.

Volta o coronel Bernardo margeando o rio Piracuruca, onde na sua foz inicia a construção de um presídio, obra que deveria ser fortificada.

Aí tomou notícias de que os índios *aniaós* haviam atacado a vila de Parnaíba. Para socorrer a vila sitiada, em 8 de dezembro de 1712, organiza uma tropa que partiria chefiada pelo capelão Frei Lino Demescent.

“Assim descreveu o religioso “E vendo a desolação que nos tinha feito o gentio, pelos seus repetidos incursos e cercos, matando-nos alguns homens e quantidade de cavalos e éguas, roubando seu Missionário, profanando a igreja e, com uma sacrílega temeridade, cortando as narinas dos santos, se resolveu, com todo rigor do tempo, a mandar, como o fez, uma bandeira escolhida de sua tropa, me escolhendo por Capitão dela.”

Concluído o presídio-forte, Bernardo de Carvalho parte para a vila da Parnaíba, sendo atacado já nas suas proximidades por uma força dos gentios. Repelido o ataque, consegue romper o cerco da Vila, que já perdurava por 15 dias, com os conseqüentes prejuízos causados aos aflitos moradores. Na perseguição que se seguiu, consegue eliminar uma grande horda de índios *Anapurus mirim*, que haviam se desgarrado do

grupo principal, quando estes se lançaram no rio Parnaíba. Aquartelado nas margens do rio, e sem embarcações suficientes para continuar as perseguições pelas inúmeras pequenas ilhas do Delta, foi persuadido a desistir, mesmo porque já tinham conseguido o principal, que foi o rompimento do cerco à vila, a recuperação de parte do saque e o aprisionamento de muitos selvagens.

Nessa ocasião, o Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho tenta fazer as pazes com os índios, propondo um aldeamento, o que foi rejeitado, alegando os índios que não aceitariam perder sua liberdade, mas que receberiam pacificamente a presença de um missionário. Para essa missão foi designado o capelão Frei Lino Demescent, que conviveria um ano com os gentios.

Concluída sua missão em Parnaíba, Bernardo de Carvalho passa o comando local das tropas ao capitão-mor João do Rego Barros.

Voltando a sua Bitorocara (Campo Maior), reúne fazendeiros de todas as regiões para constituir uma força militar permanente, com diversos comandos, sub-comandos e postos hierarquizados, que se estendesse do Delta do Parnaíba a Parnaguá, para continuar a conquista da terra. As patentes seriam posteriormente confirmadas pelo governo do Maranhão, consoante os poderes que lhes foram conferidos.

Os sesmeiros e curraleiros se organizam, mas os gentios sob a liderança de Mandu Ladino também se mobilizam. Mandu Ladino, índio inteligente, educado pelos Jesuítas, aprendera com os brancos o manejo das armas, e, com sagacidade inata, estava preparado para a liderança.

“O índio-vaqueiro Mandu Ladino - o bravo e destemido guerreiro da tribo dos Aranis, que aos 12 anos de idade perdeu os pais e muitos dos seus parentes numa luta sangrenta comandada pelo temido Capitão-Mor da Conquista dos Índios do Piauí, jamais se esqueceu daquele terrível massacre.

(...) Apesar do banho de sangue e de todos os outros contratempos, era grato ao Frei Martinho de Nantes, o Capelão e memorialista das tropas de Francisco Dias d'Ávila (II), que após a batalha o recolheu ao Aldeamento de Boqueirão do Cariri, situado à 70 léguas de Recife, onde foi cristianizado e aprendeu a ler e escrever. (in Adrião Neto- Raízes do Piauí).

Em Parnaíba, os fazendeiros insatisfeitos com a convivência com os nativos, rompem à trégua, forçam a saída de Frei Lino, voltando a

recrudescer os ataques dos índios, em toda a região norte. Com a cabeça a prêmio, Mandu Ladino tornar-se-ia uma lenda viva e prolongaria a guerra até 1718.

Os índios que não costumavam atacar no período chuvoso, dessa vez, corria o ano de 1713, atacaram duramente a vila de Parnaíba. Solicitado pelo Governador, Bernardo de Carvalho parte imediatamente para o combate aos aranis.

A viagem foi um tormento *“era forçoso andar por terras alagadas e dormir muitas vezes molhados e ao rigor do tempo, fazendo balsas, atravessando rios e passando miseravelmente.”*

Após muitas dificuldades, principalmente na travessia do caudaloso Parnaíba, foram finalmente encontrados os aranis na outra margem do rio, tendo havido muitas mortes e destruição de suas malocas.

Logo que volta às suas propriedades em Campo Maior, o Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho recebe notícias de que uma fazenda fora atacada no Maratauan. Sob inverno rigoroso, atravessando rios transbordantes, foi ele levantar o cerco. Acreditava estar em paz, quando novo ataque acontece na fazenda Mercês. Sob fortes chuvas foi em socorro aos sitiados.

Esses ataques eram a nova tática de guerra imposta por Mandu Ladino, para não dar trégua aos brancos.

A tropa de Bernardo de Carvalho era composta de índios e “brancos”, tendo como comandante auxiliar, seu filho coronel Miguel de Carvalho e Aguiar, e como capelão, Frei Diogo da Trindade.

Doente, Bernardo de Carvalho passa o comando da “Conquista” a seu sobrinho, comissário geral de Cavalaria Manoel Carvalho de Almeida, e segue para tratamento de saúde em Pernambuco e Bahia.

“Ainda sob o impacto do destroçamento de uma tropa avançada e da crueldade cometida contra o seu Capelão, Padre Barbosa Pinheiro, - primeiro Vigário da Freguesia de Santo Antônio do Surubim, - que além de ter sido esquartejado, teve o coração arrancado e exibido como troféu, o Comissário Geral da Cavalaria, Manoel Carvalho de Almeida, reorganizou um verdadeiro exército para sair em perseguição a Mandu Ladino e seus comandados.” (in Adrião Neto-obra citada).

Em 1717, os índios, combatidos em ambas as margens do Parnaíba refugiam-se em peso, nas ilhas do Delta (região Norte). Do Maranhão

viera o reforço de uma expedição, comandada por Francisco Cavalcante de Albuquerque que, nas matas do sítio Igara (MA), ajudara a destruir a tribo dos aranis. Prossegue a luta contra outras tribos confederadas.

O novo comandante das tropas, Manoel Carvalho de Almeida, organiza seu exército e parte para combater Mandu Ladino.

Massacrados no Baixo Parnaíba, os índios abrigam-se no Porto das Barcas, na vila de Parnaíba, onde se travaria violento combate. Segundo o escritor Adrião Neto, Mandu Ladino, ao tentar atravessar o rio numa piroga, foi alvejado por um soldado das tropas, vindo a morrer afogado na correnteza.

Sem a liderança de Mandu Ladino, os índios, apavorados, tornaram-se alvo fácil, sendo totalmente aniquilados.

Estava, assim, extinta a rebelião indígena na região Norte.

Após as lutas, que ocasionaram grandes prejuízos, essa parte da Capitania passaria por um período de relativa tranquilidade. Reassumindo o comando de sua tropa, continuaria Bernardo de Carvalho a guerra de corso, que se estenderia até o ano de 1721, época em que segue para o Maranhão.

“Nesse ano, (1721) Bernardo Carvalho de Aguiar passa o comando das tropas da conquista dos índios do Piauí a Francisco Xavier de Brito, e transfere-se para o Maranhão, onde um pouco mais tarde vamos encontrá-lo na pacificação dos Guanarés, Barbados e Aroás, estes já em parte residindo na capitania vizinha.

Francisco Xavier de Brito ficou no Arraial dos Ávila situado às margens do Gurguéia, em local em que hoje está Jerumenha, ou em suas proximidades, fundado por Miguel de Abreu Sepúlveda para defender os currais daquela região no mais aceso da luta. Esse Arraial policiou por vários anos suas circunvizinhanças e possibilitou a penetração no Itapecuru, em rumo de Pastos Bons, quando se fincaram as caixas dos primeiros currais.” (in Odilon Nunes- obra citada)

GUEGUÊS E ACOROÁS

Os *timbiras*, *gueguês* e *acoroás* eram índios de corso (nômades), que habitavam o extremo-sul do Maranhão e Tocantins e que, por vezes, excursionavam pelo Piauí.

No começo do inverno, os *acoroás* (também chamados de *acaroás*, *acrás* e *coroados*) chegavam habitualmente, até as proximidades de Parnaguá, aproveitando a abundância de frutos da estação: buriti, caju, puçá, pequi, araçás e outros.

João Pereira Caldas, ao assumir o Governo do Piauí, inicia sua gestão com um pedido para fazer guerra ofensiva aos índios, conforme ofício de 30 de setembro de 1759, ao capitão-general do Estado, onde ele alega *“algumas nações de gentio afligem incessantemente uma grande parte desta consternada capitania, assaltando fazendas, escalando as casas delas e matando toda a gente que encontram..”*

Na realidade um exagero, que não justificaria nem ao menos uma guerra defensiva, e sim ações pontuais contra alguns gueguês e acoroás que, premidos pela fome, mataram alguns bois das fazendas na região do Gurguéia. Atacados pelos vaqueiros das fazendas, houve reação dos indígenas, com morte de ambos os lados.

É tanto que o Conselho Ultramarino desaprovou o pedido do Governador. De acordo com as leis em vigor, uma guerra ofensiva significava uma guerra geral com escravização legal dos prisioneiros.

Na repressão contra os *acoroás* e *gueguês* se destacaria o “Capitão da Conquista do Gentio”, João do Rego Castelo Branco, elevando-se, por nomeação do Governador, ao posto de tenente coronel do Regimento de Cavalaria-Auxiliar. Recebera ainda, a título de ajuda financeira, a administração de algumas das fazendas públicas seqüestradas aos Jesuítas.

Tantas foram suas crueldades na perseguição aos índios. E isto pode-se colher no escritor, Monsenhor Chaves: *“é nessa altura dos acontecimentos que aparece uma das mais sinistras figuras da história da conquista”.*

Por fim, parte ordem para a guerra contra os *timbiras* e posteriormente contra os *gueguês* e *acoroás*.

No final do ano de 1763, começam os preparativos para a guerra, onde os militares recebem as ordens que deveriam obedecer.

Uma coluna composta de 150 homens, tendo como capelão Frei José Antônio de Freitas, penetraria o Maranhão pela foz do Gurguéia, onde buscava o rio Balsas; a outra viria de Parnaguá, pelo Uruçuí, agindo mais na região sul, à procura dos *acoroás*.

A expedição vinda pelo Gurguéia com suas escoltas deveria combater os *gueguês* e *timbiras*, em território de Pastos Bons (MA), devendo estender sua atuação até o rio Balsas.

Em princípio de abril de 1764, saíram de Oeiras, várias levas de combatentes que se concentrariam na foz do Uruçuí, sob o comando de João do Rego Castelo Branco. Acossados, os *gueguês* fogem para o Maranhão para as terras dos *timbiras*, onde são perseguidos pelo comandante piauiense.

Nos primeiros dias de agosto, começam a chegar a Oeiras os prisioneiros de guerra que são enviados para trabalhos forçados em São Luís, ficando, no Piauí, apenas as crianças distribuídas entre os moradores da Capitania.

Ao todo, uns trezentos e cinquenta índios aprisionados, fora os mais de quatrocentos mortos, em combate, ou por maus tratos, durante a viagem.

Com a chegada do período invernos, João do Rego suspende os ataques, retornando a Oeiras.

Em represália, os *gueguês* atacam na região de Jerumenha, queimando, depredando e matando a quantos possam.

Uma segunda expedição capitaneada por João do Rego Castelo Branco parte para Parnaguá, devendo atacar os *gueguês* em território maranhense. Não chegou a haver combate, os índios foram localizados às margens do Uruçuí. Pleiteavam apenas auxílio na guerra contra os *acoroás*. Desse entendimento, quatro chefes índios, acompanhados do Ten. João Rodrigues Bezerra, se dirigem à Oeiras para selar a paz com o Governador. Ficou estabelecido, no entanto, que não se promoveria guerra imediata contra os *acoroás*, e que os índios deveriam ser aldeados na vizinhança da Capital. Em novembro de 1765, chegam 400 *gueguês*, que são alojados em São José do Sende, localizado a oito léguas de Oeiras.

A chefia do aldeamento ficaria a cargo de João do Rego Castelo Branco. Até o fim do governo de Pereira Caldas, consideradas insignificantes, as incursões dos indígenas não mais preocuparam.

Em 3 de agosto de 1769, assume o governo da Província, Gonçalo Lourenço Botelho. Logo após sua posse, recrudescem os ataques dos *acoroás* e dos *pimenteiras*. Estes, vivendo nas nascentes do rio Piauí entraram em choque com os moradores locais, segundo consta, pela

desfeita de terem matado um de seus cães de caça. A partir daí se revelaria toda a brutalidade de João do Rego Castelo Branco.

Os remanescentes da tribo dos *acoroás*, fugidos da guerra anterior, haviam-se refugiado no rio do Sono, território do Goiás. Corriam notícias de que, naquela região, existiam minas de grande valor. João do Rego, com sua ambição desmedida, deslumbrou a oportunidade de enriquecimento fácil. Convence ao governador Gonçalo Botelho, que já o seguia cegamente, que um incidente com morte havido no sul da Capitania fora provocado pelos índios *acoroás*, e que mereciam uma punição em regra.

Com a alegação de que seria necessário punir os índios assassinos, arrecada fundos e parte com numerosa expedição de guerra.

“Os pobres Acoroás, que de nada suspeitavam, foram acometidos ao romper do dia, ao tempo em que se achavam entretidos com a sua dança. Espavoridos, ao primeiro assalto fugiram deixando mulheres e filhas nas mãos de João do Rego.”

Passada a hora do pânico, porém, Bruenk, chefe dos Acoroás, desce para negociar a rendição com o agressor. Ficou assentado que ele, Bruenk voltaria no ano seguinte para o Piauí trazendo mais duas outras aldeias que estavam a alguns dias de viagem daquele local.

Combinou-se o tempo certo dessa descida.

João do Rego não encontrou as minas, mas voltou muito lampeiro com a presa de guerra, os miseráveis Acoroás aprisionados sem luta”. (in Mons. Chaves- obra citada)

Para o ano seguinte (1772), estava acertada a vinda do cacique Bruenk com seus índios. Como não haviam chegado à data aprazada, organizou-se uma nova expedição, e esta já os encontrou na fronteira do Piauí, descendo para Oeiras. João do Rego deixou prosseguirem a viagem, continuando sua marcha à procura das minas. Não sabia ele que, no encalço dos *acoroás*, vinham os ferozes *acoroás-mirim*, que lhes dá combate, forçando-o a retroceder.

Os *acoroás*, chegados a Oeiras, em número superior a mil, foram aldeados no Sítio Mulato, hoje cidade de Regeneração.

O aldeamento, dos mais desumanos, provocou reação dos índios. Faltava alimentação, suas mulheres eram abusadas pelos capatazes e, se reclamavam, eram impiedosamente punidas. Resolvem, então, fugir

e regressar para o rio do Sono. Não foram longe, logo são alcançados pelas tropas de João do Rego, que os matam e aprisionam, cortando suas orelhas, em seguida expostas na aldeia.

Bruenk, nesse tempo estava no Maranhão, onde tinha ido buscar para sua aldeia uma partida de parentes, ao regressar, indignado, procura em Oeiras o Governador, para se queixar amargamente, inclusive solicitando a retirada das orelhas expostas em praça pública. Não atendido, revolta-se, e desesperado caminha 30 léguas em passo acelerado. Ao chegar ao aldeamento, foge com seus parentes mais próximos, embrenhando-se nas matas.

"Avisa o Ten.-Cel. João do Rego deste acontecimento o governador, que para o remediar faz seguir os foragidos por diversas partidas, que expede a toda a diligência; e o dito Coronel fica na aldeia sustentando o resto que tinha ficado daquela nação, e manda seu filho Félix e um impávido Teodósio, que se intitulava ajudante das entradas, acompanhados de alguns auxiliares, e Gueguês, seguindo o alcance dos fugitivos... alcançando as malocas dos Tapuias, os vão passando todos a ferro, segundo a sua inclinação e ordem de seu pai o Tenente-Coronel, e não seguindo as que lhe dirigiu o governador na carta de instrução, que determinava o contrário.

(....) Não escapou um só fugitivo àquela caçada feroz. (in Mons. Chaves - obra citada).

Do total de mil duzentos e trinta e sete índios acoroás que chegaram à Comarca, somente pouco mais de quatrocentos ainda estavam vivos. A fome, as doenças, os maus tratos contribuíam para a acelerada mortandade.

Em 1780, o tenente-coronel, achando que no aldeamento de São Gonçalo tinha menos índios que o desejado, teve a infeliz idéia de juntar os gueguês na mesma missão, transferindo-os de São João de Sendé, onde viviam domesticados, quietos e estabelecidos com suas roças, que os sustentavam. Vivendo agora entre índios acoroás (seus inimigos) maltratados e com fome, os gueguês resolvem fugir para sua missão, que distava oito léguas ao norte. Felix do Rego, recebendo ordem do pai, junta alguns agregados e parte no encalço dos fugitivos. Em consequência da caçada, aqueles que resistiram tiveram suas cabeças decepadas e colocadas em mastros na aldeia de São Gonçalo, uma macabra advertência para os demais.

Denunciados pelos crimes, os Rego continuaram impunes e ocupando os mesmos postos de comando.

OS PIMENTEIRAS

Pelo alvará de 12 de dezembro de 1770, a Capitania estava governada por uma junta Trina, composta pelo Ouvidor da Comarca, Dr. Antônio José de Moraes Durão, pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco e pelo vereador Domingos Bezerra de Macedo.

Em 1776, já velho e quase cego, João do Rego, custeado pelas derramas oficiais, parte para uma fingida guerra contra os pimenteiras, continuando, na realidade, a embalar o sonho de encontrar as minas auríferas, que se supunha estarem nas cabeceiras do rio Piauí. Do ponto de vista militar, a expedição foi um fracasso, segundo consta, nem chegou a fazer contato com os índios.

Logo depois, uma nova expedição é confiada por seu filho Felix do Rego, que parte para o alto Piauí, regressando logo depois a chamado da Junta Trina à frente do Governo. O presidente da Junta, Ouvidor da Comarca, estava em franca desavença com os Rego.

Nesse meio tempo, por intrigas políticas, o Ouvidor foi preso e remetido para São Luís. Recuperado o prestígio, os Rego providenciam nova entrada, com saída de Oeiras, no mês de abril de 1779, sob a chefia de João do Rego Castelo Branco, acompanhado de seus filhos, Felix e Antônio do Rego, índios gueguês, acoroás, timbiras, 40 praças de cavalaria, num total de 134 homens. Nova frustração, não mantiveram contato com os Pimenteiras, que haviam se refugiado em terras inacessíveis e de trilhas intransitáveis.

Em represália a essa manifestação de força, os pimenteiras invadem os currais do alto Piauí, matam o gado e gente, levando sobressalto à região.

Até princípios de 1783, policiou-se a região, de forma mais modesta, através de escoltas volantes, que eram mantidas pelos moradores. O chefe indígena, João Marcelino, participou desses patrulhamentos, tendo como objetivo decifrar a língua dos pimenteiras, que de todos era desconhecida.

Retornam os índios dessa vez, com mais ferocidade, incendiando,

matando o gado, assassinando. O capitão Inácio Rodrigues de Miranda, que vinha prestando serviços desde a primeira entrada, patrulhando as fronteiras consegue, em 1790, aprisionar onze índios. Enviados a Oeiras, não se fazem entender no seu linguajar nem pelos próprios gueguês, acoroas ou jaicós.

Sucessivos governos se passaram atormentados pelas tropelias indígenas.

“Com os primeiros dias do governo de D. João Amorim, as cabeceiras do Piauí, Parnaguá e até mesmo Jerumenha foram sacudidas pelo tropel dos indígenas: os Pimenteiras apoderam-se de dezenas de fazendas, os Tapacuás, cometeram assassinios e raptos de crianças no Alto Gurguéia, índios não identificados levam a intranquilidade aos campos de Jerumenha. Amorim pretendeu organizar expedição de 150 a 200 combatentes para reprimir a horda de malfeitores. Não encontrou apoio na Metrópole, nem mesmo no Maranhão que o aconselhou se fizesse o policiamento das fronteiras e se intentasse a civilização dos indígenas por meios pacíficos. Mas não proporcionou os recursos e os Jesuítas já não missionavam.” (in Odilon Nunes-obra citada).

Somente quando Carlos César Burlamaqui assume o governo, em 21 de janeiro de 1806, administrando-o até 20 de outubro de 1810, é que se daria o decisivo combate aos indígenas.

Burlamaqui recebe ordens para proceder a ação contra o gentio, que já invadira mais de trinta fazendas, no alto Piauí.

Ano de 1807, dois Capitães comandariam as ações. José da Cunha Lustosa agiria no Gurguéia, devendo combater os tapacuás e José Dias Soares, no alto Piauí, os pimenteiras.

José Dias faz acampamento na antiga fazenda Água Verde, daí incursiona até as cabeceiras do rio Piauí, onde, na lagoa de Bom Sucesso (Caracol !), dá combate aprisionando cinco índios.

“No dia 21 descobriu nas circunvizinhanças várias roças e, pelo latir de cães, certificou-se de que tinha o inimigo à frente. Dispõe seus combatentes, espalha espias, aguarda o anoitecer, quando já sabe onde estão as rancharias dos bugres. À meia noite principia o ataque que a indiada repele como pode. Eram armas de fogo contra arcos e flechas. Os atacantes assaltam as rancharias e “na ação mataram 12 tapuias, todos de guerra e aprisionaram outros 12, mais nove fêmeas e três colomis, dos quais morreram logo dois”. Encontram arcos, flechas, 40 redes, 24

machados, muitos cães, papagaios, periquitos, carcarás. Dividem entre si o espólio do adversário espavorido. No dia imediato fazem batidas em busca dos foragidos. Foi infrutífera a perseguição em face do intrincado das veredas através de caatingas espessas e garranchosas, de acúleos espinhos”. (in Odilon Nunes- obra citada).

No ano seguinte, José Dias retorna ao alto Piauí com 200 homens, destroçando o inimigo em três encontros, regressando com 26 prisioneiros. Gabava-se que perdera apenas um combatente, e isso mesmo, de sede, por falta de água.

Os pimenteiras recuam para o território pernambucano, regressando ao Piauí, pelo Curimatá, embrenhando-se nas campinas de Parnaguá, tentando esconder-se do inimigo. Seus planos não deram certos; José Dias faz mais 68 prisioneiros.

Quando chega da Corte o capitão Bernardo Pereira de Carvalho, nomeado para comandante das operações, já não foi preciso o seu auxílio. Os índios estavam completamente destroçados, e os poucos que não se renderam se embrenharam nos confins das matas.

As autoridades do Piauí conseguiram que as presas fossem reduzidas à escravidão, sendo vendidas logo em seguida.

Para conclusão deste capítulo, transcreveremos a opinião de Monsenhor Chaves e Padre Cláudio:

Nosso índio foi a grande vítima do civilizado. O branco tomou-lhe as terras para povoá-las a seu modo. Escravizou-o, no princípio. Cometeu contra ele graves injustiças, que o fizeram levantar-se em armas, em grandes federações tribais ofensivas e também defensivas. Tremendas represálias se praticaram, então, de ambos os lados.

Afinal o índio capitulou. Tinha que ser. Foi assim em toda a parte. A diferença de cultura e a inferioridade de armas conspiraram contra ele.

As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à convivência com o usurpador; disso resultou o lastro de mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em franco processo de caracterização.

Não houve, porém, fora do Piauí, um outro João do Rego Castelo Branco, nem coisa que se lhe assemelhasse.

Rendamos, pois, sincera homenagem à bravura inextinguível dos nossos índios, interessando-nos mais vivamente pela sua história, que é o princípio de nossa história. (Mons.Chaves).

Segundo Padre Cláudio: *"A guerra que se fez a estes silvícolas e o processo para o seu aldeamento não têm qualificativos porque chegaram ao absurdo. Foi a continuidade, até o seu ponto máximo, da barbaridade perpetrada contra os desgraçados Gueguês.*

Em época alguma um militar piauiense praticou tanto desrespeito ao ser humano nem se comportou com tão indignos gestos contra indefesos. João do Rego e seus filhos Antônio e Félix foram as figuras mais abjetas do nosso passado e a vergonha da nobre família dos Castelo Branco".

O Brasil às vésperas da proclamação da Independência

Como é fato histórico, a Família Real portuguesa se refugiara no Brasil, desde a invasão de Portugal, pelas tropas de Napoleão.

A ocupação francesa duraria até 1814, quando foram expulsas com a cooperação das forças inglesas comandadas por Wellington, auxiliado por Beresford.

Em dezembro de 1815, por decreto régio, o Príncipe Regente D. João elevava o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve.

Três meses depois, com a morte de sua mãe, D. Maria I, em 20 de março de 1816, o Príncipe Regente assumiria o trono como Rei D. João VI.

Podia voltar a Portugal, mas preferiu permanecer no Brasil, desagradando grande parte da metrópole. Em seu nome, o marechal inglês Beresford passaria a governar Portugal. A insatisfação lusa era grande, o Brasil passara a ser mais importante que Portugal, com a administração central instalada aqui na antiga colônia.

Do lado brasileiro também havia descontentamento; os impostos eram sufocantes; a discriminação campeava, bastando dizer que somente os portugueses poderiam ocupar cargos públicos.

Muitos patriotas, desejosos da independência com suas idéias liberais e revolucionárias, oriundas da França de 1789, juntavam-se a sociedades secretas como a Maçonaria, insuflando cada vez mais o descontentamento entre brasileiros e portugueses.

O primeiro levante aconteceria em Pernambuco, aonde os revolucionários chegaram a constituir em 7 de março de 1817 um governo provisório, sob a forma republicana, contando com a adesão das províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com o controle do poder, os revolucionários tomaram os estabelecimentos públicos, apossaram-se do erário e embargaram as propriedades de portugueses. Substituiu-se o tratamento de senhor, por “vós”, reduziu-se a carga tributária e instituiu-se uma nova bandeira para a província. O governo instalado enviou emissários aos Estados Unidos, Argentina e Inglaterra solicitando apoio.

Embora vitorioso, o movimento não alcançara o necessário apoio popular, os habitantes do interior de Pernambuco se mantiveram distantes.

Para fazer face à revolução em Pernambuco, foram mandadas tropas da Bahia e Rio de Janeiro. A cidade de Recife fora bloqueada, e em dificuldade diante a superioridade das forças legalistas que já haviam rendido a Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, o movimento é sufocado. Esse primeiro levante em prol da separação de Portugal haveria de germinar.

Na seqüência dos fatos, em 5 de novembro de 1817, chega ao Brasil a princesa D. Leopoldina, filha do imperador D. Francisco I, da Áustria, para contrair casamento com D. Pedro, herdeiro da coroa portuguesa e filho de D. João VI.

Portugal estava sob Regência, e quem mandava era o Marechal Beresford, que chefiava o exército. Os portugueses não admitiam essa dominação inglesa. Uma revolta auto-intitulada “Revolução do Porto” estava em marcha, culminando em 24 de agosto de 1820, com um levante exigindo uma constituição liberal em substituição à monarquia absoluta, a volta do rei D. João VI para Lisboa e que o Brasil fosse reconduzido a estado colonial.

Em 4 de outubro, sem encontrar resistência, os insurgentes entram triunfalmente em Lisboa, dissolvem a regência, exigem a reunião das Cortes e organizam uma comissão para elaborar o projeto de constituição liberal, contra o absolutismo imperial.

Em 10 de outubro, a junta governativa proibiu o desembarque de Beresford, que voltava do Brasil com mais poderes, inclusive para sufocar a revolta. A junta passaria a governar Portugal.

Logo que as notícias chegaram ao Brasil, as províncias de Belém e Salvador se pronunciam a favor de uma futura constituição liberal;

expulsam os representantes do governo e organizam uma junta governativa.

D. João VI, a fim de acalmar os ânimos, em 18 de fevereiro de 1821, promulga dois decretos - o primeiro determinando que D. Pedro seguisse para Lisboa, para governar Portugal e dali remetesse, para a Corte do Rio de Janeiro, o projeto da Constituição que se estava elaborando; o segundo, que uma comissão formada pelos procuradores das câmaras das cidades, reunida no Rio, estudasse as reformas convenientes para cada capitania. Permitiu, ainda, D. João VI a liberdade de imprensa e elevou as Capitanias brasileiras ao título de Províncias.

Os decretos não surtiram o efeito esperado, ao contrário, houve descontentamento geral.

No dia 26 de fevereiro a população se concentra no largo do Rocio no Rio de Janeiro, apoiada por um batalhão de caçadores, diversos corpos de guarnição comandados por tropas portuguesas e brasileiras, sob o comando do brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, para exigir adesão à Constituição de Portugal.

Apreensivo, o rei incumbe a D. Pedro que vá se inteirar dos acontecimentos naquele largo, (que futuramente seria chamada Praça da Constituição). Subindo a sacada do teatro São João e, ao perguntar o que pretendiam, recebeu como resposta que se jurasse, sem demora, a Constituição que estava sendo promulgada em Portugal.

Dom Pedro volta a seu pai, o Imperador, expõe-lhe a situação, retornando ao teatro, com um novo Decreto assinado pelo Rei, onde revogava os anteriores, aprovava e jurava a nova Constituição, com juramentos também prestados pelos Príncipes D. Pedro e D. Miguel.

Foram vibrantes as manifestações que se seguiram. O povo aclamava com júbilo o Imperador dando vivas à Constituição. As fortalezas e os navios de guerra deram salvas de tiros.

Enfim, D. João VI acatou o conselho de seus ministros e anunciou que retornaria a sua pátria, para assumir o trono em Portugal.

Em 7 de março de 1821, antes do regresso, publicou Decreto, anunciando que deixava seu filho D. Pedro como regente temporário do Brasil, ao mesmo tempo em que autorizava a eleição dos deputados para as Cortes de Lisboa.

A partida da Família Real para Portugal dar-se-ia em 26 de abril de 1821, acompanhada de 4.000 pessoas e chegaria a Lisboa no dia 3 de julho de 1821. As Cortes não permitiram seu desembarque imediato; antes, obrigaram-no a jurar e obedecer à constituição que estava em discussão.

Também mostraram-se inconformadas por não ter D. Pedro regressado junto com o pai, permanecendo no Brasil, com o título de Regente.

Como represálias, enviaram proclamação aos brasileiros, exortando-os a não obedecer ao Príncipe, e que fossem nomeadas juntas locais, dependentes, apenas, de Lisboa.

Com o regresso de D. João VI a Portugal, aos 23 anos de idade, passara a governar o Brasil o Príncipe D. Pedro na qualidade de Regente, conforme Decreto de 22 de abril de 1821.

O seu ministério estava equilibrado, composto dentre aqueles que estavam a favor dos brasileiros e do Príncipe e daqueles fieis a Portugal. O Conde dos Arcos na Pasta do Reino, que viria a prestar muitos favores ao Príncipe, estava do lado dos brasileiros.

Com a retirada da Corte, a situação do Rio ficara crítica. Os negócios praticamente paralisados, muitas falências, a moeda sumiu do mercado, as receitas públicas não cobriam as despesas, o Banco do Brasil cessou os pagamentos e estava a ponto de falência.

Foram adotadas medidas saneadoras drásticas para debelar a crise. O próprio Príncipe deu o exemplo, passando a cortar gastos na própria corte.

A aceitação da autoridade do Príncipe como regente do Brasil não fora ponto pacífico em todas as Províncias. As do sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de Minas eram favoráveis, contudo havia resistência em Pernambuco, Pará, Maranhão, São Paulo.

No Rio de Janeiro, três partidos se digladiavam. O Republicano, bem menor, lutava para que D. Pedro deixasse o Brasil, e se implantasse a República. O Monarquista trabalhava por um governo monárquico autônomo, independente de Portugal, chefiado por D. Pedro. O partido Português, colonizador, lutava para retroceder o Brasil à condição de colônia, sob domínio português.

Diante de tantas correntes divergentes, D. Pedro, o Príncipe Regente, aguardava os acontecimentos para se decidir. Ainda não pensava de modo claro sobre a independência; no íntimo gostaria de que o Brasil continuasse unido a Portugal, porém, com alguma autonomia, com uma constituição própria.



D. Pedro I

As tropas portuguesas continuavam a pressionar de forma arrogante, irritando D. Pedro que, por outro lado, recebia mais apoio e solidariedade do partido brasileiro.

O FICO

Em 2 de junho de 1821, chegam notícias não-oficiais de que havia sido aprovada a nova Constituição em Lisboa. Diante desse alarde, a guarnição portuguesa passa a exigir o imediato juramento de D. Pedro à Constituição, e que se formasse uma junta para governar o Rio de Janeiro, tendo uma comissão militar para o comando das armas.

D. Pedro concorda com as exigências, evitando, assim, a exacerbação dos ânimos.

No dia 29 de setembro de 1821, novas medidas são tomadas em Lisboa, decretando os governos das Províncias independentes do Rio de Janeiro - sujeitos apenas a Lisboa.

Aos poucos vão tirando a autoridade do Príncipe, quando chega ao auge a promulgação, em 29 de setembro, de dois decretos onde se suprimia os tribunais do Rio de Janeiro, ordenava a volta imediata de D. Pedro a Portugal a fim de aprimorar seus estudos e a eleição de juntas para as Capitânicas, que ficariam dependentes de Portugal.

Diante dos apelos e total apoio dos brasileiros, Dom Pedro se convence de que a melhor solução seria desobedecer às ordens recebidas, vindo a consolidar sua decisão com a famosa frase "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

A reação das tropas portuguesa fora imediata. Para atemorizar a população, a Divisão Auxiliadora composta de 2.000 homens, toma posição para ataque no morro do Castelo.

O povo e as tropas brasileiras reuniram-se no campo de Santana (mais tarde da Aclamação e, hoje, Praça da República), dispostos para o combate, renunciando uma batalha sangrenta.

Pairava o sentimento de revolta da população em peso, não vendo possibilidade de vitória, as tropas portuguesas se rendem, e seu comandante é expulso para Portugal.

José Bonifácio, nomeado para o Ministério do Reino e dos Estrangeiros, exerce papel vital na condução da nova política. Trabalha

com afinco em favor da separação. O Senado da Câmara, em 13 de maio de 1822, dá a D. Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Nesta ocasião, José Bonifácio foi chamado "O Patriarca da Independência".

Todas as Províncias do Sul e do Oeste aderem de imediato ao Príncipe Regente. Contudo, as do Norte, pela grande maioria da população de origem portuguesa, continuariam fiéis a Portugal.

Tentando aclamar a Província de Minas Gerais que se apresentava indecisa, com fortes tendências separatistas, D. Pedro viajou pelo interior da Província onde é recebido com aclamação em sua passagem, e, chegando à capital Vila Rica, consegue acalmar os ânimos.

Viaja a São Paulo e, aí, organizava-se alguma resistência, no entanto, foi triunfalmente recebido. Partindo de Santos, na madrugada de 7 de setembro de 1822, recebeu, nas margens do Ipiranga, um mensageiro que trazia cartas de José de Bonifácio, de sua esposa e Decretos vindos de Portugal.

A Corte de Lisboa declarava nulos todos os atos do governo brasileiro, mandava processar os que desobedecessem, exigia um novo ministério de confiança de Portugal e determinava o imediato regresso do Príncipe a Lisboa, sob pena de perder seus direitos.

Chegaram ao auge as imposições em forma de ultimato. Dom Pedro não mais aceitaria a tutela de Portugal. Num ato de coragem e patriotismo, proclama a separação do Brasil *"Laços fora soldados. Independência ou morte"*



Grito do Ipiranga - quadro de Pedro Américo

A luta da Independência e seus reflexos no Piauí

LEVANTE EM PARNAIBA E OEIRAS

4 de maio de 1821. O governador da província do Piauí - Elias José Ribeiro de Carvalho recebe o Decreto de 24 de fevereiro, aprovando a Constituição Portuguesa. O Ouvidor interino da comarca, Dr. Bernardino José de Melo, comunica à Câmara de Oeiras e às vilas, mandando que se publicassem editais para conhecimento do povo. Em Oeiras, acenderam-se luminárias por três noites com muita alegria popular.

Logo em seguida, em 6 de maio, o brigadeiro Manuel de Souza Martins (depois Barão e Visconde da Parnaíba), acompanhado do Comandante da Tropa, Capitão Manuel Pimenta de Sampaio, denuncia que estava se tramando uma revolução, e que não se poderia retardar mais o juramento da Constituição.

O governador, homem dominado pelo Brigadeiro, marca logo para o dia seguinte o juramento, o que aconteceu com toda solenidade.

Como chefe da suposta revolução fora identificado o Escrivão da Junta da Fazenda, Antônio Maria Caú, que, com outros cúmplices, estaria planejando depor o governo, para levar ao comando o cirurgião Francisco José Furtado.

De imediato, nenhuma providência foi tomada. Não houve punições, todos permaneceram em liberdade.

Livre, continuaria Caú a injuriar o governador, atacando sua administração e até sua vida privada. Suas manifestações já começavam a

perturbar a ordem, quando, então, são tomadas medidas enérgicas. Preso, foi encaminhado à cidade de Parnaíba, de onde não deveria retornar.

Contornado esse episódio, a tranquilidade no Piauí se estenderia por vários meses.

A tranquilidade só voltaria a ser perturbada com a eleição para deputados às Cortes, marcada para o mês de agosto. Pleito disputadíssimo pelas famílias de maior prestígio. O governador José Elias Ribeiro de Carvalho não sabendo manter a autoridade, desgastado, terminou por incompatibilizar-se com ambos os lados.

Além do sofrimento moral, surgem-lhe problemas de saúde. O Governador não renuncia, mas convoca uma eleição para escolha de uma Junta Provisória para substituí-lo.

Foram eleitos: Presidente, o ouvidor Francisco Zuzarte Mendes Barreto; Vice-Presidente, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Secretário, Francisco de Sousa Mendes; além de outros membros representando os militares, o clero, a magistratura, o comércio e a agricultura.

Essa junta assume em 26 de outubro de 1821, e, sem nenhum fato administrativo relevante, vai decorrendo o tempo, quando, no ano seguinte, em 4 de fevereiro de 1822, recebe Portaria do Ministro do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que, em cumprimento do Decreto das Cortes Gerais e Constituintes da Nação, firmado em 27 de setembro de 1821, e mandado executar pela Carta de lei nº 124, de 1º de outubro do mesmo ano, determinava fosse eleita a Junta Provisória do Governo. Ordenava, também, não chegando o oficial Comandante das Armas, passasse o comando à patente maior e mais antiga da província.

O brigadeiro Manuel de Sousa Martins com toda sua influência e prestígio vai à luta, apresentando-se como candidato a um dos lugares. Mesmo avisado que poderia haver traição, estava confiante na vitória, conquanto a morte de Antônio Caú, na prisão em Parnaíba, contribuisse para acirrar ressentimentos contra sua pessoa.

Procedida à apuração, o resultado foi um duro golpe na sua vaidade. A derrota o deixaria daí para frente em desarmonia com o governo, levando-o a abraçar a causa separatista, defendendo com ardor a Independência. Ironicamente, a patente de Comandante das Armas seria passada a seu irmão, o tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins. O Brigadeiro, além de reformado, estava no exercício da Tesouraria-Geral da Junta da Fazenda.

Como resultado do pleito, ficou assim constituída a Junta Provisória: Presidente, Padre Matias Pereira da Costa; Secretário, Francisco de Sousa Mendes; membros militares, Sargento-Mor José Antônio Ferreira, Capitão Miguel Pereira de Araújo, Sargento-Mor Caetano Vaz Portela.

A coroa portuguesa consciente de que o movimento separatista brasileiro, disseminado em toda a colônia, ganhara proporções preocupantes, reforça as forças de defesa, nomeando comandantes fieis para os postos estratégicos.

Para o Piauí fora enviado como Governador das Armas o major João José da Cunha Fidié, veterano das guerras peninsulares contra as tropas de Napoleão Bonaparte, que servira no exército de Wellington.

Partindo de Lisboa, chega a Oeiras em 8 de agosto de 1822. Ao tomar posse no dia seguinte, logo inicia o recrutamento para novos Corpos de Milícia, ampliando o efetivo, numa clara demonstração de que viera incumbido de manter o Maranhão na zona de influência de Lisboa. Portugal, mesmo prevendo a independência, não estaria disposto a entregar a autonomia de todo o território brasileiro, lutaria para preservar a grande área do Pará e Maranhão.

Como era de se esperar, a proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, não fora aceita pacificamente pelas tropas portuguesas nem pelas elites lusas que ocupavam os mais altos cargos na colônia. Houve resistência em várias Capitanias, para que o processo separatista não se efetivasse.

Segundo Afrânio Peixoto *"O norte era então o principal do Brasil, dois terços de sua atividade útil, o que os portugueses mais guardavam e onde acumularam os seus elementos de resistência. No sul a independência foi um "Te Deum", beija-mão, aplausos, luminárias, flores, fitas e proclamações. No norte, sítio e trincheira, fome e peste, sangue, morticínio. Aqui a adesão, lá a guerra"*

No Piauí, o movimento emancipacionista encontra terreno fértil em virtude dos conflitos entre as oligarquias e, também, entre estas e o governo.



Fidié

Em Parnaíba, na época, a mais florescente cidade se inicia abertamente uma campanha contra os portugueses. Diante do ofício enviado pelo Juiz, Dr. João Cândido, em 30 de setembro, à Junta Provisória em Oeiras, percebe-se o quanto avançaram a conscientização e desejo de liberdade.

"... O Governo da Província do Ceará mandou consultar os povos fazendo-os reunir nas câmaras de seus distritos, para elegerem seus deputados, no caso que quisessem; prática esta que eu acho muito conforme ao princípio de justiça proclamado em cortes. Se o Brasil quer ser independente, declare-se. Se o Brasil se quer desunir, desuna-se: prática que não traz consigo responsabilidade alguma aos governos, porque, ou os povos querem e ninguém lhes pode resistir sem risco, ou não o querem e então o declaram..."

A vila da Granja, limítrofe a esta da Parnaíba, proclamou solenemente e com o maior entusiasmo, há poucos dias, a Sua Alteza Real Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, e todos os prudentes esperam que ela será imitada pelas outras; bem como aqui, tenho eu grandes fundamentos para dizer que não deixarão de imitar aquele exemplo, visto que todos assinam um requerimento em que pedem à Câmara se cumpram imediatamente as ordens de S.A. para o que, sendo eu consultado e mais pessoas, por vários indivíduos respondi que a todo cidadão estava patente o direito conferido pela natureza a todo homem, quando o dotou de liberdade, cujo direito havia sido solenemente declarado nas bases de nossa Constituição...

"A melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil tem-se declarado a favor da causa da Independência; como persuadir-nos que o resto não siga a mesma causa? Ou quererão os povos olhar de sangue-frio o seu país dividido, seguindo o Sul um sistema e o Norte outro? Não me persuado que tal seja possível. Ofereço, pois, estas razões à judiciosa e prudente consideração de V. Exa."

Na mesma vila da Parnaíba, em **19 de outubro de 1822**, um grupo de patriotas proclama a adesão do Piauí à Independência, aclamando D. Pedro I como Imperador do Brasil. O movimento era liderado por Dr. João Cândido de Deus, capitão Domingos Dias da Silva, coronel Simplício Dias da Silva, 1º tenente Joaquim Timóteo de Brito, Escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, Ferreira Meireles e o capitão Bernardo Antônio Saraiva.

Em 23 de outubro, a Câmara de Parnaíba comunica os acontecimentos para Crato, Granja e Campo Maior.

"Participamos a V. Mercês que no dia 19 do corrente foram proclamadas nesta Vila a Regência de S. Alteza Real, a Independência do Brasil e sua União com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil, tudo a requerimento dos povos, como V. Mercês verão dos documentos que por certidão acompanham esta nossa participação; foi inexplicável o fervor e entusiasmo que desenvolveram os povos nesta ocasião. Rogamos fervorosamente a V. Mercês queiram unir-se conosco e com todo o nosso Continente, a bem de tão justa causa. Deus guarde a V. Mercês muitos anos. Parnaíba em sessão de 23 de outubro de 1822."

Aos Srs. Presidente, Vereadores e mais oficiais do Senado da Câmara da Vila de Campo Maior."

A Câmara de Campo Maior, indecisa, resolve consultar as autoridades de Oeiras como proceder, inclusive dando ciência da comunicação recebida de Parnaíba.

Em outras cidades rebentam adesões à causa da independência, principalmente em Estanhado (hoje município de União). Em Campo Maior, o Dr. Lourenço de Araújo Barbosa faz circular um pasquim escrito em pareceria com Padre Jerônimo José Ferreira em prol de separatismo. Ao tentar iniciar a fabricação de pólvora, Dr. Lourenço de Araújo foi descoberto e preso.

O movimento parnaibano toma vulto, contagia muitos adeptos; a cidade vizinha, Piracuruca, adere ao movimento.

Diante dos acontecimentos, Fidié reúne-se apressadamente com a Junta de Governo. Ficou decidido que marcharia para sufocar a rebelião em Parnaíba, e que se enviasse ofício ao Governo do Maranhão e ao Comandante de Caxias, coronel João Bento de Brito, solicitando todo o apoio militar, com armas e munições.

Em 13 de novembro de 1822, Fidié parte para Campo Maior, onde pretende fazer ali seu centro de operações contra os rebeldes de Parnaíba. Após uma marcha penosa, à exceção dos oficiais, toda a tropa se deslocava a pé. Na manhã de 24 de novembro entra em Campo Maior, onde é recebido, calorosamente, por parte da população portuguesa.

No dia seguinte, com as tropas formadas na Praça da Matriz e com a participação de uma Câmara Municipal amedrontada, foram dadas vivas a Dom João VI, rei de Portugal.

Chegavam notícias de que em Parnaíba estavam abrindo fossos e trincheiras para a defesa da Vila. Preocupado com a resistência que

poderia encontrar, solicita de Caxias alguns canhões, ao mesmo tempo em que envia ofício a Simplicio Dias, persuadindo-o a desistir do movimento separatista, do contrário seria tratado com todo o rigor, como sedicioso.

Ainda em Campo Maior, recebe oferta de reforço, vindo do Maranhão, na pessoa do Comandante da vila de São Bernardo do Brejo (hoje cidade, com o nome de Brejo).

Sem condições de enfrentar as poderosas forças armadas de Fidié, as lideranças parnaibanas, ante a ameaça do brigue de guerra "Infante D. Miguel", que fortemente armado fundeara no Igaráu, buscam refúgio na cidade de Granja, no Ceará, que já havia proclamado a Independência.

Estando a vila sem os líderes, a população, totalmente desprotegida e em polvorosa, curva-se submissa, quando, então, solicita ao comandante do brigue que desembarque para manter a ordem.

Fidié, sem encontrar resistência, entra apoteoticamente em Parnaíba, dispõe as tropas em frente à igreja Matriz, impondo à Câmara Municipal renovação do juramento de obediência ao governo português. Seguiu-se a celebração de um "Te Deum", grandemente concorrido, findo o qual ergueram-se vivas ao rei de Portugal. Às descargas festivas da fuzilaria lusa, replicava o brigue com salvas de sete tiros. "Os sinos da Matriz, tocando em repique, completavam o alegre quadro da cidade reconquistada e submissa"(in Roteiro do Piauí-Eugenio Porto).

Segundo o escritor Adrião Neto (in A Epopéia do Jenipapo), Fidié vinha dilapidando o patrimônio do Coronel Simplicio Dias da Silva "além de abater inúmeras rezes para alimentar a soldadesca e de saquear os paióis de cereais do magnata separatista, o governador das armas, autorizou a invasão das lojas e armazéns da Casa Grande de Parnaíba."

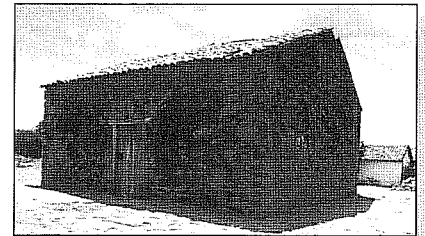
"Salema Freire Garção o comandante do Brigue Infante Dom Miguel que havia se antecipado a Fidié na ocupação da Vila executou uma verdadeira operação de rapinagem nas residências e demais imóveis dos separatistas. Seus soldados fizeram um verdadeiro arrastão. Roubaram várias peças de valor dos Dias da Silva, as alfaías, a ourama e as esmolas das igrejas de Nossa Senhora das Graças e de Nossa Senhora do Rosário, o cofre dos órfãos, as rendas públicas e os livros da Câmara."

O movimento desencadeado em Parnaíba, ainda sem raízes populares, não tinha como prosperar naquelas circunstâncias. A grande massa da população não havia ainda assimilado o ideal da revolução. A fuga do Juiz Dr. João Cândido de Deus, juntamente com Simplício Dias, este um homem rico, possuidor de mais de 1.800 escravos, trouxe, no

entanto, um lado positivo: graças às suas confabulações, o Ceará veio aderir à luta, em prol do Piauí.

Em janeiro de 1823, atendendo ao pedido do Frei Alexandre da purificação, que fora enviado de Granja a Fortaleza, como porta-voz dos piauienses, o governo provisório do Ceará decide enviar reforços ao Piauí, ficando estabelecido que simultaneamente as tropas libertadoras partiriam em três frentes: uma do Crato para Oeiras, outra de Inhamuns e Crateús para Campo Maior, e a que envolveria os contingentes de Sobral, Viçosa Vila Nova e Granja seguiria para Parnaíba.

Na realidade, ao se deslocar para Parnaíba, Fidié estava caindo numa armadilha. Na sua ausência ficou no comando da guarnição em Oeiras o capitão Agostinho Pires, português de nascimento e contrário à independência, mas sem nenhuma estrutura militar. Os simpatizantes da causa separatista, numa demonstração de audácia, na madrugada de 13 de dezembro, invadem a casa da pólvora e surram a guarda a chibatadas. A junta de governo percebia a audaciosa adesão popular, tanto que denunciavam na época: "...pessoas incendiárias e facciosas fazem clube, pasquins, ameaças, partidos e planos para derribar o novo sistema constitucional, a majestade do Soberano Congresso das Cortes de Portugal, a autoridade do Governo e do magistrado, a segurança da nação e o sossego público, a vida e fazenda dos cidadãos para instalarem a criminosa Regência do Príncipe Real, com independência do Soberano Congresso da Grande Nação Luso-Brasileira".



Casa da pólvora

Chegam notícias em Oeiras, do levante do contingente de Marvão e que Crateús (na época pertencente ao Piauí) estaria em armas, pronto para marchar sobre Oeiras. Isso encoraja mais ainda os insurretos para proclamarem a Independência.

Na descrição de Abdias Neves:

"a notícia de Crateús estar em armas foi o sinal do pronunciamento. O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara a frente da conspiração, não por patriotismo, nem por amor à Independência, mas despeitado por ser vencido nas eleições de 7 de abril de 1822; não quis que outro tivesse a glória da proclamação. Compreendeu que não havia mais perigo em aderir ao movimento. Tratou, então, de reunir com os

conjurados, que ao cair da noite de 23 de janeiro (1823), foram um a um, chegando à sua casa.

Ali já havia armamento e munições, tudo subtraído dos armazéns nacionais, com o auxílio do Escrivão, Deputado da Junta de fazenda, João da Silva de Miranda. Todos os empregados do Brigadeiro e grande número de caboclos aventureiros e turbulentos estavam reunidos no vasto quadrilátero interno que havia em sua residência.

Manuel de Sousa Martins e seu irmão Joaquim de Sousa Martins encarregaram então, o Major Manuel Clementino de Sousa Martins, o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco Manuel de Araújo Costa de se reunirem no quartel do Regimento nº 1 de Cavalaria, dissidente da causa brasileira por sugestões de dois oficiais que o comandavam.

Em casa do Brigadeiro ficou um corpo de reserva sob as ordens do Tenente-Coronel Pinheiro de Miranda Osório e Capitão José de Sousa Martins para auxiliar a tomada do quartel e destacar patrulhas em diferentes pontos da cidade, a fim de evitar-se qualquer reação tentada pelo partido do Governo.

Às 2 horas da manhã, saíram: o Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa - para surpreender e cercar em sua residência o Capitão de 1ª Linha Agostinho Pires, e o Alferes José Martins de Sousa para prender o Alferes da mesma tropa Damaso Pinto da Veiga - forte e audacioso inimigo da Independência.

Ao mesmo tempo, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que dirigia os preparativos, destacou o Tenente-Coronel Manuel Pinheiro de Miranda Osório e o Major Manuel Clementino de Sousa Martins para irem tomar por em segurança a casa da pólvora. (...).

Enquanto Araújo Costa e Martins de Sousa cumpriam a ordem recebida, Bernardo Saraiva e Moraes Rego tomavam posição na rua, ao lado direito do quartel, para os acudir, se fosse necessário, e guardar as ruas próximas, a fim de evitar qualquer levante popular, animado pela dissidência..

Tudo isto foi executado na melhor ordem, sossego e silêncio das 2 à 4 horas da manhã.

O plano teve, assim, uma execução magnífica e quando espontou a madrugada, e o povo se ergueu para o mourejo cotidiano não estranhou nem temeu a aparência bélica da cidade.. Compreendeu, logo, do que se tratava e quedou-se imoto, à espera dos acontecimentos..

Não houve resistência nem sangue para manchar a grande luta do dia....

"Pela manhã, sol nascido, ergueram Manuel e Joaquim de Sousa Martinss entusiásticas saudações à Independência do Brasil, a S.M. o Imperador" D. Pedro I, e o povo, espectador desta cena, saudou-a triunfalmente com um viva que voou sonoro e forte como uma nota de clarim." (in A Guerra do Fidié).

Com a fuga de alguns membros da Junta, o Senado da Câmara foi convocado extraordinariamente, no dia **24 janeiro de 1823**, fazendo-se presentes representantes das classes sócias, nobreza e clero. No ato, o Presidente do Senado da Câmara proclamou a Independência, elegendo uma nova Junta que ficou assim constituída: Presidente, brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório: membros- Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego.



Palácio da Câmara

No dia seguinte, 25 de janeiro, a nova junta de Governo envia ofício às Câmaras das vilas de Valença, Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Marvão, ordenado que, o quanto antes, fosse proclamada a adesão à Independência. Nesse ofício dizia que, a 24 de janeiro, o povo de Oeiras com o mais vivo entusiasmo, reunido na Câmara e perante a Tropa de Guarnição da cidade, promulgara a adesão do Piauí à Independência, reconhecendo o Governo do Imperador Constitucional e Perpétuo do Brasil, o Sr. D. Pedro de Alcântara.

Nesse mesmo dia comunica ao cel. José Antônio da Cunha Rebelo e ao Major Higinio Xavier Lopes, comandantes em Campo Maior, sobre os últimos acontecimentos, solicitando que, estando ainda no comando das tropas, não criassem obstáculos às decisões tomadas em Oeiras.

Também participaram ao governador das Armas da Província do Maranhão. Ao Major Fidié ordenaram que se retirasse da Província, passando o comando das tropas ao capitão Manoel Pimenta de Sampaio. Lembraram-no que em todo império brasileiro somente o Piauí, Maranhão e Pará, ainda não haviam aderido ao sistema de Independência.

A Junta toma medidas para guarnecer as principais passagens do rio Parnaíba que se comunicam com o Maranhão. Autoriza ao comandante

das Armas, cel. Joaquim de Souza Martins reforçar militarmente os portos de Santo Antônio, Manga (Floriano), São Francisco, Pedras, Queimadas, Castelhana.

Como estratégia para defesa da Capital (Oeiras), desloca-se o capitão Francisco Manuel de Araújo Costa, com um contingente de 100 homens para o porto de São Gonçalo (Amarante), ficando responsável pelo patrulhamento do rio desde a barra do Canindé até o Poti.

O tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins, chefiando uma força de 100 homens, parte para aquartelar-se no Sítio Riacho Fundo, em Valença, ou na Fazenda Soledade, pontos avançados na observação da estrada de Campo Maior /Oeiras, podendo alertar com antecedência a aproximação de Fidié.

Em 30 de janeiro a Junta lança a seguinte proclamação:

"Habitantes da Província do Piauí"

"Esta capital, no dia 24 do corrente, proclamou a Independência do Brasil e reconheceu o Governo Constitucional e Perpétuo Defensor deste Reino o Sr. D. Pedro I e as Cortes brasileiras. Este é o passo que têm dado quase todas as províncias do vasto continente brasileiro, a que vos não podeis escusar. E, como a Província do Maranhão não adote, Por agora, o sistema da Independência, nem ao certo se pode saber se fica ou não neutra a respeito desta, segundo o procedimento que teve com a vila da Parnaíba, quando em 19 de outubro do ano passado se antecipou a declarar sua aderência, este Governo já se dirigiu às duas primeiras autoridades daquela Província, exigindo e rogando a dita neutralidade; porém, como pode ser que se neguem a tão justa requisição, tem este mesmo Governo resolvido e ordenado que, no entanto se recebe resposta do Governo do Maranhão, não saia para ali gado vacuum de qualidade alguma, pois não é justo que sustentemos aqueles mesmos que ajudam e concorrem para se derramar o nosso sangue e sofrermos outros mil incômodos de que, aliás, ficaríamos livres se o Maranhão se conservasse neutro..."

"Portanto, habitantes do Piauí, não exporteis por ora para o Maranhão os vossos gados; não leveis o alimento para donde vós não sabeis se vos virá o mal e a opressão. E, algum de vós que assim o fizer, então é porque não ama sua pátria e com horror deve ser olhado pelos seus patrícios."

"Este Governo a todos vós recomenda a religiosa observância de quanto se determina e assim espera de vossos patriotismos".

Em Parnaíba, Fidié, ao tomar conhecimento da rebelião desencadeada em Oeiras, resolve voltar para restabelecer a situação.

A BATALHA DO JENIPAPO

Entre os parnaibanos que haviam fugido para o Ceará à aproximação de Fidié, estava o jovem Leonardo de Carvalho Castelo Branco. No exílio, conseguiu, junto aos cearenses de Sobral, arregimentar perto de 600 homens para a luta no Piauí. Dividiu as tropas em duas divisões, sendo que uma marchou sobre Piracuruca e a outra, para Campo Maior.

Em 22 de janeiro Leonardo surpreende Piracuruca, prendendo o destacamento local, partindo, então, para se juntar às tropas que se dirigiam a Campo Maior. Nessa vila também não houve luta; a idéia separatista já contaminava a população e à própria soldadesca fiel a Portugal. De imediato, foge o comandante cel. José da Cunha Rebelo, tentando ainda resistir o major Higino Xavier Lopes. Contudo, tão logo tomou conhecimento de que mais reforço inimigo estava chegando de Matões, comandado pelo capitão Luis Rodrigues Chaves, também se apressa em fugir para o Poti, levando o material de guerra.

Com um solene Te-Deum, na Igreja Matriz, proclama-se a adesão de Campo Maior à causa da Independência. Para desestimular reações, algumas prisões foram efetuadas, entre elas a do vigário João Manoel de Almendra.

Leonardo de Carvalho oficia à Câmara de Caxias no Maranhão pedindo sua adesão, e, ainda sem resposta, estabelece seu quartel general na fazenda Melancias, ponto estratégico para observar o inimigo do outro lado do rio Parnaíba, acalentando pretensões de proclamar a Independência na Vila de São Bernardo, que ele julgava desguarnecida.

Por falta de informações confiáveis, ou mesmo, por ingenuidade, Leonardo viria a cair numa cilada. O inimigo destacou o capitão José Antônio Correia, para ir a seu encontro, dizendo-se simpatizante da Independência e convidando-o a ir ao outro lado do rio, para ver de perto a situação. Quando ali chegaram, foi Leonardo aprisionado e encaminhado para São Luís.

Em 12 de fevereiro chegam a Campo Maior os reforços, vindos do Ceará, comandados pelo capitão Luis Rodrigues Chaves chefiando 180 homens. Com um efetivo agora de 400 praças, o capitão Luis Rodrigues assume o comando geral das tropas sediadas na vila de Campo Maior.

Para a vila de Piracuruca deslocara-se o cearense capitão José Francisco de Souza, com cerca de 200 homens.

Em Campo Maior, como chefe das armas, o cearense capitão Luis Rodrigues Chaves logo percebeu que não estava militarmente preparado para enfrentar a superioridade das bem treinadas tropas de Fidié. Seus soldados eram, na verdade, civis, recrutados apressadamente em Sobral e adjacências, sem a devida disciplina e adestramento militar. Estava disposto a lutar, mas necessitava de mais tropas, armas e munições. Nesse sentido enviou o alferes Francisco Xavier Torres a Oeiras para em nome da tropa cearense, prestar obediência ao Governo e solicitar reforços de guerra, inclusive a presença do Governador das Armas, para verificar as deficiências da defesa. Havia muitas promessas de envio de tropas, mas que não estavam sendo cumpridas.

O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente da Junta, não pode atendê-lo de pronto.

A verdade é que, quando Oeiras aderiu à causa da Independência, não dispunha praticamente de forças militares. Para combater o comandante Fidié, que havia se deslocado para Parnaíba, confiara nas promessas, vindas do Ceará e Bahia. Em Oeiras, num esforço de guerra, conseguira mobilizar apenas 1.200 homens. Eram civis, armados, sem o adestramento necessário. As tropas cearenses prometidas, e que se deslocavam para o Piauí para ser distribuídas na frente de guerra, eram em número inferior ao esperado, e estavam atrasadas na sua chegada.

Na ocasião, o Brigadeiro estava com toda sua atenção voltada para fortificar a margem direita do rio Parnaíba, temendo uma invasão por parte dos maranhenses.

Na realidade o governo do Maranhão dava sinais de que poderia interferir militarmente na vizinha Província do Piauí. É tanto, que logo tomou conhecimento do levante de 19 de outubro em Parnaíba, lançou manifesto conclamando os habitantes a reagirem ao ato, classificando-o de irrefletido e criminoso. Toma parte, também, na contenda, enviando, de imediato o brigue "Infante D. Miguel" para a vila de Parnaíba. Reforçara o potencial militar de Caxias, com soldados, armas e munições. Como uma das importantes vilas do Maranhão, Caxias era um influente entreposto comercial, um ponto estratégico nas vizinhanças do Piauí. Enviara também reforços às vilas de Carnaubeira, Brejo, Itapecuru-Mirim e Pastos Bons.

O governo de Oeiras, diante da concentração de forças do lado esquerdo do rio Parnaíba, entendeu que preparavam a invasão o Piauí. Sua reação foi fortificar os principais pontos de travessia. Sua obsessão, em se defender do Maranhão, chegou ao ponto de esquecer o perigo que representava Fidié.

Como resposta ao seu pedido de reforços para enfrentar Fidié em Campo Maior, o capitão Luis Rodrigues Chaves recebera, apenas, notícias vagas de que estavam vindo do Ceará, alguns destacamentos.

Mesmo abandonado pelos governos do Piauí e Ceará, o valoroso Capitão não se intimidou. Em poucos dias, consegue mobilizar mais de mil homens para a contenda. Foram esses valentes civis, armados apenas de facões, machados, e foices que se juntaram aos 500 soldados cearenses; com bravura, mudariam o curso da História do Piauí e do Maranhão.

Ao regressar em 1º de março rumo a Oeiras, com seu bem-treinado exército de 1.600 soldados, Fidié passa tranquilamente por Piracuruca, cujas forças de resistência haviam abandonado a cidade logo souberam da aproximação.

O valoroso cearense, tenente-coronel João da Costa Alecrim, que estava com sua tropa a guarnecer Estanhado (hoje cidade de União), recebe, na tarde do dia 12 de março, ofício do capitão Luis Rodrigues, solicitando que fosse, com urgência reunir-se à sua força em Campo Maior, para marcharem contra Fidié, o qual já se aproximava da vila. Tendo recebido a adesão do baiano Salvador Cardoso de Oliveira, um negociador de gado do outro lado do rio, que à frente de 80 homens, voluntariamente, vieram atender ao pedido de seu irmão Pedro Francisco Martins para lutar pela Independência, partindo, imediatamente e, numa marcha forçada para vencer a grande distância, já no outro dia pela manhã, encontravam-se no campo da batalha. A valentia e o patriotismo desses dois irmãos, e do tenente Alecrim, ficariam marcados na história piauiense.

Na madrugada do dia 13, véspera do combate, chegam reforços vindos do Ceará, comandados pelo capitão Alexandre Nery Pereira Nereu.

Em Campo Maior, preparou-se para o enfrentamento, ainda que desigual. Civis sem experiência de guerra, na sua maioria vaqueiros, sem armas adequadas, enfrentariam um exército bem-preparado, inclusive com veteranos experientes nos campos da Europa.

Os piauienses, com reforços do Ceará, emboscam-se às margens do riacho Jenipapo, no município de Campo Maior, ponto de passagem no caminho para Oeiras.

Nas margens do Jenipapo, onde Fidié se fortificara, comandando um efetivo de 1.600 homens e 11 peças de artilharia teve início o combate em **13 de março de 1823**. Os piauienses, auxiliados por nacionalistas cearenses, mesmo em superioridade numérica, não estavam preparados militarmente, careciam de armas, munições e artilharia.

A batalha se estenderia das 9 às 14 horas. Na sangrenta refrega que durou 5 horas, comandada por Luiz Rodrigues Chaves participaram dentre outros: capitão João da Costa Alecrim, tenente Simplício José da Silva, capitão Alexandre Nery Pereira Nereu, capitão José Francisco de Miranda Osório, capitão Francisco Inácio da Costa, alferes Salvador Cardoso de Oliveira, Pedro Francisco Martins, José Marques Freire, João Rabelo Cardoso, Raimundo Pereira da Silva, Luís de Sousa Fortes Bustamante Sá e Menezes e muitos outros, incluindo-se entre os listados, além dos militares, o nome do juiz, dos vereadores e de funcionários municipais da Vila.

As tropas rebeldes sofreram um verdadeiro massacre. Calcula-se que 700 homens saíram mortos, feridos ou aprisionados. Houve, então, recuo e debandada das tropas rebeldes, mas a derrocada se converteria em vitória, intimidando os portugueses que não lutavam por um ideal, e que presenciaram cenas de valentia e heroísmo.

Tendo perdido apenas 80 homens nesse enfrentamento, Fidié amargaria, daí para frente, sérios reveses, a começar pela deserção de muitos de seus soldados e sobretudo com a apreensão de parte de sua bagagem-de-guerra, pelos soldados comandados pelo capitão Alexandre Pereira Nereu. Isso o obrigou a desistir de marchar sobre Oeiras.

Como descreve muito bem Abdias Neves (*in A Guerra do Fidié*):

“É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. Os soldados do Capitão Luís Rodrigues Chaves, com os que haviam abandonado o Tenente-Coronel, José Antônio da Cunha Rabelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de 500, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fossem mais numerosos, mais disciplinados e aproximassem, talvez, essas duas mil unidades de combate.

Assim, não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles a falta de armas tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila conduzindo algemado o chefe do exército; à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março.

Véspera, ainda, soubera-se que Fidié pernoitara nas vizinhanças, e ninguém mais descansara. Ninguém repousa nesses momentos. Os covardes enchem-se de receio e a agitação física atraiçoa-lhes o desassossego íntimo. Os fortes vibram diante do perigo e agitam-se na ânsia de ver chegada a refrega. Ninguém repousou. Dividida em grupos, fazia a força planos de valentia. Arvorado em Comandante-Geral, concertava o Capitão Rodrigues Chaves com os outros oficiais o plano da batalha.

Amanhecia quando a tropa, formada em frente à igreja, recebeu ordem de marchar e seguiu para o rio Jenipapo, que, forçosamente, seria vadeado pelos portugueses.

O terreno, ali, é, geralmente, plano: apenas de, longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea, aberta, sem um amparo. Nas margens do rio, entretanto, tufam-se reboleiras de mofumbos e arbustos.

Os brasileiros ocultaram-se no próprio leito do rio, que estava seco em consequência da falta de chuvas. Nem todos, porém: muitos se esconderam nos mofumbais das ribanceiras.

Nas proximidades da margem direita, bifurca-se a estrada em duas. Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem ser percebido. Por qualquer lado, encontraria os separatistas que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo. E assim concertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu as forças em duas alas. Uma, a em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava a artilharia e era comandada por Fidié, em pessoa, seguiu pela estrada da esquerda.

Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses.

Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram.

Ouvindo os tiros, pensaram os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita se estavam batendo com todas as forças portuguesas e abandonaram precipitadamente seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada que fazer, porque a Cavalaria desaparecera.

Deviam persegui-la? Enquanto deliberavam, passou Fidié o Jenipapo com o exército, escolheu lugar, dispôs a Artilharia, distribuiu linhas de caçadores, tomou, enfim, todas as medidas aconselhadas pelas circunstâncias. E ainda se deliberava no campo adverso, quando constou que o inimigo atravessara o rio.

Fidié podia ter marchado contra a vila, de que tomaria conta sem disparar um tiro. Poderia, também, sabedor da presença dos brasileiros na estrada próxima, ter ido desalojá-los. Não o fez. O encontro devia ser decisivo. Não o demorou. E, para mais certo êxito, esperou o ataque, cercado de todas as vantagens de quem, nas suas condições, assume a posição defensiva.

Sabendo-o, ali, porém, foram os brasileiros tomados de surpresa, - surpresa logo substituída pelo velho entusiasmo. Não raciocinaram. Não atenderam à voz do comando. Partiram numa carreira precipitada, só estacando ao defrontar o belicoso e soberbo aparato dos portugueses.

Fidié quis, então, aproveitar-se das suas primeiras vacilações: deu um tiro de pólvora seca e, logo em seguida, alvejou-os com as onze peças.

Desde o início da ação, viram os Capitães Rodrigues Chaves e Alecrim as desigualdades das forças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portugueses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo que fossem fracionados.

Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única possibilidade de triunfo, fez-se a tentativa, conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repetida, ainda, recomeçaram, muitas vezes, sempre com grande perda de vidas.

A fuzilaria e as peças varriam o campo. Que podiam fazer, armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas, contra

a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à boca das peças, com um desamor pela vida, que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo!

E o cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes. O peito arfava-lhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte.

Somente às 2 horas da tarde, contudo - e a batalha tivera princípio, às 9 horas da manhã - começou a retirada, em desordem, sem grande prejuízo, aliás, porque Fidié não mandou perseguir os fugitivos. Nem seus soldados estavam em condições de obedecer a essa ordem, depois de cinco horas de combate ininterrupto, ao sol ardente...

Não se sabe, ao certo, o número dos mortos que tiveram os portugueses, porque Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas e não os enumerou na parte da ação. O Dr. Vieira da Silva, já citado em sua História da Independência da Província do Maranhão, calcula-os em 16, excluídos um capitão, um alferes e um sargento, e limita o número dos feridos em sessenta..

Quanto aos brasileiros, afirma, categoricamente, que deixaram no campo 542 prisioneiros mais de 200 homens, entre mortos e feridos, uma peça de artilharia calibre 3, uma bandeira e 3 caixas de guerra.



Cemitério da Batalha do Jenipapo

Fidié, no entanto, tratou logo de enterrar os seus mortos, acomodar os feridos e abandonar o campo da luta. Urgia que se aproveitasse da fuga dos patriotas para tomar conta da vila. Se a ocupassem de novo, seria preciso desalojá-los e mais difícil seria o triunfo.

A força recebeu, portanto, ordem de marcha e já se punha em movimento, quando vieram participar ao Sargento-mor que fora roubada parte da sua bagagem de guerra.

Com a mesma tinham ido munições, armas, dinheiro e os despojos da vila de S. João da Parnaíba!

Era loucura, agora, tentar marchar contra Oeiras e, a fim de deliberar, seguiu Fidié para Campo Maior e abarracou-se um quilômetro distante da vila, no local que ocupa, hoje, a fazenda Tombador - já então conhecida por esse nome."

Houve quem, distante da batalha, não estando presente aos acontecimentos que antecederam ao embate, viesse a condenar o local do enfrentamento, como foi o caso do juiz de Parnaíba, Dr. João de Deus, que oficia ao governo do Ceará "...por incúria e pouca habilidade seu comandante Luis Rodrigues Chaves, que, conhecendo a força do inimigo maior que a nossa, e mais bem municada e disciplinada, jamais deveria apresentar batalha campal em campo raso, e sim cansar o inimigo com continuadas guerrilhas, para o que tinha bastante gente".

No recuo do campo de batalha, as tropas separatistas desbaratadas se refugiaram provisoriamente na vila de Campo Maior. Daí, uma coluna retrocede para Oeiras. A outra, sob o comando de Alexandre Pereira Nereu, prevendo que a vila seria atacada, se dirige para Marvão, quando a 5 léguas de distância, na fazenda Tapera, se encontra com o capitão Florêncio de Oliveira Magalhães que vinha do Ceará com um auxílio de 300 homens a cavalo, e, unindo-se, voltam a Campo Maior.

Fidié não estava na vila. Percebendo que sua situação se agravava dia-a-dia, e não encontrando apoio em parte alguma, sabendo que a Província em peso estava rebelada, em 15 de março, às 11 horas, muda a rota, marchando para a povoação do Estanhado, na margem direita do Parnaíba, a dezoito léguas de Campo Maior. Aí estacionado, sem receber reforços do Maranhão e sob a ameaça de ataque das forças vizinhas do Poti, Campo Maior e Livramento, resolve, no dia 29 de março, atravessar o rio Parnaíba em direção a Caxias, onde encontraria apoio à causa portuguesa.

No dia 18, o governo do Ceará notificara a Luis Rodrigues Chaves, comandante interino das forças auxiliares do Piauí que, por dever de justiça, não aceitava seu pedido de demissão (motivado pelas críticas que lhe foram feitas), e, ao contrário, estava providenciando mais reforços para enviar ao seu comando.

Quanto à apreensão de parte da bagagem de Fidié, composta de armas, munições, dinheiro e despojos da Vila de São João da Parnaíba, existem várias versões sobre seu destino.

Segundo o escritor Pereira da Costa "Foram autores desse roubo alguns soldados das tropas do capitão Alexandre Pereira Nereu, que

o conduziram para a vila cearense de Sobral e, apreendido pelas autoridades locais, foi posto em hasta pública e arrematado. Em maio deste ano de 1823, abriu José Marques Freire, juiz de fora de Campo Maior, uma devassa sobre o fato, e o presidente da junta do Poti, tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins, em ofício de 4 de junho, datado de Pindoba (localidade a 36 Km de Caxias) estranhou esse procedimento, entendendo que, se houve crime, fora por não ter sido roubada toda a bagagem."

A CAPITAL SOB O DOMÍNIO DO MEDO

Oeiras veio a tomar conhecimento do desastre do Jenipapo somente no dia 19 de março, através de um lacônico ofício do comandante de Santo Antônio, tenente-coronel Manuel de Araújo Costa, comunicando a derrota no dia 13: que as tropas debandadas estavam reunidas numa fazenda a 10 léguas de Campo Maior e que lhe enviassem auxílio.

As notícias que se espalhavam entre os moradores da cidade eram angustiantes: que o massacre fora geral, ninguém escapara com vida, que era tanta a crueldade dos portugueses; que os cadáveres ficaram insepultos. Os boatos davam conta de que Fidié vinha marchando célere para a Capital e que a população seria passada pelas armas.

Ainda não tinham conhecimento do rumo tomado por Fidié.

Com os cofres em baixa, sem condições de recrutar e preparar combatentes nessa emergência, resolve o Brigadeiro apelar para o comandante do Crato, Leandro Bezerra Monteiro, pedindo socorro com urgência, encarecendo o envio de armas e munições, para evitar que fosse sufocado o movimento de independência no Piauí.

O Fidié, diz a Junta, "largou de todo a vila da Parnaíba de onde saiu com mil e oitocentos homens bem armados de granadeiras, passando livremente em Piracuruca, que poucos dias antes tinha sido abandonada pelo Capitão José Francisco de Sousa com gravíssimo prejuízo desta Província e total embaraço da santa causa.

"Aquele dito Major Fidié pretende vir para esta cidade e há toda a probabilidade que ao mesmo tempo em que ele saia de Campo maior seja invadida esta Província por Caxias e Pastos Bons".

"As nossas tropas que se debandaram estão outra vez se reunindo distante para cá de Campo Maior dez léguas e receamos muito que Fidié pondo-se em seguimento delas não as derrote".

Segundo Abdias Neves, dentre outras medidas tomadas, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, escondeu do público, que mandara *“encaixotar o dinheiro dos cofres públicos e preparar-se para fugir rumo ao Crato, ao primeiro grito de alarma..”*

A população continuava nervosa, sem saber detalhe dos acontecimentos da guerra.

Dia 21 de março, o Brigadeiro recebe notícias enviadas de Lajes (hoje Monsenhor Gil) pelo coronel João de Araújo Chaves, relatando o desastre da batalha e que o Comandante das Armas Joaquim de Sousa Martins, seu irmão, estava na fazenda São Pedro (na época município de Campo Maior, hoje, José de Freitas), onde se reunira aos debandados do Jenipapo.

Retroagindo aos fatos, observa-se que o comandante das Armas Joaquim de Sousa Martins, sem notícias da frente da guerra, ao partir no dia 17 para apoiar Campo Maior, não prestaria nenhuma contribuição ao combate. A batalha acontecera no dia 13, quatro dias antes de sua partida. Ele só veio a tomar conhecimento da batalha quando chegou ao Estreito (Luzilândia) e prosseguindo para a fazenda São Pedro, no dia 20, à tarde, encontraria com a tropa que debandara de Jenipapo. Aquartelados, aí estavam o coronel João de Araújo Chaves, os capitães Luís Rodrigues Chaves e João da Costa Alecrim, e o alferes Salvador Cardoso de Oliveira.

Ficou decido que recuariam até Oeiras, mas que, antes, iriam procurar encontrar o valente irmão de Salvador que se extraviara do grupo quando da refrega do dia 13.

A permanência do comandante das Armas no encontro foi de poucas horas. Não ficou para esperar o resultado das buscas. Na descrição de Abdias Neves *“Sousa Martins não tinha motivo tão relevante para ficar e, não querendo expor-se aos riscos da permanência, ali, descansara, apenas algumas horas, levantara o acampamento de suas tropas e marchara para Oeiras, aonde chegou pela madrugada do dia 22”*.

Parece que, sob o aguilhão feroz do terror, não repousou nenhum instante. O medo emprestava-lhe forças desconhecidas. Os receios mantiveram-lhe o esforço necessário para essa fuga de mais de 40 léguas, percorridas em 30 horas. (!)

“De seus soldados, apenas um número insignificante, pode segui-lo na carreira desenfreada de fazenda em fazenda, todo coberto de pó,

afrontando cavalos, ardendo em febre, na ânsia de devorar, de uma vez, o espaço daquela fuga vertiginosa...”

O comandante das Armas, já em Oeiras, ainda acreditando que Fidié marcharia sobre a cidade, procura reforçar as defesas.

Nesse meio tempo, as notícias na Fazenda São Pedro eram mais alvissareiras. Fora localizado por Salvador Cardoso, na Capela dos Humildes (hoje cidade de Alto Longá), seu irmão Pedro Martins que, na ocasião, chefiava um grupo de desgarrados combatentes, tendo entre eles alguns feridos. Recebe do irmão a notícia do roubo de parte da bagagem de Fidié e que este se aquartelara na fazenda Tombador, nas vizinhanças de Campo Maior.

No dia 25 chegam a Oeiras o coronel João de Araújo Chaves, Alecrim, Salvador, Luís Rodrigues Chaves e Pedro Martins. Nessa mesma data chegam notícias de que o comandante Português mudara de rota e se dirigia para Estanhado, rumo ao Marnhão.

Sem a ameaça do embate na Capital, recobram-se os ânimos, e novas medidas de guerra são tomadas para perseguição do inimigo em território maranhense.

Descentralizam-se as decisões, criando a Junta Militar da Barra do Poti, que seria chefiada pelo tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins, composta de experientes militares, e que teria autonomia para tomar decisões no campo de batalha, sem ouvir o poder central em Oeiras.

“O Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins comandará em chefe todas as forças estacionadas da passagem de Santo Antônio para baixo e as que para ali se houver de mandar; reunidas as tropas que aqui estão a marchar se formarão de todas as forças três divisões: a 1.^a comandará o Capitão Luís Rodrigues Chaves, a 2.^a, o Capitão João da Costa Alecrim; e a 3.^a, o Capitão Francisco Manuel de Araújo Costa.

O Sargento-mor Francisco Inácio da Costa servirá de Major-de-Brigada, cujo emprego é distribuir o santo e a ordem, fazer sair as patrulhas e tudo o mais que é inerente a um tal emprego...”

“Essa Comissão dará todas as providências necessárias a bem da defesa desta Província e terá jurisdição sobre todas as forças que se reunirem em Campo maior...”

O CERCO A CAXIAS

MATÕES E BREJO SOB O COMANDO DOS PATRIOTAS

No dia 26 de abril, já instalada na barra do Poti, um dos primeiros atos da Junta Militar foi a promoção do tenente Simplicio José da Silva à Comandante Geral de Campo Maior, substituindo seu lugar na defesa do porto de Estanhado, o capitão Antônio José Henriques.

Num balanço efetuado pela Junta, constatou-se que o número total de efetivos, incluindo as corporações de Campo Maior, Estanhado e Poti, não ultrapassava 800 praças; era preciso mais reforços para enfrentar Fidié, além da urgente regularização do pagamento da soldadesca, para evitar deserções.

Do outro lado do rio, patrulhas avançadas se chocavam com as tropas de Fidié, de onde traziam notícias de que o inimigo estava bem fortificado. Fazia-se urgente o reforço de tropas, o que poderia ser prestado por outras Províncias.

Achando-se fortalecido, Fidié parte para liquidar a autonomia de São José dos Matões, que havia proclamado a Independência antes de seu recuo para o Maranhão.

Ao tomar conhecimento do ataque, o comandante da Guarnição de Matões, tenente Roberto José de Moura, solicita o apoio da Junta Militar do Poti. De imediato, o coronel Raimundo de Sousa Martins autoriza ao capitão João da Costa Alecrim que à frente de 400 homens, desloque-se urgentemente para Matões. Autoriza também ao sargento-mor Francisco Xavier Torres que com 150 soldados ocupassem o lugar Buruti Cortado e dali atacassem a retaguarda das tropas inimigas que se deslocavam de Caxias.

As tropas de Fidié, tomando notícia de que as forças piauienses haviam atravessado o rio em dois pontos, estacionam a duas léguas e meia de Matões, e ficam aguardando mais reforços que viriam de Caxias.

Impetuoso, o tenente Roberto José de Moura não espera a chegada dos piauienses e resolve atacar o inimigo que estava bem entrincheirado numa casa de fazenda. Logo, nos primeiros ataques percebeu a desvantagem que levava. O inimigo abatia com o fogo das armas aqueles que se aventurassem a sair da proteção das árvores para

atacá-los abertamente. O tempo urgia por um desfecho imediato. Os reforços de Caxias poderiam chegar a qualquer momento, complicando mais ainda a situação. Foi quando o próprio tenente Roberto, num gesto de audácia, infiltra-se sorrateiramente e toca fogo na trincheira que era coberta de palha. Quando as chamas se alastraram, os soldados, em fuga desordenada, são em grande parte abatidos. O massacre se tornou maior ainda, com a chegada das tropas do capitão Alecrim.

O capitão Francisco Xavier, mesmo não tendo chegado a tempo de barrar totalmente a retaguarda do inimigo, ainda deixou mais de 45 inimigos mortos no campo da luta.

Para reforçar a defesa de Matões ficaram aí estacionadas as tropas piauienses do capitão Alecrim, formando um posto avançado, pronto para marchar sobre Caxias, dispondo agora de um contingente de 650 homens.

Prevendo que, mais cedo ou mais tarde, dar-se-ia o embate final, Fidié tratou logo de fortificar o Morro das Tabocas, em Caxias.

Ao mesmo tempo em que a Junta do Poti enviava esforços para Matões, os independentes sofreriam sério revés no porto de Repartição, na margem esquerda do rio Parnaíba, lado do Maranhão, nas proximidades de Brejo.

O alferes Pedro Paulo de Moraes Rego, comandando um destacamento piauiense, no dia 25 de abril, faz uma investida sobre o porto Repartição, apreende armas, munições e grande estoque de mantimentos, mas, ao embarcar para o lado do Piauí, foi surpreendido por tropas maranhenses que, provenientes da Vila de São Bernardo do Brejo de Anapurus, reconquistaram o botim e fizeram várias mortes. Tomando conhecimento do ocorrido, a Junta do Poti autoriza ao alferes Salvador de Oliveira que se reforce com soldados, armas e munições, e, na companhia de Pedro Paulo Moraes Rego, volte aquele porto para dali atacar Brejo, que estava sob o comando de Severino Alves de Carvalho.

Salvador, tomando conhecimento de que a estratégia da defesa inimiga colocara um destacamento avançado para patrulhar determinada área, fez uma escaramuça, atraindo o grosso das tropas do comandante Severino. Desguarnecida a vila foi totalmente cercada com a chegada das tropas de Moraes Rego, e, numa situação insustentável, recebe ultimato e se rende.

A JUNTA MILITAR REFORÇA O CERCO A CAXIAS

As tropas piauienses, que ficaram sob o comando do capitão João da Costa Alecrim, sediadas em São José dos Matões, não ficaram inativas. Patrulhas percorriam as vizinhanças à cata do inimigo. Nas escaramuças chegaram a 7 léguas de Caxias. O objetivo maior era impedir a passagem de víveres para as tropas de Fidié.

Em 2 de maio, recebe Alecrim ofício da Junta Militar do Poti, comunicando que estava enviando uma tropa chefiada pelo sargento-mor Francisco Xavier Torres, para que ambos, em sintonia e sem precipitação, dirigissem o ataque a Pindoba, onde o inimigo estava estacionado.

O capitão Alecrim, um bravo indisciplinado, sem ordens do comandante das Armas Raimundo de Sousa Martins, avança e ocupa Buriti Cortado. Diante dessa precipitação, o comando da Junta ordena que o sargento, Xavier Torres prossiga até Buriti do Meio, para lhe dar apoio. No dia 5, nova notícia dava conta de que Alecrim avançara mais e ocupara a fazenda Sucuriú, perigosamente perto do inimigo. Diante desses acontecimentos, a Comissão envia mais reforços para Xavier Torres, solicitando não perder contato com Alecrim. Também escreve ao capitão Alecrim:

"Nos deixa bastantemente cuidadosos a marcha que V. S. fez para o Sucuriú porque não tendo sido das nossas intenções quando o mandamos passar além do rio para socorrer a tropa que estava no lugar São José, era do nosso agrado que V. S. antes que pusesse a sua tropa de marcha para o lugar perto de Caxias 11 léguas nos tivesse consultado. Porém, a marcha está feita e só resta que não passe adiante de Sucuriú e nem vá atacar Caxias sem nossa ordem. Enfim não foi do nosso agrado o acordo que tomara de passar adiante com tão pouca gente. E agora resta que V. S. tenha muito cuidado com o inimigo para que ele não o ponha em cerco e lhe faça o mesmo que fez o Tenente Roberto ao inimigo no dia 29. Fidié tem gente bastante, bem disciplinada e bem municada e portanto cautela e haja muita prudência; aliás tudo vai perdido.

"O Sargento-Mor Graduado Francisco Xavier Torres está no Olho d'Água com 200 soldados para o ajudar fazendo ataque ao inimigo pela retaguarda. Deve V. S. ter muito cuidado a ver se o inimigo se encaminha a atacar o Sargento-Mor; e sendo assim lhe deve dar todo o socorro.

"...Nós ainda não temos por verdadeiras muitas notícias que nos dão de Caxias, pela variedade delas. Uns dizem que Fidié não tem

soldados e outros dizem que tem, o que a julgamos acertado. Porque se ele não tivesse gente bastante, já se tinha retirado, assim como se retirou do Estanhado"

Já haviam caído Manga, Pastos Bons, Repartição e São Bernardo do Brejo de Anapurus.

O Comando Militar da Junta do Poti decidiu que já era chegada a hora de transpor o rio e passar a comandar, do próprio território maranhense, o desfecho da guerra.

Enquanto isso, o irrequieto Alecrim, desobedecendo às ordens, avança mais ainda. Recebe novas admoestações do Comandante que já estava com a paciência esgotada.

O Comando Militar delibera sobre a competência das tropas que se deslocarão para o Maranhão:

"Em Sessão de 8 do corrente se deliberou o seguinte: que os Ilmos. Srs. Sargento Mor Luís Rodrigues Chaves e Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa passassem além do rio Parnaíba, e da tropa que se acha no termo de Caxias seja dividida em 3 partes iguais, uma das quais comandará o Ilmo. Sr. Sargento Mor Luís Rodrigues Chaves, outra o Capitão João da Costa Alecrim e a 3ª o Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, e se postará em lugares que fortifiquem as estradas que seguem de Caxias para a passagem de Santo Antônio e aquela que de Caxias segue para este lugar Barra do Poti, sem que por essa razão possam chegar ao lugar em que ambas as estradas se unem e nem chegar perto da Vila de Caxias 4 léguas, e assim mesmo que serão obrigados a seguirem as instruções de deliberar dessa Junta."

Com toda predominância sobre o território, a 3 de junho, o sargento-mor Luis Rodrigues Chaves e o capitão Araújo Costa comunicam a ocupação de Codó, nas proximidades de Caxias. Ali ficariam 500 praças, aguardando novas instruções.

Mesmo distinguido com o novo posto, o capitão Alecrim mostra insubordinação, não querendo obedecer ao Comando da Barra do Poti.

Também o cearense cel. João de Araújo Chaves e o capitão José do Vale, este sob seu comando, desafiam a Comissão com procedimentos irregulares e insubordinados, chegando mesmo a propor ao sargento-mor Luis Rodrigues Chaves e a outros oficiais que atacassem Caxias, desobedecendo a ordens da Barra do Poti. Do lado do Maranhão, estes insubordinados permitem que suas tropas fizessem tropelias, inclusive

espancando cruelmente os portugueses. A Junta se convence de que não pode contar com a obediência desses militares.

No dia 4 de junho, a Junta da Comissão Militar do Poti, sob o comando do ten.cel. Raimundo de Sousa Martins, passa a despachar do Quartel de Pindoba, assumindo o comando no teatro da guerra.

Alecrim volta a criar problemas, quando num desentendimento com um sargento do regimento, numa atitude irracional, chega ameaçar a atacar a Divisão de seu colega Luis Rodrigues Alves. Demitido do Comando da 2ª Divisão, vai responder as acusações em Oeiras.

A QUEDA DE CARNAUBEIRA

Carnaubeira era uma fortificação, em território maranhense, situada na embocadura do igarapé Jacarandá, nas imediações de Mantible, defendida por 300 homens, fortemente armados, contando com peças de grosso calibre, distribuídas em várias trincheiras.

Por sua proximidade, a vila de Parnaíba, que se encontrava bastante desguarnecida desde o saque de Fidié, tornara-se um ponto vulnerável, ocorrendo seguidas incursões dos maranhenses, que roubavam animais, levavam pânico à população rural, podendo aquela praça de guerra servir mesmo de ponto de apoio para uma invasão da Vila.

No dia 30 de abril regressa a Parnaíba, o ten.cel. Simplício Dias da Silva e outros que haviam se refugiado no Ceará, tendo permanecido por mais tempo, apenas o Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva.

A Junta de Oeiras credencia ao coronel Simplicio para assumir o comando geral de todas as forças em Parnaíba, ficando o comandante local, ten.cel. José Narciso Xavier Torres, sob suas ordens.

Temendo que Carnaubeira receba reforços, o cel. Simplicio Dias, num ato de coragem, resolve partir para o ataque, acompanhado do ten.cel. José Narciso e do sargento-mor Bernardo Antônio Saraiva que viera com reforço de Piracuruca. Uma temeridade tida por muitos, porque estavam em desvantagem contra a poderosa superioridade do inimigo. O acaso foi favorável. A soldadesca, que estava descontente com seus oficiais - muitos já simpatizantes da independência - não reagira ao ataque que viria acontecer na manhã de 4 de junho. Com a fuga dos oficiais, o ponto fortificado foi tomado sem nenhum tiro. Animados pelo sucesso avançam sobre Tutóia, conquistando-as.

Em outras frentes da Guerra fecha-se mais ainda o cerco sobre Caxias. Itapecuru-Mirim capitula sob o ataque do alferes Salvador Cardoso de Oliveira.

Chegam reforços pernambucanos vindos de Pajeú das Flores, comandados pelo capitão-mor João Nunes Magalhães e reforços baianos de Pilão Arcado, comandado por pelo capitão José Manoel de Oliveira.

A 19 de junho, o cerco estava completo a pouca distância de Caxias, com o inimigo totalmente encurralado.

A RENDIÇÃO

O governo cearense, sob o domínio dos patriotas, atendendo ao pedido de reforço dos piauienses para auxiliar na luta da Independência, resolve enviar seu próprio comandante das Armas, José Pereira Filgueiras, e o Vogal do Governo Tristão Gonçalves, numa expedição que partiu de Fortaleza em 29 de março de 1823, seguindo um percurso pelo interior daquela Província, chegando a Oeiras a 15 de junho, com a presença de mais de 2.000 homens e 3 peças de campanha.

Por ato do Imperador, no dia de 16 de abril de 1823, Filgueiras fora nomeado Chefe das Forças Independente do Piauí e Maranhão.

Aqui chegando os cearenses, num ano de seca, com os cofres da Província em baixa, muita gente passando fome, e dificuldades para alimentar tamanho contingente militar, ainda foram os piauienses obrigados a desembolsar 26:000\$000 de réis para o custeio dessa tropa.

Para compor a Delegação de Governo sob o comando de Filgueiras, fora nomeado o brigadeiro Manuel de Sousa Martins e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins.

Observa-se que pela longa e morosa travessia pelo interior do Ceará, demandando quase três meses, Filgueiras só chegaria ao palco da guerra para assistir à rendição de Fidié, a essa altura dos acontecimentos, totalmente sitiado.

Somente a 4 de julho saíram os cearenses rumo a Caxias, onde o piauiense ten.cel. Raimundo de Sousa Martins estava como comandante chefe. O Brigadeiro e seu irmão Joaquim de Sousa Martins demorariam mais alguns dias em Oeiras, seguindo posteriormente.

No cerco a Caxias, os combatentes mantinham as tropas de Fidié em permanente defensiva, cortando-lhe todo e qualquer abastecimento. Segundo alguns soldados que desertaram, a fome campeava não só entre os civis, mas também no comando de Fidié.

O ten.cel. Sousa Martins dirige então um ofício á Câmara de Caxias conclamando a deporem as armas, conforme relata o escritor Mons. Chaves.

".. somente duas Províncias do vastíssimo Império brasileiro ainda não haviam sacudido o jugo das Cortes de Portugal: Pará e Maranhão. Quando o Piauí, seguindo os passos de D. Pedro I, triunfou da inveja dos portugueses que escravizavam e fez a sua adesão com a cooperação dos cearenses que o ajudaram a sacudir Fidié para fora do seu território, o bárbaro opressor, que semeou a intriga, a discórdia, a desavença e a luta entre os piauienses, passou-se para Caxias, onde atualmente fazia a mesma coisa entre os maranhenses. A convite destes, os piauienses e cearenses estavam diante de Caxias para expulsarem o opressor. Caxias estava cercada, estritamente bloqueada, sem comunicação comercial com parte alguma. Não era nossa intenção assolar e devastar o Maranhão e sim resgatá-lo e salvá-lo do Sistema Constitucional europeu. Não viéramos roubar a quem quer que seja o seu direito pessoal e muito menos obrigar os lusitanos a admitirem, pela força das armas, o sistema que abraçáramos. Quem não quisesse ficar conosco podia se retirar livremente para Portugal. Os que aderissem à causa do Brasil, mesmo sendo portugueses. seriam recebidos pelos brasileiros como irmãos. Para se salvarem, os habitantes de Caxias deviam abandonar a cizânia de Fidié, rasgar a venda que traziam nos olhos, abater as armas e procurar nossas bandeiras. O Comando independente, por motivo de humanidade, propunha àquela Câmara que fizesse retirar para fora da Vila todas as famílias, crianças e inválidos para que não perecessem de fome. Seriam asseguradas a eles todas as garantias. O Comando aguardaria uma resposta da Câmara."

A resposta esperada não veio. Com a chegada de Filgueiras no dia 21 de julho, cessou o comando do tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins, mas, militarmente, tudo já tinha sido feito, faltando apenas o desfecho da rendição.

Filgueiras, como primeiro ato, dirige um ultimato a Fidié, mostrando a inconseqüência da resistência, quando todas as povoações e vilas vizinhas já se renderam, e não seriam umas poucas peças de guerra,

montadas no Morro das Tabocas, que deteriam a superioridade das forças independentes.

Fidié, um obstinado ainda queria resistir, mas a Câmara de Caxias, diante da realidade, temendo um massacre que já tomava relevo, resolve capitular. Sem apoio, Fidié renuncia ao comando, passando-o ao tenente-coronel Luis Manoel de Mesquita que era partidário de uma rendição honrosa.

Depois de ultimato, propostas e contrapropostas, a capitulação foi assinada no dia 31 de julho.

No dia 1º de agosto, o valente e controverso tenente-coronel João da Costa Alecrim, subiu o Morro das Tabocas e ocupou aquela praça de guerra, e que hoje, em sua homenagem, chama-se Morro do Alecrim.

No dia 7 de agosto de 1823, Caxias proclama oficialmente a Independência e aclamação a D. Pedro I.

APÓS A RENDIÇÃO

O preço de uma guerra é cruel. Além de todas as vicissitudes, saques, mortes, privações, Caxias uma cidade destruída, ainda viria a pagar pesados tributos, a título de pagamento do soldo das praças independentes, participantes da campanha. Na descrição de Mons. Chaves:

"Feitas todas as requisições e extorsões possíveis e imagináveis, aquela coleta subiu a 204:182\$799 réis. Desta importância tiraram-se 44:260\$350 réis para o pagamento de 1.842 praças piauienses; 20:000\$000 de réis para as 1.200 praças maranhenses; 25:000\$000 réis para as quinhentas e tantas praças pernambucanas. O Ceará com pouco mais de 2.000 praças ficou com 113:000\$000 de réis. Mesmo com a parte do leão, não se deram por satisfeitos os cearenses; cobraram forragem, cavalgadas, pão e etapas, quando estes artigos lhes tinham sido subministrados pelos habitantes tanto do Piauí como do Maranhão. Lembrem-se de que, sem nada fazerem para nós, eles já haviam recebido, em Oeiras, 26:000\$000 de réis, na sua passagem para Caxias."

Quem mais se excedeu em crimes de violência e roubo foi a tropa de Pernambuco do comando do Capitão-Mor Pedro Nunes de Magalhães."

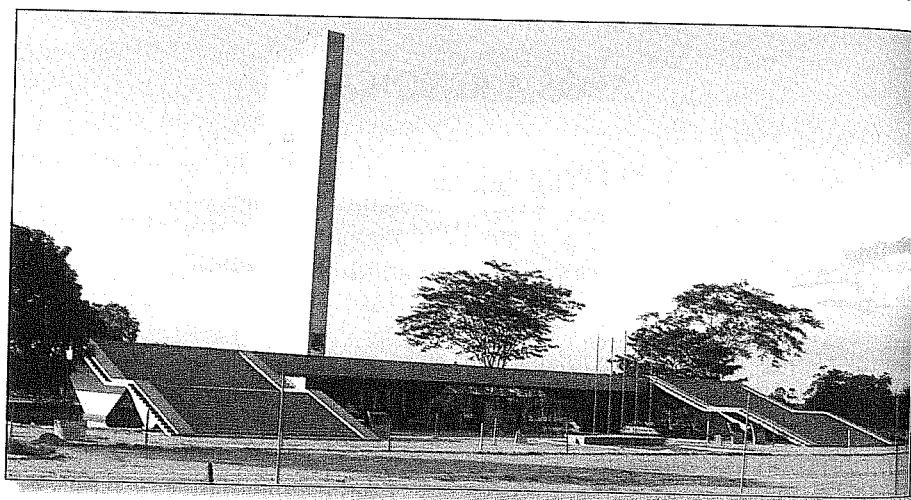
No dia 5 de novembro chegam os prisioneiros a Oeiras, ficando Fidié recolhido ao quartel do Corpo da 1ª Linha. Houve desentendimento

quando a guarda desse importante troféu de guerra. O Comando cearense querendo levá-lo para Fortaleza e o brigadeiro Manuel de Sousa Martins advogando sua permanência em Oeiras. As coisas só se resolveram quando, após chantagem, os cearenses ameaçaram, inclusive intervenção armada, resolvem barganhar, exigindo 3:000\$000 reis pela desistência, sacrificando ainda mais os cofres da província, já exaurida pela guerra.

Como destino final, Fidié seria levado para o Rio de Janeiro e, de lá, deportado para Lisboa.

Na passagem das tropas cearenses rumo a Ibiapaba, muitos atos de vandalismo foram cometidos pela soldadesca indisciplinada que não obedecia a seus superiores, saqueando fazendas, roubando os últimos cavalos, principalmente nos municípios de Campo Maior e Valença.

O PIAUÍ acabara de escrever sua página na história da Independência do Brasil. Urgia, daí em diante, promover a restauração da PROVÍNCIA.



Monumento à Batalha do Jenipapo (Construído no governo Alberto Silva)

19 DE OUTUBRO – O DIA DO PIAUÍ

O Piauí escolheu o dia 19 de Outubro para oficializar sua emancipação política. Normalmente os estados escolhem datas que ficaram marcadas pelo movimento popular na participação de lutas pela liberdade humana e que merecem ser registradas para posteridade.

Essa data foi instituída por iniciativa do então deputado estadual José Auto de Abreu, através da Lei Estadual nº 176, sancionada em 30 de agosto de 1937, com a seguinte redação:

Art. 1º - 19 de outubro será feriado estadual, com a denominação de O DIA DO PIAUÍ

Art. 2º - Nesta data, anualmente, serão promovidas comemorações cívicas nos estabelecimentos de ensino e centros culturais do Estado, com a colaboração do Governo.

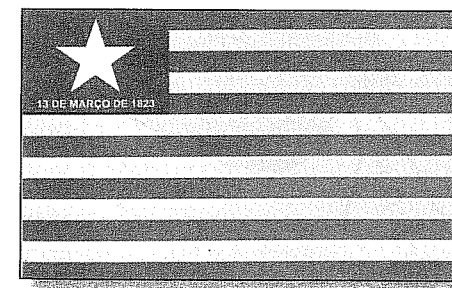
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

A data comemorada oficialmente, é uma homenagem ao primeiro grito de Independência lançado na cidade de Parnaíba em **19 de outubro 1822**, que culminaria com a adesão de toda a Província. Uma data do maior significado, porque faz uma justa homenagem àqueles que, imediatamente à proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, tiveram a coragem de manifestar-se a favor, desprezando as conseqüências que poderiam advir. Foi graças a essa primeira manifestação de rebeldia, que o processo de separação de Portugal tomara corpo no Piauí, culminando com a guerra do Jenipapo, e a expulsão do português major Fidié, Comandante das Armas, na Província.

Outra data da maior importância é **24 de janeiro de 1823**, quando a cidade de Oeiras se insurge aderindo ao movimento separatista. Com grandes comemorações cívicas na cidade, a população relembra o fato histórico. Afrontando as tropas de Fidié que haviam deixado a antiga Capital para combater Parnaíba, proclama-se a Independência, elege-se uma Junta provisória de Governo e nomeia-se um novo Comandante das Armas. A partir desta data, todo o comando da guerra seria exercido por Oeiras.

Recentemente, em dezembro de 2005, o Deputado Homero Castelo Branco apresentou um Projeto de Lei propondo inserir na bandeira do Piauí a data de **13 de março**, logo abaixo da estrela branca, estampada no fundo azul, no canto superior direito. Uma homenagem ao dia da guerra do Jenipapo, ocorrida no ano de 1823. Mesmo com o veto do Governador, a Lei nº 5.507, de 17 de novembro foi aprovada pela Assembléia Legislativa.

Realmente três grandes datas significativas no panteão cívico piauiense, e que, igualmente, poderiam ser lembradas como O DIA DO PIAUÍ.





A administração da província depois da Independência

Após a guerra, viria a Província a passar por imensas dificuldades. A pecuária, principal suporte econômico, foi a mais atingida. Além da requisição dos rebanhos pelas forças Libertadoras, a desordem possibilitou a pilhagem por grupos oportunistas e ladrões de toda espécie. O abandono do campo no período da luta agravava a situação, somando-se a isso a seca dominante na época. Houve escassez de alimentos.

Sob a presidência do brigadeiro Manuel de Sousa Martins que, no dia 24 de janeiro de 1823, assumira a presidência da Junta Provisória, proclamando a Independência em Oeiras, e que viria expulsar as tropas portuguesas no desfecho final da Batalha do Jenipapo, o Piauí não recebera nenhuma ajuda da Coroa.

Ao contrário, as tropas que vieram das Províncias vizinhas para ajudar na guerra, foram todas financiadas pelo erário piauiense durante todo o período em que aqui permaneceram. O comando militar do Ceará cobraria alto preço para o deslocamento e manutenção das tropas.

A situação era seriíssima. Escrevendo ao Coronel Simplício Dias, em Parnaíba, assim desabafa o Brigadeiro:

“V. S. não pode ajuizar, ao longe, que calamidade, que destroços e irreparáveis males têm por aqui causado as tropas que se retiram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas; o cavalar, este foi conduzido quase

todo. Desgraçada fica a nossa Província. Uma só providência enérgica não vimos da parte de seus chefes, ou, aliás, não são respeitados.

“O clamor dos povos toca sensivelmente nossos corações. Eles queixam-se do seu Governo por falta de providências para a segurança de seus bens; os auxiliares taxam-nos de ingratos quando só lhes apresento a desolação da Província, e, assim, não é possível saber como possamos satisfazer os nossos deveres.

“Roubaram-nos grande parte do nosso armamento e ainda tem a Província de pagar avultada soma de despesas feitas com diferentes expedições de tropas que mandaram, algumas delas inúteis, e a conta que acaba de se nos apresentar é de 19:356\$068 réis, afora as que ficaram de remeter.

“As tropas que vieram com o Sr. Filgueiras receberam 26:000\$000 réis e diz Tristão que ainda se lhes deve 3:000\$000 réis; finalmente não haverá no Piauí com que se pague a despesa feita pelo Ceará. Os seus soldos em Caxias montaram a cem contos de réis e diz que ainda com mais 30:000\$000 réis não se lhes pagava.

O cofre de Oeiras tinha no dia 10 de dezembro 1\$920 réis”.

Se já não bastassem todas essas despesas, até o Lorde Cockrane, 1º Almirante da Esquadra Brasileira na Guerra da Independência, que militarmente governava as províncias do norte desde o Ceará ao Pará, desavindo-se com o Maranhão, e querendo partir para a Inglaterra, cotizou os habitantes mais ricos, inclusive Sousa Martins, querendo dinheiro. A resposta ao eminente pirata foi dura e dizem: caiu ao gosto de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I: *“O Piauí, tendo feito a sua custa própria a sua Independência, o que tinha sobremodo onerado os seus habitantes, não estava obrigado a pagar serviços que não lhe tinham sido prestados”.*

Mesmo tendo o Imperador nomeado Simplício Dias da Silva para o governo da Província, e que não chegou a assumir o cargo por motivo particular, apesar de melindrado, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins permaneceria à frente da administração até 1828, governando, portanto, por seis anos ininterruptos, comandando os primeiros passos da Província, sob o regime Imperial.

Governaria ainda por um pequeno período de (1828 a 1829) e por mais 13 anos ininterruptos de (1831 a 1843), totalizando mais de vinte anos de administração.

Terminada a guerra, restabelecida a ordem, ocorreria a desmobilização de todas as tropas. Com a volta do homem ao campo e a chegada do inverno, tudo começa a melhorar.

Como presidente, Manuel de Souza Martins não fez somente a guerra. Voltou-se para diversos assuntos de natureza administrativa. Lutou pelos interesses do Piauí, defendendo de maneira enérgica as fronteiras do litoral, exigindo, a princípio, sem sucesso, a incorporação de Tutóia e, posteriormente, a faixa litorânea que vai da barra do Igarauçu à barra da Timonha. Numa linguagem direta, incisiva, sem artifícios, como era do seu estilo, reclamou junto ao Imperador:

“A perda deste legítimo terreno no Piauí muito tem concorrido para a diminuição de seus réditos e de população da Vila da Parnaíba e, portanto, de nenhum modo devo deixar de pedir a V. Majestade Imperial a reivindicação do sobredito terreno, que o Ceará há usurpado ao Piauí, o qual é (contando pela costa, desde a Barra do Igarauçu à Barra da Timonha, na tromba da Serra da Ibiapaba), que forma a linha de divisão destas duas Províncias, pelo centro. Quem pensaria que o Ceará, não contente de ser o flagelo desta Província, pela profusão de sua gente que derrama sobre ela, que inquietam os seus habitantes pelos roubos, assassinios e todas as qualidades de maldades com que se nutrem, por serem vagantes e ociosos, também queira tirar ao Piauí o terreno que lhe pertence!”. (Anexo nº 12 - Questionamento sobre o litoral piauiense).

Ao estourar a Guerra Cisplatina, em luta contra o Brasil, a Argentina arma corsários que, inclusive, estiveram em águas piauienses. Sousa Martins, sempre vigilante quanto à inviolabilidade das fronteiras da Província, adota providências para reforçar a defesa da barra de Tutóia. Do Piauí saíram 500 soldados para a luta.

O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, mais uma vez colocar-se-ia fielmente ao lado de sua Majestade, quando irrompe a Confederação do Equador, em Pernambuco. Com a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte por parte de D. Pedro I, houve o levante repercutindo em terras piauienses. Sob a inspiração de João Cândido de Deus e Silva, em 25 de agosto de 1824, a Câmara de Parnaíba adere ao movimento, apoiada pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Sales, José Meireles e João Cardoso Batista.

Apoiavam também a “república pernambucana” Leonardo Castelo Branco, Miranda Osório, Padre Francisco Barros, os comandantes de

tropa Domingos da Silva Henriques, Agenor Saraiva, do capitão João da Costa Amorim, muitos deles, seus amigos, veteranos das lutas do ano anterior, contra Fidié,

Sousa Martins faz proclamação à Província exortando sobre a obediência ao Imperador, aconselhando as pessoas a desistirem das atitudes assumidas.

Consultado o Rio de Janeiro, fora autorizado a efetuar a prisão dos culpados, que se entregaram, evitando derramamento de sangue. Os prisioneiros seriam levados a Oeiras e, depois de certo tempo, liberados.

Em 16 de agosto de 1825 foi instalado o Conselho de Governo da Província, que estenderia suas atividades até 1835, quando se daria a instalação da Assembléia Provincial. Em sua primeira composição, o Conselho teve como Presidente, Manoel de Sousa Martins, como Vice, Pe. Marcos de Araújo Costa e, como conselheiros, Inácio de Araújo Costa e outros

Em seu governo, em 1826, foi feito o recenseamento, computando a população do Piauí em 94. 948 habitantes.

Fizeram-se eleições, onde elegeram para Senador, o barão de Monte Santo e para Deputado Geral, Pe. Pedro Pereira Pinto do Lago.

Na sucessão administrativa que se seguiu, em 9 de dezembro de 1828, Manoel de Souza Martins passa o cargo a Inácio Francisco de Araújo Costa, que governaria poucos dias, assumindo em 15 de fevereiro de 1829, João José Guimarães e Silva, este nascido em Minas Gerais

Dois anos depois, com a morte de João José de Guimarães e Silva em 17 de fevereiro de 1831, o Brigadeiro na qualidade de vice-presidente assume novamente o comando da Província.

Seu novo governo se estenderia até 30 de dezembro de 1843.

ÚLTIMO PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO DE SOUSA MARTINS

(17.02.1831 / 30.12.43)

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil esteve sob um "governo regencial" até completar a maioria de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840.

Nesse período, a Província viveria dias de prosperidade. Criaram-se as vilas de Amarante, São Gonçalo, Poti, Piracuruca, Jaicós e Crateús, elevando-se para 12 o número de vilas.

O novo recenseamento, efetuado em 1831, constatou uma população de 118.059 habitantes, estando assim distribuídos: Oeiras (22.657), Jaicós (5.549), Castelo (5.683), Poti e Piracuruca (24.160), Príncipe Imperial (6.726), Campo Maior (19.899), Parnaíba (9.464), São Gonçalo (6.464), Valença (8.259) e Parangá (9.157).

Nessa nova fase da administração, Manuel de Sousa Martins volta, outra vez, a lutar pela manutenção da ordem pública. No Ceará, em 1832, iniciara a rebelião comandada por Pinto Madeira, que sonhava com a volta de D. Pedro I ao trono do Brasil. Sob os comandos dos Majores, Francisco Manoel de Araújo Costa e Manoel Clementino de Sousa Martins, o Piauí enviaria dois destacamentos para lutar contra a rebelião, a qual foi sufocada, logo no início.

Em Oeiras, a 4 de maio de 1835, é instalada a primeira Assembléia Provincial Piauiense, composta de vinte deputados. Dentre as primeiras leis que seriam sancionadas pelo barão da Parnaíba, constava a que criava um Bispado no Piauí, e a que criou o Corpo de Polícia, com um efetivo de 300 praças, e que no futuro, seria a Polícia Militar do Piauí. Implantou em Oeiras (1835), a iluminação pública a querosene, inicialmente com cinquenta lâmpadas.

Na descrição de Camilo Filho (in Pequena História do Piauí) :

"Criou-se em Oeiras o cargo de cirurgião do "partido público", para atendimento de militares e carentes, sendo o seu primeiro ocupante o cirurgião José Luiz da Silva.

Na fase regencial circulará ainda, na primeira capital piauiense, o nosso primeiro órgão de imprensa, O PIAUIENSE.

Dando execução ao Código de Processo Criminal foram criadas, além da já existente comarca de Oeiras, as novas comarcas de Parnaíba, Marvão (Castelo do Piauí) e Parnaguá.

Deliberou o governo piauiense, ainda, conceder bolsas de estudos para jovens piauienses que desejassem estudar letras e ciências em outras cidades brasileiras.

Propõe-se a administração a desobstruir as cachoeiras do rio Canindé, com vistas a assegurar a sua navegabilidade, sendo para tal fim

contratado o engenheiro alemão Pedro Cronemberger.

Em 1835 criou-se a Polícia Provincial, com um efetivo de 300 praças, distribuídos em duas companhias, baixados também os atos de lotação de oficiais e do Estado Maior.

Discutiu-se a criação do Hospital de Oeiras, cuja construção teve início. Mas só seria concluído em 1849.

O Governo de Sousa Martins cria a Tipografia Provincial.

Por através da Lei Provincial nº 88 determinou-se a instituição da freguesia de Bom Jesus do Gurguéia.

Naquele período o Piauí foi visitado pelo cientista inglês George Gardner, que deixou livro narrando suas andanças piauienses."

Em dezembro de 1838, tem início a revolução da Balaiada, contra a qual o governo lutou, vencendo os insurretos.

Mais um recenseamento é efetuado, em 1843, constatando uma população superior a duzentos mil habitantes.

Nas legislaturas que se seguiram à Assembléia Provincial, com o beneplácito do Visconde seriam eleitos, para o Parlamento, dois grandes nomes: o seu sobrinho, Dr. Francisco de Sousa Martins e o general José Joaquim de Lima e Silva, depois Visconde de Magé (tio do Duque de Caxias), este que lhe retribuiria a amizade, estando sempre ao seu dispor.

O visconde da Parnaíba

Manuel de Sousa Martins, visconde da Parnaíba, era filho legítimo do português Manoel de Sousa Martins e de Ana Rodrigues de Santana, natural da província do Piauí. Nasceu em 8 de dezembro de 1767 na fazenda Serra Vermelha, doada a seus pais por seu avô materno, Valério Coelho Rodrigues, rico português que para aqui viera na primeira metade do século XVIII, e que se estabelecera nas margens do Canindé, no arraial dos Paulistas.



Visconde da Parnaíba

Serra Vermelha pertencia ao município de Oeiras, passou para Jaicós (1834) e Paulista (1885), hoje Paulistana.

A instrução de Né de Sousa, como era chamado, resumiu-se em aprender a ler e escrever, e algumas noções de latim, ministradas pelo seu tio afim, sargento-mor Marcos Francisco de Araújo Costa, pai do emérito Padre Marcos, da fazenda Boa Esperança.

Órfão de pai, já aos dezesseis anos era arrimo da família e auxiliava a mãe nos trabalhos da fazenda e na educação dos irmãos, todos menores.

Manuel de Sousa Martins casou com sua prima Josefa Maria dos Santos, filha de Carlos José de Carvalho, falecida em 4 de outubro de 1840.

Viúvo, aos setenta e sete anos contraiu segundas núpcias com Maria Benedita Dantas, viúva de João Barbosa de Carvalho, a qual não lhe deu filhos.

São do seu primeiro casamento os seguintes filhos: coronel Raimundo de Sousa Martins, tenente-coronel José de Sousa Martins e D. Maria Josefa Clementino de Sousa que foi casada com o major Manuel Clementino de Sousa Martins.

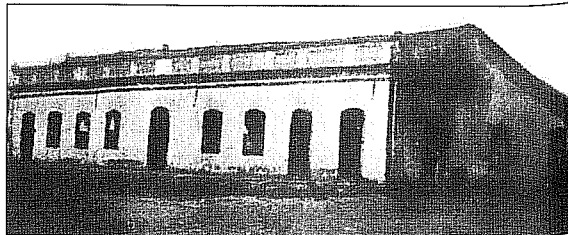
Deixou também numerosa prole de filhos ilegítimos, aos quais amparou e educou. Entre eles: os bacharéis Antônio de Sousa Martins (Ministro do Supremo Tribunal), Jesuino de Sousa Martins (Desembargador da Relação da Bahia) e Carlos de Sousa Martins (advogado e funcionário público em Teresina); o Cônego João de Sousa Martins (Vigário de Oeiras); Cornélio de Sousa Martins (funcionário público); Maria Joaquina de Sousa (casada com Antônio Martins, bastardo do coronel Joaquim de Sousa Martins), Joaquina Maria de Sousa (casada com Mariano Alves Pacheco), e uma outra senhora que casou com o Dr. Eleutério Ataíde.

Faleceu a 20 de fevereiro de 1856. Foi sepultado junto ao altar-mor da matriz de Oeiras. Sua sepultura foi aberta em 1883 para nela ter jazigo Dona Maria Josefa, viúva do Major Manuel Clementino.

Apresentou praça como soldado raso e passou a furriel da 5ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Milícias. Alferes em 1804, logo atingiria as mais altas patentes militares. Em 1812 recebe a patente de Coronel agregado. Promovido a Brigadeiro, reformou-se a pedido, sem soldo, em 1820. Ocupou o Comando das Armas da Capitania de 26 de outubro de 1821 a 7 de abril de 1822.

Na carreira civil, exerceu por muitos anos o cargo de Tesoureiro Geral da Junta da Fazenda da Capitania do Piauí.

Entre as honrarias, foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo em 1811, armado cavaleiro dessa mesma ordem em 1814, e elevado a comendador em 1830; foi distinguido com o oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro, em 1823, sendo elevado a dignitário da mesma ordem em 1824. Com o foro de fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial, ainda em 1824. Com o título de Barão, em 4 de abril de



Casa do visconde da Parnaíba

1825, e com o de Visconde da Parnaíba recebeu honras de grandeza, através de carta-imperial de 18 de julho de 1841.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo também patrono do Instituto Histórico de Oeiras.

Participou como vice-presidente da junta governativa que sucedeu a Elias José de Carvalho em 1821.

Em 24 de janeiro de 1823, com a adesão da Província à Independência, foi o Brigadeiro eleito Presidente da Junta Provisória de Governo que tomaria o poder.

D. Pedro I nomeara o coronel Simplicio Dias da Silva, na qualidade de Presidente da Província, em substituição à Junta Provisória. Por motivo de doença, ou porque não quisera sair de Parnaíba, onde estavam seus negócios, Simplicio Dias adiará tanto a posse, que foi considerada caduca. Manoel de Sousa Martins continuaria à frente da administração, primeiro como presidente temporário eleito em 19 de setembro de 1824 e, depois, como presidente nomeado em carta imperial, de 1 de dezembro, do mesmo ano.

Depois de 6 anos de poder, seus inimigos conspiraram junto ao governo Imperial e conseguiram sua queda. A 9 de dezembro de 1828, passaria o comando ao tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, vogal do Conselho Geral, o mais votado depois de padre Marcos que recusara a investidura interina. Seria uma interinidade até a posse do novo Presidente

Nesse ínterim, Manoel de Sousa Martins, tornar-se-ia amigo do futuro Presidente João José de Guimarães e Silva, e este, num ato de solidariedade, empossa-o no comando do Governo, em 15 de fevereiro de 1829, apenas para receber o cargo, de suas mãos, dois dias depois.

Tendo administrado pouco mais de dois anos, gravemente doente, João José Guimarães e Silva, passa o poder a Sousa Martins, em 19 de fevereiro de 1831, doze dias antes de morrer.

Daí em diante, o barão da Parnaíba governaria absoluto por mais treze anos, ou seja, até 30 de dezembro de 1843, quando seria sucedido por José Ildefonso de Sousa Ramos, futuro barão das Três Barras e Visconde de Jaguari.

Nesse último período de administração, Manoel de Sousa Martins enfrentaria a Balaiada, guerra que se estendeu de 1839 a 1841, começando daí, seu declínio político.

O visconde de Parnaíba ainda não foi julgado em definitivo pelos piauienses. Segundo Clodoaldo Freitas *“porque não o foi por seus contemporâneos e hoje se torna difícil um juízo seguro sobre uma vida interpretada e comentada com as benevolências da amizade ou as acerbidades do ódio”*

Veja-se uma série de depoimentos, a começar por Pereira de Alencastre e Jorge Gardner, seus contemporâneos, seguido de outros autores que sobre ele deixaram registradas suas impressões.

Pereira de Alencastre, tendo conhecido pessoalmente o visconde da Parnaíba, deixou-se arrebatado pelas paixões, quando assim escreveu:

“um homem sem princípios e sem educação que deveu todo o seu merecimento a uma dessas aberrações da fortuna, a um desses caprichos monstruosos da sorte e que manteve o Piauí, durante vinte longos anos, sob o jugo degradante de um governo despótico e imoral, sem lei, porque esta eram os arrebatamentos fatais dos seus maus instintos, sem justiça, porque ele foi o algoz da honra e da vida de seus concidadãos”.

Esmaragdo de Freitas, na biografia *“O Visconde da Parnaíba”*, publicada pelo Instituto Histórico de Oeiras, descreveu o encontro do botânico Inglês George Gardner, com o visconde da Parnaíba, no ano de 1839. Na realidade o cientista fora deselegante para com o Visconde, quando publicou *“Viagem ao interior do Brasil”*. Dizem que influenciado pelo que ouviu da oposição.

“George Gardner chega à Oeiras na manhã de 12 de março de 1839, buscando imediatamente o Palácio - “de um só pavimento e aspecto muito ordinário”. Dentro de meia hora é recebido pelo presidente, para quem traz cartas de recomendação. Observa então que o homem mais falado do norte do Brasil, e que granjeava pelo seu governo despótico o apelido de ‘França do Piauí’, é um setuagenário baixo e vigorosamente constituído, tem a cabeça muito grande e frenologicamente bem proporcionada na parte anterior e posterior, embora deficiente na região dos sentimentos morais, e traz no olhar uma energia corporal e espiritual, incomum nos velhos do Brasil.

O Barão aparecera com o vestuário caseiro, usual na cálida terriola: leve camisa branca de algodão, solta por cima de ceroulas do mesmo estofado; um par de velhos chinelos nos pés e mais de um rosário ornado de crucifixos e medalhas ao pescoço.

À primeira vista o visitante acha desagradável e sinistra a expressão do rosto presidencial, não obstante amenizá-la vago sorriso.

Mister Gardner permanece em Oeiras mais de quatro meses, coligindo vegetais e costumes exóticos, exercitando a medicina clínica e a cirurgia, tratado com a máxima polidez e hospitalidade por todas as classes sociais, particularmente pelo maioral da terra.

O Barão, além de provê-lo de casa, móveis e utensílios, manda os cavalos do inglês à engorda numa das suas fazendas e retém o próprio inglês como freqüente convidado à sua mesa, em refeição de tom patriarcal: numa vasta sala uma mesa comprida, à cuja cabeceira se senta o dono da casa. Aos lados dessa mesa, em longos bancos sem encosto, tomam lugar os convivas, havendo, não raro, entre estes, simples vaqueiros.

O viajante acentuou que o Barão da Parnaíba presidia o Piauí desde o estabelecimento do Império, excetuando um curto período em que outra pessoa o substituíra, não demorando todavia na função, porque morrera subitamente, em circunstâncias suspeitas.

E discreto sobre o político sertanejo: *“é antes temido que respeitado pelo grosso da população e, em casos de emergência, pode reunir dentre os seus amigos e dependentes mais de dois mil vigorosos defensores: tem sempre à mão quem esteja pronto a executar-lhe as ordens sem discuti-las. Pela severidade do seu governo tem suscitado muitos inimigos, particularmente pela decretação de algumas leis provinciais que, seja dito em seu favor, tendem sempre a beneficiar às classes necessitadas. Entre outras coisas, proibiu que a carne de vaca e a farinha - os dois principais artigos de alimentação - se vendam na cidade acima de certo preço prefixado, e que é bem módico; mas, por outro lado, tem sempre o cuidado de fazer com que o seu gado seja mandado para a Bahia e outros mercados distantes e mais remuneradores, e para isto dispõe de amplas facilidades. Ignorante de quase tudo, possui todavia grande atilamento e astúcia, qualidades altamente propícias à manutenção do despotismo com que tem regido a província, dando-lhe, é certo, com este regime mais paz e sossego do que fruem as outras províncias do Império. E é de admirar que, apesar dos seus numerosos inimigos, só houve até aqui um atentado para assassiná-lo, isto no ano anterior à minha chegada ali”.*

Gardner vai mais longe: sob o pretexto de resguardar o erário das tropas de Fidié, o visconde da Parnaíba dele se apoderou. *“Mas é voz pública que da maior parte desse tesouro nunca se prestaram contas satisfatórias. O que é certo é que neste período lançou o presidente os fundamentos da grande riqueza que ao presente possui”.*

Pereira da Costa, apoiando-se no professor Miguel Borges Castelo Branco e em documentos que constam da "Cronologia Histórica", reconhece:

"o homem de prestígio e grande influência que prestou grandes serviços à causa da emancipação política do Piauí", e a quem "não se pode negar a inteligência e o tino admirável com que soube conquistar a elevada posição de que gozou na sociedade, criando ao mesmo tempo a grande e importante família que deixou na província".

Através da consangüinidade, a família de Manoel de Sousa Martins viria a entrelaçar-se com outras, distintas clãs piauienses: Coelho Rodrigues, Araújo Costa, Vieira de Carvalho, Pereira da Silva, Sousa Rabelo, Costa Veloso e Sousa Mendes.

Pe. José Rufino Valmária, assim se expressou em seu depoimento intitulado "O Visconde da Parnaíba", publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Piauí:

"O V. da Parnaíba adquiriu uma boa fortuna, trabalhando e trabalhando muito. Dos 13 anos até a época da independência, fazia ele anualmente duas viagens: a primeira ao Maranhão para arrematar os dízimos da província, e a segunda à Bahia, para dispor os gados machos, deixando nas províncias, em terras próprias situadas, os gados do sexo feminino.

Deve sua grandeza aos serviços prestados aos governadores que vinham à província, e que quase sempre não acompanhados na vinda e na volta para a Bahia por ele em pessoal que lhes fornecia todo o necessário para suas conduções.

Estes homens, pois, recomendavam-no na Corte e na Bahia, e em virtude de tais recomendações Sousa Martins era recebido na alta sociedade Baiana, e conseguindo ser procurador das fazendas possuídas pelos Baianos ao sul da província, as quais lhe foram vendidas muito baratas e a prestações.

Depois de demitido da presidência foi procurador da Inspeção do Canindé, que, então pertencia as Altesas, o conde e a condeza d'Aquillá. Esta procuradoria durou até sua morte, sucedida em Oeiras a 20 de Fevereiro de 1856, tendo 89 anos de idade".

Abdias Neves, em (A Guerra do Fidié), mostrar-se-ia um crítico da conduta do brigadeiro. Segundo ele, tomara a frente da conspiração não por patriotismo nem por amor à Independência, mas por despeito, devido

à exclusão sofrida no pleito de 7 de abril de 1822, e porque compreendeu que não havia mais perigo em aderir ao movimento.

Clodoaldo Freitas:

"O Visconde da Parnaíba, saído do povo, nunca esqueceu sua origem. Foi um presidente de trato muito diferente ao de Elias de Carvalho, sem nunca ter tido as suas vistas. Contudo não se deslumbrou com a grandeza a que atingiu. Infundiu respeito, foi temido, sempre colocado na naturalidade dos gostos simples, que a educação acanhada e o meio plantaram em seu coração e as vanglórias do poder não conseguiram extinguir. Recebia a todos com afabilidade, na simplicidade de seus trajes caseiros..(..) Um dos elogios, que lhe pode ser feito, é essa tranqüilidade e posse de si mesmo nas alturas por onde transitou dispondo de poderes majestáticos.

Sabia manter o seu orgulho nos limites da sua vaidade. Amava as homenagens e as adulações dos seus familiares, sem todavia mostrar que era maior do que os que consigo tratavam. Quem visse aquele velho, metido no seu chambre de chita atado à cintura, com o grande trancelim de ouro pendente do pescoço, de chinelos de couro nos pés sem meias, risonho, palestrando nas rodas íntimas, não diria que tinha diante de si um déspota poderoso e sanguinário quando era preciso para abater as cabeças que se levantavam em oposição ou lhe faltavam com o respeito a sua pessoa, crime para ele dos mais graves".

(...): "O Visconde da Parnaíba, abastado por haveres herdados de seus pais e sogros e aumentados por trabalho e economia, conseguiu acumular uma fortuna extraordinária. Os bens, que deu a inventário por morte de sua primeira mulher, montaram em 242:650\$368 réis, sendo o gado de toda a sorte avaliado a 5\$000 por cabeça, os cavalos a 16\$000, as éguas e poldros a 10\$000, não entrando dinheiro, jóias, prata e ouro. A voz das ruas dava como fonte principal dessa grande riqueza o latrocínio mais vergonhoso. Semelhante acusação, uma das muitas em que são férteis os seus inimigos, não é digna de crédito. Fora injusta e temerária uma afirmativa tão grave e cruel para a memória de um homem que, apesar do muito que fez de mal, honrou nossa terra natal por atos de verdadeiro patriotismo".

Monsenhor Chaves parte em defesa do visconde da Parnaíba:

"Manuel de Sousa Martins é a figura mais discutida da história piauiense. Situado, porém no seu meio, na época em que viveu e com o grau de cultura que possuía, não poderia ter sido melhor o Visconde da Parnaíba.

Achamos mesmo que ele rendeu muito além de suas capacidades. E uma coisa ninguém pode contestar nele: o acendrado amor ao Piauí e a sua disposição de defendê-lo e servi-lo, quaisquer que fossem as circunstâncias. Mesmo que não tivéssemos outros motivos para respeitá-lo, somente este já seria bastante para lhe cultuarmos a memória."

Eugênio Porto (in Roteiro do Piauí):

"Nenhum político do Piauí mereceu como ele referências mais fartas nem mais diversas. Todo esforço de esboçar as suas diretrizes como homem de administração ou como líder político, esbarra a cada instante nas reações mais desencontradas. Fugidio como areia, Manuel de Sousa Martins escapa do julgamento histórico, escorrega dos biógrafos, tonteia os psicólogos." (...)

Ninguém poderá negar a Manuel de Sousa Martins uma extraordinária visão das coisas do seu tempo. Frio e calculista estendeu os trilhos da sua ambição sem respirar o clima tumultuoso de que foi contemporâneo. É uma fascinante experiência acompanhar a trajetória desse Talleyrand caboclo, as suas negações, os seus recuos, a preparação sutil dos seus botes sempre certos.

Na sua carreira política não há improvisações. Tudo decorre sob a marca de uma grande reflexão, de um profundo amadurecimento tão estranho numa natureza áspera como a sua. Era bem de ver o esforço desse homem, que acabara de despir um gibão de couro, em acomodar-se às regras inteiramente novas de um jogo onde nada poderia esperar das suas antigas habilidades de vaqueiro.

Nesse milagre de adaptação reside a sua grandeza, o segredo do seu êxito como condutor de homens durante mais de vinte anos.(...)

Estranho silêncio oprimia Oeiras na tarde de 23 de janeiro de 1823. Manuel de Sousa Martins, que andara espreitando o desenrolar dos acontecimentos, decidira embarcar na canoa da revolução. Está bem visto que nenhum arroubo patriótico deslumbrara o senso de avaliação do neojacobino, que farejara derrota nos arraiais de Fidié."

José Expedito Rego:

"Se o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins custou a se decidir pela causa da independência, não podemos negar que, à frente do Governo Provisório, tomou medidas acertadas e trabalhou com afinco, dirigindo a luta em toda a Província."

O DECLÍNIO DE NÉ DE SOUSA (O VISCONDE DA PARNAÍBA)

Diz-se que, por sua longa permanência no poder, por ter alcançado as mais altas posições na vida pública, por ter adquirido muitos bens, e ser considerado um homem muito rico, e já em idade avançada, o Visconde teria sido alvo de inveja e injúrias.

Aliado a isso, somem-se os desgastes de três anos da guerra dos Balaíos, com os conseqüentes alistamentos militares e as preciosas perdas de vida em combate, a requisição dos rebanhos junto ao homem do campo para alimentação da tropa, tudo contribuindo sobremaneira para exaurir os cofres da Província. Ressalte-se que o Piauí enfrentou a guerra sem a ajuda financeira do governo da Regência.

Membros de sua própria família lideravam agora sua destituição do poder. Os ataques não estavam limitados somente à capital Oeiras, mas se estendiam, com grande repercussão na Câmara Federal, onde discursos inflamados pediam a sua deposição.

Por trás dessas manobras, diziam, estava seu sobrinho, deputado Francisco de Sousa Martins, que ele havia elegido em quatro legislaturas consecutivas. Considerado homem preparado, bacharel em Direito, chegou a governar as Províncias da Bahia e Ceará. Defendeu-se em 1841, quanto aos ataques anônimos na imprensa do Rio que procuravam atingir o Visconde, cuja autoria lhe era atribuída:

Depois de dizer que é injusta a acusação que o indica como autor dos artigos que atacam a administração do Visconde da Parnaíba, acrescenta:

"O Presidente do Piauí, atual Visconde da Parnaíba, creio que nem todos sabem, é meu tio, é irmão de meu pai; o mais velho de meus irmãos que morreu na última campanha contra os rebeldes do Maranhão, era casado com uma sua filha, e outro dos mais moços, com uma sua neta; a nossa família acha-se entreligada por laços de consangüinidade e afinidade; ele mesmo correspondia-se continuamente comigo em quase todos os correios etc". (Idem, idem. 1841. Tomo 111. 921). (in Odilon Nunes - obra citada).

Em seguida, faz um pronunciamento, alegando não ser o autor dos panfletos, mas que a administração do Visconde estava corrompida como em muitas outras Províncias. Parte na defesa o deputado Limpo de Abreu assim se pronunciando:

“Senhor Presidente, eu não, entrarei numa defesa muito circunstanciada da administração da Província do Piauí, eu simplesmente recordarei à Câmara que os serviços do nobre Visconde da Parnaíba desde o tempo da Independência do Brasil têm sido reconhecidos por todas as administrações. Foi em consequência desses importantes serviços prestados pelo nobre Visconde da Parnaíba que o Governo da Independência lhe conferiu o título de Barão da Parnaíba; e foi em atenção a serviços posteriores por ele prestados na administração daquela Província que o Gabinete atual lhe deu o título de Visconde da Parnaíba e o nobre Deputado não pode ignorar os serviços recentes praticados pelo nobre Visconde da Parnaíba, durante a rebelião da Província do Maranhão”. “E em seguida: “. . . e foi, sem dúvida alguma, em atenção a esses importantes serviços e outros anteriores praticados pelo nobre Visconde da Parnaíba que o Governo atual entendeu, e entendeu muito bem, que lhe deveria conferir o título de Visconde” (Idem, idem, Tomo III.927).

Era voz corrente de que ainda havia mágoa por parte da família do Deputado, quando dos desentendimentos havidos entre seu pai, Joaquim Sousa Martins e o visconde Manoel de Sousa Martins, após a Guerra do Fidié.

Mesmo selada a paz, dez anos depois quando o Visconde elege em 1834, o sobrinho Francisco de Sousa Martins para o Parlamento; ainda perduravam as intrigas alegando que o Visconde monopolizara o poder.

Talvez, a recente morte do irmão mais velho do Deputado, major Manuel Clementino de Sousa Martins, sobrinho e genro do Visconde, a frente da guerra dos Balaios, tenha reacendido os ânimos. Eram muitos os reclamos de que os filhos do Visconde, com patentes militares, permaneceram em Oeiras, participando da guerra em postos na retaguarda.

Tudo indica que orientado pelo deputado Francisco Martins, os discursos de seus colegas de bancada contra o Visconde, passaram a ser da maior virulência, classificando-o de tirano a ladrão dos cofres públicos.

O deputado Moniz Ferraz, um estreante na Câmara, ataca:

“Eu peço a atenção da Câmara sobre o mísero estado da Província do Piauí.

“Parece, meus senhores, que a Província goza de uma administração paternal, ao considerarmos o tempo de sua duração. É o Presidente dessa

Província o decano dos Presidentes, creio que esse cargo lhe foi conferido “ad secula seculorum”; informe-se, porém, a Câmara e conhecerá o mísero e mesquinho estado dessa infeliz Província. Com a segurança tudo falta, e nada progride além da barbaridade onde faz progressos admiráveis.”

Evoca a Balaiada e diz que as forças legais se limitaram a defender as fazendas do Visconde. Denuncia roubos e assassinatos perpetrados no interior e insinua que o Visconde assassinou alguém do qual seria herdeiro. (Idem, idem. Tomo I. 1843. 417).

Em 18 de março de 1843, coube ao deputado Sousa Martins fazer novas acusações:

“Informa que o Visconde, quando na revolução, mandava fornecer gado de suas fazendas em Campo Maior, para alimentação das forças legais, e recebia, em troca, nas fazendas fiscais, gado muito mais valorizado. Diz ainda que a arrematação das reses desses últimos criatórios era feita pelo Presidente, por intermédio de dois filhos, e ninguém se atrevia a entrar em competição. Ainda mais: os filhos do Visconde, quando na Balaiada, recebiam soldo e vantagens de comando e não estavam em campanha. Um era coronel e nunca saiu da Capital. “São esses fatos secretos, denuncia Sousa Martins, que lá mesmo nem todos sabem, exceto alguns oficiais da tesouraria que os revelam a medo”. (Idem, idem. Tomo 11. 1843. 339, 341- In Odilon Nunes- ob. cit).

Diante de tantos ataques, o Visconde não chega a ser destituído. Ele próprio, magoado, solicita a demissão do cargo.

Em Oeiras correm panfletos, boatos dão conta de que os capangas do velho Né de Souza enfrentariam o novo Presidente, fazendo-o voltar do caminho. Poderia vir, mas não assumiria. A cidade passaria por momentos de tensão. É grande a expectativa dos desafetos para assistir a queda do Visconde.

Sem nenhum incidente, o mineiro e advogado, Ildefonso de Sousa Ramos, toma posse em 30 de dezembro de 1843 e governaria oito meses, até 9 de setembro de 1844.

Aliando-se ao deputado Francisco Martins, o novo presidente comandou a campanha contra o partido liberal dos viscondistas. Sua intenção era eleger-se Deputado-geral pelo Piauí, nas eleições que se aproximavam, a ser realizadas a 6 de outubro de 1844.

O Piauí estava dividido em dois grupos: os ligados ao Visconde da Parnaíba, com vinte anos de poder, lutavam pela recuperação do prestígio (Partido Liberal). O outro, ao contrário, queria a execração do Visconde, cuja atuação política achavam ser perniciososa aos interesses do Piauí (Partido Conservador).

De fato, o presidente da Província, Dr. Ildefonso de Sousa Ramos, terminaria eleito Deputado-geral pelo Piauí e, posteriormente, pelo Rio de Janeiro. Teve atuante participação política no Império, tendo governado Minas Gerais, e Pernambuco. Foi senador por sua Província (Minas Gerais, sua terra natal), Presidente do Senado, Ministro da Justiça e Conselheiro de Estado. Recebeu os títulos de barão de Três Pontas e visconde de Jaguaribe.

Como destaque na sua atuação no Piauí, registre-se a Lei que determinava a mudança da capital para a confluência do riacho Mulato, onde se edificaria a cidade de Regeneração (1844).

Em substituição a Ildefonso de Sousa Ramos, assume o poder, em 9 de setembro de 1844, o português Tomás Joaquim Pereira Valente, conde do Rio Pardo, que já havia governado Santa Catarina e ocupara o Ministério da Guerra.

OEIRAS SITIADA

Para as eleições que se aproximavam, o partido Conservador indicou para Deputado-geral os nomes de Francisco de Sousa Martins, o do ex-presidente da Província, Dr. Ildefonso de Sousa Ramos.

Já na Presidência da Província, o conde de Rio Pardo, como um de seus primeiros atos, demite da Secretaria dos Negócios da Polícia o Dr. Manoel Joaquim Bahia, magistrado tido como de rigorosa honestidade, e que tendo sido nomeado pelo seu antecessor (Sousa Ramos). Para o cargo empossa o Dr. Francisco Xavier de Siqueira, amigo do visconde da Parnaíba.

O povo começou a protestar. A princípio, simples censura; depois, ataques ao Presidente e à polícia, que diziam, estavam sob a influência do Visconde.

Velhas paixões e intrigas reacenderam o ódio trazendo mais impopularidade a Manoel de Sousa Martins, o visconde da Parnaíba.

O partido Conservador organizou uma “Liga” para a defesa e propaganda da chapa oposicionista, ficando dirigindo-a José Maurício da Costa Pestana, Antônio de Sousa Mendes e Francisco de Sousa Martins.

Mesmo com o clima tenso, as eleições aconteceram com relativa calma. A oposição elegeu para as duas vagas existentes, os deputados Francisco de Sousa Martins e o ex-presidente Sousa Ramos.

Quando se esperava que, passadas as eleições, voltaria a tranquilidade na Província, isso não aconteceu. Já, no início de 1845, as paixões políticas reacendem, com a publicação de “pasquins” com difamações de ambas as partes. Ninguém se considerava seguro. Houve assassinatos, e grande parte da população, procurando proteção, refugiara-se fora da cidade. Os acontecimentos tornam-se mais graves, quando, em 14 de abril, às 8 horas da noite, numa emboscada na Rua do Fogo, é assassinado o Padre Manoel Quintino de Brito, figura proeminente do partido conservador. Tudo levando a crer que os assassinos estariam sob as ordens do Capitão Theodoro Pereira de Castro, comandante da polícia.

Houve revide, e, às 9 horas da noite do dia 17 de maio, é morto a tiros de pistola o próprio comandante da polícia.

A facção política contrária ao Visconde, representada pelo Partido Conservador tendo como presidente José Maurício da Costa Pestana, lidera a “Liga”, que se aquartela a uma légua de Oeiras, exigindo a expulsão de Manoel de Sousa Martins e Tibério César Burlamaqui, da Capital piauiense. Falam em 4.000 pessoas prontas para cercar Oeiras.

Na cidade, o governador se prepara para a resistência; distribui farta munição entre as tropas; reforça a guarda do palácio. Corriam boatos que chegariam reforços dos “cabras” do Visconde que viriam de suas fazendas.

As alegações para o “ultimato” era o passado do Visconde, onde lhe imputavam as mais sérias acusações: 1- O possível envenenamento do Presidente da Província, Guimarães e Silva (1831); 2- Que era responsável pelo assassinato de Joaquim Seleiro, um indivíduo que atentara sobre sua vida, ferindo-o levemente com um tiro na cabeça e no ombro, e que viria a ser morto na cadeia antes do processo criminal (1838); 3- Pela impunidade dos assassinos do tenente Norberto Mendes (1839); 3- Pela dilapidação das fazendas nacionais (1843) e 4- Pelo homicídio do padre Quintino de Brito (1845).

A “Liga” exigia ainda a nomeação do coronel Antônio José de Carvalho para o cargo de comandante da Polícia, este, um dos mais ferrenhos adversários do Visconde.

O governador e seus correligionários ficaram sitiados em Oeiras por três dias, de 21 a 23 de março de 1845, enquanto durou o cerco.

No dia 23, a “Liga” enviaria José Mauricio da Costa, acompanhado de Antônio de Sousa Mendes, para levar o “ultimato”, exigindo a saída dos dois personagens, ou a cidade seria atacada.

Recebidos em palácio pelo Presidente, presente o visconde da Parnaíba, que aceita as imposições mesmo antes de o Presidente pronunciar-se, exigindo apenas que se dissolvesse o ajuntamento das pessoas.

Conta-se que o Visconde e Tibério Burlamaqui saíram de Oeiras por estradas diferentes: um em traje de vaqueiro e o outro em traje feminino. O mais certo é que esses boatos teriam sido propalados pelos adversários; nenhum documento oficial confirma tal versão. A multidão já se dispersara, não havendo motivo para fugas disfarçadas.

Quem popularizou tal versão foi o escritor Esmaragdo de Freitas, com a publicação do trabalho “O Visconde da Parnaíba”, obra póstuma, de 1947:

“Entre 22 e 23 de maio de 1945 os amotinados, que guardavam uma das saídas de Oeiras, perceberam, fora de horas, pisadas de cavaleiro que se aproximava, vindo das bandas da cidade: e puseram-se de sobreaviso na confortadora suposição de que aquele caminhante solitário seria algum antviscondista, um correligionário. Árdego quartau, cuja cor a legenda não guardou, avançava a passo picado, cavalgado por um vaqueiro meão de corpo e mais baixo que alto, que - sem parar - deu boa-noite e foi passando por entre os homens armados. Os acaudilhados da dissidência corresponderam à saudação do desconhecido, mas não tentaram embargar-lhe a jornada. Ninguém lhe pediu ao menos a senha. A peripécia súbita estupeficara a patriotada.

O vaqueiro da meia-noite era o Visconde, que, sacrificando o próprio orgulho à paz do campanário, num gesto resolutivo de renúncia, abandonava a briga política, indo recolher-se à Tranqueira, a sua fazenda favorita, de onde jamais deixaria de freqüentar a capital...

Tranqueira - um arremedo matuto da ilha de Elba - seria um reduto em que o poder absoluto daquele homem só cessaria com a morte.

Há quem conteste tenha o Visconde saído de Oeiras encourado. Mas eu prefiro não lhe tirar a vestimenta bizarra, deixando-o encerrar o dramalhão, que foi sua grande vida de êxitos, dentro da bela armadura pardo-avermelhada com a qual - sessenta e poucos janeiros antes - o imberbe e encantado Né de Sousa se armara campeador da Serra Vermelha.”

O professor Camillo Filho (in“Em torno de Oeiras”- Cadernos Piauiense nº 13) comenta:

“O conde de Rio Pardo (General Tomaz Joaquim Pereira Valente), era um homem fraco, medroso, péssimo político e militar. Tinha a força armada e não soube utilizar.

(...)Seria Sousa Martins, na verdade, responsável pelos atentados e crimes que lhe imputam?

O visconde da Parnaíba teve muitos inimigos e uma obra como a que realizou no Piauí, não poderia deixar de provocar o aparecimento de ressentidos, de adversários.

Nada, porém conduz à responsabilidade do Visconde nos crimes corridos em Oeiras, em 1845.

“Mas aquele movimento popular representou, indubitavelmente, o ocaso político de Manoel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba”.

Após a sua demissão da presidência o visconde da Parnaíba “foi procurador do Conde d’Áquila para administrar as Fazendas Nacionais do Departamento do Canindé que passou a fazer parte, em 1844, do dote da Condessa d’Áquila (princesa Januária)”. Segundo Odilon Nunes era o atestado de sua probidade, como resposta a seus desafetos. (in obra citada).

Não tendo conseguido apaziguar os ânimos, e antevendo um fim desastroso, o conde de Rio Pardo renuncia, passando o cargo a seu substituto, Dr. Francisco Xavier de Cerqueira. O novo Presidente nomeado pela Corte, Dr. Zacarias de Góes assumiria em 28 de junho de 1846.

DOIS ILUSTRES PIAUIENSES CONTEMPORÂNEOS DO VISCONDE DA PARNAIBA

PADRE MARCOS

Marcos de Araújo Costa nasceu no arraial dos Paulistas em 1780, (hoje Paulistana). Era filho do honrado e instruído português, Marcos Francisco de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Santana. Seu avô materno, Valério Coelho Rodrigues, também português, era um rico fazendeiro que se estabelecera nas margens do Canindé e constituiria uma vasta prole de dezesseis filhos, sendo oito homens e oito mulheres.

Seu pai exerceu importantes cargos na Capitania. Foi sargento-mor, Ouvidor Geral de Oeiras por muito tempo, tendo participado da Junta governativa de 1784 a 1796.



Recebeu do pai o ensino das primeiras letras, e um pouco de latim. Decidido que se ordenaria padre, e, de posse desses primeiros conhecimentos, segue para a Vila do Açu, no Rio Grande do Norte, matriculando-se no célebre colégio do Dr. Manoel Antônio de Andrade. O curso superior para o sacerdócio, afirmam alguns autores, deu-se em Lisboa e em Olinda.

De volta ao Piauí, estabeleceu-se na fazenda Boa Esperança, indo freqüentemente a Oeiras, no desempenho das obrigações sacerdotais. Recusara convites para atuar no Maranhão e em outros pontos do Piauí. Seu sonho, que viria a se realizar em 1820, era inaugurar um colégio internato, adaptando o casarão da fazenda Boa Esperança, para esse fim.

A falta de escolas publica era gritante, segundo Abdias Neves, no ano de 1824 só funcionava um escola de primeiras letras, entregue a uma pessoa reconhecidamente inidônea.

Na visão de Monsenhor Chaves (in obra citada):

“O colégio do Padre Marcos honrou o Piauí, não só pela ousadia do empreendimento, naquela época e naquelas brenhas, como também

pela capacidade intelectual e pedagógica do grande mestre, que o dirigiu até sua morte. Morreram os dois no mesmo dia, o Padre e o colégio. Gerações de piauienses foram ali buscar conhecimentos seguros para poderem ingressar, alguns deles, nos estudos superiores fora do Piauí. Os que tiveram este privilégio, e foram a maioria, transformaram-se, por sua capacitação intelectual ali adquirida, em líderes das comunidades onde viveram e atuaram.”

A fazenda Boa Esperança dava ares de uma pequena vila. A casa grande, situada numa pequena elevação, era circundada por mais de trinta habitações menores, ocupadas por vaqueiros, escravos e pessoas diversas que ali trabalhavam. Uma bonita capela fora erigida, onde se celebravam missas todas as manhãs. No pasto, mais de cinco mil cabeças de gado, além do criatório de ovinos e eqüinos.

Padre Marcos, quando não estava na sala de aula, ocupava seu tempo acompanhando o trabalho dos vaqueiros ou orientando no cultivo da terra. A rica fazenda abastecia o internato, dando-se ao luxo de oferecer ensino gratuito aos estudantes mais pobres.

Mesmo com múltiplos afazeres, ainda que a contragosto, foi eleito para algumas funções públicas, como deputado provincial e Vice-Presidente da Província, mandatos nunca exercidos, achando que ficaria melhor ocupados por civis ou militares. No entanto, sempre esteve afinado com o que se passava nas políticas local e nacional, inclusive aderindo ao movimento da Independência, naturalmente sem chegar a pegar em armas, mas como mentor intelectual, tendo, dizem, convencido seu primo, o brigadeiro Sousa Martins a deixar de lado a indecisão, levando-o a liderar a rebelião de 24 de janeiro de 1823, em Oeiras, que culminaria com a expulsão de Fidié do Piauí. Nas margens do riacho Mocha, Sousa Martins viria a proclamar a Independência da Província.

A fazenda Boa Esperança, na época, era um ponto de atração, recebendo visitas de gente pobre, rica, amigos das redondezas, de Oeiras, de outros municípios, não só do Piauí, como de outras províncias, de ex-alunos, viandantes, um oásis onde se encontrava uma palavra amiga.

Esmaragdo de Freiras:

“Em Boa Esperança achava-se remédio para todos os males: ali se encontrava alimento, conforto, dinheiro e instrução” (...) e segundo o Juiz de Jaicós, “a população daquele julgado se acostumara a dirigir-se à fazenda da Boa Esperança para solicitar a decisão de suas pequenas contendas”.

Todos os governadores da Província do Piauí, o elogiaram, conforme Esmaragdo:

Sousa Ramos, *"muito digno primeiro vice-presidente - abastado fazendeiro e ilustrado e venerável sacerdote, que já tanto tem beneficiado esta província com a instrução que gratuitamente, até com dispêndio seu, desde muitos anos, tem dado à nossa mocidade, no ensino do latim, francês, filosofia e retórica, e a quem se deve o único templo que em toda a província possuímos em bom estado"*. Saraiva tachou-o de virtuoso sacerdote e benemérito cidadão e Zacarias, sobretudo, não poupou elogios *"ao raro desinteresse com que se presta o Revdm^o. Padre Marcos à ilustração de uma parte da mocidade de sua província, e geralmente a tudo que é de utilidade pública, desinteresse que o torna benemérito da não comum estima que lhe consagram os seus concidadãos, única recompensa que aspira e que tem recebido"*. No ano de 1846, vinte e quatro rapazes matricularam-se no colégio sertanejo.

Entre as obras por ele construídas destacam-se a Igreja Matriz e a Câmara de Jaicós. Colaborou na restauração do Hospital de Caridade de Oeiras.

Em fevereiro de 1839, estando presente em Boa Esperança seu filho adotivo, Dr. Marcos de Macedo, recebeu a visita do botânico inglês, George Gardner, que, em seu livro, *"Viagem ao interior do Brasil,"* assim se manifestou:

"É o padre Marcos de Araújo Costa bem conhecido em todo o norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição, qualidades que vi amplamente confirmadas durante os oito dias que em sua fazenda me hospedei. Se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura, bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação. É surpreendente a atividade deste ancião de mais de sessenta anos e não o é menos a sua filantropia."

Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de tão escassa população, tem este velho mantido por anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livre de despesa, vinte meninos, até que adquiram sofrível conhecimento de latim, filosofia e matemática. Ele próprio é um erudito possuidor de vasta biblioteca de clássicos e filósofos; de botânica e história natural possui suficiente conhecimento para que estes assuntos se lhe tornem agradável distração."

Entre os seus livros encontrei quase todas as obras de, Lineu, as de Brotero, e uma de Vandelli, muito rara, sobre as plantas de Portugal e do Brasil, obra que ele acabou por me oferecer de presente."

Não faz da igreja meio de vida, contentando-se com o viver no sossegado retiro de criador de gado e dedicando os seus lazeres à educação dos discípulos."

Durante a minha estada em Boa Esperança fiz, ligeiras excursões pelos arredores, acompanhado pelo velho padre e pelo Dr. Marcos de Macedo, acrescentando muitas novidades às minhas coleções."

Marcos Antônio de Macedo, seu filho adotivo, formara-se na turma de 1836 da Faculdade de Olinda, foi deputado Provincial pelo Ceará e Presidente da Província do Piauí, cargos exercidos, quando ainda era vivo Padre Marcos.

Padre Marcos faleceu no dia 4 de novembro de 1850, três meses após a posse do Presidente José Antônio Saraiva, que comunicou oficialmente à Assembléia dos Deputados:

"A morte do reverendíssimo padre Marcos, que encheu de dor a todos os corações piauienses, fechou as portas da única casa de educação que esta província possuía"

SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA

Filho do português Domingos Dias da Silva e da piauiense Claudina Josefa; nasceu na vila de Parnaíba, em 1773, tendo, na adolescência, sido educado na Europa.

Seu pai, ao imigrar para o Brasil, aportara no Rio Grande do Sul, trabalhando por algum tempo no aproveitamento de carne, adquirindo bons conhecimentos sobre charqueadas. Muda-se em definitivo para Parnaíba, local com porto marítimo que possibilitaria a exportação e importação de mercadorias.

Com esforço e trabalho, logo consegue uma grande fortuna. Além do rebanho da vila de Parnaíba, recebia balsas e batelões que vinham pelo rio Parnaíba, carregados de reses, que seriam beneficiadas em suas charqueadas. Chegou à época, a abater 12.000 bois por ano, ou seja, uma média mensal de 1.000 unidades. Um grande feito, pois seus abatedouros e suas seis charqueadas não dispunham dos equipamentos modernos de hoje.

Para atender o grande movimento comercial que mantinha com a Europa, chegou a ter cinco navios para exportação da matéria-prima representada por algodão, fumo, arroz, milho, carne e madeira. Dos cinco navios, três estavam reservados exclusivamente para exportação de carne e de subprodutos, como couros, crinas e até transporte de gado, em pé.

Pelos serviços prestados aos seus conterrâneos, pelos expressivos impostos e taxas pagas, Domingos Dias da Silva tornara-se conhecido e respeitado em Lisboa, inclusive pelo Conselho Ultramarino.

Simplício Dias da Silva, que se educara na França e Inglaterra, com a morte dos pais em 1793, herda, aos vinte anos, uma verdadeira fortuna, incluindo fazendas de gado, terras de lavoura, escravos, jóias, barras de ouro fundido, objetos de ouro e prata, além de seis charqueadas em pleno funcionamento.

Tamanha riqueza chegou a ser decantada até por escritores da época. (in Bugyja Brito, obra cit.):

“Citemos em primeiro lugar Henry Koster, que, no seu livro Viagem ao Norte do Brasil de 1809 a 1815, declara, à pág. 310 (citação também usada pelos historiadores F. A. Pereira da Costa e Herminio Conde): “Fui introduzido nas casas dos primeiros negociantes e plantadores. O Coronel Simplício Dias, governador de Parnayba, onde possui magnífico solar, é rico e tem caráter independente. Conta, entre os seus escravos, uma banda de músicos, os quais fizeram o aprendizado em Lisboa e no Rio.

A homens como o Coronel Simplicio, pode-se atribuir o progresso do país”.

Citemos ainda em abono à nossa dissertação o tratadista F. de Tollenare, Notas Dominicais, pág. 162, autoridade igualmente citada por F. A. Pereira da Costa e Hermínio Conde:

“A cerca de 150 ou 180 léguas a leste de São Luíz e sobre o continente, há a pequena cidade de Parnayba, perto da qual se cultiva o melhor algodão do País, muito superior a todas as qualidades do Maranhão. Parnayba recebe os produtos da interessante Capitania do Piauí, de que Oeiras é a capital. É em Parnayba que se acha a excelente propriedade do Sr. Simplicio Dias da Silva, um dos mais opulentos particulares do Brasil. Calcula-se em 1.800 o número dos seus escravos; organizou com eles um regimento e às vezes causou inquietações ao governo que tentou persegui-lo. Parece que estas inquietações são infundadas. O Sr. Simplício

viajou na França e na Inglaterra, e aí aprendeu a conhecer o respeito devido à civilização; ocupa-se das belas artes, vive com um luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe os estrangeiros, gosta dos franceses, vive nos seus domínios como um homem poderosamente rico; mas não conspira. Influiria, sem dúvida, muito em favor do partido ao qual se ligasse, se o seu partido recorresse à revolução”.

Lendas começaram a se espalhar em função da riqueza. Uma alardeia que o piso da residência seria de tijolos de ouro. Outra que Simplício Dias havia presenteado o Imperador D. Pedro I com um cacho de bananas, em tamanho natural, todo de ouro e com pedras preciosas no bico das frutas.

Simplício Dias fez carreira militar no Corpo de Cavalaria e Ordenança de Parnaíba. Principiou como alferes, chegando a coronel, quando se reformou. Seu irmão Raymundo Dias da Silva, falecido em 1812, chegara ao posto de tenente-coronel.

Concedido pela rainha D. Maria I, fora agraciado com o hábito da Ordem de Cristo e a honraria de fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Sua rica residência tornara-se ponto de encontro de pessoas influentes da vila, sendo freqüente a presença do Dr. João Cândido de Deus, homem culto, formado em Direito, tradutor da língua francesa, patriota ardoroso, e que viera do Pará, em 1819, para vila de Parnaíba, nomeado que fora, como Juiz de Fora.

Ao tomar conhecimento da Proclamação da Independência do Brasil, esse grupo de pessoas esclarecidas e elevada projeção social, que freqüentavam o solar de Simplício Dias, começa a conspirar, atraindo mais adeptos para a causa da Independência, inclusive a bancada de vereadores. No dia 19 de outubro de 1822 lançam o manifesto de adesão ao 7 de setembro.

Em resposta a esse ato de rebeldia, o comandante das Armas em Oeiras, major Fidié, parte fortemente armado para sufocar o movimento, tendo solicitado reforço de São Luís, no que foi atendido pelo governador do Maranhão que enviou o brigue de guerra “Infante Dom Miguel”, comandado pelo Capitão Francisco Salema Freire Garção, que fundeou no rio Igarçu seis dias antes de Fidié.

Sem condições de enfrentar militarmente esse poderio de guerra, os líderes revolucionários se refugiam no Ceará (Granja), que já havia proclamado a Independência. Como se verificaria mais tarde, os cearenses

vieram a combater com armas e munições, na Província do Piauí, graças aos esforços desses refugiados.

A cidade de Parnaíba, que não reagira, assistiria atemorizada ao saque dos bens do erário, ao confisco dos bens dos revoltosos e prisão de seus parentes.

De todos os companheiros do levante de 19 de outubro de 1822, Simplício Dias da Silva foi o mais prejudicado. Seus bens foram os mais atingidos, estes eram expressos em moeda corrente, libras esterlinas, ouro, jóias, obras-de-arte. Suas charqueadas também foram atingidas.

Dom Pedro I, num gesto de reconhecimento, chegou a nomear Simplício Dias governador da Província, uma incumbência honrosa, mas que não teve condições de aceitar; necessitava permanecer à frente de seus negócios que estavam financeiramente abalados. Assume em seu lugar o Barão da Parnaíba, um colega da luta pela Independência, que já respondia pelo cargo, na distante Capital, Oeiras.

A luta por um ideal cobraria um alto preço a Simplício Dias. O pagamento seria a destruição de seus bens, contrariedades, danos morais.

Uma coisa não o abalou, porém, foi seu acendrado idealismo: o patriotismo o levaria na qualidade de Comandante de Armas da vila de Parnaíba, a colaborar com o cerco de Caxias, destruindo as forças inimigas na região norte da Província do Maranhão, culminando com a prisão de Fidié.

A Balaiada

Em dezembro de 1838, tem início no Maranhão a insurreição denominada Balaiada, que se estenderia logo em seguida ao Piauí, alcançando até o Ceará e a Bahia. O nome da revolução vem do apelido de um de seus chefes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, alcunhado “Balaio”, em virtude de seu ofício de confeccionar e vender balaies.

A Província do Piauí, que passara 15 anos de tranquilidade, desde a guerra da Independência, com a expulsão de Fidié, estando em franca recuperação sua estrutura econômica e social, mercê de laborioso trabalho de sua gente, que, com seus criatórios nas pastagens nativas, voltara a dinamizar a riqueza baseada na pecuária, viria experimentar mais uma vez o abalo de suas finanças, com a eclosão de outra guerra, sustentada praticamente sem o apoio do poder central.

Muitos são os motivos a justificar mais este conflito. Segundo Mário Meireles: *“a marcha das idéias liberais; o levante das massas rurais contra os potentados; a indisciplina dos remanescentes da guerra da independência; o cangaceirismo; a ação dos escravos fugidos e aquilombados; os escapos do despotismo do Visconde da Parnaíba; os excessos da oposição maranhense (os Bem-te-vis); a lei dos prefeitos e sub-prefeitos, de 26.07.1838, apontada como arma de perseguições governista”*. (in Camilo Filho- ob. cit, pág 25).

Tensões sociais e políticas constituiriam o fermento que explodiria em forma de revolução. A província do Maranhão, desde a Independência, vinha passando por grande agitação política, quando o grupo político denominado “Cabano”, em 1836, ascende ao poder, derrotando o “Bem-te-vis”: *“Dois grupos em guerra, dois violentíssimos pugnadores, qual mais acirrado em seus princípios, qual mais intelectualmente forte, semeando pela imprensa idéias mais personalistas”*. (in Miridan Britto Knox- O Piauí na primeira metade do século XIX).

Os documentos emanados dos chefes rebeldes encontraram eco nas camadas mais descontentes. Sempre faziam pesadas críticas aos portugueses, que detinham maior riqueza, gozando de facilidade e vantagens nos negócios das Províncias, ocupando os cargos mais importantes.

Escravos despojados de direitos, que, descontentes, alimentavam atos de rebeldia, constituindo-se numa massa fácil de ser cooptada.

Os vaqueiros, que no auge da época do couro, tinham o necessário para o sustento de suas famílias, viram a fartura dos currais desaparecer, quando alcançam preço no mercado os subprodutos como peles, sebo, crinas, manteiga, queijo, etc, e que passaram a ser requisitados pelos fazendeiros.

O ano de 1838 foi de inverno rigoroso. Rios e riacho transbordaram. O nível do rio Parnaíba alcançou um dos pontos mais altos de sua história, inundando e destruindo as plantações. O excesso de chuvas contribuiu para a destruição das lavouras, levando fome ao homem do campo.

No Maranhão, o novo Presidente Vicente Tomás de Figueiredo Camargo, a exemplo de outras Províncias como o Piauí, havia instituído a Lei dos Prefeitos, lei combatida pela oposição e pela opinião pública. Os Prefeitos, pessoas da confiança dos Presidentes das Províncias, eram nomeados para exercerem, no município, os poderes Executivo e Judiciário.

Segundo José Ribeiro do Amaral, os Prefeitos nomeados, *“além das funções policiais do juiz de paz e de chefe de polícia, exerciam a de inspecionar as escolas, qualificar os jurados, prender ou mandar prender os corpos de delito e executar as sentenças criminais dentro de sua comarca”*.

O alistamento militar obrigatório, exigindo cada vez mais soldados para o sul do País, acabara nas distantes províncias, por servir de arma

política para as oligarquias dominantes, que recrutavam apenas a arraia-miúda, os rurícolas mais humildes, a ralé incapaz de reação. O arbítrio também foi usado para perseguições políticas, convocando os jovens das famílias adversárias para servirem longe da terra natal. *“Desterrá-los para o recrutamento ou prendê-los à disciplina das tropas era o mais doloroso golpe que poderiam experimentar”*. (...) *“trabalhos forçados, perseguições, maus tratos, prisões ilegais, recrutamento, açoites, foram os meios de que se serviram muitos novos magistrados (os prefeitos) para firmarem o prestígio de sua autoridade”*. (in Miridan Britto- obra citada).

No Piauí e no Maranhão, continuava a mesma estrutura social do tempo do povoamento: províncias esquecidas dos poderes públicos, conhecidas apenas em virtude do recrutamento.

“A lei que criou o cargo de prefeito foi rude golpe dado nas conquistas políticas das populações rurais. Até então, conforme o Código do Processo, cada distrito municipal tinha seu Juiz de Paz, autoridade policial, escolhida pelos eleitores e chefes locais que sempre sufragavam para aquela função seus próprios correligionários.

Agora, com a reforma que se executa, como consequência do Ato Adicional, foram cerceadas as prerrogativas dessa autoridade. Suas funções mais importantes passaram a ser atribuições do prefeito, preposto daqueles que representam a oligarquia, e nomeado pelo Presidente da Província, e, por vezes, pessoa estranha ao meio.

Essa medida provocou desgostos, que, partindo de baixo para cima, atingiram dentro em pouco todas as classes. Do seio dos descontentes, surgiram os filisteus da revolta. São eles inspetores de quartirão, juizes de paz, oficiais da guarda-nacional, forasteiros ambiciosos que buscavam oportunidade para brilhar, até mesmo, fazendeiros que se divorciavam dos oligarcas, animados talvez do espírito liberal da época, ou melhor, democrático, que fora exercitado com a experiência do Código do Processo.

Desse estado psicológico para a luta armada, distava apenas o aparecimento de um pretexto.”

Começava o ano de 1839, quando correm notícias de que em dezembro do ano passado, alguns vaqueiros procedentes do Maranhão se rebelaram contra o recrutamento.

Tudo começara quando, em 13 de dezembro de 1838, Raimundo Gomes Vieira Jutahi, um mestiço vaqueiro piauiense, assaltou a cadeia

pública da vila da Manga, na comarca de Itapecuru (Maranhão), libertando seu irmão e outros presos.

O fato se dera porque, naquela vila, Raimundo Gomes, que conduzia uma boiada pertencente ao Pe. Inácio Mendes de Moraes, teve sua marcha interrompida pela prisão de vários “tangerinos”, seus auxiliares, recrutados para o serviço militar fora da Província. Dentre os detidos, um seu irmão acusado de assassinio. Dirigindo ao subprefeito José Egito, “cabano”, inimigo do padre que era um “bem-te-vi”, argumentou sobre os prejuízos que causaria, pois a boiada não poderia prosseguir viagem, desfalcada de tangedores. Não conseguindo libertar os companheiros, então anunciou que no dia seguinte viria libertar à força os que foram abusivamente recrutados.

Como prometera, no dia seguinte, acompanhado de dez homens, em plena luz do dia, invadiu a cadeia pública, libertando os presos e apossando-se do armamento. A Força Pública, constituída de 43 soldados, aderira ao movimento.

Após o acontecido, Raimundo Gomes lança seu protesto contra a Lei dos prefeitos e subprefeitos, manifestando-se favorável ao restabelecimento das prerrogativas dos juizes de paz.

Inicia-se assim a luta que recebeu o nome de “Balaçada”, e seus seguidores, o de “balaaios”. Pelo menos, metade do território do Maranhão e do Piauí seria atingida pela revolução por mais de dois anos, deixando as Províncias arruinadas social e economicamente. Mortes, saques, assaltos, atrocidades, foram cenas dominantes.

“Levantamento de cafusos, crioulos, mulatos e pretos, de vaqueiros e agricultores, de escravos fugidos e soldados desertores, de bandidos e vagabundos, sem uma figura maior que os chefiasse. Atiraram-se à luta, eletrizados por uma comunhão espiritual de vindita”, ainda nas palavras de Mário Meireles, numa revolução que levou às armas mais de 10.000 combatentes. (in Camillo Filho - obra citada).

Pouco se sabe sobre Raimundo Gomes. Eis a descrição de Miranda Osório, Prefeito de Parnaíba, comunicando ao Barão o ataque aos balaaios.

“..esse tal Raimundo Gomes é um cabra negro, que nem mesmo sabe ler, e é este o herói que tem abalado uma não pequena parte da Província do Maranhão”.

Contudo, apesar de seus poucos conhecimentos, sabia redigir suas cartas. Foi o líder mais tenaz, iniciou a revolta e foi o último a render-se.

A inquietação chega ao Piauí, quando informações dão conta de que Raimundo Gomes, liderando a rebelião, transpusera o rio Parnaíba, podendo estar se dirigindo para Campo Maior, terra de sua família, com que ainda mantinha relações pessoais.

No povoado Enjeitado, município de Tutóia (Maranhão), Isidoro Carvalho, encarregado do recrutamento, solicita do Prefeito de Parnaíba (Piauí), José Francisco de Miranda Osório, que venha buscar 7 camponeses recrutados, mantidos presos, que poderiam ser libertados por um tal de Raimundo Gomes. Logo após a transferência dos presos, a casa de Isidoro Carvalho foi invadida por João Cardoso, que liberta 4 homens recentemente recrutados, notícia que rapidamente chegou a Miranda Osório, inclusive, com informações de que a própria vila da Parnaíba poderia ser assaltada.

Os prognósticos se confirmaram, quando Raimundo Gomes, à frente de 180 homens, marchou de Miritiba (Maranhão) para Tutóia, onde entrou sem resistência. Daí rumou para Mariquita, situada a quatro léguas de Parnaíba, quando então se junta a João Cardoso, transpondo o rio Parnaíba na Fazenda Várzea, em solo Piauiense. Miranda Osório vai a seu encontro com 120 praças da 1ª linha, guarda-nacionais e toda força que pôde arregar. Talvez informados da superioridade das forças legalistas, os rebelados fogem do combate, indo ocupar a Barra do Longá (Piauí).

Miranda Osório, ao chegar à Fazenda Várzea, encontra-a deserta e, no dia seguinte, 31 de janeiro de 1839, bem cedo, parte para o ataque na Barra do Longá, surpreendendo parte dos adversários que estavam numa ilha no meio do rio. Em seguida, ataca o grosso das tropas em terra firme, onde estava o líder Raimundo Gomes. Desbaratados e em fuga para o lado do Maranhão, perdem a bagagem, 20 cavalos, 21 armas, 6 mortos e 18 presos.

Miranda Osório comunica a ocorrência ao Barão de Parnaíba. Notícias davam conta de que outros pontos ribeirinhos do Parnaíba estavam ameaçados pelos revolucionários do Maranhão. Sem dinheiro, armas e munições, pois todo o efetivo regular da polícia chegava apenas a 361 praças destacadas em várias localidades e, assistindo o engrossamento das fileiras dos rebeldes, o Barão toma medidas urgentes. Suspende a remessa do saldo de caixa no valor de 54: 520\$616, que estava destinado

para o Tesouro Nacional; compra as poucas armas e pólvora que havia em Oeiras; autoriza Miranda Osório, Prefeito de Parnaíba, a comprar 60 armas; destaca para Campo Maior o Capitão Antônio de Sousa Mendes com 70 praças para se juntar aos 40 que lá estavam. Convoca a população para pegar em arma, a que todos se apresentassem com as armas que tivessem, mesmo que fossem clavinas, conseguindo, com essas medidas, voluntários prontos para a defesa da Província.

O governo central, já demonstrando preocupação com os rumos da revolta, nomeara, a 3 de março de 1839, Manoel Felizardo de Sousa para a presidência do Maranhão.

Enquanto isso, por onde passava, Raimundo Gomes recebia inúmeras adesões, inclusive, de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, também apelidado “Balaio”, um homem pobre, confeccionador de cestos de palha. Sua adesão estava ligada ao desejo de vingança, pois o capitão Antônio Raimundo Guimarães, quando passando por sua casa, desonorara uma de suas filhas. Morto em combate antes do fim da revolta, Balaio, passou para a história como o chefe mais cruel dos revoltosos. Semi-analfabeto, suas atrocidades associaram ao movimento o sinônimo de banditismo. Teve papel de destaque no cerco de Caxias, tendo sido o autor dos termos que estabeleceu a rendição. Dirigiu manifesto aos piauienses, exortando-os à luta rebelde, intitulando-se tenente-general e “Governador das Armas do Maranhão”.

Juntara-se a eles o preto Cosme ou Dom Cosme Bento das Chagas, “Tutor e Imperador das Liberdades Bentevis”, como se autoproclamava. Chefiou os negros fugitivos ou aquilombados. Sobre ele, assim se expressou Ribeiro do Amaral:

“evadido das cadeias, tido e havido por feiticeiro e gozando de grande ascendência entre os de sua raça, pôs-se este famigerado bandido à testa de três mil escravos sublevados”.

Raimundo Gomes, quando derrotado na Barra do Longá, passara pouco tempo nas matas adjacentes. Acompanhado apenas de alguns seguidores, regressa ao Piauí pelo município de Piracuruca e, ao chegar a Campo Maior, mantém entendimentos com Lívio Lopes Castelo Branco, de rica e tradicional família, que logo assumiria papel de destaque no movimento.

À frente de 50 homens, volta ao Maranhão, atravessando o Parnaíba na localidade Boqueirão, afirmando que voltaria para se vingar da derrota sofrida na Barra do Longá.

Miranda Osório fica de sobreaviso e toma providências para que *“sejamos respeitados e que possamos fazer sentir àqueles aventureiros que impunemente se não perturba a ordem nesta Província”*. Para acalmar os ânimos, resolve suspender o famigerado “recrutamento” destinado a suprir os quartéis do sul do Brasil e que tanta revolta vinha causando às famílias dos vaqueiros e lavradores.

Raimundo Gomes vai se projetando como herói popular. Prova disso foi a desobediência dos índios da Serra Grande: quando recrutados pelo Governo do Ceará, recusaram-se a combater os rebeldes chamando-o de “nosso irmão”.

Os Balaies ganham força e passam a ser temidos, quando em abril conseguem a retumbante vitória sobre a expedição legalista de Pedro Alexandrino, em Angico. Os rebeldes ficam senhores de Brejo, Iguará e Tutóia no Maranhão.

Brejo, um importante centro do Maranhão, assiste à fuga das famílias e autoridades para o Piauí. O prefeito Severino Alves de Carvalho se refugia em Parnaíba e o comandante das forças, Pedro Paulo de Moraes Rego, em Beiru (Piauí). Miranda Osório, ao receber as famílias de Brejo, entre as quais 14 oficiais da guarda-nacional, compreendeu o tamanho do desastre, inclusive, lastimando a perda do armamento que enviara para a vila e que, a essa altura, deveria estar em mãos dos insurrectos.

Os rebeldes passam a receber grupos de voluntários que cortam o Piauí e vão se juntar às tropas de Raimundo Gomes e Balaio.

Miranda Osório, diante da situação, resolve apelar para os distritos de seu município, Frecheiras e Buriti dos Lopes, convocando os capazes para defesa das instituições. Encontra muita dificuldade entre a população, “repugnância geral do povo”, muitos dos “chamados” proclamando que preferiam ficar com os revoltosos.

Em 17 de maio de 1839, o Barão da Parnaíba lança um manifesto, amplamente divulgado:

“PIAUIENSES. Um bando de facciosos, delirando e divergindo dos verdadeiros princípios de patriotismo e boa ordem, tem assolado os centros da província vizinha do Maranhão, cometendo, a ferro e fogo, assassinatos e roubos, sob frívolos pretextos, com que procuram engrossar diariamente o seu partido, digno de certo da execração e do ódio dos cidadãos pacíficos, que, amando a sua pátria, só anelam a sua tranqüilidade e o seu bem-estar; revoltosos e transgressores das leis, eles

se têm prostituído ao ponto de não respeitarem nem o sangue nem a honra de seus semelhantes; zombando dos mais sagrados deveres, que deviam enfrear suas relaxadas consciências, eles se têm negado de uma maneira insolente à obediência à constituição e autoridades legítimas, desprezando todos os ditames da religião e mesmo os da natureza. Piauienses, não satisfeitos, tais malvados com os destroços que hão causado àquela província, tentam agredir-nos e baralhar a doce e invejada paz de que felizmente temos gozado no meio mesmo das convulsões políticas, que têm aparecido nas diferentes províncias do nosso império: e é em tão apurada crise que vós deveis repelir a audácia de semelhantes facciosos, fazendo-lhes sentir o arrojo de vos vir insultar com as armas nas mãos, perturbando a vossa tranqüilidade e quietação. Piauienses, às armas; cumpre defender o nosso terreno, as vossas vidas e as vossas caras famílias. Não vos deixeis arrastar pelas subversivas e detestáveis doutrinas de tão péssima canalha, que após suas ruínas desejam abismar no pélagos de seus absurdos um grande número de gente inconsiderada, que não sabe consultar o seu interesse próprio. Sim, Piauienses, reuni-vos em força respeitável para debelar esses detestáveis monstros de uma anarquia civil; não vos deixeis manchar com o indigno ferrete da cobardia e pusilanimidade. Sempre o Piauí teve a honra de dar o exemplo de um valor a toda prova, de uma prudência ajustada e de uma firme adesão à constituição e ao monarca que nos rege.

“Viva a nossa santa religião, viva a constituição, viva S. M. o imperador constitucional, o Sr. dom Pedro II. Vivam os piauienses.

“Palácio do Governo em Oeiras, 17 de maio de 1839- Barão da Parnaíba

Em junho, aproveitando a visita do Presidente do Ceará a Parnaíba, Miranda Osório conseguiu que aquela província enviasse um reforço de 80 praças para auxiliar o Piauí. Também cria a Brigada dos Bravos Legalistas de Parnaíba, da qual, ele como Prefeito da cidade, seria o comandante.

Nos primeiros dias de junho de 1839, Miranda Osório, à frente de 100 praças, parte para combater Beiru, enfrentando e desbaratando mais de 300 rebeldes. Retoma o porto e restabelece a ordem. Em seguida, organiza a ocupação de Marruás (atual cidade de Porto), Melancias (atual cidade de Luzilândia), portos fluviais do Parnaíba, fronteiras aos municípios de Brejo e São Bernardo, no Maranhão, que estavam em poder dos balaies. O objetivo era impedir a comunicação dos rebeldes com o Piauí.

Dando exemplo vivo de coragem, ele, um herói da guerra do Fidié, dirige-se a Campo Maior e Piracuruca, onde, com entusiasmo, exorta e anima a todos para a luta. Consegue triplicar o efetivo de voluntários.

Ao voltar à cidade de Parnaíba, recebe a notícia que Frecheiras, importante distrito de seu município, acabara de aderir à rebelião. Comandavam o movimento, oficiais da guarda-nacional, fazendeiros e proprietários. Miranda Osório destaca o Cap. Inácio Ferreira de Araújo para negociar, tentando apaziguar os ânimos. Lança um manifesto ao povo de Frecheiras, exortando-os ao estabelecimento da ordem.

Paralelamente, toma providências para que Piracuruca se preparasse para atacar os insurgentes, em caso de necessidade. Surgem notícias de que os chefes rebeldes, Antônio Almeida Portugal, Domingos Ferreira Veras, ambos da guarda-nacional de Parnaíba, José Ferreira de Veras, do Corpo da Polícia e Luis Barroso de Veras, do extinto Regimento de Cavalaria, a conselho dos Mourão, de quem eram parentes, haviam debandado. Sem saber que a insurreição continuava, Miranda Osório envia novamente o Cap. Inácio Ferreira para Frecheiras, sendo este preso pelos revoltosos, que continuaram o movimento. Sob tortura, Cap. Inácio Ferreira viria morrer na cadeia.

Os rebeldes conseguem documentos de que seriam atacados por forças de Piracuruca e Parnaíba, no dia 17 de junho. Preparam então uma emboscada no lugar Mucambo, situado antes de Frecheiras, surpreendendo os legalistas, que perdem toda bagagem.

Miranda Osório prepara-se para castigar os audaciosos camponeses, entregando o comando da tropa punitiva ao Maj. Joaquim Ribeiro da Silva, que viera do Ceará com reforços. Ao tomarem conhecimento da expedição que se aproximava, os revoltosos debandam, uns para o Maranhão, outros tentando se refugiar no Ceará, onde tinham parentes. São duramente perseguidos até as fronteiras do Ceará

Em fins de agosto de 1839, logo ao retornar a Parnaíba, a expedição recebe notícias de que os sublevados haviam reiniciado suas atividades em torno de Frecheiras, atacando as fazendas daqueles que auxiliaram os governistas. Esta seria a tática adotada daí para frente: na incerteza da vitória, fugir dos combates, para, na ocasião propícia, atacar sem piedade.

MANUEL CLEMENTINO DE SOUSA MARTINS

Em maio de 1839, o Barão da Parnaíba recebia ofício do Governo do Maranhão pedindo auxílio para debelar a insurreição. O Prefeito de Caxias, em situação difícilíssima naquele momento, também pede socorro à vizinha Província do Piauí.

Pastos Bons e Passagem Franca (Maranhão) já haviam caído em poder dos rebeldes.

Lívio Castelo Branco, à frente de 600 camponeses que aliciara em Campo Maior (Piauí), já se juntara aos rebeldes que sitiavam a cidade de Caxias. Não demoraria muito, Caxias, o maior centro comercial da região, não resistindo ao cerco, a 30 de junho, cairia em poder dos revoltosos.

À frente de 70 homens, o Cap. Antônio de Sousa Mendes parte de Oeiras para Campo Maior, onde se juntaria ao destacamento de 60 praças ali existentes, tendo como missão organizar a Coluna Norte, que se aquartelaria em Estanhado (hoje cidade de União), povoação situada à margem direita do rio Parnaíba.

Chegam a Oeiras notícias da insurreição em vários pontos da Província. A princípio, promovida pelos inspetores de quarteirão, em seguida com a conivência dos Juizes de Paz. Há rebeldia por parte da população, principalmente na região norte.

O Barão envia mensagem à Assembléia, mostrando a escassez de recursos da Província para fazer frente à situação:

“Examinei logo o estado dos cofres; fui ver pessoalmente os armazéns públicos e a casa de pólvora, e achei-me sem dinheiro, sem armas e munições...”

Diante desta emergência, Manuel Clementino de Sousa Martins se oferece para lutar em defesa da legalidade.

“Clementino, afilhado, sobrinho e genro do Barão, já havia conquistado relevo na história militar da Província, na guerra da Independência e na revolta de Pinto Madeira. Em Bodocó (Pernambuco), fizera correr os restauradores. Em Caxias, contribuíra para a capitulação de Fidié, e salvara, no recanto de Bonfim, dum desbarato completo, as forças de Alecrim. Sua bravura ia até a temeridade; sua honestidade não admitia transigência. Espírito comunicativo, personalidade dominadora, sua atitude provocou movimento de exaltação que, partindo da mocidade,

atingiu toda a família oeirense. Fazendeiros, agricultores, artífices, imediatamente atenderam ao reclamo do campeador da ordem legal. Formou-se um luzido estado-maior, em que se viam amigos e parentes seus e pessoas das famílias mais representativas da Província. Defendiam a oligarquia que dominava o Piauí, desde a Independência, ou melhor, desde a conquista: a oligarquia dos pastores”. (in Odilon Nunes-Obra citada).

À frente de 300 homens, o Major Clementino de Sousa Martins parte de Oeiras no dia 17 de julho de 1839, para combater os revoltosos, devendo comandar as forças de Campo Maior para o Sul.

Ao longo da marcha, vão engrossando as fileiras com novas tropas: “Já dispunha ele de cerca de 800 guerreiros espalhados em vários destacamentos”. Sempre se comunicando com o Barão, punha-o a par dos acontecimentos. Informa que antes de chegar a São Gonçalo (hoje cidade de Regeneração), havia deixado pontos de correios, um na fazenda Alegre, outro em Gameleira. Que, de São Gonçalo, partiria para combater os rebeldes que estavam em São Francisco (atual cidade de Amarante), a quatro léguas, na embocadura do Canindé. Aí tomou conhecimento de que os rebeldes haviam invadido o povoado Manga, situado à margem direita do Parnaíba, próximo à foz do rio Gurguéia. Era necessário destruir este núcleo rebelde que ficara à retaguarda, podendo ameaçar Jerumenha (Piauí) e até mesmo Oeiras. Sob o comando de José Maurício Pestana (Comandante dos Voluntários), foram enviados piquetes por ambas as margens do Parnaíba.

Vencidos os rebeldes, foram estabelecidos postos militares em Manga e Bom Jardim (atual cidade de Floriano/PI). Na volta, descem o rio Parnaíba, trazendo canoas e barcos que encontram ao longo das margens e que servirão para transportar bagagem ou tropa de artilharia, quando necessário.

O major Clementino prossegue rio abaixo, até Queimadas, atual cidade de Palmeirais (PI). A bordo da barca “Legalidade”, dialoga com seus comandados sobre a possibilidade de entrar em território maranhense para combater os balaíos. Foi deliberado que se invadissem o Maranhão. Clementino oficia ao Barão que iria ocupar Pastos Bons e São José dos Matões.

Segue então para Suçupara, onde concentra as forças para marchar contra Pastos Bons. Os rebeldes abandonam Pastos Bons, dirigindo-se para Mirador, onde se preparariam para o combate. Em Pastos Bons,

os rebeldes, na fuga, não tiveram tempo de levar o gado que servia para seu abastecimento. Major Clementino organiza uma guarnição de 56 praças para proteger Pastos Bons e parte para o ataque a Mirador, onde enfrentaria 200 combatentes que os esperavam fora da povoação. Vitoriosas, as tropas entram em Mirador, que estava deserta.

Clementino ordena que fosse incendiada a povoação, segundo ele, *“por ser o abrigo e foco dos malvados, reservando somente mui poucas casas, por pertencerem a pessoas reconhecidamente amantes da ordem”*.

Em Passagem Franca, não encontra reação. Ao contrário, informa que foi recebido *“afavelmente”*. Prossegue sua caminhada para São José dos Matões, não encontrando resistência, pois os rebeldes haviam fugido.

CLEMENTINO DE SOUSA MARTINS X LÍVIO CASTELO BRANCO

Na sua marcha para o norte, Clementino já se aproximava de Caxias, que estava em poder dos revoltosos. Lívio Castelo Branco tenta negociar, pois já não controla a malta de balaio, que não obedece às suas ordens. Na realidade, já estava decido a abandonar Caxias e ao movimento. Porém, em carta dirigida ao major Clementino, oculta tais sentimentos, tentando barrar a marcha triunfal que se aproximava. Parte para a intimidação, dizendo-se à frente de mais de mil guerrilheiros e assim escreveu:

“A revolução bem-te-vi já não é uma facção, como supõe V. Sa., tem hoje tomado um tom político: o Governo desta Província (Maranhão) assim o entendeu e se acha conosco em negociações de paz; V. Sa. ao conhecimento disto, como nesta ocasião lhe faço ver, dando minha palavra de honra, deve esbarrar sua marcha e eu remeter-lhe-ia disso documentos autênticos, se V. Sa. pudesse afiançar-me a volta deles de que necessariamente preciso para minha defesa. (...)”

“E protesto em nome do Imperador, o Sr. D. Pedro II, não consentir que V. Sa. rompa nossas fileiras, sem que esse tratado se decida à vista disso, se V. Sa. tentar vir fazer correr com todo o excesso o sangue brasileiro porque os legítimos bem-te-vis defensores da lei, do Monarca e de tudo quanto é sagrado, esquecem a morte quando defendem seu direito e a liberdade: eu pelo menos sacrifico-me ao todo em defesa de objetos tão caros e se medirmos nossas forças presentes, a vitória se torna duvidosa”.

A intimidação não surte efeito. Clementino percebeu que Lívio estava tentando ganhar tempo, para então fugir. Tratou logo de mudar sua rota para as margens do Parnaíba para evitar a fuga do agitador pelo território piauiense.

Clementino se tornara o terror dos insurretos. Com sua aproximação, os balaio, temendo um ataque, começam a abandonar Caxias, ocasião em que lançam um manifesto aos piauienses, chamando-o de fera e sanguinário. O chefe Balaio se intitulava *“tenente-general e governador das armas do Maranhão”*.

“Piauienses, caros irmãos e quase compatriotas. O despotismo do presidente Camargo, da assembléia de nossa província e da câmara da capital, praticado contra nós, para adular os portugueses mais indignos que tem habitado o Brasil, as repetidas infrações da constituição, já no recrutamento, no tribunal do júri, nas eleições e deportações, nos fazem pegar em armas, para pôr, em vigor nossa lei fundamental: esperávamos que o vosso presidente nos ajudasse, como bom brasileiro, que pugnou pela independência, mas desgraçadamente seduzido pelos emigrados desta província, que nos chamam ladrões devastadores, ele consentiu que uma fera, indigno do nome de brasileiro, atravessasse para nossa província e cá cometesse incêndios de povoações, roubos, assassinatos, que faz horror proferi-los, e vós o sabeis.

Somos, portanto constrangidos a marchar para vossa capital, não como inimigos devastadores, marchamos como vossos libertadores, vamos vos tirar de um jugo, que de há muito sofreis com pesar.

“Piauienses! vós e nós não podemos ter um governo inimigo, somos vizinhos, que muito precisamos uns dos outros, somos amigos, somos aparentados, somos todos brasileiros. Vós necessitais dos nossos portos de mar, que vos fornecem os gêneros de importação e recebem os de exportação de vossa província, nós precisamos de vós, que nos forneceis os vossos gados e comprais os nossos efeitos de comércio. Uma amizade mútua deve reinar entre nós. O presidente que vos governa, se for vosso amigo, será também nosso, e se for nosso inimigo será também vosso.

Não presteis os vossos braços aos nossos tiranos; uni-vos conosco para os derrubar. Piauienses, os vossos tiranos vos dizem que nós vos tratamos de fracos, e que é preciso mostrardes coragem. Eles vos enganam. Nós fazemos justiça ao valor e nós o conhecemos quando unidos trabalhamos em favor da independência. Empregai, pois, piauienses, essa coragem de que tantas vezes falamos, e fomos testemunhas, em

benefício de vossos irmãos e amigos do Maranhão, e contra os tiranos de vossa província e de outros que nos quiseram escravizar.

Piauienses, poupai o vosso sangue, corra só o dos nossos inimigos. Viva a constituição! Viva o Sr. dom Pedro III! Vivam os brasileiros unidos do Piauí e mais províncias! - 29 de agosto de 1839."

Os amigos de Balaio e Raimundo se encarregaram de espalhar a mãos cheias essa mensagem.

Como previsto, Lívio se deslocara em direção ao rio Parnaíba, tentando uma passagem em ponto menos guardado. Segue em seu encalço, pelo lado do Maranhão o próprio Clementino e, pelo lado do Piauí, o tenente. Borges, com 80 soldados.

Os rebeldes vinham tentando a todo custo estabelecer uma cabeça de ponte no lado piauiense do rio Parnaíba. Passam por Melancias (Luzilândia) e se apoderam de Riachão e Riacho dos Cavalos (atual David Caldas/PI). Diante dessas circunstâncias, Clementino resolve voltar ao território piauiense, estabelecendo-se na foz do rio Poti.

Estanhado (atual União) também caíra em poder dos revoltosos. Clementino, tendo notícias de que Lívio estava em Santa Rita, ocupando as duas margens do rio, parte para o ataque. Aos primeiros embates, os rebeldes fogem para o lado do Maranhão, onde estava o grosso de suas tropas, deixando toda a bagagem, armas, munições e víveres. As tentativas de ataque com barcas são repelidas pelo fogo maranhense. Por todo o dia, defrontavam-se em combate 2.500 guerreiros, em campos fronteiriços, separados pelo rio Parnaíba.

O Cap. Francisco Raimundo dos Santos, à frente de 400 soldados, consegue atravessar o rio, no que é seguido por Clementino, que pessoalmente dirige as operações de guerra. Os insurretos fogem do confronto, com grande prejuízo, deixando abandonados 22 barris de pólvora, 850 cartuchos, mais de mil balas, duas arrobas de chumbo e duas peças de artilharia. Fogem uns para Morro Agudo, onde estava Balaio, a 5 léguas de distâncias, outros para Conceição.

Clementino parte ao encalço, quando, no lugar Baixão, nas matas da Conceição, é travado um violento combate. Quando já se contabilizava mais uma vitória, Clementino é ferido mortalmente.

Na descrição de Antônio Mendes, escrita de Santa Rita, no dia 14 de setembro de 1839, poucas horas depois do embate:

"... nossa coluna avançou com aquela intrepidez que costuma e o Major, precipitando-se impetuosamente na vanguarda contra o inimigo, recebeu uma bala acima do umbigo, da qual sucumbiu dentro de meia hora, dando em suas últimas expressões tanta prova de valor como mostrava nos ataques: avancem camaradas, que, por morrer um homem, não se abandona a causa: só vos peço que sejais constantes e vingai-me a morte.

Logo que conheceu que estava ferido mortalmente, chamou o ten. cel. João Rebelo Cardoso e lhe entregou o comando e pouco depois morreu. Expirado ele, o Cap. João Batista e o voluntário Leôncio José de Moraes o conduziram para este porto onde me acho doente e esta noite seguirá o corpo para a capela do Estanhado."

De toda parte do Brasil, chegaram manifestações de pesar.

Quanto a Lívio Castelo Branco, este conseguiu atravessar o rio em Estanhado, no Piauí. Alegara para as tropas que ia inspecionar a outra margem do rio, acompanhado de apenas seis seguidores, quando aproveitou para fugir, sonho que já vinha alimentando há muito tempo. Outros rebeldes assumiriam o comando da guerrilha.

Perseguido por uma equipe de oficiais que seguira em seu encalço, não foi, contudo, preso em território piauiense. Chegou-se mesmo a oferecer recompensa por sua captura, mas sem nenhum sucesso. Havia fugido para o Ceará.

PROSSEGUE A GUERRA

Com a morte de Clementino, houve consternação da população oieirense. Os balaioes se reanimam e voltam a ocupar Caxias, praticando todo tipo de tropelias. O Prefeito daquele município pede auxílio ao Governador do Maranhão, afirmando que a população estava sendo dizimada, acrescentando: *"o presidente do Piauí não pode pacificar a província do Maranhão só, sem que V. Excia. dê o começo."*

O Barão também oficia a Manuel Felizardo "Guarneça Caxias", pois ele, Barão, *"já tem vários outros focos a debelar em toda a margem do Parnaíba"*.

Em substituição a Clementino, foi escolhido o Capitão Antônio de Sousa Mendes, que ocuparia o posto de Comandante-Chefe, em hora de grande tensão.

De imediato, comunica ao Barão que atacaria Santa Rita, que distava duas léguas de seu quartel de Comando, e assim o fez, no dia 28 de setembro. Numa batalha sangrenta, enfrentaria os rebeldes comandados por Ruivo e Pedregulho. Batidos, os que escapam, atravessam o rio Parnaíba e vão se reunir a “Balaio” no Morro Agudo.

A 2 de outubro, é criada a Coluna do Oeste, sob o comando do major José de Sousa Martins, que parte imediatamente para Jerumenha, para organizá-la. Vale salientar que o major José Sousa Martins era o Prefeito nomeado de Parnaguá, e que estava em Oeiras desde agosto, quando havia passado o cargo para o subprefeito Francisco Cavalcante de Gouveia.

Na marcha para Jerumenha, teve que combater os rebeldes em Manga, penetrando também em território maranhense fronteiro àquela região, infligindo pesadas baixas ao inimigo. Daí parte para esmagar os sediciosos de Parnaguá. Torna-se a figura de maior relevo no vale do Gurgúeia. Em perseguição aos fugitivos, chegaria a alcançar o território baiano.

O Cap. Mendes não fora atacar os balaioes em Morro Agudo como anunciara inicialmente. Isso lhe rendeu críticas, mas seria temeridade penetrar no Maranhão com poucos piauienses, quando o presidente daquela província, Manoel Felizardo, pouca coisa fazia para reprimir o levante, limitando-se a agir somente em torno de São Luís.

Os balaioes, ocupando novamente Caxias, procuram expulsar as poucas tropas que ainda representam a legalidade, ameaçando o território piauiense numa faixa de mais de 800 quilômetros.

Depois dessa segunda queda de Caxias, o Barão torna a levar seus ressentimentos a Manuel Felizardo. Chega mesmo a baixar portaria, no mês de outubro, autorizando ao Cap. Antônio Mendes a ir *“em socorro dos pontos infestados, pois que não é possível esperar-se mais pelas morosas tropas do Maranhão, quando os caxienses e outros sofrem os últimos arrancos de semelhante cáfila.”*

Na realidade, o Piauí não poderia invadir o Maranhão com pequena força, e o lógico seria atuar como vinha fazendo, pequenas incursões ao longo da margem do Parnaíba.

O Presidente do Ceará, em 12 de novembro, assim se expressou:

“já não sei que juízo faça do Exmo. Sr. Manoel Felizardo, de quem desde 26 de junho nenhuma notícia tenho, nem das tropas do Maranhão”.

(...) “O povo desta e da rebelada província por uníssonos voz clama que o Presidente do Maranhão é conveniente, e eu já não consigo desculpar ao menos pela falta de correspondência comigo”.

Enfim, o Governo do Maranhão dava-lhe notícias, dizendo que, em meado de junho, 700 combatentes haviam sido enviados para Caxias, mas, com as notícias de que os rebeldes atacariam São Luís, foram chamados com urgência para defenderem a Capital.

O Barão da Parnaíba aumenta teor das críticas a Manuel Felizardo, quando escreve ao Presidente da Bahia:

“..já não posso contar com as Forças Expedicionárias da Capital do Maranhão, porque, ou quem dirige não tem o mesmo empenho que eu em suplantar a anarquia, ou (o que me custa acreditar, mas que se tem divulgado) coniventes com os salteadores, deixam-lhes a liberdade de assaltar toda a Província e ociosos dormem nas margens do Itapecuru-Mirim”.

Do Quartel de Estanhado, combatendo os balaioes, quer em solo piauiense ou maranhense, o Comandante major Antônio Mendes se queixa da luta de guerrilha:

“É tal o sistema de guerra desses ladrões, que nunca as nossas forças puderam vê-los e eram recebidas com fogo em todas as picadas de dentro das matas....e sendo perseguidos fogem desesperadamente.... e logo depois voltam a seus postos... eu não tenho forças para tomar as estradas: bato-os, porém eles voltam. E quem me assevera que nestes termos eles não me reduzirão ao apuro”.

A luta descamba para a barbárie, com aspectos de selvageria de ambas as partes. Ninguém pode contestar que grandes barbaridades se perpetraram contra os rebeldes do Piauí.

Na versão de Pereira de Alencastre: *“horrores sobre horrores nessa luta fratricida se encontram a cada passo. Ordens reservadas mandavam que se fizessem espingardeamentos em massa, sob o pretexto de não haver prisões para tantos prisioneiros! As expressões de que usava o honrado barão em suas ordens secretas de extermínio eram as seguintes: - sejam estuporados esses tratantes. Não tenho onde guardá-los! A palavra estuporar se tornou bastante popular; e muitos a atestam com a terrível lembrança desses tempos calamitosos, os quais, mercê de Deus, nunca mais hão de voltar.”*

Em Parnaíba, Miranda Osório debela a tempo uma quartelada liderada por dois sargentos, que exigem atualização dos pagamentos dos soldos, ameaçam libertar oitenta presos e atacar a vila. Houve enfrentamento, punição dos amotinados, enfim, restaurado o princípio da autoridade.

Estanhado (União), onde Antônio Mendes tinha seu quartel de Comandante-em-Chefe da Coluna Norte, fora sitiado pelas forças rebeldes. Os balaíos dominavam as estradas que levavam a Campo Maior e povoados vizinhos. As patrulhas de reconhecimento são permanentemente atacadas. Há deserções de soldados, que fogem levando armas e munições, com abalo moral sobre a tropa. O comandante Antônio Mendes se queixa dos “longaristas” (moradores da bacia do rio Longá), dizendo que são todos “Bentivís”, e que soldados confiáveis são os de Oeiras.

Faltam mantimentos em Estanhado. Era péssimo o estado sanitário da tropa. Além dos feridos em combate, outras mazelas como sezão e desinteria. Havia mais de 200 combatentes acamados.

Com muito esforço, Mendes consegue uma brecha no cerco, indo se encontrar em São Pedro as tropas de Campo Maior e Poti, que chegavam a seu socorro. Daí, unidos, batem os balaíos, dominando a situação em Estanhado.

Mendes decide então ocupar militarmente São Pedro, localizada na saída da mata, um ponto avançado que permitiria facilitar o acesso a seu acampamento.

Um enfrentamento ainda se daria em Boa Vista, quando duas colunas retardatárias, que vinham auxiliar Mendes, uma enviada por Pedro Paulo de Moraes Rego, sob o comando do Ten. Vítor Renée e a outra conduzida por Roberto Vieira Passos, comandante de Piracuruca, foram atacadas pelos rebeldes. Foram socorridas pelas tropas de São Pedro, ocupadas pelo contingente de Estanhado. Ai em Boa Vista, ficaria a guarnecer, um destacamento de 30 praças.

CORONEL MORAIS CID ASSUME O COMANDO DAS ARMAS

Com a morte de Clementino de Sousa Martins na localidade “Baixão”, foram mantidos entendimentos para a vinda de militares profissionais. Havia necessidade de oficiais de linha para organizar as

forças piauienses. Em outubro de 1839, o Barão da Parnaíba enviou a Sento Sé (Bahia), cavalgaduras para conduzir a Oeiras o Tenente-Coronel José Feliciano Moraes Cid, que seria o comandante das Armas da Província.

Assumiria o comando em 15 de dezembro de 1839 e, três dias depois, partiria de Oeiras para Campo Maior para acompanhar o desempenho da Coluna Norte, que sediada em Estanhado, estava sob pressão das forças inimigas.

No mesmo dia de sua posse, fora nomeado médico da Coluna Norte, o Dr. Rodrigo José Maurício Júnior e, para capelão, Rev. José Joaquim Ferreira de Melo.

Moraes Cid parte para o teatro da guerra como Comandante-Chefe e, no dia 5 de janeiro de 1840, já se encontrava em Campo Maior, quando toma conta da Coluna Norte e redige uma proclamação, conclamando os rebeldes à obediência da ordem.

Na ordem-do-dia, elogiou os que lutaram bravamente em Boa Vista.

Conheceria nessa cidade aqueles que seriam seus principais colaboradores na luta que se seguiria. Parte para Estanhado e, aí chegando, toma a medida de transferir os mais de 200 feridos para Livramento (atual cidade de José de Freitas), onde fixaria seu quartel general.

Em 15 de janeiro, organiza um corpo de “Imperiais Voluntários do Piauí”, sob o comando de Tomás José Pereira. Logo em seguida vai inspecionar as forças sediadas no Poti. Constata em toda parte, as precárias condições das tropas; enfermidades, falta de vestuário e munições. Faz relatório ao Presidente da Província.

O Barão lamenta ao seu sobrinho, Francisco de Souza Martins, Presidente do Ceará, a falta de apoio do Governo Central:

“Terríveis epidemias à falta dos indispensáveis socorros, a nudez, a miséria, enfim, tudo conspira contra os bravos piauienses, metamorfoseando-se em hospitais os aquartelados destes guerreiros, que só uma experimentada constância e obediência os tem com algumas exceções contido. (...) Direi, para admiração de V. Exa., que já não tenho de que faça uma bala: o chumbo do rapé, tem sido aproveitado.”

Quando Moraes Cid volta da vila do Poti, onde se encontrara com o subprefeito de Codó e acertaram fornecer gado à cidade de Caxias,

recebe notícias que haviam recrudescido os ataques ao destacamento de Antônio Mendes, em Estanhado (União/PI).

Intitulando-se “Comandante em Chefe” dos balaies nessa região, João da Mata Castelo Branco, divulga manifesto alardeando os propósitos da luta contra as opressões sociais e que só deporiam as armas quando alcançasse esse fim. Os rebeldes ocupavam a área onde estavam Curimatá e Egito, pontos estratégicos cobertos de mata fechada, água em abundância e muitas fazendas de gado, situadas à margem da estrada de União a Barras, não muito distante de Campo Maior. Era daí que saíam as boiadas para as tropas rebeldes do Maranhão. Contavam também com a colaboração de moradores da região.

No dia 7 de fevereiro de 1840, assumira o Governo civil e militar do Maranhão o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, (futuro Duque de Caxias), nomeado Presidente da Província por carta Imperial de 12 de dezembro de 1839, com poderes para intervir no Piauí e Ceará, ficando sob suas ordens todas as forças que operavam nessas Províncias.

Tomara posse quatorze dias depois que a cidade de Caxias havia sido retomada pelas forças legalistas, comandadas que foram por Francisco Sérgio de Oliveira, no dia 24 de janeiro.

O Barão recebera ordens ministeriais em 12 de fevereiro, determinando que *“a tropa das diversas províncias que se acha empregada na pacificação do Maranhão fique inteiramente sujeita e somente receba ordens do Presidente e Comandante das Armas nomeado para a dita Província do Maranhão, Cel. Luís Alves de Lima”*.

Em 15 de fevereiro, o comandante Moraes Cid foi convidado por Francisco Sérgio de Oliveira para auxiliá-lo no ataque a Morro Agudo, refúgio do líder Balaio, não muito distante do Baixão, onde Clementino perdera a vida. Informa que aceitaria a empreitada, mas, antes do envio das tropas, teria que debelar alguns focos rebeldes, em solo piauiense.

Referia-se a Curimatá e Egito, situadas na margem da principal estrada das redondezas, que ligava Estanhado (União) a Barras (PI), posições controladas pelos balaies. Pretendia reforçar Boa Vista, situada estrategicamente nas proximidades. Tomadas as medidas militares que coibissem temporariamente os ataques rebeldes, nomeia o Tenente Buttner, para, à frente de uma expedição formada por tropas do Poti, Estanhado e Livramento, atravessar o Parnaíba para colaborar com Francisco Xavier Bastos.

Já em território maranhense, Buttner ocupa Gameleira, onde aguarda Bastos, que vinha castigando os adversários em sucessivos embates.

Enquanto isso, no lado piauiense, em Curimatá, 200 balaies atacam o acampamento de S. Pedro, defendido por apenas 70 soldados. Foram repelidos, mas ficou patente a ousadia do inimigo.

Urge desfechar um golpe sobre os rebeldes, pois, sob a liderança de João da Mata Castelo Branco, que substituíra Lívio Lopes Castelo Branco e se autoproclama “comandante-chefe das forças “bentivis” na província do Piauí” aumentava dia a dia, suas fileiras. Raimundo Gomes anunciava que viria do Maranhão com 1.800 combatentes, para reforçar o movimento. A pressão exercida pelas tropas de Luís Alves de Lima e Silva no Maranhão forçava os balaies a se refugiarem no Piauí, principalmente nessa área. Armas não faltavam, pois contrabandistas cearenses desciam a Serra Grande vendendo a quem oferecesse melhor preço.

O Barão pressionava Moraes Cid para um ataque imediato. Este se desculpava, pois não tinha tropa suficiente para um ataque com garantia de vitória. Solicitara reforços de Brejo (MA), já ocupado pelas tropas de Manuel Antônio, e que aguardavam a chegada de José Tomas, vindo de São Luis, à frente de uma coluna. Em 11 de abril, escrevia ao Barão:

“só me resta como último recurso esperar o socorro d’armas e munições em quantidade capaz de não pôr em dúvida o risco e a empresa do ataque das matas, há tanto tempo projetado e até agora embaraçado, quer pelos diferentes auxílios prestados à Província do Maranhão, quer pela ocupação de Brejo pelas tropas do Piauí, de que não pude dispor em tempo oportuno, por irem de encontro aos meus planos os planos doutros chefes (referia-se a Manuel Antônio, que ocupava a vila maranhense), dando tudo isso motivo a começar o Piauí a ser vítima da rebeldia que tem ido expelir do seio da Província vizinha, o que exigia prontas medidas do governo para promover os meios de pôr em ação e em simultânea proteção as forças que se empregam contra os rebeldes, onde quer que eles se achem; do contrário posso assegurar a V. Exa. que todos os malvados daquela Província terão de passar a esta que, sem apoio, e entregue a seus próprios recursos não lhes pode opor mui difícil barreira...”

Do lado maranhense, Francisco Sérgio de Oliveira, ocupando Caxias, autorizara que a ação de suas tropas não se estendesse além dos limites do município. Isso irritou o Barão, ele que sempre prestara socorro incondicional ao Maranhão, não recebia em troca, o mesmo tratamento.

No dia 24 de abril, baixa Portaria, afirmando que não mais permitiria que uma só baioneta do Piauí passasse para a província do Maranhão. Um ato de rebeldia e coragem, pois o comando geral da guerra estava unificado em torno de Luís Alves de Lima e Silva.

Autoriza então a Moraes Cid que ataque os rebeldes logo que chegue o armamento da cidade de Parnaíba.

Em maio de 1840, o comandante piauiense, referindo-se aos pedidos de apoio feitos a Francisco Sérgio e José Tomás diz: *“sendo-me, porém todos negados.... logo que cheguem o armamento e munições, terei sumo prazer de construir minha tarefa, ajudando a todos e sem auxílio de alguém”*.

O ATAQUE AOS BALAIOS EM CURIMATÁ E EGITO

Serenados os ânimos, Moraes Cid prepara o grande assalto às posições balaios.

Receberia apoio das forças do Brejo e de Manuel Antônio. Este, partindo de Parnaíba, já estava estacionado em Sapucaia, no lado piauiense, defronte a Brejo e São Bernardo, no Maranhão.

No plano de ataque, ficou decidido que cinco colunas, simultaneamente, enfrentariam as posições inimigas. Convergiram de São Pedro, Estanhado, São Mamede, Boa Vista e Cupins, onde esquadrihariam uma área de mais de duzentos quilômetros quadrados, onde enfrentariam dois mil balaios dispostos a defender ferrenhamente seus domínios. Partindo de Livramento, onde estava seu quartel general, Moraes Cid comandaria pessoalmente a ação de guerra.

As Colunas eram chefiadas respectivamente pelos majores Francisco Irineu Gomes Correia, Antônio de Sousa Mendes, ten. Conrado José Lorena Figueiredo, ten.cel. João Rebelo Cardoso e por Moraes Cid.

Em número superior e militarmente mais bem armadas, as tropas legalistas fizeram cerco ao inimigo.

Escreve Odilon Nunes (in obra citada):

“Generalizou-se, em pouco, a luta, porque todas as colunas, ao penetrar nas matas, foram repelidas energeticamente.

Descreve Lorena novo trajeto de vitórias até alcançar Moraes Cid. Rebelo, sisudo, ia reprimindo os rebeldes onde o terreno era mais

insidioso em acidentada configuração topográfica. Estes abatem as árvores, entupindo os caminhos para melhor defesa e para impedir a entrada da artilharia.

Mendes castiga eficazmente o inimigo e assim facilita as operações de Irineu que, contudo, só em Prata tem 21 baixas.

É expugnada essa trincheira e aí, no dia 9, juntam-se os cinco chefes da coluna.

Estavam furadas as matas em todos os sentidos. Durante quase dois dias, o estrépito da fuzilaria quebrou a monotonia das selvas. Vinte e quatro mil cartuchos foram deflagrados pelos legalistas, afora os tiros de peça. Contudo, as escaramuças prosseguiriam. Choques parciais sucediam-se em todos os rumos.

Obedecendo aos impulsos de sua psicologia, essa gente teimosa recalcitrava inflexivelmente numa resistência que duraria vários dias. Era incontestável a superioridade dos governistas. Continuaram estes na sua ofensiva, transformando a luta numa caçada terrível em que eram imoladas mulheres e crianças.

Informa Moraes Cid que “os rebeldes estão inteiramente desorientados e possuídos do maior terror, a ponto de não saberem de suas mulheres e de seus filhos e nem estes o lugar onde aqueles se acham: tudo é confusão”..

Os boatos eram os mais alarmantes: dizia-se ainda que as mães, em obediência às ordens dos chefes, matavam os filhos menores para que pudesse ser feita a evacuação das tropas dos balaios. Em verdade, morriam crianças e também mulheres, porém de inanição. Mas as escaramuças continuariam.”

Os balaios estavam desorganizados, perderam tudo de que podiam se alimentar. Embrenhados nas matas, sustentavam-se comendo palmito, que era abundante na região.

Provocou repulsa, entre os legalistas, encontrar nos acampamentos abandonados, orelhas humanas, exibidas como troféu. Diziam que essas exposições macabras foram iniciativas de “Ruivo”, um dos mais cruéis dos balaios.

Os principais chefes rebeldes haviam fugido, acredita-se para Maranhão, entre eles, João da Mata e Ruivo.

Vitorioso, Moraes Cid recebe elogios do próprio Comandante-Chefe Luís Alves de Lima e Silva, oportunidade que lhe comunica que mais de mil balaaios que foram rechaçados no Piauí fugiram para o Maranhão e que Raimundo Gomes continuava ativando a rebelião.

Os habitantes de Curimatá e Egito, que colaboraram com os balaaios foram duramente perseguidos por Moraes Cid. Acossados e famintos se entregam, sem reação.

Foram presas famílias inteiras, com filhos menores passando fome, criando um sério problema social. Segundo o Juiz de Barras:

“..destes tem morrido dezenas de chegados nesta povoação e estão quase todos em termos de morrer de fome e eu vendo que todos vinham a morrer, dei muitas crianças a algumas pessoas que melhor as pudessem subsistir e criá-las..” Segundo registros, mais 1.300 mulheres e crianças haviam sido aprisionadas (in Odilon Nunes, obra citada).

Toda região estava sob controle, apenas algumas esporádicas reações mostravam a presença de rebeldes, entre estes, o cap. Domingos Gomes da Silva, que ainda teimava em manter-se nas matas. Capturado por Antônio Mendes, vai castigado severamente, vindo a morrer das torturas. Esse seria o castigo imposto daí para frente, para desmoralizar, os chefes rebeldes.

Chegam notícias de que “Ruivo” voltara para a região. Traído por seus comparsas, é preso pelo ten. Antônio da Costa Araújo e conduzido a Livramento. Moraes Cid manda aplicar-lhe uma pesada surra, o que impediu seu embarque imediato para Caxias.

Ruivo, Lívio e João da Mata eram todos da tradicional família Castelo Branco, de Campo Maior, que aderiram ao movimento revoltoso e vieram a se projetar como cabecilhas.

Continuam as prisões dos últimos chefes rebeldes que ainda tentavam esboçar reação. Por último, foi preso o cap. Manuel de Filgueiras Mascarenhas Feitosa, chefe balaio, mais conhecido pela alcunha de “Brasa Viva”, que, capturado nas matas de Egito, receberia trezentas chibatadas, falecendo após o suplício.

CONTINUA A LUTA EM FRECHEIRAS - DISTRITO DE PARNAIBA

Como visto anteriormente, em Frecheiras, onde os chefes da insurreição comandada por Antônio de Almeida Portugal e membros da

família Veras haviam se retirado, outros líderes assumiriam o movimento, entre eles, Antônio de Sousa Cabral e Domingos Ferreira Veras, um remanescente da família, que aí permanecera.

Entrara o ano de 1840 e os balaaios desalojados em Brejo, São Bernardo e Tutóia, no Maranhão, encontram em Frecheiras um novo refúgio.

Foram batidos em Brejo, pelas forças de Manuel Antônio da Silva, militar que fora enviado, pelo Ceará, para auxiliar as tropas do Piauí. Desembarcara em solo piauiense na cidade de Parnaíba e nomeado comandante das forças de Brejo, teria que recuperar aquele povoado que estava em mãos dos balaaios. Nesse intuito, desloca-se inicialmente para Sapucaia, quartel piauiense situado na margem do rio Parnaíba, fronteiro a Brejo, comandado por Pedro Paulo de Moraes Rego, que já vinha combatendo os inimigos, na região. Solicita reforço das tropas de Renée, que estavam sediadas ali próximas em Curimatá. Sob seu comando, essas forças ocupariam Brejo, em 23 de março de 1840, dois meses depois da queda de Caxias.

Tutóia fora retomada graças aos esforços de Miranda Osório, Prefeito de Parnaíba, que ocupara Carnaubeira, nas suas imediações. Dali saíram as tropas de assédio, que retomariam Tutóia, em 24 de fevereiro de 1840.

Os rebelados de Frecheiras aterrorizam as redondezas. Fazem incursões a Buriti dos Lopes, Piracuruca e povoados vizinhos.

Nessa época, havia assumido a Presidência do Ceará o piauiense Francisco de Sousa Martins, sobrinho do Barão da Parnaíba e irmão de Clementino e de José Martins, este comandante da Coluna do Oeste. Imediatamente vem em socorro do Piauí, enviando uma expedição sob o comando do major Joaquim da Rocha Moreira. As atenções dos cearenses estavam voltadas para esses focos de rebelião no Piauí, pois os balaaios ameaçavam as fronteiras do Ceará, tendo, inclusive, tentado atrair para suas hostes os índios da serra da Ibiapaba.

O major Rocha Moreira, à frente de 260 homens, entra no teatro da guerra pelo município de Parnaíba e daí segue a marcha em direção a Frecheiras. Ao chegar ao povoado Algodões, traído por um guia, é atacado de surpresa, sofrendo pesadas baixas, ficando sua coluna com apenas 150 praças, em condições de combate. De Parnaíba, Miranda Osório envia 100 combatentes para socorrê-lo. Em sua marcha, chegam a ocupar um povoado a quatro léguas de Frecheiras. Aí, sitiados e sob forte fuzilaria inimiga, são obrigados a retroceder para Buriti dos Lopes.

Em fins de abril, o ten-cel. Manuel Antônio da Silva entrega Brejo (MA) ao comando de José Tomás e se desloca ao Piauí para comandar a libertação de Frecheiras. O próprio Governador do Ceará viria de Fortaleza para Viçosa, para participar das operações.

“Chega Manuel Antônio a Parnaíba, onde toma conhecimento do plano de ataque a Frecheiras, elaborado sob as vistas do Presidente do Ceará, Dr. Francisco de Sousa Martins, que já se achava no teatro das operações, havendo sido precedido pelo Ten.-Cel. Francisco Xavier Torres, que comandava 200 soldados cearenses. Este ocupou Sobral e deixou em Acaraú outro contingente que, um pouco mais tarde, deveria vir em seu auxílio. Aguardou então o Presidente, e ambos, alguns dias depois, seguiram para Viçosa, onde esperariam, dentro em pouco, ter forças superiores a 800 combatentes. Em seguida, atingira Rocha Moreira as fronteiras com 260.

Lamenta Francisco de Sousa Martins não ter podido amparar José Martins, seu irmão, quando este invadiu o Maranhão e tomou a vila de Pastos Bons que teve de abandonar, à falta de material bélico (referia-se à Coluna do Oeste). Agora, pessoalmente traz armas, munições, tropas, dinheiro e, sobretudo, seu sincero empenho em colaborar na repressão do movimento sedicioso.” (in Odilon Nunes - Obra citada).

O plano de ataque das forças legalistas fora elaborado em Viçosa, tendo participado Francisco de Sousa Martins, Governador do Ceará; Miranda Osório, Prefeito de Parnaíba; ten-cel. Manoel Antônio e Roberto Vieira Passos, comandante das forças de Piracuruca.

Em 15 de junho de 1840 atacariam, conforme planejado:

“As forças do Ceará seguiriam pelas estradas de Algodões, Tucuns e Porteiras. Ocupariam a fazenda Santana, as de Parnaíba, vindas pelas estradas de Amaração, pelos campos; de Santana continuariam uns diretamente para Frecheiras e outros, pelo caminho que sai no Camurupim, pela Mata Fria, iriam a Porteiras, para onde também marchariam os cearenses. As de Manuel Antônio, que ocupariam o Alto Bonito, deveriam alcançar Pacoti, dividir-se em duas colunas, das quais uma procuraria a direção da Fazenda Capiberibe, e outra diretamente rumaria para Frecheiras, ponto de convergência de todos. Apenas não tinha por objetivo a sede do distrito rebelado, o contingente de Piracuruca, que ficaria em Belém, a fim de evitar a fuga dos balaíos por esse lado” (in Odilon Nunes).

Desbaratados em Frecheiras, os balaíos procuram escapar como podem. Uns fogem para Belém, onde são perseguidos e presos por José

da Costa Portela, que comandava em Piracuruca. Os que atravessam o rio Parnaíba serão combatidos no lado do Maranhão. O grosso das tropas rebeldes se dirige para o Ceará, onde contavam com a simpatia dos índios da Serra Grande. Ali chegariam a ocupar São Pedro de Ibiapaba, perto de Vila Nova. Atacados pelas tropas cearenses sediadas naquela Província e pelas que aqui os seguiam no encalço, os balaíos desbaratados fogem procurando se refugiar nas matas do Piauí.

Com a anistia concedida pelo Governo Imperial, os governistas apelam para que Antônio de Sousa Cabral e Domingos Ferreira Veras deponham as armas e se apresentem. Sem nenhuma chance de vitória, teimosos e inconseqüentes ainda prolongariam os combates, acarretando mais perdas humanas.

Acosadas por toda parte, no final do mês de novembro de 1840, resolvem procurar as autoridades de Granja, no Ceará, para se entregarem.

Raimundo Gomes da Silva, o principal chefe balaío, *“Derrotado, pede condições para capitulação, que lhe são negadas. Refugia-se no quilombo do negro Cosme, que o faz prisioneiro. Os negros atacados pelos próprios balaíos, assistem à fuga de Raimundo Gomes. Mais tarde ele próprio se entregará às forças governistas e, exilado para São Paulo, morre durante a viagem.*

O negro Cosme, o último cabecilha em luta foi aprisionado e enforcado” (in Camillo Filho.- Obra citada).

A COLUNA OESTE SEGUE EM DIREÇÃO A PARNAGUÁ

Na época do início da Balaiada, os moradores da região sul do Piauí, correspondente aos vales do Gurguéia e Uruçuí, mantinham maiores ligações com a Bahia, do que com a Capital, Oeiras, situada na parte central da Província.

As atitudes de José Pereira da Silva Mascarenhas, rico fazendeiro natural da Bahia, que se estabelecera em Buritizal, na margem do Uruçuí, provocava suspeita dos legalistas. Influente na região, corriam notícias de que fora indicado pelos rebeldes para, à frente do movimento, assumir a Presidência da Província. Ele e seu concunhado João Alves de Carvalho chegaram a lançar manifesto a favor dos rebeldes, concitando à revolta os moradores do Maranhão e os descontentes de Parnaguá.

O major José Martins de Sousa, sobrinho do Barão da Parnaíba, Prefeito nomeado de Parnaguá, agora acumulando o comando da Coluna Oeste, tinha como missão sufocar o movimento rebelde, que se propagava na região sul.

De Jerumenha (PI), partiria para enfrentar os balaíos no lado Maranhão, que haviam retomado Pastos Bons e, com suas incursões pela margem do rio Parnaíba, ameaçavam as povoações ribeirinhas do Piauí, levando pânico a Jerumenha e apreensão aos moradores de Oeiras.

Atravessando o rio Parnaíba no povoado Manga, José Martins de Sousa avançou sem maiores dificuldades em território maranhense até as proximidades de Pastos Bons, mas, por falta de recursos materiais, achou prudente recuar até Veados, onde esperaria Piauilino, que traria reforços. Agiu sensatamente, pois logo em seguida toma conhecimento de que se aproximavam, para ataque, 400 rebeldes comandados pelo Cap. Pedro José Polidoro.

Ao chegar, Piauilino tenta negociar com os balaíos, não conseguido êxito, pois as feridas ainda estavam abertas, lembranças das atrocidades de Clementino de Sousa Martins, que incendiara ali uma povoação.

Nesse ínterim, José Martins de Sousa vai a Jerumenha, de onde retorna com o material bélico que ali chegara de Oeiras. Tomando conhecimento do rearmamento do adversário, os balaíos não atacam diretamente, em peso, preferindo apenas escaramuças e ataques de guerrilha, em Brejo e Veados.

Com novas notícias recebidas da insurreição em Parnaguá, Martins de Sousa se prepara para se deslocar ao alto Gurgéia, deixando, contudo, fortificadas as posições, com 150 homens ocupando Veados, sob o comando de Piauilino, 140 em Manga, com Teotônio de Sousa Mendes, 40 em Bom Jardim, com o alferes. Leonardo Teles da Cruz, reforçando também os destacamentos de Conceição e São Francisco.

Para combater os inimigos no Baixo Uruçuí, foi destacado o capitão Ribeiro Soares, que desempenharia a missão a contento.

Serenados os ânimos em Parnaguá, Martins de Sousa regressa às margens do Parnaíba, onde os rebeldes faziam pressão sobre as posições de defesa. Toma a decisão de entrar em território maranhense, pretendendo ocupar inicialmente Patos, e daí Pastos Bons. Após vários enfrentamentos, em 30 de janeiro de 1840, entra em Patos, forçando os balaíos a se refugiarem em Grajaú.

Para prosseguir a marcha rumo a Pastos Bons, solicita os reforços do capitão Ribeiro Soares, que, vindo de Uruçuí, tenta atravessar o Parnaíba, próximo a Sussupara, distante três léguas de Pastos Bons, quando é atacado pelos rebeldes. Martins de Sousa vai a seu socorro, porém as forças balaías, em maior número, deixam-nos sitiados. Acudidos por 600 combatentes do Maranhão, comandados pelos Capitães Francisco de Sousa Carvalho e Bento José Moreira, conseguem enfim furar o cerco e tomar Pastos Bons. Daí voltaria para o Piauí, pois havia necessidade de coibir a rebeldia que se avolumava em Parnaguá e, mesmo porque, portaria presidencial determinava que deixasse o Maranhão.

O MOVIMENTO CARAIBANO

A denominação “caraibano” se refere à fazenda Caraíba, de propriedade da família Aguiar, uma das mais importantes de Parnaguá.

Líderes e chefes militares dessa família, representados por Sebastião José de Aguiar e Manuel Lucas de Aguiar, começariam a dar maior consistência a um movimento de insurreição, tendo como argumento o despotismo do Barão, o ódio que devotavam ao major José Martins de Sousa, Prefeito nomeado da cidade e comandante-em-chefe da Coluna Norte, que vinha desbaratando os rebeldes na região.

Pugnavam até pelo desmembramento do Piauí, ligando-se a Barra do Rio Grande, na Bahia, formando uma nova Província. Na realidade, pelas distâncias, o alto Gurguéia mantinha intercâmbio era com a Bahia e não com a Capital, Oeiras.

José Pereira da Silva Mascarenhas, um dos primeiros a insuflar o movimento, sobe agora o Uruçuí, conclamando o povo à rebelião, prometendo enviar da Bahia - para onde fugiria - armas, munições e os recursos necessários para a vitória. Chega também à Arábia, termo de Parnaguá, Vicente José de Almeida, um dos companheiros de Mascarenhas, informando a Sebastião Aguiar os excessos cometidos por Sousa Martins nos distritos do Maranhão.

Não dispondo de armas ou munições, os rebeldes aguardavam auxílio do Maranhão e da Bahia. Conforme Sousa Martins, eles só dispunham de 18 clavinotes e poucas granadeiras velhas quase imprestáveis.

Segundo Odilon Nunes:

“No ápice do delírio, conclamam que todos compareçam à vila. São cabeças do movimento membros de famílias tradicionais, chefes que ocupam posições de destaque social, como oficiais da extinta milícia da guarda-nacional, fazendeiros, proprietários, entre os quais, os Tavares de Lira, já vinculados, por parentesco, aos Aguiar, e, como estes, radicados à terra há mais de século, desde o período colonial, quando ainda na época da conquista. Poucos deixam de atender ao chamamento. A palavra do vigário não tem força, nem persuasão, para obstar que o espírito revolucionário venha controlar todas as energias daquele rico pedaço do Piauí, que vive, nesses dias, momentos de sublimação cívica.

O Juiz de Paz Francisco José Dias é o primeiro a reunir gente. O Cap. Joaquim Lino de Sousa proclama por toda parte que, se preciso for, a favor da insurreição, venderá as próprias jóias da esposa”.

Previdente, o Barão oficia ao Presidente da Bahia, solicitando apoio e, particularmente, às forças sediadas em Boa Vista e Sento Sé, em território baiano, pedindo “a ocupação das estradas que, de Santa Rita e cabeceiras do rio Preto, seguem para Parnaguá, território ameaçado pela insurreição.” (in Miridan Britto - Obra citada). Os revoltosos não viriam a receber o precioso auxílio. As forças baianas estavam vigilantes nas fronteiras do Piauí e prenderiam Mascarenhas poucos meses depois em Feira de Santana, onde residia sua mãe.

Conforme Pereira de Alencastre, os rebeldes parnaguenses lançaram, em 25 de fevereiro de 1840, a seguinte proclamação:

“Habitantes de Parnaguá, meus amados patrícios! A orgulhosa sanha sugerida do centro do palácio de Oeiras como as fumegantes fornalhas, digo fumegantes labaredas das incendiadas fornalhas da Babilônia, é quem têm promovido as desgraças desta província e os males que nos tem sobrevivendo: promovendo a urgência das armas e uma guerra civil entre os brasileiros destes sertões do Piauí. Sim: esse ambicioso e nefando governo, com as suas ardilosas manhas é quem nos faz incomodar nesse remontado sertão do Parnaguá, fazendo-nos separar dos braços e da união das nossas famílias, as quais. pranteando a nossa ausência com saudosos suspiros, se despediram de nós! Sim, caros patrícios, obrigado das circunstâncias, e ameaças desse paxá José Martins, iminente o perigo de vir sobre nós esse dragão, que nos quer tragar e destruir, eis a razão por que vos chamei às armas para repelir qualquer ataque, que nos venha fazer. Com efeito! A defesa é muito

natural, e sendo nós uma antemuralha da pátria. devemos unir-nos, para rebater os contrários e pérfidos inimigos, por quem devemos esperar a cada instante.

Eia, erguemo-nos, briosos parnaguenses! Valor, coragem e intrepidez é mister que haja entre nós, nesta ocasião em que cada um de nós deve ser um Cipião, para que impávidos arrastemos os inimigos, os quais, acompanhando a esse ímpio, o tirano chefe, decerto exercitarão conosco aquelas crueldades e ferocidades próprias do seu alívio e fogoso gênio, o qual já tem exercitado e demonstrado com suas infames ações, sendo fiel imitador de seu irmão Clementino, o qual assaltou, destruiu e abrasou a formosa povoação do Mirador, que ficou qual outrora a cidade de Tróia.

É, pois do nosso bom patriotismo, e justo dever, pugnarmos pela pátria, pela liberdade, cujo timbre nos deve sempre acompanhar. Viva o nosso amado imperador, o Sr. Dom Pedro III! Vivam os beneméritos da pátria! Vivam os briosos bem-te-vis.

Os rebeldes de Parnaguá, com as suas graduações, eram: tenente-coronel Sebastião José de Aguiar. capitão Manuel Lucas de Aguiar, alferes José Félix de Aguiar. Capitão Antônio José de Aguiar, alferes Serafim José da Costa, alferes Porfírio José de Aguiar. Cesário José de Aguiar, José Lúcio de Aguiar, João José de Aguiar, Capitão Francisco Tavares de Lira, Capitão Manuel Tavares de Lira, alferes Geraldo Tavares de Lira, Major Conrado José da Costa, tenente Francisco Xavier da Fonseca, alferes Francisco de Andrade, Delfim Francisco de Figueiredo, Antônio Lourenço Ribeiro, Manuel Ribeiro de Castro, Honório Martins dos Santos, Evaristo Ferreira de Magalhães, capitão José Pereira Botelho, Manuel Botelho de Carvalho, José Antônio. José (vulgo Mamã), João Pinheiro de Mendonça, Miguel Quirino, Manuel Zalhão, Luís Pedro de Seixas Lozeiro, Aureliano José dos Santos, Domingos Lopes de Carvalho, João Pereira Índio, alferes Antônio Pereira de Andrade, Major Tomás Ferreira de Araújo, Vicente José de Almeida, José Vicente de Carvalho, major Januário de Aroeira e Pedro de Alcântara Soares de Góias.

Para o ataque a Parnaguá, foram convocadas todas as forças que estavam sediadas nas margens do Parnaíba. O Coronel Moraes Cid enviaria também Vitor Barros com reforços. De Valença, seguiria o Capião Francisco Nunes de Sousa.

O Capitão Ribeiro Soares, que estava no Maranhão, regressa ao Piauí e segue pelo curso do Uruçuí, em direção a Parnaguá, quando então

é surpreendido pela reação dos balaaios. Diante desse obstáculo, o Barão aprovou a resolução tomada por seu sobrinho José Martins de Sousa, comandante da Coluna do Oeste, de aguardar, nos limites de Parnaguá, as forças de Ribeiro Soares, quando se encontrariam em Santa Rita, para desfecharem o ataque final.

Ao confirmar as informações que os rebeldes não dispunham praticamente de armas, resolve Martins de Sousa aproximar-se do inimigo antes que recebam reforços.

Na marcha rumo a Parnaguá, vai expulsando os rebeldes, camponeses inexperientes e desarmados, que se retiram em debandada, obrigando seus chefes a buscarem as cabeceiras do Uruçuí, onde poderiam se reagrupar.

De Salvador, na Bahia, viera o ten.cel. Antônio Joaquim Magalhães Castro com 300 praças para as cabeceiras do rio Preto, assumindo o comando da Guarda-Nacional de Barra e Sento Sé. Ocuparia pontos estratégicos da fronteira do Piauí, barrando qualquer possibilidade de ajuda militar aos rebeldes.

José Martins de Sousa defronta-se com os Aguiar na fazenda Caraibas, principal núcleo de resistência. Prevendo que não poderiam sustentar a defesa por muito tempo, os rebeldes, sem receber o auxílio esperado, retrocedem para outros pontos de defesa, para continuar a resistência.

Os rebelados, numa tentativa de rendição honrosa, em 12 de maio de 1840, propõem, num longo documento, várias exigências em *"Artigos de uma Capitulação proposta pelo chefe da revolta do Parnaguá, Manuel Lucas de Aguiar ao comandante da Coluna do Oeste, José Martins de Sousa"* (in Pereira da Costa, obra citada).

Segundo Camillo Filho: *"...documento dos mais interessantes. Postulam a renúncia do Prefeito Major José Martins e de quaisquer outros ocupantes de cargos, desde que não nascidos em Parnaguá, que ao povo se concedesse o direito de indicar os futuros ocupantes de cargos, que nenhum município fosse obrigado a fazer guerra contra os revoltosos do Maranhão, instituição de fiscalização no processo eleitoral, divulgação do orçamento da receita e despesa do município, fiscalização na aplicação daqueles recursos, pagamento do soldo dos militares revoltosos, anistia para os rebeldes, tudo recusado"*.

Ao receber outros reforços, Martins de Sousa resolve entrar pelo vale do Paraim e atacar a fazenda Saco, próximo a Parnaguá, onde

Sebastião José de Aguiar estava com 200 homens. Não resistindo ao ataque, os rebeldes fogem. Perseguidos, são totalmente desbaratados, dois dias depois.

Da fazenda Saco, as forças legalistas entrariam em Parnaguá, sem dar um tiro.

Os balaaios maranhenses que se uniram aos piauienses ainda continuariam a guerra por mais tempo, sendo, contudo, perseguidos em todo o sul da Província. Sob pressão permanente, debandariam para os "gerais", fugindo uns para o Goiás, outros para a Bahia.

Citando Odilon Nunes: *"Lembre-mos da torpe notícia com que José Martins participou ao Barão o sacrifício de Lustosa por meio de asfixia. Estimulados por esse espírito de esmerada selvageria, seus soldados fustigavam desapiedadamente os míseros rebeldes. Manuel Lucas de Aguiar, nas cabeceiras do Gurguéia, teve a desventura de cair nas mãos de um carnicheiro. Foi morto, e o pérfido sargento que conduziu a patrulha que aprisionou o frustrado caudilho decepou-lhe uma orelha e, "como penhor de sua diligência", foi exibi-la aos olhos da desgraçada viúva que chorava a perda do esposo."*

Também escreveu mestre Odilon:

"Façamos justiça aos rebeldes de Parnaguá. Não foram oportunistas; não digamos que ocuparam posição para ser nivelados à grande parte de chefes balaaios, aos Ruivo e a tantos motivos superiores porque também se batia o povo analfabeto, espoliado dos mais rudimentares direitos, até mesmo de ordem moral. Houve elevação de vistas em suas atitudes. Não houve, entretanto, tempo e clima para se fazerem líderes nessa gente. Fugaz a ação revolucionária. Esses camponeses se insurgiam, entretanto, propugnando pelo sacrossanto princípio de liberdade, conspurcado pelo Prefeito Maj. José Martins, que, no dizer de Félix Pacheco, "levantou contra si, pelas suas violências e desmandos de tiranete de aldeia, o ódio de seus jurisdicionados, ódio esse que também ia ferir a pessoa de seu poderoso protetor e defensor dessas arbitrariedades, o Barão da Parnaíba".

A Balaiada, que tivera início em fins de 1838, estender-se-ia até meados de 1841. Com o Decreto de 1840, assinado por D. Pedro II, anistiando os crimes políticos, o Presidente da Província anunciou, em janeiro de 1841, que o Piauí estava "pacificado", havendo apenas "a excetuar-se os que em todas as quadras estão dispostos a viverem de crimes e depredações".

No final do ano de 1840, tivera início a desmobilização das tropas. Na primeira fase, Morais Cid dá baixa a 1.094 soldados; dissolve-se a Coluna do Oeste, liberando de suas fileiras 1.271 combatentes. Com o retorno dos efetivos provindos do Ceará e Bahia, estimadas em mais de 1.000 praças, deduz-se que, no auge do conflito, existiam mais de 4.000 combatentes legalista em operações militares, no Piauí.

Do lado balaio, a sorte dos mais importantes líderes já estava selada:

Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o famoso “Balaio”, baleado na perna em outubro de 1839, durante o segundo cerco à cidade de Caxias, morreria pouco depois devido à gangrena.

Preto Cosme, também ferido em combate na localidade Pacas, nas cabeceiras do riacho Jacamim, fora capturado e condenado à morte em abril 1842.

Em Icatu, o balaio apelidado “Poderoso”, à frente de 900 guerrilheiros, entregara-se a Luís Alves de Lima e Silva.

Raimundo Gomes, acompanhado de 700 balaaios, depõe as armas em Miritiba (MA). Exilado para São Paulo, morreria durante a viagem.

Quanto a Lívio, que fugira para o Ceará em setembro de 1839, foi duramente perseguido pelo Barão, que solicitou ao Presidente daquela província:

“A prisão do chefe Lívio Castelo Branco (...) deve ser também por V. Excia. escrupulosamente recomendada, e eu muito lhe peço, pois é hábil em astúcias e perigosíssima a sua presença em qualquer lugar contaminado de rebelião”. Dizia mais o Barão: “deve ser olhado como monstro dilacerador das entranhas da Pátria”.

Preso em Pernambuco, em agosto de 1841, foi embarcado para o Rio de Janeiro, onde conseguiria liberdade. Voltaria ao Piauí, somente depois de extinta a guerra da Balaiada, tendo se dedicado ao jornalismo, fundando vários jornais, em Oeiras, quando Capital, e posteriormente em Teresina. Ingressou na política, elegendo-se Deputado Provincial em várias legislaturas. (Anexo nº 13- Paradeiro de Lívio Castelo Branco).

Com o fim da guerra, a Província estava exausta. Cidades, vilas e povoados em permanentes privações. Fazendeiros a lastimar a dilapidação dos rebanhos, promovida, indistintamente, por legalistas e balaaios. O homem do campo sem poder cuidar do cultivo de seus roçados. Todos clamam por paz e tranquilidade.

LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA – O DUQUE DE CAXIAS

Após a guerra da Balaiada, a projeção do Coronel Luís Alves de Lima e Silva se propagaria por toda a Nação. Ele, que chegara a São Luís como um desconhecido, deixaria seu nome marcado como estadista, soldado valoroso e administrador insigne.



Duque de Caxias

Nomeado pelo governo da regência para a Presidência e Comando das Armas do Maranhão, com poderes para intervir no Piauí e Ceará, ficaria também sob suas ordens o comando militar dessas duas Províncias.

Partiu do Rio de Janeiro a 22 de dezembro de 1839, mas, devido ao mau tempo, só chegaria a São Luís em 4 de fevereiro de 1840, tomando posse logo depois.

Encontrou no Maranhão um exército sem disciplina, com os soldados atrasados, sem fardamento, sem armas e munições. O governo Imperial, ocupado com a guerra no sul, não remetia para essas Províncias os devidos socorros para sustentar a máquina da guerra.

Apesar das graves dificuldades que teve de enfrentar, logo tomou providências para levantar o moral das tropas, intitulando seu exército de “Divisão Pacificadora do Norte”. *“Regulamentou o serviço de campanha, estabeleceu comissões, nomeou médicos e capelães, organizou hospitais e tomou muitas outras medidas reclamadas pelas circunstâncias que encontrou.”* (in Waldir Jansen de Melo - História do Brasil).

Com os balaaios, mostrou firmeza. Só seriam perdoados pela anistia e tratados com o devido respeito aqueles que depusessem as armas sem exigências ou condição, ponderando ao chefe balaio Raimundo Gomes, que se entregasse e recebesse os benefícios da anistia, pois suas tropas praticamente estavam derrotadas. Alardeando que ainda tinha 3.000 homens sob seu comando, Raimundo Gomes passa a exigir condições especiais para se render. No enfrentamento que se seguiu em Alegrete, a 9 de agosto de 1840, as tropas de Raimundo Gomes foram completamente derrotadas. Posteriormente, o chefe balaio viria a se entregar.

Descreve Odilon Nunes: *“Luís Alves de Lima trouxera do Sul valiosos recursos bélicos. Socorrera imediatamente o Piauí, com armamentos,*

munções, medicamentos e (o mais eficaz de tudo) numerário; trinta e dois contos de reis”.

O Piauí, que enfrentara a guerra desde o primeiro combate, a 31 de janeiro de 1839, só havia recebido do Governo Central, até agosto de 1840, sessenta contos de reis.

O Maranhão foi a primeira Província pacificada pelo militar. A Balaiada seria o marco ascensional em sua carreira. Regressou à Corte como soldado vitorioso de uma campanha longínqua.

A 18 de julho de 1841, em reconhecimento pelos serviços prestados na pacificação do Maranhão, foi agraciado com o título de Barão de Caxias, uma clara referência à declamada Princesa do Itapecuru, à época, a segunda cidade do Maranhão em importância política e econômica; simbolizava a revolução subjugada. Tomada e retomada pelas forças imperiais, fora a cidade mais afligida pelos horrores da guerra. Ali, o Coronel Luís Alves de Lima e Silva expediu a última intimação aos sediciosos para que depusessem as armas. Segundo seus biógrafos, o título de Caxias significava disciplina, vitória, justiça, igualdade e glória.

Pacífica em seguida São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No exterior, vence em Monte Casero, ocupando Assunção. Foram-lhe concedidos todos os títulos nobiliárquicos. Por último, Duque de Caxias. Tornou-se o soldado símbolo do Exército Brasileiro.

No Piauí, Manoel de Sousa Martins, Presidente da Província, também receberia o título de Barão da Parnaíba.

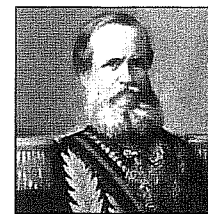
Vale destacar que o Coronel Luís Alves de Lima e Silva, quando no comando da guerra, fez boas amizades com o Barão da Parnaíba. Em carta que lhe dirigiu, em novembro de 1840, agradece e solicita o apoio para a reeleição de seu tio José Joaquim de Lima e Silva, para Deputado Geral pelo Piauí, cargo para o qual seria reeleito outras vezes com o apoio do Barão. José Joaquim de Lima e Silva, também militar de prestígio, foi o comandante que expulsara da Bahia as forças de Madeira de Melo, e mais tarde receberia o título de Visconde de Magé.

Do Piauí, os Coronéis Morais Cid e Manuel Antônio, ambos baianos e oficiais de primeira linha, se distinguiram ao lado de Luís Alves de Lima, então Barão de Caxias, reprimindo a Revolução Liberal, em 1842.

Também se distinguiria, por sua bravura em Minas Gerais, o militar Pedro Paulo de Morais Rego, que, além da Balaiada, participara da guerra do Fidié.

Governos do Piauí no segundo reinado

No dia 23 de julho de 1840, a Assembléia Geral proclamou a maioria de D. Pedro II, que contava então quatorze anos e sete meses de idade ao assumir o trono do Brasil, quando governou por quase meio século.



D. Pedro II

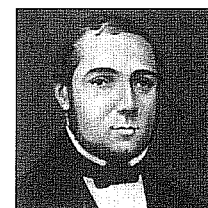
Era presidente da Província do Piauí Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba. Em 1843, quando já contava mais de vinte anos no poder, começa seu declínio político, vindo a ser sucedido por José Ildefonso de Sousa Ramos.

Vale salientar que, de 1843 a 1889 (ano da proclamação da República) a presidência da Província do Piauí foi substituída 88 vezes.

Daremos destaque aos que governaram entre 1843 a 1853, quando José Antônio Saraiva deixa a presidência da Província.

JOSÉ ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS

Governou a Província do Piauí de 1843 a 1844. Como fato relevante de sua administração, destaque-se a sanção da lei que determinava a mudança da Capital para a confluência do riacho Mulato, onde se edificaria a cidade com o nome de Regeneração



Ildefonso de Sousa Ramos

(1844). Essa lei, contudo, não chegou a ser posta em prática, pois Sousa Ramos, logo em seguida, seria substituído pelo Conde de Rio Pardo, que não levou a termos a mudança.

No seu governo, a Vila de São João da Parnaíba foi elevada à categoria de Cidade.

Mineiro de nascimento, José Ildefonso de Sousa Ramos era advogado e fazendeiro. Foi agraciado com os títulos de Barão de Três Barras e Visconde de Jaguarí. Ocupou os cargos de Deputado-geral pelo Piauí e Rio de Janeiro e de Senador por Minas Gerais; governou Minas e Pernambuco; foi Conselheiro de Estado e Ministro da Justiça.

Faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1883.

TOMÁS JOAQUIM PEREIRA VALENTE

Administrou a Província de 1844 a 1845; nasceu em Portugal; foi General do Exército português, Marechal de Campo e Ministro da Guerra; governou Santa Catarina.

Fatos principais (in A. Tito Filho - Governadores do Piauí):

- agitações políticas e policiais nos municípios; intranquilidade nas eleições; assassinatos; vitória dos oposicionistas.

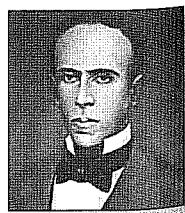
- manifestação armada contra o Visconde da Parnaíba.

Manifestantes cercaram Oeiras e ali mantiveram por alguns dias, como prisioneiros, o Visconde e o próprio Presidente Tomás Joaquim Pereira Valente (1845). Os graves acontecimentos de Oeiras culminaram nos assassinatos do padre Manuel Quintino e do capitão Teodoro Pereira de Castro (1845), este comandante da polícia, acusado de arranjar a morte do vigário.

ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS

Sua administração correspondeu ao período de 1845 a 1847. Nasceu na Bahia, tendo sido Deputado e Senador pela Província natal. Foi Ministro do Império, da Marinha, da Justiça e da Fazenda. Governou Sergipe e Paraná.

Faleceu no Rio de Janeiro (1877).



Entre os fatos mais relevantes de sua administração, destacam-se:

- a fundação do Liceu (4-10-1845), estabelecimento de ensino que, posteriormente, com a mudança da Capital, seria transferido para Teresina, onde se iniciou o ensino médio oficial do Piauí. Chamou-se Liceu Provincial, Liceu Piauiense, Colégio Estadual do Piauí, atualmente, Colégio Estadual Zacarias de Góis;

- a instalação da Fazenda Provincial, construção de pontes, melhoramentos urbanos em Oeiras, início da construção do Hospital de Caridade, luta contra o crime e incentivo à educação.



Ponte sobre o riacho Mocha (Oeiras)

MARCOS ANTÔNIO DE MACEDO

Filho adotivo de Padre Marcos, nasceu em Jaicós (PI).

Bacharel em Direito, estudou química e ciências naturais na França. Fez várias viagens de estudo ao exterior, tendo publicado valiosos trabalhos científicos. Governou de 1847 a 1848. Faleceu na Alemanha.

ANSELMO FRANCISCO PERETTI

Governou a Província do Piauí de 1848 a 1849. Pernambucano de nascimento, governou sua terra natal, Sergipe e Alagoas. Foi Deputado pela província do Piauí.

Dois fatos relevantes marcaram sua administração: a instalação do Colégio dos Educandos Artífices em Oeiras (1849) e a lei autorizando a abertura do canal do Igarapé, em Parnaíba (canal São José).

INÁCIO FRANCISCO SILVEIRA DA MOTA

Nasceu em Goiás; governou o Piauí de 1849 a 1850. Magistrado; governou também o Ceará e o Rio de Janeiro.

Em seu governo, foi criada a Vila de São Raimundo Nonato (1850).

Faleceu no Rio de Janeiro em 1855.

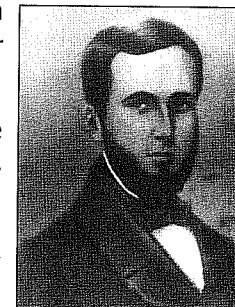
A partir de 1850 assumiria a Província do Piauí, José Antônio Saraiva, governando até 1853

José Antônio Saraiva - Mudança da capital -

Em 23 de julho de 1850, **José Antônio Saraiva**, com a idade de 27 anos, fora nomeado Governador da Província do Piauí, pelo Imperador D. Pedro II.

O novo Governador chega a Oeiras no dia 5 de setembro de 1850, assumindo o comando dois dias depois, em **7 de setembro**.

O assunto da mudança estava em plena efervescência e, logo após assumir a Presidência, Saraiva recebe uma delegação dos moradores das vilas de Parnaíba, Piracuruca e Campo Maior, trazendo um Memorial com grande número de assinaturas, reivindicando a transferência da Capital para Parnaíba.



Saraiva

Oeiras não se conformava e resistia bravamente na luta contra a mudança.

Diante de tão importante tema, Saraiva elege, como uma de suas primeiras metas, estudar o assunto em profundidade. Procurou ouvir opiniões, inteirar-se dos relatórios e Decretos que versavam sobre a mudança da Capital.

Constatou que, ao longo de mais de cem anos, muitas eram as sugestões para se edificar uma nova cidade (Capital), às margens do rio Parnaíba.

No início do século XVIII, o Piauí fora elevado à categoria de Capitania, mas ainda não tinha autonomia administrativa, estando subordinado à jurisdição do Maranhão. O Governador, Capitão-General das capitanias do Maranhão e Piauí, **Fernando Antônio de Noronha**, ao voltar de Lisboa, propôs ao rei a mudança da Capital do Piauí para a margem do rio Parnaíba, mostrando que Oeiras estava situada no interior da Província, em sertão seco e estéril, impróprio para agricultura e que pouco produzia, além da difícil comunicação com as demais cidades da Província, criando sérias dificuldades administrativas, além de prejudicar o intercâmbio comercial entre elas, não podendo, assim, permanecer, por mais tempo, como sede da Capital.

No ano de 1728, o ex-Governador e capitão-general do Maranhão, **João Maia da Gama**, ao regressar ao reino, passou pelo Piauí com destino a Oeiras e atravessou o rio Parnaíba exatamente na barra do Poti, deixando anotado em seu “diário” de viagem as melhores referências sobre as riquezas naturais do lugar, como a abundância de peixes, matas repletas de madeira de lei, com a fartura das vazantes e grandes plantios de cana. Qual não foi sua surpresa, quando chegou em Oeiras. Assim registrou:

“Depois de sair duas vezes a cavalo com dito Ministro e Capitão-mor, e algumas pessoas de governança a ver os arredores da dita villa todos agrestes e sem terra e sem madeira e falta total de peixe lhe propus, não a extinção da dita villa mas a irecção de outra na beira do Parnaíba ahonde faz barra o Rio Poty em que já falei na vigesima quando cheguei aquelle sitio e na marcha que fiz delle para esta villa observei as m.t^{as} terras próprias de mantimentos e quantidades de madeiras que há na beirada do Parnaíba.... e pelo Poty acima.”

Posteriormente, em ofícios datados de **8 de abril e 19 de agosto de 1798**, o Presidente da Província, **D. João de Amorim Pereira**, sugere ao Ministro de ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que se fizesse a mudança da capital para a **Vila de Parnaíba**, situada próxima ao litoral, ou para uma **promissora povoação** que estava localizada na embocadura do rio Poti com o rio Parnaíba.

As alegações de João de Amorim Pereira são coincidentes com as de seus antecessores: que o terreno da sede da Capitania era incapaz de produzir os gêneros necessários para o sustento da povoação, vindos de 10,15,20 ou mais léguas, transportados em lombos de cavalo, que apenas

carregam 75 quilos e fazem 5 a 6 léguas por dia, chegando, portanto, mais caros que em Portugal, aonde vai por mar, embarcados do continente do Brasil. Isso não aconteceria se a Capital estivesse na margem do rio Parnaíba, navegável por mais de 200 léguas, abundantíssimo em peixes, sendo suas margens excelentes para produção de algodão, açúcar, arroz, fumo e tudo mais. Deixa claro que poderíamos competir com o Maranhão, que levava até São Luís a riqueza de suas matas pelo rio Itapecuru, que é, na realidade, um rio menor que o Parnaíba. Menciona que a Vila de Parnaíba poderia sediar a Capital, pois estava mais adiantada que Oeiras em números de casas e prédios, com comércio direto com Lisboa, vendendo os gêneros que produzia. (**Anexo nº 14**)

A idéia da mudança não prosperou e só voltou a ser ventilada em **1816**, na administração do governador **Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos**, indicando também a Vila de Parnaíba como o local mais adequado.

Somente com o declínio da influência política do Visconde da Parnaíba, ferrenho opositor da mudança, seu sucessor, **Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos** faz votar e sanciona a **Lei nº 174, de 27 de agosto de 1844**, que autoriza a mudança da capital, não para a Vila de Parnaíba ou Vila do Poti, localidades sempre lembradas, mas para a margem do rio Parnaíba na **foz do rio Mulato**, devendo a nova cidade receber o nome de Regeneração.

Ao assumir a Presidência da Província, **Zacarias de Góes** deixa registrado que, apesar da mudança da Capital ser imperiosa, devendo ficar num lugar salubre, aprazível, fértil, abundante de água e com vantagens de comunicação com toda Província, não via, contudo, a foz do riacho Mulato, na confluência do rio Parnaíba, como o local ideal para sediar a Capital. É tanto que nem ele, nem seu antecessor fizeram cumprir a lei. As razões eram que o lugar era completamente deserto, tendo sido escolhido apenas por supostas vantagens de localização.

Nova **Lei, datada de 23 de agosto de 1849**, é sancionada pelo Presidente Anselmo Francisco Peretti, autorizando a mudança da Capital, não mais para o riacho Mulato, mas para o **município do Poti**.

Um mês antes da posse de Saraiva, seu antecessor, **Inácio Francisco Silveira da Mata**, toma uma medida radical: sanciona a **Lei nº 255 de 5 de agosto de 1850, anulando** todas as leis votadas até aquela data, **sobre a transferência da Capital**.

SARAIVA VISITA A VILA DO POTI

Apesar de a Assembléia haver revogado a Lei de 23 de agosto de 1849, que autorizava a mudança da capital para a Vila do Poti, no dia 22 de outubro de 1850, (pouco mais de um mês após sua posse), Saraiva empreende viagem para conhecer a Vila, conhecer as condições que a mesma pudesse oferecer para abrigar a nova Capital.

Saraiva envia importante relatório ao Visconde de Monte Alegre, Ministro do Império. (**Anexo nº 15**)

A Vila e município do Poti foram criados pelo Decreto de **6 de julho de 1832**, desmembrados das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo, hoje Regeneração, tendo sua instalação oficial se verificado em **21 de novembro de 1833**.

As constantes inundações da vila, provocadas pelos rios Parnaíba e Poti, tornaram a vila insalubre, impondo-se a mudança para um novo local com melhores condições de habitabilidade. As enchentes registradas nos anos 30 e 40 do século XIX foram marcantes, deixando a vila em condições de colapso, agravadas por epidemias palustres.

Por esse motivo, o Conselho Geral da Província, sediado em Oeiras viera aprovar a **Lei nº 140 de 29 de novembro de 1842**, autorizando a Câmara Municipal do Poti a transferir a sede do município para local mais propício à saúde, à tranquilidade e segurança dos seus habitantes.

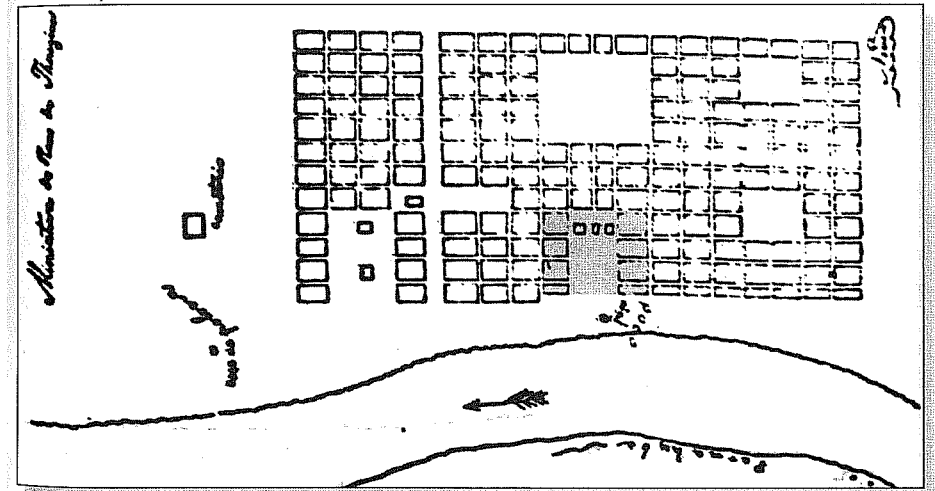
Ao chegar à povoação em **18 de novembro de 1850**, Saraiva encontrou a população engajada na luta pela transferência da Vila para um lugar mais salubre, alto e livre de inundações. Tendo à frente o padre Mamede Lima, a população já havia escolhido o local para a nova sede, localizada onde outrora existira uma fazenda de gado conhecida por Chapada do Corisco, assim chamada em virtude de grandes trovoadas e raios frequentes na época da estação invernal. O local situava-se à margem do rio Parnaíba, acima seis quilômetros da foz do rio Poti.

Decorridos nove anos, as providências de transferência da Vila ainda não se haviam concretizado..

Saraiva, então, sela um pacto de cavalheiro com os potiensens: se eles construírem suas casas na nova Vila, ele se encarregaria de fazer a mudança da Capital. O próprio Presidente passa a liderar um movimento de subscrições populares para construção da futura igreja.

Na certeza de que Saraiva transferiria brevemente a Capital da Província, os potiensens deram início ao desmatamento da espessa vegetação que cobria o local da chapada, onde havia apenas três casas remanescentes da antiga fazenda de gado.

Das observações feitas pelo jovem Presidente, destacamos o seguinte trecho: *"fácil me foi compreender que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio Poti, não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar, que pudesse convir a seus interesses. Aproveitei esse ensejo, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar na margem do Parnaíba: principiei a edificar por meio de subscrições, uma Matriz e o resultado de tudo foi além de minhas esperanças, porque nunca acreditei que, em menos de seis meses estivessem em construção perto de trinta habitações e, ainda mais que os mesmos habitantes da Vila Velha, que ali tinham elegantes casas se resolvessem a deixá-las para construir no novo local, hoje geralmente chamado Vila Nova do Poti, outros prédios.."*



Planta original de Teresina (no quadrilátero em cinza a Praça da Bandeira)

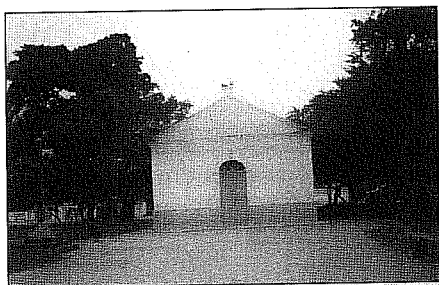
Para projetar o traçado da nova cidade e edificar os prédios públicos, a tarefa foi incumbida pessoalmente por Saraiva ao mestre-de-obras, João Isidoro França, português de nascimento, deslocando-o de São Gonçalo do Amarante, onde estava a construir uma obra pública (ladeira do Castelo), para tão importante missão.

Mestre Isidoro França levantou sua moradia e o canteiro de obras da futura cidade, no local onde é hoje o Banco do Nordeste, edificações rústicas cobertas de palhas.

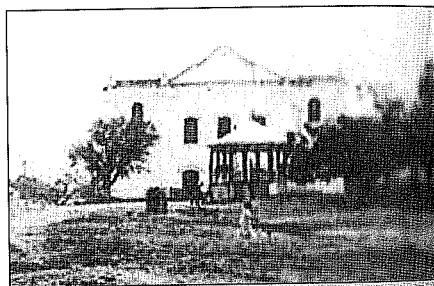
Quando do ato de lançamento da pedra fundamental da igreja do Amparo no dia 25 de dezembro de 1850, mestre Isidoro dirige uma bela carta ao Presidente Saraiva, descrevendo o ato festivo que contou com a participação da população e autoridades.

"...às 11 horas daquele dia de Natal houve missa em seu rancho novo a que compareceram todas as autoridades da Vila do Poti, as senhoras das principais famílias. bem ornadas de jóias e bons vestidos, os principais cidadãos da Vila e mais imensidade de povos. Após o término da missa, toda essa brilhante companhia marchou para o sítio da nova Matriz (local da atual Igreja do Amparo), onde se achava a tropa formada.

E o Sr. Juiz de Direito, metendo na pedra solene duas moedas, uma de prata, e outra de cobre com o cunho do Império, depositou-as na base. A isto, deu vivas à S. Majestade Imperial, à sua Imperial Família; à Constituição do Império, ao Sr. Presidente da Província, como fundador e protetor da nova Vila, e como também a todos os potienses. Deram-se três descargas." (in Odilon Nunes-obra citada).



Igreja Matriz da Vila Velha do Poti



Igreja do Amparo - Teresina (sem as torres)

Estavam lançados os fundamentos da Matriz de N. S. do Amparo, primeira construção da Vila Nova do Poti e em futuro bem próximo de Teresina, a Capital.

A capela-mor da igreja veio a ser concluída dois anos depois, em 25 de dezembro de 1852, com celebração da missa pelo vigário Mamede de Lima. Essa edificação é do maior significado histórico, pois representa o "marco zero" da cidade.

No dia **20 de outubro de 1851**, Saraiva volta a visitar a Vila do Poti pela segunda vez. *"O espírito tenaz empreendedor, o civismo daquela gente não só surpreenderam o Presidente: deram-lhe certeza de que aquela era a gente predestinada a fundar a nova capital"*.

Pessoalmente dirige o transporte do acervo da antiga vila, instalando a nova sede da Câmara Municipal e demais repartições públicas, ancorado na antiga **Lei Provincial nº 140 de 29 de novembro de 1842**, que, 9 anos atrás, autorizara a mudança da Vila.

Em seu relatório na Assembléia de 1851, Saraiva pormenorizou o assunto, discutindo as vantagens do local escolhido para a nova capital. Mostrou firmeza ao expor seus pontos de vista, quando afirmou:

"Reconheço que a mudança da capital fere interesses (...). Vós decidireis se esses interesses são legítimos (...) e se o futuro do Piauí deve ser prejudicado só porque haveis despendido nesta cidade em ponte, em calçadas, em um hospital e em uma casa de Liceu algumas quantias. Vós decidireis se, por amor dessas quantias, deixará o Piauí de conquistar pelo comércio, pela agricultura, pela indústria, somas maiores que poderão em pouco tempo dar-lhe uma capital mais rica, mais cômoda, mais civilizada e mais conveniente à direção dos negócios públicos".

Não querendo sofrer uma derrota, pois a Assembléia já havia se manifestado contra a mudança da Capital, inclusive, anulando todos os Decretos publicados anteriormente, com prudência, o Presidente aguardou a reorganização da Câmara que viria a ser eleita com pessoas fiéis a seus princípios e favoráveis à mudança da Capital.

De fato, a nova Assembléia, instalada em **1º de julho de 1852**, baixa no dia 21 de julho a Resolução nº 315, que autoriza a transferência da Capital para a Vila nova do Poti, elevada desde logo à categoria de Cidade, com o nome de **Teresina**, em homenagem à Imperatriz do Brasil, **D. Teresa Cristina**, esposa de Dom Pedro II.



Teresa Cristina

Na Resolução, ficara também autorizada a transferência, tão logo ache conveniente, a obter, por aluguel ou pela forma mais conveniente os prédios para as repartições públicas, construí-los por administração ou obtê-los por arrematação, devendo dar início à construção do quartel de polícia, cadeia pública, cemitério e demais obras necessárias para o funcionamento da cidade. Seria transferida a escola de Educandos Artífices, cujos alunos, dentro de suas especialidades trabalhariam nas diversas obras, bem como os empregados públicos vitalícios, que receberiam ajuda de custo para despesas da viagem.

Avisado antes que se formava um plano de atentado contra sua pessoa, Saraiva tomou medida para sua segurança pessoal, retirou-se de Oeiras, deixando a lei assinada. Quando a notícia se espalhou, o Presidente já estava distante. Foi um verdadeiro clamor público.

Diz Clodoaldo Freitas:

“Tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para segurança individual, o Dr. Saraiva retirou-se de Oeiras, deixando assinado o decreto da mudança da Capital.”

Quando a bomba explodiu já o lustre e pertinaz Presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva se não tivesse retirado prudentemente em tempo, teria com certeza sido vítima de alguma agressão. Os ânimos se irritaram, era um verdadeiro clamor público contra o Presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato de que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança.

Muitos até então ainda ingenuamente acreditavam na possibilidade de volta do governo para Oeiras por deliberação da Assembléia com a retirada do Presidente ou por ordem expressa pelo Governo Imperial. Queriam, pois, que o erário público ficasse em Oeiras, como uma garantia da permanência da Capital, e em protesto contra o ato Presidencial.

Assim, no dia em que o cofre foi colocado em carro puxado por bois, partiu de Oeiras cercado de numerosa força armada a população desiludida abandona a idéia de revolta, que realmente nunca tivera e entregou-se a uma dolorosa desolação, acompanhando-o até ao lado oposto da grande ponte construída pelo Dr. Zacarias, soluçando. Foi um dia de luto geral”.

Ao chegar a Teresina no dia **13 de Agosto de 1852**, Saraiva tomou, de imediato, todas as medidas necessárias para mudança da máquina administrativa. (**Anexo nº 16**)

Odilon Nunes (in A mudança da Capital de Oeiras para Teresina):

“Ao chegar a Teresina havia boas construções na Praça da Constituição (atual Deodoro) e Praça Saraiva, Rua da Glória, Rua Grande, Rua Bela, estes últimos logradouros já conhecidos por esses nomes. Viam-se também muitas cabanas pelas circunvizinhanças, especialmente na beira do rio e em rumo do Barroco.”

Monsenhor Chaves em “PIAUI - Subsídios para a História do Piauí”:

“Em Teresina Saraiva tratou de instalar as repartições e fazer funcionar a máquina burocrática. Agiu com rapidez e precisão admirável. A 16 de agosto oficiava a cada Presidente de Província:

“Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o Corpo Legislativo Provincial autorizou pela lei n. 315 de 20 de julho do corrente ano a transferir a Capital desta Província para a nova cidade de Teresina, e que dei já execução a essa lei, pelo que me acho à disposição de V. Excia”.

O Ofício de 21 de outubro dá por encerrada a mudança:

“Comunico a V. Exia. que esta Província está em paz e que se acha completamente transferida para esta Cidade de Teresina, a Capital da Província, e funcionando regularmente todas as repartições públicas.”

Hoje, comemoramos **16 de agosto de 1852** como a data oficial de Teresina.

Nos primeiros dias da Cidade, parte dos órgãos públicos funcionava em casas alugadas ou cedidas pelos moradores, inclusive, o próprio palácio do governo e tesouraria provincial. (Vide anexo nº 16, ofício de Saraiva dirigido ao Secretário de Estado dos Negócios do Império, Francisco Gonçalves Martins em 15 de agosto de 1852, comunicando sua chegada a Teresina).

Transcrição parcial do relatório que **Saraiva apresentou, em 1853**, ao Legislativo Provincial, quando deixou o governo da Província:

“Tendo dito a V. Exa. as razões pelas quais tanto me empenhei em realizar a mudança da capital, devo agora ocupar-me da maneira por que se efetuou a mesma mudança. No dia último de julho, adiei a assembléia provincial e, nos dias 1, 2, 3, 4, 5 e 6, dei as ordens para que no prazo de 60 dias se achassem nesta cidade os empregados da secretaria, e para que estivessem prontos para isso, ao primeiro aviso, os empregados das tesourarias. Ordenei ainda que os educandos e a administração do correio partissem no mais breve espaço possível, e saí de Oeiras no dia 6 com destino à nova capital, aonde, chegando no dia 13, reconheci que havia acomodações para as tesourarias, pelo que, dias depois, logo ordenei a vinda delas.

Desde o princípio de outubro começaram a funcionar regularmente a secretaria, as duas tesourarias, a administração do correio; os meninos educandos chegaram muito antes, e logo foram convenientemente

alojados, assim como todas aquelas repartições, em prédios ótimos, e oferecidos gratuitamente por um e dois anos por distintos habitantes desta cidade.

O palácio do governo tem acomodações suficientes para uma grande família e lhe falta apenas mobília, porque a existente é emprestada pelo comandante superior Jacó Manuel de Almendra, que ofereceu por dois anos gratuitamente o mesmo palácio.

“A força de linha, que devia guarnecer a capital, chegou no primeiro de novembro, comandada pelo brioso capitão Cabral, e foi alojada numa casa oferecida pelo mestre-de-obras João Isidoro da Silva França; e se tem de passar nestes dias para grandes barracões cobertos de palha, que se construíram no campo do quartel. Convinha que a força se estabelecesse nesse campo, porque nele está fazendo o quartel de linha que mandei começar com a quantia marcada para as obras militares.

Devo dizer a V. Exa. que os meus cuidados na realização da mudança não se limitaram a acomodar as repartições públicas, tropas etc. etc. Empenhei com os habitantes do lugar a fim de que me cedessem suas casas para os empregados públicos, que se tinham de mudar de Oeiras, e tive a fortuna de obter a maior parte das casas, que se achavam prontas nessa época e que foram postas por seus donos à minha disposição a fim de as oferecer àqueles empregados com famílias, e que não tivessem podido obter onde se acomodar.”

Desvreve depois outros detalhes; menciona que as despesas com a mudança da Capital não excederam a 30:000\$000, e que o ministério do Império aprovou essa mudança por aviso de 9 de outubro de 1852; declara que, concluída a capela-mor da igreja matriz, já funcionava o culto divino desde o dia 25 de dezembro e que mandara construir um cemitério próprio para uma cidade, um estabelecimento para cadeia e um outro para quartel do corpo de polícia, além das providências que tomara para a construção de outros, bem como sobre vários assuntos urgentes na cidade nascente, cujo solo, uns dois anos antes, era completamente coberto de cerrado arvoredo

O terreno onde Teresina foi edificada foi desmembrado da data “Covas” e a demarcação de seus limites, tendo a igreja do Amparo como centro, ia de um quarto de légua para norte e para o sul, e de leste para oeste

o espaço compreendido entre os rios Parnaíba e Poti. A desapropriação aconteceu no Governo do Dr. Simplício Mendes, recebendo Manoel Domingues Gonçalves Pedreira, donatário da sesmaria, a importância de um conto e quinhentos mil reis.



Praça da Constituição, hoje Praça Marechal Deodoro ou popularmente, Praça da Bandeira

A cidade de Teresina teve início na Praça da Constituição. Em volta dela, desenvolveu-se a vida política, social e comercial da nova cidade. Na foto acima, aparece, à esquerda, o prédio do Mercado Público e, logo mais adiante, o prédio de andar que abriga hoje o Museu do Piauí. Acima, à direita, a **igreja do Amparo** (sem as torres) e, ao seu lado esquerdo, o prédio do antigo Fórum, em cujo local se encontra edificado, hoje, o Luxor Hotel. A praça se destaca, sem a infra-estrutura de calçamento, água e luz .

A mudança da capital de Oeiras para a Vila do Poti, nas condições em que fora efetuada, sem contar com recursos suficientes, sem dispor de infra-estrutura básica, contra os reclamos da população oieirense, que não queria perder a primazia, traduziu-se num feito heróico, pois Saraiva contava com poucos seguidores na antiga Capital, e tudo dependeu de seu carisma e poder de convencimento, que conquistou desde as primeiras horas a adesão dos potiensens.

O fato foi tão inusitado e comentado que até D. Pedro II, que na ocasião estava em Lausanne, na Suíça, ficou surpreso e perguntou se tudo não passava de arroubo de um rapazola de 27 anos, pois, sem dinheiro e pessoas para ocupar a nova Capital, como teria feito para dar cumprimento à missão em tão pouco tempo.

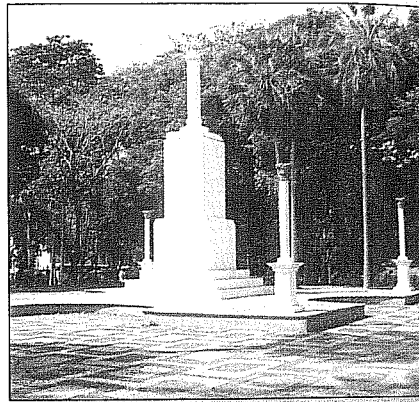
Para se ter uma idéia do tamanho do empreendimento, oito anos antes, Zacarias de Góis, ao assumir o Governo da Província, encontrou

decreto autorizando a mudança da Capital para a foz do rio Mulato e assim se expressou:

"...Com dizer isto, tenho dado a razão porque não foi aquela lei executada por meu antecessor, não há de ser por mim, nem também, segundo todas as possibilidades, pelos meus sucessores. Construir todos os edifícios necessários ao serviço; erguer de repente uma cidade inteira é empresa possível a um homem de gênio, que disponha de inumeráveis braços e de uma riqueza imensa, mas é perfeita quimera para o governo constitucional de uma província pobre".



Praça da Constituição, hoje Praça Mal. Deodoro
- Teresina nasceu aqui -

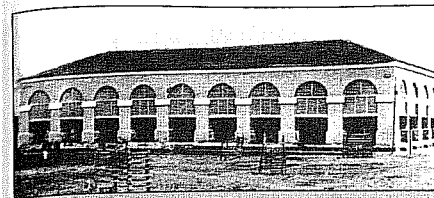


Monumento à Saraiva
- Praça Mal. Deodoro -

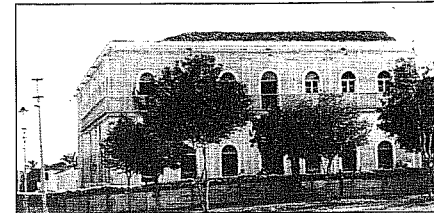
Em reconhecimento e gratidão para com aquele que liderou a transferência da Capital, a população de Teresina homenageou o Dr. José Antônio Saraiva, batizando a segunda praça da cidade com o seu nome, o Largo Saraiva, hoje Praça Saraiva.

Também, em sua homenagem, erigiram um monumento na Praça da Constituição, obra esculpida no Rio de Janeiro, que aqui chegou no dia 19 de abril de 1859, a bordo do Uruçuí, primeiro barco a vapor a singrar o rio Parnaíba. A coluna traz duas inscrições "José Antônio Saraiva fundou esta cidade no ano do senhor de 1852" / "Os piauienses, agradecidos, levantaram-lhe este monumento no ano do senhor de 1858". (Anexo nº 17)

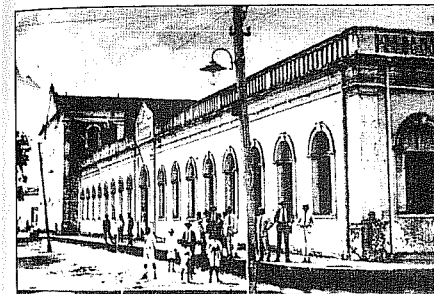
PRIMEIROS PRÉDIOS



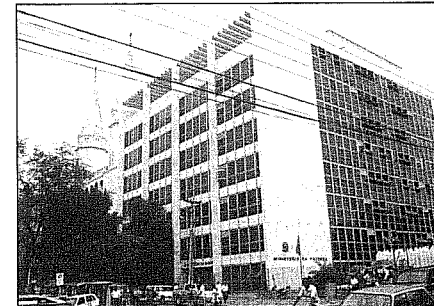
Mercado Público - recebia as mercadorias que chegavam pelo rio Parnaíba.



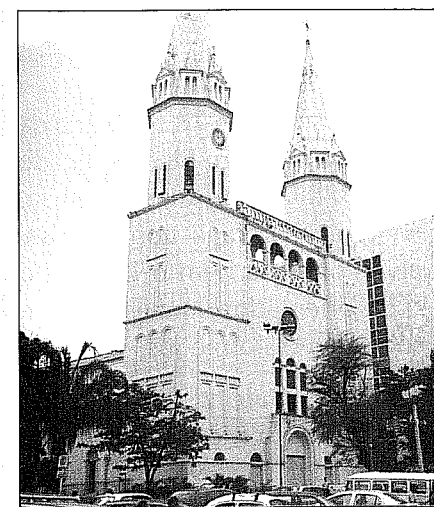
Museu do Piauí - construído pelo comendador Jacob Manuel de Almendra, foi sede do Governo da Província e do Poder Judiciário



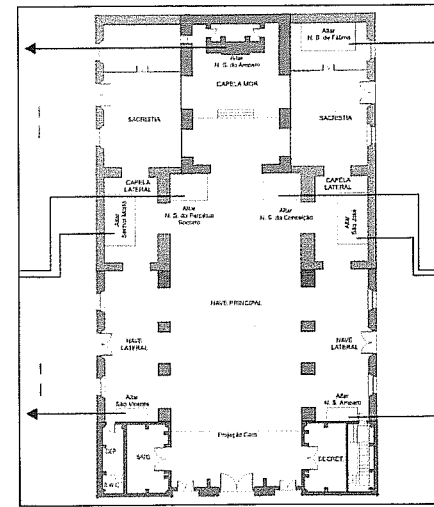
Prédio da Secretaria da Fazenda - ao fundo, Igreja do Amparo - sem as torres



Hoje, Ministério da Fazenda, ao fundo Igreja do Amparo



Igreja do Amparo



LEGENDA
1852 1854 1870 Déc. 1830 Déc. 1850

SARAIVA – O ESTADISTA

Após deixar a presidência da Província do Piauí, Saraiva governaria Alagoas (1853), São Paulo (1854) e Pernambuco (1858).

Foi Senador pela Bahia, Ministro da Marinha, da Guerra, da Fazenda e Justiça. Presidiu o Conselho de Ministros por duas vezes, ficando seu nome lembrado como Conselheiro Saraiva.

Durante o longo reinado de D. Pedro II, tornou-se o político da maior confiança do Imperador.

Veja-se sua trajetória política traçada pelo Dep. Álvaro Valle (in *Perfis Parlamentares*):

“ ..Antes de político, iniciara a sua vida pública como juiz. E mal eleito, recebia tarefas administrativas e o difícil governo de pequenas províncias. Estes fatos irão explicar o seu comportamento nos próximos quarenta anos em que seria quase sempre um dos atores principais do cenário político brasileiro.

José Antônio Saraiva nasceu na Freguesia de Bom Jardim, município de Santo Amaro, na Bahia, em 1 de maio de 1823. Viveria setenta e dois anos, morrendo em 21 de julho de 1895, em Salvador.

Seus pais morreram cedo: José Antônio Saraiva, em 1834; Maria da Silva Mendes, em 1833. Sonhara o velho Saraiva com um filho dedicado à vida pública. Liberal que se empenhara nas lutas da independência, preparara o filho para servir ao Império que ajudara a constituir-se. Com 11 anos, o futuro Conselheiro Saraiva conhecia bem o Latim e o Francês; os seus assuntos de debates já eram orientados para as Letras e Humanidades que dão estrutura aos homens melhor formados.

Entregue ao avô-afim, Brigadeiro Henrique Garcez, Saraiva sofre influências contraditórias. Guarda-roupa de D. Pedro I, o Brigadeiro era um conservador que sonhava para o neto um futuro estável e tranquilo na lavoura ou no comércio.



Saraiva

Vence a influência paterna e Saraiva dedica-se aos estudos jurídicos, formando-se em outubro de 1846, em São Paulo. Volta à Bahia onde exerce funções policiais e começa a experimentar a tribuna, no júri. Mas em junho de 1848 já será nomeado Promotor em Jacobina e, logo depois, sempre na Bahia, será designado juiz municipal em Valença. Iniciava em novembro de 1848 uma carreira que pareceria promissora na magistratura.

Mas em 1848 decide-se pela vida política e é eleito para a Assembléia Provincial de seu Estado. Não deixa a imagem de polêmico ou de apaixonado ou sequer de grande orador. Será conhecido como um parlamentar estudioso de problemas e capaz de reunir simpatias até de adversários e em momentos de crise.

Em 23 de junho, o Imperador o nomeia Presidente do Piauí, onde ficará até 1853. Nunca Saraiva esquecerá a província que o recebera com tanto afeto, no início de sua vida. O jovem de 27 anos administra com firmeza uma província acostumada a crises que não acontecem em seu governo. Enfrenta uma oposição destemida, mas edifica Teresina e para lá transfere a capital de Oeiras. Preocupa-se com a segurança, restabelecendo a tranquilidade pública, usando rigor se necessário. Mas deixa na província, sobretudo a lembrança de um homem justo. Preside eleições em que o voto será respeitado e a oposição não lhe acusa de perseguições ou de estimular ou permitir a corrupção eleitoral. Saraiva, que era sobretudo um homem coerente começa desde agora a revelar o que será uma de suas preocupações de homem público: o do respeito à vontade popular verdade eleitoral. Mais tarde, irá afastar-se do poder por esta causa.

É nomeado pelo Imperador, em agosto de 1853, Presidente de Alagoas. Na nova província tem pouco tempo para revelar sua capacidade administrativa. Preocupa-se, sobretudo, com a segurança pública, elimina os focos de malfeitores da região, mas em junho de 1854 já está nomeado Presidente de São Paulo.

No Império, os cargos de presidentes de província eram essencialmente políticos. O Império unitário concedia aos presidentes uma delegação da Coroa e do Gabinete para funções que às vezes até se exerciam à distância. Desde 1852, Saraiva já se elegera deputado pela Bahia. Em 1853, já iniciara a sua atividade parlamentar na Corte, tornando-se exímio defensor do governo e dos interesses do Piauí que não esquecera, além da Bahia que lhe concedera um mandato.

Em seu pouco tempo como Presidente de São Paulo, buscou a moderação na vida política, reafirmou a sua tendência para a conciliação. Este ano seria importante na formação do homem que iria mais tarde entender que o desenvolvimento da imigração estava diretamente ligado às campanhas pela libertação do negro. Em São Paulo, Saraiva procura dedicar-se à construção de estradas; os problemas ali são diversos dos do Piauí ou de Alagoas. Mas para construí-las, era necessário que viesse da Europa a mão-de-obra especializada. E o Presidente não hesita em buscar não só engenheiros, mas até operários de Londres. Ele compreenderá anos depois por que poderá buscar apoio entre os paulistas para os seus projetos de libertação gradual do negro. Saberá distinguir o Oeste paulista do Vale do Paraíba escravocrata no mesmo Estado. E buscará os apoios certos.

O Conselheiro Saraiva era desses homens que pareciam nada desperdiçar nem experiência. Afonso Celso, o maior e mais inclemente dos seus críticos, reconhece nele o dom do saber acumulado e da autoridade. "Era natural obedecê-lo." Parece que Saraiva somava poder e por isso o seu crítico o irá considerar o mais feliz dos estadistas nos últimos trinta anos de Império.

Mas a leitura cuidadosa de seus trabalhos ou discursos, a análise serena de sua atividade no governo e na oposição mostra um homem que conquistava posições e homens por seu trabalho e por sua capacidade de aprender com a própria vida, qualidade essencial a políticos.

Na vida pública, nada infunde mais respeito, a médio e longo prazo, que a coerência. Talvez aí um dos segredos de Saraiva. Honradez pessoal é pré-condição para qualquer pessoa que viva em sociedade e não se inclui entre os requisitos específicos para a vida pública. Saraiva um homem rico, sem filhos ou parentes próximos sem amantes e sem validos, nunca foi discutido em sua vida pessoal. Não era privilégio seu; no Império, a causa pública raramente servia de instrumento para outros apetites. Até hoje, a República não conseguiu reunir nos governos ou nas assembléias tantas vocações de homens públicos, apaixonados apenas pela política e pelo governo. A honradez não era qualidade que sobressaísse: era pré-requisito. Distinguiam-se os homens por outras qualidades. Em Saraiva, talvez elas fossem a coerência e a busca da conciliação. Ao lado disso o bom senso de um homem voltado sempre para os resultados da ação política que é afinal a arte de bem governar os homens e administrar as cousas. Era também um prático.

Se Dantas não consegue fazer aprovar a sua Lei do Sexagenário, Saraiva, presidindo o Conselho fará aprovar o seu projeto, com poucas resistências. Não porque dispusesse de varas de condão. Mas porque sabia contemporizar, reconhecer realidades, aceitar sugestões emendar, corrigir-se. Por coerência, renunciava a cargos e posições como poucos homens em toda a história brasileira. A própria lei que libertava os sexagenários ficará na História como Lei Saraiva-Cotegipe porque o Presidente do Conselho de Ministros, depois de a fazer aprovar na Câmara, renunciará para que um gabinete conservador, o de Cotegipe, recolha a sanção imperial. Revelavam-se, em um momento, as duas qualidades de Saraiva: seu espírito prático e sua busca permanente de conciliação.

Será o grande estadista liberal nos últimos decênios do Império. Se não estivesse à frente dos gabinetes ou da oposição, estaria influenciando o seu comportamento. Mas sempre dentro de uma linha que já se definira retilínea nos meados do século. Isso lhe assegura o respeito do Império e, a partir de certa época, a confiança do Imperador.

O homem que estimula a imigração em São Paulo será o que compreenderá mais tarde os interesses conflitantes na questão servil. O Ministro da Marinha que compra navios ou que antes disso já se esforçava para o fortalecimento da esquadra no Mato Grosso, seria o mesmo que irá negociar com Aguirre, sabendo que ali se estaria iniciando a guerra que Solano López preparava no Paraguai. O Presidente da província que organizava eleições honestas ou o deputado iniciante que renunciava a cargos por defender leis eleitorais mais justas, iria depois jogar o seu prestígio de estadista em reformas da legislação eleitoral do Império. Sempre o mesmo homem e as mesmas idéias em circunstâncias diferentes.

Em junho de 1855, Saraiva renuncia pela primeira vez a presidência de São Paulo. Votara contra o Gabinete Paraná, discordando da pretendida reforma eleitoral, e não cria dever continuar no exercício de um cargo que era de confiança do governo. Mas não passa à oposição: a sua discordância justificava a renúncia, mas não uma alteração de rumos políticos.

Fixava-se definitivamente na Corte, no ano seguinte ao da inauguração da estrada de ferro de Mauá à Raiz da Serra. Também em 1854 inaugura-se o telégrafo no Rio. Por aquela época, Mauá desenvolvia todo seu espírito empresarial e de financista. Já se passara o grande surto

da febre amarela de 1850, mas em 1855 a cólera era a grande ameaça sobre a cidade.

Novamente eleito, agora em uma eleição disputada, e confirmada em Jacobina e no Rio de Janeiro, Saraiva já firmara a sua reputação de homem público. A Corte já conhecia o seu talento de administrador, a sua capacidade de bom tribuno, o homem da conciliação. Estava maduro para nova fase de sua vida.

O Gabinete de 4 de maio de 1857, por suas características, não poderia dispensá-lo. É o gabinete da conciliação, presidido pelo Marquês de Olinda. Saraiva será o Ministro da Marinha e, interinamente, da Guerra. Menos de dois anos no governo serão o prenúncio ou a síntese do que faria aquele que seria outras vezes ministro e Presidente do Conselho, o estadista do Império. Sua grande preocupação é o Prata, onde Carlos López opunha dificuldades à navegação brasileira. Com obstinação, enfrenta debates parlamentares, é acusado de esbanjamento, mas encomenda canhoneira na Europa estimula a fabricação de naus no Brasil. Não lhe é fácil explicar, como veremos nos discursos publicados neste volume, por que encomenda barcos de guerra sem saber seu preço. Mas Saraiva não foge às suas responsabilidades de ministro e nem às do parlamentar. Debate, explica, justifica-se, mas compra as canhoneiras, reequipa a Marinha, reforma a sua Academia, desenvolve o seu Corpo de Saúde. Anos depois, será compreendido e exaltado.

O Gabinete de 4 de maio, demite-se sem que a Câmara ou o Imperador o tenham exigido. Dois ministros enfermos, o da Guerra e o da Justiça, sugerem a necessidade de uma recomposição.

Em 12 de dezembro de 1858 sobe o Gabinete do Visconde de Abaeté. Nabuco de Araújo, na Justiça, é a segurança de que o espírito de 4 de maio será mantido. Saraiva é convidado para a Presidência de Pernambuco, indício de que há continuidade entre os gabinetes. Por isso ele aceita.

Mas o Gabinete Abaeté se vai tornando cada vez mais fortemente conservador. Em uma época em que os partidos mal existiam, ressurgem a tendência para uma radicalização partidária artificial. Saraiva renuncia à presidência de Pernambuco depois que Nabuco de Araújo deixa o Gabinete.

Em 14 de maio de 1859, Saraiva pronuncia importante discurso em que justifica a sua demissão e História a sua aceitação da presidência de Pernambuco. Em 1 de junho, em novo discurso, faz a defesa da política de conciliação, abandonada em 12 de dezembro.

Inicia uma nova vida. A partir de agora, será um homem de oposição.

Desde então, Saraiva é um novo tribuno. Mais confiante, usando a sua experiência de governo, contundente em suas críticas, seus discursos serão sempre ouvidos em plenários atentos. Completava-se o estadista e Sisson quem afirma em sua Galeria dos brasileiros Ilustres:

“ .. um nome que tem sido alvo de muita ansiedade, o repouso de muita esperança, ... que, na sagacidade do tino, no conhecimento dos homens, na prontidão no decidir, na originalidade dos projetos, na ciência de se colocar superior a todos os interesses e a todas as paixões, e só inferior ao interesse da paixão da justiça, pode servir de modelo aos homens da administração; e, pela sinceridade das convicções, pela moderação das idéias, pela vista profunda e longa que descortina os efeitos das causas, atrai a atenção dos estadistas e a contemplação do país: ... o vulto simpático do Senhor Conselheiro Saraiva”.

O ano de 1861 é tumultuado por crises internas e externas. A Questão Christie põe à prova a firmeza do Imperador e do Império. Baseado em informações falsas do cônsul britânico em Porto Alegre, insuflada por seu Ministro no Rio, a Inglaterra culpa o Brasil por saque e afrontas à Marinha de Sua Majestade. Nada tínhamos a ver com o barco que afundara e fora saqueado no extremo sul do país. Mas os britânicos exigiam indenizações e apresavam naus brasileiras. Para complicar ainda mais a situação, três marinheiros ingleses alcoolizados foram presos no Rio de Janeiro quando promoviam desordens, mas logo soltos, ao se identificarem. Os ingleses exigiam satisfações e até a punição de autoridades que haviam cumprido o seu dever. O Império rompe relações com a Inglaterra e a crise só será resolvida após o laudo favorável ao Brasil do Rei Leopoldo, da Bélgica.

A Inglaterra vivia sob o longo reinado da Rainha Vitória (de 1837 a 1901). Neste ano de 1861, a Europa assistiria à unificação italiana sob Vítor Emanuel. Na Espanha, a revolução liberal de 1854 não trouxera resultados. Mas Isabel II não tinha um reinado tranqüilo. Iniciavam-se as agitações que iriam afastar do trono a sua dinastia em 1868.

Em 2 de março de 1861 constitui-se um novo Gabinete sob a chefia de Luís Alves de Lima, Marquês de Caxias. Em abril, Saraiva será designado Ministro do Império nesta administração fraca, em um ministério pouco homogêneo.

Em 2 de julho faz um discurso curto, mas dos seus melhores, estreando na tribuna em suas novas funções. Procura acalmar os que se rebelavam contra a liberdade de imprensa, lembrando que os excessos existem em qualquer país e em qualquer tempo. Neste discurso, reconhece, embora não a confesse, a falta de unidade na administração que se iniciava há pouco.

Nove dias depois estará explicando à Câmara os motivos que o levaram a renunciar à pasta do Império. Lê a carta que enviara ao Marquês de Caxias:

"É mister que os ministros confiem por tal forma em todos os seus colegas, que se inspirem a maior e mais particular estima. Asseguro a V. Exa. que essa confiança não existe..."

Saião Lobato e o próprio Presidente do Conselho levantam-se para assegurar que o Gabinete tinha em Saraiva toda confiança, e dizem-se surpresos por uma decisão que lhes parecia inopinada. A Câmara pressiona Saraiva para que dê os motivos de sua demissão, sendo estimulado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Conselheiro recusa-se a explicar os pontos de discórdia que o fariam

"correr o reposteiro da sala de nossas conferências ministeriais e revelar os segredos de nossa vida íntima."

Mas não resiste, dias após, quando, em julho, o Ministro da Justiça volta a exprimir suas dúvidas, e o próprio Marquês de Caxias lhe pede que explique a demissão:

"O nobre Ministro da Justiça expôs nesta Câmara como opinião do ministério a sua opinião individual acerca de todas as questões levantadas pela ilustrada oposição. Não admito, não tolero que ninguém arraste-me após si, e dê como minhas até opiniões que não tenho."

A divergência maior, entretanto era outra política. Sayão Lobato tocara no Gabinete de 4 de maio, no gabinete da conciliação, orgulho de Saraiva, e isso ele não perdoaria:

"O nobre Ministro da Justiça ponderou que o Partido Conservador não me reputava perdido para si por eu haver pertencido ao Gabinete de 4 de maio, e procurou justificar-me desse passo que considero um desvio. Justificar à mim, Sr. Presidente, de um passo que considero o mais honroso de minha vida pública!"

No Império, já mal havia partidos. Em cada eleição, cada gabinete conseguia organizar câmaras quase unânimes e os parlamentares se dividiam por suas tendências mais ou menos conservadoras, acima de organizações partidárias. Para dar corpo à tendência moderada e conciliadora, Saraiva insistia na Liga ou Partido Progressista, que nunca chegou a ser perfeitamente constituído. Sonhava com poder agrupar, contra todos os interesses imediatos, os homens desapaixonados do partidarismo em uma organização que desse estabilidade ao Império. Insistia na Liga Progressista e chega certa vez, em 27 de maio de 1862, a interromper um discurso quando ao falar dela, ouve murmúrios, e risadas no plenário. "Não continuo", e desce da tribuna.

Em 1864, Saraiva levará o seu esforço pela conciliação para fora das fronteiras.

O Uruguai estava novamente em crise após alguns anos de tranqüilidade. A derrota de Rosas, em 1852, em Monte Caseros, parecera assegurar por muito tempo a tranqüilidade no Prata. Mas na República Oriental os tempos de paz eram apenas intervalos de lutas políticas, sangrentas. O Império, pressionado pela opinião pública, já aceitara a independência de sua província meridional e garantira a formação do país, impedindo a extensão da Argentina à outra margem do Prata. A presença brasileira continuava, entretanto, a ser importante para a manutenção da independência da República, para sua estabilidade política e da região, e até para a garantia dos direitos de brasileiros ali residentes.

Rivera, o primeiro presidente uruguaio, fora substituído por Oribe, e o desentendimento entre os dois governantes fez nascerem os partidos blanco e colorado que dividiram a nação por muitos anos, se não até hoje. Uma longa guerra civil, estimulada por Rosas, provocou sucessivas intervenções brasileiras, diplomáticas e militares. O interesse imperial crescia nos tempos em que no Rio Grande se aprofundava a Revolta dos Farrapos.

Em 1851, apesar dos esforços de Sinimbu e do então Visconde de Abrantes, da ação da Marinha brasileira e das gestões européias, a

instabilidade permanecia, e os partidários de Oribe, no poder, estendiam suas incursões ao território rio-grandense. A ação militar do Conde de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, aliado à marinha de Grenfell, derrubou Oribe que se rendeu ao General Justo José de Urquiza, governador de Entre-Rios, opositor de seu compatriota Rosa, e aliado do Brasil. Estavam resseguradas a paz e a independência uruguaias. Um acordo entre os aliados, negociado pelo Marquês do Paraná, e a estratégia de Caxias garantiram a intervenção na própria Argentina e a derrota de Rosas em Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852. Urquiza assumiu o governo argentino e parecia estar tranqüila a política no Prata, sobretudo após a assinatura com a Argentina do Tratado de 1856, negociado pelo Visconde de Abaeté.

No Uruguai, entretanto, o Presidente blanco, Francisco Giró, começava novamente a criar dificuldades ao Brasil. Substituído por um triunvirato, mantém-se no governo Venâncio Flores, após a morte dos outros triúmviros. O novo Presidente tenta pacificar os dois partidos, sem êxito, e renuncia em 1855, reiniciando-se os distúrbios. O Brasil retira as suas tropas estacionadas no Uruguai e tenta consolidar a situação oriental com a ajuda financeira maciça proporcionada pelo Banco Mauá. Foi a “política dos patações”.

Mas os blancos no poder não perdoavam o Império que havia garantido a independência em seu país. Na década dos 60, o problema uruguaio agravava-se porque se somava ao paraguaio. Solano López já se preparava para a futura guerra e apoiava e oferecia proteção a Aguirre, o presidente uruguaio blanco.

Saraiva é enviado ao Uruguai, conduzindo em sua pasta o ultimato imperial. Desde quando Ministro da Marinha ele se preocupava com a situação no Mato Grosso e os riscos no Paraná. Agora tinha confirmados os seus receios e participava no Uruguai de mais um ato de tentativa do expansionismo paraguaio. Na iminência da guerra, seus oponentes já não mais o criticavam pelas despesas excessivas com nossa marinha, destinadas ao Prata e ao Mato Grosso.

Saraiva chega a Montevideú e insiste em negociar. É o conciliador, mesmo nos momentos mais difíceis. Mas os blancos, excluídos por tanto tempo da política, só acreditavam na luta armada. Aguirre recebe o enviado brasileiro com cortezia, enquanto negociava com López. Revela os seus objetivos ao responder belicosamente às notas que recebia de

Saraiva, que tentava a pacificação necessária ao Império. No Brasil, a opinião pública exigia ação. Evaristo da Veiga reclamava a intervenção do Imperador e até o tranqüilo Visconde de Uruguai se exaltava contra a violação dos direitos de brasileiros perseguidos na República Oriental. Eram cerca de 40.000 àquela época. Afinal, Aguirre concorda com Saraiva mas, ao trazer redigido o protocolo do acordo, altera pontos essenciais. Recusa-se também a levar adiante a recomposição ministerial, que já aceitara.

Em 4 de agosto, esgotadas as negociações, Saraiva apresenta o seu ultimato. O Império exige o respeito a todos os seus direitos ou se veria obrigado a represálias.

“...As forças do exército brasileiro receberão ordem para procederem a represálias, sempre que forem violentados os súditos de Sua Majestade, ou for ameaçada a sua vida e segurança... O Almirante Tamandaré receberá instruções para do mesmo modo proteger, com a força da esquadra às suas ordens, aos agentes consulares e cidadãos brasileiros ofendidos por quaisquer autoridades ou indivíduos incitados a desacatos pela violência da imprensa ou instigação das mesmas autoridades.”

Aguirre tenta ganhar tempo, pedindo mediação. Mas terminados os seis dias de prazo, Saraiva já em Buenos Aires, coordena as hostilidades. Tinha como aliados o Ministro de Exterior argentino, Elizalde, e o ministro britânico Thornton, testemunhas de seus esforços. Determina ao Almirante Tamandaré que entre em ação no Prata, enquanto Mena Barreto já movimentava as suas tropas em terra.

Venâncio Flores é reconhecido como beligerante em sua luta contra Aguirre, e une-se às forças do Império. Desde muito tempo Saraiva percebera o valor militar e político de Flores. Mais tarde em 17 de agosto de 1875, sua vitória em Yataí, contra os paraguaios será fundamental para a Tríplice Aliança que se formara dos três governos contra o Paraguai: o Brasil, a Argentina e o Uruguai

O Imperador manterá sempre em seu Palácio de São Cristóvão um retrato de seu aliado e amigo, o republicano Venâncio Flores. Em 1864, já se esboçava a Tríplice Aliança que José Maria da Silva Paranhos negociaria mais tarde.

Em Montevideú, Flores manda hastear a bandeira do Brasil, que Aguirre humilhara em manifestações públicas, e a salva com 21 tiros. Em

12 de novembro de 1864, López iniciava as hostilidades contra o Brasil, mas não poderia auxiliar seus aliados brancos que no Uruguai, contando com seu apoio, haviam dividido o país. Até hoje, na literatura didática do pobre ensino brasileiro, estudam-se: Oribe e Rivera, Rosas e Urquiza, Aguirre e Solano Lopez em diferentes capítulos e séries, como se não fosse toda a mesma história iniciada à época da Cisplatina e que se segue até o porto livre de Paranaguá ou Itaipu, quando se fez a paz definitiva dos interesses conciliados, e o Paraguai obteve na paz o que a guerra não lhe trouxe.

O filho de Venâncio Flores dá a Saraiva uma de suas melhores condecorações. Esta carta:

“Enero, 19 de 1895.

Excellencia: La obra que contribuistes a levantar con mi padre en la República del Uruguay ha sido tan sana y noble que leva treinta años el partido colorado gobernando el país. Podeis estar satisfeito.

Soy de Vuestra Excellencia am. qs. m. b.”

Fortunato Flores

A missão de Saraiva no Uruguai rendeu-lhe longa polêmica, decênios depois, com Vazquez Sagastume, ministro do Uruguai em Assunção em 1863, depois diplomata no Rio de Janeiro. Os artigos dos contendores, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, revelam a parcialidade de Sagastume, blanco exaltado, que, em última análise, acusa Saraiva de defender os interesses brasileiros.

Apresenta nosso diplomata como belicoso e prepotente, sem entender sua missão. O próprio Sagastume reconhece que Solano López, seu amigo, apontando-lhe um mapa do Brasil, indicou-lhe uma região próxima de Porto Alegre, e assegurou-lhe: “Aqui faremos a paz.”

Por outro lado, em discurso no Senado (16 de setembro de 1869), o próprio Saraiva dirá que, no Uruguai, cumpria ordens de seu governo, de algumas das quais discordava.

Também não se justificava a comparação entre as represálias brasileiras e as intervenções britânicas no tempo de Christie. Saraiva caracteriza a atitude brasileira, sempre lembrando que “a ação de represália não caracteriza ação de guerra”. Ela se faz para a garantia imediata da paz, ressarcimento de direitos, tese que hoje Israel aproveita

no Oriente Médio. As supostas represálias após a Questão Christie eram de outra natureza, e a razão do Império fora assegurada pelo laudo do Rei Leopoldo, reconhecida por Sua Majestade quando seu ministro se apresenta ao Imperador em Uruguiana, em pleno tempo de guerra.

Em 1865, Saraiva é convidado por D. Pedro II para organizar um gabinete. Mais que nunca, o país precisava de unidade e conciliação. Não conseguindo reunir os homens que julgava essenciais, dentro do espírito do seu Partido Progressista, declina da honra e da responsabilidade que o Imperador lhe conferira. Só aceitará participar do Gabinete de 12 de maio de 1865, quando o Marquês de Olinda apela para o seu patriotismo e para os superiores interesses de um país em guerra.

Será Ministro da Marinha e depois dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no chamado Gabinete das Águias.

Na Câmara discute-se o futuro do país e as convicções políticas do Gabinete. Nesta oportunidade, em discurso de 26 de maio, Saraiva defende os progressistas e define sua posição no quadro brasileiro:

“Se tivermos de assistir ao funeral do Partido Progressista, seguramente não podemos ter a responsabilidade de sua morte, porque não fomos os médicos que puseram em perigo sua existência. Os erros que trouxeram a situação, que todos deploramos, não são nossos.”

“O país em ocasião oportuna, na hora apropriada, quando o Partido Progressista tiver morrido, apreciará quais os homens que concorreram mais eficazmente para a sua morte.”

“O que posso asseverar à Câmara é que me acho filiado de uma maneira a mais convencida, não ao que o nobre deputado chama Partido Liberal antigo, mas às verdadeiras idéias liberais, cuja força é tal, que nenhum partido terá pretensão de dirigir os negócios públicos sem que renda a essas idéias o culto que se lhes deve, porque tais idéias constituem nada menos do que o voto solene que gregos e troianos fazem pela verdadeira prática do regime constitucional.”

No dia seguinte em novo discurso, define-se liberal e pede à Câmara:

“Façamos a guerra e depois ajustemos as nossas contas.”

Em 11 de junho, a Marinha brasileira, sob o comando de Barroso teria a grande vitória de Riachuelo. Em setembro, o Imperador assistiria à

rendição de Uruguiana. Voltaria consagrado; o povo faz subscrição para que se construa uma estátua em sua homenagem, mas D. Pedro II pede que se aplique o dinheiro em escolas. Começava a delinear-se a vitória brasileira, mas a guerra custava caro e prejudicava o Império.

A vitória sobre o Paraguai, em 1870, encontra o país combalido em suas finanças, preocupado com a abolição da escravidão e discutindo as reformas políticas. Acabava-se o período de prosperidade.

Em 1 de setembro deste mesmo 1870, Luis Felipe era derrotado em Sedan, e três dias depois a França assistiria à revolta republicana. Gambetta comandava a resistência inútil de uma república em desordem, enquanto a Alemanha preparava-se para a unificação que viria em 1871, conseqüente da vitória prussiana.

Desde 16 de julho de 1868, os conservadores haviam voltado ao governo com o Gabinete do Visconde de Itaboraí, que sucedia ao de Zacarias de 3 de agosto de 1866. Saraiva já estava agora no Senado, resoluto na oposição, desprezando até obstáculos regimentais, como em seu discurso de 8 de junho de 1869.

Em 1870, surge o jornal A República, onde Quintino Bocaiuva lançaria manifestos. O Imperador permitiria a campanha e até a formação de um Partido Republicano, em 1871.

No período de gabinetes conservadores, que irá de 1868 até ao de 25 de junho de 1875, o de Caxias, Saraiva produz alguns de seus melhores discursos. O país conhecerá o oposicionista entusiasmado, atuante, violento em suas críticas, mas ao mesmo tempo, terá exemplos de elegância parlamentar. Era o crítico severo, preciso, contundente, mas que não esquecia as normas de bom convívio entre estadistas do mesmo Império, e deixava sempre aberta a porta para o entendimento, preocupação de toda a sua vida pública. Não se intimida quando também é criticado com violência. O seu discurso de 27 de julho de 1869 é prova de sua eloquência quando se defende, sem recuar de uma só das posições assumidas. Transcrevemos neste volume esse - discurso pouco conhecido, mas essencial para o estudo de Saraiva e para a compreensão de sua personalidade.

Sucedem-se os governos conservadores. Ao de 16 de junho de 1868, do Visconde de Itaboraí; o de 29 de setembro de 1870, do Marquês de São Vicente que renuncia antes do início dos trabalhos parlamentares.

Já em 7 de março de 1871, o Visconde do Rio Branco formava novo governo.

Em 22 de julho de 1870, Saraiva pronunciará um de seus mais contundentes discursos, destinado a grande repercussão política e eleitoral:

"Há épocas em que a influência do Parlamento diminui a olhos vistos; mas cresce a influência da imprensa. Estamos em plena decadência das câmaras. Nossos esforços até hoje têm sido estéreis para conter os agentes do governo em seus desmandos... O Senado tem ouvido com indiferença as nossas queixas, o que nos resta? Apenas servirmo-nos desta tribuna para falar, não ao governo, não ao Senado, mas ao país."

E quando o Barão de Pirapama protesta, perguntando se nada valia o Senado; Saraiva confirma: "Nada vale para nós." O Barão se pergunta se esta afirmação será parlamentar, e o Conselheiro responde-lhe:

"Sei que é a verdade... certo que não temos para quem recorrer senão para o País que não vota; que não influi em seu governo; mas que é sempre o senhor, e que um dia dará o remédio para nossos males."

A questão servil atua sobre o Império "como um peso que ele não pode suportar", na frase do próprio Saraiva. O Gabinete de 7 de março fará aprovar a Lei do Ventre Livre, ainda em 1871, o primeiro passo de uma luta a que o país assistiria por mais de um decênio.

Só em 5 de janeiro de 1878, com o Gabinete de Cansansão de Sinimbu, os liberais voltarão ao poder, após a queda do Gabinete de 25 de junho de 1875, de Caxias. Continuavam os debates sobre a questão servil, mas agora o Império também era agitado pelas reformas eleitorais. Os liberais insistiam em modificar o sistema, promovendo o voto direto. Na Câmara, expurgada dos conservadores, Sinimbu aprova seus projetos. Mas o Senado, sob a influência de Cotegipe, nega o seu acordo. No Rio a população protestava nas ruas contra o imposto do Vintém, sobre as passagens de bondes. O imposto fez transbordar a crise. A oposição popular faz com que sejam derrubados o imposto e o gabinete.

A França conhecia o sufrágio universal desde 1848, e ele fora utilizado, sobretudo para os plebiscitos do futuro Napoleão III. Na Inglaterra, o conservador Disraeli iniciara o processo da reforma eleitoral, em 1867, desenvolvido em 1885 pelo liberal Gladstone. Em 1872, surgira na Inglaterra da Rainha Vitória a novidade do voto secreto. Desde

1869 havia na Espanha o sufrágio universal. Em 1874, a mesma Espanha assistia à restauração com Afonso XII, encerrando-se um período de crises que vinha desde a regência de Maria Cristina.

Saraiva, que voltara à situação em 1878, após dez anos de governos conservadores, é agora chamado pelo Imperador a presidir o Conselho de Ministros. Forma o Gabinete de 28 de março de 1880. Conforme seu hábito relata ao Senado, em 15 de abril, todos os seus passos, desde o convite da Coroa. Afirma que tem no governo a missão de fazer aprovar a reforma eleitoral, e, mais que isso, de obter para ela o apoio do Senado, já recusado, antes. Para tanto, recebeu do Imperador plena autorização e o seu beneplácito. O outro objetivo do Gabinete seria buscar o equilíbrio orçamentário. Repete o discurso na Câmara, em 22 de abril.

Saraiva consegue fazer aprovar a reforma eleitoral, estabelecendo-se o voto direto por distritos. Com habilidade, e sabendo transigir, obtém o apoio de Cotegeipe no Senado para o projeto em que colaborara Rui Barbosa.

Apesar das críticas de Saldanha Marinho, a lei não prevê o sufrágio universal; ainda se exige renda aos eleitores. Não é modificada a Constituição e a reforma é aprovada por lei ordinária, evitando-se as críticas a que o gabinete anterior não resistira.

Saraiva ganha o respeito da Nação constituindo comissões bipartidárias para a condução das eleições e nomeando presidentes de províncias sem paixões políticas. Pela primeira vez, em outubro de 1881, a vontade popular seria realmente representada em uma Câmara que deixava de ser quase unânime. Elegeram-se 68 liberais e 54 conservadores.

Para estas eleições, Saraiva dera instruções firmes aos presidentes de províncias:

“Está o Governo no propósito de pedir ao Parlamento várias medidas que tornem impossíveis as candidaturas oficiais: assim, é seu dever desde já significar que se conserva e se conservará estranho a quaisquer candidaturas. ... Se essas autoridades (nomeadas pela província) intervierem na eleição, violando assim o programa de governo, programa que deve ser o de V. Exa., queira demiti-las...”

Como Presidente do Conselho, Saraiva recusava-se a debater a questão servil, por achar inoportuna a ação parlamentar. Em 25 de agosto,

afirma na Câmara que, como fazendeiro estava libertando seus escravos, “os que se mostram capazes de continuar, como livres nos trabalhos de meu engenho”. E continua: “Espero em Deus conseguir em poucos anos ver-me rodeado de homens livres, e meus amigos, em vez de escravos”. Mas lembra que não irá “lançar na miséria os que não souberem ganhar a vida honestamente”. Em 1880, Saraiva levanta o problema que será um dos motivadores das campanhas presidenciais de Rui, na República, muito após a Abolição: o desamparo dos escravos libertos.

Apesar de sua posição pessoal, lembra Saraiva que:

“como senador, não me hei de dirigir se não pelas conveniências do país, e estas exigem imperiosamente que semelhante questão seja resolvida oportunamente, sem a desorganização do trabalho e sem a desgraça dos próprios libertos.”

O Império estava em crise e já se iniciava o processo que destruiria o regime. Já se desenvolvia a economia paulista, no oeste dos imigrantes, enquanto o Rio de Janeiro estava em declínio. No Vale do Paraíba eram necessários 1.000 pés para a produção de 20 ou 30 arrobas de café, enquanto em São Paulo, com o mesmo número de pés, chegava-se a 100 arrobas. Os escravocratas tentavam compensar os prejuízos, exigindo mais trabalho dos escravos. E este quadro repetido no país, radicalizava, nos dois extremos, a questão servil. Antônio Prado começava a representar os interesses de São Paulo na política nacional.

As eleições afinal livres, em outubro de 1881, provocarão a queda do Gabinete que as havia promovido. O novo ministério é formado por Martinho Campos em 21 de janeiro de 1882.

O governo mantém-se apenas até 30 de junho. Uma aliança entre grupos liberais e conservadores aprova na Câmara urgência para um debate sobre o regulamento da reforma eleitoral. O Governo considerava inoportuno o debate e havia transformado a rejeição da urgência em questão de confiança.

Saraiva é convidado pelo Imperador para formar o novo gabinete, mas declina, explicando ao Senado suas razões. Não lhe parecia possível organizá-lo duradouro e sólido. Forma-se o Gabinete Paranaguá, em 3 de julho de 1882. Durará até 21 de maio de 1883.

Será substituído por Lafaiete Pereira que resiste até 6 de junho de 1884. O assassinato de um jornalista que no seu Corsário agredia

autoridades civis e militares, atribuído aos 19 de Cavalaria, precipita a crise e prenuncia a questão militar. Sena Madureira, comandante de uma escola de tiro, já manifestava opiniões políticas em nome de seus camaradas. O país estava sacudido pela questão servil. As províncias do Ceará e do Amazonas libertaram seus escravos, sem esperar determinações da Corte. O Imperador convoca Saraiva, convencido de que sua moderação será capaz de levar as câmaras a soluções de compromisso. Saraiva recusa-se, crendo ser impossível obter maioria e insinuando a dissolução para que novas eleições tragam estabilidade ao governo.

D. Pedro II entrega a formação do novo gabinete ao Conselheiro Dantas, em 6 de junho de 1884. O Presidente do Conselho adota como lema “nem retroceder, nem parar, nem precipitar” e mantém o processo da reforma. Tenta uma lei que liberte os sexagenários mas não obtém a confiança da Câmara. A dissolução não altera o quadro parlamentar e as eleições trarão pela primeira vez, três republicanos ao plenário da Câmara: Campos Salles, Prudente de Moraes e Álvaro Botelho.

Em 1885, por 52 votos contra 50, a Câmara nega confiança a Dantas, e em 6 de maio de 1885, Saraiva forma novo gabinete, acumulando o Ministério da Fazenda.

No dia 11 de maio, apresenta-se à Câmara. Diz que os programas dos partidos podem ter certa amplitude; mas os programas ministeriais devem ser limitados pelas questões oportunas e urgentes.

O seu será a solução da questão servil e a melhora da situação financeira do país.

Quando os escravocratas tentam adiar a solução da questão servil, colocando à frente os debates sobre a situação financeira, Saraiva lembra que esta depende daquela. A Fala do Trono, que abre a sessão legislativa ordinária, em 20 de maio, confirma que a extinção gradual da escravidão, objeto da sessão extraordinária, convocada a 8 de março, deve continuar a merecer a solicitude do Parlamento.

Durante este período, já se desenvolvem os debates sobre a República, e neste volume reproduzimos as intervenções de Campos Sales, em apartes a Saraiva. O Presidente do Conselho defende a Coroa, afirmando que a monarquia constitucional é tão liberal quanto a república e mais moderada que a mais moderada das repúblicas.

Esta será a posição do estadista até o fim de sua vida.

Faz concessões nos debates sobre a Lei dos Sexagenários e obtém o apoio dos conservadores. Os escravos serão livres aos 60 anos, mas deverão ainda trabalhar por 3 anos para seus antigos senhores. Tornam-se mais severas as penas para os protetores de escravos foragidos. Aumentam-se os fundos para indenização aos senhores e estimula-se a imigração. Saraiva pedira uma trégua política para o trato da questão servil, e a obteve apesar do radicalismo abolicionista de Nabuco de Araújo que se elegera. Para a sua lei, Saraiva contará com o apoio decidido do Imperador e da Família Imperial.

Aprovada a lei na Câmara, Saraiva renuncia para que seu aliado, nesta questão, o Barão de Cotegipe, forme o novo gabinete, aprove-a no Senado e obtenha a sanção imperial.

Com o gabinete Cotegipe, de 20 de agosto de 1885, termina um período de quase dez anos de governos liberais. A Lei Saraiva-Cotegipe será sancionada em 28 de setembro.

esta época - os números são apresentados pelo Barão do Rio Branco em sua Esquise -, ainda havia no país cerca de 1.050.000 escravos, reduzidos a 743.419 em 1887. Este ano, mais de 500.000 filhos de escravos eram livres.

Quando, em 1889, D. Pedro II recusa a dissolução pedida por João Alfredo, procura Saraiva para a formação de um novo gabinete. Saraiva recusa, aconselha, e sugere Ouro Preto, aceito pelo Imperador.

Mas o Conselheiro voltará a ser chamado, na véspera da República, para substituir o Visconde de Ouro Preto:

“Conhece a confiança que me merece e, pois, dou-lhe carta branca, e farei tudo que o seu patriotismo me aconselhar.”

Desta vez, Saraiva não hesita resposta:

“Nas circunstâncias difíceis que atravessamos, não faltará a Vossa Majestade a minha coadjuvação. Deus queira que tenha a felicidade de ser ainda útil ao país e a Vossa Majestade.”

Aqui se revelava outra vez a conhecida amizade de Pedro II por Saraiva. Era o seu homem de confiança entre os liberais e isso valera ao Conselheiro vários debates parlamentares. Para que se percebam estas relações, publicamos no final deste volume as cartas do Imperador a Saraiva.

Agora, entretanto, não havia mais tempo para salvar a Coroa.

Antes que Saraiva pudesse estar com o Imperador, os revoltosos de 15 de novembro decidiam não apenas exigir a queda do Gabinete; quiseram a reforma do regime. Instalava-se a República.

O Conselheiro ainda será eleito constituinte, depois Senador.

Em 24 de dezembro de 1890 faz um discurso em que explica a posição dos monarquistas. Refere-se à República sempre como “a ditadura”, mas a reconhece. Afirma que:

“o chefe do Estado, que está hoje no exílio, tinha tanto patriotismo que haveria de fazer a Federação, ainda que estivesse convencido de que depois dela viria a República.”

Em 22 de agosto de 1891 pronuncia outro rápido discurso, defendendo o Imperador, e lembrando a sua dignidade, ao recusar uma pensão que lhe oferecera o Governo Provisório.

São raras e curtas as suas intervenções no Senado republicano.

Confessa em discurso, em 1893, que *“..vai tolerando o que se faz desde o começo da ditadura, tão somente por amor do país, até que se possa reformar tudo”*

Mas termina por desanimar, e revela seu desencanto, renunciando à vida pública.

Permanece o modelo de um estadista exemplar e coerente. O seu talento, o seu esforço, e, sobretudo a sua conduta, devem servir de inspiração para os que, na vida pública, lhe podem continuar a obra.”. (Anexo nº 18 - Cartas de D. Pedro II à Saraiva).

Resumo cronológico da história do Piauí(1676-1850)

1676 - O governador de Pernambuco Dom Pedro de Almeida concede, nesse ano, as primeiras sesmarias de terras no Piauí a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, que as requerem, constantes de dez léguas em quadra para cada um, e todas situadas nas margens do rio Gurguêia.

1695 - Desmembrado o Piauí da Capitania de Pernambuco, é o seu governo temporal e administrativo posto a cargo do governador do Maranhão.

1702 - Carta Régia de 3 de março ordenando que todos os sesmeiros, donatários e povoadores do Piauí demarquem suas terras no prazo de dois anos, sob pena de ficarem devolutas.

1711 - Em junho deste ano morre na Bahia Domingos Afonso, deixando por testamenteiro de seus bens o reitor da Companhia de Jesus Colégio da mesma cidade.

1712 - 30 de junho. Criação da Vila da Mocha e Comarca do Piauí.

1713 - Levante geral dos índios, capitaneados por Mandu Ladino. Morre assassinado o mestre-de-campo de conquista Antônio da Cunha Souto Maior.

1716 - Morre o caudilho Mandu Ladino. O mestre-de-campo Bernardo de Carvalho e Aguiar pacifica a Comarca, submetendo as nações sublevadas.

1723 - Em 28 de janeiro deste ano o lugar de ouvidor da Comarca da vila da Mocha é provido no Dr. Vicente Leite Ripado.

1744 - Provisão de 14 de outubro marcando três léguas de terra para cada sesmaria que se desse no Piauí.

1753 - Provisão de 20 de outubro no mesmo sentido de 14 de outubro de 1744.

1758 - 29 de julho. Criação da Capitania do Piauí independente da do Maranhão quanto ao administrativo. Por Carta Patente de 21 de agosto é nomeado o seu primeiro governador João Pereira Caldas.

1759 - 20 de setembro. Toma João Pereira Caldas as rédeas da Administração. Começa o Ouvidor Luís José Duarte Freire o seqüestro nos bens dos regulares da Companhia de Jesus, que em 10 de março do ano seguinte saem do Piauí, presos com destino à Bahia.

1761 - 19 de junho. As freguesias do Piauí são elevadas à categoria de vila (e a vila da Mocha às honras de cidade capital, residência dos governadores).

- 1762** -13 de novembro. Dá João Pereira Caldas à Capitania do Piauí o nome de S. José do Piauí, em consideração a El-Rei D. José, e à vila da Mocha, o nome de Oeiras, depois de ter ido pessoalmente à sede das freguesias, e as graduado em vilas, como recomendava a Carta Régia .
- 1763** - Grandes malocas de índios *Amanajós* se passam para o Piauí vindos do Maranhão.
- 1764** - 1º de abril. Dá começo João do Rego Castelo Branco à guerra de extermínio contra os índios *Gueguês* da margem do Guruguéia, e conclui a campanha em dezembro.
- 1765** - Pedem paz os *Gueguês*, e são aldeados no lugar S. João de Sende, sob a direção de João do Rego Castelo Branco.
- 1768** - 8 de novembro. É nomeado governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Neste ano foi criada a missão de S. João de Sende, sob a direção espiritual de Frei Manoel de Santa Catarina, religioso de Santo Antônio.
- 1769** - 3 de agosto. Toma posse do governo da Capitania, Gonçalo Pereira Botelho de Castro. Neste ano foi criada a missão de Jaicós, no lugar Cajueiro.
- 1770** - Guerra aos gentios *Gueguês* e *Acoroás* da margem do Parnaíba e Uruçuí. O negociante João Paulo Diniz estabelece charqueadas nas margens do Parnaíba. Em julho deste ano é transferida a sede da vila da Parnaíba do lugar Testa-Branca onde foi criada, para o sítio Feitorias, ou Porto das Barcas, por não quererem os proprietários edificar naquele primeiro lugar. A Carta Régia de 22 de agosto deste ano manda incorporar à Coroa os bens dos regulares da Companhia de Jesus, vagos pela perpétua proscrição da mesma Companhia, e disposições da lei de 9 de setembro de 1769, e assentos de 29 de março e 5 de abril de 1770.
- 1771** - Descem os *Gueguês* e *Acroás*; em número de 6 vêm a Oeiras oferecer pazes ao governador, e pedir para serem aldeados. Criação da missão de São Gonçalo do Amarante na margem do rio Mulato, com 434 índios das nações *Gueguês* e *Acroás*.
- 1772** - Em abril deste ano, João do Rego Castelo Branco marcha contra os índios de Jerumenha e em procura de minas, à frente de uma expedição. Foge um índio *Acroá* da missão de São Gonçalo e procura a missão de São José do Duro: marcha contra os rebeldes o ajudante Félix do Rego, e os reduz à obediência, depois de obrar contra eles toda a sorte de maldades, chegando até a mandar enfincar em postes, no centro da aldeia, as cabeças dos autores do levante. Sendo despachado sargento-mor de milícias para a Capitania do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, parte do Rio Negro em companhia de um boticário espanhol, que descobre a quina.
- 1774** - Por Carta Régia de 15 de julho é exonerado do governo da Capitania o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.
- 1775** - Parte para o Maranhão no 1º de janeiro o ex-governador Botelho de Castro. No dia 2, por virtude do alvará de sucessão perpétua de 12 de dezembro de 1770, tomam posse do governo o ouvidor Antônio José de Moraes Durão, João do Rego Castelo Branco e Domingos Barreira de Macedo.

- 1776** - Principia a guerra contra o gentio - Pimenteiros - e só vem a concluir-se em agosto de 1784.
- 1777** - Em 2 de dezembro é suspenso de todas as funções públicas o Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, e no dia 17 remetido preso para o Maranhão de ordem do governador geral do Estado. Tomam posse do governo da Capitania o ouvidor geral José Esteves Falcão, o capitão de dragões José Veloso de Miranda e o vereador mais velho João Ferreira de Carvalho.
- 1778** - 9 de julho. Sublevam-se os índios *Gueguês* da missão de São Gonçalo. É governada interinamente a Capitania até 1796 por Manoel Pinheiro Ozório, Fernando José Veloso de Miranda, José Esteves Falcão, José Rodrigues de Azevedo, Domingos Barreira de Macedo, Manoel Pacheco Teixeira, Antônio Teixeira de Novais, José Pereira de Brito, João Pereira de Carvalho, Caetano da Cêa Figueiredo, Inácio Rodrigues de Miranda, Antônio Gomes da Cruz, Antônio Gameiro da Cruz e Agostinho de Sousa Monteiro.
- 1780** - 9 de setembro. Marcha João Rodrigues Bezerra para São Gonçalo e São João de Sende, a fim de chamar à obediência os índios sublevados.
- 1786** - Os índios de São João de Sende se passam, ou são transferidos para a missão de São Gonçalo, ficando aquela missão por este fato extinta.
- 1789** - É nomeado governador D. Francisco d'Eça e Castro. Parte do Maranhão em 12 de agosto, e chegando à passagem de Santo Antônio da margem do Parnaíba, ali morre em 15 de setembro. Seu corpo é levado para Aldeias Altas (Caxias) onde recebe sepultura.
- 1792** - Há na Capitania uma fortíssima seca, seguida de três anos de fortíssimas inundações.
- 1793** - O Parnaguá é flagelado pelos gentios Tapacoás e Tapacoás Mirins
- 1796** - Toma conta das rédeas do governo o governador nomeado D. João do Amorim Pereira:- O padre Joaquim José Pereira descobre abundantes minas de salitre no julgado de Valença.
- 1797** - 4 de dezembro. Tem começo na barra do Poti a edificação de uma capela com a invocação de N. S. do Amparo.
- 1799** - Informa Miguel Teixeira Monteiro ao governador D. João da existência de minas de ouro e prata na freguesia de Piracuruca. Em 16 de outubro deste ano o coronel Francisco Diogo de Moraes toma interinamente as rédeas da administração.
- 1800** - Em princípio de dezembro Luís Raposo do Amaral descobre no julgado de Parnaguá, minas de ouro, ferro, esmeralda e salitre.
- 1802** - 6 de julho. É novamente nomeado governador D. João de Amorim Pereira.
- 1803** - 17 de fevereiro. Chega a Oeiras o governador D. João Francisco Diogo de Moraes. Não lhe quer entregar o governo D. João de Amorim Pereira é empossado pela Câmara, e o coronel F. Diogo Moraes remetido preso para o Maranhão. Em 31 de maio chega a Oeiras o novo governador Pedro José César de Menezes, nomeado por carta de 20 de agosto de 1801, e

toma, no dia 4 de julho, as rédeas administrativas da Capitania. Em 13 de setembro deste ano é barbaramente assassinado de público, em Oeiras, Antônio Pereira Nunes, advogado e secretário interino do Governador César de Menezes, e sua morte foi atribuída ao ouvidor José Pedro Fialho de Mendonça, de combinação com o coronel Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar (vulgarmente chamado Luís Carlos da Serra Negra), Antônio do Rego Castelo Branco e outros.

1805 - Larga Pedro José César de Menezes a administração, e é substituído interinamente por Luís Antônio Sarmento da Maia.

1806 - 21 de janeiro. Toma posse da administração o governador Carlos César Burlamaqui.

1807 - Aparecem de novo os Pimenteiros nas cabeceiras do Piauí: são batidos por 2 anos seguidos, e completamente aniquilados.

1810 - Em princípios de outubro deste ano é suspenso das funções públicas e preso o governador Carlos Cesar Burlamaqui. Em 20 de outubro toma interinamente posse da administração o coronel Francisco da Costa Rabelo.

1811 - 27 de abril. Criação da Junta de Fazenda.

- 18 de maio. Criação dos lugares de juiz de fora de Campo Maior e Parnaíba.

- 13 de julho. Tomam posse do governo da Capitania o ouvidor Luís José de Oliveira, o coronel Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar e o vereador Severino Coelho Rodrigues.

- 10 de outubro. Por Carta Régia desta data, fica a Capitania do Piauí independente da do Maranhão

Em fins deste ano o índio João Marcelino, principal da aldeia de São Gonçalo, vai por terra à província de Minas queixar-se ao conde de Palma de que os homens do Piauí lhe queriam tomar as terras, além de outras injustiças que praticavam, principalmente o sacerdote que os dirigia. O Conde o mandou ao Rio de Janeiro, a fim de apresentar pessoalmente ao Príncipe Regente a sua queixa: este depois de ouvi-lo, o deferiu benignamente, enchendo-o de honras e presentes.

1812 - 8 de julho. Chega à vila da Parnaíba o governador Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque: de viagem para Oeiras, morre na fazenda Tapera (27 de agosto) e seu corpo recebe sepultura na igreja matriz de Valença.

1813 - 28 de janeiro. É nomeado governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, que, chegando à vila da Parnaíba, embarca em uma canoa e sobe o rio até o porto de S. Francisco, onde desembarcando, se apronta para seguir por terra à capital. Foi ele o primeiro governador que subiu o rio Parnaíba.

- 4 de maio. É suspenso das funções públicas, preso e remetido com uma escolta para a Bahia o ouvidor e membro do governo interino, Luís José de Oliveira.

1814 - 10 de janeiro. Toma o governador Baltazar posse do governo. Tentativa de mudança da sede do governo da Capitania para a vila da Parnaíba. A Câmara e povos de Oeiras representam (29 de outubro) ao príncipe Regente acerca das inconveniências da mudança para a vila da Parnaíba.

1817 - 22 de agosto. É decretada a criação da alfândega da Parnaíba.

1818 - 10 de agosto. É nomeado governador Elias José Ribeiro de Carvalho.

1819 - 14 de julho. Passa Baltazar Botelho a administração ao Governador Elias de Carvalho.

- 26 de agosto. Criação do lugar de juiz de fora de Oeiras.

1821 - outubro. Juramento da Constituição portuguesa. Soleniza-se o ato do juramento.

- 24 de outubro. O corpo eleitoral reunido nos paços do Conselho instala a junta do governo constitucional, eleita nos seguintes indivíduos:

Presidente: o ouvidor-geral e corregedor Francisco Zuzarte Mendes Barreto. Vice-Presidente: o brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Membros militares: o brigadeiro Manoel de Sousa Martins e o capitão Agostinho Pires. Membro da Agricultura: José Antônio Ferreira e Miguel Pereira de Araújo. Membro pelo clero: o vigário-geral Mathias Pereira da Costa. Membro pela magistratura: o Dr. juiz de fora Bernardino José de Melo. Membro pelo comércio: o capitão Caetano Vaz Portela.

- 2 de outubro. Toma posse a Junta Provisória.

- 9 de dezembro. João José da Cunha Fidié é nomeado governador das armas do Piauí.

1822 - 27 de abril. A Junta Provisória do Governo, criada pela carta de lei de 1º de outubro de 1821, que trouxe o decreto das cortes Gerais e Constituintes de Portugal de 29 de setembro do mesmo ano, que estabeleceu o sistema administrativo das províncias do Brasil, prestou juramento, e tomou posse da administração, composta de:

Presidente: Matias Pereira da Costa. Secretário: Francisco de Sousa Mendes.

Membros: José Antônio Ferreira, Miguel Pereira de Araújo, Caetano Vaz Portela.

- 8 de agosto. Toma posse o major das Armas.

- 2 de novembro. Levanta a cidade de Parnaíba o grito de Independência...

- 14 de novembro. Parte de Oeiras o major Fidié para sufocar o movimento da Parnaíba.

1823 - 24 de janeiro. Aclamação da Independência da cidade de Oeiras. Eleição e posse do governo temporário, composto de:

Presidente: o brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Secretário: Manoel Pinheiro de Miranda Ozório. Membros: Inácio Francisco de Araújo Costa,

Miguel José Ferreira, Honorato José de Moraes Rego. Comandante das Armas: O tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins. .

- 13 de fevereiro. Marcha de Oeiras, com forças, o major Bernardo Antônio Saraiva para bater as forças lusitanas sob o comando de Fidié.

- 13 de março. Ação do Jenipapo. O major Fidié derrota as forças imperiais. Marcha contra Fidié o comandante das armas Joaquim de Sousa Martins.

- 1824** - 20 de setembro. Toma interinamente posse da presidência da Província, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins.
- 1825** - 16 de agosto. Toma posse o Conselho Administrativo composto de: Presidente: o brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Vice-Presidente: padre Marcos de Araújo Costa. Membros: Inácio Francisco de Araújo Costa, capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco, sargento-mor José Inácio Madeira de Jesus, tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins.
- 1826** - 23 de dezembro. O brigadeiro, conde de Beaurepaire, é nomeado comandante das armas da Província.
- 1828** - 11 de agosto. Por Carta Imperial desta data é exonerado da presidência do Conselho Administrativo o barão da Parnaíba, passando a substituí-lo o membro conselheiro Inácio Francisco de Araújo Costa, por impedimento do vice-presidente, o padre Marcos de Araújo Costa.
- 16 de agosto. É nomeado presidente João José de Guimarães e Silva.
- 1829** - 13 de fevereiro. É reintegrado na presidência do Conselho Administrativo o Barão da Parnaíba.
- 15 de fevereiro. Toma posse da administração da Província o presidente Guimarães.
- 1831** - 17 de fevereiro. Toma o barão da Parnaíba posse da presidência interinamente.
- 29 de fevereiro. Morte do presidente Guimarães: - seu corpo é sepultado na matriz de N. S. da Vitória.
- 1832** - 6 de julho. Por decreto desta data são elevadas a categoria de vilas as freguesias de São Gonçalo, Poti, Príncipe Imperial, Piracuruca e Jaicós, e criada a freguesia de São Raimundo Nonato das Confusões, em virtude da proposta do Conselho Geral de 30 de janeiro de 1830, então composto de: Presidente: Barão da Parnaíba. Secretário: Manoel Pinheiro de Miranda Ozório. Membros: Arnaldo José de Carvalho, João Nepomuceno Castelo Branco, José Inácio Madeira de Jesus, José Luís da Silva, José de Sousa Martins. :
- 1835** - 4 de maio. Abertura da primeira legislatura da Assembléia Provincial.
- 1843** - 30 de dezembro. Toma posse da presidência da Província o presidente nomeado Dr. José Ildelfonso de Sousa Ramos.
- 1844** - 23 de agosto. Lei Provincial nº 174, autorizando a mudança da Capital para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, onde se edificaria a cidade de Regeneração.
- 9 de setembro. Assume a presidência da Província o conde de Rio Pardo.
- 1845** - 28 de junho. Assume a administração da província o vice-presidente Dr. Francisco Xavier de Cerqueira, que governaria por um mês, até 28 de julho.
- Em 28 de julho assume o Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, governando até 7 de setembro de 1847. No dia 4 de outubro, pela Lei Provincial nº 189 foi criado um estabelecimento de instrução secundária com a denominação de liceu.

1846 - Levante dos índios na região de Parnaguá.

1847 - 7 de Setembro. Toma posse na administração da província o Dr. Marco Antônio de Macedo, dirigindo-a até 14 de março de 1848.

1848 - 14 de março. Assume a presidência da província o vice-presidente Dr. Francisco Xavier da Cerqueira, governando até dia 11 de julho, quando então passa o comando, ao Dr. Anselmo Francisco Peretti, que governaria até 25 de dezembro de 1849.

1849 - 23 de agosto. Lei Provincial resolvendo que mudança da Capital, determinada em 1844 e 1845, se efetuasse para o lugar destinado à edificação de uma nova vila, no município do Poti, logo que houvesse as comodidades indispensáveis.

Em 1 dezembro o presidente da província Dr. Anselmo Francisco Peretti instala o colégio de educando artífices, criado pela L.P. nº 220 de 24 de setembro de 1847.

Em 25 de dezembro assume a presidência da província o Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota, dirigindo-a até 7 de setembro de 1850.

1850 - Agosto 12. - L. P. n.º 257 elevando à categoria de vila a freguesia de S. Raimundo Nonato, depois criada em comarca geral de primeira entrância pela lei provincial nº 468, de 12 de agosto de 1859.

Por decreto de 6 de julho de 1832, foi criada a freguesia de S. Raimundo Nonato, desmembrando-se para isso o território necessário das paróquias de Jaicós e Jerumenha, o rendimento de seus dízimos para a construção da igreja matriz. Assinalou-se para sede da nova paróquia o lugar denominado Confusões; pela lei provincial nº 35, de 27 de agosto de 1836, foi transferida para o lugar Jenipapo, em que se acha, compreendendo do Pé do Morro e todos os territórios que as águas deitarem para a mesma freguesia pela ribeira do Piauí até limitar com a de Pilão Arcado, na Bahia, inclusive a ribeira do mesmo lugar das Confusões até limitar com a freguesia de Jerumenha.

Elevada à categoria de vila, tendo o seu termo por limites os mesmos da freguesia, foi instalada em 4 de março de 1851.

Setembro 7 - Toma posse da administração da província, na cidade de Oeiras o presidente nomeado Dr. José Antônio Saraiva, e a dirige até o dia 12 de março de 1853, já então residente na cidade de Teresina, para onde transferira a capital da província no ano anterior.

(in Pereira de Alencastre /Pereira da Costa).

ANEXOS

Anexo 01

Testamento de Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí.

“Em Nome da SS. Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, Três Pessoas e um só Deus Verdadeiro. . .

Saibam quantos este instrumento virem, como no ano do nascimento de N.S. Jesus Cristo de 1711, aos 12 dias do mês de maio, estando eu Domingos Afonso Sertão em meu perfeito juízo e entendimento, que Deus Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido de me levar para si, faço este meu testamento na forma seguinte:

Primeiramente encomendo minha alma à S.S. Trindade, que a criou; e rogo ao Padre Eterno, pela morte e paixão de seu unigênito Filho, a queira receber, como recebeu a sua, estando para morrer na árvore da Vera Cruz; e a Nosso Senhor Jesus Cristo, peço, por suas divinas chagas, já que nesta vida me fez mercê de dar seu precioso sangue em os momentos de seus trabalhos, me faça também mercê na vida, que esperamos, dar o prêmio deles - que é a glória; - e peço e rogo à Gloriosa Virgem Maria, Senhora Nossa, Mãe de Deus, e a todos os Santos da corte celestial, particularmente ao Anjo da minha guarda, e ao Santo do meu nome, queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Cristo, agora e quando minha alma deste corpo sair: porque, como verdadeiro cristão, protesto viver e morrer em a Santa Fé católica, e crer o que tem e a Santa Madre Igreja de Roma; e em esta fé espero salvar a minha alma, não por meus merecimentos, mas pela santíssima paixão do unigênito filho de Deus.

Nomeio e instituo por meus testamenteiros, em primeiro lugar, o Rv. Padre Reitor da Companhia de Jesus desta cidade da Bahia, que ao presente for, e adiante lhe for sucedendo, e não aceitando este, nomeio ao licenciado Francisco Ximenes, e em terceiro lugar, a Antônio da Silva Livreiro, meu vizinho, e em quarto, ao capitão

Belchior Moreira, aos quais e a cada um in solidum dou todo o meu poder, que em direito posso.

Meu corpo será sepultado na igreja do colégio desta cidade, dentro do cruzeiro, na forma que por escritura tenho ajustado com os religiosos da Companhia; e serei amortalhado na roupeta de Santo Inácio, como irmão que, sou da Companhia por patente que tenho do Rv. Padre Geral, e por cima da roupeta se me porá o hábito de Cristo, de que sou cavaleiro professo.

Meu corpo será levado à sepultura na tumba da Casa Santa da Misericórdia, de que sou irmão, e fui provedor; e peço ao que for ao tempo do meu falecimento e aos mais irmãos me acompanhem, e me façam os sufrágios, que costumam também me acompanharão o meu Pároco com cinqüenta clérigos e o Rv. Cabido, os religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo e as confrarias de que sou irmão, porque a essas se pagarão os anuais que devo. Aos pobres, que me acompanharem, se dará a cada um meia pataca, e o mais que aqui não declaro, deixo ao arbítrio de meu testamenteiro.

Mando que no dia do meu falecimento se me digam 150 missas de corpo presente em cada uma das igrejas seguintes: - na Santa Sé, na igreja de S. Francisco, na dos Irmãos Terceiros do mesmo Santo, na de N. S. do Carmo, na de Santa Teresa, na de S. Bento e na da Misericórdia; e assim, mais cinqüenta missas nas outras seguintes, a saber: na de N. S. da Palma, na de N. S. da Piedade, na do Desterro, em Santo Antônio além do Carmo, e em N. S. da Conceição da Praia, todas com a esmola de uma pataca cada uma; e sendo caso, que se não possa dizer no mesmo dia, se digam logo nos seguintes.

Mando que na igreja do colégio, onde serei enterrado, se me faça um ofício de nove lições, ministrado pelo Rv. Cabido, e capelães da Sé, com música, e se pagará a esmola costumada; e se faça uma essa medíocre, e se gaste a cera que for necessária e de costume. Nesse dia, mando que se me digam todas as missas, que se me puderem dizer na dita igreja, com a esmola de pataca.

Ordeno que se me mandem dizer as missas de Trintário de Santo Amador, cem missas a N. S. do Monte do Carmo, cuja esmola se entregará ao padre sacristão, e cinqüenta a N. S. de Nazaré da freguesia de Santa Ana, cinqüenta a N. S. do Rosário, ditas na mesma igreja dos pretos, cem a S. Francisco das Chagas, na sua igreja, cem a Santa Teresa, cinqüenta a N. S. da Piedade, cinqüenta a S. Domingos, e cinqüenta a N. S. da Boa Morte, todas com a esmola de dois tostões.

Deixo à irmandade do SS. de Santo Antônio além do Carmo mil cruzados, os quais se entregarão ao tesoureiro, para que se ponha a juros, e o seu rendimento seja para o azeite da sua lâmpada; e enquanto se não satisfizer este legado, mando que o meu testamenteiro lhe dê um barril de azeite cada ano.

Declaro que nas minhas fazendas do Piauí, em uma chamada a Grande, e outra, a Gameleira, estão algumas cabeças de gado, que dei de esmola a Santo Antônio, sem declarar a qual deles, e agora o aplico a Santo Antônio além do Carmo, e os curraleiros declararão quanto é, porque estão já com divisa. Mando que o meu administrador, que foi da capela, de que logo hei de tratar, faça entregar o dito gado, que se achar com divisa à Irmandade do Santo, e lhe dê mais Rs. 200\$000 réis, que lhe deixo de esmola.

Mando que se dê à Confraria de N. S. de Nazaré da igreja do dito Santo Antônio Rs. 100\$000 réis, e à de N. S. do Rosário dos Pretos deixo Rs. 200\$000 réis, para as obras da sua igreja; e a de S. Francisco outros Rs. 200\$000 réis para as suas obras; e a Ordem Terceira do mesmo Santo Rs. 400\$000 réis para o forro da capela.

Deixo aos religiosos de Santa Teresa desta cidade Rs. 400\$000 réis para o ouro do retábulo de sua capela-mor; e aos de N. S. da Piedade Rs. 200\$000 réis; e aos de N. S. da Palma Rs. 200\$000 réis para o ouro do retábulo da mesma Senhora; e outros Rs. 200\$000 réis ao de N. S. da Palma, para suas obras; e mil cruzados à Confraria do S.S. do Desterro, que os irmãos porão a juros, para o seu rendimento ser para o azeite de alguma lâmpada, ou para cera, e o que virem ser mais necessário para o culto divino; o enquanto se não satisfizer este legado, se dará o juro dos ditos Rs 400\$000 réis da dita irmandade.

Declaro que tenho em minha companhia uma menina chamada Maria Natália, que me nasceu em casa, e criei como filha, e como tal a respeito e trato, e é filha de uma mulher por nome Eugênia Francisca. A essa tal menina, Maria Natália, deixo trinta e dois mil cruzados para seu dote, casando com meu sobrinho Domingos Afonso do Carmo, e não querendo este, com alguns dos ditos meus sobrinhos, que se esperam na frota e esquadra deste presente ano, se alguns deles quiser, e não querendo nenhum casar, o meu testamenteiro escolherá com a pessoa de puro sangue, o que fará dentro de seis meses depois do meu falecimento, e não casando desta forma com algum dos sobreditos, ou pela eleição do meu testamenteiro, ordeno que a mande recolher em algum convento de freiras da Ilha Terceira, para ser religiosa professa, e então se lhe não dará o dito dote, mas somente o que for necessário para ser freira, assim o dote costumado, como o enxoval, tensa, e tudo o mais até professor, e caso não queira casar, nem ser freira, se lhe não dará mais que tão somente uma pataca cada dia, enquanto viver honrada e honestamente.

Se a dita Eugênia Francisca, mãe da dita menina Maria Natália, a quiser acompanhar, indo a filha ser freira, mando que se lhe dê também o que for necessário para seu aviamento e passagem, e na Ilha se lhe dará 200 réis cada dia para seus alimentos.

Se não tiver efeito o casamento entre a dita Maria Natália e meu sobrinho Domingos Afonso do Carmo, em tal caso mando que se dê ao dito meu sobrinho oito mil cruzados para com eles seguir os seus estudos e se despachar, o que se entende por uma vez somente.

Tenho também em minha companhia outra menina por nome Ana Maria, filha de Apolinária de Moura, por cujo falecimento a recolhi por comisseração, e a esta tal menina deixo quatro mil cruzados para seu dote, vivendo honesta e casando honradamente, e desonestando, se lhe não dê tal dote.

Tenho mais em minha casa outra menina livre, chamada Benta, filha de Águeda, do gentio da terra, e deixo à dita menina Benta outros quatro mil cruzados na forma da outra. Tenho mais outra menina por nome Josefa, à qual deixo de esmola dois mil cruzados, que se lhe darão sempre, ou case ou não case, porém casando, mando se lhe dêem mais mil cruzados.

Declaro que tenho mais outra rapariga, por nome Antônia, mameluca, e tem um filho chamado Inácio, ao qual deixo Rs. 200\$000 réis, que se lhe entregarão,

quando for capaz de os administrar, e entanto se porão a juros, os quais se entregarão à sua mãe para seu sustento.

Tenho também mais em casa uma moça chamada Rufina, à qual deixo por esmola Rs. 100\$000 réis, que se lhe entregarão logo.

Declaro que sou senhor de uma mulata por nome Antônia de Moura, a qual tem cinco filhos, três machos e duas fêmeas, a saber: Natália Afonso, Frutuoso Lopes, José Lopes, Francisca e Inácia; e a todos estes, assim a mãe, filhos e filhas deixo forros e livres de toda a escravidão; e meu testamenteiro lhes passará logo suas cartas de alforria, e ao dito seu filho Natálio Afonso, pelos bons serviços, que dele tenho tido, lhe deixo quatro mil cruzados, e enquanto se lhe não entregarem, lhe darão o juro deles, para seu sustento e de sua mãe e irmãos, com a obrigação, porém, que será obrigado o dito Natálio a assistir a meu testamenteiro para os negócios que respeitam a esta testamentaria, dando as notícias necessárias, e solicitando os negócios; e fazendo-o assim como dele espero, lhe dará meu testamenteiro mais Rs. 100\$000 réis cada ano, enquanto correr com a dita testamentaria; e faltando a esta, lhe deixo somente os quatro mil cruzados dos juros, enquanto se lhe não pagarem.

Tenho mais outra mulata, minha escrava, por nome Catarina Pereira, a qual tem três filhos machos chamados: André, Ventura, Vitória e a fêmea Joana, aos quais, mãe e filhos, deixo também forros e livres, e se lhes passarão suas cartas de alforria, e à mãe mando que se lhe dêem Rs. 400\$000 réis, e a cada um dos filhos, Rs. 100\$000 réis, os quais porão a juros até idade para os administrar. Tenho também em minha casa uma menina forra, por nome Paula, mameluca, e, casando-se, deixo-lhe Rs. 300\$000 réis, e não casando, e desonestando-se, lhe deixo somente Rs. 50\$000 réis e porquanto as sobreditas legatárias - Josefa e sua irmã Paula, Benta e sua mãe Águida, Antônia mameluca e seus filhos Inácio e Rufina - não terão de que se alimentar, deixo a cada um para seu sustento por tempo de três anos, começados do dia do meu falecimento, dois tostões cada dia, assim a cada uma das mães, como a cada um dos filhos, e estas peço a meu testamenteiro as acomode em parte, em que possam conservar as suas honras, para casarem aquelas a quem deixo dote.

Além do sobredito, deixo a Eugênia Francisca, mãe da dita Maria Natália, a Catarina Pereira, Josefa, Antônia de Moura, Antônia Mameluca e Paula toda a minha roupa branca, que repartirão igualmente, assim a que está em folha, como a do serviço, e os colchões, exceto dois, que serão os melhores, e toda a roupa fina arrendada, assim lençóis, como travesseiros e toalhas, e uma colcha da Índia; porque esta e os ditos dos colchões e roupa aqui expressada e executada, deixo à dita menina Maria Natália.

Declaro que em minha vida dei a esta menina Maria Natália e à sua mãe e às outras algum ouro, de que se servem, o qual não entrará no inventário, por lhe haver já dado, como também à negra Mariana, que é da dita Antônia de Moura.

Deixo a Manoel Afonso, assistente no sertão do Piauí, se for vivo ao tempo do meu falecimento, Rs. 200\$000 réis.

Deixo a meu escravo Garcia, preto, forro e mando que se lhe passe logo sua carta de alforria e se lhe dê Rs. 50\$000 réis; e assim a este, como aos mais escravos de minha casa, assim os que ficam livres, como os que ficam cativos, se lhes dará o luto costumado e a dita menina Maria Natália, e à sua mãe, mais avantajado. Deixo

a Inácio Dias, oficial de alfaiate, que se criou em minha casa, Rs. 50\$000 réis. Deixo à Madre Sórór Inácio do Sacramento, religiosa no convento de Santa Clara desta cidade, Rs. 100\$000 réis, que se lhe entregarão logo.

Deixo a uma menina chamada Joana, enfeitada em casa do licenciado Francisco Ximenes, e nela assistente, Rs. 400\$000 réis para ajuda de seu dote, os quais se entregarão ao dito licenciado, ou ao marido que com ela casar.

Mando que todos estes legados, dotes e sufrágio, funeral e o mais de que tenha disposto atrás se tirem dos bens móveis, que tenho e possuo, assim dívidas, que se me devem a juro, e sem juro, como dinheiro e fazendas secas, que se acharem, trastes de casa e escravos, que tudo poderá vender meu testamenteiro pelo que se avaliar, sem ir à praça coisa alguma, exceto o meu leito e seu cortinado e sobrecêu de damasco, os cortinados das portas, as cadeiras, tudo de damasco, espelhos, bufês, que tudo isto excetuo, e deixo à dita menina Maria Natália, casando-se com algum dos meus sobrinhos.

Do remanescente de meus bens, depois de vendidos, e cobradas as dívidas, mando que o líquido que ficar se reparta em quatro partes iguais, uma das quais repartirá o dito Padre Reitor, meu testamenteiro, do que lhe parecer do culto divino, enfermarias, obras pias da casa; outra quarta parte remeterá ao procurador do dito colégio, assistente em Lisboa, para que reparta entre as filhas de minhas sobrinhas e sobrinhos com o mais que lhes mando dar, e as outras duas partes para o meu testamenteiro a razão de juro, ou empregará em bens de raiz, como lhe parecer que seja mais seguro e o rendimento de uma mandará dizer em missas pela minha alma e de meus pais, as quais serão ditas na igreja do Noviciado, que se está fazendo, ou na igreja do colégio, dando-se em uma e bruta parte a esmola que for razoável; e a outra parte do dito rendimento será para casar órfãos pobres, honradas, brancas e cristãs velhas, dando de dote a cada uma duzentos mil réis com obrigação que se irão receber na Igreja do dito Noviciado, estando acabada, e quando se não acabe, na Igreja do Colégio, e não o fazendo assim se lhe não dê o dote.

Declaro que sou natural de São Domingos da Tanga da Fé, termo de Torres-Vedras do arcebispado de Lisboa filho legítimo de Julião Afonso e de sua mulher Jerônima Francisca, já defuntos; e nunca fui casado, nem tenho quem haja de ser meus herdeiros; portanto instituo a minha alma única herdeira do remanescente dos meus bens, satisfeitos os meus legados e mais disposições conteúdas e declaradas neste meu testamento e assim antes desta verba como depois dela.

Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras que pedi no Piauí com o Coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e considerável despesa com adjutório dos sócios e sem eles defendi também muitos pleitos que se me moveram sobre as ditas terras ou parte delas; e havendo dúvidas entre mim e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito Coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Velleusuella da Silva, na qual declaramos os sítios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós, ou pelos rendeiros que metêssemos como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, conteúdas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacuum como cavalos, e todos fornecidos com escravos, cavalos, e o mais

necessário; o que tudo constará dos meus papéis acima, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas, que constarão de seus escritos, que tenho em meu poder, e outros muitos estão ainda por povoar, e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor.

Declaro que nesta cidade tenho e possuo uma morada de casa, que comprei a Luís Gomes de Bulhões, e depois reedifiquei, e são as em que moro, e assim mais, tenho outras moradas, que fabriquei no fundo do quintal das sobreditas, por parte do mar, todas de dois sobrados, que reparti em quatro moradas, e todos tenho alugadas, e assim mais, tenho outra morada térrea, contígua cada uma à em que moro. Em todos estes bens, acima declarados, assim as casas, umas e outras, como as terras, na mesma forma que as possuo, e me pertencem, conforme os títulos, e todos os gados escravos e cavalos, todas as mais fábricas pertencentes às ditas fazendas, situadas nas mesmas, terras, e as mais que servem para condução dos gados e boiadas - instituo, e de todas formo uma capela ou morgado com expressa proibição de alienação por qualquer título que seja, e nem unidos em uma só pessoa, que os administre, como adiante declararei, e essa tal não os poderá alhear os ditos, como seja - vendendo, doando, ou trocando, mas nem os poderá obrigar, e hipotecar, ainda que seja por causa pia, posto que para isso haja licença de El-Rei, e fazendo o contrário, ficará tudo nulo, e por esse mesmo feito perderá logo a administração o administrador, e o que lhe suceder haja dele toda a perda e dano que causar, e tiver dado.

Para administrar essa capela ou morgado nomeio em primeiro lugar o reverendo Padre Reitor do colégio desta cidade, que for ao tempo do meu falecimento, e os que forem sucedendo no mesmo cargo até o fim do mundo; e não querendo aceitar, ou faltando às obrigações e encargos desta instituição, declarados neste testamento, passará a administração à venerável Ordem Terceira de São Francisco, desta cidade, com as mesmas pensões e obrigações; e faltando a elas ou não aceitando passará à Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo; e faltando também e não aceitando sucederá na dita administração a confraria do SS. Sacramento da Santa Sé com as mesmas obrigações.

Serão obrigados todos os administradores desta capela a mandar dizer por minha tenção cinco missas todos os dias; porque com esta obrigação e encargo, que será perpétuo enquanto o mundo durar, instituo esta capela. as cujas missas se dirão na igreja do Noviciado, que se está fazendo no sítio da Jiquitaia, estando acabada, e enquanto se não acabar, se dirão na igreja do Colégio; como também havendo algum legítimo impedimento, para deixar de se dizerem na dita igreja do Noviciado, depois de acabada; essas missas se acabarão de dizer logo depois do meu falecimento.

Mandarà dizer mais o dito administrador, qualquer que seja, uma missa todos os dias em louvor de N. S. da Encarnação, à qual se dirá na capela da mesma Senhora da Encarnação, sita na freguesia de São Domingos de Torres-Vedras de onde sou natural, essas missas se começarão a dizer depois do meu falecimento a um ano, se houver logo ocasião de navio, e não havendo se mandarà dizer o mais breve que possa ser, e será a esmola desta e das outras missas acima, a que ajustar o administrador.

Item - será obrigado o dito administrador, qualquer que seja, a mandar casar todos os anos duas moças minhas parentas dentro do 4º grau, que será justificado, e lhe dará de dote 200\$000 réis a cada uma; e não havendo parentas deste grau cessarão estes dotes, com declaração, que, se as tais moças, minhas parentas, quiserem ser freiras, se lhes dará os mesmos 200\$000 réis a cada uma.

Item - será obrigado o dito administrador a casar todos os anos perpetuamente duas moças pobres, brancas, cristãs velhas no dia da gloriosa Ascensão de Nossa Senhora, e lhe dará a cada uma para seu dote 200\$000 réis, mas serão obrigadas essas moças a receberem-se na igreja do Noviciado, e enquanto se não acaba, se irão receber na igreja do colégio, e não o fazendo assim, perderão o dote.

Item - será obrigado o dito administrador, qualquer que seja, a dar perpetuamente ao Padre da companhia, que servir de procurador do próximo, 100\$000 réis cada ano, para que o dito padre os reparta pelos presos pobres mais necessitados, a qual repartição fará em quinta-feira de endoenças ou em sexta-feira-maior.

Item - será obrigado qualquer dos administradores, que exercer esta administração, a conservar os bens, trazendo-os bem tratados e beneficiados, e conservando sempre as fábricas, e em lugar dos escravos e cavalos, que nascerem, meter logo outros, de bens vinculados; e faltando a quaisquer destas e das mais obrigações, declaradas neste testamento, perderá logo a administração, e passará ao que segundo a minha disposição, pertence. .

Satisfeitas as pensões e encargos sobreditos, o remanescente do dito morgado, mando que se reparta em três partes iguais, e destas, duas serão para o sustento dos Noviços do Noviciado, para as obras deste e outra parte para o colégio, que o Reverendo Padre Reitor aplicará ao que lhe parecer mais necessário, e isto se entende, aceitando ele a dita administração e exercendo-a; porque no caso que passe a qualquer das Ordens ou irmandades atrás declaradas, será obrigado o administrar e a dar em cada um ano ao dito Noviciado, dois mil cruzados tão somente, para suas obras, enquanto durarem, e depois para o sustento dos Noviços; e o mais que sobrar, satisfeita esta pensão e as mais atrás declaradas, se despenderão em aumento de sua Ordem Terceira ou Confraria. E em outras obras pias, que lhe parecer em louvor de Deus Nosso Senhor e sua Santíssima Mãe.

Os bens móveis que possuo e ficam fora do morgado, são os seguintes: todo o gado que se achar, que pertence ao dízimo do ano de 1707 para 1708, que é pertencente ao meio contrato do ano que fui contratador, começando da cachoeira do rio São Francisco, tapera de Paulo Afonso, beira-rio acima até a última povoação com as mais fazendas pertencentes ao dito ramo, assim do gado vacuum como do cavalar, e tudo o mais que pertencer ao dito dízimo, de que se compõe aquele ramo.

Tenho mais em dívidas ativas dezesseis mil cruzados, que me deve o Capitão João Rodrigues Adorno: Antônio da Rocha Pitta, quatorze; Francisco Corrêa Lima, três; o licenciado Martinho Barbosa de Araújo, 4:320\$ réis; o Coronel José Peres de Carvalho, como herdeiro de seu pai, 7:000\$ réis de resto de maior quantia: o sargento-mor Francisco Machado Páia, 18:000\$ réis; Leonor Pereira Marinho, 5:000\$000 réis; Francisco de Cujas, 200\$ réis; Antônio Carneiro da Rocha, 100\$ réis sob penhor; Carlos Brussos, 100\$ réis; Cosme Rolin de Moura, 100\$ réis; Antônio de Brito Correa, 300\$000 réis; - e todas estas à razão de juros; e além destas se me

devem outras muitas sem juros, por escritos umas, e outras por escrituras; e assim, umas como as outras constarão dos mesmos títulos e do meu livro de razão, a que me reporto, e pelo qual se pode governar o meu testamenteiro. Tenho mais quantidade de fazendas secas, que constarão de um caderno em que estão assentadas, e a saída das que vai vendendo, e assim mais algum dinheiro amoeado em sacos dentro de caixas, com escritos do que contém cada saco, e assim mais algumas pratas e os móveis e ornatos de minha casa, de que me sirvo.

Tenho mais cinco escravos pretos, a saber: Manoel, Domingos, Antônio, Sebastião e Pedro, e duas negras: Maria e Teresa; e destes deixo forro o negro Sebastião, e à menina Natália deixo a negra Teresa, e à sua mãe Maria Francisca deixo a outra Maria Benguela. Todos estes bens, e os mais móveis que se acharem e aqui não declaro, exceto os que deixo em legado, e os escravos, que deixo forros - poderá vender meu testamenteiro e cobrar as dívidas, se eu as não tiver cobrado, para o que lhe dou todo o meu poder. Declaro que tenho duas fazendas de gado, sitas onde chamam os Alagadiços, e outras duas, onde chamam o Sobrado, na beira do rio de São Francisco, nas terras de Garcia de Ávila Pereira, todas fabricadas com escravos e cavalos, - o que tudo constará dos escritos de entrega, passados pelos curraleiros. Estes gados e fábricas destas quatro fazendas vinculou também ao dito morgado ou capela, e o administrador desta os conserve sempre, e muito especialmente o sítio do Sobrado, por ser muito necessário e conveniente para as fábricas dos comboios das boiadas, para o que se irá pagando sempre a renda dos ditos sítios; e sendo caso que lhe mandem despejar, o administrador mandará passar os gados e as fábricas para as minhas terras e fazendas.

Declaro que eu prometi aos reverendos Padres da Companhia, sessenta e quatro mil cruzados para o Noviciado, que se está fazendo e edificando, na forma de uma escritura, que com eles fiz, a cuja conta já tenho dado quarenta e quatro mil cruzados, e lhes resto a dever vinte; e sendo caso, que eu os não pague até o meu falecimento, mando que se vão pagando pelo rendimento da dita capela até de todo ficar satisfeita a dita quantia de sessenta e quatro mil cruzados, com declaração que destes vinte mil cruzados se hão de abater dois que os mesmos religiosos me restam a dever de dinheiro, que lhes emprestei para o forro da igreja, de que tenho escrito em meu poder:

Declaro que tenho em Lisboa, em mão do meu correspondente Bento da Silva Martinho, o que constar pela conta-corrente que espero, que lhe mandei pedir, e pelos meus livros e suas cartas, e lhe ordenei por carta do ano passado de 1710, que se o não quisesse ter em seu poder, o entregasse ao Padre Procurador do colégio desta cidade, assistente em Lisboa, a quem também escrevi sobre este particular, para que recebesse o que lhe entregasse o dito Bento da Silva; e tudo o que se achar que ele me deve e tem em sua mão: - peço ao dito Padre Procurador, e em ausência do dito Bento da Silva, o reparta entre os filhos de minhas sobrinhas e de meus sobrinhos, assim casadas, como solteiras, remetendo de tudo clareza em forma a meu testamenteiro.

Declaro que também tenho em Viana, em mão de Francisco Dias de Araújo, o que constar da sua conta, assim de efeitos, que lhe remeti na frota de 1708, como também do rendimento de minha tença; e tenho também na cidade do Porto, em mão de Manoel Dias, o que constar também de sua conta, e uma e outra causa mandará cobrar o dito Padre Procurador, e o repartirá também entre as ditas filhas de minhas sobrinhas, casadas e solteiras, da mesma forma que mando repartir o

que tenho em Lisboa, com declaração que se estas contas mandarem os sobreditos Francisco Dias de Araújo e Manoel Dias algumas fazendas, como lhe pedi na frota, não entrarão na dita repartição; porque só mando fazer parar em suas mãos depois do aviso... (o original estava estragado nesta parte).

Suposto que tenho vinculado à capela, que instituo as casas em que vivo, quero, contudo, que casando a dita Maria Natália com algum dos ditos meus sobrinhos, more nas ditas casas enquanto viverem, ou se não ausentarem desta cidade, para outra parte, sem que paguem aluguel delas algum; porém constando ao administrador da capela, que as casas são mal tratadas, as faça logo despejar, e as alugue a pessoa que lhe dê bom trato; e de qualquer modo declaro, que sempre ficam vinculadas e inalienáveis.

Para conta deste meu testamento dou a meu testamenteiro o espaço de quatro anos, e entanto não seja obrigado a dar a dita conta, nem se lhe pedirá no dito tempo pelo resíduo do juízo, a que tocar; e pelo trabalho, que há de ter, lhe deixo 50 mil cruzados.

Declaro que atrás se dêem à Eugênia Francisca dois tostões cada dia na Ilha Terceira, acompanhando a sua filha, se for ser freira; e atendendo, à que não estando em sua companhia, passará pobremente, lhe deixo dois mil cruzados, com declaração, que não darão, nem entregarão senão no caso que não vá para a Ilha; porque lá tem os ditos dois tostões, e fica cessado o legado; porém no caso que torne da Ilha para esta cidade, se lhe dará o dito legado dos dois mil cruzados; o que se entende também casando a dita sua filha.

Peço a meu testamenteiro que, logo que eu falecer, ponha a dita menina Maria Natália em alguma casa recolhida, honesta e honrada, donde tome o estado, ou de casada, ou de freira, como atrás deixo declarado, e lhe dê todo o necessário para o seu sustento e vestuário, enquanto não tomar estado, e sendo de casada, lhe dará os vestidos para o seu recebimento.

Mando que nas casas, em que moro, fiquem assistindo as minhas escravas, que deixo forras, e as outras legatárias, que assitiam comigo, por tempo de seis meses, enquanto buscam para onde ir, se tanto tempo estiver por casar Maria Natália, porque casando, despejarão logo todas as ditas casas.

Declaro que em virtude de uma procuração, que tive de Maria Alves, moradora na Ribeira-Grande da Ilha do Farol, cobre 120\$000 réis, que me pagou Francisco Bezerra pelos dever a Manoel Raposo, filho da dita Maria Alves: mando que vindo papéis correntes, com procuração da mesma, ou de seus herdeiros, sendo falecida, se lhes pague.

Declaro que tive contas com meu sobrinho João Domingues de deve e há de haver, as quais constam do meu livro de razão: - mando que ajustada a conta, com quem direito for, se lhe pague, se eu for devedor, e sendo credor, se cobre. Declaro que Maria Reimosa me tomou de arrendamento três sítios de terras, onde chamam - as Cajazeiras - no sertão do Piauí, e por seu falecimento, passaram a seu filho Francisco da Costa de Figueiredo, o qual, dando partilha a seus irmãos, tocou um destes sítios, chamado Sambito, a seu cunhado Manoel da Silva Vieira; este me passou escrito de arrendamento do tempo de sua partilha em diante; porém, assim deste, como dos outros dois, me ficou devendo as rendas atrasadas o dito Francisco da Costa, e está devendo os que se venceram dos ditos dois sítios até o presente

Mando que todas estas rendas, de que ele é devedor, se lhe não peçam, nem cobrem dele; porque lhe faço mercê delas, e que, daqui em diante não pague pelos dois sítios, que lhe ficaram, mais que um frango cada ano tão somente, o que será por sua vida; e depois de sua morte correrá a renda de 10\$000 réis por cada sítio, em cada ano, como dantes corria.

Declaro que por falecimento de meu pai me ficou uma vinha e uma sorte de terras na ribeira chamada do Barril, e o mais, que consta do meu formal de partilhas, que tenho em meu poder; quais terras e vinhas dei a uma irmã minha, chamada Maria Francisca, para as desfrutar; o que fez enquanto viveu e por seu falecimento se apossou delas um seu filho Manoel Francisco: ou este, ou outro a está logrando, sem meu consentimento. - Mando que o meu testamenteiro faça aviso com as clarezas necessárias ao tal possuidor, para que largue a dita terra e vinha, e a deixo a minha sobrinha Maria Francisca, filha de uma filha de minha irmã, a dita Maria Francisca, moradora do Cocal do Moreira em companhia de seu pai, e assim mais tudo o que me pertencer por minha folha de partilhas, com declaração que não poderá pedir os frutos e rendimentos desta terra e vinha aos que as têm possuído e desfrutado; porque achei por bem que tenham logrado até o dia que lhe chegar o aviso desta minha disposição.

Deixo à minha afilhada Josefa, já casada, filha de Manoel Nunes, 50\$000 réis; à outra minha afilhada Úrsula, também casada, filha de Antônio Rodrigues, outros 50\$000 réis. Tenho mais outra afilhada chamada Joana, filha de Manoel Rodrigues, morador, na Rua do Paço, à qual deixo 400\$000 réis, casando; assim mais deixo 50\$000 réis a outra minha afilhada, cujo nome ignoro, filha de Gonçalo Camacho, homem pardo, oficial de barbeiro, casando, e não casando estas duas, não terão lugar estes legados. Mando que nos dotes, que atrás deixo instituídos, precisam todas aquelas mostrarem serem minhas afilhadas, tendo as qualidades declaradas, sem que deixo os tais dotes. Mando que mostrando alguma pessoa, de qualquer qualidade que seja que eu lhe sou devedor por escrito ou escritura, ou justificação de pessoas fidedignas, se lhes pague; e me remeto em tudo o mais ao meu livro de razão, por onde se poderá informar, e governar o meu testamenteiro.

E por este modo dou este testamento por feito e acabado, e só este quero que valha e tenha seu cumprimento efeito como nele se contém, para que revogo, e por revogado outro qualquer que tenha feito, e apareça, ou algum codicilo; e torno a pedir ao Reverendo Padre Reitor do colégio desta cidade, e ao licenciado Francisco Ximenes em segundo lugar, a Antônio da Silva, em terceiro, ao Capitão Belchior Moreira, em quarto, queiram aceitar esta minha testamentaria na forma que atrás deixo disposto, para que lhe dou a cada um in solidum todo o meu poder; e roguei a Luís da Costa Sepúlveda que me escrevesse este testamento, em que me assino com o meu sinal costumado."

Bahia, 12 de maio de 1711.

ANEXO 02

Condições e Capítulos que o Governador João da Cunha Souto Maior concede ao Coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros dos Palmares, do Estado de Olinda, 3 de Março de 1687 e retificação pelo Marquês de Montebelo, datada de Olinda, 3 de Dezembro de 1691.

CÓPIA - Capítulos e condições, que concede o Sr. Governador João da Cunha Souto Maior ao Coronel Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros levantados dos Palmares com a sua gente, e oficiais que o acompanham tudo na forma referida; e ele se obriga nestes artigos a executar o deduzido por seus procuradores o P. Frei André da Anunciação, Religioso Carmelita Calçado; e seu Sargento-Mor Cristóvão de Mendonça; e o Cap. Belchior Dias Barbosa a quem deu faculdade; e poder para se obrigarem em seu nome; e ajustarem no que o Sr. Governador achasse conveniente ao serviço de Sua Maj. que Deus guarde, e ele houvesse de obrar.

1 - O Sr. Governador dá ao dito Coronel dois quintais de pólvora e dois de chumbo, para a primeira entrada as quais munições mandará por no rio S. Francisco à custa da Fazenda Real; e não poderá o Coronel pedir-lhe mais munições, nem o dito Sr. será obrigado a dar-lhes.

2 - Que lhe mandará dar o Sr. Governador seiscentos alqueires de farinha entre milho e feijão se aos moradores acomodar melhor, a saber duzentos os alqueires de dois em dois meses postos na vila das Alagoas de cuja parte se obriga o dito Coronel a mandá-los conduzir pelos seus índios.

3 - Que o Sr. Governador lhe dá mais de mil cruzados de fazendas entrando armas de fogo, e outros petrechos de campanha.

4 - Que o Sr. Governador lhe larga os quintos, que das presas tocarem a S. Maj. e jóia sua para que tudo possa o dito Coronel Domingos Jorge Velho repartir entre si e seus oficiais na forma que lhe parecer.

5 - Que depois de extinguidos os ditos negros se não poderão servir deles nestas Capitânicas e será ele Domingos Jorge obrigado a mandar por nesta praça de Recife todas as presas para dela as mandar vender ao Rio de Janeiro, ou a Buenos Aires; e o Sr. Governador lhe disporá em que conformidades o há de fazer; e só poderão ficar nestas capitânicas os negros filhos de Palmares de idade de sete anos até doze; que uns e outros serão vendidos por conta do dito Coronel e de sua gente; porque para eles será a sua valia.

6 - Que o Sr. Governador dará aos conquistadores referidos sesmarias nas mesmas terras dos Palmares, que estiverem livres para as poderem povoar; e cultivar como suas vivendo sujeitos, e as mesmas terras ao domínio de S. Maj. que Deus guarde.

7 - Que o dito Domingos Jorge se obriga a não consentir negro algum, que fuja a seu senhor para as ditas terras, e suas povoações; mas antes os mandará logo entregar a seus senhores.

8 - Que tendo notícia, que está algum mocambo ou quilombo nestes sertões quer; e promete nestas capitulações de os mandar cativar; e extinguir aonde quer que assistirem; e na sua venda usará como fica disposto no capítulo 5º.

9 - Que o dito Sr. lhe oferece quatro hábitos das três ordens em nome de S. Maj. para ele Domingos Jorge, e seus oficiais aqueles que ele nomear dando cumprimento ao referido nos capítulos atrás; e nos que se seguirem; e esta marcê lhe oferece em consideração do grande serviço que o dito senhor receberá nesta instituição.

10 - Que o Sr. Governador não poderá dar perdão aos negros desde hoje por diante e nem o dito Coronel o poderá fazer; porque quer o Sr. Governador, visto as obrigações sobre ditas, que não possam de nenhuma maneira ficarem livres do cativo pelas terríveis conseqüências que se seguirão; e prejuízos dos povos.

11 - Que as sesmarias que pretendem no rio dos Camarões; e Parnaíba lhes promete dar o Sr. Governador assim; e da maneira que quiserem.

12 - Que se os negros cativos forem buscar seus senhores com temor lhe pagarão a ele dito Cap.-Mor oito mil réis e os que cativar debaixo das armas se obriga a entregá-los a quem permanecerem, e lhe satisfarão os mesmos oito mil réis; e uma; e outra cousa farão sem contradição nem dúvida alguma, e quem o contrário exceder o mandará o Sr. Governador castigar; e fará pagar como ordena; e os filhos do mato ninguém os poderá recolher, e serão do Coronel como que se em guerra os cativara.

13 - Que o Sr. Governador dá poder ao Coronel Domingos Jorge Velho para mandar prender a qualquer morador destas Capitânias; e com evidência lhe constar socorre aos negros dos Palmares; e o terá no seu arraial seguro até mandar tomar conhecimento do crime e dispor dele o que lhe parecer sem embargo de ser pessoa de qualquer qualidade.

14 - Que o Sr. Governador e Ouvidor Geral lhes concedem perdão geral dos crimes, que tiverem cometido não tendo parte nem sendo dos da primeira cabeça.

15 - Que quem quiser ir voluntariamente a esta guerra o não poderá fazer sem se sujeitar às ordens do dito Coronel; e de seus oficiais.

16 - Que o dito Coronel; e seus oficiais não poderão consentir homiziado algum de qualquer crime, que seja nos seus arraiais depois que estiverem situados; e quietos nas suas povoações; e se obriga ele Domingos Jorge a prendê-los, e mandá-los entregar a ordem do Governador desta praça, e em falta não serão válidas as sesmarias, nem poderão estar mais dia nem hora na jurisdição desta Capitania, e qualquer Governador meu sucessor poderá fazer despejar, e não lhe guardará condições alguma não observando esta pelo gravíssimo dano, que receberá o serviço de S. Maj. que Deus guarde a conservação deste Estado.

A todos estes Capítulos oferecem em satisfação o dito Coronel; seus oficiais e não querem cousa alguma das expressas neles, deixando de executar qualquer ponto destas Condições; e se obriga por seus procuradores a cumprir mui pontual; e inteiramente; e para firmeza, assinaram todos aqui com o Sr. Governador debaixo do selo; e sinete das armas do dito Sr. o qual ordena se registrem estes artigos na Secretaria deste Governo; e nas mais partes adonde tocar para que conste em qualquer tempo. Olinda, 3 de março de 1687. João da Cunha Souto Maior, Frei André da Anunciação. Cristóvão de Mendonça - Rgd. no L. Nº 1 dos registros desta Secretaria de Pernambuco a fl. 3.

Retifico os capítulos da concórdia acima escritos; e celebrados entre o Sr. Governador João da Cunha Souto Maior, meu antecessor e os Procuradores do Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho, o Rev. P. Frei André da Anunciação; e o Cap.-Mor Cristóvão de Mendonça sobre a extinção dos Palmares dando inteiro cumprimento a eles exceto os caps. 4º e 9º sobre se largarem os 5ºs reais, e a promessa dos quatro hábitos das três ordens militares os quais dois capítulos não podem ter efeito sem expressa ordem de S. Maj. porquanto só ao dito Sr. pertence conceder semelhantes

mercês pela qualidade delas de que darei conta a S. Maj. e havendo assim por bem o que se espera de sua real grandeza visto serem prometidas as ditas mercês em seu nome darei inteiro cumprimento aos ditos dois capítulos; como aos mais; e servirão de regimento ao dito cabo o Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho, que seguirá, observará; e dará a sua devida execução como de seu procedimento, experiência e valor espero. Olinda, 3 de dezembro de 1691. O Secretário Antônio Barbosa Lima. O escrevi. O Marquês de Montebelo.

(Extraído de "As Guerras nos Palmares", de Ernesto Ennes 1938. Documento nº 34 Pág. 238 a 241)

ANEXO 03

Carta do **Governador** de Pernambuco **Caetano de Melo e Castro** dando conta de se ter conseguido a **morte do Zumbi** a qual descreve.

Pernambuco, 14 de Março de 1696

Senhor. Dando-se cumprimento ao que V. Majestade tem prometido, vai na presente ocasião um Pataxo para a Ilha da Madeira, e considerando que naquele Porto pode estar o Navio que com maior brevidade chegue a essa Corte me pareceu não dilatar a V. Majestade a notícia de se haver conseguido a Morte do Zumbi; ao qual descobriu um Mulato de seu maior valimento que os moradores do rio de São Francisco aprisionaram, e remetendo-me topou com uma das tropas que aqueles distritos de diques acertou ser de Paulistas em que havia por cabo o capitão André Furtado de Mendonça, e temendo o dito Mulato que fosse punido, por seus graves crimes, ofereceram que segurando-lhe a vida em meu nome se obrigava a entregar este Traidor, aceitou-lhe a oferta e desempenhou a palavra guiando a tropa ao Mocambo do negro que tinha já lançado fora a pouca família que o acompanhava; ficando somente com vinte negros, dos quais mandou quatorze para os postos das emboscadas que esta gente usa no seu modo de guerra, e indo com os seis que lhe restaram a se ocultar no sumidouro que artificiosamente havia fabricado, achou tomada a passagem; pelejou valorosa ou desesperadamente matando um homem, ferindo alguns e não querendo render-se e nem os companheiros, foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo; enviando-me a cabeça do Zumbi que determinei se pusesse em um pau no lugar mais público, desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e a atemorizar os Negros que supersticiosamente julgavam este imortal; pelo que se entende que nesta empresa se acabou de todo com os Palmares a frota veio a salvamento ao cabo depois de a Recolher passou a Bahia espero volte para seguir viagem nos últimos dias de Abril conforme o dispõe seu Regimento, estimarei que em tudo se experiente sucessos felizes para que V. Majestade se satisfaça do zelo com que procuro desempenhar as obrigações de leal vassalo, Ds. G. a Real pessoa de V. Majestade como todos desejamos (em junta)? Pernambuco 14 ele Março de 696

CAETANO DE MELLO E CASTRO

(Extraído de "As Guerras nos Palmares", de Ernesto Ennes 1938. Documento nº 38 Pág. 258 a 259)

Cópia de uma **certidão** pedida por **Domingos Jorge** (sobrinho de **Julião Afonso Serra e Domingos Afonso**), em que se declara terem sido quatro os descobridores do Piauí. (usada como argumento por Pereira de Alencastre).

Senhor: Diz Domingos Jorge que para bem de sua justiça lhe é necessário uma certidão, por que conste da resolução que V. M. foi servido tomar no requerimento que o suplicante fez para se lhe darem o equivalente pela terra que fora aplicada ao vigário da freguesia da Mocha no distrito do Piauí. - Pede a V. M. seja servido mandar se lhe passe a dita certidão em modo que faça fé. - E. R. M. - Passe do que constar sem inconveniente. Lisboa, 17 de setembro de 1746. - Com três rubricas dos conselheiros ultramarinos. Requerendo o suplicante a S.M. fosse servido mandar, que se desse execução à sentença que alcançou contra os moradores do Piauí e vila da Mocha, oficiais da Câmara dela, e vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da mesma vila sobre as dez léguas de terra que herdou de seu tio Julião Afonso Serra, um dos quatro descobridores daquele sertão, cujas dez léguas de terra foram repartidas das quarenta de sesmarias que se deram aos ditos descobridores, incluindo nas do suplicante as três léguas, que S. M., por ordem de 17 de abril de 1736, concedeu à dita Câmara para logradouro público do Conselho, e para delas ter renda de alguns aforamentos, as quais três léguas possuíam antes os vigários da dita freguesia, e pelas quais mandou o mesmo senhor dar aos ditos vigários 20\$000 réis cada ano; foi o dito Senhor servido determinar por sua Real Resolução de 27 de junho deste presente ano em consulta do Conselho Ultramarino, que se levantasse ao vigário da dita freguesia a cônica dos 20\$000 réis que se lhe davam na suposição errada de serem suas as terras, que se doaram à dita Câmara, que agora constava estarem julgados ao suplicante, e que como na sentença de que o suplicante pedia execução se declarava que não impediria e vedaria os lugares públicos, para o que se inclinava também o seu título ou alvará de sesmaria, - que se cumprisse a alta sentença com declaração de ficarem livres à câmara aqueles espaços e porções de terras, que a prudente arbítrio forem necessários, ou estiverem já destinados para ruas, caminhos, praças, fontes, pontes e pedreiras, e ficando assim completamente satisfazendo-se ao público, e particular, ao Suplicante e à Câmara, e que quando esta ao futuro viesse a ter necessidade de algum espaço de terra, ou para alargar ou mudar a casa do Conselho, ou cadeia e açougue, então concorrendo as circunstâncias devidas, se lhe concederia graça de ser o Suplicante obrigado a ceder em benefício público a sua utilidade particular, dando-se o equivalente que for razoável, com declaração, que com esta resolução, não dá S. M. à sobredita sesmaria das quarenta léguas mais validade do que tiver para se não poderem as sesmarias valer desta confirmação, pois que a não mostraram ter do dito senhor, nem dos senhores reis seus predecessores. E para que...

Lisboa, 3 de novembro de 1745. - O Conselheiro, Tomé Joaquim da Costa
Corte Real.

Sesmaria de 1705, conferida pelo Governador de Pernambuco a **D. Jerônima Cardim Fróis**, viúva do Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho, ao Sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais e mais oficiais do Terço da guarnição de Palmares.

"Francisco de Castro Morais do Conselho de S.M. - Faço saber aos que esta carta de doação de sesmaria virem, que D. Jerônima Cardim Fróis, o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, governador do terço dos Paulistas da guarnição dos Palmares, (por falecimento do mestre de campo Domingos Jorge Velho) - capitães e mais oficiais do dito regimento me representaram a petição cujo teor é o seguinte- Sr. Dizem D. Jerônima Cardim Fróis viúva que ficou do mestre de campo Domingos Jorge Velho, o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, os capitães Alexandre Jorge da Cruz, Paschoal Leite de Mendonça, Domingos Rodrigues da Silva, Luiz da Silveira Pimentel, Simão Jorge Velho, João de Matos, Domingos Luiz do Prado, o ajudante Antônio de Souza, o alferes de mestre-de-campo Domingos de Mendonça, o sargento Braz Gonçalves, o cabo de esquadra Bonifácio Cubas, e João Paes de Mendonça, todos oficiais que eram então e são do terço de infantaria que de gente servente formou o dito Domingos Jorge Velho, com o... Senhor e Administrador seu, com o qual ele e os ditos suplicantes nomeados franquearam as habitações e povoações, que os brancos tem nele contra os insultos que os Tapuias bravos, quotidianamente intentam, e não poucas vezes executam com graves danos e irremediáveis provas, para o que obrarem melhor o mestre de campo e subalternos oficiais, tinham erigido para sua morada e habitação o rio Potingh que quer dizer rio ou água de Camarões e o rio Parnahyba e... neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações, tanto dos vacuns como cavaleiros ou ovelhuns, e cabrins. etc., e faziam suas lavouras e assim tinham seus domicílios vinte e quatro ou vinte e cinco anos, topando bandeiras ao gentio bravo para onde as ocasiões o pediam, defendendo assim que o dito gentio intentavam contra as outras povoações dos brancos dando por este meio lugar a que entrassem a povoar, como com efeito entrou e povoou todo o Piauí e Canindé em companhia da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e defendendo as fronteiras do Maranhão, e ficara até que por parte de S. M. foi o dito Domingos Jorge Velho chamado e requerido do Sr. Governador João da Cunha Souto Maior antecessor de V. S. de descer com a dita sua gente, e oficiais em estado de guerra os negros e rebelados dos Palmares, que insultavam, invadiam, roubavam, violavam e assassinavam os brancos em todas essas capitânicas de Pernambuco como com efeito Domingos Jorge Velho desceu com ao redor de 1.300 arcos do seu gentio, e cerca de oitenta brancos, que além dos que nesta petição vão nomeados, e nesta ocasião que se lhe agregaram outros que ele habilitou para... aos ditos soldados gentios, a qual descida foi em o ano de 1687, largando terras, povoações, criações e lavouras sem reparo algum para vir servir a S. M. e com ele e os ditos cabos prestou o Sr. Governador João da Cunha Souto Maior os artigos que S.S em nome de S. M. ajustou com os procuradores em o mês de março do dito ano que S. M. que Deus guarde confirmou por Alvará seu, como tudo se vê registrado na Secretaria deste Governo ... nos quais artigos estão especificadas estas palavras, que as sesmarias que pretendem nos rios dos Camarões, e Parnahyba, as prometeu dar o Sr. Governador, assim e da maneira que as quiserem, como com efeito logo lhas concedeu o dito Sr. Governador em nome de S. M., em fé e segurança do que lhe mandou S.S. passar e assinou com clareza, dizendo nela que lha não mandou passar naquela ocasião por estar o Provedor da Fazenda Real fora desta praça doente para lhe passar sua carta de sesmaria, e para que constasse sempre do tempo em que se lhe concedia, que foi no mesmo ano em que se celebrou e concluiu-se o dito pacto, que

foi a 3 de março de 1687 o qual papel de segurança deixou o dito sargento-mor na mão do Secretario do Conselho Diretor, para prova e fundamento do requerimento que das ditas terras ele fez a S. M., este senhor foi servido conceder-lhes assim e de ordenar a V. S. lhes mande passar sua carta de sesmaria com as mesmas cláusulas e declarações que se especifica na dita ordem pelo que pedem a V. S. lhes faça mercê mandar-lhes passar a dita carta de sesmaria desde as nascentes do dito rio Pottingh, ou Camarões, até onde se mete naquele da Parnahyba, com três léguas de largura de uma a outra banda dele, e da sua barra, que aquele da Parnahyba abaixo na mesma largura da barra de cá declarando-se também na dita carta de lhes não poder prejudicar o ter ela sido passada agora e não no dito tempo pelas razões que aqui se alegam e por eles terem andado ocupados no serviço de S. M. como este Senhor o manda especificar na dita ordem, da qual a copia vai junta até que pelo Parnahyba abaixo toquem em terras desprovidas. E. R. M. - O Procurador da Coroa me informe sobre o conteúdo nesta petição para lhe deferir. Recife, 20 de Dezembro de 1704. - Rubrica. - Sr. Avista das cartas que os suplicantes juntam, parece-me tem lugar seu requerimento. V. S. lhes deferirá com justiça. Recife, 22 de Dezembro de 1704. - Antônio Rodrigues Pereira. - E havendo, outrossim, respeito a que S. M. me encomenda na cap. 15 do Regulamento deste Governo e ao que respeita no cap. 2.º das condições que meu antecessor João da Cunha Souto Maior concedeu aos suplicantes em nome de S. M. que Deus guarde, no mês março de 1695, e confirmou em nome do dito Senhor, o Sr. Marquês de Montebello em 3 de Dezembro de 1691, e ao Alvará de S. M. de 12 de Março de 1695, e por que declaram as duas ultimas cartas do dito Senhor do ano passado de 1703 não ser justo ficarem prejudicados na mercê que lhes concedeu, o deixarem as ditas terras e domicílios para acudir em seu real serviço, e haver por bem que os gozem desde o dito tempo em que lhes foram concedidas pelo meu antecessor o Sr. João da Cunha Souto Maior no mês de março de 1687, pelas haverem conquistado, franqueado a habitação e cultura dos brancos para afugentarem os Tapuias seus habitantes acrescentando quantias consideráveis a prêmios reais, assim pela Repartição desta Procuradoria, como do dito estado do Maranhão, e, que não sejam preferidos de nenhum sesmeiro que se introduzisse nelas desde o mês de março de 1687, em que lhes concedeu o Sr. João da Cunha Souto Maior, Governador que então era destas capitanias. Hei por bem de lhes fazer mercê de dar aos suplicantes acima nomeados como pela presente carta de sesmaria com a mesma antedata do dito mês de março do ano de 1687 em nome de S. M. que Deus guarde, todas as terras que se acharem desde a nascente do dito rio dos Camarões até onde ele se mete no da Parnahyba com três léguas de largura de uma a outra banda dele e da sua barra para aquele da Parnahyba abaixo na mesma largura da banda de cá seis léguas, com obrigação de pagarem foro algum mais que o dizimo a Deus pelo privilégio especial que os suplicantes tem para isso de S. M. e as possuirão, e gozarão eles e seus herdeiros com todas as suas matas, águas, campos, testadas, logradouros e mais úteis que nelas se acharem, e serão obrigados a dar pelas ditas terras caminhos livres ao Conselho para fontes pontes, ou pedreiras; pelo que ordeno a todos os ministros da Fazenda e justiça destas capitanias a quem o conhecimento desta carta pertencer lhe façam dar a posse real efetiva e atual na forma costumada e debaixo das cláusulas referidas, e das mais da Ordenação título das sesmarias, que por firmeza de tudo lhes mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas, a qual se registrará nos livros da Secretaria deste Governo e nos da Fazenda Real e nos mais a que tocar. Dada neste Recife de Pernambuco em os três dias do mês de janeiro. - José de Brito de Menezes a fez. - Ano de mil setecentos e cinco.

O Secretario Antônio Barbosa de Lima a fiz escrever. - Francisco de Castro Moraes"

ANEXO 06

Carta autógrafa de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares, 15 de julho de 1694, em que narra dos trabalhos e sacrifícios que passou, e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio, procurador dos paulistas.

Senhor - Na certeza de que V. Maj. não ignora um contato que comigo da parte de V. Maj. fez o governador João da Cunha de Souto Maior que foi deste Pernambuco no ano de 687, não me farei tedioso com larga narração das circunstâncias dele, e só prostrado aos pés de V. Maj. direi que sendo assim que as condições que nele se exararam, ainda que a maior parte delas não muito vantajosas para mim e minha gente, me fizeram largar a mim e a eles o domicilio que a poder de uma porfiada e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana de mais de dezesseis anos nós tínhamos conquistado, povoado, lavrado e plantado, com nossas criações e tudo deixamos para virmos servir a V. Maj. na guerra para que o dito governador nos chamou: que se bem estamos obrigados em razão de leis vassalos a não faltar ao serviço de nosso Rei e Senhor, isso não nos priva de solicitarmos nele aquelas conveniências que são justas e inescusáveis, e na consideração de que nos haviam de observar religiosamente aquelas que nas ditas condições do contrato se nos prometeram, nenhuma renitência fiz em largar tudo por-me ao caminho de ao redor de 600 léguas desta costa de Pernambuco por o mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo chegado eu abaixo, me mandou o Governador Geral que então era Mathias da Cunha, torcer caminho e fosse acudir a capitania do rio Grande que a infestava no Açú e Piranhas, o Tapuia levantado Janduim, ao que obedeci logo, e dei graças a Deus nessa guerra o que a V. Maj. não se devia ocultar, e nela perdi muitos servos meus de guerra que aquela desta qualidade são os melhores, em todo o orbe. Depois de eu ter a posto em bons termos, destruído muito gentio desse e cativado a uma aldeia dos rebeldes que debaixo de enganos faziam muitos insultos (e eram os que chamam os Silvas) mandaram os governadores de Pernambuco a requerimento dos Padres da Companhia que eu os tornasse a por em sua liberdade, e assim o fiz (e eles são hoje os que tornam a renovar essa rebelião e guerra) com que nenhum lucro me ficou dessa guerra para algum tanto refaze-me de alguns trezentos servos que nela ou por sua causa perdi: para o que render compreensível a V. Maj. peço licença para uma breve digressão, nossa milícia, Senhor, é diferente da regular que se observa em todo o mundo.

Primeiramente nossas tropas com que imos à conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de V. Maj. nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos imos ao sertão deste continente não a cativar (como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a V. Maj.) senão adquirir o Tapuia gentio brabo e comedor de carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade, e humana sociedade à associação de racional trato, para por esse meio chegarem a ter aquela luz de Deus e dos mistério da fé católica que lhes basta para sua salvação (porque em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens) e desses assim adquiridos, e reduzidos, engrossamos nossas tropas, e com eles guerreamos a obstinados e renitentes a se reduzirem: e se ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras, nenhuma injustiça lhes fazemos, pois tanto é para sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos: e isso bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável

serviço em os ensinar a saberem lavrar, plantar, colher, e trabalhar para seu sustento, cousa que antes que os brancos lhes ensinem eles não sabem fazer: isto entendido, Senhor?

Desta gente estava formado meu Terço, a saber de 800 e tantos índios e de 150 brancos, quando ao chamado de V. Maj. e de seu Governador João da Cunha Souto Maior, eu desci do Piauí aonde eu estava aposentado como já atrás tenho dito: de aquela tenho perdido ao redor de quatrocentos, e destes não há hoje bem sessenta que tudo tem destruído a guerra a fome, e as doenças; sem os tais índios, Senhor, da casta dos Aroás e Cupinharões como são os meus, se não pode fazer a guerra desta qualidade, porque se bem é verdade que sós são medrosos contra os brancos, guiados e cabeados por eles são tão valentes, afoitos e constantes nas batalhas que nenhuma outra nação no mundo, se os iguala, não os excede, duzentos tapuias sós fugirão de dois brancos, e sendo acompanhados de dois brancos, investirão resolutamente contra dois mil outros tapuias e os derrotarão como já me tem sucedido algumas vezes.

Dos brancos que comigo desceram, poucos morreram, porém a maior parte deles vendo o pouco que lhes rendia esta guerra, e que nem para se sustentarem lhes dava, se espalharam a buscar seu melhor e em seu lugar me deixaram a esperança de que se algum dia se lhes fizesse melhor passagem me tomarão a buscar, para que o façam e para eu poder continuar o serviço de V. Maj. nestas guerras em amparo e defesa dos povos destas capitânicas, excogitei os oficiais que me restam, a proposição de algumas condições necessárias de V. Maj., no-las conceder (e eu assim o peço humildemente a V. Maj.) para efeito de podermos substituir em este seu Real serviço; aliás nos será impossível podermos continuar e eu me verei obrigado a imitar o Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida, e largar a campanha como ele fez, mas com aquela diferença que ele largou antes de se perder e arruinar, e eu a largarei depois de pedido, e arruinado de remate, no estado. E no estado em que estou reduzido já o tivera feito, porém farei o possível, tudo, que em mim estiver, para sustentar esta campanha dos Palmares até me vir a última resolução de V. Maj. acerca das condições da dita proposta que a V. Maj. apresentará o superintendente das minas Bento Sorrel Camiglio, ao qual por o achar o mais zeloso de trazer esta guerra a um bom fim, fiz procurador universal e lhe pedi quisesse passar a Real presença de V. Maj. a lhe propor este negócio e como fio dele que o fará como desejo também não duvido que como desejo sairá o despacho do que V. Maj. peço, e comigo, não só a gente de meu Terço mas também todos estes povos, e o melhor encaminhamento do Real serviço de V. Maj. cuja Real pessoa defenda a onipotência incólume e com aqueles sucessos e triunfos que seus leais vassallos têm obrigação desejar, e festejar amém.

Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares, aos 15 de julho de 694.

DEV. Maj.

Muito humilde, fiel e leal vassalo

Domingos Jorge Velho

(Documento nº 28, extraído de “As Guerras dos Palmares” 1º volume, de Ernesto Ennes, 1938. da pág. 204 a 207)

ANEXO 07

Quinze referências documentais da viagem de Domingos Jorge Velho, de São Paulo para os Palmares (in *O Devassamento do Piauí*, pgs 171 a 176) Barbosa Lima Sobrinho - (Pe. Cláudio Melo).

I “considerando o notável serviço que fez a S. Majestade em deixar por ordem minha a empresa dos Mocambos dos Palmares, para a qual se abalou por terra da Vila de S. Paulo, com o número de gente branca e de índios que entendeu ser bastante a conquistá-los, havendo resistido varias vezes aos soldados de Pernambuco, tolerando nas jornadas, em que gastou quase dez meses, grandes esterilidades e falta de sustento e águas, no que mostrou melhora constância com que os venceu, até chegar às vizinhanças dos ditos Palmares e sem reparar nos interesses da dita empresa marchou logo que recebeu o meu aviso para a guerra dos bárbaros janduins e outras nações, etc. “Patente de Governador que se formou da gente da conquista dos bárbaros do Rio Grande em Domingos Jorge Velho - Borges de Barros, In “Sertanistas e bandeirantes baianos”, página 143. É do ano de 1688.

II “Mas para que Vossa Mercê entenda a estimação que faço de sua pessoa, e a grande opinião que tenho de seu valor, e dos seus soldados, é que tenho muito presente a ação de deixar pela minha ordem a empresa dos Palmares, a que por tão ásperos sertões veio destinado de S. Paulo, e marchar logo a essa guerra, lhe envio com esta, etc. “Carta de Matias da Cunha a Domingos Jorge Velho em 13 de outubro de 1688”. Documentos históricos Vol. X, pág. 314.

III “Ao Capitão-mor Domingos Jorge que dessa capitania, veio pelo Sertão, a conquistá-lo (aos negros dos Palmares), por o Sr. Mathias da Cunha ordenar deixasse aquela empresa, e fosse á guerra do Rio Grande ele o fazer prontamente lhe mandou Patente de Governador de sua gente com preeminências e soldo de Mestre de Campo, etc. Carta para os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo sobre virem os paulistas á guerra dos bárbaros do Rio Grande. Em 30 de novembro de 1688. Assinado pelo Geral Frei M. Arcebispo (D. Manuel da Ressurreição). Documentos históricos, vol. XI. pág. 144.

“IV “Porquanto o Coronel Antônio Cubas me enviou a representar que viera da Vila de São Paulo pelo sertão, com o Governador Domingos Jorge Velho, á conquista dos Palmares, trazendo consigo cem homens de armas aos mocambos”, etc. Patente do posto de coronel de toda a gente de armas e da mais que se agregar na guerra dos bárbaros, provido em Antônio Cubas. Em 22 de março de 1689. Borges de Barros, “Bandeirantes e sertanistas baianos”, pág. 154.

V “E se eu as concedi aos Paulistas foi por aquele incomparável serviço que fizeram a Sua Majestade em vir de S. Paulo digo de São Vicente á sua custa tantas centenas de léguas por esses sertões, em muitas partes estêreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes para a empresa dos Palmares tão invencíveis aos Pernambucanos. E ao menor aceno de uma ordem deste Governo deixaram a sua conveniência e voltaram as armas á guerra do Rio Grande, com cujos bárbaros pelejaram tantas vezes, etc. Carta do Arcebispo Governador, em 24 de maio de 1689, para o Capitão por Pedro Aranha Pacheco. Documentos históricos, vol. X; pág. 360.

VI “o serviço que já tinha feito Domingos Velho, assim no que obrou contra os Bárbaros do Rio Grande, como em haver deixado por sua ordem a conquista dos Palmares, a que veio destinado dessa capitania”; etc. Carta para o Capitão-mor da Capitania de S Vicente, Tomaz Fernandes de Oliveira, em 1 de setembro de 1689, mandada pelo Governador Geral. Documentos históricos, vol. XI, página 152

VII “E porque o intento do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho foi vir de São Paulo à conquista dos Palmares, chamado pelo Governador que então era de Pernambuco; e por ordem deste Governo passou á guerra dos Bárbaros (no que fez um particular serviço a Sua Majestade) o poderá seguir com o seu Regimento, e todos os Capitães e mais oficiais, e soldados brancos, e índios que consigo trouxe de S. Paulo”; etc. Alvará de reformação dos postos da guerra do Rio Grande, em 4 de março de 1690. Documentos históricos, vol. X; pág. 387.

VIII “E como ficam cessando os soldos dos dois Mestres de Campo Domingos Jorge Velho (pois tanto que expirou a ocupação que tinha na mesma guerra, e volta para os Palmares, a cuja conquista foi chamado e ele veio de São Paulo, corre o seu soldo, e o de todos seus capitães e mais oficiais pela Câmara dessa cidade, ou pelo ajustamento que com ele se assentou) e o de Antônio de Albuquerque da Câmara” etc. Carta para o Sr. Almocace-mor do Reino e Governador de Pernambuco. Em 9 de março de 1690. Fr. M. Arcebispo e Governador. (Frei Manuel da Ressurreição) Documentos históricos, vol. X; pág. 389.

IX “ficando somente em pé o Regimento do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho isento da jurisdição do dito Governador, e livre para com seus oficiais e gente que trouxe de São Paulo poder seguir a invasão dos palmares a que veio destinado da capitania de São Vicente”; etc. Carta que se escreveu ao Mestre de campo Antônio de Albuquerque da Câmara Capitão-mor Manuel de Abreu Soares, em 9 de março de 1690. Fr. M. Arcebispo e ao Governador. (Frei Manuel da Ressurreição). Documentos históricos, vol. X; pág. 396.

X “ficando somente em pé o Regimento do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho com todos seus oficiais e gente que consigo trouxe de São Paulo, quando foi chamado para a guerra dos Palmares;” etc. Carta de Frei Manuel da Ressurreição, em 10 de março de 1690, ao Capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrada. Documentos históricos, vol. X. pág. 383.

XI “Ficando somente em pé o Regimento de Vossa Mercê com todos os Cabos e gente que consigo trouxe para a empresa dos Palmares (a que Vossa Mercê veio por terra de São Paulo) isento da sua jurisdição e livre para poder segui-la. E como dela se seguram tão grandes interesses a Vossa Mercê, e aos seus oficiais, e a Fazenda Real não pode assistir com soldo apostado algum que se não ocupe propriamente em seu Real Serviço, e Vossa Mercê veio de São Paulo chamado do Governador, e Câmara de Pernambuco, tenha Vossa Mercê entendido que ainda que V. M., e seus oficiais não ficam reformados quanto aos postos, o ficam sendo quanto aos soldos, e cessando à Fazenda Real a despesa que há de correr por conta do ajustamento que com Vossa Mercê se fez para vir aos Palmares”. Carta que se escreveu ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, em 10 de Março de 1690. Do Governador Geral, Frei Manuel da Ressurreição. Documentos históricos, vol. X; pág. 399

XII “... excetuado o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e os oficiais do Regimento que se formou dos Paulistas que trouxe para a conquista dos Palmares”; etc. Patente do mestre de campo e governador da guerra dos bárbaros, Matias

Cardoso de Almeida, em 3 de abril de 1690. Borges de Barros, “Bandeirantes e sertanistas baianos”, pág. 145.

XIII “E por uma e outra razão me não é possível ordenara agora outra cousa, contra o que tenho resoluta, e mandado principalmente quando Domingos Jorge Velho veio chamado do Governo de Pernambuco para a empresa dos Palmares, que ele deixou por obedecer a ordem que deste Governo lhe foi. E seria cousa mui injusta, que havendo ele vindo por terra com tanto trabalho, e tendo depois o da assistência daquelas fronteiras, se lhe tirasse agora, com menor credito seu, a ocasião para que veio buscá-lo e a utilidade que o trouxe”. Carta do Governador Geral para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida, em 28 de julho de 1690. Documentos históricos, vol. X; pág. 400.

XIV “tenho por sem duvida que os dois Mestres de Campo se ajustarão um em acabar a guerra no Jaguaribe; e outro a conquista dos paulistas (Palmares) para a qual veio destinado de São Paulo por contrato com o Capitão-mor de sua gente”. Carta do Governador Antônio Luiz Gonçalves de Câmara Coutinho para o Capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, em 2 de abril de 1681. Documentos históricos, vol. X, pág.408

XV “... o que considerando ele Governador ser o capitulado feito em nome de V. Majestade e ter-se abalado o dito Mestre de campo com um número considerável de Paulistas e índios, tantas léguas de distância como são as que havia de São Paulo a Pernambuco”, etc. Consulta do Conselho Ultramarino em 7 de fevereiro de 1693. Reporta-se a uma carta de Governador de Pernambuco de 5 de setembro de 1692 Manuscrito na Biblioteca Nacional. (Ennes, A Guerra dos Palmares, 242).

ANEXO 08

Sesmaria de 1716

Não tendo-se naquele ano de 1705 expedido ao tal mestre de campo o competente título da exarada sesmaria de seis léguas de terra em quadra, que na mor parte dela já estava empossado, com seu arraial povoado de soldados e índios, com igreja, prédios e culturas, que o elevou a vila denominada Atalaia, levantando nela pelourinho, denominando-se senhor e donatário, sua mulher. D. Jerônima Cardim de Fróis o requereu em 6 de maio de 1716, ao então governador Capitão geral D. Lourenço de Almeida, que em observância à carta régia de 14 de junho de 1703, registrada no Livro 10, na ordem do catálogo, à folha 133, lhe mandou passar a respectiva carta de sesmaria, registrada na dita folha 121 e na secretaria do governo de Pernambuco à tesouraria da fazenda no livro 1º, folha 68, sendo as tais seis léguas de terra em quadra concedidas nas cabeceiras das terras de Diogo Soares no tabuleiro da Lagoa do Sul, regado dos rios nas nascentes do rio Puturig ou dos Camarões até onde se mete nos rios de Parnaíba Grande, Pequena, Satuba e Mandaú, fazendo frente ao longo daquele tabuleiro, ou campina, onde chamam Borda da Mata, correndo aos rumos de noroeste e sudeste, que são os rumos que correm à praia deste continente, tendo ditas seis léguas de terra principio onde se acabam 2.400 braças craveiras de dez palmos craveiros cada braça; e da Cruz que chamam das Almas para o sudeste, e no fim delas ao longo da dita campina, atravessando pelos ditos rumos três léguas ao sudeste e três ao noroeste e no extremo de umas e

outras pelo travessão do sertão, pelo noroeste, as outras seis léguas de terras a uma e outra banda do dito rio Puturig ou dos Camarões e as outras três léguas da sua barra para aquele rio da Paraíba abaixo, na mesma largura de cá, até que pelo dito rio Paraíba abaixo toquem com terras despovoadas. Nesta mesma terra, nas denominadas campinas de Guarapuava, mandou El-Rei, por carta régia de um de abril de 1809 e 17 de junho do mesmo ano, fundara a primeira missão dos índios tapuias, com o nome de povoação de Atalaia”.

(O documento prossegue dando limites doutras sesmarias concedidas a outros sesmeiros. Vide João Pinheiro. Obra cit. 21 a 22 Barbosa Lima Sobrinho. O Devassamento 184 a 185) - in Pe. Cláudio - As Aventuras de uma Sesmaria)

ANEXO 09

Rol das fazendas e dos moradores do Piauí - Ano de 1697

Relatório do Padre Miguel de Carvalho ao Bispo de Pernambuco D. Francisco de Lima (in Descrição do sertão do Piauí).

VI - O principal riacho desta povoação é o Canindé que corre do nascente para o poente até se meter no rio da Parnaíba, que atravessado sul para o norte. No tempo das chuvas corre dos matos com grande enchente que, passada fica seco e cortado em poços, à beira dos quais estão situadas as fazendas de gados seguintes:

01 - A primeira fazenda se acha na cabeceira do Canindé, se chama a Cachoeira; nela moram Henrique Valente e Antônio Lopes; desta à debaixo se acham 5 léguas.

02 - A segunda se chama o Buqueirão; está nela Manuel Alves com 3 negros; dista da que se segue 3 léguas.

03 - A terceira se chama os Poções-de-São-Miguel; está nela o Capitão Antônio Nunes; dista da que se segue 3 léguas.

04 - A quarta se chama o Campo-Grande; está nela Antônio Bento com um negro; dista da que se segue 5 léguas.

05 - A quinta se chama o Campo-Largo; estão nela João Rebelo e João Ferreira das Neves, com dois negros e uma mestiça casada com um dos negros, dista da que se segue 2 léguas

6 - A sexta se chama a Torre; está nela Manuel Pereira com um negro, dista da que se segue 4 léguas.

07 - A sétima se chama a Ilha; estão nela Cribones Caldeira e Custódio Afonso; dista da que se segue 2 léguas.

08 - A oitava se chama a Graciosa; está nela Francisco de Quadros; dista da que se segue 4 léguas.

09 - A nona se chama a Várzea-Branca; está nela Barnabé de Araújo com um negro e uma tapuia; dista da seguinte 3 léguas.

10 - A décima se chama a Passagem e está nela João Carneiro da Fonseca com 2 negros; dista da que se segue duas léguas.

11 - A undécima se chama a Boa-Vista; está nela Gonçalo Nunes Teixeira com 2 negros; dista da seguinte 2 léguas.

12 - A duodécima se chama a Aldeia; está nela Julião Gomes com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

13 - A décima terceira se chama o Porto-Alegre; estão nela Francisco Cardoso da Rosa e Antônio de Sousa Branco com um tapuia; dista da seguinte 3 léguas.

14 - A décima quarta se chama o Tatu; está nela Salvador Carneiro com 2 negros e dista da seguinte 2 léguas.

15 - A décima quinta se chama a Gameleira; está nela Antônio Antunes com 2 negros e dista da que se lhe segue 2 léguas.

16 - A décima sexta, o Retiro; está nela Antônio Fernandes com um negro; dista da que se lhe segue 2 léguas.

17 - A décima sétima se chama a Barra; estão nela André Barbosa Correia e Rafael Barbosa com 2 negros e dista da seguinte 2 léguas.

18 - A décima oitava se chama os Craibas; está nela Antônio da Cunha Souto Maior com 4 negros; dista da que se segue 2 léguas.

19 - A décima nona se chama a Lagoa-da-Sussuapara; está nela Constantino Ferreira e Faria com 2 negros e dista da que se segue 8 léguas

20 - A vigésima se chama Santa Rosa que está já no rio Parnaíba, adonde faz barra o Canindé que não tem mais fazendas que as sobreditas, e nesta, que é a última da Parnaíba, está João Ferreira de Barros com 2 negros. Povoo há dois anos. Para baixo não há mais fazendas; pelo Parnaíba acima se acham algumas que se porão em seu lugar quando se tratar das da Gurguéia.

VII - As povoações para a parte do norte, da outra banda do Canindé, são as seguintes:

O primeiro riacho que entra no Canindé, da banda do norte se chama Itaim Mirim. Corre também de nascente a poente. No tempo da seca, em que não há chuvas, fica seco e cortado em poços à beira dos quais estão situadas as fazendas de gados seguintes:

01- A primem fazenda que tem na cabeceira se chama o Jenipapo; está nela Francisco Gil dos Reis com 3 negros; dista da que se segue 2 léguas.

02 - A segunda se chama a Tabua; está nela Paulo Ferreira de Azevedo, com 2 negros; dista da que se segue uma légua.

03 - A terceira se chama a Serra; estão nela Estêvão Borges e Antônio Nunes com uma mulata e 2 negros; dista da que se segue 1 légua.

04 - A quarta se chama a Torta; estão nela o Capitão Antônio d'Antas de Azevedo, Baltazar da Gama de Azevedo e Fernando Velho da Gama com 4 negros; dista da seguinte 2 léguas.

05 - A quinta se chama a Tranqueira; está nela André da Fraga com um negro; dista da que se segue 2 léguas.

06 - A sexta chama-se a Canavieira; está nela Francisco Cardoso de Amaral com 2 negros; dista da que se lhe segue 2 léguas.

07 - A sétima se chama o Saco; está nela Gonçalo Antunes com um negro e um mulato; está junto da barra que faz o Itaim no Canindé, e é a última deste riacho.

VIII - O riacho das Guaribas corre do norte para o sul e entra no Itaim.

01 - A primeira fazenda na cabeceira deste riacho se chama o Buraco; está nela Antônio da Silva com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas.

02 - A segunda se chama as Pedras; está nela Sebastião Pereira com um negro; dista da que se lhe segue 3 léguas.

03 - A terceira se chama a Sussuapara; está nela Manuel Travassos Borges com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas.

04 - A quarta se chama Sambambaia; está nela Aleixo de Barros Galvão com um índio, e o senhor da fazenda é o Alferes Francisco Bezerra Correia, com 3 tapuias; dista da que se segue 2 léguas.

05 - A quinta se chama o Buqueirão; está nela João de Sousa com 2 negros e o senhor da fazenda o Capitão Alexandre Rebelo de Sepúlveda, com uma cabocla; dista da que se segue 2 léguas.

06 - A sexta chama-se o Tucano; está nela Antônio Barbosa Bezerra com um negro e uma tapuia; está na barra e é a última deste riacho.

IXa - Riachinho do Frade. Corre do norte para o sul. Entra no Itaim Mirim.

01 - Tem este riachinho uma só fazenda chamada o Frade, por estar nela uma pedra que, vista de longe parece com um frade; está nela Braz Teixeira com um negro e um columim.

IXb - Riachinho da serra Talhada. Corre do norte a sul, entra no Canindé.

01 - Tem uma só fazenda, chama-se a Talhada; está nela Belchior Gonçalves com um negro.

IXc - Riachinho Corrente. Corre de norte a sul, entra no Canindé.

01 - Tem uma só fazenda chamada o Corrente; estão nela o seu dono, o Alferes Cristóvão Álvares da Palma e Manuel Rodrigues com 3 negros.

I Xd - Riachinho do Mocambo que corre de norte a sul. Entra no Canindé.

01 - Tem uma só fazenda, chama-se o Mocambo; está nela Domingos Jorge de Carvalho com um negro e uma tapuia.

Todos estes riachinhos ficam pelas vertentes do Canindé, pouco distantes uns dos outros, e perto da nova Matriz que está fundada na altura deles, em um riacho, da parte do sul, se mete no Canindé, como em seu lugar se verá.

Nas cabeceiras destes riachos correm umas serras, de nascente a poente e por trás delas se acham os Rios que se seguem com diversas vertentes.

X - O Itaim Açu corre do nascente ao poente, entra no Parnaíba corre todo o ano.

01- A primeira fazenda de sua cabeceira se chama a Onça; está nela Manuel de Araújo Velho com um negro; dista da seguinte duas léguas.

02 - A segunda se chama a Anta; está nela Manuel Gonçalves Palha com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

03 - A terceira se chama o Boqueirão; estão nela Paulo Afonso do Monte com 3 negros e Miguel de Abreu de Sepúlveda com 3 negros e 4 índias; dista da que se lhe segue 2 léguas.

04 - A quarta se chama o Juazeiro; nela está Manuel Lobo Barreto com um negro; dista da que se lhe segue 2 léguas.

05 - A quinta se chama a Sambaíba; está nela Lucas Vasques Barbosa com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

06 - A sexta se chama o Poti; está nela Antônio Gonçalves com 4 negros; dista da que se segue 3 léguas.

07 - A sétima se chama São-Lázaro; está nela José Ribeiro de Castor com 2 tapuias; dista da que se segue 3 léguas.

08 - A oitava se chama São-Pedro; está nela Domingos de Carvalho com 2 tapuias; dista da que se lhe segue 3 léguas.

09 - A nona se chama São-Cosme; está nela Manuel Ribeiro com um tapuia, e é a última deste rio.

XI - Riacho do Cais que corre do sul para o norte. Entra no Itaim Açu.

01 - A primeira fazenda da cabeceira se chama Dor-de-Barriga, está nela Gaspar Fernandes Salgado, com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

02 - A segunda e última se chama o Bigode; está nela Francisco Mendes da Costa com um negro.

XII - Riacho Cabeça-do-Tapuia. Corre do sul para o norte e entra no Cais.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama a Cabeça-do-Tapuia, está nela Inácio Barbosa da Gama, com um negro e um tapuia; dista da que se lhe segue 2 léguas.

02 - A segunda, chama-se o Olho-D'água, está nela João Barbosa, com negro e uma tapuia; dista da que se segue 2 léguas.

03 - A terceira e última que está na barra se chama o Sítio-da-Cruz, estão nela Afonso Barbosa e Cristóvão Barbosa Pereira com 3 negros

XIII - Riacho Canabrava. Corre do sul para o norte. Entra no Itaim Açu.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama a Canabrava, está nela Egas Muniz de Seija (Sousa?) Barreto, com 3 negros e 2 negras; dista da que se segue 3 léguas.

02 - A segunda e última que está na barra se chama as Iningas; está nela João Lobo com 2 negros.

XV - Riacho São Nicolau. Corre do sul para o norte. Entra no Rio São Bitór (Sambito).

01 - A primeira fazenda da sua cabeceira se chama o Sítio-do-Mendes; está nela João de Versa com 2 negros; dista da que se segue 3 léguas.

02 - A segunda se chama São-Nicolau, está nela Salvador João, com 2 negros; dista da que se segue 10 léguas.

03 - A terceira, chama-se Sítio-das-Pedras, está nela Miguel Gomes com 2 negros e dista da que se segue 2 léguas.

04 - A quarta e última, que está na barra se chama Santo Antônio; está nela Domingos Antunes com 2 columins e uma tapuia.

XVa - Riacho Vitória. Corre do norte ao sul e entra no São Nicolau.

01 - Tem uma só fazenda chamada a Vitória; está nela Antônio Álvares com 2 negros.

XVb - Riacho Negro. Corre do sul para o norte; entra em São Nicolau.

01 - Tem uma só fazenda, chama-se a Serra-Negra; está nela Rodrigo da Costa com 2 negros.

XVI - Rio São Vitor. Corre todo o ano do sul para o norte e entra no Itaim Açú.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama São-Vitor; está nela João Pinto com 2 negros; dista da que se segue 4 léguas.

02 - A segunda se chama São-Mateus, estão nela José Nunes Ferreira e Manuel do Vale, com 4 negros; dista da seguinte 3 léguas.

observação 03 - A terceira se chama o Belo-Jardim-de-Santa-Cruz; está nela Domingos de Aguiar com sua mulher Mariana Cabral, e é o único homem branco que é casado nesta Freguesia; está com ele Domingos da Silva. Tem 4 índios. Dista da seguinte 3 léguas.

04 - A quarta e última deste riacho se chama a Tapera; estão nela Simão da Costa e Manuel Simões com 2 negros.

XVII - Riacho Santa Catarina. Corre do sul ao norte, entra em SãoVitor. Tem as duas fazendas seguintes:

01 - A primeira se chama São-Francisco-Xavier; estão nela Francisco da Cunha e Antônio de Paiva com 4 índios; dista da que se segue 3 léguas.

02 - A segunda e última, que está na barra, chama-se o Sítio-da-Catarina está nela Antônio Gomes com 3 negros, é o dono da fazenda André Gomes da Costa, com uma tapuia.

Entre estas duas fazendas estão uns olhos d'água a que vulgarmente chamam Brejos, em os quais está situado o Capitão Mor dos Paulistas, Francisco Dias da Siqueira, com um Arraial de tapuias, com os quais faz entrada ao gentio bravo e lhe tem o encontro para que não ofendam a povoação. Tem algumas plantas de farinhas, arroz, milho, feijões e frutas, como são bananas, batatas, que tudo se dá com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra e a incúria dos moradores que, por sua preguiça, não têm frutos de que vivam.

XVIII - Segue-se o riacho de São Vicente. Corre do sul para o norte. Entra em São Vitor.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama o Gado-Bravo; está nela Francisco Meireles com um negro; dista da que se segue 4 léguas.

02 - A segunda se chama São- Vicente, está nela Manuel Álvares Quaresma, com 4 negros; dista da que se segue 3 léguas.

03 - A terceira se chama Santo-Antônio, está nela Gonçalo Carneiro e Gaspar da Cruz com 2 negros; dista da que se segue 3 léguas.

04 - A quarta se chama o Alegrete; está nela Manuel da Rocha com 2 negros. É a última deste riacho, pegado a sua barra.

XIX - Riacho Berlengas. Corre do sul para o norte. Entra no Itaim Açú.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama as Craíbas; está nela Luis da Silva com 3 negros; dista da que se segue 2 léguas.

02 - A segunda se chama as Berlengas, está nela Dionísio Dias Pereira com um negro; dista da que se segue 5 léguas.

03 - A terceira se chama São-João-das-Flores, está nela Baltazar Machado com um índio e uma índia e é a última deste riacho.

XIXa - Riachinho Santo Antônio. Corre do norte a sul. Entra no Itaim

01 - Tem este riachinho uma só fazenda, chamada Santo-Antônio; Está nela João Rodrigues com um negro.

A terra dos Alongazes está por detrás destes riachos, correndo para a serra do Guapava, para a qual fugiram os tapuias chamados também Alongaz que nela moravam, e, de presente, a tem os brancos povoada com algumas fazendas de gados, situadas à beira de riachos que têm suas vertentes para o norte, e são os seguintes:

XX - Riacho Maratamhaim. Corre do sul para o norte; entra no Parnaíba junto da barra

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama o Jenipapo; está nela Miguel Pinheiro de Carvalho com 2 negros; dista da que se segue 4 léguas.

02 - A segunda se chama a Caraiba. Está nela Damaso Pinheiro com um negro; dista da que se segue 2 léguas.

03 - A terceira se chama o Estreito, está nela Simão da Costa; distada seguinte 3 léguas.

04 - A quarta se chama a Bôa-Ceia; está nela Antônio Luis com um negro, e é a última deste riacho.

XXI - Riacho das Cobras. Corre do sul para o norte. Entra no Maratamhaim.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama o Sítio-da-Cobra; estão nela 2 negros sem branco; dista da que se segue 3 léguas.

02 - A segunda e última deste riacho se chama a fazenda da Barra; está nela Manuel Antunes Trigo com um negro.

XXIa - Riacho a Bitorocara. Corre de nascente a poente. Entra no Maratamhaim.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama a Serra; está nela Pedro Alves Pereira com um índio; dista da que se segue 2 léguas.

02 - A segunda se chama a Bitorocara. Está nela o Capitão Bernardo de Carvalho com 4 negros; dista da que se segue 2 léguas.

03 A terceira e última deste riacho se chama o Jatobá, está nela o Alferes Lourenço de Sousa Meireles, com um negro.

Muitos mais sítios se têm descoberto nesta terra dos Alongazes para se lhes meterem gados, o que brevemente se fará, porque andam os moradores a competência, qual tomará primeiro posse deles e, presente, levaram alguns gados os Padres da Companhia que vivem na Serra da Guapava. Dizem que com intenção de povoarem estas terras na volta que fizeram da Missão que vieram fazer nesta povoação, em o mês de janeiro, próximo passado. Povoando-se em tanta quantidade como dizem, aumentará muito esta nova Freguesia.

XXII - As povoações da banda do sul do Canindé para o Rio de São Francisco, vertentes para o mesmo Canindé, são as seguintes:

XXIIa - Riachinho do Buriti - Corre do sul para o norte. Entra no Canindé.

1º - Este riachinho é o primeiro que da parte do sul entra no Canindé, junto de sua cabeceira. Tem uma só fazenda de Éguas; está nela um negro escravo do Capitão Domingos Afonso Sertão, senhor da fazenda. Este negro se chama Francisco; é casado com uma índia, de quem tem 5 filhos. É negro de conta e sem branco a dá conta da fazenda a seu senhor.

XXIII - Riacho da Tranqueira. Corre do nascente ao poente até entrar no Canindé.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama o Saco; está nela Domingos Afonso, preto casado com uma mestiça; tem um negro; dista da que se segue 1 légua.

02 - A segunda se chama a Lagoa-Grande; estão nela Antônio dos Santos e Luis Rodrigues Viana, com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas.

03 - A terceira se chama a Tranqueira; estão nela Antônio Soares Touguia e Domingos Afonso Serra com 2 negros e uma negra; dista da seguinte 3 léguas.

04 - A quarta se chama a Sussuapara; está nela o Capitão André Dias da Costa, com 2 negros; dista da que se segue 3 léguas.

05 - A quinta e última está na barra, chama-se as Salinas; está nela Inácio Gomes com 4 negros, é o dono da fazenda o Alferes Silvestre da Costa Gomes de Abreu, com uma negra e uma índia.

Entre este riacho e o riachinho do Buriti se acha o Brejo da Mocha, adonde está fundada a nova Igreja de nossa Senhora da Vitória. Tem um olho d'água que corre todo o ano em distância de uma légua, até se meter no Canindé. No meio dele está a Igreja em um lugar vistoso, com boa terra para plantar, distante da fazenda mais chegada uma légua.

XXIV - Riacho Piauí - Corre do sul para o norte. Entra no Canindé. Foi o primeiro povoado de todo este sertão, no ano de 1682, em que se descobriu e dele tomou o nome.

01- A primeira fazenda de sua cabeceira se chama as Almas-Santas; está nela Silvestre Gomes, casado com uma índia. Tem 2 filhos e um índio; dista da que se segue 13 léguas.

02 - A segunda se chama o Taboleiro-Alto; está nela Manoel dos Santos com 2 negros; dista da que se lhe segue 5 léguas.

03 - Entre estas duas fazendas acima, aparta-se o caminho velho que vai para o rio de São Francisco, do riacho do Piauí, e caminha por outro chamado Inhinha, o qual corre do sul ao norte e se mete no Piauí. Tem em si uma fazenda chamada o Curral-do-Campo na qual está Manuel da Costa com um negro e uma negra. Esta fazenda dista do Taboleiro-Alto 10 léguas.

04 - A quarta se chama a Fazenda-Grande; está nela Antônio Gomes Pereira com um negro e uma índia; dista da que se segue 5 léguas.

05 - A esta fazenda sai o riachinho do Buqueirão e nela se mete no Piauí. Corre do poente para o nascente. Tem em si uma fazenda chamada o Sítio-das-Pimentas; está nela o Alferes João da Rua Siqueira com um negro e um índio. Dista da Fazenda Grande 3 léguas.

06 - A sexta se chama os Espinhos; está nela João Francisco de Oliveira com 2 negros; dista da que se segue 3 léguas

07 - A sétima se chama as Salinas; está nela João Vaz com 2 negros dista da que se segue 6 léguas.

08 - A oitava se chama a Cachoeira; está nela André Leitão de Abreu com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

09 - A nona se chama as Gameleiras; está nela Francisco Machado Guimarães, com 2 negros e uma índia; dista da que se segue 4 léguas.

10 - A décima se chama a Serra; estão nela Lourenço da Costa Veloso e Manuel de Azevedo com 2 negros e um mestiço; dista da que se segue 4 léguas

11 - A undécima se chama o Riacho; está nela José Freire de Andrade com 2 negros; dista da que se segue uma légua.

12 - A duodécima se chama o Sobrado; está nela Manuel Pinto com 2 negros; dista da que se lhe segue uma légua.

13 - A décima terceira se chama Lagoa-do-Jacaré; está nela Cristóvão de Brito Sampaio com 3 negros e uma negra; dista da seguinte 2 léguas.

14 - A décima quarta se chama os Espinheiros; está nela Francisco da Cunha com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas.

15 - A décima quinta se chama a Lagoa-das-Itaris; está nela Manuel da Silva Soares com 2 negros e 3 índias; dista da seguinte 3 léguas.

16 - A décima sexta se chama o Sítio-de-Baixo; está nela Francisco Muniz com um negro; dista da que se segue 2 léguas.

17 - A décima sétima se chama a Sussuapara; está nela Manuel de Araújo Costa com um negro e uma negra; dista da seguinte 2 léguas.

18 - A décima oitava se chama os Algodões; estão nela Sebastião Cardoso de Araújo e Alexandre Ferreira, com 2 negros e um índio; dista da seguinte 2 léguas.

19 - A décima nona, chama-se os Catarenz; estão nela Manuel Pin de Carvalho e Antônio Rodrigues Calvo com 2 negros; dista, seguinte 4 léguas.

20 - A vigésima chama-se Tapera; está nela Francisco Varela com 2 negros. Esta é a última fazenda do riacho do Piauí, que está perto da barra que ele faz no Canindé.

Junto da barra do Piauí estão uns olhos d'água onde está situada a fazenda chamada o Pobre; está nela Pedro Alves de Oliveira com um negro e um índio.

XXV - Riacho Moicatá - Corre do sul para o norte. Entra no Piauí;

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama os Angicos; está nela Miguel Muniz com um negro e um índio; dista da que se segue 4 léguas.

02 - A segunda se chama Moicotá; está nela Manuel Leitão Arnos com 4 índios, dois negros e 4 índias e um mulato. Está também nesta fazenda morador, seu dono o Capitão José Garcia Paz, dista da que se segue 4 léguas.

03 - A terceira se chama a Lagoa-do-Jacaré; está nela Antônio Afonso com um negro; dista da barra uma légua e é a última deste riacho.

XXVa - Perto deste riacho está um olho d'água que tem uma fazenda chamada a Boa-Vista; está nela Luís Montinho com um negro e um índio.

XXVI - Riacho da Itaueira- Corre do sul para o norte. Entra em outro riacho chamado as Guaribas.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama Maravilha; estão nela Gonçalves de Almeida e Francisco de Almeida com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas.

02 - A segunda se chama a Batalha; está nela Manuel Barbosa com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

03 - A terceira se chama o Jacaré; está nela Manuel Muniz com 2 negros; dista da que se segue 4 léguas.

04 - A quarta se chama o Sítio-das-Flores; está nela Domingos Barbosa com 2 índios e é a última de sua barra, à qual faz perto da cabeceira do riacho que se segue.

XXVII - Riacho das Guaribas - Corre do nascente ao poente. Entra no Parnaíba.

01 - A primeira fazenda de sua cabeceira se chama as Guaribas; está nela Manuel Dias Braga com um negro; dista da seguinte 3 léguas.

02 - A segunda se chama o Pico; está nela Domingos Gonçalves com 2 negros; dista da que se segue 4 léguas.

03 - A terceira e última perto da barra se chama o Mato; está nela Francisco de Barros com um negro.

XXVIII - Perto das cabeceiras deste riacho estão umas lagoas muito grandes, à beira das quais estão as fazendas seguintes;

01 - A primeira se chama o Rio-Grande; está nela Francisco Fernandes de Lima com 3 negros; distada que se segue 7 léguas.

02 - A segunda se chama as Salinas; está nela Manuel Pereira com 2 negros. É a última destas lagoas e por elas se segue caminho para Agorogula (Gurguéia?).

Entre estas fazendas se acham 7 ou 8 lagoas grandes de que se tira sal quase semelhante ao do reino e sua água é mais salgada que a do mar porque, metendo-se na boca a deixa em feridas de carne viva. Acha-se nelas o sal em pastas, como tijolos, e entre eles se acham outras de água doce, à beira das quais estão as fazendas

XXIX - Rio Gurguéia. É caudaloso e sempre corrente. Caminha do sul para o norte. Acha-se nele variedade de peixe do mar, como arraias e outros peixes que comem gente, chamadas piranhas, em grande quantidade.

01 - A primeira fazenda que nele está situada se chama a Serra Vermelha; estão nela João Félix e Manuel Lopes com um negro; dista da que segue 3 léguas.

02 - A segunda se chama o Estreito; está nela Manoel da Costa Fajardo com um negro; dista da que se segue 2 léguas.

03 - A terceira se chama os Borotis; está nela Francisco Antunes com um negro; dista da que se segue 2 léguas.

04 - A quarta chama-se as Barreiras; está nela Gregório de Barro que tem pendenciado valorosamente com os tapuias Precatiz, muitas vezes chegando 3 abraços com eles tem um negro e dista da fazenda que se segue 2 léguas.

05 - A quinta, chama-se o Castelo; está nela Antônio da Silva com um negro; dista da que se segue 3 léguas.

06 - A sexta se chama o Sítio-das-Manganas; está nela Álvaro Velho com um negro; dista da seguinte 20 léguas de rochas e matos.

07 - A sétima se chama o Sítio-Real; está na barra que faz o Gurguéia na Parnaíba; está nela Miguel Ribeiro com um negro.

ANEXO 10

DENÚNCIAS CONTRA DOMINGOS AFONSO SERTÃO

Gor. e Capm. Gal. do Estado do Brasil. Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar.

Fuy informado que Domingos Affonso Certão por ser pessoa poderosa pelas muytas terras que tem nesta Capitania há feyto acções escandalosas e delictos, sem que pelas justiças seja castigado, e como convém a boa administração da justiça que as leis igualmente se pratiquem com todos, procurareis informar-vos do que na

verdade há nesta matéria e quando assim seja mandareis proceder contra ele como for justiça e me dareis conta do que vos constou e do que obrares para eu o ficar entendendo.

Escrita em Lisboa a 19 de Janeiro de 1699. -**Rey.**

VIOLÊNCIAS PRATICADAS

Dom João de Lencastro. Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar.

Mandando ver o que aqui me representou o Padre Manoel de Carvalho em razão do que tendo fundando duas igrejas uma no Rio Grande do Sul, e a outra no sertão do Piauí muito necessárias para o bem das Almas concignando-lhe os mesmos moradores terras, em que se podessem criar e cultivar os fructos e creaçoens precisamente necessárias para se sustentarem os Parochos, se opuzerão os senhores das mesmas terras com tão desordenada paixão que não só lhe impediram o uso de tais terras, mas também as casas de sua vivenda, com tal excesso que hum Domingos Afonso Certão morador nessa Cidade em o mês de Agosto do corrente anno mandara derrubar as do Cura do Piauí, e outras circunvizinhas que o fundador fizera para cômodo dos freguezes, quando fôssem a Igreja e que com effeito as derrubara seu sobrinho Domingos Afonso Serra junto com os procuradores e escravos e Indios de sua facção descompondo ao Cura, em tal forma que desemparrando a Igreja fugiram para o Rio de S. Francisco, onde o dito fundador o fizera tornar com cartas e ordens aos moradores para que o defendessem e ajudassem a reformar as casas e Igreja com mayor grandeza; e porque este cazo se faz digno de hu exemplar castigo e será de mui perniciosas consequências o não se atalharem semelhantes ouzadias nos senhores destas terras seguindo-se da sua desordem que fiquem aquellas almas que vivem afastadas das povoações, em tão grande distancia sem o pastor espiritual.

Me pareceu ordenar-vos mandeis ao Ouvidor geral de Sergipe d'El Rey Diogo Pacheco Carvalho que se acha dezocupado, por ter acabado de servir o seu lugar au outro Ministro em que entenderéis poderá fazer melhor esta deligencia informe deste caso, e que achando ser verdade o que dele se refere proceda a devassa e faça logo por prender os culpados e que achando ser verdade o que acharem, e do que resultar da tal devassa tomará conhecimento na Rellação desse Estado pelos Ministros nomeados, e se procederá contra os culpados como fôr justiça, e do procedimento que contra eles se tiver me dareis conta ou senão... ..pela qual se houvesse de proceder; e quanto a Igreja e casas do Cura sempre e em todo o acontecimento as deve haver reedificadas a custa dos ditos culpados se constar que a tiveram, além das mais penas que merecerem, por direyto mandando-se concertar ou fazer de novo no sitio que fôr mais acomodado, e próprio para se tratar do bem das Almas desta Freguezia signalando-se ao Cura os passais e logradouro que lhe forem necessários para a sua assistência sem embargo de quaisquer obrigações ou razões das partes; e vos hey por encarregado especialmente do cuidado e promptidão desta diligencia.

Escrita em Lisboa a 13 de Janeiro de 1699. - **Rey.** Conde de Alvor.

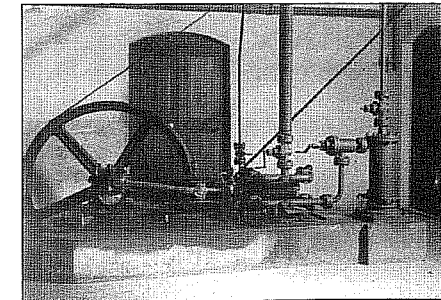
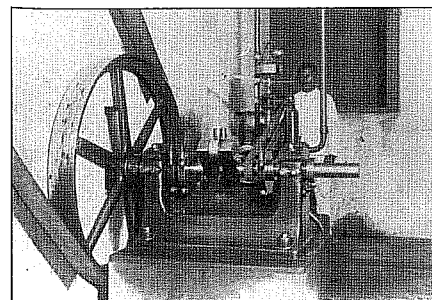
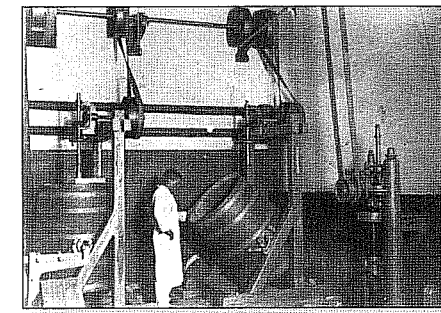
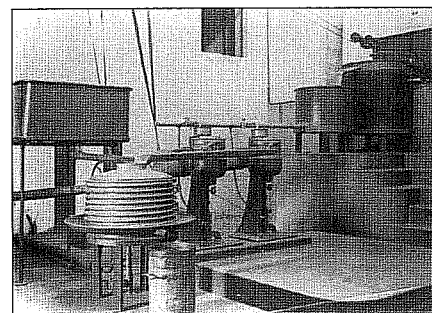
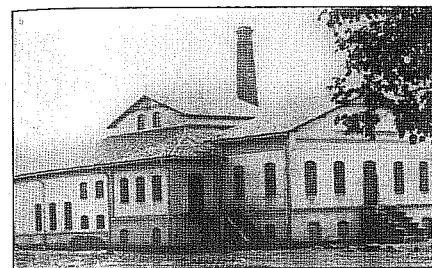
Para o Governador Geral do Estado do Brasil.

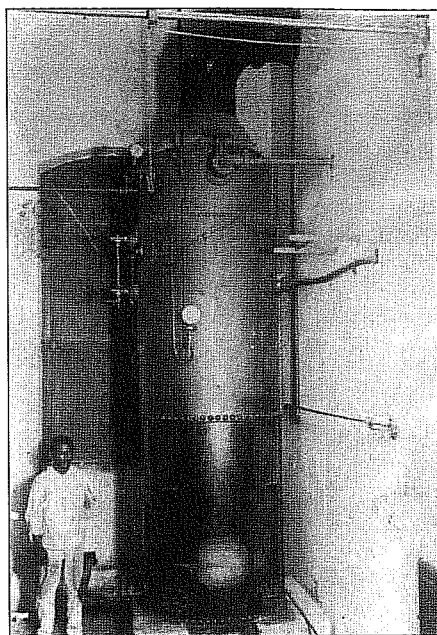
ANEXO 11

Construída em 9 de abril de 1897, pelo engenheiro Antônio José de Sampaio, a Fábrica de Laticínios do Piauí, foi uma das primeiras indústrias modernas do Brasil especializada na fabricação e comercialização dos derivados do leite.

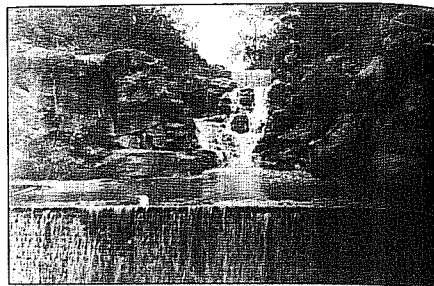
Arrendatário das Fazendas Nacionais, engenheiro Sampaio instalou sua fábrica no então município de Oeiras, hoje cidade de Campinas do Piauí. O maquinário, adquirido na Suíça, permitia uma linha de produção altamente mecanizada, um modelo avançado para a época.

Fotos: Museu Ozildo Albano





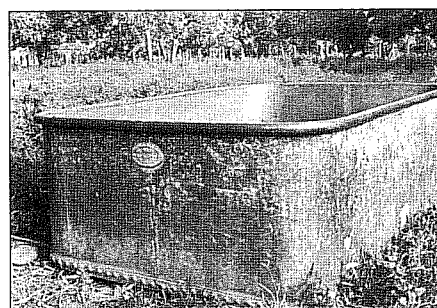
Caldeiras



Barragem para abastecimento da Fábrica



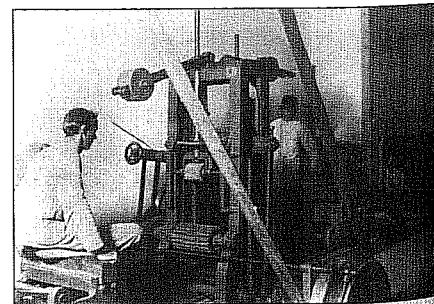
Equipamentos suíço



Fábrica de embalagens metálicas



Manteiga embalada



ANEXO 12

LITORAL PAIUIENSE - QUESTIONAMENTO QUE SE IMPÕE

O veemente protesto do Visconde da Parnaíba, então governador da Província do Piauí, em carta dirigida à sua Majestade Imperial, deixa bem claro que o nosso litoral limitava-se com o Ceará na barra do rio Timonha.

A troca desse legítimo terreno do Piauí, (que vai da barra do Igarauçu à barra do Timonha) ocorrida em 1880, quando cedemos o nosso importante município de Príncipe Imperial para reavê-lo do Ceará, nos leva a crer, que nossos diplomatas foram tímidos nas negociações.

O escritor Pereira da Costa, em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" (1909), aborda o assunto com muita propriedade e clareza, quando apresenta documentação relativa às Cartas Régias (C. R.) de 1697, e analisa o Decreto de 1880.

Ano- 1697

"Janeiro 8 - C. R. dirigida ao governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, mandando fundar um hospício no Ceará para assistência dos padres jesuítas, incumbidos das missões dos índios, para cuja renda foram dadas as necessárias providências; e "porque convém que se situem os índio junto à costa que dista do Ceará ao Maranhão duzentas léguas, se lhes dêem de sesmaria as terras que ficam desde a barra do rio Aracatimirim até a barra de Timonha, cortando desde as barras dos ditos rios a rumo direito para a serra de Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanharem da serra até entestar com os campos gerais, que lhe ficam da outra. parte".

"Na mesma data escreveu também o rei uma carta ao governador do Estado do Maranhão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, comunicando-lhe a resolução constante da carta acima citada, e determinando que "concorresse ele com todo o favor e ajuda para que se não inquietasse o gentio aldeado, nem os sítios de que se fizesse escolha para a sua habitação, e lhe mandasse dar de sesmaria todas as terras que lhe fossem necessárias no distrito da sua jurisdição, segundo solicitasse o padre Ascenso Gago, diretor das missões dos jesuítas naqueles distritos, fazendo que de nenhuma maneira se alterasse a sua posse, e não lha tirassem os brancos, de quem muito receavam os índios".

"Nesta carta, bem como na antecedente, vêm firmados os limites da sesmaria em questão, isto é, - **desde a barra do rio Aracatimirim até a barra do rio Timonha** - o que importa a fixação precisa do território do Ceará, no extremo norte, com o Estado do Piauí."

"De ambos os documentos citados, vê-se claramente que os limites do Piauí com o Ceará, pelo litoral, nessa época, eram pelo rio Timonha acima, em direção a serra da Ibiapaba, em cujas fraldas nasce aquele rio; e que o território da Amarração, portanto, pertencia ao Piauí, cujo prolongamento constituem esses campos gerais, que ficavam da outra parte da serra da Ibiapaba, na própria fraseologia dos régios documentos citados."

"Consoantemente com esses documentos, figura ainda o rio Timonha como limite traçado entre o Ceará e o Piauí em todo o seu curso, **na Carta geográfica da capitania do Piauí e das extremas das suas limítrofes**, levantada em 1761 pelo capitão de engenheiros Henriques Antônio Galúcio (...)"

"Estas considerações se referem à espoliação de que foi vítima o Piauí da não pequena zona que se estende entre toda a margem esquerda do rio Timonha, até chegar ao Igarçu, e que constitui o termo da vila da Amarração, para depois, anos decorridos, reavê-la, mas, em troca de um vasto e riquíssimo território, que constituía uma de suas mais importantes comarcas, a do Príncipe Imperial, com o ubérrimo termo da vila da Independência, como oportunamente teremos de tratar."

Ano -1880

Outubro 22. - Decreto nº 3.012 alterando a linha divisória dos Estados do Ceará e Piauí

"Art. 1º - É anexado à província do Ceará o território da comarca de Príncipe Imperial, da província do Piauí, servindo de linha divisória das duas províncias a Grande, ou a Ibiapaba, sem outra interrupção além do rio Poti, no ponto Boqueirão, e pertencendo à província do Piauí todas as vertentes ocidentais da mesma serra, nesta parte, e à do Ceará as orientais.

Art. 2º - Fica pertencendo à província do Piauí a freguesia de Amarração com os limites que estabeleceu a lei provincial do Ceará nº 1.360, de 5 de novembro de 1870, a saber: da barra do rio Timonha, rio de São João da Praia acima, até a barra do riacho, que segue para Santa Rosa, e daí em rumo direito à serra de Santa Rita, até o pico da serra Cocal, termo do Piauí.

Art. 3º - A linha divisória eclesiástica será idêntica à civil que fica estabelecida, sendo o governo autorizado para solicitar da Santa Sé as necessárias bulas."

"Por este decreto, afinal, readquiriu o Piauí o seu usurpado território da Amarração, mas perdendo, em compensação, um muito superior, em extensão de zona e importância agrícola e industrial, a comarca de Príncipe Imperial, com o seu município de Independência. Com essa reivindicação ficou o Piauí com um litoral de 16 léguas, pouco mais ou menos, pois que da foz do Timonha à barra da Amarração decorrem 11 léguas, e desta à barra das Canárias 5, que são as de extensão da Ilha Grande, que demora entre aquelas duas barras, e que até então constituíam toda a

extensão do litoral da província, uma vez que a que vai da referida barra das Canárias até à da Tutóia, incontestavelmente ainda pertencente ao Piauí, está na posse do vizinho Estado do Maranhão.

De longe vinham as reclamações do Piauí contra essa espoliação, e de cujo direito possuía os melhores e mais eloqüentes documentos (.....)!"

Em 1º de julho de 1864, o Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória em seu relatório à Assembléia Legislativa apresenta provas a justificar seu oportuno e irresignado protesto:

LIMITES

"Em 1835 a assembléia legislativa do Piauí representou á assembléia geral para que marcasse os limites da província com as suas confinantes, sem dívida informada das controvérsias que de logos anos pendiam à cerca de tais limites e principalmente dos que tem relação com o Ceará."

"Continuando eles a ser questionado, meu antecessor, o Exm. Sr. Fernandes Moreira, no relatório que apresentou nesta casa, em novembro de 1862, teve a feliz idéia de reviver este assunto, ao qual volto agora, desenvolvendo-o de novo reclamando as providências que de vós foram então solicitadas."

"Confio, pois, que, sem perda de tempo, representeis ao corpo legislativo, para que ponha termo à semelhantes controvérsias, fixando definitivamente os indecisos limites de que trato."

"Em falta de uma carta corográfica, sou instruído por tradição, transmitida por pessoas idosas e fidedignas de que o Piauí outrora se dividia com o Ceará pela Serra Grande ou Ibiapaba e pela margem esquerda do rio Timonha, que nasce na tromba da Serra e, serpenteando para o N.O., vai desaguar no oceano, depois de um curso de poucas léguas."

"Ora, esta tradição é confirmada por mais de uma circunstância apreciável."

"Assim que, vemos que são estes limites traçados a esta província por Pereira de Alencastro, na Memoria chronologica, histórica e geographica do Piauí, (suponho que a mais fiel e desenvolvida que possuímos a tal respeito, publicada na Revista do Instituto Geographico) e por vários outros escritores, que dão a Serra de Ibiapaba como extrema oriental do Piauí, - ou atribuem a este um litoral de um certo número de léguas de extensão, que ele não poderia ter, se não abrangesse o território aquém das vertentes da mesma serra e da margem esquerda do Timonha."

"De mais, seguindo aquele autor, em referência a uma outra memória, é de crer que estes limites figuravam no mapa do Piauí, então capitania, que o governo português em 1759 mandou organizar pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio."

“É também digna de ser trazida para aqui a carta régia, (citada ainda em uma nota pelo mesmo autor) de data de 8 de janeiro de 1697, na qual, mandando a coroa de Portugal que o governador de Maranhão desse aos índios do Ceará, recomendou que essas sesmarias fossem limitadas por uma linha reta descrita da barra do Timonha, através do curso deste rio, até a extremidade da Serra Ibiapaba; dando assim a entender que já então eram esses os limites do Ceará com o Piauíhy.”

“Prevalecendo eles, esta província ficará com um litoral de 16 léguas, pouco mais ou menos; pois que fazem da foz do Timonha á barra da Amarração 11 léguas, e desta barra á das Canárias 5 léguas, que é todo o comprimento da ilha grande, a qual demora entre estas duas barras.”

“O Piauíhy não poderia prescindir desse litoral, ainda quando a ele não tivesse jus. A barra da Amarração, que já conheço, se abre em face do oceano na foz do rio Iguarassú, e dista 3 léguas da cidade da Parnahyba, na qual demorei-me alguns dias.”

“Abandonada por volta de doze anos, é agora aquela por onde entram de preferência os navios de longo curso e os de cabotagem que demandam o Piauíhy. Muitos deles, guiados por uma baliza em forma de torre, que lá foi colocada em 1860, tem chegado a atravessá-la sem prático, por mais de uma vez; o que patenteia que ela, que já foi reputada perigosa, é bastante acessível. É também a barra que mais facilita, pela sua vizinhança daquela cidade, o movimento da navegação estrangeira e de cabotagem com esta província, por consequência a que mais favorece a importação e a exportação dela. Acresce que, pela mesma razão, é a única em que a alfândega, a capitania do porto, e a polícia sanitária, - localizadas todas três na mencionada cidade, - pôde exercer a sua ação com pontualidade, imediata vigilância e fiscalização.”

“Não obstante, o Ceará, sem nenhum motivo de utilidade, obstina-se em chamar-se à posse de todo o território que se estende aquém do Timonha até a barra da Amarração e à margem direita do Iguarassu, que, em última análise, não é mais do que uma ramificação do rio Parnahyba, cuja á margem direita pertence todo ao Piauíhy.”

“Dão-se, entretanto, as seguintes anomalias, que não podem deixar de ser fonte de sérios conflitos. Os habitantes do sítio da Amarração, ribeirinho da barra do mesmo nome, são pastorados pelo vigário da freguesia da Granja; da qual dista aquele sítio 30 léguas e é dependência, segundo as pretensões do Ceará; mas esses mesmos habitantes tem sido qualificados votantes da freguesia da Parnahyba, e lá tem efetivamente votado!”

“O Ceará acaba de criar uma coletoria no sítio da Amarração; mas Parnahyba existe ha muito outra, que talvez com fundamento estende a sua competência até o dito sítio.”

“Pelo que respeita à administração da justiça surgem novos embaraços. Quando for preciso regular a jurisdição pela competência *rationali loci*, qual é a autoridade que deve funcionar, - a do Piauíhy ou a do Ceará?”

“Qual é a exceção de competência, que neste caso, deve prevalecer, a oposta aquela ou a esta?”

“Perdido o território Piauíhyense que o Ceará arroga a si, que litoral resta ao Piauíhy?”

“Apenas o das 5 léguas da Ilha Grande, a qual não oferece ancoradouro ao N. em frente ao mar, nem embarque ou desembarque na sua extremidade oriental, (que forma com o sítio da barra da Amarração essa barra), nem na sua extremidade ocidental, que domina a barra das Canárias, situado entre essa extremidade e a extremidade fronteira à ilha de igual nome. Acresce ainda que, em qualquer das duas referidas extremidades da Ilha Grande, o terreno, juncado de altos comoros movediços de areia, que sempre o invadem, é o mais impróprio possível para construção de edifícios que reclamam certos serviços da alfândega, da capitania do porto e da polícia sanitária.”

“Imaginem, Srs., como sempre ficará apoquentado o comércio desta província, como dificilmente suas rendas de exportação não tendo ela uma única barra sua própria, não tendo um único ancoradouro marítimo seu, nem um só porto seu ao pé do mar!”

“Agora, se nos quisermos remontar à origem do direito de propriedade do Ceará sobre o território a que aludo, descobriremos que ela não é plausível.”

“É ainda a tradição, com todos os visos de critério e veracidade, quem fala. Ouçamo-la.”

“O sítio da barra da Amarração fazia parte da freguesia da Piracuruca, da qual foi desmembrado juntamente com o demais território que hoje forma a freguesia da Parnahyba elevada a essa categoria por provisão Régia de 25 de setembro de 1801.”

“Antes dessa época os vigários de Piracuruca, por negligencia ou preguiça, descuidavam-se completamente, esqueciam-se da fração de seu rebanho perdido no sítio tantas vezes indicado; de sorte que os seus colegas da freguesia de Granja, transpondo os limites dela, de moto próprio, entraram a confessar os fieis daquele sítio, em épocas costumadas de desobriga.”

“Quando, ao depois, um dos vigários de Piracuruca tentou opor-se ao esbulho que de suas atribuições fazia-lhe um vigário de Granja, suscitou-se entre ambos um conflito de jurisdição, que foi sujeito á decisão dos bispos da Pernambuco e de Maranhão, e por fim a do governo português, no reinado de D. José I, nada, porém ficando decidido.”

Em face do exposto, devo supor que o poder legislativo se apressará em restabelecer os antigos limites do Piauí pelo lado do Ceará, logo que á sua presença for levada a vossa representação."

Dois outros Presidentes da Província do Piauí apresentaram relatórios com farta documentação sobre a indevida apropriação das terras por parte dos cearenses.

- Relatório apresentado à assembléia legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente, o Exo. Sr. dr. José Manuel de Freitas.

Quando em 1880 surgiu a oportunidade diplomática de permutar terras apossadas no litoral piauiense pelo progressista município de Príncipe Imperial, os cearenses aceitaram de pronto. Um bom negócio para eles. O Piauí perdera a faixa litorânea por falta da ocupação territorial.

Para melhor esclarecimento sobre o assunto, juntamos o mapa oficial do Engenheiro Antônio Galúcio, datado de 1760, confeccionado 120 anos antes da permuta com o estado do Ceará onde os limites e contornos do Piauí aparecem bem definidos, mastrando claramente a abrangência sobre a faixa litorânea, em litígio.



ANEXO 13

Paradeiro de Lívio Castelo Branco

Lívio evadiu-se duma vez, apesar de ter seguido em seu encalço uma equipe de oficiais, como o Cap. Raimundo Martins de Sousa, Maj. Irineu Gomes Correia. Ten. Antônio de Sousa Martins e Alf. José Francisco Fontes. Mais tarde, vai dar expansão a seu espírito irrequieto em outras plagas.

(...)Chegam ao Piauí notícias de que Lívio estava detido, no Ceará. Aproveita o Barão o momento para escrever ao Presidente Alencar, mostrando a conveniência de prender os que ali estavam foragidos, para o recrutamento solicitado pela Corte. E com referência a Lívio, diz: *“Este homem deve ser olhado como um monstro dilacerador das entranhas de sua Pátria”*.

(Casa Anísio Brito. Arq. Pro. L. 163. Doe. 24/7/841).

Lívio foi aleivosamente preso em Fortaleza.

(....) “Dois anos antes, quando desertara das fileiras dos balaíos, iludira a vigilância dos que o procuravam e atravessara todo o território do Piauí e Ceará, alcançando o Rio Grande do Norte. Aí foi surpreendido por um piquete de 16 soldados. Consegue, entretanto, no mesmo dia, escapar à prisão e, através dos sertões potiguaros, atinge a Paraíba e daí Pernambuco. Vinda a anistia, apresenta-se às autoridades pernambucanas, permanecendo em Recife até começo de 1841. É quando veio ao Ceará, onde foi vítima da felonía a que nos referimos. Reembarcado para Pernambuco, ao chegar em Recife, obtém liberdade.” (P. Costa. Cron. Hist. 247 a 257).

“Como vimos, pertencia Lívio a uma família importante. Era ainda abastado, inteligente e, sobretudo, patriota. Não foi um aventureiro que ingressa na luta armada por motivos subalternos. Aderiu ao movimento, em obediência a seus impulsos altruísticos. Daí, talvez, a inquietude com que aparece no cenário político daquela época. Era um idealista.”

(....) “Quando mais tarde regressa Lívio à terra natal, funda e redige vários jornais, em Oeiras, quando Capital, e, posterior—mente, em Teresina. Firma-se seu prestígio político e, por mais duma vez, é eleito deputado da Assembléia da Província.” (in Odilon Nunes - obra citada)

BIOGRAFIA ESCRITA PELO FILHO MIGUEL DE SOUSA BORGES LEAL CASTELO BRANCO, e inserta no seu Almanaque Piauiense, de 1880: (in F. A. Pereira da Costa – obra citada).

“Corriam assim os anos, quando sobreveio, em 1839, a guerra civil do Maranhão, que se denominou - revolução dos Balaíos - a qual muito afetou também os negócios e o sossego públicos do Piauí, causando incalculáveis males à vida e à fortuna particular dos seus habitantes.

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, cidadão abastado, inteligente, ativo e bastante popular, envolveu-se, infelizmente, nesse desastrado acontecimento! É que ele, sujeito a esse poder magnético e portentoso, pelo qual os povos livres e os que procuram ser se removem continuamente, ambicioso do bem comum,

que é a grandeza e felicidade da pátria, foi impellido para a revolução por essa força maravilhosa e irresistível do patriotismo, e de fato, ainda muito moço, sem experiência do mundo e falto de conhecimento dos homens; não procurando ouvir conselhos e as opiniões dos seus parentes e amigos; cioso da felicidade da terra que o viu nascer, cedeu precipitado aos impulsos veementes do coração; e seguindo somente as emoções ardentes do seu espírito, ele não refletiu, por certo, que a vida dos povos, ativa e vertiginosa como é, acha-se sujeita às alterações provenientes do entusiasmo e exaltamento das idéias.

E, com efeito, lançando mão das armas, convocando o povo, ele se achou breves dias à frente de uma numerosa força de patriotas; e sem que se houvesse, então, manifestado positiva ou diretamente, a favor de nenhum dos dois combates, dirigiu-se logo à cidade de Caxias, em dias de maio do dito ano de 1839, com o único fim de retirar dali uma irmã e duas cunhadas suas, que na dita cidade residiam. Aconteceu, porém, que, chegando às portas da cidade, encontrou esta sitiada pelos revoltosos, que então se compunham de uma força superior a 5.000 pessoas; e nesta emergência, não julgando conveniente recuar, resolveu-se a fazer junto com estes, o que realizou; conseguindo, alguns dias depois, assumir o comando-geral das forças sitiadas e presidir o cerco da cidade, evitando assim que ali se cometessem muitos desatinos e atos de barbaridade; até que, finalmente no dia 30 de junho, Caxias capitulou cansada sem dúvida de esperar pelos socorros governo, depois dum assédio de dois meses e pouco mais ou menos.

Foram, por certo, altamente patrióticos e humanitários os sentimentos que resolveram a tomar parte na rebeldia; muito embora houvessem os seus inimigos, durante todos esses tempos das contendas exageradas e vertiginosas dos partidos, em que a província se achou dividida, depois da administração do visconde da Parnaíba, pintado com as mais escuras e odiosas cores todos os seus atos inerentes essa desastrosa quão infeliz insurreição.

Tomando parte nela, e colocando-se à frente dos revoltosos, por ocasião do assédio e capitulação de Caxias, ele concebeu o plano de levantar o cerco e de pacificar os insurgentes; o que infelizmente não pôde realizar, em consequência do exaltamento e insubordinação da maior parte das tropas de que se compunham as forças rebeldes, encorajadas, sobretudo, pela dormência ou fraqueza do governo da província, de cujas forças nem sequer apareciam notícias!

Conseguiu, entretanto, depois da capitulação de Caxias, estabelecer alguma ordem entre as tropas revoltosas, destituídas em sua quase totalidade de disciplina e moralidade; e, neste ínterim, salvou a vida e fortuna dum grande número de famílias respeitáveis que ali residiam e que, graças à sua atividade e energia, deixaram de ser vítimas da mais execranda perversidade.

Conseguiu ainda que uma deputação, nomeada pelo conselho militar das forças insurgentes e composta de algumas das pessoas mais graduadas de Caxias, fosse à capital da província entender-se com o presidente, e acordarem a respeito das medidas que foram consideradas indispensáveis para terminar a guerra; e de fato, essa deputação, composta dos Srs. João Fernandes de Moraes, Hermenegildo da Costa Nunes, João da Cruz, Feliciano José Martins e o padre Raimundo de Almeida Sampaio, cidadãos importantes, probos e que gozavam de toda consideração, apresentou-se em São Luís e conferenciou largamente com o presidente da província. Este, porém, posto que temeroso e fraco, como era, concluiu sem atender as reclamações feitas

pela deputação, reclamações que, aliás, pareciam não ser inteiramente destituídas de bons fundamentos, se se atender que, a respeito da aceitação delas, estiveram quase de acordo, por ocasião de uma conferência que tiveram sem presença do presidente da província, os dois distintos maranhenses de memórias saudosíssimas, o Dr. Joaquim Franco de Sá; oposicionista liberal naquele tempo, e Francisco Sotero dos Reis, que era então redator do **Investigador Constitucional**, e muito aferrado ao governo forte.

Lívio Lopes, desgostoso com o procedimento do presidente, que perdia ocasião mais oportuna de pacificar a província, e vendo que não podia manter por mais tempo a subordinação das tropas revoltosas, tendo-se já desavença com alguns dos chefes mais intolerantes e imprudentes da revolução, deliberou-se a deixar Caxias, retirando-se com as tropas do seu comando; pois entendeu que à vista da forma por que corriam as cousas, não devia continuar a permanecer ali, a fim de não passar pelo dissabor de testemunhar as cenas de verdadeiro canibalismo e ferocidade, que necessariamente teriam de acontecer em Caxias como aconteceria, se o governo da província continuasse indeciso e esmorecido - infelicidade que ele não poderia obstar-se porventura ainda se demorasse na cidade, em consequência do exaltamento da maior parte dos chefes revolucionários, e dos maus instintos e perversidades da gente de que se compunha as tropas destes.

Retirando-se, entretanto, de Caxias, como fez, ele desejou ainda salvar o país, por meio duma contra-revolução, e nesse sentido entendeu-se, então, oficialmente, com os chefes das forças do governo em operação, expondo as suas intenções e oferecendo os seus serviços, plano que também não pôde infelizmente efetuar, porque não encontrou franqueza e sinceridade nos chefes da força do governo, tendo tido, ao contrário, poderosos motivos para desconfiar da lealdade dos referidos chefes, pois foi, em tempo, avisado dos projetos tenebrosos que aqueles haviam combinado com relação a sua pessoa.

Nestas circunstâncias, não podendo ver realizado nenhum dos seus planos salvadores, determinou-se a abandonar a revolução, quando ela se achava em seu maior vigor, dispondo de numerosas forças, tanto que, depois da sua retirada, ela ainda continuou, por cerca de dois anos, pouco mais ou menos.

Assim, no dia 10 de setembro de 1839, no lugar denominado Barra das Pombas, à margem do rio Parnaíba, província do Maranhão, ele passou revista em suas tropas e, na madrugada seguinte, atravessando o rio, retirou-se do acampamento, incumbindo a um oficial da sua confiança que, ao amanhecer do dia, debandasse a força, se nisso conviessem os demais oficiais da mesma.

E não se enganara o desventuroso piauiense; muitos piquetes e não pequeno número de escoltas, que foram logo despachadas pelos chefes das forças do governo, cruzavam todas as estradas à sua procura, e algumas o seguiram à vila, hoje cidade, de Sobral, na província do Ceará!

Ele não teve, é certo, a glória de ter abafado ou terminado a revolução pelos meios pacíficos, como por vezes pretendeu; teve, porém, a fortuna de retirar-se dela com a consciência de haver-se portado durante os cinco meses em que se achou envolvido na luta, com muita humanidade e honradez; e levar também a satisfação de ter podido obstar, no período do tempo que esteve em Caxias, o extermínio e completa perda de famílias notáveis que ali residiam, e das que ainda hoje existem muitas pessoas respeitáveis e de inteiro crédito, que em honra à memória do

incansável piauiense, atestam a veracidade das nossas asserções, reforçando, com o seu testemunho, o valor dos muitos documentos autênticos que, a respeito desses acontecimentos, ainda agora perduram no pequeno arquivo do obscuro autor destas linhas.

Enquanto o desventurado filho do Piauí, retirando-se ocultamente da revolução, procurava escapar por estranhas províncias das perseguições que contra ele promoviam os agentes do governo, a causa deste corria à revelia, especialmente depois da morte do major Manuel Clementino de Sousa Martins; e desde então, as forças de ambos os lados combatentes, com raras e honrosas exceções, começaram a praticar atos da mais terrível ferocidade e da mais escandalosa e abominável selvageria, até que, a 7 de fevereiro de 1840, tomou felizmente posse do cargo de presidente e comandante das armas do Maranhão o intrépido e muito honrado coronel Luis Alves de Lima e Silva, depois duque de Caxias e senador do império, que, sem perda de tempo, tomou todas as providências necessárias para terminar a guerra e pacificar a província.

E era tal a fraqueza ou negligência do presidente substituído, que o próprio coronel João Paulo Dias Carneiro, que era prefeito de Caxias, oficiava-lhe, em data de 20 de outubro de 1839, nos seguintes termos:

“O Balaio, sabendo da fraqueza das nossas forças, voltou de súbito a Caxias, e fez retirar-se dali a pequena força que guarnecia a cidade; matou a quantos encontrou, sem distinção de sexo nem de idade!”

Ainda em data de 10 de novembro, queixando-se o dito prefeito pela falta de socorros, dizia ao presidente:

“O presidente do Piauí não pode continuar a prestar-me novos socorros, por estar guarnecendo suas fronteiras, mormente porque ele só não pode pacificar a província do Maranhão, sem que V. Exa. dê começo.”

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, no seu trajeto pelos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte, depois que abandonou a revolução, teve de vencer grandes dificuldades e embaraços incriveis, para desembaraçar-se das perseguições dos seus inimigos, que, dispondo das forças do governo, o procuravam por toda parte, com inacreditável ansiedade, e sendo afinal preso, no interior da província do Rio Grande do Norte, a 30 de outubro de 1839, por uma escolta de 16 praças, teve a fortuna de poder desfazer-se dessa força, às 9 horas da noite do mesmo dia de sua prisão; e internando-se de novo pelos sertões, foi ter à capital da Parnaíba, onde casualmente se encontrou com Antônio Joaquim da Silva, que havia sido seu caixeiro em Campo Maior, e que ali se achava estabelecido, o qual lhe prestou então importantes e relevantes serviços naquela província; e tendo-se, depois de alguns dias de descanso, passado da Paraíba para Pernambuco, o desventuroso piauiense, em janeiro de 1840, achava-se na cidade do Recife, com o fim de embarcar-se para a Inglaterra, na intenção de demorar-se por ali, até que os negócios de seu país tomassem uma direção mais lisonjeira, quando notícias chegadas da corte lhe fizeram nutrir a esperança de que em breves tempos cessariam os seus incômodos.

Aconselhado, então, pelas pessoas que em Pernambuco o haviam acolhido, e que lhe prestavam o mais franco e generoso apoio e proteção, desistiu de sua viagem à Europa, e retirou-se para o interior da província, onde permaneceu por alguns meses.

Conforme era então esperado, apareceu, com efeito, o decreto de 22 de agosto de 1840, concedendo anistia a todos os crimes políticos cometidos no império, e sendo o dito decreto publicado no **Diário de Pernambuco**, ele se foi apresentar ao subprefeito da vila de Pedra de Fogo, da província de Pernambuco, major Francisco Antônio de Mendonça, que, da sua apresentação dentro do prazo marcado pelo decreto, mandou passar o atestado respectivo, em data de 25 de setembro de 1840.

Em seguida partiu o anistiado da vila de Pedra de Fogo para a cidade do Recife, onde se apresentou também ao presidente da província, que o tratou com benevolência, mandando fazer pública a sua apresentação para todos os efeitos legais; e continuando a permanecer no Recife por causa de negócio de seu particular interesse, só em março de 1841 ele se resolveu vir à vila de Sobral, na província do Ceará, em visita a sua família, que por aviso seu ali o fora encontrar.

E porque, ainda naquela ocasião, não pudesse seguir com a família para o Piauí, pelo receio que tinha dos seus inimigos e por causa também de alguns negócios particulares, que, ainda por algum tempo, demandavam a sua assistência em Pernambuco, fé-la regressar para a província e, preparava-se para voltar ao Recife, quando chega a Sobral um seu amigo, que vinha da capital, o qual, ali o encontrando, tratou de persuadi-lo de que ele faria melhor viagem, se a efetuasse por via da capital, donde, lhe dizia o amigo, **lhe serão mais cômodos e menos dispendiosos os meios de transporte para o seu regresso a Pernambuco.**

Acordou Lívio Lopes, sem muita dificuldade, com a opinião e desejos do seu amigo, em companhia do qual, na melhor boa-fé, e cheio da confiança que se pode depositar na lealdade de um cavalheiro, partiu da então vila de Sobral, em princípio de junho do dito ano de 1841, com destino à capital da província; e somente ao chegarem à cidade, conheceu ele a cilada em que caíra porque o indivíduo que o acompanhava, e que se dizia seu amigo, não passava dum agente e comissário do governo, que, ali chegando, declarou que ele se achava preso, de ordem do presidente da província, a quem o foi incontinenti apresentar!

Não faremos comentário algum a este procedimento do comissário do presidente do Ceará, deixando que fique completamente intacta a glória que lhe resultou daquele ato de eterna bravura; pois o nosso único fim é traçar, ainda que toscamente, algumas notícias relativas à pessoa do infatigável e desditoso piauiense, a quem, a par de um coração generoso, que possuía, aprouve a providência dar-lhe também um espírito forte, que o não deixava abater-se pelas desventuras e contrariedades da vida!

O presidente do Ceará, tendo examinado os documentos que lhe foram apresentados por Lívio Lopes, reconheceu que ele já não se achava sujeito a penalidade alguma pelo crime político que havia cometido, tomando parte na revolução do Maranhão; porém, levado por falsas informações que lhe mandavam do Piauí, exigiu que ele assinasse um termo, pelo qual ficava obrigado a residir por um grande número de anos fora da sua província natal; e porque Lívio se recusasse nobremente a assinar o termo do prolongado desterro que lhe era arbitrariamente imposto, o presidente o mandou recolher a bordo da escuna de guerra Vitória, que então se achava ancorada no porto do Ceará, e, no dia seguinte, fê-lo transportar para Pernambuco, aonde logo que chegou foi posto em liberdade- por ordem do presidente da província. “

CIDADE DE OEIRAS

DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DO PIAUÍ, memória manuscrita, datada de Oeiras aos 15 de junho de 1772, de autoria do Ouvidor da Capitania, **Antônio José de Moraes Durão** (in Luis Mott-“Piauí Colonial”):

“Fica esta cidade no meio da Capitania; é situada numa baixa com inclinação para o poente e cercada de montes. Daquela parte a banha o Ribeiro da Mouxá que deu o nome à povoação enquanto vila; dele se bebe porque em toda a sua circunferência, não tem fonte alguma. Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome. Tem a Câmara pouco mais de 200\$000 de renda e os cameristas nada de propinas; mas daqui nasce a repugnância com que servem, não obstante os prestígios de que ficam gozando e não obstante chamarem-se regularmente os próprios vaqueiros para servirem de juízes e vereadores.

Há nesta cidade e todo seu distrito uma só freguesia na invocação de Nossa Senhora da Vitória; mas é extensa demais e por esta causa, impossibilitada da administração dos sacramentos. Exceto na cidade, tudo o mais morre sem eles. Passam-se anos sem se batizarem os meninos e sem se satisfazer aos mais preceitos eclesiásticos. Todo o que morre no campo se enterra junto das estradas e os sufrágios que se lhe fazem, são as orações de algum viandante pio.

Podia haver, a necessidade pede, haja mais freguesias no campo, principalmente onde se acham já eretas algumas capelas como é na Bocaina, junto à Ribeira do Itaim, no Ingá ou Fazenda do Brejo, Ribeira do Canindé, no Brejo do Piauí e na Nazaré, Fazenda dos Algodões da mesma ribeira.

Tem a cidade unicamente 157 fogos, porque suposto no mapa se vê 269, se deve entender porque se lhes juntam os da circunferência na distância de uma légua. Da mesma forma tem somente 692 almas, as mais são na dita circunferência, e esta é a melhor demonstração de sua grandeza.

Cuidam muitos habitantes deste país em fugir da sociedade vivendo nos matos e brenhas, onde se figuram mais livres e donde vem a falta de instrução que padecem, e o respirar tudo a bárbaro e feroz. Verdade esta bem indicada pelos muitos e graves crimes que cometem principalmente de morte e resistências. Nesta mesma cidade não há uma aula de gramática, só uma de escola é que fiz abrir quando aqui cheguei. A mocidade se perde sendo educada na mesma desilusão e ociosidade e mais vícios que os pais e parentes com publicidade praticam.”

ANEXO 15

OFÍCIO DE SARAIVA AO VISCONDE DE MONTE ALEGRE, MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO - (1850)

"Como tive a honra de comunicar a V. Excia., realizei minha viagem aos municípios do Poti e São Gonçalo e dela passo a dar conta a V. Excia com alguma minuciosidade.

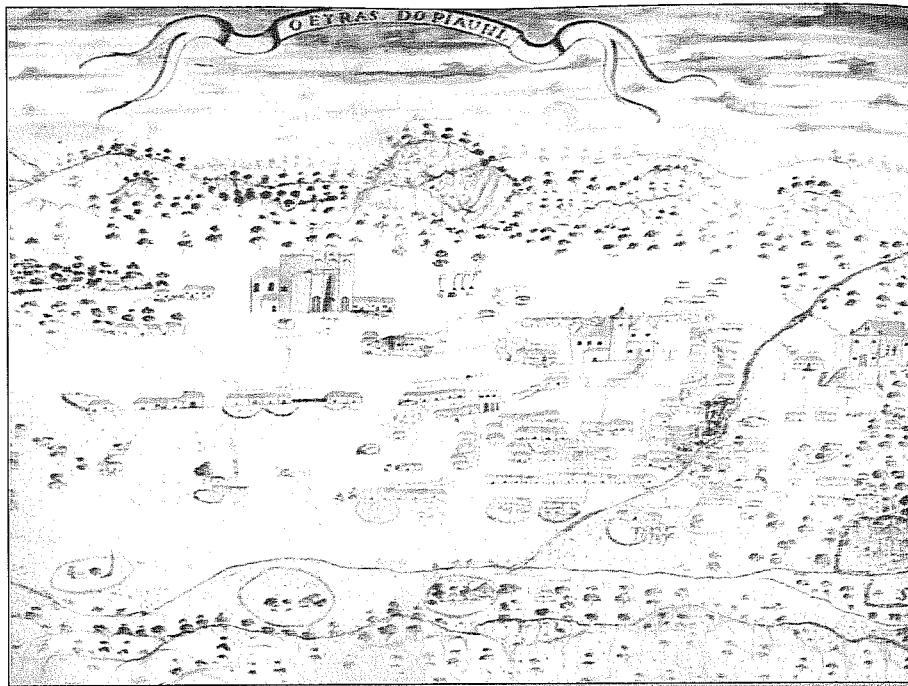
"Em primeiro lugar observarei a V. Excia., que com muita satisfação fui recebido pelos habitantes daqueles municípios que em mim enxergavam o Delegado de S. M. o Imperador, a quem eu me glorio de afirmar dedico a mais profunda veneração e amor.

"No primeiro dia da viagem, 22 de outubro, examinei, com atenção, alguns lugares das margens do Canindé, que se pudessem prestar á construção de uma ponte, cujas vantagens fiz ver a V. Excia. em meu ofício nº 14 de 21 daquele mês; um desses lugares se me ofereceu com as proporções as mais convenientes, porque nessa parte o rio estreita-se consideravelmente, e sobre serem elevadas as suas margens, o seu leito aí é todo de uma rocha, que naturalmente deve formar os alicerces dos arcos sobre os quais se assentará a ponte. Uma circunstância parece-me dever ser a propósito referida, e vem a ser que muita gente não acreditava existir naquelas paragens um lugar tão apropriado e tão conveniente. Todas as pessoas que me acompanhavam foram desse aviso, ainda que concordem na necessidade do dispêndio de grandes quantias para ser levada a efeito a referida ponte; quantias que não poderiam harmonizar-se com as rendas da Província na atualidade, conquanto a obra possa ser demorada por alguns anos, visto como apenas os arcos do leito do rio devam ser principiados e acabados no intervalo das cheias anuais.

"No dia 24 cheguei à ladeira do Castelo que, como ponderei a V.Excia. se acha em obra. Essa ladeira era tão íngreme. tão cheia de penhascos e precipícios, que se considerava justamente o pior lugar da estrada de Caxias. Atualmente aquela ladeira se acha em estado de não afligir os caminhantes. e a parte dela que se acha concluída deve ser considerada a melhor coisa da mesma estrada. A invernoada tem de paralisar esta obra, e é isso mesmo recomendado, além de tudo pela prudência que aconselha um estudo sobre o que se acha feito para se aperfeiçoar o que se está a fazer.

"No dia 25 entrei na Vila de São Gonçalo e aí passei dois dias para visitar as escolas e mais estações públicas. Lamentando nessa vila a falta de uma matriz, nomeei uma comissão a fim de promover donativos que ajudem a Província na construção de um templo tão necessário. Confio nesse meio porque por igual maneira se está edificando a Matriz da Vila de Parnaguá, e obtive eu dinheiro para consertar a Igreja desta Capital. Demorei, porém, essa obra porque tenciono pedir à Assembléia a mudança da Vila para a margem do rio Parnaíba, que passa a quatro léguas e, conseqüentemente, a Matriz deverá ser lá edificada. Falando nisso, devo à V. Excia. dar as razões desse meu propósito. São Gonçalo é uma vila demasiadamente pequena; o valor de todas as suas propriedades não chega a sete contos de réis.

"A navegação do Parnaíba, um pouco mais desenvolvida, operaria a sua mudança, e, pois devendo ser previsto esse resultado, que se deveria promover até, não convém que se despendam grandes quantias com uma matriz em lugar



MAPA -OEIRAS COLONIAL



Oeiras - hoje

inconveniente e em pura perda, pois que, como ponderei, essas poucas casas, que ali existem, se mudarão para a beira do rio sem qualquer aumento da navegação. V. Excia. compreende também quanto esta deve ganhar com o povoado à margem do Parnaíba. e que só a confecção da Matriz à beira do rio traria a mudança da Vila tão proveitosa aos interesses do Município.

"No dia 27 dirigi-me de São Gonçalo para a beira do rio com as pessoas mais gradas da Vila, para examinar o local que é designado como o mais conveniente para formar de futuro a nova povoação, e onde se deverá construir a Matriz. Essa localidade que recebe o nome de Mulato, em razão de um regato que a banha e que deságua no Parnaíba, oferece, distância de uma légua, um terreno de pedregões, cheio de grandes grotas e no qual se não observa grande vegetação. A vista, porém é excelente e se acha colocada entre dois rios e o regato de que dou conta. Do lado do sul corre o rio Canindé, que aí faz barra com o Parnaíba, à margem do qual fica essa esplanada, de que me tenho ocupado e que já foi até designada por uma lei para assento de uma povoação que recebesse a Capital da Província; lei que nunca teve um meio de execução; e que foi pouco depois revogada, porque nasceu antes de tempo, porque foi redigida antes de se haverem estudado os meios mais convenientes e adequados a resolver a questão da mudança da Capital de que falarei em ocasião mais oportuna.

"Naquele mesmo dia embarquei-me nesse porto em uma barca a que dão, na Província, o nome de gabarra; e que além da carga de 400 a 500 arrobas, que podia conduzir, levava quase 30 pessoas". Sofrivelmente acomodados, descemos o Parnaíba, sem viajar de noite, e no dia 30 encontramos a uma légua pouco mais ou menos antes de chegar à Vila do Poti outra barca de maior porte, que transportava as pessoas mais gradas da Vila, que vinham ao meu encontro. Passei-me para essa barca e chegamos àquela Vila, tinha percorrido quase sessenta léguas de rio e chegava ao Poti com trinta e quatro horas de viagem, descontando as três noites em que a gabarra não viajou.

"Nessa Vila demorei-me até o dia 4 de novembro, e não esqueci de esclarecer-me sobre quanto me era preciso saber para calcular as medidas mais adequadas a promover a prosperidade da Província, por meio da navegação de um rio que havia admirado e que abandonado se achava.

"A Vila do Poti está situada à margem do rio desse nome que pouco adiante da Vila faz barra com o Parnaíba. As suas inundações periódicas, aumentadas pelo retrocesso de suas águas, quando o Parnaíba as não recebe com facilidade, têm arruinado a maior parte daquela Vila, cujas edificações quase que cessaram e cujo comércio tem diminuído na razão dessa desanimação proveniente das inundações.

"A Lei nº 140 de 29 de novembro de 1842 designou um local novo para a Vila e autorizou o governo a para aí mudar também a Capital da Província, quando comodidades houvessem para isso. Essa lei foi letra morta porque meio algum foi empregado para se obter semelhante resultado, e entregue a mudança à ação dos interesses individuais, estes não foram tão fortes que a resolvessem sem nenhum concurso das administrações, convencidas da inexequibilidade de uma mudança para cuja realização não possuíam quantias grandes.

"O local pois da projetada Vila do Poti tornou-se a cobrir-se de mato e os habitantes da Vila Velha continuaram como dantes a acomodar-se com todos os seus

costumados sofrimentos - grandes inundações e sezões provenientes delas - e a ver cada dia desabar a sua igreja Matriz.

"Profundamente convencido da necessidade da mudança da Vila, comecei uma subscrição para uma Matriz no novo local e no dia em que a abri excedeu de três contos de réis e continua sob a direção de uma comissão que para a promover nomeei.

"Imediatamente que isto fiz, as pessoas mais gradas do Município começaram a tomar terreno para edificar suas moradias e me afirmaram que em menos de ano teriam no novo local suas casas, que serão regularizadas de modo que a Vila, cuja planta remeto a V. Excia., ofereça um aspecto agradável a todas as comodidades que sua bela e conveniente situação permite.

"À hora em que escrevo a V. Excia., já se deve achar nesse lugar o mestre-de-obras da Província com mais de 20 obreiros para dar princípio à Matriz e animar os proprietários do Poti a fim de cumprirem promessas, que tão solenemente me fizeram, pois, que até me pediram que fosse, ou pedisse a meu sucessor que empreendesse uma viagem para tomar conta de suas promessas e ver uma bela povoação na margem do Parnaíba.

"Em verdade tenho todas as razões para crer na sinceridade de semelhantes promessas porque elas exprimem interesses e necessidades sentidas. Todos os interesses convergem para essa mudança e foi a esses interesses que falei, encaminhei e traduzi em realidades, dando-lhes direção por meio da confecção da Matriz, do empenho que mostrei na mudança e da declaração muito formal que fiz de que, devendo em pouco tempo estarem feitas algumas casas ali, eu executaria logo a lei, ordenando para lá a mudança da justiça e do destacamento, que já aí se tornavam necessários também pela quantidade de pessoas pobres que habitavam no porto.

"Estou convencido, pelo que vi e observei que se no ano seguinte fizer uma viagem, como pretendo se cá estiver, acharei uma povoação igual à da Vila Velha do Poti, regularizada e na mais bela e mais conveniente localidade das margens do Parnaíba, pois que o percorri em grande extensão e não vi outra igual.

"Não me ocupo em descrever as vantagens e belezas da localidade porque V. Excia., me acreditará nesse ponto sem ouvir razões, e pela planta conhecerá que a Vila se começará muito regularmente. Nessa planta fiz uma mudança e foi fazer sair na grande praça três ruas em lugar de duas, formando três quarteirões dos dois que existem na mesma planta. Os seis quarteirões da grande praça estarão ocupados por belas casas. antes do ano, porque pessoas muito abastadas vão principiar suas moradas e um desses quarteirões já tem todos os alicerces para uma grande propriedade, que seu dono promete acabar antes de seis meses.

"Dali saí no dia 4 e recolhi-me a esta Capital no dia 12 do mesmo mês de novembro.

"Permita agora V. Excia., que eu me ocupe alguma coisa da navegação do Parnaíba, porque foi ela quem mais me moveu a ir ao Poti, e a V. Excia. apresente as reflexões que essa viagem me sugeriu.

"Não posso bem designar o ponto de partida do rio Parnaíba, mas não erro dizendo que ele merece atenção quando, recebendo os seus afluentes - Canindé. Gurguéia, Piauí e diferentes regatos - apresenta uma largura que pode ser determinada por cento e trinta braças.

"Dali até a sua foz, percorre esse rio para mais de 180 léguas e de sua navegação se poderão aproveitar o Município de Oeiras, inclusive a cidade, no tempo das enchentes do Canindé, nos meses de fevereiro, março e abril; os de São Gonçalo, Campo Maior, Barras, Piracuruca, Parnaíba e Poti, banhados por ele.

"Na atualidade, só a cidade de Parnaíba e a Vila do Poti dele se servem com a navegação pequena que existe, por se acharem colocadas em suas margens. É porém fácil de compreender que, aumentada a navegação de um e outro lado do rio, surgirão novos povoados e, as vilas de São Gonçalo, Campo Maior, Barras, Piracuruca, perderiam em população na razão do crescimento das novas povoações à beira do rio.

"O município de Jerumenha aproveitar-se-ia dessa navegação por meio de um dos afluentes do Parnaíba, o Gurguéia, que o molha. Apenas deixariam, diretamente, de aproveitar aquela navegação os municípios de Parnaguá, que tarde ou cedo fará parte da Província do Rio de São Francisco, em projeto, é uma necessidade palpitante; o de Jaicós, o de Príncipe Imperial e o de Valença. Indiretamente, porém; toda a Província ganharia. V. Excia, do que acabo de dizer, conhecerá que a navegação do rio importa a confecção de todas as estradas da Província, e a respeito, permita que eu faça uma só consideração: até agora tenho ouvido em toda parte falar-se da necessidade do melhoramento da estrada de Caxias e da Bahia, com a condição única de fazer progredir o Piauí. No campo legislativo esse pensamento se tem apresentado com a expressão da maior necessidade da Província, e eu mesmo assim o pensava pelas mesmas razões, até certa época. Hoje, cedendo a essa opinião, quisesse gastar centenas de contos de réis naquelas estradas, porque só com centenas de contos de réis se pode melhorar com proveito, eu observaria respeitosamente. a V. Excia, que era isso um dispêndio sem proveito real para a Província. Creio pois que sou obrigado, por assim me exprimir, a dar as razões de minha opinião e entendo que não gasto mal o tempo precioso de V. Excia., ocupando-a com isso. A opinião que deixei de acompanhar tinha por base a impossibilidade na navegação, em grande escala, do Parnaíba, e o benefício da Capital. Esse benefício se traduzia no dos habitantes Oeiras que com boas estradas podem viver comodamente. E para que V. Excia. se convença disso basta que lhe pondere que o Piauí não exportaria por tais estradas senão gado e, em boa fé, se não pode acreditar necessária, para trânsito de bois, uma estrada de carro, a única que poderia trazer algum proveito maior.

"Ora, o gasto excessivo com pontes imensas e o mais para uma estrada de carro não poderia ser jamais justificado pela pequena importação, que se reduziria sempre a uma porção de contos de réis de fazendas finas, objetos de luxo para o serviço dos habitantes da Capital, e o de uma ou outra vila deste lado da Província. Vê, portanto V. Excia que tais estradas só se poderão fazer mediante tais despesas quando o País tivesse dinheiro que lhe chegasse, para melhorar a sorte de todos os seus habitantes sem atender ao proveito industrial e comercial do emprego de tais dinheiros. E isto supondo o Parnaíba inavegável. Se pensarmos, porém, diversamente, ninguém haverá então que devesse deixar de censurar justamente aquela administração que fosse gastar contos de réis com tais estradas, em vez de as despendar com o melhoramento da navegação. Permita que eu, sem ser profissional em tais matérias, aventure sobre essa navegação algumas idéias que me foram sugeridas pela viagem e informação que obtive estudando suas dificuldades e as causas pelas quais semelhante navegação se não tem desenvolvido. O rio Parnaíba, do lugar denominado Mulato, onde me embarquei, até a cidade do mesmo nome, percorre uma extensão de 130

léguas pouco mais ou menos. E m toda esta distância conserva no tempo da mais rigorosa seca um leito profundo que se presta facilmente até à navegação a vapor. Os obstáculos que se devem opor a essa navegação são os seguintes: 1 - Mudança anual no canal do rio. 2 Grande correnteza. 3 - Baixios. 4 - Pedras no leito do rio. São esses os obstáculos que esmorecem e definham a navegação do Parnaíba. Vejamos até que ponto são de receber esses obstáculos. Mudança de canal - Pequena como é, a navegação tem criado práticos que conhecem perfeitamente a mudança operada, anualmente, no leito do rio. Suponha essa navegação mais crescida e há de pensar comigo que é isso um obstáculo para quem quer uma navegação sem dificuldade alguma. Desci sessenta léguas e não reconheci praticamente tal obstáculo, pois o diretor da barca em que ia não achava grande ciência conhecer o canal, e eu mesmo, em pouco tempo, aprendi a conhecê-lo pela diferença das águas. Corrente forte do rio - Essa presentemente a maior dificuldade da navegação do Parnaíba. As gabarras que caminhando 10 horas por dia, e nada de noite, percorrem as 130 léguas que falei, em menos de seis dias, o que regula mais de sete milhas por hora, navegam essa mesma distância rio acima em vinte e tantos dias.

Dê-se desconto ao pequeno número de remeiros empregados e ainda assim a diferença é grande. Essa dificuldade para a navegação a vapor é pequena, e para o uso das barcas pode ser diminuída consideravelmente pela melhor construção das mesmas barcas e pelo emprego de maior número de remeiros. Isto no sistema da navegação existente. Suponha-se agora a navegação mais crescida, maior perícia nos práticos e conseqüentemente a navegação à noite, e aquele tempo se reduziria à metade e essa mesma navegação de barcas já apresentaria vantagens incalculáveis (Suponha-se que o proprietário da barca tivesse mais gêneros a conduzir, mais lucros a obter e isso só o faria arriscar-se na navegação á noite, visto como aqueles lucros indenizá-lo-iam de qualquer desconcerto que tivesse a barca para esbarrar em umas ou outras pedras. Suponha-se o rio livre de pedras em seu leito e estaria tudo remediado, e não é mister muito dinheiro para se o pôr, livre das pedras.

Enganar-me-ei de certo, porém não me sei explicar, tanto preso a dificuldades desta natureza. Se tivéssemos espírito empreendedor, se não fôssemos tão rotineiros, o Parnaíba estaria hoje com navegação crescida. Isto já o sentia e dizia o primeiro governador desta província quando previa o aumento do comércio de couros e outros objetos, que só a navegação poderia dar ao Piauí. Baixios - Os que existem, de areia, têm de 4 a 5 palmos de água e se não estendem muito. Os que provêm do leito pedregoso do rio de ordinário têm aquela porção de água e nenhum inconveniente grave oferecem à navegação de gabarras, que carregam mil arrobas.

"Para a navegação a vapor o inconveniente não é pequeno, porém desapareceria mediante os meios empregados pela ciência para removê-los. Em nenhum deles (me dizem) têm os baixios precisão de baldear a carga para canoas, como acontece no Itapicuru. Pedras no leito do rio - Esse mal é também um dos maiores porque, nulificado de dia. à noite os barqueiros se arreceiam bem das pedras e deixam de navegar a tais horas. É de crer que o aumento da navegação, antes mesmo de se alimpar o rio, torne mais práticos os navegantes e estes possam, mediante certos meios de cautela, navegar à noite e muito principalmente com luar. Creio, além disso, que maiores lucros fariam acabar com tais receios.

"Tais são, Exmo. Sr., os obstáculos que entorpecem a navegação de um dos melhores rios do Brasil. Permita V. Excia. que eu estude as causas pelas quais essa navegação não há tido maior incremento.

"A Província do Piauí tem quase toda a sua extensão ocupada por fazendas de criar e o gado vacum e cavalos é na atualidade, e sempre foi, a produção mais importante da Província, e o que constitui quase exclusivamente a sua principal riqueza."

"A agricultura oferece uma cifra bem diminuta em sua exportação, que não excede de cento e trinta mil arrobas de algodão, couros e outros objetos."

"A navegação, pois não podia nem poderá esperar nada de importante das tendências naturais e espontâneas da Produção da Província, senão depois de anos, quando a pouco e pouco se for aumentando a pequena lavoura que existe."

"A primeira causa, pois, de não haver sido até hoje o Parnaíba navegado não está nos obstáculos da navegação, porém encontro-a eu na superioridade dos capitais empregados na criação de gado sobre os destinados à pequena agricultura da Província."

"Essa pequena agricultura, não podendo por si só dar uma direção ao comércio, segue a antiga rotina e envia os seus produtos ao Maranhão, pelo Itapicuru, de maneira que se não existisse essa navegação aumentar-se-ia a necessidade da do Parnaíba, e este se constituiria logo importante pela navegação, seguindo-se a isso tornar-se a cidade de Parnaíba um ponto para compra de tais produtos e um depósito de mercadorias estrangeiras que subiriam o rio para fornecer toda a Província."

"É, pois também uma das causas a existência já da navegação do Itapicuru e o grande mercado do Maranhão; circunstâncias estas que não influiriam tomadas certas medidas que possam trazer em resultado a ida dos algodões para a cidade de Parnaíba, onde existe já uma Casa Inglesa que os compra pelo preço do Maranhão."

"Um dos proprietários do Poti me deu a sua palavra de que principiaria a conduzir os seus algodões para aquela cidade e que para isso estava aprontando barcas."

"A presença do governo ali só por si traria resultados imensos para a navegação."

"A causa última e a maior de todas que aponto como a que mais tem concorrido para que a Província não possua já uma navegação importante, e não esteja emancipada do mercado do Maranhão, é a existência da Capital no lugar mais impróprio e mais inconveniente de toda a Província."

"V. Excia. concebe bem o que pode ser uma Capital longe das localidades da beira do rio e que dela, precisam para socorrer-se à sua influência a fim de obter resultados que as pequenas indústrias, os pequenos capitais, não têm podido conseguir, entregues à sua ação."

"Entretanto que tais resultados são demasiadamente vantajosos a toda Província."

"Permita-me V. Excia. que terminando eu fale da alta conveniência mudança da Capital de Oeiras para a Vila do Poti, de que já falei, quando esta se achar no estado de a receber."

"Quando a Província do Piauí constituía, uma só comarca e se teve de criar vila a sua primeira povoação, preferiu-se para isso o que existia nestas paragens

com o nome de - Mocha -, isto pela razão de ser ela o centro da comarca e dever estar o governo, que então, existia em lugar onde mais facilmente pudesse resistir às invasões dos selvagens que faziam verdadeiros estragos nas fazendas de criar. Essa necessidade ainda dominou o primeiro governador do Piauí Coronel João Pereira Caldas, que além disso julgava conveniente o governo da Capitania no centro dela, em razão de se achar mais no abrigo das invasões das potências européias, quando em guerra com Portugal. pensamento que achava sua origem nos receios produzidos na população pelo domínio dos holandeses. Além disso as povoações que hoje se vêem à margem do Parnaíba não existiam, para de alguma maneira não deixar predominar exclusivamente a idéia de um centro administrativo em distância igual para os diversos pontos administrados."

"É de presumir que Oeiras continuasse a servir de residência aos governadores pela razão de ser a maior povoação e porque no regime antigo não se procurava despender muito com o fim de promover o desenvolvimento comercial de uma Capitania que tão poucos interesses fazia. Depois de nossa Independência, Oeiras, mais aumentada tinha interesses criados pela posse da sede do governo, e se deve crer que esses interesses, conquanto pequenos, fossem suficientes para responder ao sentimento e às necessidades da população, do Piauí que se não podia iludir com a Capital da Província em um lugar tão impróprio e inconveniente. Desde então dominou mesmo nesta cidade a opinião das vantagens que colheria a Província com a sede do governo à margem do Parnaíba."

"Uma administração de longos anos, e de pessoa muito afeita à vida de Oeiras, sobre ser de avançada idade, não podia colocar-se à frente de uma idéia cujas vantagens não estavam ainda bem definidas e pesadas."

"Quando em 1843 veio presidir a Província o Exmo. Sr. Sousa Ramos, essa opinião tornou-se tão forte e exigente que a Capital se teria mudada a não ter sido resolvida a sua demissão pelo Governo Imperial."

"Depois possuiu a Província duas administrações de mais duração e devo crer que a consciência que tinham da inexecutabilidade da mudança, em consequência das grandes quantias que entendiam necessárias para a resolver, não lhes permitiu um passo mais largo na solução dessa questão. Deixaram de executar as leis que já o Corpo legislativo havia feito, autorizando a mudança, e nos seus relatórios, reconhecendo as vantagens dela, não deixaram dúvidas sobre a sua inexecutabilidade."

"Confesso a V. Excia. que essa circunstância, tomando vulto em nosso espírito, pelo respeito que consagro à inteligência elevada de tão distintos administradores, me fez demasiadamente escrupuloso no estudo da inexecutabilidade da mudança da Capital para a margem do Parnaíba, e convencido de que pensaram sempre melhor que eu as pessoas a quem me refiro, justifica-me apenas, por me haver desviado delas, o fato de possuir mais dados para apreciar a questão, dados adquiridos em viagem que empreendi."

"Contando a história que acabo de referir a V. Excia. ou antes mostrando a aceitação geral da opinião que julga a Capital em Oeiras muito inconveniente, não preciso de falar na miséria que aqui observo nos meses de seca, no nenhum progresso científico e literário da Capital do Piauí, na dificuldade de suas relações

comerciais e políticas que se reduzem às precisas e absolutamente indispensáveis para existir neste deserto; na impossibilidade de se pensar na navegação de um rio que deve aumentar sobremaneira as rendas da Província; na dificuldade de cuidar da segurança individual das povoações à margem do Parnaíba, onde é mais precisa a ação governativa; na alta conveniência de se colocar um ponto entre esta Província e a do Maranhão para defender a ordem pública em emergências graves; não precisava, repito, falar nisso e fazer mais considerações para mostrar a V. Excia. as vantagens que me propus referir, portanto não preciso demonstrar e só expor com que, se for erro, é opinião de todo mundo. E pois só deveria falar da enxequibilidade de semelhante mudança.

"Afirmo a V. Excia. que um administrador que dela se ocupe seriamente realizá-la-á com as poucas rendas da Província. V. Excia. concebe bem que não havendo senão dois pequenos prédios nacionais nesta Capital, as estações públicas existem em propriedades alugadas, e que pois basta que tendo de se mudar a Capital hajam prédios iguais para serem alugados no lugar para onde se tiver ela de mudar.

"Posso asseverar a V. Excia, que o local da Vila do Poti é o mais conveniente para receber a Capital, e já tendo feito conhecer a V. Excia. o que ele é, e o que promete ser, devo agora acrescentar que, resolvida a mudança para ali pela Assembléia Provincial, eu acharia quem fizesse os prédios de que se precisasse para todas as estações públicas, e os alugasse. E direi mais que não era difícil obter-se muito dos proprietários do município do Poti, lucrando eles tanto com semelhante mudança.

"Afirmando isso com dados certos e positivos, que deixo de referir a V. Excia. para não aumentar muito a tarefa que tomei, creio haver mostrado a V. Excia. a convicção que tenho de que, sobre não ser inexequível semelhante mudança, pode o governo lucrar ainda com ela quanto à melhor acomodação das estações públicas, se quiser fazer disso a condição a mudança.

"Desejaria mostrar a V. Excia, o quanto deve lucrar a navegação do Parnaíba com a mudança da Capital para aquela localidade; desejaria descrever o futuro daquela povoação com essa mudança; desejaria minuciosamente inteirar-se a V. Excia. de todas as circunstâncias que criaram em mim uma convicção tão forte a respeito da necessidade da mudança da sede do governo, hoje reconhecida exequível por todos quantos assim não opinavam. Mas devo confiar mais em mim para crer que V. Excia. me não suporá uma linguagem tão definitiva sem razões muito plausíveis.

"De acordo com as idéias que hei emitido, tenho formulado o meu proceder na administração, e vem a ser: proteger, sobretudo as povoações da margem do Parnaíba, mudar para si as que puderem ser mudadas e preparar o terreno para que meus sucessores possam realizar um dia a mudança da Capital, tão fértil em bons resultados para a Província e o Império. Desejava que V. Excia. me dissesse se devo com perseverança prosseguir nessa marcha."

"Deus guarde a V. Excia."

Palácio do Governo da Província do Piauí, 20 de dezembro de 1850. Ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

"José Antônio Saraiva"

Transcrição do **ofício** do Presidente da Província do Piauí, **José Antônio Saraiva** dirigido ao Secretário de Estado dos Negócios do Império, **Francisco Gonçalves Martins** em 15 de Agosto de 1852, comunicando sua **chegada** a Teresina.

"Ilmo e Exmo Senhor. Em meu ofício nº 170 comuniquei a V. Excª a resolução que tomei de adiar os trabalhos da Assembléia Provincial, e de passar-me para esta cidade a fim de que pudesse ser executada a Lei provincial nº 315 de 21 de julho, que autorizou a Presidência a remover de Oeiras a sede do Governo da Província.

Hoje tenho o prazer de comunicar a V. Excª que sai de Oeiras na madrugada do dia 7 e cheguei a essa cidade no dia 13 pelas 6 horas da tarde. Difícil me é exprimir a V. Excª o prazer que assaltou a entrar nesta cidade pelo progresso em que a achei, e pelo concurso da gente grata, que nela soi se achar residindo.

Há dois anos apenas, Exmo Sr., eu vim a este município estudar as probabilidades da empresa que se acha quase ultimada, e disse ao Ministério do Império que entendia muito exequível a idéia da mudança da capital porque havia nesse município elementos muito fortes para que se podesse promover com eles uma bela povoação que pudesse servir para sede do governo. Há um ano dirigi ao mesmo Ministério um outro ofício em que me admirava o progresso em que via a então Vila Nova do Poty. E nessa ocasião me pareceu que não era possível a mudança da capital senão depois de dois ou três anos porque era esse o tempo em que presumia devessem aqui executar os prédios necessários para todas as repartições públicas e algumas acomodações para os empregados que as acompanhassem.

Hoje tenho a grande satisfação de dizer a V. Excª. que encontrei prédios elegantes para todas as repartições, e disponho de casas para os empregados públicos que tiverem famílias e precisarem de maiores comodidades. E, pois trato de examinar tudo para que resolva a conveniência de passagem já das duas Tesourarias o que será um estímulo grande para as edificações, além do que sinto-me com limitada ação sem as mesmas Tesourarias, e somente com a minha Secretaria e outras repartições cujas passagens ordenarei.

Os meus afazeres são grandes e eu preciso de toda a confiança do Governo Imperial. Talvez não possa esperar pelas ordens que solicitei ao Sr. Ministro da Fazenda, para a passagem da Tesouraria Geral, e nesse caso eu ordenei essa passagem, confiado em que o Governo Imperial compenetrado de minha boas intenções, de que não posso em tão grande distância esperar pela resposta de meus ofícios sem graves inconvenientes para o serviço público, se dignará a esperar por todos os fatos, pelo desfecho dessa questão, para julgar-me e ver se bem ou mal procedi.

Como disse a V. Excª em meu ofício entendo, que havendo o antecessor de V. Excª me permitido executar a lei da mudança, caso fosse ela tratada pelo Corpo Legislativo, eu não devo ter escrúpulo em adaptar aquelas providências que

me parecem melhores confiado no apoio que ele me prometeu, e que V. Ex^a não me negará. Estou persuadido de que não devo demorar a mudança de todas as repartições para mais tarde; 1º porque é preciso aproveitar a estação; 2º porque os meus embaraços se aumentarão com esse fato; 3º porque como já notei as construções nessa cidade precisam de ser animadas e V. Ex^a sabe que essa animação será muito aumentada pela transferência das mesmas repartições e, da, força de linha, que ainda conservo em Oeiras, por causa das repartições que lá deixei.

Creio que até dezembro anunciarei a V. Ex^a a passagem completa de todas as repartições públicas, e posso afirmar a V. Exc^a que em dezembro de 1853, o Piauí, terá uma Capital maior que Oeiras a todos os respeitois, tendo somente a invejar-lhe uma cadeia como a que lá existe e um hospital da caridade.

Aproveito a ocasião para pedir a V. Ex^a, que se digne levar a presença de sua majestade o Imperador de que a sua juração de que a lei que der as obras provinciais não pode ser mais empregada do que na confecção de um hospital de caridade e de os ter do mesmo augusto senhor, para essa obra cuja planta tratarei de mandar organizar.

Não devo esquecer também de dizer a V. Exc^a que efetuei a minha viagem e minha saída de Oeiras no meio da maior calma e se vale a maneira porque fui seguido em minha saída pela população grada da terra para ajuizar-se de suas simpatias pela mudança da capital, posso dizer que a mudança é não só aplaudida em toda a província como no próprio município de Oeiras, e é isso o que cumpre aproveitar e o que tenho aproveitado, pois que V. Ex^a sabe perfeitamente que as épocas, ou antes, as circunstâncias alteram as vezes por tal forma o espírito público que questões fáceis em um momento se tornam difíceis em outros, porque o entusiasmo por uma idéia, pode crescer ou alterar-se, se os ódios ou as paixões estimuladas por circunstâncias diversas chegam a um grau em que o órgão público deixa de funcionar com a regularidade.

Relevo pois a V. Ex^a que eu procedi com tanto empenho em negócio por sua natureza grave, pois que esse empenho é recomendado por todas as considerações e principalmente pela razão de sobre mim pesar imensa responsabilidade e querer eu provar casualmente ao Governo Imperial que emprego todas as forças para corresponder a sua confiança e para resolver as complicações que sucitadas por mim em favor dos interesses da província não devem deixar de ser por mim mesmo resolvidos, já que são necessários sacrifícios para essa solução.

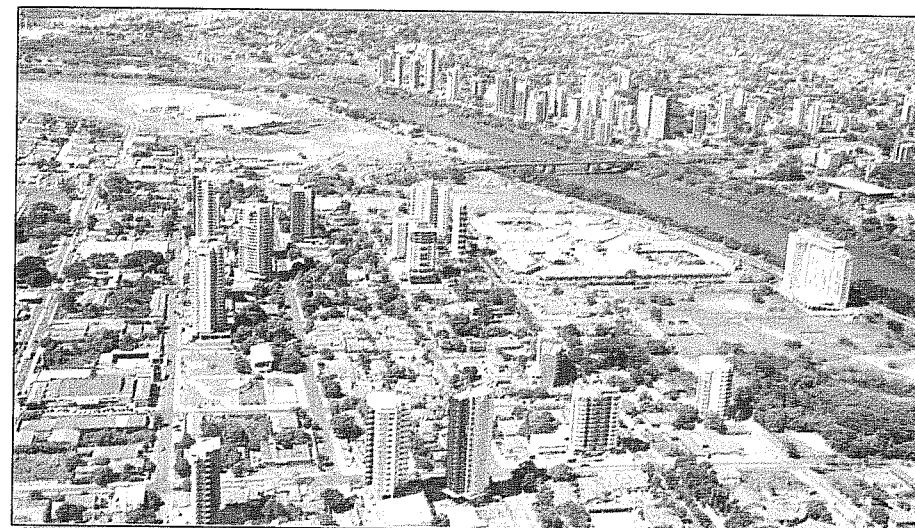
Deus guarde a V. Exc^a.

Palácio do Governo da Província do Piauí, 15 de agosto de 1852.

Ilmo e Ex^o Sr. Francisco Gonçalves Martins, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - José Antônio Saraiva.



Teresina - Hoje



A cidade ultrapassa o rio Poti (Zona Leste-margem direita)

Fundada por Saraiva no ano de 1852, Teresina completa 155 anos com ares de metrópole.

Seu crescimento tornou-se marcante a partir da década 70, quando se instala o Campus da Universidade Federal na zona Leste. A cidade que estava confinada entre os dois rios (Parnaíba e Poti), espalha-se rapidamente nesse novo espaço, em virtude das condições propícias encontradas com a implantação da infra-estrutura proporcionada pelos serviços públicos

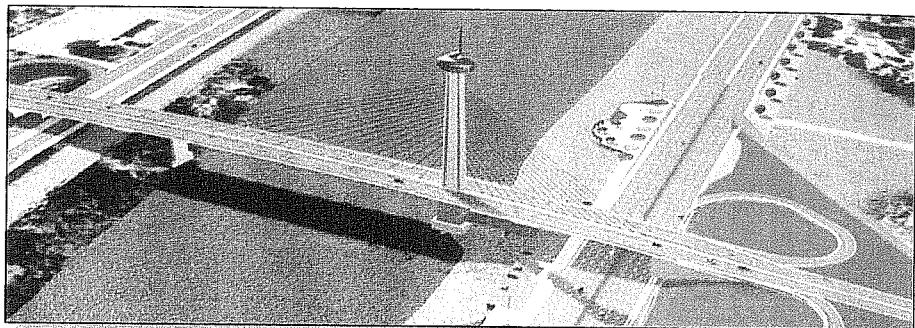
A expansão da zona Leste criou uma estrutura urbana de grande envergadura com mais de 12 bairros populosos, dividindo a Capital, em uma área central, com comércio em decadência, e uma outra cidade residencial onde florescem condomínios de luxo, shopping-centers, com infra-estrutura das mais modernas.

No entanto, a parte central da Cidade, situada entre os dois rios, continua sediando repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, a rede hospitalar pública e, particular, as agências bancárias, colégios tradicionais, hotéis e o comércio varejista de um modo geral.

Assim, a população tem de atravessar o rio Poti, uma ou várias vezes ao dia para ter acesso a esses serviços, ocasionando engarrafamentos no trânsito, uma vez que as vias de acesso já não comportam o fluxo de veículos nas duas direções.

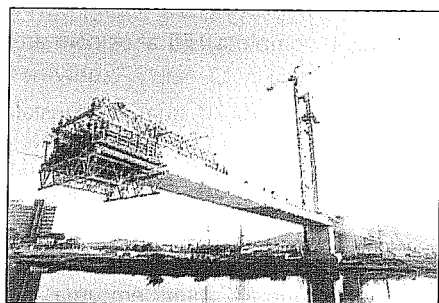
NOVAS PONTES SOBRE O RIO POTI

Há necessidade urgente da construção de novas pontes, e a Prefeitura Municipal já deu início à construção da Ponte Isidoro França ou Ponte do Sesquicentenário, ligando a Alameda Parnaíba na margem esquerda do rio à Av. Poti na margem direita, para escoamento do tráfego pela Av. Dom Severino.

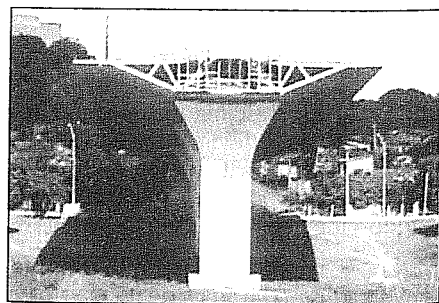


Dados técnicos: Ponte estaiada, com 379 m de extensão e 28,90 m de largura, duas pistas, cada uma com 3 faixas de tráfego; vão livre sobre o rio de 160 metros.

Dados técnicos: Ponte estaiada, com 379 m de extensão e 28,90 m de largura, duas pistas, cada uma com 3 faixas de tráfego; vão livre sobre o rio de 160 metros.



Detalhe: sem escoramento sobre o rio



Estágio atual da obra

PONTE SOBRE O POTI - BAIRRO ILHOTAS (CEFAP)

NECESSIDADE URGENTE

Objetivo: conduzir o tráfego procedente das zonas SUL e CENTRO SUL da Capital, vindo pela Av. Mal. Castelo Branco (Albertão, Cidade Nova, Monte Castelo, Piçarra), com destino à ZONA LESTE, passando pelo Teresina Shopping, evitando-se, assim, os frequentes congestionamentos na Av. Frei Serafim.



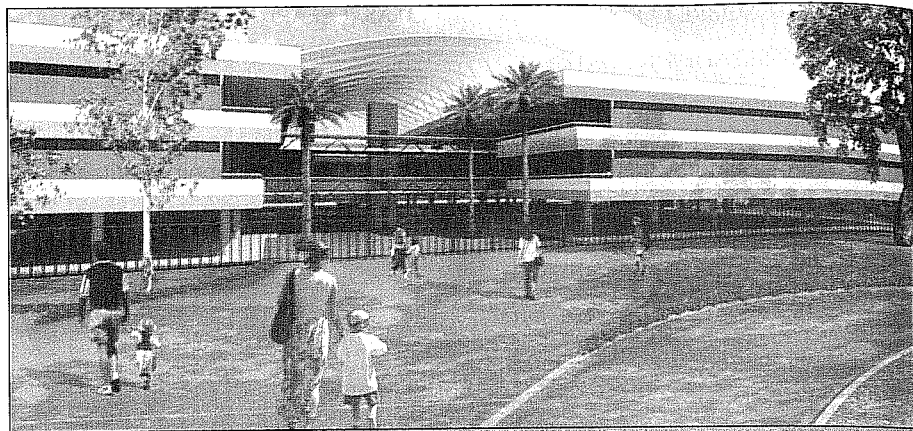
Visão artística da futura ponte

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE

Hoje são mais de cinco mil vendedores ambulantes exercendo suas atividades na área central da Cidade. A ocupação desordenada de ruas, praças, e calçadas, cria problemas para o sistema viário, além de dificultar o trânsito de pedestres que, em alguns pontos, optam por andar pela rua. A maciça presença dos ambulantes dificulta a prestação de serviços públicos, notadamente a limpeza urbana. O comércio, o mais prejudicado com a fuga da clientela habitual, deixa de investir em novos projetos, contribuindo para a estagnação da área.

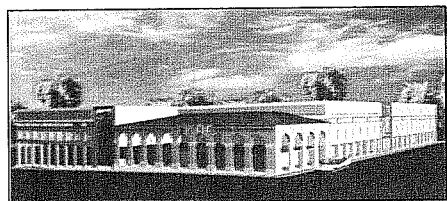
Assim, a revitalização do Centro de Teresina deve considerar, em primeiro lugar, a localização dos vendedores ambulantes.

Nesse sentido, foi projetado o Shopping Cidade, um espaço que preservará a atividade do "camelô", devendo ser construído na área ao lado da Praça Marechal Deodoro, além da reforma do prédio do Mercado Central. Os dois edifícios, embora separados, receberão um tratamento plástico de conjunto e serão integrados pelo calçamento da Rua Areolino de Abreu e pela Praça Marechal Deodoro.

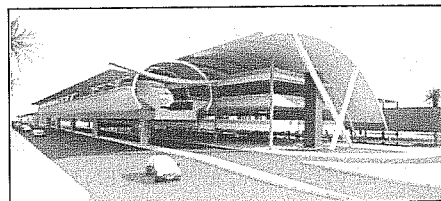


Shopping Cidade

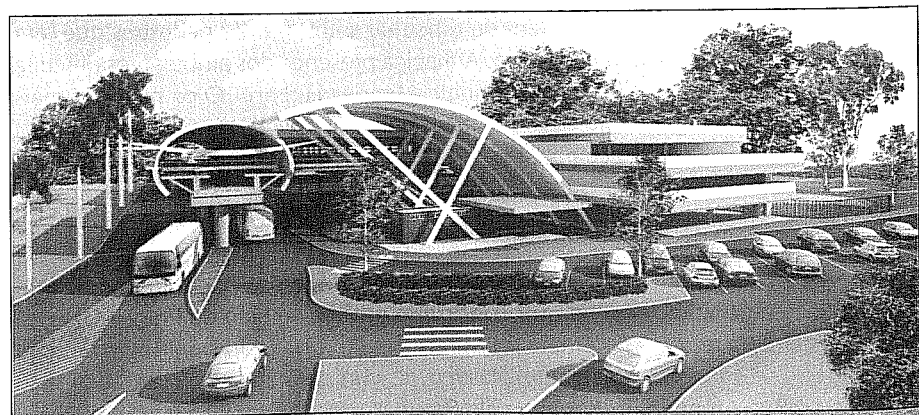
Ao pretender confinar os vendedores ambulantes num ambiente fechado, a prefeitura se preocupou em proporcionar-lhes clientes, pois a tendência natural seria seu retorno às ruas e praças. O Metrô de Teresina, transportando hoje três mil pessoas dia, poderá vir a transportar 10 mil quando da construção da Estação na Praça da Bandeira. Projetou-se, então, o Shopping, anexo à essa Estação, objetivando receber o fluxo de pessoa que por ali circularão.



Reforma do Mercado Central



Projeto da futura Estação do Metrô

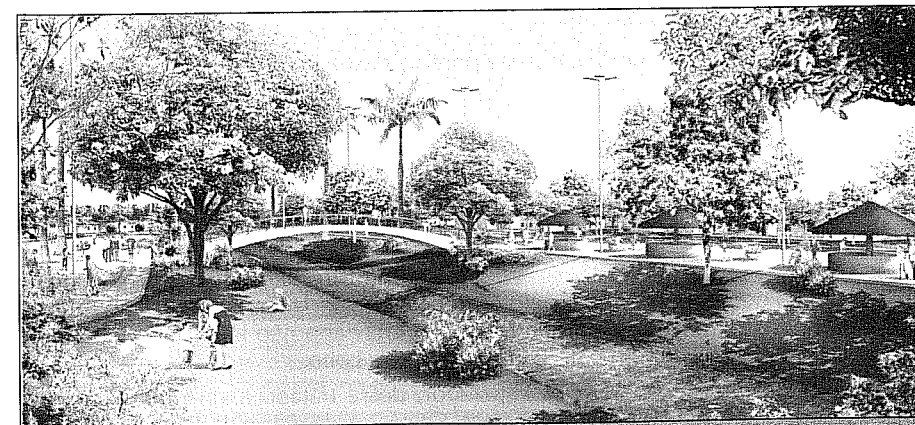
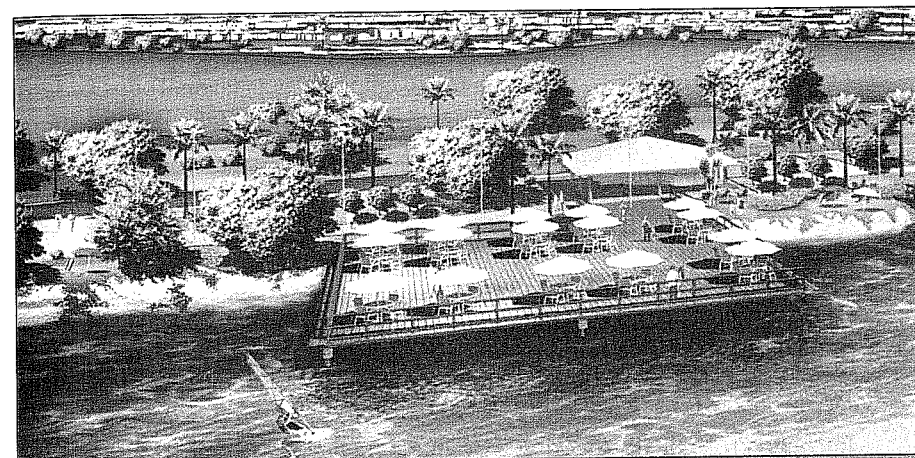
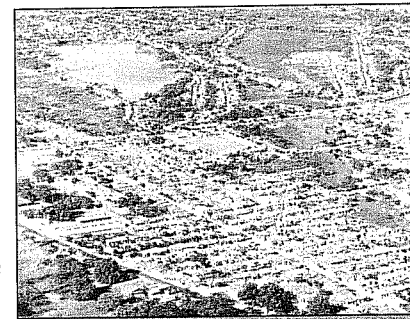


Maquete: Metrô/Shopping Cidadão

LAGOAS DA ZONA NORTE

As lagoas ciliares da Zona Norte, no encontro dos rios Parnaíba e Poti, que desde o tempo de Saraiva já causavam desconforto e inundações, e que foi motivo da mudança da Vila do Poti para um local mais elevado e salubre (Capada do Corisco), continuam provocando os mesmos desconfortos.

A Prefeitura Municipal de Teresina, pretendendo resolver em definitivo esse secular problema que aflige os moradores do atual Bairro Poti Velho e adjacências, inicia, a partir deste ano, um arrojado projeto de urbanização e saneamento da área.



Projeto de revitalização da área (Prefeitura Municipal)

ANEXO 18

CARTAS DE D. PEDRO II AO CONSELHEIRO SARAIVA

[1ª Carta]

SR. SARAIVA

Por ora só farei as seguintes reflexões a respeito do tratado de aliança e protocolo.

O Ministério passado ou mesmo apenas referindo-me ao que o Ministro de Estrangeiros devia ter dito aos paraguaios, asseveramos que nada mais exigia-mos além do que se diz na carta de 23 de abril, dirigida pelo Furtado ao Otaviano que todavia ajusta limites diferentes dos exigidos entre o Brasil e o Paraguai.

O artigo undécimo não assegura a livre navegação para qualquer número de nossos navios de guerra e não fala na primeira parte do Estado Oriental.

O artigo décimo sétimo, na última parte, emprega as palavras Todos os seus meios que não me parecem suficientes; por que não fala de guerra?

O protocolo só fala de Humaitá na atualidade e no futuro de outras fortificações de igual natureza; as instruções ordenavam mais.

Nada se estipulou relativamente à ocupação do Paraguai por forças nossas até serem cumpridas as condições de paz que exigimos, conforme se ordena na carta já referida do Furtado.

Se o tratado deve ficar secreto até se conseguir o fim principal da aliança, por que o arrasamento das fortificações e proibições de novas conforme as instruções só se referiam às do Paraguai, e, portanto não prendiam ao Brasil, mas se estipulavam no tratado de aliança?

Reconheço as dificuldades que encontraria o Otaviano, porém, Mitre precisa de nós e o que se estipulou relativamente a nossos limites, entendo com a idade do procedimento do governo brasileiro.

Creio que se deve modificar neste ponto e desde já o tratado de aliança.

Quando chegaram os papéis que devolvo?

Que notícias há da marinha e do exército?

D PEDROII

15 de maio de 1865

Observação: Saraiva, por essa época, era Ministro da Marinha, do Gabinete de 12 de maio de 1865, presidido pelo Marquês de Olinda. Em 27 de junho passou para a pasta dos Estrangeiros, porque Francisco Otaviano não a aceitara. Para a da Marinha entrou então Francisco de Paula da Silveira Lobo.

Os artigos a que se refere o Imperador, desse tratado assinado em Buenos Aires a 10 de maio de 1865 por Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Rufino de Elizalde e Carlos de Castro são os seguintes:

Art XI. Derribado o atual governo da República do Paraguai, os aliados farão os ajustes necessários com a autoridade que ali se constituir para assegurar : navegação dos rios Paraná e Paraguai, de sorte que os regulamentos ou leis daquela República não possam estorvar, entorpecer ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes e de guerra dos Estados aliados, dirigindo-se para seus territórios respectivos, ou para território que não pertença ao Paraguai; e tomarão as garantias convenientes para efetividade daqueles ajustes sob a base de que os regulamentos de polícia fluvial, quer para aqueles dois rios, quer para o rio Uruguai, serão feitos de comum acordo entre os aliados e os demais ribeirinhos, que dentro do prazo que ajustarem os ditos Aliados aderirem ao convite que lhes será dirigido.

“Art. XVII. Os aliados se garantem reciprocamente o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados que se devam celebrar com o governo, que se tem de estabelecer na República do Paraguai, em virtude do que foi concordado no presente tratado de aliança, o qual ficará sempre em toda sua força e vigor para o fim de que estas estipulações sejam respeitadas e executadas pela República do Paraguai. Para conseguir este resultado concordam que no caso em que uma das altas partes contratantes não possa obter do Governo do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou no caso em que este Governo tente anular as estipulações ajustadas com os aliados, os outros empregarão ativamente seus esforços para fazê-las respeitar. Se estes esforços forem úteis, os Aliados concorrerão com todos os seus meios para fazer efectiva a execução daquelas estipulações.”

Os signatários do tratado da Tríplice Aliança foram, como se sabe, o Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Dr. Don Rufino de Elizalde e Dr. Don Carlos de Castro.

Francisco Otaviano, representante do Brasil, era deputado brasileiro e se achava em missão especial no Rio da Prata.

Houve, é de todos sabido, três missões especiais no Prata; a de Saraiva, a de José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, e a de Francisco Otaviano.

[2ª Carta]

SR. SARAIVA:

Não se esqueça de falar a Otaviano na neutralização do Paraguai, para ele ir dispondo tudo nesse sentido.

Faltam-me cartas de minha filha e de meu genro de Paris, para mim e para a Imperatriz.

Veja se as manda.

D. PEDRO II

18 de maio de 1865

[3ª Carta]

SR. SARAIVA:

Que notícias trouxe o Brasil do Rio da Prata e do Rio Grande?

O Carmel chegou. Talvez traga ainda cartas para mim e para a Imperatriz que as espera d'Espanha e da Itália.

D. PEDRO II

22 de maio de 1865

[4ª Carta]

SR. SARAIVA:

Nada tenho a acrescentar ao que já disse sobre nossas operações militares no Rio da Prata. Se houver alguma coisa mais interessante mande.

D. PEDRO II

27 de maio de 1865

No apreciável livro do Sr. Dr. Raul Adalberto de Campos - Relações Diplomáticas do Brasil - lê-se sobre a missão Saraiva o seguinte:

(Abril-Agosto de 1864):

Como mediador, entre o Governo de Montevideu e o General Venâncio Flores, chefe da Revolução Oriental, assinou a 18 de junho de 1864, no acampamento de Puntas del Rosário, com os outros mediadores - Rufino de Elizalde, Ministro das Relações Exteriores da República Argentina, e Edward Thornton, Ministro Britânico em Buenos Aires, e com o General Flores, um Protocolo estabelecendo as condições da pacificação. Assinaram-na também, mas ad referendum, os delegados do Governo de Montevideu - Andrés Lamas e Florentino Castellanos. Esse acordo rompeu-se a 2 de julho.

"O Ministro em missão especial apresentou a 4 de agosto um ultimatum e partiu para Buenos Aires. Em 30 de agosto o Governo de Montevideu manda passaportes ao Ministro residente - Loureiro. Ficam rotas as relações entre esse Governo e o do Brasil.

"Assinou em Buenos Aires, a 22 de agosto de 1864, com o Ministro das Relações Exteriores Rufino de Elizalde, um protocolo sobre a posição assumida pelo Brasil no Uruguai, no qual a Argentina reconheceu o pleno direito que assistia ao Império de proceder na conjuntura que surgisse em suas relações com aquele país como procedem em idênticas relações todos os países." Sobre a Missão Paranhos (Novembro de 1864 - Março de 1865):

"Chegou a Buenos Aires a 2 de dezembro de 1864."

Conservou-se a princípio em Buenos Aires, onde recebeu a notícia de que se haviam rompido as hostilidades entre forças brasileiras e as do Governo de Montevideu em Paissandu e também a do rompimento do Ditador do Paraguai

contra o Brasil. Transferiu-se depois para a vila de La Unión quando se estabeleceu o bloqueio de Montevideu pelo Almirante Tamandaré e o assédio dessa praça pelo exército brasileiro do General João Propício Menna Barreto (depois Visconde de S. Gabriel) e o exército oriental do General Venâncio Flores.

"Dirigiu a 19 de janeiro de 1865 a Buenos Aires, uma nota ao Governo argentino e a 26 uma circular ao Corpo Diplomático estrangeiro sobre os acontecimentos do Uruguai (Declaração, Manifesto de guerra contra o Governo de Montevideu e reconhecimento formal do General Flores como beligerante).

"Notas reversais de 28 a 31 de janeiro de 1865 entre o General Flores e o Conselheiro Paranhos, a primeira assinada em Colorado e a segunda em Buenos Aires (compromisso tomado pelo General Flores, de atender às reclamações do ultimatum Saraiva, e da aliança com o Brasil na guerra contra o Ditador do Paraguai).

"Assinou com o General Venâncio Flores, chefe da maioria dos Orientais reconhecido em toda a República, com exceção da Praça de Montevideu, e o Plenipotenciário Manoel Herrera y Obes, nomeado pelo Governo sitiado em Montevideu, a Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865, concluída na Vila de La Unión, ato esse de que resultou a pacificação da República Oriental do Uruguai e ficar o General Venâncio Flores, aliado do Brasil, reconhecido como Governador Provisório da República Oriental do Uruguai."

Com relação à missão Francisco Otaviano (1865-1867), diz o livro já citado:

"Tendo o Ditador do Paraguai, Francisco Solano López, invadido, sem declaração de guerra, a província argentina de Corrientes e capturado duas canhoneiras argentinas, resolveu o Governo da República Argentina entrar na aliança, já existente entre o Brasil e o Uruguai, contra aquele Ditador. Francisco Otaviano assinou, então, em Buenos Aires, com os plenipotenciários, argentino Rufino de Elizalde, e o uruguaio Dr. Carlos de Castro, o Tratado de Aliança ofensiva e defensiva entre o Brasil, Argentina e Uruguai contra o Ditador do Paraguai de 1º de maio de 1865, bem como o Protocolo e reversais relativas ao mesmo tratado. Assinou com o plenipotenciário argentino Rufino de Elizalde os Protocolos de 31 de Maio de 1865 e 1º de Fevereiro de 1866, relativos a dois empréstimos de 1.000.000 de pesos fortes cada um, feitos pelo Brasil à República Argentina. Assinou em Buenos Aires com o plenipotenciário uruguaio Dr. Carlos de Castro a Convenção e Protocolo de 8 de maio de 1865, para um empréstimo de 600.000 pesos ao Uruguai, e em Montevideu o Protocolo de 5 de junho de 1865, acompanhado de uma declaração adicional da mesma data, relativo às condições do empréstimo feito em 8 de maio de 1865, o Protocolo de 22 de novembro de 1865 para outro empréstimo de 200.000 mil pesos e, finalmente, com o plenipotenciário Alberto Flangini o Protocolo de 15 de janeiro de 1867 para o subsídio ao Uruguai, por parte do Brasil, de 30.000 pesos por mês, durante a guerra do Paraguai."

Como deixei apontado, o Conselheiro Francisco Otaviano fora nomeado Ministro dos Estrangeiros do Gabinete Olinda (12 de maio de 1865), mas, não tendo aceitado o cargo, foi para o mesmo transferido o Conselheiro Saraiva, que ocupou a pasta da Marinha em 1º de junho daquele ano.

...Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, depois Barão de Aguiar de Andrada, era, por essa época, encarregado de negócios do Brasil na Colômbia, para onde fora mandado a 3 de outubro de 1863, passando para o Chile, em substituição a Francisco Adolpho de Varnhagen, em dezembro de 1866.

[5ª Carta]

SR. SARAIVA:

Parece-me exagerado o número de soldados dos exércitos invasores do Paraguai; mas é bom sempre contar com o pior.

Nada tenho a dizer a respeito do que se tem deliberado no Rio da Prata e espero que possa d'ora em diante a nossa esquadra obrar livremente.

Cumprer fazer marchar quanto antes para o Rio da Prata toda a força que estiver pronta; mas não sei como o Tamandaré contava aproximadamente com quase 7.000 homens.

O Otaviano nada disse sobre a sua entrada para o Ministério?

D. PEDRO II

2 de junho de 1865

[6ª Carta]

SR. SARAIVA:

Fiz algumas emendas no ofício ao Aguiar de Andrade, porque julgo fica assim melhor, sem alterar o seu pensamento.

D. PEDRO II

7 de junho de 1865

[7ª Carta]

SR. SARAIVA:

É preciso explicar no despacho que a demonstração de pesar a Lincoln de minha parte e da Imperatriz é particular.

D. PEDRO II

9 de junho de 1865

[8ª Carta]

SR. SARAIVA

A demora dos movimentos de nossas forças no Estado Oriental e no Rio Grande está-me dando cuidados. Cumprer que seu colega tome em maior consideração o que se manda dizer de Buenos Aires.

Nada recebeu do Tamandaré?

Recebi telegrama de que o vapor francês está à barra. Mande logo as minhas cartas, e as da Imperatriz que as esperamos da Inglaterra.

P.S. Que sabe do nosso cônsul no Paraguai?

D. PEDRO II

16 de junho de 1865

[9ª Carta]

SR. SARAIVA:

Desejo saber quais as circunstâncias do naufrágio da corveta Imperial Molheira. Felizmente não se deu tal sucesso quando conduzia tropa. O comandante é bom; mas não haveria falta de cuidado?

D. PEDRO II

25 de junho de 1865

[10ª Carta]

O Oyapock tem nos atrasado a viagem. O Ferraz há de provavelmente escrever ao Ministro da Marinha a tal respeito.

P.S. Vão estas cartas para a Europa que mandará pelo vapor francês

D. PEDRO II

Santa Catarina, 12 de julho de 1865

[11ª Carta]

SR. SARAIVA:

Como não sei quando chegarão estas cartas ao Rio aí as mando para o Sr. as enviar pelo paquete de Bordéus, porque o inglês já terá partido.

Espero que os Paraguaioi serão batidos, se já o não tiverem sido, antes de passarem ao Estado Oriental.

A província carece urgentemente de armamento de cavalaria, não falando de lanças que se fazem aqui facilmente, e de munições de guerra.

D. PEDRO II

3 de agosto de 1865

5-O cônsul do Brasil no Paraguai era Amaro José dos Santos Barbosa, nomeado em 17 de janeiro de 1853.

6- Esta carta foi escrita na viagem do Imperador para Uruguaiana. É curioso transcrever o que o Jornal do Comércio de 11 de julho de 1865, publicou sobre o embarque do Imperador:

"Efetuou-se ontem, segundo havíamos noticiado o embarque de Sua Majestade o Imperador e Sua Alteza o Sr. Duque de Saxe para a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

[12ª Carta]

SR. SARAIVA:

Mande estas cartas logo que puder; não posso contar daqui com a chegada delas ao Rio.

Cuide com urgência da prontificação de aparelhos de ponte para o exército daqui. Trabalhou-se numa no Arsenal de Marinha. O Ferraz escreve sobre as bombardas para bombardeamento pela esquadra, e entende que são muitíssimo precisas.

Pergunte ao seu colega da Marinha, da minha parte, pelos encouraçados encomendados. Veja se não se descuida das obras que se fazem no porto do Rio de Janeiro para defesa deste. Veio pouco armamento pelo Santa Maria. E os obuses encomendados? Desejaria estar informado do andamento das encomendas de guerra e da Marinha.

Creio que brevemente terão por lá boas notícias da fronteira.

D. PEDRO II

Caçapava, 13 de agosto de 1865

[13ª Carta]

SR. SARAIVA:

Leia as minhas notas. O que pus entre parênteses suprimi-lo-ia. Cumpre ser muito terminante, embora depois se tenha de atender a circunstâncias supervenientes.

Se tivesse mais tempo pode ser que ainda fizesse observações, e por isso quero cópia do despacho que for ao Otaviano. Nada se diz a este a respeito de quem deve fazer cessar o emprego das armas. Este ponto é muito importante e já disse como pensava, não admitindo para tal caso senão a intervenção oficial do almirante e do general que comandar o nosso exército.

D. PEDRO II

28 de novembro de 1865

[14ª Carta]

SR. SARAIVA:

Já tive ocasião de dizer as razões por que não sou favorável ao empréstimo; porém, é negócio a tratar em conferência, e depois comigo e far-se-á o que for resolvido.

D. PEDRO II

21 de dezembro de 1865.

[15ª Carta]

SR. SARAIVA:

Recebeu alguma coisa do Rio da Prata? Fez-se o empréstimo? O Octaviano já expendeu sua opinião sobre as reflexões da Seção ao tratado definitivo da paz? É preciso cuidar deste assunto com tempo.

Do Tamandaré não veio nada?

D. PEDRO II

12 de fevereiro de 1866

[16ª Carta]

SR. SARAIVA:

Se houver mais algumas notícias traga ou mande de tarde que há despacho. Não se esqueça das instruções a respeito da convenção consular com a França. Desejo vê-las antes de expedidas e a tempo.

D. PEDRO II

20 de abril de 1866

[17ª Carta]

SR. SARAIVA:

A respeito da interpretação da convenção consular com a França só tenho a observar concordando com as opiniões apresentadas no trabalho do Carvalho de Moraes, que para respeitar o princípio do domicílio de origem admitido pela lei 1.860, não prejudicando assim a nacionalidade brasileira dos menores nascidos de pais estrangeiros, é preciso que a intervenção consular só se dê nos casos de haver menor ou incapaz, cujo domicílio de origem seja o da nação do cônsul.

Não haverá tempo para prever todas as hipóteses nas instruções que se mandarem por este vapor; mas bastará que o Penedo saiba claramente os princípios que segue o governo para lhes dar o necessário desenvolvimento.

D. PEDRO II

22 de abril de 1866

[18ª Carta]

SR. SARAIVA:

Recomende ao Ministro brasileiro em Florença o negócio do Morgado de Nápoles pertencente à minha irmã e cunhado, a Condessa e Conde de Aguila.

Mando-lhe estes retalhos de jornal para ver que a França e a Itália têm tomado parte em interesses análogos.

D. PEDRO II

23 de abril de 1866

[19ª Carta]

SR. SARAIVA:

Se tiver recebido algum ofício de interesse do Otaviano mande-me à casa de meu genro em Botafoço para onde vou às 3 horas da tarde.

D. PEDRO II

20 de maio de 1866

[20ª Carta]

SR. SARAIVA:

Mande-me o que há a respeito da mediação oferecida pelo Ministro do Peru no Rio da Prata.

D. PEDRO II

7 de julho de 1866

[21ª Carta]

SR. SARAIVA:

Que disse Fortunato de Brito no Ofício de 14 de junho a respeito dos bons ofícios e da mediação? Que se comunicou a nosso Ministro no Rio da Prata? As 3 horas vou para casa de meu genro, e lá poderá mandar a resposta.

D. PEDRO II

8 de julho de 1866

[22ª Carta]

SR. SARAIVA:

Sinto que esteja pior. É preciso resguardar-se do ar.

Já sabe como penso a respeito da mediação.

As instruções expedidas são bem terminantes; com o López não trataremos, e com outro só conforme os fins da guerra que faremos embora sem aliados. Cumpre que saibam isto lá bem claramente.

Quanto ao Flores será mau que ele se retire; mas é preciso que a linguagem do Otaviano e dos nossos generais não revele que precisamos dos aliados e de sua força moral, sem contudo ofendê-los.

D. PEDRO II

20 de julho de 1866

[23ª Carta]

SR. SARAIVA:

Estimo que vá melhor.

A carta do Elizalde revela desconfiança do acertado procedimento da parte do Tamandaré; o que não julgo merecido. Para a esquadra operar com vantagem real carece de força de desembarque, ou de que o exército tenha meios de marchar. Se o exército podia atacar Curupaiti, a imobilidade da esquadra não se explica. O Tamandaré, segundo escrevo ao Ministro da Marinha, espera a resposta do Porto Alegre, e se ele não descer, o que não é de supor, pretende só com a armada fazer alguma coisa. Assim possa a infantaria do Porto Alegre descer prontamente. Os transportes foram distraídos para a condução da cavalaria e das mulas.

É preciso ver que intervenção deve ter o voto do Porto Alegre na direção da guerra.

Creio que será bom escrever a tal respeito ao Otaviano.

D. PEDRO II

21 de julho de 1866

[25ª Carta]

SR. SARAIVA:

Desejaria saber, antes de lavrar o decreto, em que sentido se quer reformar o plano das loterias.

Pode mandar, logo que quiser, os papéis que disso me informem.

D. PEDRO II

Rio, 4 de abril de 1880

[26ª Carta]

SR. SARAIVA:

Já antes de falar ao Pedro Luiz tinha pensado na conveniência de um despacho antes de sábado. Pode ser na quarta-feira, e se puder espero-o antes das 7 horas; porque terei de falar-lhe mais tempo que ordinariamente. Ainda não tive tempo de pôr-me em dia com as discussões; mas penso que tudo tem corrido bem em geral.

D. PEDRO II

Rio, 7 de junho de 1880

[27ª Carta]

SR. SARAIVA:

Espero-o amanhã para conversarmos. Desejo que traga o que puder informar-me sobre o estado do Tesouro e equilíbrio do orçamento que se discute.

Sobre os lamentáveis sucessos da Vitória apenas direi agora que lamento que o Dória ainda não tivesse chegado ontem ao Recife. Não se explica a demora em demitir o delegado e nomear outro, apesar da ordem sua, assim como a falta de telegrama do Vice-Presidente referindo o sucedido às 5 da tarde de 27.

Os diários de Pernambuco têm feito acusações ao delegado da Vitória e o Sr. sabe o que sempre tenho tido em todos os tempos contra a maneira por que se fazem tais nomeações.

Com semelhante autoridade nunca haverá eleições regulares.

D. PEDRO II

28 de junho de 1880

[28ª Carta]

SR. SARAIVA:

Não podia deixar de esperar a proposta de demissão do Vice-Presidente Adelino.

Pode mandar o decreto hoje mesmo embora a publicação da medida se possa fazer logo.

Talvez o Pelotas ou seu colega da Justiça recebesse comunicações do Presidente do Rio Grande do Sul.

D. PEDRO II

29 de junho de 1880

[29ª Carta]

SR. SARAIVA:

Na resposta ao 2º quesito será melhor não falar em filósofo ou publicista, dizendo apenas que a opinião de Hilhard sempre teve o caráter de individual.

Já que se falou de Chefe do Poder Executivo, sempre direi que nem ele nem Hilhard procederiam com o pouco bom-senso que se mostrou supor-lhes.

Também o Freitas Coutinho pretende que houvesse protegidos imperiais, quanto ao contrato da Estrada de Ferro do Paraná. Ninguém deve julgar somente pelo que possa ter ouvido.

A estação do calor principiou, acaba de morrer de febre amarela a Baronesa de Vassouras, e que andamento tem tido a postura relativa a escavações? Não falei nisto em despacho, porque evito lembrar medidas intuitivamente urgentes.

D. PEDRO II

Rio, 24 de novembro de 1880

[30ª Carta]

SR. SARAIVA:

Logo que puder mande-me o exemplar do projeto da reforma que lhe envie. Vão diversos papéis para o Sr. e colegas seus. A outros que mandaram pastas hoje restitui as que tinha de suas repartições.

Alguns dos papéis que lhe remeto recebi-os ontem em carta de meu genro, o Conde d'Eu.

Julgo que nada tem havido nas obras dos reservatórios.

Parece que o serviço de reboque na barra de Aracaju é muito mal feito. Receberam-se notícias do Rio da Prata e das Repúblicas do Pacífico

Desejo ver o último balanço da tesouraria do Tesouro.

D. PEDRO II

Rio, 24 de dezembro de 1880

[31ª Carta]

SR. SARAIVA:

Recomendo-lhe o exame e pronta resolução a respeito do pedido feito ao Ministério da Fazenda pelo do Império do terreno preciso para as observações que pretende fazer o holandês Bychevorsel, que está a chegar. Este sábio foi-me recomendado já há tempo, e falei a tal respeito ao respectivo ministro, que julgo era então o Sodré.

Ainda ultimamente escreveu-me o Nioac a respeito de Bychevorsel, que é pessoa muito distinta.

D. PEDRO II

Rio, 9 de dezembro de 1880,

[32ª Carta]

SR. SARAIVA:

Ficará o despacho para quarta-feira pela última razão apresentada. Se houver negócio urgente até lá sabem que me encontrarão ordinariamente em S. Cristóvão, às 9 1/2 da manhã ou às 5 da tarde.

Que notícias tem recebido a respeito das eleições do Norte?

D. PEDRO II

Rio, 22 de dezembro de 1880

[33ª Carta]

SR. SARAIVA:

Desejo que haja hoje despacho às 6 horas da tarde.

D. PEDRO II

Rio, 19 de janeiro de 1881

RESPOSTA [Letra de Saraiva] - Tive a honra de receber a carta de V. M. Imperial ordenando-me que haja despacho hoje às 6 horas da tarde.

Tendo o Ministério resolvido dar hoje a V.M. Imperial sua demissão coletiva tenho de ir às 6 horas comunicar a V. M. Imperial essa nossa deliberação.

J.A.S

[34ª Carta]

SR. SARAIVA:

O Galvão veio prevenir-me de que sábado próximo .começarão as provas dum concurso na Escola Politécnica. A 1 e 1/2 estarei pronto para o despacho.

D. PEDRO II

Rio, 26 de fevereiro de 1881

[35ª Carta]

SR. SARAIVA:

Nada tenho que observar a respeito da designação das presidências depois do que conversamos sábado. Em consequência do deliberado enviou-me ontem o Ministro do Império as cartas imperiais que remeti assinadas hoje.

D. PEDRO II

Rio, 0 4 e março de 1881

[36ª Carta]

SR. SARAIVA:

A notícia do telegrama é de importância. Realizou-se o que eu receava desde que li as cartas trazidas por Magarinos.

Agora cumpre estar vigilante na nossa fronteira que não sei se está bem guarnecida e não envolver-nos nem deixar que nos envolvam nos negócios públicos do Estado Oriental.

D. PEDRO II

Rio, 15 de agosto de 1881

[37ª Carta]

SR. SARAIVA:

Envio-lhe o incluso telegrama que me restituirá depois de lê-lo. O despacho será na sexta-feira às horas do costume.

Estarei sábado às 7 horas da manhã no Arsenal de Marinha onde embarcarei. Diga a seu colega da Marinha para estarem prontos os galeões a vapor e a remos do

serviço ordinário. Convém prevenir pela imprensa o público de que minha filha não desembarca no Arsenal de Marinha.

D. PEDRO II

Rio, 7 de dezembro de 1881

[38ª Carta]

SR. SARAIVA:

O Dr. Crevaux é viajante já conhecido pelos seus trabalhos. Antes de sua visita ontem já eu tinha tido ocasião de julgar de seu mérito, e pedi-lhe uma indicação de suas novas explorações, bem como dos auxílios que lhe pudesse prestar o Governo brasileiro.

Acabo de receber a comunicação que vai junta. Crevaux pretendia seguir no Niger para o Rio da Prata. Penso que os favores que se pudesse fazer ao Dr. Crevaux redundariam em proveito para o Brasil.

D. PEDRO II

Rio, 11 de dezembro de 1881

Nota - Jules Nicolas Crevaux, médico da marinha e explorador francês, nascido em 1847 e morto em 1882, no Gran Chaco.

Crevaux consagrou sua vida a importantes explorações na América do Sul. Em suas duas primeiras viagens explorou os montes Tumuc-Humac e diversos afluentes do Amazonas e do Oiapoque (1876-1879).

No ano seguinte, subiu o rio Magdalena, flangeou a Cordilheira dos Andes e conseguiu atingir o Orenoco por um afluente ainda inexplorado, o Guaviara. Crevaux visitou também o alto Paraguai, estudando alguns dos seus afluentes da margem direita. A relação de suas viagens está publicada com o título: Voyage dans l'Amérique du Sud (1883).

ANEXO 19

TESTAMENTO DO CONS. JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA - 1895

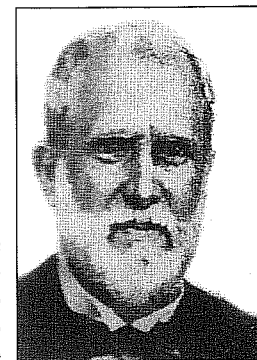
TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Autuação de testamento com que faleceu nesta Cidade no dia 21 de Julho de 1895 o Conselheiro José Antônio Saraiva.

Testamenteiro o Desembargador José Antônio Saraiva

O 1º Escrivão Columbiano Cândido Rodrigues

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e cinco, aos vinte e quatro dias do mês de Julho, nesta Cidade do Salvador, Capital do Estado Federado da Bahia, em meu cartório autuo o testamento do Conselheiro José Antônio Saraiva, com despacho nele



Conselheiro Saraiva

exarado, que adiante se segue. Do que, para constar, faço este termo. Eu, Colombiano Cândido Rodrigues, primeiro Escrivão da Provedoria o subscrevi.

Eu, José Antônio Saraiva, bem conhecido por todos os meus concidadãos e estando no pleno gozo de minhas faculdades intelectuais, faço o meu testamento pela forma infraescrita.

Declaro que creio em Deus, e com ele desejo sempre viver até a Eternidade. Fui casado, mas não tive filhos e nem tenho herdeiros necessários e por isso disponho dos meus humildes haveres, como a minha consciência e o meu coração me ditam.

Deixo cinqüenta ações do Banco do Brasil a meu irmão Antônio José Saraiva, e outras de igual número e valor à minha irmã D. Maria Helena Saraiva.

Deixo também a meu Sobrinho Luiz Moreira de Carvalho vinte cinco ações do Banco do Brasil, a casa em que ele mora e mais vinte cabeças de gado.

Deixo mais dez ações do referido Banco do Brasil a cada uma das filhas solteiras do meu compadre e amigo Desembargador José Antônio da Rocha Viana, em sinal o testemunho da amizade e consideração que sempre me demonstraram e do que me deram constantes provas.

Deixo cinco das ditas ações a Cândida Ribeiro.

Deixo a meus criados de nome Cornélio a quantia de um conto de réis (1:000\$000), e no de nome Arlindo a de cem mil réis (100\$000). Deixo a meu Sobrinho Antônio José Saraiva, empregado na Alfândega deste Estado, a quantia de um conto de réis (1:000\$000).

Deixo à minha Sobrinha Maria José o sítio denominado Quitangá, cujo usufruto concedi durante a sua vida, à minha Prima D. Maria Rocha, usufruto que depois de sua morte passará à minha referida sobrinha Maria José, a quem deixo mais dez ações do Banco do Brasil.

Nomeio meus testamenteiros em primeiro lugar o meu Sobrinho Desembargador José Antônio Saraiva, em segundo o Engenheiro Antônio Augusto Saraiva e em terceiro a Luiz Antônio Saraiva. Recomendo e faço a qualquer dos meus testamenteiros que aceitar a testamentária que requeira logo ou no prazo mais breve o meu inventário, e de acordo com o Juiz competente venda os títulos das ações que possam, tantos quantos precisos forem para pagamentos de quaisquer dívidas as quais eu esteja obrigado e responsável.

Deixo aos meus três sobrinhos e testamenteiros nomeados o meu Engenho da Purificação com terras, gados, tudo quanto nele existir e todos os seus pertences, para o fim de cumprirem as minhas determinações seguintes:

Tratarem da Educação das duas filhas menores de Maria José, às quais deixo a quantia de cinco contos de reis (5:000\$000) dividida entre ambas e pagarem metade da quantia de letra por mim abonada no Banco da Bahia à minha irmã

D. Maria Helena Saraiva, e mais a quantia de cem mil reis (100\$000) a cada um dos libertos que estiverem a meu serviço, e, finalmente qualquer dívida a quem eu esteja responsável e do que não tenha feito menção neste testamento.

Declaro que estou com minhas contas juntas com minha irmã D. Maria Helena Saraiva, pois recebi tudo quanto dispendi na liquidação e despesas feitas com a fazenda Jacaricica.

Declaro que ajustei a venda dos terrenos da fazenda "Jacaricica" com o Dr. Lino Caciono Lima, mediante a retribuição de quinze por cento pelos dinheiros

efetivamente exibidos e entregues conforme a conta que ele apresentar e de acordo com os contratos que tenha feito e ainda fizer.

Tenho assim concluído este meu testamento, disposição de última vontade, e por esta revogo outra qualquer e peço às Justiças do meu País lhes dêem inteiro valor e real cumprimento. Vai este escrito pelo Tabelião Luiz Pereira de Mello, a meu rogo, e somente por mim assinada, depois de o ler e em tudo achá-lo conforme; não sendo escrito do meu punho em estando meu estado precário de saúde.

Bahia, 6 de Julho de 1895. José Antônio Saraiva.

ANEXO 20

O PIAUÍ NO PARLAMENTO IMPERIAL

(in Camillo Filho- O Piauí no Império)

A Província do Piauí elegeu seus representantes às Cortes Constituintes de Lisboa o Padre Domingos da Conceição e Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (1821-1822). O Padre Domingos substituiu o deputado eleito - Dr. Ovídio Saraiva de Carvalho que recusou o encargo.

Não elegemos, porém, representantes à efêmera Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil (1823), que teve suas portas cerradas por Dom Pedro I.

Nas vinte legislaturas da fase imperial, todavia, o Piauí teve representação na Câmara dos Deputados e na Câmara do Senado.

No período imperial foram 3 (três) os senadores pelo Piauí vitalícios - a saber:

1. Luiz José de Oliveira Mendes, Barão de Monte Santo.
2. Joaquim Francisco Viana
3. João Lustosa da Cunha Paranaguá.

O magistrado baiano, Dr. Luiz José de Oliveira Mendes, 1º Barão de Monte Santo (21.06.1779 - 21.03.1851) exerceu o mandato de senador pelo Piauí no período compreendido entre 04.05.1826 a 21.03.1851, tendo ocupado os cargos de Secretário, Vice Presidente e Presidente do Senado.

O fluminense Joaquim Francisco Viana (15.01.1803-11.04.1864), bacharel em Matemática, Filosofia e Direito, foi Senador pelo Piauí de (07.05.1853 a 11.04.1864).

O primeiro piauiense a ocupar o cargo de Senador foi João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaguá (21.08.1821- 09.12.1912). Era bacharel em Direito e foi Conselheiro de Estado. (Vide biografia anexa).

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS o Piauí contou com a seguinte representação:

1ª Legislatura (1826-1829)

Padre Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago

2ª Legislatura (1830-1833)

Padre José Monteiro de Sá Palácio

3ª Legislatura

Francisco de Sousa Martins

José Joaquim de Lima e Silva Filho, Visconde de Magé.

Sousa Martins (06.01.1805 - 01.02.1857) era bacharel em Direito e representou o Piauí na 3ª, 4ª, 5ª e 6ª legislaturas. Foi presidente das Províncias da Bahia e do Ceará.

Marechal de Exército e Conselheiro de Estado, o carioca José Joaquim de Lima e Silva Filho, Visconde de Magé, foi deputado pelo Piauí no decorrer da 3ª, 4ª e 5ª legislaturas, de 1834 a 1844.

4ª Legislatura (1838-1841)

Francisco de Sousa Martins

José Joaquim de Lima e Silva Filho, Visconde de Magé

5ª Legislatura (1843-1844)

Joaquim Inácio da Costa Miranda

José Joaquim de Lima e Silva Filho, Visconde de Magé

6ª Legislatura (1845-1847)

Francisco de Sousa Martins

José Ildefonso de Sousa Ramos, Barão das 3 (Três) Barras, Visconde de Jaguari

Tomaz Joaquim Pereira Valente, Conde do Rio Pardo.

Sousa Ramos era mineiro, tendo governado o Piauí de 30.12.1843 a 08.09.1844, sendo eleito deputado para a 6ª legislatura.

O Conde do Rio Pardo, português de nascimento e Oficial do Exército, após haver presidido a Província do Piauí foi eleito suplente de Deputado à 6ª Legislatura.

7ª Legislatura (1848-1849)

Antônio Borges Leal Castelo Branco

Marcos Antônio de Macedo

O magistrado Antônio Borges Leal Castelo Branco foi também Suplente de deputado à 10ª Legislatura e Presidente de Pernambuco (1865).

O ilustre piauiense Dr. Marcos Macedo, deixou a Presidência do Piauí para assumir o cargo de Deputado. Faleceu em Stuttgart-Alemanha

8ª Legislatura (1850-1852)

Anselmo Francisco Peretti

João Lustosa da Cunha Paranaguá

Manoel Joaquim Bahia

Peretti era pernambucano. Após haver governado Sergipe e Alagoas, foi eleito deputado pelo Piauí.

Manoel Joaquim Bahia era magistrado e foi deputado também pela Bahia, seu Estado natal, em duas legislaturas.

9ª Legislatura (1853-1856)

Antônio de Sousa Mendes

João Lustosa da Cunha Paranaguá

Antônio de Sousa Mendes era Oficial do Exército.

10ª Legislatura (1857-1860)

Antônio Francisco de Sales

João Lustosa da Cunha Paranaguá

João da Silva Miranda

11ª Legislatura (1861-1863)

Francisco José Fialho

João Lustosa da Cunha Paranaguá

Simplicio de Sousa Mendes

O tabelião Francisco José Fialho foi também eleito para a 12ª e 13ª legislatura

12ª Legislatura (1864-1866)

Francisco José Fialho

João Lustosa da Cunha Paranaguá

Polidoro Cesar Burlamaqui

O bacharel em Direito Polidoro Cesar Burlamaqui, também deputado à 13ª Legislatura, foi Presidente do Paraná e do Piauí, seu Estado natal.

13ª Legislatura (1867-1868)

Francisco José Fialho

José Lustosa da Cunha (futuro Barão de Santa Filomena)

Polidoro Cesar Burlamaqui

14ª Legislatura (1869-1872)

Antônio Coelho Rodrigues

Antônio Francisco de Sales

Aureliano Ferreira de Carvalho

Enéias José Nogueira-suplente

Jurista de renome, Antônio Coelho Rodrigues foi deputado, também, à 16ª e 20ª Legislaturas.

O bacharel em Matemática - Aureliano Carvalho - faleceu no decurso do mandato (18.07.1871).

15ª Legislatura (1873-1875)

Agesilau Pereira da Silva

Manoel Pinheiro de Miranda Osório

Padre Tomaz de Moraes Rego

16ª Legislatura (- 1877)

Antônio Coelho Rodrigues

Fernando Pires Ferreira

Franklin Américo de Menezes Dória

Dória, baiano, foi eleito deputado da 16ª a 19ª legislaturas. Governou o Piauí, Maranhão e Pernambuco. Exerceu ainda os cargos de Ministro de Estrangeiros, da Guerra, do Império e da Agricultura. 28º e 36º Gabinetes do II Império.

17ª Legislatura (1878-1881)

Franklin Américo de Menezes Dória

José Basson de Miranda Osório

José Manoel de Freitas

José Basson, deputado também à 18ª legislatura, era bacharel em Direito e foi Presidente da Paraíba.

O Dr. José Manoel de Freitas, magistrado, presidiu as províncias do Maranhão e Pernambuco.

18ª Legislatura (1882-1884)

Cândido Gil Castelo Branco

Franklin Américo de Menezes Dória

José Basson de Miranda Osório.

Cândido Gil era magistrado.

19ª Legislatura - 1885

Cândido Gil Castelo Branco

Franklin Américo de Menezes Dória

Simplício Coelho de Rezende

20ª Legislatura (1886-1889)

Antônio Coelho Rodrigues

Jaime de Albuquerque Rosa

Simplício Coelho de Rezende

PIAUIENSES QUE GOVERNARAM OUTRAS PROVÍNCIAS

No período imperial diversos filhos do Piauí foram nomeados pela Regência e pelo Imperador Pedro II para o governo de várias províncias brasileiras.

1. Antônio Borges Leal Castelo Branco, governou Pernambuco (25.01.1865/01.08.1865);

2. Casimiro José de Moraes Sarmento governou o Rio Grande do Norte (1845/1848) e o Ceará (1849/1851);

3. Francisco José Furtado, governou o Amazonas (11.11.1857/23.11.1860);

4. Francisco de Sousa Martins governou a Bahia (10.12.1834/15.03.1836) e o Ceará (03.02.1840/19.10.1840);

5. José Manoel de Freitas governou o Maranhão (07.03.1882/16.07.1883) e Pernambuco (17.07.1883/19.09.1884);

6. José Besson de Miranda Osório governou a Paraíba (09.11.1882/06.08.1883);

7. José da Cunha Lustosa Paranaguá, governou o Amazonas (17.03.1882/10.03.1884) e Santa Catarina (19.09.1884/27.06.1885),

8. João Lustosa da Cunha Paranaguá governou o Maranhão (19.10.1858/25.09.1859), Pernambuco (08.08.1865/02.11.1866) e Bahia (23.03.1881/28.03.1882);

9. Polidoro Cesar Burlamaqui governou o Paraná (05.11.1866/22.10.1867)

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ

Uma das maiores expressões da política piauiense, em todos os tempos.

Marquês de Paranaguá. Filho do coronel José da Cunha Lustosa e de D. Ignácia Antônia dos Reis Lustosa; neto do português José da Cunha Lustosa e da paulista Helena de Sousa Lustosa, nasceu no Piauí, na fazenda Brejo do Mocambo, na antiga freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá (município de Parnaíba).

Formado pela Faculdade de Direito de Olinda (1846), desde cedo ocupou o cargo de Juiz, fazendo carreira na magistratura até atingir o cargo de Conselheiro (correspondente a Desembargador) em sua Província natal.

Em 1847, casou com Maria Amanda Pinheiro de Vasconcelos, filha do Visconde de Monserrate, com quem teve vários filhos, destacando-se:

- José Lustosa da Cunha Paranaguá, foi Presidente das Províncias do Amazonas e Santa Catarina,

- Maria Amanda Lustosa Paranaguá (Baronesa de Loreto), casada com Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto,

- Maria Francisca de Paranaguá, casada com Horace-Dominique Barral, filho de Luísa Margarida Portugal de Barros, Condessa de Barral.

Pelo Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá foi eleito Deputado Provincial (correspondente ao cargo de Deputado Estadual), em 1840, e deputado Geral (atual Federal) de 1850 a 1864. Foi o primeiro piauiense a ocupar o cargo de Senador. Chegou ao Senado em 09.05.1865 e ali permaneceu até 15.11.1889.

Ocupou vários Ministérios: Ministro da Justiça, Ministro dos Estrangeiros, Ministro da Guerra, Primeiro-Ministro e Ministro da Fazenda.

Quando ocupou o Ministério Guerra, o país vivia o conflito com o Paraguai

Foi Presidente das Províncias do Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Manteve intensa vida cultural, tendo presidido a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foi agraciado com vários títulos nobiliárquicos: Segundo Visconde (com grandeza, em 1882) e o Segundo Marquês de Paranaguá. Grande do Império, Comendador da Ordem de São Gregório Magno, dentre outras.

Era irmão do Barão de Paraim (José da Cunha Lustosa) e do Barão de Santa Filomena (José Lustosa da Cunha)

Com a proclamação da República abandonou a atividade política. Suas correspondências com o imperador D. Pedro II, de grande valor histórico, estão arquivadas no Museu Imperial de Petrópolis.



ANEXO 21

Emblema do Estado do Piauí

Lei nº 1050, de 24. 07.1922

Adota como emblema do Estado do Piauí o brasão composto das peças heráldicas abaixo descritas, segundo o modelo debuxado no anexo nº 1.

João Luiz Ferreira, Governador do Estado do Piauí.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara decreta e eu promulgo a seguinte lei:



Art. 1º - É adotado como emblema do Estado do Piauí o brasão composto das peças heráldicas abaixo descritas, segundo o modelo debuxado no anexo nº 1:

a) Um escudo neoclássico cortado, sobre o campo superior de oiro velho, esmaltadas em sinopla, uma ao lado da outra e equidistantes, as três palmeiras nativas do Piauí - Carnaúba (*coripha cerifera*), à dextra, lembrando a fase nômade e pastoril de penetração pelos bandeirantes no território virgem; Buriti (*mauritia vinifera*), ao centro marcando a época subsequente de fixação e estabelecimento dos núcleos de população e do amanho das terras, e Babaçú (*Orbignya speciosa*) à sinistra, assinalando a evolução econômica; ao campo inferior do escudo de fundo branco estriado de corticas em faixas de cor azul cobalto, sobrepõem-se, dispostos em roquetes, três piaus de prata representando os maiores rios do Piauí - Parnaíba, Canindé e Poti. As coticas azuis, em número de sete, correspondem aos principais afluentes à margem direita do rio Parnaíba. Separando os campos e delimitando o escudo, há ainda um filete e uma bordadura de esmalte goles, ambos estreitos;

b) Uma estrela de prata com cinco pontas; ao alto do chefe de escudo, simbolizando aspiração de progresso;

c) Um par de ramos, em sinopla, ouro e prata, respectivamente de algodoeiro, à direita e cana-de-açúcar à esquerda do escudo, figurando as duas principais produções agrícolas do Estado, atadas em cruz de Santo André por uma flâmula azul cobalto, farpada em ambas as pontas e tendo inscritas em letras de ouro a legenda que se adota para o Estado - *Impavidum ferient ruinae* - e a data de 24 de janeiro de 1823, a proclamação de sua independência,

Art. 2º - O pavilhão do Estado adota as cores nacionais verde e amarelo - alternadas em sete faixas da primeira e seis da segunda, contendo, no canto superior esquerdo, um retângulo azul em cujo centro figura uma estrela branca, simbolizando o Piauí como unidade da Federação Brasileira; tudo segundo o modelo anexo nº 2.

Art. 3º - É mantido para os sinetes de documentos oficiais o selo do Estado, criado pela lei nº 38, de 6 de julho de 1894.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se como lei do Estado.

O Secretário de Governo assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, Teresina, 24 de julho de 1922, 34º da República.

João Luiz Ferreira

Pedro Borges da Silva

Selada, numerada e promulgada a presente lei nesta Secretaria de Governo do Estado do Piauí aos 24 de julho de 1922.

O Chefe do Expediente,

Justino Barbosa de Carvalho

Hino Oficial do Estado do Piauí

Lei nº 1078 de 18 de julho de 1923

Sobre o Hino Oficial do Estado.

O Dr. João Luiz Ferreira, Governador do Estado do Piauí

Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - É adotado como letra do Hino Oficial do Estado, o “Hino do Piauí”, escrito pelo poeta Da Costa e Silva, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da nossa adesão à Independência.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se como lei do Estado.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 18 de julho de 1923, 35º na República.

João Luiz Ferreira

Daniel Paz

Numerada, selada e promulgada a presente lei nesta Secretaria do Governo do Estado do Piauí aos 18 de julho de 1923.

O Chefe de Expediente

Justino Barbosa de Carvalho

Hino do Piauí

(Letra: Antônio Francisco Da Costa e Silva/ Música: Firmina Sobreira Cardoso)

Salve! terra que aos céus arrebatas
Nossas almas nos dons que possuis:
A esperança nos verdes das matas,
A saudade nas serras azuis.

Piauí, terra querida,
Filha do sol do equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!
As águas do Parnaíba,

Rio abaixo, rio arriba,
Espalhem pelo sertão
E levem pelas quebradas,
Pelas várzeas e chapadas,
Teu canto de exaltação!

Desbravando-te os campos distantes
Na missão do trabalho e da paz,
A aventura de dois bandeirantes
A semente da Pátria nos traz.

Sob o céu de imortal claridade,
Nosso sangue vertemos por ti,
Vendo a Pátria pedir liberdade,
O primeiro que luta é o Piauí.

Possas tu, no trabalho fecundo
E com fé, fazer sempre melhor,
Para que, no concerto do mundo,
O Brasil seja ainda maior.

Possas Tu, conservando a pureza
Do teu povo leal, progredir,
Envolvendo na mesma grandeza
O passado, o presente e o porvir.

ANEXO 22

GOVERNADORES DO PIAUÍ PIAUÍ CAPITANIA

NOME	PERÍODO
João Pereira Caldas	20/09/1759 a 03/08/1769
Gonçalo Lourenço Botelho de Castro	03/08/1769 a 01/01/1775
Junta de Governo	01/01/1775 a 12/12/1797
D. João de Amorim Pereira	12/12/1797 a 16/10/1799
Francisco Diogo de Moraes	16/10/1799 a 17/02/1803
D. João de Amorim Pereira	17/02/1803 a 04/06/1803
Pedro José César de Meneses	04/06/1803 a 02/03/1805
Luiz Antônio Sarmiento de Maia	02/03/1805 a 21/01/1806
Carlos César Burlamaqui	21/01/1806 a 20/10/1810
Francisco da Costa Rabelo	20/10/1810 a 13/07/1811
Junta de Governo	13/07/1811 a 10/01/1814
Baltazar de S. Botelho de Vasconcelos	10/01/1814 a 14/07/1819
Elias José Ribeiro de Carvalho	14/07/1819 a 26/10/1821
Junta (eleita) de Governo	26/10/1821 a 07/04/1822
Junta de Governo	07/04/1822 a 24/01/1823
Junta de Governo	24/01/1823 a 20/09/1824
Conselho de Governo	20/09/1824 a 01/05/1825
Manuel de Sousa Martins	01/05/1825 a 09/12/1828
Inácio Francisco de Araújo Costa	09/12/1828 a 13/02/1829
Manuel de Sousa Martins	13/02/1829 a 15/02/1829
João José Guimarães e Silva	15/02/1829 a 17/02/1831
Manuel de Sousa Martins	17/02/1831 a 30/12/1843
José Ildefonso de Sousa Ramos	30/12/1843 a 09/09/1844
Tomás Joaquim Pereira Valente	09/09/1844 a 28/06/1845

Francisco Xavier de Cerqueira	28/06/1845 a 28/07/1845
Zacarias de Góes e Vasconcelos	28/07/1845 a 07/09/1847
Marcos Antônio Macedo	07/09/1847 a 14/03/1848
Francisco Xavier de Cerqueira	14/03/1848 a 11/07/1848
Anselmo Francisco Peretti	11/07/1849 a 25/12/1849
Inácio Francisco da Mata	25/12/1849 a 07/09/1850
José Antônio Saraiva	07/09/1850 a 12/03/1853
Simplício de Sousa Mendes	12/03/1853 a 02/04/1853
Luiz Carlos de Paiva Teixeira	02/04/1853 a 05/12/1853
Antônio Francisco P. Carvalho	05/12/1853 a 09/08/1855
Ernesto José Batista	09/08/1855 a 16/09/1855
Balduino José Coelho	16/09/1855 a 01/12/1855
Frederico de Almeida e Albuquerque	01/12/1855 a 07/03/1857
Lourenço Francisco de A. Castanho	07/03/1857 a 10/06/1857
João José de Oliveira Junqueira	10/06/1857 a 30/12/1858
Simplício de Sousa Mendes	30/12/1858 a 01/01/1859
José Mariano Lustosa do Amaral	01/01/1859 a 24/01/1859
Antônio Correia do Couto	24/01/1859 a 27/06/1859
Ernesto José Batista	27/06/1859 a 27/07/1859
José Mariano Lustosa do Amaral	27/07/1859 a 05/11/1859
Diogo Velho C. de Albuquerque	05/11/1859 a 16/05/1860
Ernesto José Batista	16/05/1860 a 13/07/1860
Manuel Antônio Duarte de Azevedo	13/07/1860 a 15/04/1861
José Mariano Lustosa do Amaral	15/04/1861 a 13/05/1861
Antônio de Brito Sousa Gaioso	13/05/1861 a 13/06/1862
José Fernandes Moreira	13/06/1862 a 30/06/1863
Pedro Leão Veloso	30/06/1863 a 14/12/1863
Antônio de Sampaio Almeida	04/12/1863 a 28/05/1864
Franklin Américo de Mendes Dória	28/05/1864 a 03/08/1866
José Manuel de Freitas	03/08/1866 a 05/10/1866

Adelino Antônio de Luna Freire	05/10/1866 a 05/11/1867
José Manuel de Freitas	05/11/1867 a 09/11/1867
Polidoro César Burlamaqui	09/11/1867 a 03/05/1868
José Manuel de Freitas	03/05/1868 a 24/08/1868
Simplício de Sousa Martins	24/08/1868 a 28/08/1868
Augusto Olímpio Gomes de Castro	28/08/1868 a 03/04/1869
Simplício de Sousa Mendes	03/04/1869 a 21/05/1869
Teotônio de Sousa Mendes	21/05/1869 a 06/12/1869
Luiz Antônio Vieira da Silva	06/12/1869 a 09/04/1870
Domingos Monteiro Peixoto	09/04/1870 a 21/04/1870
Luiz Antônio Vieira da Silva	21/04/1870 a 07/05/1870
Manuel José Espíndola Júnior	07/05/1870 a 25/12/1870
Manuel do Rego Barros Sousa Leão	25/12/1870 a 27/04/1872
José Amaro Machado	27/02/1872 a 16/05/1872
José Tomás de A. Catanhede	16/03/1872 a 19/03/1872
José Francisco de Miranda Osório	19/03/1872 a 18/04/1872
Teotônio de Sousa Mendes	18/04/1872 a 23/04/1872
Pedro Afonso Ferreira	23/04/1872 a 01/02/1873
José Francisco de Miranda Osório	01/02/1873 a 22/02/1873
Gervásio Cícero de A. Melo	22/02/1873 a 27/04/1873
Adolfo Lamenha Lins	27/04/1873 a 27/11/1874
Odorico Brasilino Albuquerque Rosa	27/11/1874 a 28/04/1875
Delfino Augusto C. de Albuquerque	28/04/1875 a 04/10/1875
Luiz Eugênio Horta Barbosa	04/10/1875 a 02/01/1877
Graciliano de Paulo Batista	02/01/1877 a 13/09/1877
Francisco Bernardinho Rodrigues da Silva	13/08/1877 a 21/11/1877
Augusto da Cunha Castelo Branco	21/11/1877 a 09/01/1878
(Barão de Campo Maior)	
Raimundo Mendes de Carvalho	09/01/1878 a 27/02/1878
José de Araújo Costa	27/02/1878 a 15/04/1878

Sancho de Barros Pimentel	15/04/1878 a 13/12/1878
Constantino Luís da Silva Moura	13/12/1878 a 19/12/1878
José Mariano Lustosa Amaral	19/12/1878 a 18/03/1879
Firmino de Sousa Martins	18/03/1879 a 07/04/1879
João Pedro Belfort Vieira	07/04/1879 a 11/12/1879
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	11/12/1879 a 04/03/1880
Sinval Odorico de Moura	04/03/1880 a 15/04/1880
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	15/04/1880 a 01/05/1880
Firmino de Sousa Martins	01/05/1880 a 07/02/1881
Sinval Odorico de Moura	07/02/1881 a 31/12/1881
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	31/12/1881 a 12/05/1882
Miguel Joaquim de Almeida e Castro	12/05/1882 a 05/04/1883
Firmino de Sousa Martins	05/04/1883 a 06/09/1883
Torquato Mendes Viana	06/09/1883 a 18/10/1883
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	18/10/1883 a 06/12/1883
Emídio Adolfo Vitória da Costa	06/12/1883 a 08/09/1884
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	08/09/1884 a 01/10/1884
Raimundo Teodoro de Castro e Silva	01/10/1884 a 01/09/1885
Manuel Ildefonso de Sousa Lima	01/09/1885 a 14/10/1885
Raimundo de AreiaLeão	14/10/1885 a 16/10/1885
Manuel José de Meneses Prado	16/10/1885 a 07/09/1886
Antônio Jansen de Matos Ferreira	07/09/1886 a 06/07/1887
Francisco José Viveiros de Castro	06/07/1887 a 27/07/1888
Firmino Licínio da Silva Soares	27/07/1888 a 26/09/1888
Raimundo José Vieira da Silva	26/09/1888 a 27/06/1889
Firmino de Sousa Martins	27/06/1889 a 23/07/1889
Teófilo Fernandes dos Santos	23/07/1889 a 10/10/1889
João da Cruz e Santos	10/10/1889 a 12/10/1889
Lourenço Valente de Figueiredo	12/10/1889 a 15/11/1889

PIAUÍ ESTADO FEDERADO	
NOME	PERÍODO
Junta de Governo	16/11/1889 a 26/12/1889
Gregório Taumaturgo Azevedo	26/12/1889 a 04/06/1890
Joaquim Nogueira Paranaguá	04/06/1890 a 23/08/1890
Gabino Suzano de Araújo Besouro	23/08/1890 a 19/10/1890
João da Cruz e Santos (Barão de Uruçu)	19/10/1890 a 27/12/1890
Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima	27/12/1890 a 28/05/1891
Gabriel Luís Ferreira	28/05/1891 a 21/12/1891
Junta de Governo	21/12/1891 a 11/02/1892
Coriolano de Carvalho e Silva	11/02/1892 a 01/07/1896
Raimundo Artur de Vasconcelos	01/07/1896 a 01/07/1900
Arlindo Francisco Nogueira	16/07/1900 a 01/07/1904
Álvaro de Assis Osório Mendes	01/07/1904 a 05/12/1907
Areolino Antônio de Abreu	05/12/1907 a 31/03/1908
José Lourenço de Moraes e Silva	31/03/1908 a 01/07/1908
Anísio Auto de Abreu	01/07/1908 a 06/12/1909
Antônio Freire da Silva	15/03/1910 a 01/07/1912
Miguel de Paiva Rosa	01/07/1912 a 01/07/1916
Eurípedes Clementino de Aguiar	01/07/1916 a 01/07/1920
João Luís Ferreira	01/07/1920 a 01/07/1924
Matias Olímpio de Melo	01/07/1924 a 01/07/1928
João de Deus Pires Leal	01/07/1928 a 04/10/1930
Humberto de Arêa Leão	04/10/1930 a 29/11/1931
Joaquim Vaz da Costa (governou apenas 9 horas)	29/01/1931
Joaquim Lemos Cunha	29/01/1931 a 21/05/1931
Landri Sales Gonçalves	21/05/1931 a 03/05/1935
Leônidas de Castro Melo	03/05/1935 a 09/11/1945

Antônio Leôncio Pereira Ferraz	09/10/1945 a 19/12/1945
José Vitorino Correia	20/03/1946 a 03/09/1946
Teodoro Ferreira Sobral	11/10/1946 a 17/03/1947
José da Rocha Furtado	28/04/1947 a 31/01/1951
Pedro de Almeida Freitas	31/01/1951 a 31/01/1955
Jacob Manoel Gaioso e Almendra	31/01/1955 a 31/01/1959
Francisco da Chagas Calda Rodrigues	31/01/1959 a 03/07/1962
Tibério Barbosa Nunes	03/07/1962 a 31/01/1963
Petrônio Portela Nunes	31/01/1963 a 12/08/1966
José Odon Maia Alencar	12/08/1966 a 12/09/1966
Helvídeo Nunes de Barros	12/09/1966 a 14/05/1970
João Climaco d´Almeida	15/05/1970 a 15/03/1971
Alberto Tavares e Silva	15/03/1971 a 15/03/1975
Dirceu Mendes Arcoverde	15/03/1975 a 14/08/1978
Djalma Martins Veloso	14/08/1978 a 15/03/1979
Lucídio Portela Nunes	15/03/1979 a 15/03/1983
Hugo Napoleão do Rego Neto	15/03/1983 a 15/05/1986
José Raimundo Bona Medeiros	15/05/1986 a 15/03/1987
Alberto Tavares e Silva	15/03/1987 a 15/03/1991
Antônio de Almeida Freitas Neto	15/03/1991 a 02/04/1994
Guilherme Cavalcante de Melo	02/04/1994 a 01/01/1995
Francisco de Assis de Moraes Sousa	01/01/1995 a 01/01/1999
Francisco de Assis de Moraes Sousa	01/01/1995 a 06/01/2001
Kléber Dantas Eulálio	06/01/2001 a 19/11/2001
Hugo Napoleão do Rego Neto	19/11/2001 a 01/01/2003
José Wellington Barroso de Araújo Dias	01/01/2003 a atualidade, tendo sido reeleito para novo mandato.

Fonte: Anunário do Piauí/2006

Referências Bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira de – Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí. Teresina, 1981

BAPTISTA, B. Moura – A mudança da Capital. 1ª ed. Teresina, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, 1920.

BARROS, Francisco Borges de – Bandeirantes e Sertanistas Baianos. 1920

BARROS, Jesualdo Cavalcanti – Memória dos confins. Teresina, Gráfica do Povo, 2000

BRANCO, Homero Castelo – O Padre Marcos. Teresina. Gráfica e Editora do Povo Ltda, 1998

BRANCO Filho, Moysés Castello

- O povoamento do Piauí. 2ª ed. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982
- História de Uma Bandeira. Rio de Janeiro, 1983

BRANCO, Renato Castelo

- Domingos Jorge Velho. São Paulo. T. A. Queiroz, Editor. 1990
- Senhores e escravos (A Balaçada) 1ª ed. São Paulo. LR Editores Ltda.1983.
- O Piauí: a terra, o homem, o meio. 2ª ed. rev. amp. São Paulo. Quatro Artes. 1970.
- A conquista dos sertões de dentro. 1ª ed. São Paulo. LR Editores Ltda.1983.

BRITO, Anísio – A quem pertence a prioridade histórica do descobrimento do Piauí? Teresina. Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, 1ª edição, 1920

BUGYJA BRITO, A

- Quatro Escorços Biográficos. Rio de Janeiro. Folha Carioca Editora S.A, 1978.
- Dois episódios envolvendo o Visconde. Teresina. Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. 1ª edição.

CADERNOS DE TERESINA – nº 32 (ano 2000), nº 33 (ano 2002), nº 35 (ano 2005), Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves

CALMON, Pedro

- História da Casa da Torre. (Coleção Documentos Brasileiros) 2ª ed. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1958
- História do Brasil. Rio de Janeiro. José Olímpio, 1971

CAMILLO Filho, José

- Pequena História do Piauí. 2ª ed. Teresina COMEPI, 1986
- Em torno de Oeiras. Teresina. Cadernos Piauienses nº13. 1972
- O Piauí no Império. Teresina. Cadernos Piauienses nº 23. 1973

CAMPOS, Flávio de - Oficina de História do Brasil. Editora Moderna 1999

CARVALHO, João Renô F. de – Resistência Indígena no Piauí Colonial. Teresina, Ética Editora, 2005

CARVALHO Junior, Dagoberto Ferreira de – Passeio a Oeiras. Recife, Gráfica e Editora Apipucos, 1985

CHAVES, Monsenhor Joaquim

- Obras Completas. 2ª ed. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005
- Participação de Oeiras na Independência. Teresina. Instituto Histórico e Geográfico do Piauí- 1974

COSTA, F.A. Pereira da – Cronologia histórica do Estado do Piauí, Vol I, II, Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A - 1974

COSTA, Nelson Nery – O Começo do Piauí. Teresina, Halley S/A Gráfica e Editora, 2006

DIAS, Cid de Castro – Piauí- Projetos Estruturantes. Teresina, Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, 2006

DIAS, Claudete Maria Miranda – Balaies e Bem-te-vis. 2ª ed. Teresina, Halley S/A Gráfica e Editora, 2002

DIAS, William Palha Dias - O Predestinado. Teresina. Gráfica Nova Expansão, 2007

ENES, Ernesto – As guerras dos Palmares. 1º vol. Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” (1687-1700). São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1938

FREITAS, Clodoaldo

- Vultos Piauienses-Apontamentos Bibliográficos. 2ª ed. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1998
- História de Teresina. Teresina. Fundação Cultural Mons. Chaves, 1988

FREITAS, Décio- PALMARES: a guerra dos escravos. 4ª ed. Rio de Janeiro. Edições Graal Ltda. 1982

FREITAS, Esmaragdo de

- O Visconde da Parnaíba. Instituto Histórico de Oeiras- 1982
- O Piauí e a unidade Nacional. Revista do Inst. Histórico de Oeiras nº 2, 1980

GONÇALVES, Wilson Carvalho

- Roteiro Cronológico da História do Piauí 1535-1995. Teresina, Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1996
- Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado. Teresina, Halley S/A Gráfica e Editora, 2003

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Enciclopédia dos Municípios, vol. XV, 1959

JANUÁRIA, Maria - História do Brasil- 5ª série do 1º grau. Editora Ática, 1987

KNOX, Miridan Britto - O Piauí na primeira metade do século XIX.

LEMONS, Antônio (Semana) – Padre Mamede Antônio de Lima. Centro Gráfico do Senado Federal, 1977

MELO, Padre Cláudio

- Fé e Civilização.
- Bernardo de Carvalho. UFPI, 1988
- A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí. Teresina, 1985

MELLO, Waldir Jansen - História do Brasil. SP, Centrais Imp. Brasileiras Ltda, 1980

MIRANDA, Reginaldo – A Ferro e Fogo. Teresina, Gráfica Impresso, 2005

MONTEIRO NETO, Benjamin do Rego – CASA Barão de Gurguéia. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994

MONTEIRO, Orgmar – Teresina Descalça. Vol. 01,01,03 e 04, Fortaleza, impressão IOCE, 1988

MOTT, Luiz R. B.

- Descrição da Capitania do Piauí – 1772. São Paulo, 1977.
- Piauí Colonial – Teresina. Projeto Petrônio Portela, 1985

NETO, Adrião

- Raízes do Piauí (Romance histórico). Concursos Literários do Piauí. Teresina, Halley S/A Gráfica e Editora, 2005
- A Epopéia do Jenipapo. 2ª ed. rev. amp. Teresina, Gráf. e Ed. Rima Ltda, 2006

NEVES, Abdias

- O Cerco de Oeiras em 1845. Teresina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí- 1ª Edição.
- A guerra do Fidié. 3ª ed. Teresina. Projeto Petrônio Portella, 1985
- O Piauí na confederação do Equador. Teresina. EDUFPI/APL 1997

NUNES, Odilon

- Pesquisas para a História do Piauí. 2ª ed. Vol. 01,02,03 e 04. Rio de Janeiro. Editora Artenova S.A. 1972.
- Estudos de História do Piauí. 1º , 2º vol. Teresina COMEPI. 1983
- O Piauí na História. 4ª ed. revista e ampliada. Teresina. COMEPI, 1975

MELLO, Waldir Jansen – História do Brasil. SP, Centrais Imp. Brasileiras Ltda, 1980

PATROCÍNIO, Raimundo – História do Piauí. Colégio Mérito Dmartonne

PORTO, Carlos Eugênio - Roteiro do Piauí. 2ª ed. Rio de Janeiro. Artenova.1974

QUEIROZ, Possidônio Nunes de - Contribuição do Piauí nas lutas da independência. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, nº 2. 1980

REGO, José Expedito

- Oeiras na Independência do Piauí. Revista do Inst. Hist. de Oeiras, nº 2. 1980
- Né de Sousa – Biografia romaneada do Visconde da Parnaíba. Fortaleza. Grecel- Gráfica Editorial Cearense Ltda.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos – (Cood.) Teresina 150 anos, 1852-2002, Teresina, Gráfica Júnior ("O Dia"), 2002

SISSON, S. A. - Galeria dos Brasileiros Ilustres. (Biblioteca Histórica Brasileira – Os contemporâneos). São Paulo, Livraria Martins Editora S. A

SOARES FILHO, Antônio Reinaldo

- Oeiras Municipal. Teresina. Gráfica Júnior Ltda, 1992
- Oeiras, Geografia Urbana. Teresina, Gráfica Júnior Ltda, 1994

TERESINA 150 ANOS – Armazém Paraíba, ano 2002

TITO Filho, José de Arimathéa - Governadores do Piauí. 3ª ed. Teresina. Artenova 1978

VALMÁRIA, Pe. José Rufino Soares - O Visconde da Parnaíba. Teresina, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, 1974.

VALLE, Álvaro - Perfis Parlamentares 4 - José Antônio Saraiva. Brasília, Livraria José Olympio Editora, 1978.

WILSON BRANDÃO - História da Independência do Piauí. Teresina, COMEPI.